



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1598

Quarta-feira - 22 de Outubro de 2014

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	3
Anchieta.....	3
Antônio Carlos.....	4
Arroio Trinta.....	4
Balneário Rincão.....	29
Barra Velha.....	29
Bela Vista do Toldo.....	31
Benedito Novo.....	31
Biguaçu.....	32
Blumenau.....	43
Bom Jesus do Oeste.....	116
Bom Retiro.....	117
Braço do Trombudo.....	117
Brunópolis.....	120
Brusque.....	121
Caçador.....	130
Camboriú.....	131
Campo Alegre.....	136
Campos Novos.....	271
Canelinha.....	272
Capinzal.....	272
Catanduas.....	273
Celso Ramos.....	273
Chapadão do Lageado.....	274
Cocal do Sul.....	279
Concórdia.....	280
Cordilheira Alta.....	285
Correia Pinto.....	287
Corupá.....	288
Curitibanos.....	289
Dionísio Cerqueira.....	290
Faxinal dos Guedes.....	291
Forquilha.....	292
Fraiburgo.....	295
Frei Rogério.....	305
Garopaba.....	305
Garuva.....	307
Gaspar.....	308
Guaramirim.....	314
Herval d'Oeste.....	316
Ilhota.....	317
Imarui.....	318
Imbituba.....	319
Indaial.....	320
Ipumirim.....	329
Irineópolis.....	329
Itá.....	331
Itaiópolis.....	332
Itapiranga.....	332

Itapoá.....	333
Ituporanga.....	334
Joaçaba.....	336
Lages.....	337
Lebon Régis.....	340
Leoberto Leal.....	341
Lindóia do Sul.....	341
Luzerna.....	342
Macieira.....	347
Maíra.....	347
Marema.....	366
Massaranduba.....	367
Navegantes.....	390
Nova Trento.....	391
Novo Horizonte.....	406
Orleans.....	411
Palhoça.....	412
Palmitos.....	413
Papanduva.....	425
Passos Maia.....	428
Paulo Lopes.....	428
Penha.....	429
Peritiba.....	429
Pinheiro Preto.....	430
Pomerode.....	430
Porto Belo.....	433
Porto União.....	434
Pouso Redondo.....	438
Rio do Sul.....	447
Santiago do Sul.....	463
São Bento do Sul.....	464
São Domingos.....	477
São João do Sul.....	478
São José.....	478
São José do Cedro.....	488
São Lourenço do Oeste.....	491
Schroeder.....	492
Serra Alta.....	503
Siderópolis.....	510
Timbó.....	511
Tunápolis.....	517
Vargeão.....	525
Videira.....	525
Vitor Meireles.....	528
Xaxim.....	536

### Consórcios

CIGA.....	540
CIS/AMMVI.....	541
CIS/AMURC.....	542
CIS/AMUREL.....	542

### Associações

AMMVI.....	537
AMUREL.....	537

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinícius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



## 22 DE OUTUBRO

### Parabéns, Braço do Norte, por seus 59 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



## Água Doce

### PREFEITURA

#### **Processo Licitatório Nº. 64/2014 - Dispensa de Licitação Nº. 6/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE  
PROCESSO LICITATÓRIO 64/2014  
DISPENSA DE LICITAÇÃO 6/2014

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento o PROCESSO LICITATÓRIO nº 64/2014, "DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 6/2014", destinado a aquisição de combustível com recurso disponibilizado pela Defesa Civil do Estado. Processo julgado em consonância com art. 24 da Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Água Doce, SC, 22 de outubro de 2014  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

## Anchieta

### PREFEITURA

#### **Extrato Aviso Pregão FMAS N. 016\_2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASS SOCIAL DE ANCHIETA  
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 016/2014

A Gestora do FMAS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de matérias de expediente para o desenvolvimento das atividades do Centro de Referência de Assistência Social. Pagos com recursos do CRAS. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 06/11/2014. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 21 de outubro de 2014.  
Ivonete Recalcati  
Gestora FMAS

**Antônio Carlos****PREFEITURA****Aviso de Licitação Nº 95/2014****AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº 95/2014; Modalidade: Tomada de Preço nº. 09/2014; Tipo: Empreitada por Menor Preço Global; Objeto: contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, na execução de serviços de terraplanagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização, com fornecimento de material e mão de obra, no contorno da Praça Anchieta, com a área de 1.711,00 m<sup>2</sup> (um mil setecentos e onze metros quadrados), no centro do município de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: 10 de novembro de 2014 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email [licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br) ou administração@antoniocarlos.sc.gov.br, ou no site [www.antoniocarlos.sc.gov.br](http://www.antoniocarlos.sc.gov.br).

Antônio Carlos, 21 de outubro de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

**Arroio Trinta****PREFEITURA****Tomada de Preços Nº 0003/2014 - Construção Estrutura Em Alvenaria Para Elevador**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

**AVISO DE LICITAÇÃO**

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Tomada de Preços nº 0003/2014 - TP

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA VISANDO A EXECUÇÃO DE OBRA SOB O REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO-DE-OBRA PARA CONSTRUÇÃO DA ESTRUTURA PARA ELEVADOR (DUTO DIMENSIONADO PARA TRÊS LAJES) PARA FUTURA INSTALAÇÃO DE ELEVADOR NA UNIDADE DE SAÚDE CENTRAL (POSTO DE SAÚDE), CONSTRUÇÃO ESTA EM ALVENARIA, COM 22,20M<sup>2</sup>, LOCALIZADA NA RUA FRANCISCO NAVA, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, TUDO DE ACORDO COM O PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA DE ORÇAMENTO.

OBS.: VALOR MÁXIMO GLOBAL DA OBRA É DE R\$ 30.100,00 (TRINTA MIL E CEM REAIS).

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes (Credenciamento): Até às 09h:00 do dia 11/11/2014.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 11/11/2014.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta-SC, 21 de outubro de 2014.

TARCISIO LIDANI

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

LRF - RREO 4º BIMESTRE 2014

Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RECEITAS				RECEITAS REALIZADAS				SALDO	
PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA	No Bimestre	%	Até o bimestre	%	(a-c)		
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)			
RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)									
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)									
Receitas Correntes		13.238.350,00	2.080.998,15	15,72	8.997.041,79	67,96	4.241.308,21		
Receita Tributária		13.226.150,00	2.080.998,15	15,73	8.203.341,60	62,02	5.022.808,40		
Impostos		624.500,00	145.717,69	23,33	445.883,21	71,40	178.616,79		
Taxas		464.500,00	126.419,63	27,22	373.198,81	80,34	91.301,19		
Contribuição de Melhoria		130.000,00	19.298,06	14,84	72.684,40	55,91	57.315,60		
Receitas de Contribuições		30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00		
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública.		100.000,00	15.033,58	15,03	58.641,99	58,64	41.358,01		
Receita Patrimonial		100.000,00	15.033,58	15,03	58.641,99	58,64	41.358,01		
Receitas Imobiliárias		84.844,00	9.587,68	11,30	42.329,52	49,89	42.514,48		
Receitas de Valores Mobiliários		500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00		
Receita de Serviços		84.344,00	9.587,68	11,37	42.329,52	50,19	42.014,48		
Transferências Correntes		61.944,00	4.832,50	7,80	18.719,00	30,22	43.225,00		
Transferências Intergovernamentais		12.287.792,00	1.895.434,39	15,43	7.601.790,53	61,86	4.686.001,47		
Transferências de Convênios		12.238.792,00	1.751.973,07	14,31	7.426.937,17	60,68	4.811.854,83		
Outras Receitas Correntes		49.000,00	143.461,32	292,78	174.853,36	356,84	-125.853,36		
Multas e Juros de Mora		67.070,00	10.392,31	15,49	35.977,35	53,64	31.092,65		
Indenizações e Restituições		38.460,00	9.087,64	23,63	25.231,56	65,60	13.228,44		
Receita da Dívida Ativa		6.500,00	40,00	0,62	124,00	1,91	6.376,00		
Receitas Diversas		16.460,00	933,85	5,67	9.084,50	55,19	7.375,50		
Receitas de Capital		5.650,00	330,82	5,86	1.537,29	27,21	4.112,71		
Alienação de Bens		12.200,00	0,00	0,00	793.700,19	6.505,74	-781.500,19		
Alienação de Bens Móveis		1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00		
Transferências de Capital		1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00		
Transferências de Convênios		11.000,00	0,00	0,00	793.700,19	7.215,46	-782.700,19		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		11.000,00	0,00	0,00	793.700,19	7.215,46	-782.700,19		
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
		13.238.350,00	2.080.998,15	15,72	8.997.041,79	67,96	4.241.308,21		

Continua 1 / 4

# Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

		Continuação	
RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)		R\$ 1,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)			
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	13.238.350,00	13.238.350,00	2.080.998,15
DÉFICIT (VI)			
TOTAL (VII) = (V + VI)	13.238.350,00	13.238.350,00	2.080.998,15
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES(Utilizados para créditos adicionais)			
Superavit Financeiro			656.662,31
Reabertura de créditos adicionais			656.662,31
			0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (f-g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	
								(g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-OR) (VIII)	12.057.350,00	2.577.786,83	14.635.136,83	2.347.797,08	10.659.196,96	2.176.726,42	7.805.445,66	53,33
Despesas Correntes	10.931.850,00	527.004,29	11.458.854,29	1.619.683,76	8.144.881,67	1.713.669,25	6.719.147,16	58,64
Pessoal e Encargos Sociais	5.011.122,00	19.100,00	5.030.222,00	843.581,61	3.342.384,17	851.303,61	3.335.582,17	66,31
Juros e Encargos da Dívida	90.000,00	0,00	90.000,00	0,00	79.000,00	8.177,50	40.824,25	45,36
Outras Despesas Corrente	5.830.728,00	507.904,29	6.338.632,29	776.102,15	4.723.497,50	854.188,14	3.342.740,74	52,74
Despesas de Capital	1.097.000,00	2.050.782,54	3.147.782,54	728.113,32	2.514.315,29	463.057,17	1.086.298,50	34,51
Investimentos	757.000,00	2.050.782,54	2.807.782,54	728.113,32	2.174.315,29	398.725,13	828.970,34	29,52
Amortização da Dívida	340.000,00	0,00	340.000,00	0,00	340.000,00	64.332,04	257.328,16	75,68

Continua 2 / 4

# Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

## ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

*Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto*

Continuação

RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)										RS 1,00
<< categoria não cadastrada	28.500,00	0,00	28.500,00							28.500,00
<< categoria não cadastrada	28.500,00	0,00	28.500,00							28.500,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMEN.) (IX)	851.000,00	0,00	851.000,00	130.398,84	512.891,65	130.398,84	512.891,65	60,27		338.108,35
<b>SUBTOTAL DESPESAS (X)=(VIII + IX)</b>	12.908.350,00	2.577.786,83	15.486.136,83	2.478.195,92	11.172.088,61	2.307.125,26	8.318.337,31	53,71		7.167.799,52
Amortização Dívida/Refinanciam. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
<b>SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	12.908.350,00	2.577.786,83	15.486.136,83	2.478.195,92	11.172.088,61	2.307.125,26	8.318.337,31	53,71		7.167.799,52
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>										
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	12.908.350,00	2.577.786,83	15.486.136,83	2.478.195,92	11.172.088,61	2.307.125,26	8.318.337,31	53,71		7.167.799,52

Continua 3 / 4

# Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação						RS 1,00
RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)						
Despesa	851.000,00	0,00	851.000,00	130.398,84	512.891,65	60,27
Despesas Correntes	851.000,00	0,00	851.000,00	130.398,84	512.891,65	60,27
Pessoal e Encargos Sociais	851.000,00	0,00	851.000,00	130.398,84	512.891,65	60,27
TOTAL	851.000,00	0,00	851.000,00	130.398,84	512.891,65	60,27
						338.108,35

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.16.0014) LRF 2014 (04.00.16.0000)  
Unidade Responsável: Município de Arroio Trinta  
Data de emissão: 21/10/2014  
Hora de emissão: 13:53

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

Ronivan Brandalise  
Contador CRC/SC 025.868

NELSON CAMPAGNIN  
Secretário Municipal de Administração

João Marcos Ferronato  
Controlador Interno



# Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA CORRENTE LIQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Setembro/2013 a Agosto/2014

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses											
	Setembro/2013	Outubro/2013	Novembro/2013	Dezembro/2013	Janeiro/2014	Fevereiro/2014	Março/2014					
RECEITAS CORRENTES (I)	1.131.403,55	1.040.036,72	1.203.515,02	1.572.977,58	1.393.037,96	1.643.376,65	1.168.600,98					
Receitas tributárias	35.600,16	61.904,67	30.336,48	74.720,29	46.037,47	19.369,71	45.578,09					
IPITU	301,74	305,84	877,21	0,48	0,00	48,62	21,93					
ISS	12.396,55	28.072,27	10.614,72	35.562,92	10.545,26	9.338,23	9.859,65					
ITBI	2.651,77	12.140,38	1.200,00	6.620,42	1.245,27	8.014,02	2.413,03					
IRRF	16.518,30	16.260,12	16.870,91	31.380,86	33.727,04	914,80	18.921,40					
Outras receitas tributárias	3.731,80	5.126,06	773,64	1.155,61	519,90	1.054,04	14.362,08					
Receita de contribuições	6.144,81	6.677,14	7.808,75	6.891,42	72.211,32	49.421,18	49.100,92					
Receita Patrimonial	1.293,97	2.767,43	3.038,02	3.089,63	12.978,45	348.082,43	72.171,17					
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita de Serviços	4.920,00	1.127,68	1.886,68	8.272,50	0,00	30,00	1.200,00					
Transferências Correntes	967.256,82	958.080,48	1.146.509,89	1.456.888,46	1.252.635,79	1.208.265,30	988.515,03					
Cota-Parte FPM	352.678,29	352.683,71	490.575,88	740.091,40	594.831,36	635.192,90	376.793,29					
Cota-Parte do ICMS	440.912,93	428.860,26	477.626,71	475.601,34	435.777,55	413.688,62	419.677,95					
Cota-Parte do IPVA	61.040,94	70.687,23	60.030,16	19.647,47	22.214,69	31.176,81	39.882,59					
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Transferências da LC 87/1996	1.976,95	1.976,95	1.976,95	1.976,95	1.836,98	1.836,98	0,00					
Transferências da LC 61/1989	6.275,07	6.708,11	7.441,02	7.952,84	6.951,59	5.885,39	5.750,78					
Transferências do FUNDEB	73.436,33	71.224,05	80.173,92	79.760,20	85.389,44	83.427,47	77.010,50					
Outras Transferências correntes	30.936,31	25.940,17	28.685,25	131.858,26	105.634,18	37.057,13	69.399,92					
Outras receitas correntes	116.187,79	9.479,32	13.935,20	23.115,28	9.174,93	18.208,03	12.035,77					
DEDUÇÕES (II)	172.576,65	172.183,02	207.529,96	202.234,27	264.815,35	245.818,94	196.753,24					
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	52.493,12	28.263,00	28.332,50					
Compensação Finan. Entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Dedução de receita para formação do FUNDEB	172.576,65	172.183,02	207.529,96	202.234,27	212.322,23	217.555,94	168.420,74					
<b>RECEITA CORRENTE LIQUIDA (I-II)</b>	<b>958.826,90</b>	<b>867.853,70</b>	<b>995.985,06</b>	<b>1.370.743,31</b>	<b>1.128.222,61</b>	<b>1.397.557,71</b>	<b>971.847,74</b>					

Continua 1 / 3

# Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Setembro/2013 a Agosto/2014

Continuação

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses						
	Abril/2014	Mai/2014	Junho/2014	Julho/2014	Agosto/2014	Total Últimos 12 Meses	Previsão atualizada 2014
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	1.492.358,45	1.653.898,57	1.253.850,44	1.426.887,81	1.613.521,71	16.593.465,44	17.058.550,00
Receitas tributárias	48.556,89	42.150,94	98.472,42	101.746,16	43.971,53	648.444,81	624.500,00
IPTU	686,43	0,00	43.870,94	50.992,31	5.572,74	102.678,24	109.500,00
ISS	9.219,33	10.226,26	15.081,30	9.192,12	14.741,92	174.850,53	115.000,00
ITBI	7.449,41	7.109,70	4.116,49	8.014,00	1.359,97	62.334,46	30.000,00
IRRF	17.870,78	18.104,97	17.994,32	18.297,40	18.249,17	225.110,07	210.000,00
Outras receitas tributárias	13.330,94	6.710,01	17.409,37	15.250,33	4.047,73	83.471,51	160.000,00
Receita de contribuições	41.644,63	48.983,46	49.102,51	49.621,89	50.442,35	438.050,38	566.000,00
Receita Patrimonial	208.164,85	343.031,66	44.173,93	121.888,94	396.547,47	1.557.227,95	802.844,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	1.835,50	4.420,00	6.401,00	2.432,50	2.400,00	34.925,86	61.944,00
Transferências Correntes	1.171.901,94	1.206.307,03	1.045.321,50	1.138.274,40	1.106.894,58	13.646.851,22	14.875.192,00
Cota-Parte FPM	541.655,35	573.089,30	429.779,99	369.126,63	448.426,05	5.904.924,15	6.400.000,00
Cota-Parte do ICMS	409.297,65	416.047,81	422.090,68	392.242,51	411.045,23	5.142.869,24	5.950.000,00
Cota-Parte do IPVA	42.363,41	46.451,27	47.223,33	54.287,97	56.338,95	551.344,82	470.000,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Transferências da LC 87/1996	1.836,98	1.836,98	1.836,98	1.836,98	1.836,98	20.766,66	32.000,00
Transferências da LC 61/1989	6.262,00	6.810,96	6.487,08	6.664,24	6.869,37	80.058,45	80.000,00
Transferências do FUNDEB	77.592,78	84.840,66	80.287,53	74.343,75	79.525,20	947.011,83	1.045.800,00
Outras Transferências correntes	92.893,77	77.230,05	57.615,91	239.772,32	102.852,80	999.876,07	892.392,00
Outras receitas correntes	20.254,64	9.005,48	10.379,08	12.923,92	13.265,78	267.965,22	128.070,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	206.389,01	237.463,42	210.367,69	193.734,46	213.965,24	2.523.831,25	2.913.400,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	28.427,95	28.616,37	28.884,26	28.903,00	29.062,11	252.982,31	326.000,00
Compensação Finan. Entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de receita para formação do FUNDEB	177.961,06	208.847,05	181.483,43	164.831,46	184.903,13	2.270.848,94	2.587.400,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)</b>	1.285.969,44	1.416.435,15	1.043.482,75	1.233.153,35	1.399.556,47	14.069.634,19	14.145.150,00

Nota: Não devem ser consideradas, para fins de apuração da Receita Corrente Líquida, as Receitas Introrçamentárias.

Continua 2 / 3

# Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITA CORRENTE LIQUIDA  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Setembro/2013 a Agosto/2014

Continuação

R\$ 1,00

**FONTE:** Sistema Pública-COP (04.00.16.0014) LRF 2014 (04.00.16.0000)  
Unidade Responsável: Município de Arroio Trinta  
Data de emissão: 21/10/2014  
Hora de emissão: 13:57

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

Ronivan Brandalise  
Contador CRC/SC 025.868

NELSON CAMPAGNIN  
Secretário Municipal de Administração

João Marcos Ferronato  
Controlador Interno

## Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RESULTADO NOMINAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período: Janeiro a Agosto 2014

RREO - ANEXO 05 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada (I)	591.488,27	591.488,27	591.488,27
Deduções (II)	1.037.025,77	1.037.025,77	1.918.514,13
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.083.112,51	1.083.112,51	1.918.763,09
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	46.086,74	46.086,74	248,96
Dívida Consolidada Líquida (III = I - II)	-445.537,50	-445.537,50	-1.327.025,86
Receita de Privatizações (IV)		0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
<b>Dívida Fiscal Líquida (VI = III + IV - V)</b>	<b>-445.537,50</b>	<b>-445.537,50</b>	<b>-1.327.025,86</b>

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-881.488,36	-881.488,36

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
Meta de resultado nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013	Bimestre Anterior	Bimestre Atual
Dívida consolidada previdenciária (VII)	0,00	0,00	8.779.314,29
Passivo Atuarial	0,00	0,00	8.779.314,29
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
Deduções (VIII)	0,00	0,00	11.358.946,21
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	134.572,71
Investimentos	0,00	0,00	11.224.373,50
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados	0,00	0,00	0,00
Dívida consolidada líquida previdenciária (IX = VII - VIII)	0,00	0,00	-2.579.631,92
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
<b>Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (XI = IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-2.579.631,92</b>

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.16.0014) LRF 2014 (04.00.16.0000)  
Unidade Responsável: Município de Arroio Trinta  
Data de emissão: 21/10/2014  
Hora de emissão: 14:17

Continua 1 / 2

**Município de Arroio Trinta - SC**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RESULTADO NOMINAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período: Janeiro a Agosto 2014

Continuação

RREO - ANEXO 05 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

Ronivan Brandalise  
Contador CRC/SC 025.868

NELSON CAMPAGNIN  
Secretário Municipal de Administração

JOÃO MARCOS FERRONATO  
Diretor de Trânsito

## Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RESULTADO PRIMÁRIO  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	12.602.006,00	7.783.690,40	7.783.690,40	7.239.897,45
Receitas tributárias	624.500,00	445.883,21	445.883,21	379.755,33
IPTU	109.500,00	101.192,97	101.192,97	70.648,90
ISS	115.000,00	88.204,07	88.204,07	75.261,70
ITBI	30.000,00	39.721,89	39.721,89	28.689,12
IRRF	210.000,00	144.079,88	144.079,88	134.294,97
Outras Receitas Tributárias	160.000,00	72.684,40	72.684,40	70.860,64
Receitas de Contribuições	100.000,00	58.641,99	58.641,99	55.672,78
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Contribuições	100.000,00	58.641,99	58.641,99	55.672,78
Receita Patrimonial Líquida	500,00	0,00	0,00	0,00
Receita patrimonial	83.844,00	26.756,05	26.756,05	13.302,82
(-) Aplicações Financeiras	83.344,00	26.756,05	26.756,05	13.302,82
Transferências Correntes	11.750.992,00	7.224.613,52	7.224.613,52	6.693.832,65
FPM	5.120.000,00	3.197.437,95	3.197.437,95	2.858.311,64
ICMS	4.760.000,00	2.655.895,11	2.655.895,11	2.710.958,72
Convênios	49.000,00	174.853,36	174.853,36	62.230,62
Outras Transferências Correntes	1.821.992,00	1.196.427,10	1.196.427,10	1.062.331,67
Demais Receitas Correntes	126.014,00	54.551,68	54.551,68	110.636,69
Dívida Ativa	16.460,00	9.084,50	9.084,50	2.608,86
Diversas Receitas Correntes	109.554,00	45.467,18	45.467,18	108.027,83
RECEITAS DE CAPITAL (II)	10.000,00	693.800,19	693.800,19	485.114,96
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	385.114,96
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	9.000,00	693.800,19	693.800,19	100.000,00
Convênios	9.000,00	693.800,19	693.800,19	100.000,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II-III-IV-V)	9.000,00	693.800,19	693.800,19	100.000,00
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)</b>	<b>12.611.006,00</b>	<b>8.477.490,59</b>	<b>8.477.490,59</b>	<b>7.339.897,45</b>

Continua 1 / 2

# Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RESULTADO PRIMÁRIO  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014

Continuação

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	8.910.166,48	5.155.036,29	5.155.036,29	4.993.433,44
Pessoal e Encargos Sociais	3.885.600,00	2.518.519,39	2.518.519,39	2.240.329,36
Juros e Encargos da Dívida (IX)	90.000,00	40.824,25	40.824,25	71.806,77
Outras despesas Correntes	4.934.566,48	2.595.692,65	2.595.692,65	2.681.297,31
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII-IX)	8.820.166,48	5.114.212,04	5.114.212,04	4.921.626,67
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.807.857,11	923.539,39	923.539,39	730.919,91
Investimentos	2.467.857,11	666.211,23	666.211,23	513.572,26
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	-----	0,00	0,00	0,00
Aquis. Títulos Capital já Integralizado (XIII)	-----	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	-----	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	340.000,00	257.328,16	257.328,16	217.347,65
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	2.467.857,11	666.211,23	666.211,23	513.572,26
Reserva de Contingência (XVI)	28.500,00	-----	-----	-----
Reserva do RPPS (XVII)	0,00	-----	-----	-----
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)</b>	11.316.523,59	5.780.423,27	5.780.423,27	5.435.198,93
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)</b>	1.294.482,41	2.697.067,32	2.697.067,32	1.904.698,52
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-----	-----	438.127,07 D	
<b>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</b>			<b>VALOR CORRENTE</b>	
Meta de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência			0,00	

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.16.0014) LRF 2014 (04.00.16.0000)  
Unidade Responsável: Município de Arroio Trinta  
Data de emissão: 21/10/2014  
Hora de emissão: 14:20

Alcidir Felchilcher  
Prefeito Municipal

Ronivan Brandalise  
Contador CRC/SC 025.868

Nelson Campagnin  
Ordenador da Despesa

João Marcos Ferronato  
Controlador Interno

# Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS COM MDE  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1-Receita de impostos	475.020,00	475.020,00	127.337,73	375.196,22	78,99
1.1-Receita resultante do IPTU	118.800,00	118.800,00	57.483,15	103.001,62	86,70
1.1.1-IPTU	109.500,00	109.500,00	56.565,05	101.192,97	92,41
1.1.2-Multas, Juros e outros encargos do IPTU	1.350,00	1.350,00	420,61	420,61	31,16
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	6.600,00	6.600,00	432,39	1.184,95	17,95
1.1.4-Multas, juros, Outros encargos Dívida Ativa do IPTU	1.350,00	1.350,00	65,10	203,09	15,04
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
1.2-Receita resultante do ITBI	30.000,00	30.000,00	9.373,97	39.721,89	132,41
1.2.1-ITBI	30.000,00	30.000,00	9.373,97	39.721,89	132,41
1.2.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
1.3-Receita resultante do ISS	116.220,00	116.220,00	23.934,04	88.392,83	76,06
1.3.1-ISS	115.000,00	115.000,00	23.934,04	88.204,07	76,70
1.3.2-Multas, Juros e Outros encargos do ISS	280,00	280,00	0,00	188,76	67,41
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	660,00	660,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ISS	280,00	280,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
1.4-Receita resultante do IRRF	210.000,00	210.000,00	36.546,57	144.079,88	68,61
1.4.1-IRRF	210.000,00	210.000,00	36.546,57	144.079,88	68,61
1.4.2-Multas, Juros e Outros encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
1.5-Receita resultante do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1-ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
2-Receitas de transferências constitucionais e legais	12.937.000,00	12.937.000,00	1.748.674,91	7.693.242,16	59,47
2.1-Cota Parte FPM	6.400.000,00	6.400.000,00	817.552,68	3.968.894,87	62,01
2.1.1-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea b	6.400.000,00	6.400.000,00	817.552,68	3.857.285,62	60,27
2.1.2-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	111.609,25	0,00
2.2-Cota Parte ICMS	5.950.000,00	5.950.000,00	803.287,74	3.319.868,00	55,80
2.3-ICMS Desoner. L.C. nº 87/96	32.000,00	32.000,00	3.673,96	12.858,86	40,18
2.4-Cota Parte IPI-Exportação	80.000,00	80.000,00	13.533,61	51.681,41	64,60
2.5-Cota-Parte ITR	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
2.6-Cota-Parte IPVA	470.000,00	470.000,00	110.626,92	339.939,02	72,33
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)</b>	<b>13.412.020,00</b>	<b>13.412.020,00</b>	<b>1.876.012,64</b>	<b>8.068.438,38</b>	<b>60,16</b>

Continua 1 / 5



## Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS COM MDE  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)= (b/a)x100
4-Receita da aplicação financeira de outros recursos de impostos vinculados ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5-Transferências do FNDE	134.592,00	134.592,00	30.428,99	119.695,63	88,93
5.1-Transferências do Salário-Educação	70.000,00	70.000,00	16.439,47	70.248,93	100,36
5.2-Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3-Transferências Diretas - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4-Transferências Diretas - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5-Outras transferências do FNDE	62.592,00	62.592,00	12.310,22	41.012,21	65,52
5.6-Aplicações financeiras de recursos do FNDE	2.000,00	2.000,00	1.679,30	8.434,49	421,72
6-Transferências de convênios	49.000,00	49.000,00	14.261,32	35.653,36	72,76
6.1-Transferências de convênios	49.000,00	49.000,00	14.261,32	35.653,36	72,76
6.2-Aplicações financeiras dos recursos de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7-Receita de Operações de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8-Outras receitas para financiamentos do ensino	4.012,00	4.012,00	75,25	1.538,29	38,34
<b>9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)</b>	<b>187.604,00</b>	<b>187.604,00</b>	<b>44.765,56</b>	<b>156.887,28</b>	<b>83,63</b>

### FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)= (b/a)x100
10-Receitas destinadas ao FUNDEB	2.587.400,00	2.587.400,00	349.734,59	1.516.325,04	58,60
10.1-Cota Parte FPM (20% de 2.1.1)	1.280.000,00	1.280.000,00	163.510,49	771.456,92	60,27
10.2-Cota Parte ICMS (20% de 2.2)	1.190.000,00	1.190.000,00	160.657,35	663.972,89	55,80
10.3-ICMS Desoneração (20% de 2.3)	6.400,00	6.400,00	734,78	2.571,73	40,18
10.4-Cota Parte IPI-Exportação (20% de 2.4)	16.000,00	16.000,00	2.706,73	10.336,31	64,60
10.5-Cota Parte ITR ou ITR destinado Fundeb (20% de (1.5 + 2.5))	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
10.6-Cota Parte IPVA (20% de 2.6)	94.000,00	94.000,00	22.125,24	67.987,19	72,33
11-Receitas recebidas do FUNDEB	1.050.000,00	1.050.000,00	154.282,70	644.105,55	61,34
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	1.045.800,00	1.045.800,00	153.868,95	642.417,33	61,43
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financ. Recursos do FUNDEB	4.200,00	4.200,00	413,75	1.688,22	40,20
<b>12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-1.541.600,00</b>	<b>-1.541.600,00</b>	<b>-195.865,64</b>	<b>-873.907,71</b>	<b>56,69</b>

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRASNSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)= (e/d)x100

Continua 2 / 5

## Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS COM MDE  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)	R\$ 1,00				
13-PAGTO PROFISSIONAIS MAGISTÉRIO	890.000,00	890.000,00	158.986,23	627.877,89	70,55
13.1-Com Educação Infantil	315.000,00	315.000,00	80.421,75	260.131,70	82,58
13.2-Com Ensino Fundamental	575.000,00	575.000,00	78.564,48	367.746,19	63,96
14-OUTRAS DESPESAS	55.000,00	79.608,69	0,00	19.693,17	24,74
14.1-Com Educação Infantil	47.500,00	47.500,00	0,00	0,00	0,00
14.2-Com Ensino Fundamental	7.500,00	32.108,69	0,00	19.693,17	61,33
<b>15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)</b>	<b>945.000,00</b>	<b>969.608,69</b>	<b>158.986,23</b>	<b>647.571,06</b>	<b>66,79</b>

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	Valor
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPON. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1- FUNDEB 60%	0,00
16.2- FUNDEB 40%	0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	19.273,17
17.1- FUNDEB 60%	0,00
17.2- FUNDEB 40%	19.273,17
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	19.273,17
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) <sup>1</sup>	628.297,89
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	97,48
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	0,07
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %	2,45
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	Valor
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	525.793,69
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 <sup>2</sup>	19.273,17

### MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)= (b/a)x100
22-Impostos e transf. destinadas à MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	3.353.005,00	3.353.005,00	469.003,16	2.017.109,60	60,16
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) (e/d)x100
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	582.500,00	582.500,00	110.293,44	396.870,02	68,13
23.1-Creche	582.500,00	582.500,00	110.293,44	396.870,02	68,13
23.1.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	362.500,00	362.500,00	80.421,75	260.131,70	71,76
23.1.2-Custeadas com outros recursos de impostos	220.000,00	220.000,00	29.871,69	136.738,32	62,15
23.2-Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2-Custeadas com outros recursos de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24-EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	1.417.730,00	1.442.338,69	183.700,93	817.455,23	56,68
24.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	582.500,00	607.108,69	78.564,48	387.439,36	63,82
24.2-Custeadas com outros recursos de impostos	835.230,00	835.230,00	105.136,45	430.015,87	51,48
25-Ensino Médio	128.000,00	128.000,00	12.903,32	24.194,82	18,90
26-Ensino Superior	120.000,00	120.000,00	21.564,06	96.559,23	80,47
27-Ensino Profissional nao integrado ao ensino regular	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28-Outras	281.692,00	281.692,00	47.308,67	110.707,74	39,30

Continua 3 / 5

# Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS COM MDE  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)** 2.529.922,00 2.554.530,69 375.770,42 1.445.787,04 56,60

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
30-Resultado líquido das transferências do FUNDEB = (12)	-873.907,71
31-Despesas custeadas com a complementação do FUNDEB no exercício	0,00
32-Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB até o bimestre = (50h)	1.688,22
33-Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do FUNDEB	19.273,17
34-Despesas custeadas com superávit financeiro, do exercício anterior, de outros recursos impostos	0,00
35-Restos a pagar inscritos no exercício sem dispon financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino <sup>4</sup>	0,00
36-Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com dispon financ de rec de impostos vinculados ao ensino = (46g)	0,00
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)	-852.946,32
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))	2.067.271,57
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE <sup>5</sup> ((38) / (3) x 100) %	25,62

## OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) (e/d)x100
40-Custeadas com aplic finan de outros rec de imposto vinculadas ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41-Custeadas com contrib social salário-educação	0,00	61.141,43	0,00	58.810,10	96,19
42-Custeadas com operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43-Custeadas com outras receitas para finan do ensino	0,00	489.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>44-TOTAL OUTRAS DESPESAS (40+41+42+43)</b>	0,00	550.141,43	0,00	58.810,10	10,69
<b>45-TOTAL GERAL DESPESAS COM MDE (29+44)</b>	2.529.922,00	3.104.672,12	375.770,42	1.504.597,14	48,46

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM (g)
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2-Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	529.232,91	0,00
48-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	642.417,33	0,00
49-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	648.252,31	0,00
49.1-Orçamento do Exercício (+ empenhos extras)	648.252,31	0,00
49.2 Restos a Pagar (+ empenhos extras)	0,00	0,00
50-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.688,22	0,00
51-(=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	525.086,15	0,00

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.16.0014) LRF 2014 (04.00.16.0000)

Unidade Responsável: Município de Arroio Trinta

Data de emissão: 21/10/2014

Hora de emissão: 14:03

Continua 4 / 5

## Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS COM MDE  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

RS\$ 1,00

- 1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
- 2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: “Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.
- 3 Caput do art. 212 da CF/1988
- 4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- 5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

Ronivan Brandalise  
Contador CRC/SC 025.868

NELSON CAMPAGNIN  
Secretário Municipal de Administração

João Marcos Ferronato  
Controlador Interno

## Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Julho a Agosto/2014

RREO - ANEXO 12 (ADCT, Art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	475.020,00	475.020,00	375.196,22	78,99
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	109.500,00	109.500,00	101.192,97	92,41
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	30.000,00	30.000,00	39.721,89	132,41
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	115.000,00	115.000,00	88.204,07	76,70
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	210.000,00	210.000,00	144.079,88	68,61
Imposto Territorial Ruaral - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos de Impostos	1.630,00	1.630,00	609,37	37,38
Dívida Ativa de Impostos	7.260,00	7.260,00	1.184,95	16,32
Multas e Juros de Mora e Outros Encargos Dívida Ativa	1.630,00	1.630,00	203,09	12,46
RECEITAS DE TRANSFÊRENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.937.000,00	12.937.000,00	7.581.632,91	58,60
Cota-parte FPM	6.400.000,00	6.400.000,00	3.857.285,62	60,27
Cota-parte ITR	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
Cota-parte do IPVA	470.000,00	470.000,00	339.939,02	72,33
Cota-parte ICMS	5.950.000,00	5.950.000,00	3.319.868,00	55,80
Cota-parte do IPI - Exportação	80.000,00	80.000,00	51.681,41	64,60
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos de Transferências Constitucionais	32.000,00	32.000,00	12.858,86	40,18
Desoneração ICMS (LC 87/96)	32.000,00	32.000,00	12.858,86	40,18
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>13.412.020,00</b>	<b>13.412.020,00</b>	<b>7.956.829,13</b>	<b>59,33</b>

  

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	539.800,00	539.800,00	541.475,48	100,31
Proveniente da União	411.400,00	411.400,00	456.776,86	111,03
Proveniente dos Estados	128.400,00	128.400,00	35.873,62	27,94
Proveniente de Outros Municípios	0,00	0,00	48.825,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADOS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	80.000,00	80.000,00	71.361,63	89,20
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>619.800,00</b>	<b>619.800,00</b>	<b>612.837,11</b>	<b>98,88</b>

Continua 1 / 4

## Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Julho a Agosto/2014

Continuação

RREO - ANEXO 12 (ADCT, Art. 77)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre	%	Até o Bimestre	%
			(f)	(f/e) x 100	(g)	(g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	2.942.278,00	3.054.334,05	2.256.592,42	73,88	1.908.771,89	62,49
Pessoal e encargos sociais	1.751.622,00	1.751.622,00	1.173.066,45	66,97	1.173.066,45	66,97
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas correntes	1.190.656,00	1.302.712,05	1.083.525,97	83,17	735.705,44	56,47
DESPESAS DE CAPITAL	208.800,00	352.925,43	162.759,11	46,12	162.759,11	46,12
Investimentos	208.800,00	352.925,43	162.759,11	46,12	162.759,11	46,12
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total (IV)</b>	<b>3.151.078,00</b>	<b>3.407.259,48</b>	<b>2.419.351,53</b>	<b>71,01</b>	<b>2.071.531,00</b>	<b>60,80</b>

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre	%	Até o Bimestre	%
			(h)	(h/IVf x 100	(i)	(i/IVg x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	566.700,00	788.481,48	559.872,57	23,14	502.803,63	24,27
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	539.500,00	754.035,24	526.121,83	21,75	480.899,02	23,21
Recursos de operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros recursos	27.200,00	34.446,24	33.750,74	1,40	21.904,61	1,06
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDIVIDUALMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELAS DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES <sup>3</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>566.700,00</b>	<b>788.481,48</b>	<b>559.872,57</b>	<b>23,14</b>	<b>502.803,63</b>	<b>24,27</b>

<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>2.584.378,00</b>	<b>2.618.778,00</b>	<b>1.859.478,96</b>	<b>71,01</b>	<b>1.568.727,37</b>	<b>59,90</b>
--	---------------------	---------------------	---------------------	--------------	---------------------	--------------

<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%</b>	<b>19,72</b>
--	--------------

<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]</b>	<b>375.203,00</b>
---	-------------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 4

## Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Julho a Agosto/2014

Continuação

RREO - ANEXO 12 (ADCT, Art. 77)					R\$ 1,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Anteriores a 2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência	Saldo Final (Não Aplicado)
Inscritos em 2014		0,00	0,00
Inscritos em 2013		0,00	0,00
Inscritos em 2012		0,00	0,00
Inscritos em 2011		0,00	0,00
Inscritos em 2010		0,00	0,00
Anteriores a 2010		0,00	0,00
<b>Total (VIII)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência	Saldo Final (Não Aplicado)
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2011	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2010	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2009	0,00	0,00	0,00
Anteriores a 2009	0,00	0,00	0,00
<b>Total (IX)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l)x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m)x 100
Atenção Básica	2.948.378,00	3.123.969,14	2.222.208,10	91,85	1.947.279,02	94,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	32.200,00	71.144,10	53.133,42	2,20	29.095,79	1,40
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	16.500,00	16.500,00	6.655,97	0,28	6.655,97	0,32
Vigilância Epidemiológica	12.000,00	12.000,00	9.441,15	0,39	6.460,11	0,31
Alimentação e Nutrição	102.000,00	143.646,24	127.912,89	5,29	82.040,11	3,96

Continua 3 / 4

## Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Julho a Agosto/2014

Continuação

RREO - ANEXO 12 (ADCT, Art. 77)						R\$ 1,00
Outras subfunções	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.151.078,00</b>	<b>3.407.259,48</b>	<b>2.419.351,53</b>	<b>100,00</b>	<b>2.071.531,00</b>	<b>100,00</b>

**FONTE:** Sistema Pública-COP (04.00.16.0014) LRF 2014 (04.00.16.0000)

Unidade Responsável: Município de Arroio Trinta

Data de emissão: 21/10/2014

Hora de emissão: 14:11

- <sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último
- <sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- <sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- <sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.
- <sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23da LC 141/2012.

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

Ronivan Brandalise  
Contador CRC/SC 025.868

NELSON CAMPAGNIN  
Secretário Municipal de Administração

João Marcos Ferronato  
Controlador Interno



# Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM.) (I)	14.399.350,00	16.977.136,83	2.496.828,48	11.375.249,46	2.352.303,29	8.435.901,06	94,27	49,69
LEGISLATIVA	427.000,00	427.000,00	48.686,62	222.631,19	52.344,64	207.270,04	2,32	48,54
Ação Legislativa	427.000,00	427.000,00	48.686,62	222.631,19	52.344,64	207.270,04	2,32	48,54
ADMINISTRAÇÃO	2.401.700,00	2.450.525,00	370.464,78	1.636.983,29	428.666,09	1.419.438,43	15,86	57,92
Administração Geral	2.071.700,00	2.120.525,00	322.559,20	1.446.927,92	380.760,51	1.229.383,06	13,74	57,98
Previdência Do Regime Estatutário	330.000,00	330.000,00	47.905,58	190.055,37	47.905,58	190.055,37	2,12	57,98
SEGURANÇA PÚBLICA	31.200,00	57.680,06	8.971,00	32.832,94	8.294,36	18.052,75	0,20	31,30
Policimento	31.200,00	57.680,06	8.971,00	32.832,94	8.294,36	18.052,75	0,20	31,30
ASSISTÊNCIA SOCIAL	715.350,00	740.050,00	97.839,76	566.584,90	130.612,01	454.573,69	5,08	61,42
Assistência Ao Idoso	58.150,00	58.150,00	17.946,00	33.038,85	18.546,00	20.226,00	0,23	34,78
Assistência Ao Portador De Deficiência	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência à Criança e Ao Adolescente	72.000,00	72.000,00	-18.687,46	28.800,85	-7.354,51	22.348,90	0,25	31,04
Assistência Comunitária	577.200,00	601.900,00	98.581,22	504.745,20	119.420,52	411.998,79	4,60	68,45
PREVIDÊNCIA SOCIAL	550.000,00	550.000,00	44.133,50	174.441,98	44.133,50	174.441,98	1,95	31,72
Previdência Do Regime Estatutário	550.000,00	550.000,00	44.133,50	174.441,98	44.133,50	174.441,98	1,95	31,72
SAÚDE	2.969.078,00	3.225.259,48	437.575,96	2.311.400,29	482.896,27	1.937.112,91	21,65	60,06
Atenção Básica	2.766.378,00	2.941.969,14	380.360,36	2.114.256,86	439.335,09	1.812.860,93	20,26	61,62
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	32.200,00	71.144,10	1.231,00	53.133,42	22.643,15	29.095,79	0,33	40,90
Vigilância Sanitária	16.500,00	16.500,00	2.150,00	6.655,97	2.150,00	6.655,97	0,07	40,34
Vigilância Epidemiológica	12.000,00	12.000,00	402,05	9.441,15	1.191,01	6.460,11	0,07	53,83
Alimentação e Nutrição	102.000,00	143.646,24	53.432,55	127.912,89	17.577,02	82.040,11	0,92	57,11
Abastecimento	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	2.299.922,00	2.874.672,12	872.447,17	2.005.224,53	344.359,77	1.382.512,95	15,45	48,09
Ensino Fundamental	1.441.433,00	1.987.626,95	706.224,93	1.392.181,34	190.293,09	820.751,69	9,17	41,29
Ensino Médio	129.161,00	129.161,00	17.221,28	31.935,31	17.221,28	31.935,31	0,36	24,73
Ensino Superior	120.000,00	120.000,00	28.732,79	116.674,22	21.564,06	96.559,23	1,08	80,47
Educação Infantil	591.328,00	619.884,17	120.268,17	457.433,66	113.281,34	430.266,72	4,81	69,41
Educação Especial	18.000,00	18.000,00	0,00	7.000,00	2.000,00	3.000,00	0,03	16,67

Continua 1 / 4

# Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014.Bimestre Julho-Agosto

Continuação

R\$ 1,00

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)	
CULTURA	311.000,00	326.000,00	80.044,79	236.118,34	91.330,85	219.499,93	2,45	67,33	106.500,07
Difusão Cultural	311.000,00	326.000,00	80.044,79	236.118,34	91.330,85	219.499,93	2,45	67,33	106.500,07
URBANISMO	716.500,00	1.871.816,84	198.035,29	1.662.439,17	356.440,82	616.082,69	6,88	32,91	1.255.734,15
Infra-estrutura Urbana	101.000,00	1.241.706,19	176.895,32	1.122.494,08	266.707,13	266.707,13	2,98	21,48	974.999,06
Serviços Urbanos	615.500,00	630.110,65	21.139,97	539.945,09	89.733,69	349.375,56	3,90	55,45	280.735,09
HABITAÇÃO	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Habitação Urbana	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
SANEAMENTO	24.000,00	24.000,00	3.009,65	10.324,15	3.009,65	10.324,15	0,12	43,02	13.675,85
Saneamento Básico Urbano	24.000,00	24.000,00	3.009,65	10.324,15	3.009,65	10.324,15	0,12	43,02	13.675,85
GESTÃO AMBIENTAL	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
AGRICULTURA	744.000,00	744.000,00	52.678,76	560.571,61	95.113,67	403.124,92	4,50	54,18	340.875,08
Extensão Rural	198.000,00	198.000,00	12.712,36	130.333,95	15.571,54	93.970,65	1,05	47,46	104.029,35
INDÚSTRIA	546.000,00	546.000,00	39.966,40	430.237,66	79.542,13	309.154,27	3,45	56,62	236.845,73
Promoção Industrial	111.000,00	111.000,00	7.457,18	35.809,73	7.457,18	35.809,73	0,40	32,26	75.190,27
COMÉRCIO E SERVIÇOS	11.000,00	11.000,00	7.457,18	35.809,73	7.457,18	35.809,73	0,40	32,26	75.190,27
Turismo	11.000,00	11.000,00	0,00	37,00	0,00	37,00	0,00	0,34	10.963,00
TRANSPORTE	1.185.600,00	1.662.133,33	0,00	37,00	0,00	37,00	0,00	0,34	10.963,00
Transporte Rodoviário	1.185.600,00	1.662.133,33	243.939,57	1.247.475,82	178.562,13	1.036.869,92	11,59	62,38	625.263,41
DESPORTO E LAZER	231.000,00	231.000,00	243.939,57	1.247.475,82	178.562,13	1.036.869,92	11,59	62,38	625.263,41
Desporto Comunitário	231.000,00	231.000,00	31.544,45	153.374,52	31.399,09	124.770,73	1,39	54,01	106.229,27
ENCARGOS ESPECIAIS	231.000,00	231.000,00	31.544,45	153.374,52	31.399,09	124.770,73	1,39	54,01	106.229,27
Outros Encargos Especiais	670.000,00	670.000,00	0,00	519.000,00	97.683,26	395.979,24	4,42	59,10	274.020,76
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	980.000,00	980.000,00	0,00	519.000,00	97.683,26	395.979,24	4,42	59,10	274.020,76
Reserva De Contingência	980.000,00	980.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	980.000,00

Continua 2 / 4

# Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	
			(a)	No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)	(a-b)
RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										
										R\$ 1,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		851.000,00	851.000,00	130.398,84	512.891,65	130.398,84	512.891,65	5,73	60,27	338.108,35
TOTAL (III) = (I + II)		15.250.350,00	17.828.136,83	2.627.227,32	11.888.141,11	2.482.702,13	8.948.792,71	100,00	50,19	8.879.344,12
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		851.000,00	851.000,00	130.398,84	512.891,65	130.398,84	512.891,65	100,00	60,27	338.108,35
LEGISLATIVA		11.000,00	11.000,00	2.435,21	9.167,55	2.435,21	9.167,55	1,79	83,34	1.832,45
Ação Legislativa		11.000,00	11.000,00	2.435,21	9.167,55	2.435,21	9.167,55	1,79	83,34	1.832,45
SAÚDE		260.000,00	260.000,00	42.276,83	168.251,24	42.276,83	168.251,24	32,80	64,71	91.748,76
Atenção Básica		260.000,00	260.000,00	42.276,83	168.251,24	42.276,83	168.251,24	32,80	64,71	91.748,76
EDUCAÇÃO		230.000,00	230.000,00	31.410,65	122.084,19	31.410,65	122.084,19	23,80	53,08	107.915,81
Ensino Fundamental		175.000,00	175.000,00	17.149,48	107.823,02	17.149,48	107.823,02	21,02	61,61	67.176,98
Educação Infantil		55.000,00	55.000,00	14.261,17	14.261,17	14.261,17	14.261,17	2,78	25,93	40.738,83
ENCARGOS ESPECIAIS		350.000,00	350.000,00	54.276,15	213.388,67	54.276,15	213.388,67	41,61	60,97	136.611,33
Outros Encargos Especiais		350.000,00	350.000,00	54.276,15	213.388,67	54.276,15	213.388,67	41,61	60,97	136.611,33
TOTAL		851.000,00	851.000,00	130.398,84	512.891,65	130.398,84	512.891,65	100,00	60,27	338.108,35

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.16.0014) LRF 2014 (04.00.16.0000)  
Unidade Responsável: Município de Arroio Trinta  
Data de emissão: 21/10/2014  
Hora de emissão: 14:13

ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

Ronivan Brandalise  
Contador CRC/SC 025.868

NELSON CAMPAGNIN  
Secretário Municipal de Administração

João Marcos Ferronato  
Controlador Interno

Continua 3 / 4

# Município de Arroio Trinta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")											R\$ 1,0
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-b)		
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)				
								% (b/a)			

R\$ 1,00

## Balneário Rincão

### PREFEITURA

#### **Aviso de Prorrogação de Pregão Presencial 077/Pmbr/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO PREGÃO Nº 077/PMBR/2014

Considerando a imperiosa necessidade de contratação pela Administração Pública do objeto estipulado na forma prevista pelo instrumento convocatório preambular e suas respectivas alterações; Considerando que não acudiram interessados na competição em voga.

A Pregoeira, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, torna público que:

1. A Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 077/PMBR/2014, cujo objeto é contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento parcelado de Pneus Novos, sem uso, projetados para aplicação nos eixos direcionais, tração e reboque de veículos pesados, tipo ônibus, que executam serviços de transporte urbano e rural e de um carregador de baterias para atender as necessidades da frota de veículos da Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão - SC., durante o ano de 2014, com abertura programada para o dia 21/10/2014, às 14h00min, SERÁ REABERTA NO DIA 04/11/2014 às 14h00min, NAS MESMAS CONDIÇÕES DO EDITAL INAUGURAL, serão recebidos os envelopes de habilitação e Propostas, e dado início ao certame, uma vez que para a licitação inicialmente programada, não houve apresentação de propostas, caracterizando-a deserta.

2. Esclarece-se, ainda, que ficam mantidas todas as condições e exigências estabelecidas no edital supracitado.

Balneário Rincão, 21 de Outubro de 2014.

GISELE FERREIRA

PREGOEIRA MUNICIPAL

## Barra Velha

### PREFEITURA

#### **PP 010/2014 FUMTEC**

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 021/2014 - FUMTEC

Pregão Presencial nº 010/2014 - FUMTEC

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por Lote Para realização de show pirotécnico no reveillon 2014/2015 do Município de Barra Velha. Conforme especificações detalhadas no Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 05/11/2014 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 05/11/2014 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 e das 13:30 as 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 21 de outubro de 2014.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito.

#### **PP 061/2014 PMBV**

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 087/2014 - Pregão Presencial nº 061/2014

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para Aquisição de material de expediente para o ensino fundamental e infantil da rede municipal de ensino, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 04/11/2014 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 04/11/2014 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 as 17:30, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 21 de outubro de 2014.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

**PP 062/2014 - PMBV**PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 088/2014 - Pregão Presencial nº 062/2014

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para Aquisição de aparelhos de áudio para utilização em eventos da rede municipal de ensino, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 04/11/2014 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 04/11/2014 às 14:30 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 21 de outubro de 2014.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

**PP 063/2014 - PMBV**PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 089/2014 - Pregão Presencial nº 063/2014

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para fornecimento de ponto de acesso a internet para escolas localizadas na zona rural do município, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 05/11/2014 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 05/11/2014 às 14:30 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 21 de outubro de 2014.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

**CC 005/2014 PMBV**PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 090/2014

Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 005/2014

O Prefeito de Barra Velha, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Torna Público que fará realizar Licitação na modalidade Convite para Obras e Serviços de Engenharia, tipo menor preço global, Contratação de empresa de engenharia para execução de instalação de infraestrutura, em regime de empreitada global na Rua João Pedro de Oliveira - E.B.M Professora Antônia Gasino de Freitas localizada no município de Barra Velha, conforme plantas e memorial descritivo em anexo. Data/horário recebimento envelopes: 06/11/2014 até 08:30 horas. Data/horário abertura envelopes: 06/11/2014 às 08:45 horas, nesta Prefeitura, na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração, no endereço supra, no horário das 8:00 às 12:00h e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br).

Barra Velha, 21 de outubro de 2014.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

**Bela Vista do Toldo****PREFEITURA****Extrato de Homologação E Adjudicação - Pregão 14/2014 - Pref**

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO  
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2014 - PREF.  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2014  
HOMOLOGAÇÃO: 01/09/2014  
CONTRATADO: CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

OBJETO: Aquisição de um caminhão novo equipado com baú, recurso do contrato de repasse nº 1.011.538-07/2013 SIAFI 795575 celebrado com CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
VALOR DA DESPESA: R\$ 144.000,00 (Cento e quarenta e quatro mil reais)

DATA: 01/09/2014  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

**Benedito Novo****PREFEITURA****Errata Pregão Presencial Nº 62/2014**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
ERRATA - RETIFICAÇÃO DO EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL nº. 62/2014

O Município de Benedito Novo - SC, leva ao conhecimento dos interessados que efetuou alteração no Edital de Pregão Presencial nº 62/2014, que tem por objeto a Aquisição de um veículo automotor novo, tipo furgão, teto alto, transformado em ambulância remoção básica, para Secretária Municipal de Saúde. Em virtude das alterações efetuadas, altera-se a data de entrega dos envelopes e abertura da licitação, conforme a seguir: ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 10:00h do dia 06 de novembro de 2014. ABER-TURA: às 10:05h do dia 06 de novembro de 2014. LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal. As demais cláusulas e condições do Edital e Anexos permanecem inalteradas. A presente Errata é parte integrante do Edital, independente de transcrição. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5070, Centro, pelo Fone/ Fax: (47) 3385-0487 ou no site: [www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br).

Benedito Novo (SC), 21 de outubro de 2014.  
Jean Michel Grundmann  
Prefeito

**Biguaçu****PREFEITURA****Extrato Contrato Nº 10.100/2014 - Processo: Pregão Presencial - PP Nº 51/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.100/2014  
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 51/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU.

Fornecedor: ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA.

Valor: R\$ 14.545,00 (quatorze mil quinhentos e quarenta e cinco reais).

Vigência: 14/10/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.094/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 51/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.094/2014  
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 51/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU.

Fornecedor: MAKE LINE COMERCIAL LTDA ME

Valor: R\$ 37.250,00 (trinta e sete mil duzentos e cinquenta reais).

Vigência: 14/10/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.092/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 51/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.092/2014  
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 51/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU.

Fornecedor: LABORSYS PRODUTOS DIAGNÓSTICOS E HOSPITALARES LTDA.

Valor: R\$ 13.990,00 (TREZE MIL NOVECENTOS E NOVENTA REAIS).

Vigência: 14/10/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.091/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 51/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.091/2014  
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 51/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU.

Fornecedor: J. R. ELHKE & CIA LTDA.

Valor: R\$ 111.300,00 (CENTO E ONZE MIL E TREZENTOS REAIS)

Vigência: 14/10/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.090/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 51/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.090/2014  
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 51/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU.

Fornecedor: INSTRAMED INDÚSTRIA MÉDICO HOSPITALAR LTDA ME

Valor: R\$ 163.380,00 (cento e sessenta e três mil trezentos e oitenta reais).

Vigência: 14/10/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.



**EXTRATO CONTRATO Nº 10.089/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 51/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.089/2014  
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 51/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU.

Fornecedor: IBF - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A

Valor: R\$ 53.800,00 (CINQUENTA E TRÊS MIL E OITOCENTOS REAIS).

Vigência: 14/10/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.085/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 51/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.085/2014  
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 51/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU.

Fornecedor: DRÄGER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Valor: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

Vigência: 14/10/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.086/2014 - PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL - PP Nº 51/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.086/2014  
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 51/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU.

Fornecedor: GIGANTE RECEM NASCIDO LTDA EPP

Valor: R\$ 36.850,00 (TRINTA E SEIS MIL OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS).

Vigência: 14/10/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO  
Secretário Municipal de Saúde.

**PORTARIA Nº 2469/2014**

PORTARIA nº 2469 de 21 de outubro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VERA LUCIA LOPES KAIR, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VERA LUCIA LOPES KAIR, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 20 horas semanais, no período de 18/09/2014 a 04/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/09/2014.

Biguaçu, 21 de outubro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2470/2014**

PORTARIA nº 2470 de 21 de outubro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RAFAELA DOMINGUES DE AZEVEDO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RAFAELA DOMINGUES DE AZEVEDO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 20 horas semanais, no período de 18/09/2014 a 04/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/09/2014.

Biguaçu, 21 de outubro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2471/2014**

PORTARIA nº 2471 de 21 de outubro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CHARLENE MARIA LINO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CHARLENE MARIA LINO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 24/09/2014 a 28/11/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/09/2014.

Biguaçu, 21 de outubro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2472/2014**

PORTARIA nº 2472 de 21 de outubro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), OSNILDA KUHN HASKEL, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), OSNILDA KUHN HASKEL, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 31/06/2014 a 15/11/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/06/2014.

Biguaçu, 21 de outubro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2473/2014**

PORTARIA nº 2473 de 21 de outubro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSANA DE LOURDES MACHADO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSANA DE LOURDES MACHADO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/10/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/10/2014.

Biguaçu, 21 de outubro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2474/2014**

PORTARIA nº 2474 de 21 de outubro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VILDINEIA LONGEN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VILDINEIA LONGEN, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/10/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/10/2014.

Biguaçu, 21 de outubro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2475/2014**

PORTARIA nº 2475 de 21 de outubro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ALCILIETE ANALIA SOARES ABREU, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ALCILIETE ANALIA SOARES ABREU, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 03/10/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/10/2014.

Biguaçu, 21 de outubro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 2476/2014**

PORTARIA nº 2476 de 21 de outubro de 2014

Designa o Servidor Francisco de Souza Pereira, ocupante do cargo comissionado de Diretor Administrativo, inscrito na matrícula funcional nº 7431, para responder pelo Cargo de Diretor Administrativo e Financeiro, da Fundação Municipal do Meio Ambiente e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Servidor Francisco de Souza Pereira, ocupante do cargo comissionado de Diretor Administrativo, na Secretaria Municipal de Administração, inscrito na matrícula funcional nº 7431, para responder, cumulativamente com a função que já exerce, pelo cargo comissionado de Diretor Administrativo e Financeiro, da Fundação Municipal do Meio Ambiente, a partir de 14/10/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/10/2014.

Biguaçu, 21 de outubro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

**PP 223/2014 PMB E Outros**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 223/2014 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO 02 (DOIS) ROTEADORES PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 5 novembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 5 novembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 22 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 225/2014 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E CONVENIADAS, PARA O PERÍODO DE NOVEMBRO À DEZEMBRO DE 2014.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 6 novembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 6 novembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 22 de outubro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 226/2014 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO COM 15 OU 16 Lugares para o transporte escolar.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 5 novembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 5 novembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 22 de outubro de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
PREFEITO MUNICIPAL

**Portaria Nº 2477/2014**

PORTARIA nº 2477 de 21 de outubro de 2014

**ERRATA:**

Na portaria 2413/2014, de licença para tratamento de saúde da servidora Ivonete Ferreira Corrêa, ocorreu um equívoco quanto à ação.

Portaria 2413 de 17 de outubro de 2014:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IVONETE FERREIRA CORREA, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9185/2014 em anexo no período de 14/10/2014 a 31/12/2014.

Passa a ter a seguinte redação:

CONCEDER READAPTAÇÃO à(o) funcionária (o), IVONETE FERREIRA CORREA, ocupante do Cargo Efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, de acordo com a Perícia Médica anexada, no Processo nº 9185/2014 no período de 14/10/2014 a 31/12/2014.

Biguaçu, 21 de outubro de 2014.  
João Luiz Luz  
Secretário Municipal de Administração

**Lei Nº 3508/2014**

LEI Nº 3508/2014 DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.  
Biguaçu, 17 de outubro de 2014.

Lei nº 3508/2014, de 15/10/2014  
Promulgada em 15/10/2014  
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

**Portaria Nº 2478/2014**

PORTARIA nº 2478 de 21 de outubro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) SIDNEI SAUL DE AMORIM, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de VIGIA, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transporte, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SIDNEI SAUL DE AMORIM, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de VIGIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transporte, a partir de 15/10/2014 a 15/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e

seus efeitos são retroativos a 15/10/2014.

Biguaçu, 21 de outubro de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2014 - FMS**

AVISO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2014 - FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRO-ELETRÔNICO PARA ATENDER AS SALAS DE VACINAÇÃO E AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:  
Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 23/10/2014, às 13h59min do dia 05/11/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 05/11/2014, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (05/11/2014), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (05/11/2014), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br), a partir do dia 23/10/2014.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados - CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas



através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 21 de outubro de 2014.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação - Leandro Adriano de Barros  
Secretário de Saúde

### **Decreto Nº 148/2014**

DECRETO Nº 148/2014 DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.  
APROVA O REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS - COMAT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 98 da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 33, de 21 de dezembro de 2010,

DECRETA:  
TÍTULO I  
DA COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA

#### **CAPÍTULO I DAS ATRIBUIÇÕES**

Art. 1º. A Comissão Municipal de Assuntos Tributários - COMAT é um órgão administrativo colegiado de que trata o art. 20 da Lei Complementar nº 33, de 21 de dezembro de 2010, integrado na estrutura da Secretaria Municipal de Fazenda, com autonomia decisória e que tem a incumbência essencial de julgar em primeira instância os recursos voluntários e de ofício, referentes aos processos tributários interpostos pelos contribuintes do Município contra atos ou decisões sobre matéria fiscal, praticados pela autoridade administrativa, por força de suas atribuições.

Parágrafo Único - A Comissão Municipal de Assuntos Tributários - COMAT rege-se pelo disposto neste Regimento Interno e pelas demais disposições legais e regulamentares.

Art. 2º. As atribuições da Comissão Municipal de Assuntos Tributários - COMAT, definidas no Anexo I da Lei Complementar nº 33/2010, e na Lei Complementar nº 03/2007, são as seguintes:

- I- julgar em primeira instância administrativa, as reclamações interpostas contra o lançamento dos tributos municipais, decorrentes de Notificações Fiscais;
- II- julgar as defesas apresentadas contra a aplicação de penalidades mediante Auto de Infração, emitido pela autoridade fiscal, decorrentes do descumprimento das obrigações tributárias, principais ou acessórias;
- III- interpor recurso de ofício ao Conselho Municipal de Contribuintes sempre que o valor da sucumbência da Fazenda Pública Municipal exceder o valor de R\$ 6.960,12 (seis mil, novecentos e sessenta reais e doze centavos), que deve ser atualizado mensalmente pelo Índice Nacional de Preços do Consumidor - INPC.
- IV- interpor recurso de ofício ao Conselho Municipal de Contribuintes sempre que julgar a matéria de relevante interesse público;
- V- responder consultas relativas à aplicação e interpretação da legislação tributária municipal, formuladas por contribuintes, servidores municipais em geral, em especial os Fiscais de Tributos, Agentes Fazendários, Técnicos de Cadastro, órgãos da Administração Pública e entidades de classes;
- VI- baixar resoluções normativas acerca de matérias relevantes e de interesse geral dos contribuintes;

VII- representar ao Secretário Municipal da Fazenda, propondo a adoção de medidas tendentes ao aprimoramento do Sistema Tributário Municipal e que objetivem, principalmente, a justiça fiscal e a conciliação dos interesses dos contribuintes com os da Fazenda Municipal;

VIII- organizar e disciplinar, mediante resolução normativa, os processos tributários administrativos nos aspectos concernentes à formação, tramitação e instrução dos processos de reclamação, defesa, consulta, isenção, imunidades, representação e outros cuja competência decisória lhe seja atribuída por lei ou decreto;

IX- elaborar o Regimento Interno da COMAT para aprovação, em Decreto do Chefe do Poder Executivo;

X- anular o processo tributário, em todo ou em parte, sempre que constatar erro insanável em sua organização;

XI- promover a regularização de processo tributário sempre que verificar erro sanável em qualquer de suas peças substanciais;

XII- outras atribuições inerentes à organização administrativa e ao funcionamento da Comissão.

Art. 3º. A análise, apreciação e julgamento de processo administrativo fiscal não decorrente de notificação de lançamento, auto de infração ou consulta, relativo aos tributos municipais, compete, por delegação à COMAT, observadas às normas regulamentares da legislação tributária pertinente, e, subsidiariamente as instruções normativas emanadas dos titulares da Fazenda Municipal ou da Procuradoria Geral do Município.

Parágrafo Único - Compreendem-se no disposto deste artigo, dentre outros, os processos relativos a:

- I- reconhecimento de imunidade;
- II- concessão de isenção;
- III- reconhecimento de não-incidência;
- IV- repetição de indébito;
- V- compensação;
- VI- transação;
- VII- remissão;
- VIII- representação;

#### **CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO**

Art. 4º. A COMAT será composta por 01 (um) presidente e 04 (quatro) membros efetivos e respectivos suplentes, que se reunirão nos prazos fixados no art. 14.

§ 1º Os membros e o Presidente serão nomeados pelo Prefeito Municipal e indicados nos seguintes termos:

- I- 01 (um) Presidente, indicado pelo Titular da Fazenda Municipal, escolhido dentre os servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal da Fazenda;
- II- 02 (dois) Membros Relatores Titulares, representantes da Procuradoria Geral do Município, indicados pelo Procurador Geral;
- III- 02 (dois) Membros Consultores Titulares, representantes da Gerência de Fiscalização, indicados pelo Secretário Municipal da Fazenda, escolhidos dentre os detentores do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos I ou Fiscal de Tributos II.

§ 2º Para cada membro titular da COMAT será nomeado um suplente, também indicado pelas mesmas autoridades definidas nos incisos I a III do § 1º deste artigo.

§ 3º Os membros suplentes serão convocados para comparecerem às reuniões da Comissão, nas faltas ou impedimentos dos membros titulares.

§ 4º Perde o mandato o membro da Comissão que:

- I- no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude, praticar qualquer ato de favorecimento ou deixar de cumprir as disposições legais e regimentais a ele cometidas;

II- receber qualquer benefício indevido, em função do mandato;  
III- recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, o exame ou julgamento dos processos;  
IV- deixar de comparecer a três sessões consecutivas, ou seis alternadas, no mesmo exercício, salvo por motivo de doença, afastamento, férias ou licença.

Art. 5º. Aos membros da Comissão, incluído seu Presidente e ao servidor designado para as atividades da Secretaria Geral, não será atribuída remuneração adicional pelos trabalhos realizados no âmbito da Comissão, pois as reuniões e demais atividades poderão ser desenvolvidas no horário normal de trabalho, já que todos serão servidores do Município.

§ 1º O servidor designado para as atividades da Secretaria Geral da Comissão elaborará, mensalmente, relatório indicando o comparecimento ou não dos membros da comissão nas sessões realizadas no período;

§ 2º O relatório de que trata o § 1º deste artigo será homologado pelo Presidente da Comissão e lido na primeira sessão seguinte ao evento, encaminhando-se cópias ao secretário Municipal da Fazenda, no prazo de dez dias.

### CAPÍTULO III DA ESTRUTURA

Art. 6º. A Comissão Municipal de Assuntos Tributários terá a seguinte estrutura:

- I- Presidência;
- II- Câmara Deliberativa, formada pelos membros efetivos e respectivos suplentes;
- III- Secretaria Geral;

#### Seção I Da Presidência

Art. 7º. O Presidente é o representante da COMAT, para todos os efeitos legais e regulamentares.

Art. 8º. Ao Presidente da Comissão Municipal de Assuntos Tributários, além de outras atribuições previstas neste Regimento, caberá:

- I- exercer a direção da Comissão;
- II- solicitar ao Secretário Municipal da Fazenda os recursos materiais e humanos necessários ao regular funcionamento da COMAT;
- III- apresentar ao Secretário Municipal da Fazenda, mensalmente, relatório das atividades da COMAT;
- IV- proferir voto de desempate;
- V- convocar suplente de membro efetivo;
- VI- convocar reuniões extraordinárias;
- VII- assinar acórdãos juntamente com o relator;
- VIII- representar a Comissão perante quaisquer pessoas ou órgãos;
- IX- comunicar às autoridades competentes, de ofício, ou a requerimento de qualquer membro, irregularidades ou faltas funcionais, ocorridas em repartição administrativa, de que haja provas ou indícios em processo submetido a julgamento na Comissão;
- X- presidir as sessões de julgamento.

§ 2º O Presidente, nos seus impedimentos, será substituído:

- I- pelo membro mais antigo na Comissão de Assuntos Tributários;
- II- pelo membro com maior idade.

#### Seção II Da Câmara Deliberativa

Art. 9º. A Câmara Deliberativa é formada por seus membros efetivos e respectivos suplentes.

Art. 10. À Câmara Deliberativa, por seus Membros Efetivos além das atribuições previstas na Lei Complementar nº 33/2010, na legislação tributária e neste Regimento, compete:

- I- relatar os processos que lhe forem distribuídos no prazo de 60 (sessenta) dias;
- II- proferir voto nos processos que se referem os art. 2º e 3º, deste Regimento;
- III- redigir os acórdãos de processos em que for relator ou cuja redação lhe for cometida;
- IV- propor, em sessão, diligências que entender necessárias à instrução Processual;
- V- solicitar vista de processos, com prazo máximo para devolução de 15 (quinze) dias.

Parágrafo único - O Membro Efetivo, nos seus impedimentos, será substituído por seu respectivo membro suplente.

#### Seção III Da Secretaria Geral da COMAT

Art. 11. As atividades administrativas necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos Da Comissão Municipal de Assuntos Tributários competem à sua Secretaria, dirigida pelo Secretário-Geral.

Art. 12. São atribuições da Secretaria Geral da COMAT, além das prevista na Lei Complementar, e neste Regimento:

- I- secretariar os trabalhos da Câmara Deliberativa;
- II- organizar o processo administrativo tributário na forma de autos forenses, cabendo-lhe:
  - a) sanear o processo, corrigindo eventuais vícios, irregularidades ou nulidades;
  - b) solicitar aos órgãos competentes da Secretaria Municipal da Fazenda, a prestação de informações, juntada de documentos e outras diligências necessárias;
  - c) informar se o infrator é reincidente, conforme definido em lei;
  - d) solicitar informação da autoridade administrativa responsável pelo lançamento, aplicação da penalidade, ou procedimento específico, que terá vistas do processo, pelo prazo de 8 (oito) dias, para apresentar suas informações à reclamação, defesa, demais alegações do sujeito passivo, e anexar os documentos que julgar relevantes para a apreciação do feito.
  - e) controlar os prazos regimentais para cumprimento de exigências e outros decorrentes da legislação;
- III- assistir às sessões, preparar lista de frequência e redigir as respectivas atas;
- IV- providenciar as pautas das sessões;
- V- encaminhar aos Membros da Comissão as pautas das sessões, com antecedência mínima de 01 (um) dia;
- VI- subscrever as certidões autorizadas pelo presidente;
- VII- preparar o relatório mensal da COMAT;
- VIII- fazer a previsão dos recursos materiais e humanos necessários aos serviços administrativos da COMAT e supervisionar a sua execução;
- IX- praticar outros atos determinados pelo Presidente da COMAT;
- X- organizar ementário e fazer publicar periodicamente, as ementas das decisões da COMAT;
- XI- manter em dia o registro dos processos, de maneira a facilitar a pesquisa em torno deles e sua localização;
- XII- solicitar a devolução de processos em poder dos Membros da Comissão, decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias.
- XIII- dar imediata ciência ao Presidente da Comissão, do recebimento de ofícios, notificações ou requisições judiciais, inclusive pedidos de informações para instrução de ações em andamento, encaminhando-os à Procuradoria Geral do Município, quando necessário;
- XIV- certificar nos autos a data em que a decisão do recurso se tornou definitiva.

XV- expedir intimação aos contribuintes, dando-lhes ciência das decisões, exigências, diligências, soluções de consulta e qualquer outra solicitação, formuladas pelos Membros;  
XVI- verificar se na formulação da Consulta foram observados, conforme o caso, os requisitos a que se refere o art. 35;  
XVII- orientar o interessado quanto à maneira correta de formular a Consulta, no caso de inobservância de alguns dos requisitos exigidos;  
XVIII- organizar o processo e encaminhar à Presidência da COMAT, desde que tenham sido atendidas as formalidades previstas;  
XIX- receber os recursos de divergência interpostos contra decisões proferidas nos processos de Consulta e encaminhá-los à Presidência da COMAT.

Art. 13. A Secretaria Geral da Comissão Municipal de Assuntos Tributários será realizada por um servidor designado pelo titular da Secretaria Municipal da Fazenda, escolhido dentre os funcionários do seu Quadro de Pessoal.

#### Capítulo IV Da Ordem dos Trabalhos

##### Seção I Do Funcionamento da Comissão

Art. 14. A Comissão Municipal de Assuntos Tributários realizará sessões ordinárias e extraordinárias.

§1º As sessões ordinárias serão realizadas, ordinariamente, no mínimo, duas vezes por mês, em dia e hora a serem fixados pelo Presidente da COMAT.

§2º As sessões extraordinárias serão realizadas em dia e hora fixados pelo Presidente da COMAT, conforme a necessidade.

§3º Não se realizarão sessões:

- I- nos feriados e dias de ponto facultativo;
- II- na Quarta-feira de Cinzas;
- III- no período de 20 de Dezembro a 20 de Janeiro.

§4º O Presidente da COMAT poderá expedir Resolução fixando Calendário das Sessões Ordinárias para o exercício vigente ou futuro.

Art. 15. As sessões da Comissão de Assuntos Tributários, de caráter efetivo ou suplementar, serão realizadas com presença mínima de 2/3 dos Conselheiros e suas decisões serão tomadas por maioria dos votos, cabendo ao Presidente proferir, quando for o caso, o voto de desempate.

##### Seção II Das Atas das Sessões

Art. 16. As atas das sessões da COMAT serão lavradas e assinadas pelo Secretário-Geral e nelas será resumido, com clareza, todo o ocorrido na sessão, devendo conter:

- I- dia, mês, ano, hora e local da abertura e encerramento da sessão;
- II- nome do Presidente da COMAT ou do Membro que o substituir;
- III- nomes dos Membros Efetivos, dos Suplentes que compareceram;
- IV- nome dos Membros Efetivos que faltaram e as respectivas justificativas; e
- V- registro sumário dos fatos ocorridos, dos assuntos tratados e das resoluções tomadas, mencionada sempre a natureza dos processos submetidos a julgamento, seu número e os nomes dos requerentes, as decisões proferidas, minuciosamente relatadas, bem como as suas respectivas ementas, com o esclarecimento de que as decisões foram tomadas por unanimidade, por maioria ou pelo voto de desempate e se foram feitas declarações de voto.

Art. 17. A ata de cada sessão, assinada pelo Secretário-Geral, será submetida ao Plenário para discussão e aprovação, após o que o Presidente da COMAT determinará o seu encerramento, datando-a e subscrevendo-a.

Art. 18. As atas, uma vez digitadas, permanecerão na Secretaria da COMAT até o final de cada exercício, quando serão remetidas ao setor competente para encadernação, observada a ordem cronológica de realização das sessões, e posterior arquivamento, sendo facultado aos interessados, quando autorizados, o acesso para consulta.

## TÍTULO II DO PROCEDIMENTO

### Capítulo I Dos Atos e Termos Processuais

Art. 19. Os atos e termos processuais, quando a lei não prescrever forma determinada, conterão somente o indispensável à sua finalidade, sem espaço em branco, e sem entrelinhas, rasuras ou emendas não ressalvadas.

Parágrafo único. Os atos e termos processuais poderão ser formalizados, tramitados, comunicados e transmitidos em formato digital, conforme disciplinado em ato da administração tributária.

Art. 20. O servidor fará realizar, no prazo de trinta dias, os atos processuais que devam ser praticados em sua jurisdição, por solicitação de outra autoridade preparadora ou julgadora.

Art. 21. Salvo disposição em contrário, o servidor executará os atos processuais no prazo de oito dias.

### Capítulo II Dos Prazos

Art. 22. Os prazos serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo único. Os prazos só se iniciam ou vencem no dia de expediente normal no órgão em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

### Capítulo III Das Nulidades

Art. 23. O Secretário Geral da COMAT, ou os Membros, de ofício ou a requerimento do interessado, declararão nulo o ato:

I- notificado sem:

- a) referência completa das normas em que se fundamenta a pretensão;
- b) indicação dos seguintes requisitos:
  - 1. qualificação dos interessados;
  - 2. valor da prestação pecuniária ou descrição da obrigação tributária ou, ainda, do dever fiscal exigido pela Fazenda;
  - 3. Prazo de impugnação.
- c) assinatura ou chancela mecânica da autoridade que tiver homologado a exigência e indicação do seu cargo.

II- praticado:

- a) por pessoa incompetente ou impedida;
- b) com preterição do direito de defesa.

Parágrafo único. Não será decretada a nulidade, nem se repetirá o ato, se a parte a que favoreça lhe houver dado causa, ou quando não influir na solução do litígio.

## CAPÍTULO IV DOS IMPEDIMENTOS

Art. 24. Os Membros declarar-se-ão impedidos de funcionar nos processos que lhes interessarem pessoalmente ou em relação às empresas ou sociedades de que façam parte como sócios, acionistas, empregados, interessados ou membros da diretoria ou de quaisquer conselhos.

§ 1º Subsiste o impedimento quando nos processos estiverem envolvidos interesses pessoais ou profissionais, diretos ou indiretos, próprios ou de qualquer parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, de amigo íntimo ou de inimigo capital.

§ 2º Igual impedimento existe em relação ao Membro que tenha oficiado no processo na primeira instância.

§ 3º Poderá o Membro considerar-se impedido por motivo de foro íntimo, hipótese em que não será necessário declarar o motivo do impedimento.

§ 4º A declaração de impedimento deverá ser formalizada com antecedência mínima de dois dias úteis da data de julgamento do processo e implicará a convocação do Suplente ou, quando for o caso, sua retirada de pauta.

§ 5º No caso de impedimento do Membro Relator, este encaminhará o processo ao Presidente da Comissão, para nova distribuição, feita a devida compensação.

§ 6º Caso o impedimento seja declarado no ato do sorteio para relatoria, o Membro sorteado fará constar nos autos declaração expressa dessa circunstância, indispensável para validar a nova distribuição.

Art. 25. Sendo alegado impedimento do Membro, essa questão será objeto de manifestação do indicado; caso este não o reconheça, a questão será votada como preliminar.

Parágrafo Único - Reconhecido o impedimento ou acolhida a preliminar, o Membro ou Suplente não poderá participar do julgamento do recurso, que será retirado de pauta, quando for o caso, para redistribuição ou novo encaminhamento.

## CAPÍTULO V DAS INTIMAÇÕES

Art. 26. As intimações poderão ser feitas:

I- pessoalmente, com a ciência dada na Secretaria da COMAT ou no Protocolo Geral ao contribuinte ou a seu representante devidamente credenciado;

II- por via postal, com aviso de recebimento; ou

III- por edital publicado uma única vez, no Diário Oficial dos Municípios, no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) quando não encontrado o contribuinte ou seu preposto, ou quando se verificar a recusa no recebimento da intimação.

Art. 27. Consideram-se feitas as intimações:

I- pessoalmente, na data da ciência do intimado;

II- por via postal, na data de seu recebimento ou, se esta for omitida, quinze dias após a entrega da intimação na agência postal; e

III- por edital, na data da sua publicação no Diário Oficial do Município.

Art. 28. O conhecimento do ato administrativo pelo interessado, por qualquer forma e de modo inequívoco, dispensa a formalidade da intimação.

## CAPÍTULO VI

### DAS RECLAMAÇÕES, DEFESAS, CONSULTAS, DOS DEMAIS PROCESSOS

#### Seção I

##### Da Instrução Processual

#### Subseção I

##### Das disposições gerais

Art. 29. As reclamações, defesas e os demais processos estabelecidos no art. 3º, parágrafo único, deste Regimento, serão apresentados, por petição escrita, no Protocolo do Atendimento Tributário, dando-se deles recibo, com os seguintes requisitos:

I- identificação do reclamante/recorrente/requerente: nome ou razão social, endereço, telefone, endereço eletrônico (e-mail), número do CPF (se pessoa física) ou do CNPJ (se pessoa jurídica) e ramo de atividade;

II- na hipótese de pessoa jurídica, deverá apresentar cópia autenticada em cartório ou por servidor do Protocolo à vista do documento original do contrato social, estatuto ou documento individual ou coletivo, com cláusula contendo autorização expressa dos sócios ou associados, para representá-los administrativamente.

III- identificação do representante legal ou procurador, mediante cópia de documento autenticada em cartório ou por servidor do Protocolo à vista do documento original, acompanhada da respectiva procuração;

Art. 30. Os processos deverão ser instruídos necessariamente com:

I- o número atribuído ao processo pelo Protocolo Geral deverá ser mantido em toda sua tramitação, mesmo no caso de reencampamento, sem prejuízo de o órgão de segunda instância instituir número próprio para seu controle;

II- as folhas do processo devem ser devidamente numeradas e rubricadas à tinta, e os documentos, informações, termos, laudos e pareceres dispostos em ordem cronológica;

III- qualquer referência a elementos do processo deverá ser feita com indicação precisa do número da folha em que se encontre registrados;

IV- em caso de referência a elementos constantes de processo anexado ao que estiver em estudo, far-se-á também a menção do número do processo em que estiver a folha citada;

V- nos casos de reorganização do processo, as folhas serão renumeradas e rubricadas, cancelando-se a paginação anterior e considerando-se expressamente esta providência;

VI- qualquer novo documento juntado ao processo deve ser numerado e rubricado, continuando a numeração do processo pelo funcionário que os juntar;

VII- Os despachos, informações e quaisquer atos processuais deverão:

a) ser escritos em linguagem clara, concisa, precisa e isenta de acrimônia ou parcialidade,

b) ser legíveis, sem emendas ou rasuras;

c) ser fundamentados;

d) conter a identificação do funcionário, do órgão em que tem seu exercício, data e assinatura.

VIII- Todo processo administrativo fiscal em andamento deverá conter, após cada ato escrito, a data do recebimento ou encaminhamento, feito pelo funcionário que o recebeu ou o encaminhou;

#### Subseção II

##### Das Reclamações

Art. 31. Nos processos de reclamação, além dos requisitos dos artigos 29 e 30, deverão ser instruída necessariamente com:

I- uma das vias da Notificação Fiscal e seus anexos;

II- cópia dos Termos de Início e de Encerramento de Fiscalização;

III- outros Termos e Intimações Fiscais emitidos durante a



fiscalização;

### Subseção III Das Defesas

Art. 32. Nos processos de Defesa, além dos requisitos dos artigos 29 e 30, deverão ser instruída necessariamente com:

I- uma das vias do Auto de Infração e seus anexos;

### Subseção IV Dos demais processos

Art. 33. Nos demais processos, além dos requisitos dos artigos 29 e 30, deverão ser instruídos necessariamente com os documentos que este Regimento ou outra norma dispuser.

## Seção II Das consultas

### Subseção I Da legitimidade para propor consultas

Art. 34. A Consulta poderá ser proposta por:

- I- sujeitos passivos de obrigação tributária principal ou acessória;
- II- órgãos das administrações públicas federais, estaduais ou municipais, inclusive autarquias, fundações e empresas públicas;
- III- entidades de classe ou representativas de categorias profissionais;
- IV- entidades representativas de categorias econômicas;
- V- agentes fiscais de tributos municipais;
- VI- servidores da Secretaria Municipal da Fazenda.

### Subseção II Dos requisitos para a formulação de consulta

Art. 35. A Consulta formulada por escrito será dirigida à Comissão Municipal de Assuntos Tributários - COMAT, mediante petição protocolada no Protocolo Geral da Prefeitura, além dos requisitos dos artigos 29 e 30, deverão ser instruídas necessariamente com:

- I- declaração expressa do sujeito passivo de que a matéria objeto da Consulta:
  - a) não se encontra sob qualquer espécie de procedimento fiscal já iniciado;
  - b) não foi objeto de decisão anterior proferida pela COMAT ou pelo Conselho Municipal de Contribuintes, em processo de Consulta, reclamação ou recurso em que foi parte o interessado;
- II- descrição clara e detalhada do objeto com indicação das informações necessárias à elucidação da matéria;
- III- indicação dos dispositivos legais e regulamentares que ensejaram a Consulta;
- IV- especificação dos fatos aos quais se destina a interpretação e aplicação da decisão.

§ 1º A declaração prevista no inciso I do "caput" não se aplica à Consulta formulada em nome dos associados ou filiados pelas entidades mencionadas nos incisos III e IV do art. 28.

§ 2º Quando a Consulta versar sobre fato ainda não ocorrido deverá ser demonstrada a sua vinculação e a efetiva possibilidade de sua ocorrência.

### Subseção III Dos requisitos para Solução de Consulta

Art. 36. Na Solução de Consulta deverão ser observados os atos normativos expedidos pelas autoridades competentes, bem como as Soluções de Consulta e de Divergência sobre a matéria consultada, anteriormente proferidas.

§ 1º Na Consulta eficaz será proferida Solução de Consulta que deverá conter:

- I- identificação do interessado (nome, CNPJ ou CEI, ou CPF, e domicílio) e número do processo;
- II- número da Solução de Consulta, assunto e ementa;
- III- relatório da Consulta;
- IV- fundamentos legais;
- V- conclusão; e
- VI- ordem de intimação.

§ 2º Na alteração ou reforma de ofício e na apreciação de recurso de divergência ou de representação, deverá ser emitida Solução de Divergência pela COMAT.

§ 3º A declaração de ineficácia da Consulta será formalizada em Despacho Decisório, que poderá ser fundamentado em parecer proferido no respectivo processo, não estando sujeito à publicação.

§ 4º A Consulta será solucionada em instância única, não cabendo recurso nem pedido de reconsideração da Solução de Consulta ou do Despacho Decisório que declarar sua ineficácia.

Art. 37. A Solução da Consulta será comunicada ao interessado pela entrega no Protocolo Geral da Prefeitura, de via original da Solução da Consulta.

Parágrafo Único - Independentemente da comunicação pessoal prevista no "caput", a Solução da Consulta será:

- I- publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM;
- II- disponibilizada 01 (uma) vez no sítio oficial da Prefeitura para conhecimento público.

### Subseção IV Efeitos da Consulta

Art. 38. A Consulta eficaz, formulada antes do prazo legal para recolhimento de tributo, impede a aplicação de multa de mora e de juros de mora, relativamente à matéria Consultada, a partir da data de sua protocolização até o trigésimo dia seguinte ao da ciência, pelo consulente, da Solução de Consulta.

§ 1º Quando a Solução da Consulta implicar pagamento, este deverá ser efetuado no prazo referido no caput.

§ 2º Os efeitos da Consulta que se reportar a situação não ocorrida, somente se aperfeiçoarão se o fato concretizado for aquele sobre o qual versou a Consulta previamente formulada.

§ 3º Os efeitos da Consulta formulada pela matriz da pessoa jurídica estender-se-ão aos demais estabelecimentos.

§ 4º No caso de Consulta formulada por entidade representativa de categoria econômica ou profissional em nome dos associados ou filiados, os efeitos referidos neste artigo somente os alcançarão depois de cientificada a consulente da Solução da Consulta.

§ 5º A Consulta não suspende o prazo para recolhimento de tributo retido na fonte ou auto-lançado, antes ou depois de sua apresentação, nem para entrega de declaração de informações fiscais previstas na legislação municipal ou cumprimento de outras obrigações acessórias.

§ 6º Na hipótese de alteração de entendimento expresso em Solução da Consulta, a nova orientação alcança apenas os fatos geradores que ocorrerem após a ciência do consulente interessado, ou a sua publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, exceto se a nova orientação lhe for mais favorável, caso em que esta atingirá, também, o período abrangido pela Solução anteriormente

dada.

§ 7º Havendo divergência de conclusões entre soluções de Consultas relativas a uma mesma matéria, fundada em idêntica norma jurídica, poderá a decisão ser revista aplicando-se, nesse caso, o disposto no § 6º.

Art. 39. Não produz efeitos a Consulta formulada:

I- com inobservância dos arts. 34 e 35;

II- em tese, com referência a fato genérico, ou, ainda, que não identifique o dispositivo da legislação tributária sobre cuja aplicação haja dúvida;

III- por quem estiver intimado a cumprir obrigação relativa ao fato objeto da Consulta;

IV- sobre fato objeto de litígio, de que o consultante faça parte, pendente de decisão definitiva nas esferas administrativa ou judicial;

V- por quem estiver sob procedimento fiscal, iniciado antes de sua apresentação, para apurar os fatos que se relacionem com a matéria Consultada;

VI- quando o fato houver sido objeto de Solução anterior proferida em Consulta ou litígio em que tenha sido parte o consultante, e cujo entendimento por parte da administração não tenha sido alterado por ato superveniente;

VII- quando versar sobre constitucionalidade ou legalidade da legislação tributária;

VIII- quando o fato estiver definido ou declarado em disposição literal da lei;

IX- quando o fato estiver definido como crime ou contravenção penal; e

X- quando não descrever, completa e exatamente, a hipótese a que se referir, ou não contiver os elementos necessários à sua Solução, salvo se a inexatidão ou omissão for escusável, a critério da autoridade julgadora.

#### Subseção V

#### Recurso de Divergência e Representação

Art. 40. Havendo divergência de conclusões entre soluções de Consultas relativas à mesma matéria, fundada em idêntica norma jurídica, caberá recurso especial, sem efeito suspensivo, para a COMAT.

§ 1º O recurso de que trata este artigo pode ser interposto pelo destinatário da Solução divergente, no prazo de trinta dias contados da ciência da Solução ou da publicação da Solução que gerou a divergência, cabendo-lhe comprovar a existência das soluções divergentes sobre idênticas situações, mediante a juntada dessas soluções publicadas.

§ 2º Não cabe recurso do despacho denegatório da divergência.

§ 3º O sujeito passivo que tiver conhecimento de Solução divergente daquela que esteja observando, em decorrência de resposta a Consulta anteriormente formulada sobre idêntica matéria, poderá adotar o procedimento previsto no caput, no prazo de trinta dias contado da respectiva publicação.

§ 4º Da Solução da divergência será dada ciência imediata ao destinatário da Solução de Consulta reformada, aplicando-se seus efeitos a partir da data da ciência, observado, conforme o caso, o disposto no § 6º ou no § 7º do art. 32.

§ 5º A Solução de Divergência, uniformizando o entendimento, acarretará a edição de ato específico de caráter geral.

§ 6º Qualquer servidor da Secretaria da Fazenda que tiver conhecimento de Soluções de Consulta divergentes sobre a mesma matéria deve, a qualquer tempo, formular representação ao

Presidente da COMAT indicando as soluções divergentes.

#### Seção III

Da desistência, da perda do objeto e do incabimento de recurso

Art. 41. A desistência do recurso será manifestada em petição dirigida ao Presidente da COMAT.

Parágrafo Único - No caso de o requerimento não ser assinado pelo requerente, deverá o procurador apresentar o respectivo mandato com poderes específicos.

Art. 42. A propositura pelo recorrente de ação judicial relativa à mesma matéria objeto do litígio importa desistência do recurso interposto na esfera administrativa.

§ 1º Se o recurso também contiver matéria distinta da constante do processo judicial, o julgamento ficará restrito a essa matéria.

§ 2º A desistência de que trata o caput será declarada pelo Presidente da COMAT, ouvida previamente a Procuradoria Geral do Município.

§ 3º Aplica-se o disposto no § 2º à hipótese de perda de objeto do recurso.

Art. 43. O Presidente da COMAT declarará o encerramento do litígio, independentemente de homologação pelo Colegiado, nas hipóteses de desistência expressa ou perda de objeto do recurso e de pagamento ou pedido de parcelamento do débito.

Art. 44. Declarado o encerramento do litígio, na forma do art. 43, o Secretário-Geral da COMAT consignará no processo que a decisão recorrida tornou-se definitiva na esfera administrativa.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 45. Os sujeitos passivos serão intimados para cumprimento no prazo de 30 (trinta) dias, das decisões proferidas pela COMAT relativas aos processos em que são autores.

Art. 46. O Secretário Municipal da Fazenda baixará os atos normativos necessários para regulamentar os casos omissos ou que se revelem necessários após entrada em vigor deste Decreto.

Art. 47. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial os Decretos nº 126/2011 e 127/2011.

Biguaçu, 08 de outubro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

**83ª Convocação Para O Processo Seletivo - SESAU - Edital 001/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPALIDADE DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DA SAÚDE

Rua: Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/n., Rio Caveiras - Biguaçu / CEP: 88.160-000  
FONE/FAX: (48) 3039 8500

83ª Convocação para o Processo Seletivo - SESAU - edital 001/2012  
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, CONVOCA os candidatos aprovados no Processo Seletivo SESAU edital 001/2012, abaixo relacionados para comparecerem na Secretaria Municipal da Saúde de Biguaçu, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/n., Rio Caveiras, Biguaçu/SC (ao lado da Policlínica Municipal), até o dia 27/10/2014, munidos de Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ CONSIDERADO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA.

Somente após a entrega de documentos, incluindo aprovação no exame pré-admissional, os candidatos assinarão contrato e iniciarão suas atividades.

Biguaçu, 22 de outubro de 2014.

Leandro Adriano de Barros  
Secretário da Saúde

Cargo - Lotação 1047 - Farmacêutico  
11 - Gustavo Oliveira dos Reis

Cargo - Lotação 3126 - Agente Comunitário de Saúde - Saveiro  
05 - Daiana Adriano

**Blumenau****PREFEITURA****Decreto Nº 10.463/2014**

DECRETO Nº 10.463, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.

DELEGA COMPETÊNCIA AO DIRETOR GERAL

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL - SEGG

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, VII, combinado com o artigo 75, I, "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica delegada competência

ao Diretor Geral da Secretaria Municipal de Gestão Governamental, LEANDRO DA SILVA, para ordenar e autorizar despesas, bem como assinar atos administrativos daquela Secretaria, no período de 20 a 24 de outubro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 17 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 18.148/2014**

PORTARIA Nº 18.148, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

DETERMINA O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD Nº 006/2014, QUE TRAMITOU PERANTE A 2ª CPASD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o Julgamento prolatado nos autos do PAD nº 006/2014, resolve:

**DETERMINAR**

o arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar - PAD nº 006/2014, instaurado por meio da Portaria nº 18.059, de 29/08/2014, para apurar a responsabilidade disciplinar da servidora pública M.M. M., matrícula nº 22823-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, que tramitou perante a 2ª Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, em consonância com o Relatório Final, que concluiu pelo arquivamento do feito em virtude da perda de objeto.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 14 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.152/2014**

PORTARIA Nº 18.152, DE 15 DE OUTUBRO DE 2014.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA GERENCIAR E EXERCER FUNÇÕES TÉCNICAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL DE BLUMENAU, PARA APOIAR E ACOMPANHAR AS AÇÕES DE COMPETÊNCIA DA GERENCIA ESPECIAL DE PROGRAMAS INTERNACIONAIS - GEPI.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 59, VII, e 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município de Blumenau, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o item (I) da cláusula 4.05 (a) das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo nº 2746/OC-BR, firmado entre o Município de Blumenau e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), resolve:

DESIGNAR os servidores públicos municipais abaixo indicados, para gerenciar e exercer funções técnicas de planejamento, acompanhamento administrativo/financeiro e aquisição de bens do Programa de Mobilidade Sustentável de Blumenau, referentes ao contrato de empréstimo nº 2746/OC-BR:

RITTA DE CÁSSIA BRUEL ANTONIO, servidora pública municipal, matrícula nº 90705-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, atualmente exercendo o cargo em comissão de Gerente Especial de Programas Internacionais, lotada na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB;

ELIO FUCK, servidor público municipal, matrícula nº 22886-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB, para as funções técnicas de apoio e acompanhamento as ações de planejamento, acompanhamento administrativo-financeiro e aquisições de bens do Programa;

JANIS THOMAS MULLER, servidora pública municipal, matrícula nº 22821-7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB, para as funções administrativo-financeiras da Gerencia Especial de Programas Internacionais - GERI.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 15 de outubro de 2014.  
NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 18.153/2014**

PORTARIA Nº 18.153, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014.

EXONERA JOZUE CARDOSO DE ANDRADE DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE APOIO AO GABINETE, LOTADO NO GABINETE DO VICE-PREFEITO - GAVICE.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores, resolve:

EXONERAR

JOZUE CARDOSO DE ANDRADE, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Apoio ao Gabinete,

símbolo CC-3, lotado no Gabinete do Vice-Prefeito - GAVICE, nomeado pela Portaria nº 17.773, de 05 de maio de 2014, no dia 05 de outubro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 16 de outubro de 2014.  
NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 18.154/2014**

PORTARIA Nº 18.154, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014.

NOMEIA JOÃO PAULO TAUMATURGO DA SILVA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DE APOIO AO GABINETE, NO GABINETE DO VICE-PREFEITO - GAVICE.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, resolve:

NOMEAR

JOÃO PAULO TAUMATURGO DA SILVA,  
para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Apoio ao Gabinete, símbolo CC-3, no Gabinete do Vice-Prefeito - GAVICE, no dia 06 de outubro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 16 de outubro de 2014.  
NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**Homologação Pregão Presencial Nº 146/2014**

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 146/2014 - Aquisição de panos de limpeza para a 31ª Oktoberfest, conforme especificações constantes neste Edital - PROEB.

Empresa: Tayu Química LTDA EPP

Valor unitário item 01: R\$ 10,19

Valor total item 01: R\$ 6.114,00

Valor unitário item 02: R\$ 11,50

Valor total item 02: R\$ 23.000,00

VALOR TOTAL DO PREGÃO PRESENCIAL 146/2014 R\$ 29.114,00

Base Legal: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 23/09/2014.



**PORTARIA Nº 28.524/201**

PORTARIA SEDEAD Nº 28.524, DE 29 DE SETEMBRO DE 2014.

CEDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL  
FERNANDA VARGAS WEIS AO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL  
DE SANTA CATARINA - 003ª ZONA ELEITORAL - BLUMENAU.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, resolve:

CEDER

com ônus para o Município, a servidora pública municipal FERNANDA VARGAS WEIS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina - 003ª Zona Eleitoral - Blumenau, a contar de 16 de outubro de 2014, de acordo com o Processo Administrativo nº 2014/09/006447.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,  
em 29 de setembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

**ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 41**

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 41

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO

De acordo com o Artigo 41, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares nº 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010:

Nº PORTARIA	DATA	NOME	JORNADA DE PARA	A CONTAR DE
28.097/2014	04.04.2014	AMADEUS FIALHO BASTOS	De 30 horas para 45 horas	17.03.2014
28.115/2014	09.04.2014	MARCIA SEVERO DA FONSECA MAIOR	De 30 horas para 40 horas	10.03.2014
28.133/2014	17.04.2014	ELIO FUCK	De 30 horas para 40 horas	14.04.2014
28.139/2014	22.04.2014	STELLA MARIS HERING CASAS	De 30 horas para 40 horas	22.04.2014
28.144/2014	24/03/2014	ALEXANDRE LINHARES BROLLO	30 horas para 40 horas	05/05/2014
28.165/2014	30/04/2014	MARLENE ZEFERINO RAMOS	30 horas para 40 horas	05/05/2014

Blumenau, 24 de abril de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

**ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 42**

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 42

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

DISPENSAR AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO

De acordo com o art. 41 da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares ns. 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010:

Nº PORTARIA	DATA	NOME	JORNADA DE PARA	A CONTAR DE
28.094/2014	02.04.2014	LIGIA ROBERTA DOS SANTOS HAMADA	De 40 horas para 30 horas	26.03.2014
28.135/2014	17.04.2014	CINTIA NELI DE OLIVEIRA	De 40 horas para 30 horas	14.04.2014
28.164/2014	29.04.2014	TARCISIO JOSE DA SILVA	De 40 horas para 30 horas	10.04.2014

Blumenau, 24 de abril de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

**ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 43**

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 43

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

DECLARAR A ESTABILIDADE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA

Com base no artigo 26, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 12, da Lei Complementar nº 740, de 18 de janeiro de 2010, estáveis no serviço público municipal, os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo:

Portaria	Nome	Cargo	Estabilidade
215473	TANIA MARIA ADRIANO	EDUCADOR SOCIAL	07/09/2006
217069	JORGE FERNANDO BORGES DE MORAES	ENFERMEIRO	30/10/2010
227072	DANIEL DENARDIN	MÉDICO - 20H	26/07/2013
228114	ROSANGELA SILVA DE SOUZA	AGENTE ADMINISTRATIVO	07/03/2014
228133	CLARITA BALLOTIN	AGENTE ADMINISTRATIVO	09/03/2014
228123	VINICIUS RIBEIRO SALVADOR	ENFERMEIRO	09/03/2014
228138	RICARDO RAMOS DE ARAUJO	AGENTE ADMINISTRATIVO	10/03/2014
228115	LEONILDA DE ATAIDE SCHULTE	AGENTE ADMINISTRATIVO	11/03/2014
228120	GABRIELA CARDOSO GOMES	ENFERMEIRO	12/03/2014
228137	VITOR RAMOS ACCETTA	AGENTE ADMINISTRATIVO	12/03/2014
228130	DIRCEU EDMILSON THEISS	AGENTE ADMINISTRATIVO	15/03/2014
228150	ELAINE MARIA FREIBERGER	AGENTE ADMINISTRATIVO	19/03/2014
228148	SANDRA FLATAU	AGENTE ADMINISTRATIVO	19/03/2014
228144	PHILIPPE DAVID DE LIMA	AGENTE ADMINISTRATIVO	22/03/2014
210471	RENE EDUARDO EGER	MOTORISTA	26/03/2014
227722	JULIANA CAVILHA DOMINGAS	AUX. CONSULT. DENTÁRIO	27/03/2014

Blumenau, 24 de abril de 2014.  
 CARLOS XAVIER SCHRAMM  
 Secretário Municipal de Administração

#### Atos Secretaria Administração Nº 44

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 44

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

#### CONCEDER LICENÇA ESPECIAL À GESTANTE

De acordo com os artigos 277 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	PERÍODO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28.132	2014	17.04.2014	2014/04/002646	DAFNE PATRICIA CERCHIARI	14/08/2014	12/10/2014
28.137	2014	22.04.2014	2014/04/002677	FLAVIA ALVES DE CASTRO MARTINS	19/08/2014	17/10/2014
28.140	2014	22.04.2014	2014/04/002689	GISELE CRISTINE ZIMMER SAMAGAIA	14/08/2014	12/10/2014
28.114	2014	09.04.2014	2014/04/002421	MARI LUCIA DA CUNHA	26/07/2014	23/09/2014
28.163	2014	29.04.2014	2014/04/002874	RITA DE CASSIA BARCELLOS	20/08/2014	18/10/2014
28.156	2014	28.04.2014	2014/04/002841	TAIS FRENZEL DA ROSA NOGUEZ	15/07/2014	12/09/2014

Blumenau, 24 de abril de 2014.  
 CARLOS XAVIER SCHRAMM  
 Secretário Municipal de Administração

**ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 45**  
ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 45

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES**

De acordo com o Artigo 139, "caput" e Parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	A CONTAR DE
28.096	2014	03.04.2014	2014/03/001616	DANIELA CIRICO	04.03.2014
28.085	2014	27.03.2014	2014/03/001852	IEDA MARA SCHNEIDER KRANKEL	22.04.2014

Blumenau, 25 de abril de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

**ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 46**  
ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 46

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**ALTERAR LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES DE 02 (DOIS) ANOS PARA DIAS**

De acordo com o Artigo 139, "caput" e Parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DIAS	A CONTAR DE
28.121	2014	11.03.2014	2014/04/002489	ELISABETH SCHMI- DT PEIXER	730	10.04.2012

Blumenau, 24 de abril de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

**ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 47**  
ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 47

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE PECÚNIA PARCIAL PARA 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONSECUTIVOS**

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28158	2014	28.04.2014	2014/04/002848	SIDNEI DE SOUZA	02.12.2002	02.12.2012

Blumenau, 30 de abril de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

**Atos Secretaria Administração Nº 48****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 48**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO COM A CONVERSÃO DE 1/3 EM PECÚNIA**

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
28.098	2014	04.04.2014	2014/04/002266	ALFONSO KIENOLT NETO	10.11.2003	10.11.2013
28.099	2014	08.04.2014	2014/04/002375	CELSO HOFFMANN	04.04.2004	04.04.2014
28.116	2014	10.04.2014	2014/04/002448	LOIVA CATARINA DE MORAIS	08.04.2004	08.04.2014
28.118	2014	11.04.2014	2014/04/002484	RUBENS RAULINO	11.04.2004	11.04.2014
28.124	2014	14.04.2014	2014/04/002526	MORCHE RICARDO ALMEIDA	12.03.2003	12.03.2013
28.125	2014	14.04.2014	2014/04/002530	LUIZ MARIO ROCHA CASTANHO	13.04.2004	13.04.2014
28.136	2014	22.04.2014	2014/04/002668	MARIA SUELI GRABASCH	18.04.2004	18.04.2014
28.136	2014	22.04.2014	2014/04/002672	ELENIR CARDOSO	09.02.2003	09.02.2013
28.141	2014	22.04.2014	2014/04/002700	GILSON ADRIANO PAIM DA SILVA	04.04.2004	04.04.2014
28.142	2014	23.04.2014	2014/04/002705	LUCEMIR SCHLINDWEIN LEITE	20.04.2004	20.04.2014
28.147	2014	25.04.2014	2014/04/002788	ROSANGELA SCHLINDWEIN LIESENBERG	18.02.2004	18.02.2014
28.148	2014	25.04.2014	2014/04/002797	VANUSA LUCKMANN DE LIZ E SILVA	16.04.2003	16.04.2013
28.149	2014	28.04.2014	2014/04/002796	ADOLI BIBOV	18.04.2004	18.04.2014
28.151	2014	28.04.2014	2014/04/002802	AMARILDO IMTHURM	25.03.2004	25.03.2014
28.152	2014	28.04.2014	2014/04/002803	RICARDO CESAR WEISE	02.02.2004	02.02.2014
28.153	2014	28.04.2014	2014/04/002807	PAULO ALBERTO GWOZDZ	17.04.2004	17.04.2014
28.154	2014	28.04.2014	2014/04/002813	ESTHER GORETE CARVALHO	11.09.2003	11.09.2013
28.155	2014	28.04.2014	2014/04/002838	JOHNNY AURIVANDRO DIONISIO	17.04.2004	17.04.2014
28.157	2014	28.04.2014	2014/04/002845	INES MARCIA NORIS CAPELOTO	21.03.2004	21.03.2014
28.162	2014	29.04.2014	2014/04/002782	VANIA MARIA BRANDÃO SGORLA	26.04.2003	26.04.2013

Blumenau, 24 de abril de 2014.  
 CARLOS XAVIER SCHRAMM  
 Secretário Municipal de Administração



**Atos Secretaria Administração Nº 49****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 49**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONSECUTIVOS**

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO
28095/2014	03.04.2014	2014/04/002190	REGINA ZEFERINO WEIS-SHEIMER	11.03.2004 a 11.03.2014
28117/2014	10.04.2014	2014/04/002458	IDALINA EHMKE	02.01.2001 a 02.01.2011
28119/2014	11.04.2014	2014/04/002496	ALVACI DE MEDEIROS AMORIM	22.02.2004 a 22.02.2014
28120/2014	11.04.2014	2014/04/002497	RAULI AMORIM	14.02.2003 a 14.02.2013
28130/2014	16.04.2014	2014/04/002622	MARIA SOLANGE DA SILVA ARAGÃO	04.03.2003 a 04.03.2013,
28134/2014	17.04.2014	2014/04/002638	MAIKE CRISTINE ORTMANN	26.09.1996 a 26.09.2006
28146/2014	25.04.2014	2014/04/002778	MARIA DE FATIMA SOUZA	20.04.2004 a 20.04.2014
28150/2014	28.04.2014	2014/04/002801	JULIANA ROBERTA VOLLES	14.02.2002 a 14.02.2012
28161/2014	29.04.2014	2014/04/002858	SHIRLEY STUEPP HASS	29.04.2004 a 29.04.2014

Blumenau, 30 de abril de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

**Atos Secretaria Administração Nº 50****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 50**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL**

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
28.093	2014	02.04.2014	2014/04/002151	LUCIANE ELESBÃO CARPES MATTEUSSI	06.05.2002	06.05.2012

Blumenau, 24 de abril de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

**ATOS SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO Nº 51****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 51**

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA TOTAL**

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
28126/2014		15.04.2014	2014/04/002563	LUCINEI DE OLIVEIRA	INÍCIO 07.04.1994	TÉRMINO 07.04.2004
28128/2014		15.04.2014	2014/04/002580	JORGE AUGUSTO PINTO	04.04.1994	04.04.2004

Blumenau, 24 de abril de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

### Atos Secretaria Administração Nº 52

#### ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 52

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013 e, com base nos artigos 27, 28 e 29, combinado com os artigos 61, 62 e 63, ambos da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007 e, artigos 74, 75 e 76, da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007, resolve:

#### CONCEDER A PRIMEIRA PROMOÇÃO VERTICAL

Aos servidores públicos municipais de Blumenau, integrantes do Grupo Ocupacional Especialista:

PORTARIA	NÚMERO DE	NOME DO SERVIDOR	CARGO	VENCIMENTO		A PARTIR
	PROCESSO			FAIXA	PADRÃO	DE
28159/2014	2014/1580	ANA CLAUDIA MACIEL GAVA AGOSTINHO	Cirurgião Dentista - 20 Horas	II	E	13/03/2014
28159/2014	2014/1541	ANDRE DALLAGO MACHADO	Médico - 20 Horas	III	B	12/03/2014
28159/2014	2014/2662	CESAR HERBST JUNIOR	Fisioterapeuta	II	A	22/04/2014
28159/2014	2014/1525	DAIANE RAQUEL STUEPP	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	12/03/2014
28159/2014	2014/2120	DANIELA MAYSIA DE SOUZA	Enfermeiro	II	C	02/04/2014
28159/2014	2014/2488	DEISE CRISTIANE CARDOZO GEISLER	Professor - 40 Horas (QP)	II	F	11/04/2014
28159/2014	2014/1233	EDSON PACHER	Farmacêutico	II	C	01/03/2014
28159/2014	2014/2438	ELIANE WEITGE-NANT	Assistente Social	II	H	09/04/2014
28159/2014	2014/2699	FRANCISCO K. RODRIGUES DE ALMEIDA	Professor - 20 Horas (QP)	II	B	22/04/2014
28159/2014	2014/2698	FREDY FICHT	Cirurgião Dentista - 15 Horas	II	H	22/04/2014
28159/2014	2014/1846	GABRIELA CARDOSO GOMES	Enfermeiro	II	B	01/04/2014
28159/2014	2014/1961	GILBERTO VALDEMIRO PONCIO	Professor - 20 Horas (QP)	II	B	01/04/2014
28159/2014	2014/1862	IRLENE BECK DA COSTA	Professor - 30 Horas (QP)	II	I	01/04/2014
28159/2014	2014/1720	IVO MILCHERT	Enfermeiro	II	B	19/03/2014
28159/2014	2014/2702	JANICE VIGARANI CABRAL E SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	22/04/2014
28159/2014	2014/1217	JORGE FERNANDO BORGES DE MORAES	Enfermeiro	II	B	01/03/2014
28159/2014	2014/1634	LEILA B. BRANDES DE AZEVEDO FERREIRA	Enfermeiro	II	B	14/03/2014
28159/2014	2014/1204	LETICIA BENITES COLVARA	Médico - 20 Horas	II	B	01/03/2014

28159/2014	2014/1902	MARIA CECILIA COELHO PEREIRA	Psicólogo	II	L	01/04/2014
28159/2014	2014/1398	MIRIAM TERESA THEWIS	Professor - 40 Horas (QP)	II	B	07/03/2014
28159/2014	2014/1643	NADIR CARDOSO	Enfermeiro	II	H	17/03/2014
28159/2014	2014/2581	NEIDE MARIA BAGGIO	Enfermeiro	III	I	15/04/2014
28159/2014	2014/1139	ROSELI ROVIGO	Professor - 40 Horas (QP)	II	D	01/03/2014
28159/2014	2014/2121	SANDRA DA SILVA	Coordenador Pedagógico (40H)	II	B	02/04/2014
28159/2014	2014/1696	SONIA SIMOES PIRES GALLOIS FICHT	Cirurgião Dentista - 15 Horas	II	J	18/03/2014

Blumenau, 24 de abril de 2014.  
CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

### **HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/14, 025/14 E 026/14 - URB**

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 146/2014 - Aquisição de panos de limpeza para a 31ª Oktoberfest, conforme especificações constantes neste Edital - PROEB.

Empresa: Tayu Química LTDA EPP

Valor unitário item 01: R\$ 10,19

Valor total item 01: R\$ 6.114,00

Valor unitário item 02: R\$ 11,50

Valor total item 02: R\$ 23.000,00

VALOR TOTAL DO PREGÃO PRESENCIAL 146/2014 R\$ 29.114,00

Base Legal: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 23/09/2014.

### **EXTRATO Nº 273/2014 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº 273/2014

Dispensa de Licitação nº. 134/2014

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, com sede na Rua Antônio da Veiga, 140, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento licitatório com fundamento no Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais alterações, para a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DAS CLASSES DE RISCO I, IIA E IIB, DE ACORDO COM A CLASSIFICAÇÃO DE RESÍDUOS PRECONIZADA PELA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT, NA SUA NORMA NBR 10.004.

Blumenau, 16 de outubro de 2014.  
Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado  
Reitor da FURB

### **EXTRATO Nº 253/2014 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº 253/2014

Dispensa de Licitação nº. 117/2014

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau/SC, torna público que, após o devido processo legal, dispensou o procedimento licitatório com fundamento no Artigo 24, Inciso VIII, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO DA FURB, COM EXCLUSIVIDADE E OUTRAS AVENÇAS PARA A FURB.

Blumenau, 11 de setembro de 2014.  
Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado  
Reitor da FURB

**EXTRATO Nº 254/2014 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº 254/2014

Dispensa de Licitação nº. 121/2014

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau/SC, torna público que, após o devido processo legal, dispensou o procedimento licitatório com fundamento no Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO DENOMINADO "LEITORA ÓPTICA OPSCAN 5" DA MARCA MINIPA INSTALADA NO SETOR DE PESQUISA E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Blumenau, 19 de setembro de 2014.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

**EXTRATO Nº 267/2014 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 267/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

ADESA ARTEFATOS DE METAIS LTDA-ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIDADE PILOTO DE RISER E CICLONES (UPRC), COM SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, PARA O PROJETO V&VINCFO: DESENVOLVIMENTO DE "BENCHMARKS" PARA VERIFICAÇÃO E VALIDAÇÃO EM CFD DE ESCOAMENTOS MULTIFÁSICOS DA INDÚSTRIA DO REFINO DE PETRÓLEO, DECORRENTE DO TERMO DE COOPERAÇÃO CELEBRADO ENTRE A FURB E A PETRÓLEO BRASILEIRO S/A (PETROBRAS).

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 090/2014 Contrato nº. 123/2014, firmado 31 de julho de 2014.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição da Unidade	Marca	Preço Unitário	Preço Total do Item (Preço Unt. X Qtde.)
01	34941	1	Conj.	Unidade Piloto de Riser e Ciclones (UPRC)	ADESA	25.000,00	25.000,00

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega e instalação da Unidade Piloto, desde que em perfeito funcionamento.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Este Contrato terá vigência a partir do dia de sua celebração até a data final do prazo de garantia concedida ao equipamento que é o objeto do procedimento licitatório que o originou..

DATA: 02/10/2014.

**HOMOLOGAÇÕES E REVOGAÇÃO PARCIAL 2014/SAMAE**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS 2201/2014

Objeto: Contratação de empresa para execução do Projeto de Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário nas Ruas: Santa Maria, Roberto Bugmann e Amélia Patricia, Bairro: Progresso, Blumenau/SC, conforme especificações constantes do edital - SAMAE.

1º lugar: RAMOS TERRAPLANAGEM LTDA. valor global de R\$ 269.918,05 (duzentos e sessenta e nove mil, novecentos e dezoito reais e cinco centavos).

Blumenau, 23 de setembro de 2014

Valdair José Matias

Diretor Presidente

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 06- 2202/2014

Objeto: Registro de preço para possível aquisição de areia filtrante e areia média, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE

Empresa: Petranova Mineração e Construções Ltda.

Item 01

Valor unitário R\$ 480,00

Valor Total R\$ 14.400,00

Empresa: Ana Areias Argamassa e Serviços Ltda. ME

Item 02  
Valor unitário R\$ 46,70  
Valor Total R\$ 1.167.500,00  
Blumenau, 09 de outubro de 2014  
Valdair José Matias  
Diretor Presidente

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL 06- 2203/2014  
Objeto: Aquisição de Contêineres, tipo: 40 pés, usado em ótimo estado de conservação (máximo 10 anos de uso); Contêineres para lixo em PEAD com capacidade de 240 lt e Lixeiras, tipo: container com capacidade de 1.000lt  
Empresa: Evolution Geradores Ltda. EPP

Item 01  
Valor unitário R\$ 10.200,00  
Valor Total R\$ 30.600,00  
Empresa: Taurus Blindagens Ltda.

Item 02  
Valor unitário R\$ 193,50  
Valor Total R\$ 3.870,00  
Empresa: D.D.S. Comércio de Lixeiras e Placas Ltda.

Item 03  
Valor unitário R\$ 890,00  
Valor Total R\$ 44.500,00  
Blumenau, 09 de outubro de 2014  
Valdair José Matias  
Diretor Presidente

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL 06- 2204/2014  
Objeto: Aquisição de painéis elétricos, bombas e inversores para diversas elevatórias.  
Empresa: Tecno Control Tecnologia e Sistemas Ltda.

Item 01  
Valor unitário R\$ 3.850,00

Item 02  
Valor unitário R\$ 2.300,00

Item 03  
Valor unitário R\$ 2.400,00

Item 07  
Valor unitário R\$ 12.000,00

Item 08  
Valor unitário R\$ 12.600,00

Itens Fracassados:  
Itens 04,05 e 06  
Blumenau, 14 de outubro de 2014  
Valdair José Matias  
Diretor Presidente

TERMO DE REVOGAÇÃO PARCIAL  
PREGÃO PRESENCIAL 06- 2204/2014  
Objeto: Aquisição de painéis elétricos, bombas e inversores para diversas elevatórias.  
Por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para tal conduta, revogam-se os itens 04, 05 e 06 da licitação acima epigrafada.

Blumenau, 14 de outubro de 2014  
Valdair José Matias  
Diretor Presidente

**EDITAL NOTIFICAÇÃO Nº N. 34 1970/2014 - SETERB**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 034 1970/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAE9493	55052249E	5010/0	28/08/2014	162 * I
AAE9493	55052250E	5118/0	28/08/2014	164 c/c 162 * I
AAE9493	55054563E	6556/1	28/08/2014	230 * I
AFJ0172	55224440E	6726/1	01/09/2014	230 * XVIII
AFJ0172	55224441E	6637/2	01/09/2014	230 * IX
AHA6328	55054075E	6912/0	27/08/2014	232
ALJ9105	55190074E	6912/0	04/08/2014	232
ALR8800	55935221D	6599/2	08/08/2014	230 * V
AVM4004	55224758E	7340/0	03/09/2014	252 * IV
BIJ2173	55054038E	6637/2	29/08/2014	230 * IX
CGP5964	55045749E	6599/2	11/08/2014	230 * V
CSB0455	55048546E	6726/1	11/08/2014	230 * XVIII
CSJ3637	55190984E	6556/1	30/08/2014	230 * I
CSJ3637	55190985E	7340/0	30/08/2014	252 * IV
CSW1163	55190278E	6599/2	06/08/2014	230 * V
CXB9786	55190911E	6912/0	06/08/2014	232
DBE9653	55190908E	6726/1	06/08/2014	230 * XVIII
DFO8442	55224138E	5274/1	30/08/2014	175
DFR5504	55937147D	5045/0	04/08/2014	162 * V
DXR6206	55225107E	6599/2	05/09/2014	230 * V
EBE5609	55224862E	6610/2	04/09/2014	230 * VII
EFA2635	55190918E	6599/2	06/08/2014	230 * V
FIS0505	55054109E	6599/2	29/08/2014	230 * V
HFN3688	55224761E	6610/2	03/09/2014	230 * VII
HOG8396	55188540E	6912/0	05/09/2014	232
HTD7707	55224488E	6700/0	03/09/2014	230 * XVI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LEV0990	55050986E	5320/0	02/08/2014	176 * V
LOG5497	55224759E	5010/0	03/09/2014	162 * I
LOG5497	55224760E	5118/0	03/09/2014	164 c/c 162 * I
LWR1697	55050627E	5010/0	29/08/2014	162 * I
LWU1689	55054117E	6726/2	29/08/2014	230 * XVIII
LWU1689	55054118E	6637/2	29/08/2014	230 * IX
LWV9905	55050815E	6912/0	01/08/2014	232
LXM4103	55190092E	6912/0	06/08/2014	232
LXM4103	55190093E	6637/2	06/08/2014	230 * IX
LXN0833	55051174E	5010/0	05/08/2014	162 * I
LXN0833	55051175E	5118/0	05/08/2014	164 c/c 162 * I
LXN3692	55224874E	6637/2	05/09/2014	230 * IX
LXN3692	55224875E	6726/1	05/09/2014	230 * XVIII
LXU5055	55225010E	6726/1	05/09/2014	230 * XVIII
LXU5055	55225011E	6769/1	05/09/2014	230 * XXII
LYC5390	55187577E	6912/0	04/09/2014	232
LYM8601	55224099E	5010/0	04/09/2014	162 * I
LYM8601	55224100E	6912/0	04/09/2014	232
LYP2315	55187137E	5010/0	16/08/2014	162 * I
LYP2315	55187138E	6599/2	16/08/2014	230 * V
LYP2315	55187139E	5118/0	16/08/2014	164 c/c 162 * I
LYP2315	55187140E	6653/2	16/08/2014	230 * XI
LYP2315	55187141E	6556/1	16/08/2014	230 * I
LYR5920	55191253E	6599/2	08/08/2014	230 * V
LYT2468	55048749E	6726/1	11/08/2014	230 * XVIII
LYV4486	55224664E	6912/0	03/09/2014	232
LYW1693	55190868E	5118/0	07/09/2014	164 c/c 162 * I
LYW1693	55190869E	5010/0	07/09/2014	162 * I
LYW1693	55190870E	6599/2	07/09/2014	230 * V
LZL7591	55190372E	6912/0	05/08/2014	232
LZP8541	55190742E	7340/0	09/08/2014	252 * IV
LZZ6947	55224443E	6912/0	01/09/2014	232
MAE0596	55224662E	6912/0	01/09/2014	232
MAG1145	55224157E	5010/0	01/09/2014	162 * I
MAG1145	55224158E	5118/0	01/09/2014	164 c/c 162 * I
MAN5072	55224814E	6610/2	03/09/2014	230 * VII
MAP7947	55036829E	5010/0	01/08/2014	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAP7947	55036830E	5118/0	01/08/2014	164 c/c 162 * I
MAV0651	55054326E	6599/2	29/08/2014	230 * V
MBB0423	55191169E	6599/2	09/08/2014	230 * V
MBB0423	55191171E	6726/1	09/08/2014	230 * XVIII
MBB5977	55188520E	6610/2	06/08/2014	230 * VII
MBE2636	55224817E	6599/2	03/09/2014	230 * V
MBE2636	55224818E	6637/2	03/09/2014	230 * IX
MBE4699	55224147E	6726/1	03/09/2014	230 * XVIII
MBF2176	55224902E	6599/2	08/09/2014	230 * V
MBF2176	55224903E	6726/1	08/09/2014	230 * XVIII
MBG0583	55224286E	6912/0	28/08/2014	232
MBH5304	55224490E	6912/0	04/09/2014	232
MBS4001	55224863E	6599/2	04/09/2014	230 * V
MBY9720	55224096E	5045/0	03/09/2014	162 * V
MBZ0298	55190959E	6769/1	11/08/2014	230 * XXII
MCC5285	55190210E	6599/2	05/08/2014	230 * V
MCE2352	55224153E	6726/1	01/09/2014	230 * XVIII
MCE2352	55224154E	6769/2	01/09/2014	230 * XXII
MCE2352	55224155E	6769/1	01/09/2014	230 * XXII
MCE7455	55050816E	5169/1	09/08/2014	165
MCN9087	55224547E	6408/0	03/09/2014	221
MDC4268	55190064E	6700/0	31/07/2014	230 * XVI
MDE1930	55054009E	6637/2	21/08/2014	230 * IX
MDH0264	55052255E	6599/2	11/08/2014	230 * V
MDH0264	55052258E	5274/1	11/08/2014	175
MDS3944	55054652E	6599/2	30/08/2014	230 * V
MEA8377	55190236E	6599/2	03/09/2014	230 * V
MEI7936	55052359E	6912/0	03/09/2014	232
MEI7936	55052360E	6629/0	03/09/2014	230 * VIII
MEL7787	55224530E	6599/2	29/08/2014	230 * V
MEP8962	55054229E	6912/0	29/08/2014	232
MEU8405	55935446D	6599/2	06/08/2014	230 * V
MFE1975	55191116E	6408/0	14/08/2014	221
MFJ4574	55051000E	6408/0	30/08/2014	221
MFM3595	55224665E	6637/2	03/09/2014	230 * IX
MFQ9748	55051842E	6408/0	09/08/2014	221
MFS5816	55190377E	6700/0	09/08/2014	230 * XVI



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGK8781	55191402E	5010/0	09/08/2014	162 * I
MGK9759	55224332E	6637/2	28/08/2014	230 * IX
MGL6794	55037771E	6599/2	30/08/2014	230 * V
MGY6092	55054572E	6602/0	29/08/2014	230 * VI
MHB4436	55224092E	6912/0	03/09/2014	232
MHF2389	55052100E	6653/1	15/08/2014	230 * XI
MHU7495	55191252E	6912/0	08/08/2014	232
MHW6759	55048539E	5045/0	04/08/2014	162 * V
MHW6759	55048540E	5142/0	04/08/2014	164 c/c 162 * V
MHX7571	55186959E	6599/2	03/08/2014	230 * V
MHX7571	55186960E	5010/0	03/08/2014	162 * I
MHX7571	55186961E	5118/0	03/08/2014	164 c/c 162 * I
MHX7571	55186962E	6556/1	03/08/2014	230 * I
MIV9035	55190290E	6912/0	07/08/2014	232
MJC0046	55051168E	6653/1	31/07/2014	230 * XI
MJJ3369	55048541E	6599/2	04/08/2014	230 * V
MJQ8201	55191209E	6599/2	07/09/2014	230 * V
MJQ8201	55191210E	6912/0	07/09/2014	232
MJQ8201	55191213E	6637/1	07/09/2014	230 * IX
MKR1197	55187576E	6408/0	02/09/2014	221
MLC7552	55223940E	6726/1	27/08/2014	230 * XVIII
MLC7552	55223941E	6653/1	27/08/2014	230 * XI
MLC7552	55223942E	6602/0	27/08/2014	230 * VI
MLI3054	55255079C	6912/0	06/09/2014	232
MLS8125	55051647E	6912/0	29/08/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 23 DE SETEMBRO DE 2014

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI

DELEGADO REGIONAL - 3A DRP

**EDITAL NOTIFICAÇÃO Nº N.34 1971/2014 - SETERB**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 10

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 034 1971/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACL8081	55656195E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
AIO2743	55655985E	5541/2	13/08/2014	181 * XVII
AIO2743	55656050E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
AJA4168	55656789E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
AJC9376	55042199E	5835/0	28/08/2014	195
AKK3725	55932719D	5550/0	03/09/2014	181 * XVIII
AKU3138	55655995E	5541/2	13/08/2014	181 * XVII
AKW9010	55656039E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
AKW9010	55656042E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
ALM1426	55191410E	5967/0	06/09/2014	203 * V
AMH3075	55655652E	5541/2	07/08/2014	181 * XVII
AMH3075	55655718E	5541/2	08/08/2014	181 * XVII
AOF8221	55052053E	7366/2	11/08/2014	252 * VI
AOK6788	55188493E	5444/0	02/08/2014	181 * VII
AOO6941	55654702E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
APA9145	55654289E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
APL0157	55656023E	5541/2	28/08/2014	181 * XVII
AQO3284	55655653E	5541/2	07/08/2014	181 * XVII
ARO7576	55656022E	5541/2	28/08/2014	181 * XVII
ARO7576	55656702E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
ASP0016	55364073D	5835/0	01/09/2014	195
ATO8716	55223720E	5185/1	20/08/2014	167
AUT5332	55052461E	7366/2	22/08/2014	252 * VI
AUZ8482	55223726E	5185/1	22/08/2014	167
AUZ8482	55223727E	7366/2	22/08/2014	252 * VI
AVU3602	55051651E	5568/0	07/08/2014	181 * XIX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AVV6843	55655650E	5541/2	07/08/2014	181 * XVII
BIO6344	55654628E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
BVP6114	55656250E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
CBX3934	55654750E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
CEC8596	55224537E	5185/1	01/09/2014	167
CLV2616	55654403E	5541/2	23/07/2014	181 * XVII
CSJ3637	55190986E	5185/1	30/08/2014	167
CVE6893	55655979E	5541/2	13/08/2014	181 * XVII
DDE3183	55051781E	5991/0	07/08/2014	206 * I
DFJ0228	55052205E	5568/0	12/08/2014	181 * XIX
DFO8442	55224137E	5835/0	30/08/2014	195
DFO8442	55224139E	5185/1	30/08/2014	167
DFO8442	55224140E	5843/4	30/08/2014	196
DIL6984	55052020E	5541/6	12/08/2014	181 * XVII
DNB9808	55653671E	5541/2	14/07/2014	181 * XVII
DNB9808	55653672E	5541/2	14/07/2014	181 * XVII
DQK3609	55656393E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
DRS6556	55655975E	5541/2	13/08/2014	181 * XVII
DSX4406	55190100E	5185/1	06/08/2014	167
GOO3984	55654243E	5541/2	21/07/2014	181 * XVII
GOO3984	55654384E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
GWL6047	55656489E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
GXY8804	55224382E	5185/1	01/09/2014	167
HLG2838	55654335E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
HNK5836	55654411E	5541/2	23/07/2014	181 * XVII
HTT4573	55052492E	7366/2	27/08/2014	252 * VI
HVN5192	55654233E	5541/2	21/07/2014	181 * XVII
IDM7869	55656078E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
IHV3760	55655987E	5541/2	13/08/2014	181 * XVII
IKL3210	55655973E	5541/2	13/08/2014	181 * XVII
IKS7418	55656673E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
IOT1622	55654477E	5541/2	23/07/2014	181 * XVII
IRQ8242	55050814E	6050/1	08/08/2014	208
KKV4265	55051176E	5568/0	11/08/2014	181 * XIX
KML4557	55656155E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
KML4557	55656285E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
KML4557	55656395E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
KML4557	55656506E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
KUZ2951	55656212E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
KWP2100	55656177E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
LCU9191	55051287E	5541/7	30/07/2014	181 * XVII
LRB1884	55656599E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
LWW4567	55054409E	5568/0	27/08/2014	181 * XIX
LWW8326	55656367E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
LWY1382	55049734E	5185/1	08/08/2014	167
LXF3471	55364070D	5835/0	01/09/2014	195
LXF6933	55654474E	5541/2	23/07/2014	181 * XVII
LXF7396	55656768E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
LXH1089	55187123E	7366/2	04/08/2014	252 * VI
LXI6460	55224825E	5550/0	05/09/2014	181 * XVIII
LXP1254	55037633E	5835/0	30/08/2014	195
LXQ1994	55654608E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
LXY5148	55656224E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
LXY7305	55191165E	5460/0	09/08/2014	181 * IX
LYD7291	55655957E	5541/2	13/08/2014	181 * XVII
LYE1106	55656793E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
LYH2486	55190756E	5452/1	06/08/2014	181 * VIII
LYI2845	55654079E	5541/2	18/07/2014	181 * XVII
LYK0526	55189052E	5835/0	09/08/2014	195
LYM5384	55654624E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
LYR6555	55656038E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
LYS4554	55654744E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
LYW1693	55190871E	5185/1	07/09/2014	167
LYW1693	55190872E	5835/0	07/09/2014	195
LYX3714	55654693E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
LYY6347	55191256E	5193/0	09/08/2014	168
LYZ1382	55050046E	5207/0	29/08/2014	169
LZH1962	55051882E	6050/1	29/08/2014	208
LZJ0371	55654505E	5541/2	07/08/2014	181 * XVII
LZO1990	55654761E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
LZO2653	55654360E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
LZP3819	55656549E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
LZR6831	55051431E	5185/1	29/08/2014	167
LZU3113	55656178E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZU3113	55656261E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
LZW3409	55224906E	7366/2	08/09/2014	252 * VI
LZW7082	55050411E	5185/1	08/08/2014	167
MAG7490	55655993E	5541/2	13/08/2014	181 * XVII
MAR3709	55656000E	5541/2	13/08/2014	181 * XVII
MAR4029	55656559E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MAR4212	55051393E	5550/0	06/08/2014	181 * XVIII
MAU9835	55224445E	5185/2	01/09/2014	167
MAX7536	55656505E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MAY1206	55190755E	5452/1	06/08/2014	181 * VIII
MBA8958	55042194E	5835/0	28/08/2014	195
MBB0423	55191170E	5185/1	09/08/2014	167
MBD1042	55190084E	6858/0	04/08/2014	231 * VII
MBD3643	55656165E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
MBH5304	55224489E	5207/0	04/09/2014	169
MBJ0449	55654779E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
MBO2742	55655977E	5541/2	13/08/2014	181 * XVII
MBO6528	55042617E	5851/2	07/08/2014	197
MBS1543	55654227E	5541/2	21/07/2014	181 * XVII
MBT3923	55654068E	5541/2	18/07/2014	181 * XVII
MBT7882	55054611E	5541/7	03/09/2014	181 * XVII
MBW8977	55654314E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
MCB3259	55654291E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
MCC1975	55656174E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
MCH7747	55656226E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
MCM7992	55654456E	5541/2	23/07/2014	181 * XVII
MCN4197	55052017E	5550/0	12/08/2014	181 * XVIII
MCQ1889	55190739E	5185/1	09/08/2014	167
MCQ6502	55654501E	5541/2	07/08/2014	181 * XVII
MCS5962	55052058E	5835/0	11/08/2014	195
MCU2776	55656543E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MCV4883	55654880E	5541/2	30/07/2014	181 * XVII
MCX8258	55655962E	5541/2	13/08/2014	181 * XVII
MCY8771	55050837E	5541/6	29/08/2014	181 * XVII
MCZ2406	55654674E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
MDA8225	55654398E	5541/2	23/07/2014	181 * XVII
MDC6134	55654110E	5541/2	19/07/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDE6204	55190103E	5819/8	08/08/2014	193
MDG0410	55036688E	5541/5	13/08/2014	181 * XVII
MDG8973	55654154E	5541/2	21/07/2014	181 * XVII
MDH0264	55052256E	5835/0	11/08/2014	195
MDH0264	55052257E	5185/1	11/08/2014	167
MDK7227	55656255E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
MDL2008	55655983E	5541/2	13/08/2014	181 * XVII
MDL3602	55654102E	5541/2	19/07/2014	181 * XVII
MDL7764	55224812E	5185/1	01/09/2014	167
MDM4047	55224435E	5193/0	29/08/2014	168
MDQ5201	55654716E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
MDT6055	55656159E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
MDT7239	55656360E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MDV6870	55653941E	5541/2	17/07/2014	181 * XVII
MDW6884	55654378E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
MDX5519	55052113E	5851/1	12/08/2014	197
MDY2528	55655999E	5541/2	13/08/2014	181 * XVII
MEA0844	55224859E	7366/2	04/09/2014	252 * VI
MEA0995	55656170E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
MEB7061	55656550E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MEE4233	55656109E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MEE5448	55656062E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MEE5448	55656370E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MEF8713	55656537E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MEH2309	55224854E	5207/0	03/09/2014	169
MEI4792	54625941C	5185/1	08/08/2014	167
MEK8406	55656523E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MEL5940	55654200E	5541/2	21/07/2014	181 * XVII
MEN2201	55656077E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MEO2668	55654297E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
MEP2796	55656496E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MER1616	55224447E	5185/1	01/09/2014	167
MER1616	55654463E	5541/2	23/07/2014	181 * XVII
MES6918	55654006E	5541/2	18/07/2014	181 * XVII
MES8780	55654682E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
MET8435	55656237E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
MEU7675	55656527E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEW1384	55656112E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MEW9602	55656460E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MEX2456	55656031E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MEX4799	55654512E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
MEZ2929	55654768E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
MFA1506	55654700E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
MFA1506	55654759E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
MFC4974	55654320E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
MFD2658	55656082E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MFE1975	55191115E	5541/5	14/08/2014	181 * XVII
MFE7169	55656568E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MFH3893	55656105E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MFH4478	55656240E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
MFI0532	55656644E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MFK4512	55654562E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
MFL7891	55656517E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MFQ9748	55051841E	6068/1	09/08/2014	209
MFQ9889	55656047E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MFT4857	55656640E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MFY9272	55654446E	5541/2	23/07/2014	181 * XVII
MFZ5891	55655986E	5541/2	13/08/2014	181 * XVII
MGA3025	55654713E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
MGC0784	55656639E	5541/2	05/09/2014	181 * XVII
MGC3551	55654356E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
MGE8092	55654306E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
MGF6287	55654236E	5541/2	21/07/2014	181 * XVII
MGF7993	55656113E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MGH3184	55052021E	5541/6	12/08/2014	181 * XVII
MGH3796	55654250E	5541/2	05/08/2014	181 * XVII
MGI2305	55048444E	5550/0	07/08/2014	181 * XVIII
MGI9478	55654548E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
MGJ2975	55654613E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
MGK8781	55191403E	5207/0	09/08/2014	169
MGO6378	55654237E	5541/2	21/07/2014	181 * XVII
MGO7574	55656194E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
MGP2068	55656213E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
MGP2621	55655963E	5541/2	13/08/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGQ4559	55654675E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
MGR6955	55656202E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
MGS4893	55653453E	5541/2	10/07/2014	181 * XVII
MGT4181	55654414E	5541/2	23/07/2014	181 * XVII
MGX8516	55051276E	5541/7	29/07/2014	181 * XVII
MHB4436	55054504E	5541/5	28/08/2014	181 * XVII
MHC5015	55656130E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MHC8912	55656385E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MHF2389	55052096E	5835/0	15/08/2014	195
MHF2389	55052097E	5819/1	15/08/2014	193
MHF2389	55052098E	6068/1	15/08/2014	209
MHF2389	55052099E	5215/2	15/08/2014	170
MHF4811	55654530E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
MHH0846	55656492E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MHJ2708	55191022E	5525/0	05/09/2014	181 * XV
MHJ6249	55654743E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
MHJ9787	55654427E	5541/2	23/07/2014	181 * XVII
MHK3691	55224493E	5207/0	04/09/2014	169
MHK8002	55225160E	5185/1	09/09/2014	167
MHM2212	55654575E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
MHN7959	55656290E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
MHP5308	55654282E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
MHP7691	55654049E	5541/2	18/07/2014	181 * XVII
MHS2249	55654119E	5541/2	19/07/2014	181 * XVII
MHS9387	55656780E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
MHU1449	55656018E	5541/2	28/08/2014	181 * XVII
MHV6780	55656070E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MHW3562	55654215E	5541/2	21/07/2014	181 * XVII
MHX2213	55054407E	5479/0	28/08/2014	181 * X
MHX5982	55654186E	5541/2	21/07/2014	181 * XVII
MIA1996	55656271E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
MIA1996	55656374E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MIA6554	55654502E	5541/2	07/08/2014	181 * XVII
MIA9710	55189152E	7366/2	06/08/2014	252 * VI
MID3083	55654724E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
MIF1531	55654194E	5541/2	21/07/2014	181 * XVII
MIF1531	55654350E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIH3209	55052156E	7366/2	11/08/2014	252 * VI
MII7578	55364060D	5835/0	22/08/2014	195
MIJ6599	55656552E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MIK4077	55656249E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
MIK4077	55656665E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MIL5462	55656063E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MIL5573	55654619E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
MIL9840	55654595E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
MIO9722	55653396E	5541/2	09/07/2014	181 * XVII
MIP3971	55656466E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MIQ5096	55225353E	7366/2	05/09/2014	252 * VI
MIS1012	55654605E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
MIW0865	55654377E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
MIW1755	55040391E	5550/0	07/08/2014	181 * XVIII
MIW4337	55656542E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MIX5577	55654757E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
MIZ0939	55051746E	7366/2	06/08/2014	252 * VI
MJC1857	55654310E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
MJC7192	55656043E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MJE1697	55654715E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
MJF2715	55654484E	5541/2	23/07/2014	181 * XVII
MJF4969	55656136E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MJG4139	55654111E	5541/2	19/07/2014	181 * XVII
MJG8098	55656802E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
MJH2480	55656135E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MJJ2001	55654571E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
MJJ2001	55654740E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
MJM6670	55656222E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
MJN1128	55050041E	7366/2	29/08/2014	252 * VI
MJO9966	55656380E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MJS2668	55654436E	5541/2	23/07/2014	181 * XVII
MJS6888	55654708E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
MJW1931	55051389E	5541/6	05/08/2014	181 * XVII
MJW8459	55656715E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MKA9182	55224661E	5185/1	01/09/2014	167
MKB7950	55656819E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
MKG1119	55051992E	7366/2	08/08/2014	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKJ7328	55052106E	7315/0	11/08/2014	252 * I
MKK1707	55654515E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
MKK5703	55654042E	5541/2	18/07/2014	181 * XVII
MKM6655	55654617E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
MKN7234	55654684E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
MKQ6789	55054565E	7366/2	28/08/2014	252 * VI
MKR1197	55187575E	7056/1	02/09/2014	244 * III
MKT8009	55654582E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
MKT8048	55654657E	5541/2	26/07/2014	181 * XVII
MKX6526	55656162E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
MKZ8658	55655984E	5541/2	13/08/2014	181 * XVII
MLC5328	55656131E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MLC7552	55223943E	5835/0	27/08/2014	195
MLC7552	55223944E	6033/0	27/08/2014	206 * V
MLD2409	55049066E	5738/0	12/08/2014	186 * II
MLD6847	55051998E	7366/2	11/08/2014	252 * VI
MLG7324	55052026E	5541/1	12/08/2014	181 * XVII
MLH7271	55656551E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MLN2121	55190288E	5185/1	06/08/2014	167
MLN2121	55190383E	5185/1	07/08/2014	167
MLN9281	55654473E	5541/2	23/07/2014	181 * XVII
MLP0298	55654478E	5541/2	23/07/2014	181 * XVII
MLR9977	55051653E	5541/1	08/08/2014	181 * XVII
MLV4949	55051748E	7366/2	06/08/2014	252 * VI
MLV8253	55656191E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
MMA0818	55054497E	7366/2	29/08/2014	252 * VI
MMA8300	55655997E	5541/2	13/08/2014	181 * XVII
MMB2003	55654531E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
MMD4085	55654422E	5541/2	23/07/2014	181 * XVII
MMD8906	55654130E	5541/2	04/08/2014	181 * XVII
MMF1607	55051183E	5460/0	12/08/2014	181 * IX
MMF4670	55656684E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MMI0313	55656122E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MMI0313	55656225E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
MMI3385	55656526E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MMK2820	55050043E	7366/2	29/08/2014	252 * VI
MUV0508	55655953E	5541/2	13/08/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MUV0508	55656183E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
NFH3222	55655030E	5541/2	31/07/2014	181 * XVII
NIB6157	55654419E	5541/2	23/07/2014	181 * XVII
OOD2702	55655406E	5541/2	05/08/2014	181 * XVII
QHC9034	55654721E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 23 DE SETEMBRO DE 2014

FABIO CAMPOS DA SILVA

DIRETOR DE TRANSITO SETERB

**EDITAL NOTIFICAÇÃO Nº N.34 1972/2014 - SETERB**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 034 1972/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABL2711	55044458E	6602/0	16/05/2014	R\$ 191,53	230 * VI
ABL8008	55045135E	6599/2	29/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
ABL8008	55045136E	5045/0	29/04/2014	R\$ 191,53	162 * V
ABL8008	55045137E	6726/1	29/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
AKU0013	55048780E	6920/0	18/06/2014	R\$ 127,69	233
AKX1794	55189483E	6610/2	22/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
AQV8372	55938054D	6726/1	07/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
ATH7416	55045292E	6912/0	28/05/2014	R\$ 53,20	232
AVK2038	55042169E	6599/2	12/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
COE2555	55045910E	6912/0	02/06/2014	R\$ 53,20	232
EAV9631	55045226E	6599/2	05/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
GSA5018	55038098E	6920/0	13/05/2014	R\$ 127,69	233
HPM4457	55036581E	6610/2	05/02/2014	R\$ 127,69	230 * VII
HVX2133	55045987E	6912/0	02/06/2014	R\$ 53,20	232
JFB6053	55049027E	6637/1	23/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
JVA0660	55048859E	6912/0	25/06/2014	R\$ 53,20	232
KZV9064	55189508E	6912/0	15/07/2014	R\$ 53,20	232
LNZ8221	55937422D	5029/1	16/05/2014	R\$ 957,69	162 * II
LNZ8221	55937423D	5010/0	16/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
LVG1295	55047767E	6920/0	29/05/2014	R\$ 127,69	233
LWV6243	55050709E	5010/0	16/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
LWW3643	55048209E	6920/0	06/06/2014	R\$ 127,69	233
LWX8763	55044158E	6912/0	10/05/2014	R\$ 53,20	232
LXJ8953	55044996E	6637/2	03/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LXJ8953	55044997E	6912/0	03/06/2014	R\$ 53,20	232
LXT7521	55046973E	5010/0	28/05/2014	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXT7521	55046974E	5118/0	28/05/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXY9611	55038095E	6920/0	13/05/2014	R\$ 127,69	233
LYC4839	55038197E	5045/0	25/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
LYC4839	55038198E	5142/0	25/07/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
LYE2778	55038072E	6920/0	11/05/2014	R\$ 127,69	233
LYW9169	55188799E	6556/1	22/07/2014	R\$ 191,53	230 * I
LZD2568	55938135D	5045/0	12/05/2014	R\$ 191,53	162 * V
LZN4993	55188481E	5118/0	23/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZN4993	55188482E	5010/0	23/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
LZU3694	55935431D	5010/0	22/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
LZU3694	55935432D	5118/0	22/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZU3694	55935433D	6599/2	22/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZU3694	55935435D	6408/0	22/07/2014	R\$ 85,12	221
LZU3694	55935437D	6653/1	22/07/2014	R\$ 127,69	230 * XI
LZU3694	55935438D	6769/1	22/07/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
LZU3694	55935439D	6769/2	22/07/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
LZU3694	55935440D	6912/0	22/07/2014	R\$ 53,20	232
MAB2122	55933215D	5010/0	23/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAD8159	55048797E	6920/0	16/06/2014	R\$ 127,69	233
MAM8420	55929344D	7340/0	12/05/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MAM8420	55929345D	6637/2	12/05/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MBD3002	55046654E	6920/0	12/05/2014	R\$ 127,69	233
MBJ0788	55045538E	6920/0	04/05/2014	R\$ 127,69	233
MBP4432	55048707E	6599/2	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBQ0302	55188802E	6610/2	26/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MBT6958	55188554E	5010/0	25/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBT6958	55188555E	5118/0	25/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBW7402	55937436D	5169/1	01/06/2014	R\$ 1.915,38	165
MBW8977	55048789E	6920/0	18/06/2014	R\$ 127,69	233
MBX3598	55932308D	6726/1	18/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBX3598	55932309D	6912/0	18/04/2014	R\$ 53,20	232
MBX3598	55932310D	6637/1	18/04/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MBZ5259	55937458D	5118/0	27/04/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBZ5259	55937459D	5010/0	27/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBZ5259	55937460D	6912/0	27/04/2014	R\$ 53,20	232
MCE0782	55045406E	6599/2	06/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCK4262	55045969E	6912/0	28/05/2014	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCP9422	55045614E	6912/0	12/05/2014	R\$ 53,20	232
MCQ4340	55189633E	5010/0	23/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCQ4340	55189634E	5118/0	23/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCR3702	55038945E	6599/2	06/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCR7895	55187378E	5142/0	16/06/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MCR7895	55187380E	5045/0	16/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
MCT3530	55938214D	6556/1	26/04/2014	R\$ 191,53	230 * I
MCU1443	55048134E	6700/0	23/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MCV1243	55932972D	6610/2	16/05/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MCW3494	55045520E	6920/0	29/04/2014	R\$ 127,69	233
MCX5453	55188557E	6599/2	26/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCY0140	55049168E	6920/0	26/06/2014	R\$ 127,69	233
MDE0613	55938119D	6556/1	06/05/2014	R\$ 191,53	230 * I
MDJ5414	55187352E	6599/2	06/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDJ5414	55938949D	6912/0	06/06/2014	R\$ 53,20	232
MDK6501	55045054E	6599/2	29/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDM0418	55046775E	6920/0	18/05/2014	R\$ 127,69	233
MDP8625	55045542E	6920/0	04/05/2014	R\$ 127,69	233
MDQ9860	55036418E	5169/1	01/06/2014	R\$ 1.915,38	165
MDW6034	55937042D	5010/0	27/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEF7367	55045060E	6661/0	30/04/2014	R\$ 127,69	230 * XII
MFB0994	55187182E	5045/0	29/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
MFK8269	55189902E	5010/0	21/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFV0796	55189904E	6556/1	21/07/2014	R\$ 191,53	230 * I
MFW2267	55045371E	5045/0	30/04/2014	R\$ 191,53	162 * V
MGD9691	55045240E	6912/0	07/05/2014	R\$ 53,20	232
MGH5122	55047190E	6912/0	23/06/2014	R\$ 53,20	232
MGH5122	55047191E	6610/2	23/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MGH9511	55046115E	6920/0	05/05/2014	R\$ 127,69	233
MGK5373	55933523D	5045/0	26/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
MGK5373	55933524D	6912/0	26/06/2014	R\$ 53,20	232
MGU9494	55049155E	6920/0	26/06/2014	R\$ 127,69	233
MGX2954	55938616D	5010/0	08/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHF9862	55048142E	6912/0	25/06/2014	R\$ 53,20	232
MHN1851	55049889E	6599/2	23/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHN1851	55049890E	5045/0	23/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MHN1851	55049891E	5142/0	23/07/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHW7061	55041248E	7340/0	24/04/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MIF5421	55938501D	6599/2	26/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIH7300	55364200D	5045/0	29/05/2014	R\$ 191,53	162 * V
MIN2973	55048936E	6912/0	26/06/2014	R\$ 53,20	232
MIN2973	55048937E	6700/0	26/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MIS4660	55188484E	5045/0	23/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MIT5594	55038071E	6920/0	11/05/2014	R\$ 127,69	233
MJA9395	55360995D	6912/0	16/07/2014	R\$ 53,20	232
MJB2665	55932966D	5169/1	07/05/2014	R\$ 1.915,38	165
MJC3533	55045268E	6599/2	08/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJC3533	55045269E	5010/0	08/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MJK3032	55045328E	6912/0	02/06/2014	R\$ 53,20	232
MJP1441	55045301E	6599/2	05/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJX5079	55933842D	5126/2	04/05/2014	R\$ 957,69	164 c/c 162 * II
MJX5079	55933843D	5029/2	04/05/2014	R\$ 957,69	162 * II
MKD9374	55045555E	6912/0	26/04/2014	R\$ 53,20	232
MKG6551	55046427E	6599/2	28/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MKJ8032	55187034E	5010/0	08/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MKJ8032	55187035E	6912/0	08/06/2014	R\$ 53,20	232
MKJ8032	55187036E	7340/0	08/06/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MKO0412	55045427E	6599/2	26/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MKO0412	55045428E	5169/1	26/05/2014	R\$ 1.915,38	165
MKT0077	55938601D	6556/1	01/05/2014	R\$ 191,53	230 * I
MLT4875	55049012E	6912/0	26/06/2014	R\$ 53,20	232
OOZ3052	55044417E	6912/0	25/06/2014	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 23 DE SETEMBRO DE 2014

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI

DELEGADO REGIONAL - 3A DRP



**EDITAL NOTIFICAÇÃO Nº N. 34 1973/2014 - SETERB**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 7

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 034 1973/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAY8498	55648821E	5541/2	27/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AGA6779	55046531E	5967/0	17/07/2014	R\$ 191,53	203 * V
AGB9045	55981257D	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AIF0506	55651471E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AJE9369	55364197D	5835/0	27/05/2014	R\$ 127,69	195
AJE9369	55364198D	5819/1	27/05/2014	R\$ 574,61	193
AJS6813	55044889E	5550/0	25/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
ALS3571	55044067E	6041/1	14/05/2014	R\$ 127,69	207
ALS3571	55938404D	5568/0	28/04/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
AMU1181	55040792E	5835/0	12/05/2014	R\$ 127,69	195
AMX4104	55980174D	5541/2	12/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AMZ4379	55980920D	5541/2	23/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ANG5403	55651655E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ARW7660	55980231D	5541/2	14/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ASK0328	55980686D	5541/2	17/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
BAT1149	55980626D	5541/2	17/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
BSV4357	55651599E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CAD4059	55651713E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CHM5735	55980516D	5541/2	29/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CLR1718	55044373E	5720/0	16/05/2014	R\$ 127,69	186 * I
CPQ4445	55980085D	5541/2	10/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CYR9939	55648759E	5541/2	10/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DBC6376	55651716E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DBE9653	55981061D	5541/2	24/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DFF5716	55980292D	5541/2	14/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DPN2045	55980816D	5541/2	22/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DQY3728	55980406D	5541/2	15/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DQY3728	55980812D	5541/2	22/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DQY3728	55981493D	5541/2	29/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DRK1577	55980585D	5541/2	17/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DXD6589	55980823D	5541/2	22/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
GTD6394	55649425E	5541/2	16/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
GXQ6010	55649820E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HHP4992	55980172D	5541/2	12/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HSY2752	55652625E	5541/2	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IDR6412	55973976D	5541/2	16/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IKW2883	55981013D	5541/2	24/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IMM8539	55981594D	5541/2	03/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IQR5806	55652072E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IRS7662	55649427E	5541/2	16/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ITB7007	55649651E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IUL4240	55041024E	7307/0	06/05/2014	R\$ 85,12	251 * II
JNQ6767	55980112D	5541/2	10/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
JPX1394	55980980D	5541/2	24/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
JWV1413	55651572E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
JZC4791	55980731D	5541/2	22/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LNZ8221	55937424D	5185/1	16/05/2014	R\$ 127,69	167
LWW3643	55044859E	5550/0	28/04/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
LXQ0934	55653589E	5541/2	12/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXS9134	55186856E	5738/0	24/05/2014	R\$ 191,53	186 * II
LXS9134	55649666E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXU1593	55044957E	5835/0	05/05/2014	R\$ 127,69	195
LXV9839	55981214D	5541/2	25/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYA9427	55981448D	5541/2	29/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYM1242	55980110D	5541/2	10/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYW2850	55651399E	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYY3578	55651772E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYZ3216	55043628E	6050/1	02/05/2014	R\$ 191,53	208
LYZ9696	55937023D	5452/3	25/04/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
LZB0165	55980459D	5541/2	16/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZK9670	55981190D	5541/2	25/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZL4561	55981250D	5541/2	10/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZL7892	55980880D	5541/2	23/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZS9589	55980908D	5541/2	23/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZX8403	55361145D	5185/1	14/05/2014	R\$ 127,69	167
LZX8467	55980042D	5541/2	10/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZX8467	55980438D	5541/2	16/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAV5846	55981037D	5541/2	24/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBB9383	55981633D	5541/2	05/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBC3612	55979437D	5541/2	02/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBF0913	55980266D	5541/2	14/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBF0913	55980387D	5541/2	15/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBL5088	55651346E	5541/2	05/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBQ0302	55188801E	5185/1	26/06/2014	R\$ 127,69	167
MBR5833	55653151E	5541/2	04/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBS2923	55981101D	5541/2	25/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBS7574	55980380D	5541/2	15/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBW6744	55980196D	5541/2	12/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBX9351	55649079E	5541/2	14/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBZ0685	55980860D	5541/2	07/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBZ5259	55046351E	5835/0	12/05/2014	R\$ 127,69	195
MCB4991	55045027E	5550/0	28/04/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCD4104	55981224D	5541/2	25/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCE2422	55650777E	5541/2	30/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCG3928	55979550D	5541/2	04/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCH5694	55981075D	5541/2	24/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCN4261	55651258E	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCT5482	55651634E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCV1243	55932971D	5509/0	16/05/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
MCZ9997	55980547D	5541/2	17/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDC4369	55648718E	5541/2	09/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDJ5414	55938950D	7366/2	06/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MDM9117	55038476E	7366/2	27/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MDT6055	55980195D	5541/2	12/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDU0270	55651980E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDX3487	55980954D	5541/2	23/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEE0609	55050744E	5967/0	22/07/2014	R\$ 191,53	203 * V
MEF3386	55189264E	7366/2	24/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MEF4272	55980807D	5541/2	22/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEL9990	55937419D	5835/0	16/05/2014	R\$ 127,69	195

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEL9990	55937421D	6270/0	16/05/2014	R\$ 127,69	220 * II
MEN2013	55648774E	5541/2	10/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MER1616	55980062D	5541/2	10/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MER1616	55980747D	5541/2	22/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MES3513	55045907E	5193/0	02/06/2014	R\$ 191,53	168
MET1384	55039112E	5541/3	23/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEU9316	55651191E	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEY4180	55651743E	5541/2	12/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFB5764	55981562D	5541/2	15/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFC4974	55972580D	5541/2	12/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFD8450	55981252D	5541/2	10/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFH2205	55980776D	5541/2	22/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFI8582	55651691E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFK7248	55186919E	5835/0	25/07/2014	R\$ 127,69	195
MFK7248	55186920E	5207/0	25/07/2014	R\$ 53,20	169
MFL5273	55049257E	6050/2	26/06/2014	R\$ 191,53	208
MFM6049	55981029D	5541/2	24/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFR5815	55046622E	7366/2	15/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MFY2690	55045480E	5541/1	05/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFZ6329	55981046D	5541/2	24/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGE4899	55981317D	5541/2	28/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGF1205	55046950E	7366/2	26/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MGF2347	55981266D	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGH5122	55650876E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGH9500	55926215D	5541/5	21/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGI9107	55044941E	7366/2	10/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MGN2545	55980984D	5541/2	24/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGN3814	55937621D	6122/0	27/06/2014	R\$ 191,53	214 * I
MGN7759	55652999E	5541/2	03/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGO3895	55649579E	5541/2	19/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGR2737	55980482D	5541/2	16/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGR6955	55649377E	5541/2	16/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGT9855	55651821E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGV5806	55045376E	5541/1	05/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGV9636	55981956D	5541/2	07/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGW0423	55653114E	5541/2	04/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGX0109	55981536D	5541/2	28/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGX2954	55938617D	5835/0	08/05/2014	R\$ 127,69	195
MGX2954	55938618D	5720/0	08/05/2014	R\$ 127,69	186 * I
MGX2954	55938619D	5819/2	08/05/2014	R\$ 574,61	193
MGZ7111	55653038E	5541/2	03/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHB9134	55653106E	5541/2	18/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHC7350	55651927E	5541/2	14/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHG4033	55653375E	5541/2	09/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHJ0807	55980350D	5541/2	15/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHM2212	55651529E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHR0402	55980600D	5541/2	17/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHT4399	55651475E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MXH6824	55649763E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MXH6910	55651558E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHY1814	55980047D	5541/2	10/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHY1814	55980722D	5541/2	22/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHY4480	55048344E	5550/0	20/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIA9782	55980540D	5541/2	17/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIA9782	55981468D	5541/2	29/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIB5651	55649949E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIC6581	55981342D	5541/2	28/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MID6930	55651729E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIE1267	55651884E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIE4061	55652954E	5541/2	02/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIF0613	55980785D	5541/2	22/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIF1531	55045295E	7366/2	02/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIF5421	55938502D	5738/0	26/04/2014	R\$ 191,53	186 * II
MIG9100	55980246D	5541/2	14/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIG9100	55980695D	5541/2	05/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIH9589	55980513D	5541/2	29/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIH9589	55981098D	5541/2	25/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MII3803	55981019D	5541/2	24/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MII3803	55981022D	5541/2	24/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MII5890	55048823E	5185/1	25/06/2014	R\$ 127,69	167
MIN7561	55651425E	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIQ0438	55981386D	5541/2	29/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIQ3626	55937987D	6041/2	05/05/2014	R\$ 127,69	207
MIS1101	55650099E	5541/2	26/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIT2137	55651567E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIY8091	55980179D	5541/2	12/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJA9110	55980277D	5541/2	14/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJB0249	55652962E	5541/2	02/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJB3370	55938033D	5193/0	28/04/2014	R\$ 191,53	168
MJB3557	55980648D	5541/2	17/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJE9561	55046806E	5550/0	20/05/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MJG8098	55189864E	7366/2	22/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJG9506	55045074E	7366/2	08/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJH2391	55980862D	5541/2	07/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJN1394	55651838E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJP8924	55651816E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJQ2678	55046625E	7366/2	15/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJR2310	55046628E	7366/2	15/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJT5231	55189215E	6017/4	22/07/2014	R\$ 191,53	206 * III
MJT5231	55189216E	5835/0	22/07/2014	R\$ 127,69	195
MJY0542	55651787E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJY5959	55037069E	5550/0	30/04/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKB4516	55980233D	5541/2	14/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKB5757	55045039E	5541/1	29/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKE5603	55980051D	5541/2	10/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKE5603	55980471D	5541/2	16/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKE5603	55980800D	5541/2	22/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKE5603	55981288D	5541/2	28/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKI4925	55651837E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKL0384	55651441E	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKL5323	55980878D	5541/2	23/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKO0412	55649920E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKP6217	55650132E	5541/2	26/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKP6217	55650471E	5541/2	28/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKT0077	55938602D	5452/1	01/05/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MKU7122	55050872E	6491/0	22/07/2014	R\$ 53,20	227 * II
MKY6497	55981053D	5541/2	24/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKZ1151	55651260E	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLA0476	55038241E	5541/1	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLA7244	55040785E	5835/0	06/05/2014	R\$ 127,69	195
MLB3206	55649363E	5541/2	16/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLG7324	55981021D	5541/2	24/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLL1706	55047646E	5541/1	27/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLL8655	55651670E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLN0608	55981005D	5541/2	24/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLU2310	55981555D	5541/2	14/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLV7233	55980914D	5541/2	23/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLW1909	55188579E	5967/0	30/06/2014	R\$ 191,53	203 * V
MLZ0820	55651505E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMA0307	55981146D	5541/2	25/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMF0577	55047076E	5541/1	23/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMM2224	55048978E	7366/2	27/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MYP5996	55981205D	5541/2	25/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ONI8860	55050315E	5991/0	10/07/2014	R\$ 191,53	206 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 23 DE SETEMBRO DE 2014

FABIO CAMPOS DA SILVA

DIRETOR DE TRANSITO SETERB



**EDITAL NOTIFICAÇÃO Nº N.34 1974/2014 - SETERB**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 034 1974/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGE6974	55054859E	6912/0	04/09/2014	232
AGE6974	55054860E	5045/0	04/09/2014	162 * V
AGE6974	55054861E	5142/0	04/09/2014	164 c/c 162 * V
AHF4554	55225306E	6726/1	08/09/2014	230 * XVIII
AIS2359	55224172E	6653/2	09/09/2014	230 * XI
AJS6475	55225364E	6726/1	09/09/2014	230 * XVIII
AMA1020	55225258E	5010/0	11/09/2014	162 * I
AMA1020	55225259E	6599/2	11/09/2014	230 * V
AMA1020	55225260E	5118/0	11/09/2014	164 c/c 162 * I
AMA1020	55225261E	6637/2	11/09/2014	230 * IX
AME8570	55225321E	6637/2	15/09/2014	230 * IX
ANY1807	55189738E	6556/1	09/09/2014	230 * I
AOA9009	55225251E	6599/2	09/09/2014	230 * V
AOL9605	55051471E	6599/2	19/08/2014	230 * V
BIA7776	55054344E	6599/2	04/09/2014	230 * V
CHT2674	55225314E	6726/1	09/09/2014	230 * XVIII
CRE1299	55054151E	6912/0	03/09/2014	232
DMK3442	55191265E	6599/2	12/08/2014	230 * V
DPJ5146	55225155E	5045/0	09/09/2014	162 * V
DPJ5146	55225156E	5142/0	09/09/2014	164 c/c 162 * V
DSS4680	55191264E	6726/1	12/08/2014	230 * XVIII
GYQ2355	55191400E	6726/1	18/08/2014	230 * XVIII
HOX8994	55051188E	6599/2	19/08/2014	230 * V
JNA7975	55932722D	6599/2	12/09/2014	230 * V
KFE2707	55225005E	6726/1	04/09/2014	230 * XVIII
LXN5580	55225369E	6726/1	16/09/2014	230 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXN5580	55225370E	6637/2	16/09/2014	230 * IX
LXP0165	55191197E	6726/1	14/08/2014	230 * XVIII
LXV1475	55190731E	6556/1	08/08/2014	230 * I
LXX0106	55054858E	6599/2	04/09/2014	230 * V
LYC4830	55190729E	6556/1	08/08/2014	230 * I
LYH2486	55054770E	5010/0	30/08/2014	162 * I
LYH2486	55054771E	5118/0	30/08/2014	164 c/c 162 * I
LYV9742	55054342E	6599/2	03/09/2014	230 * V
LYV9742	55054343E	5053/1	03/09/2014	162 * VI
LYY5095	55225320E	6726/1	09/09/2014	230 * XVIII
LZD4554	55191491E	6599/2	18/08/2014	230 * V
LZD4554	55191492E	5010/0	18/08/2014	162 * I
LZP3143	55189428E	5010/0	19/08/2014	162 * I
LZP3143	55189429E	5118/0	19/08/2014	164 c/c 162 * I
LZP3143	55189430E	6912/0	19/08/2014	232
LZP9453	55051648E	6599/2	03/09/2014	230 * V
LZT8595	55224840E	6637/2	09/09/2014	230 * IX
LZX9132	55190621E	6610/2	09/08/2014	230 * VII
MAJ2423	55190296E	6556/1	08/08/2014	230 * I
MAJ2423	55190297E	6769/1	08/08/2014	230 * XXII
MAQ3570	55190847E	5010/0	11/08/2014	162 * I
MAQ3570	55190850E	5118/0	11/08/2014	164 c/c 162 * I
MAW0206	55224880E	6556/1	09/09/2014	230 * I
MAW0206	55224881E	6912/0	09/09/2014	232
MAW0206	55224882E	6637/1	09/09/2014	230 * IX
MAW0206	55224883E	6726/1	09/09/2014	230 * XVIII
MAW0206	55224884E	6602/0	09/09/2014	230 * VI
MAY6476	55052068E	6599/2	12/08/2014	230 * V
MAY6476	55052069E	5045/0	12/08/2014	162 * V
MAY6476	55052070E	5142/0	12/08/2014	164 c/c 162 * V
MCC4585	55191370E	5045/0	12/08/2014	162 * V
MCC4585	55191371E	6726/1	12/08/2014	230 * XVIII
MCC4705	55191188E	6637/2	13/08/2014	230 * IX
MCK2432	55189745E	5010/0	12/09/2014	162 * I
MCK2432	55189747E	5118/0	12/09/2014	164 c/c 162 * I
MCN8174	55186818E	5010/0	14/09/2014	162 * I
MCN8174	55186819E	5118/0	14/09/2014	164 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCW5220	55189744E	6726/1	12/09/2014	230 * XVIII
MDC5195	55191006E	5010/0	11/08/2014	162 * I
MDC5195	55191007E	6599/2	11/08/2014	230 * V
MDC5195	55191008E	5118/0	11/08/2014	164 c/c 162 * I
MDC5195	55191009E	6408/0	11/08/2014	221
MDH7512	55187852E	6912/0	10/09/2014	232
MDL2678	55188299E	5010/0	06/09/2014	162 * I
MDL2678	55188300E	5118/0	06/09/2014	164 c/c 162 * I
MDL2678	55191407E	6599/2	06/09/2014	230 * V
MDL2678	55191408E	7340/0	06/09/2014	252 * IV
MDS6613	55187937E	6769/2	08/09/2014	230 * XXII
MDS6613	55187938E	6556/1	08/09/2014	230 * I
MDX1125	55037767E	5010/0	12/08/2014	162 * I
MDZ5588	55191201E	5010/0	11/08/2014	162 * I
MEB3329	55225129E	6726/1	15/09/2014	230 * XVIII
MEE4448	55224871E	5045/0	05/09/2014	162 * V
MEE4448	55224872E	5096/0	05/09/2014	163 c/c 162 * V
MEK1105	55049784E	5010/0	19/08/2014	162 * I
MEK6160	55191467E	6912/0	14/08/2014	232
MFA3550	55189741E	6556/1	09/09/2014	230 * I
MFD3025	55049767E	6599/2	11/08/2014	230 * V
MFJ4574	55050999E	5169/1	30/08/2014	165
MFJ4574	55054651E	6726/1	30/08/2014	230 * XVIII
MFM0818	55223583E	6912/0	19/08/2014	232
MFT8372	55051907E	5045/0	13/08/2014	162 * V
MFT8372	55051908E	5142/0	13/08/2014	164 c/c 162 * V
MFV0796	55224169E	6653/2	09/09/2014	230 * XI
MFV0796	55224170E	6769/2	09/09/2014	230 * XXII
MFV0796	55224171E	6637/2	09/09/2014	230 * IX
MFY8225	55190695E	6912/0	09/08/2014	232
MGA4483	55223659E	6599/2	11/09/2014	230 * V
MGC3673	55189423E	5045/0	11/08/2014	162 * V
MGD2848	55052085E	6602/0	14/08/2014	230 * VI
MGG8792	55188209E	6769/1	14/08/2014	230 * XXII
MGK8781	55191401E	6599/2	09/08/2014	230 * V
MGN7425	55048549E	6599/2	18/08/2014	230 * V
MGZ7767	55191513E	6599/2	07/09/2014	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGZ7767	55191514E	5010/0	07/09/2014	162 * I
MGZ7767	55191515E	6556/4	07/09/2014	230 * I
MHA6928	55224910E	6700/0	11/09/2014	230 * XVI
MHA6928	55224911E	6610/2	11/09/2014	230 * VII
MHB8902	55054333E	6599/2	03/09/2014	230 * V
MHD9876	55052134E	6637/1	14/08/2014	230 * IX
MHD9876	55052135E	5045/0	14/08/2014	162 * V
MHD9876	55052136E	5142/0	14/08/2014	164 c/c 162 * V
MHF2389	55050270E	6653/1	20/08/2014	230 * XI
MHF2389	55050271E	6769/2	20/08/2014	230 * XXII
MHF2389	55050272E	6556/1	20/08/2014	230 * I
MHO9407	55051465E	6602/0	18/08/2014	230 * VI
MHQ2285	55191373E	6599/2	14/08/2014	230 * V
MHQ4724	55223660E	5010/0	12/09/2014	162 * I
MHQ4724	55223662E	5118/0	12/09/2014	164 c/c 162 * I
MHQ4724	55223663E	6599/2	12/09/2014	230 * V
MHQ4724	55223664E	6912/0	12/09/2014	232
MHR2961	55932133D	6912/0	12/09/2014	232
MIN8575	55052228E	6912/0	20/08/2014	232
MJE5991	55190746E	6653/1	09/08/2014	230 * XI
MJE8669	55932134D	6599/2	13/09/2014	230 * V
MJG7985	55191160E	6599/2	09/08/2014	230 * V
MLD5080	55191174E	7323/1	11/08/2014	252 * II
MLW2823	55051609E	6637/1	19/08/2014	230 * IX
MMH2515	55190394E	6599/2	11/08/2014	230 * V
NRY1888	55191551E	6912/0	12/08/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI

DELEGADO REGIONAL - 3A DRP

**EDITAL NOTIFICAÇÃO N.34 1975/2014 - SETERB**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 10

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 034 1975/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABR0524	55655247E	5541/2	04/08/2014	181 * XVII
AIA1136	55657306E	5541/2	27/08/2014	181 * XVII
AIO5602	55656966E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
AIQ3041	55656914E	5541/2	23/08/2014	181 * XVII
AJJ0137	55656823E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
AKV2252	55190018E	5541/1	17/08/2014	181 * XVII
AKW9010	55657315E	5541/2	27/08/2014	181 * XVII
AMJ4506	55054821E	7366/2	04/09/2014	252 * VI
AML8735	55657631E	5541/2	30/08/2014	181 * XVII
ANT2644	55657134E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
ANV5349	55656852E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
AOQ1806	55655256E	5541/2	04/08/2014	181 * XVII
ASJ9898	55656701E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
ASL9220	55655183E	5541/2	04/08/2014	181 * XVII
ATH7416	55656806E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
ATI4714	55654862E	5541/2	30/07/2014	181 * XVII
ATN0607	55656874E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
AUG7500	55037384E	5452/3	17/08/2014	181 * VIII
AVU9741	55654916E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
AWZ0339	55189889E	7366/2	18/08/2014	252 * VI
AXA2483	55654906E	5541/2	13/08/2014	181 * XVII
BVP6114	55657644E	5541/2	30/08/2014	181 * XVII
CEP9667	55054819E	5460/0	04/09/2014	181 * IX
CGM2210	55657049E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
CGP3387	55657356E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII
CIJ6616	55190028E	5541/6	06/09/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CLB2454	55656453E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
CTB9104	55223951E	5185/1	20/08/2014	167
CVM5035	55657183E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
CZZ0862	55654814E	5541/2	30/07/2014	181 * XVII
DFY9998	55657048E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
DIG1612	55654884E	5541/2	30/07/2014	181 * XVII
DJF0802	55052072E	7366/2	13/08/2014	252 * VI
DKD4281	55656578E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
DNO0857	55656348E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
DPG2145	55225101E	7366/2	04/09/2014	252 * VI
DPP5915	55657266E	5541/2	27/08/2014	181 * XVII
DQH7451	55654806E	5541/2	30/07/2014	181 * XVII
DQK9940	55657555E	5541/2	29/08/2014	181 * XVII
DTD1251	55224823E	5185/1	03/09/2014	167
DYM0183	55655038E	5541/2	01/08/2014	181 * XVII
EAQ0786	55656025E	5541/2	28/08/2014	181 * XVII
EJE5997	55655526E	5541/2	06/08/2014	181 * XVII
ESU9496	55050690E	5568/0	01/09/2014	181 * XIX
FAK0033	55051501E	5568/0	19/08/2014	181 * XIX
HIM4615	55657044E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
HIX3171	55655332E	5541/2	05/08/2014	181 * XVII
HMI1596	55657414E	5541/2	28/08/2014	181 * XVII
HTD1987	55656142E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
HYW3040	55225351E	7366/2	05/09/2014	252 * VI
IBS0808	55657106E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
IBS0808	55657268E	5541/2	27/08/2014	181 * XVII
IHR9361	55656678E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
IJF3673	55656449E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
IJF3673	55656850E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
ILI9986	55653963E	5541/2	17/07/2014	181 * XVII
IOF6813	55051986E	7366/2	08/08/2014	252 * VI
IOF6813	55052163E	7366/2	12/08/2014	252 * VI
JNL7649	55655122E	5541/2	01/08/2014	181 * XVII
JQY6811	55054823E	7366/2	04/09/2014	252 * VI
JUL3594	55656721E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
JYH7575	55656986E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
KBP8971	55657515E	5541/2	29/08/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
KML4557	55656840E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
KML4557	55657025E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
KML4557	55657453E	5541/2	28/08/2014	181 * XVII
LCV0948	55656487E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
LCV0948	55656497E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
LON6722	55187067E	5550/0	04/09/2014	181 * XVIII
LOV3731	55656705E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
LRB1884	55657086E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
LWR3621	55054350E	6041/2	04/09/2014	207
LWS9730	55052005E	5568/0	08/08/2014	181 * XIX
LXB7536	55656528E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
LXE2290	55191522E	5185/1	09/09/2014	167
LXG8961	55656925E	5541/2	23/08/2014	181 * XVII
LXJ7637	55052173E	5541/1	13/08/2014	181 * XVII
LXN6565	55657342E	5541/2	27/08/2014	181 * XVII
LXP0882	55654871E	5541/2	30/07/2014	181 * XVII
LYC1987	55935389D	6041/2	17/08/2014	207
LYE0755	55360642D	7366/2	13/09/2014	252 * VI
LYF0928	55656962E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
LYH4390	55932720D	5550/0	03/09/2014	181 * XVIII
LYO4405	55225161E	5185/1	16/09/2014	167
LYQ0413	55657005E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
LYY5095	55225366E	5185/2	09/09/2014	167
LZB7938	55225361E	5185/2	09/09/2014	167
LZP7894	55657388E	5541/2	28/08/2014	181 * XVII
LZR2204	55656305E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
LZR8152	55657079E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
LZS0093	55656317E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
LZY6339	55656848E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
MAG4737	55657543E	5541/2	29/08/2014	181 * XVII
MAI4509	55655100E	5541/2	01/08/2014	181 * XVII
MAK7700	55656292E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
MAM7263	55657546E	5541/2	29/08/2014	181 * XVII
MAN1262	55050907E	5541/1	30/08/2014	181 * XVII
MAP2105	55655393E	5541/2	05/08/2014	181 * XVII
MAQ3570	55190846E	7366/2	11/08/2014	252 * VI
MAS8934	55656757E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBD3643	55656761E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
MBD3643	55656762E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
MBD3643	55656940E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
MBD3643	55657219E	5541/2	10/09/2014	181 * XVII
MBE1112	55655136E	5541/2	02/08/2014	181 * XVII
MBF7291	55657304E	5541/2	27/08/2014	181 * XVII
MBH6795	55655138E	5541/2	02/08/2014	181 * XVII
MBT3414	55654854E	5541/2	30/07/2014	181 * XVII
MBT3414	55655078E	5541/2	01/08/2014	181 * XVII
MBU2764	55657316E	5541/2	27/08/2014	181 * XVII
MBU8717	55656872E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
MBX7805	55052039E	5550/0	14/08/2014	181 * XVIII
MCB2617	55657265E	5541/2	27/08/2014	181 * XVII
MCC7858	55657254E	5541/2	27/08/2014	181 * XVII
MCG6375	55052182E	7366/2	14/08/2014	252 * VI
MCI2839	55935393D	6041/2	17/08/2014	207
MCI5649	55654433E	5541/2	23/07/2014	181 * XVII
MCI8922	55656967E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MCJ8804	55655001E	5541/2	31/07/2014	181 * XVII
MCN3448	55188322E	5380/0	14/08/2014	181 * I
MCP3453	55657187E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MCQ6502	55654902E	5541/2	13/08/2014	181 * XVII
MCQ7214	55656944E	5541/2	08/09/2014	181 * XVII
MCW5220	55189743E	5479/0	12/09/2014	181 * X
MCW9238	55656720E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MCX8258	55657363E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII
MDB2816	55654152E	5541/2	21/07/2014	181 * XVII
MDC2480	55657156E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MDC4361	55049741E	5835/0	29/08/2014	195
MDC6246	55657094E	5541/2	09/09/2014	181 * XVII
MDE4051	55654853E	5541/2	30/07/2014	181 * XVII
MDF2735	55656610E	5541/2	29/08/2014	181 * XVII
MDL2008	55656815E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
MDL2008	55657006E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MDL5282	55191533E	7366/2	09/09/2014	252 * VI
MDL9867	55051865E	5835/0	18/08/2014	195
MDM2699	55657165E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDN2188	55657572E	5541/2	29/08/2014	181 * XVII
MDO9789	55051884E	5835/0	03/09/2014	195
MDP0748	55657118E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MDP7166	55051503E	5550/0	19/08/2014	181 * XVIII
MDQ3924	55657192E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MDQ8345	55654870E	5541/2	30/07/2014	181 * XVII
MDR6525	55657184E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MDS6613	55187939E	5835/0	08/09/2014	195
MDS6613	55187940E	5207/0	08/09/2014	169
MDT6055	55654431E	5541/2	23/07/2014	181 * XVII
MDT6166	55051888E	5835/0	05/09/2014	195
MDY1180	55052402E	5835/0	13/08/2014	195
MDY9384	55189421E	7056/1	10/08/2014	244 * III
MEA3116	55191488E	5185/1	18/08/2014	167
MEA9774	55657309E	5541/2	27/08/2014	181 * XVII
MEB9602	55655202E	5541/2	04/08/2014	181 * XVII
MEC7628	55656893E	5541/2	23/08/2014	181 * XVII
MEE6267	55657127E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MEH1414	55054815E	7366/2	03/09/2014	252 * VI
MEH8812	55191468E	5207/0	14/08/2014	169
MEJ4889	55656968E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MEK5677	55657565E	5541/2	29/08/2014	181 * XVII
MEK9789	55054351E	7366/2	27/08/2014	252 * VI
MEM3203	55191582E	7366/2	15/08/2014	252 * VI
MEQ0910	55657007E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MES2206	55224920E	5185/1	16/09/2014	167
MES8616	55657018E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MEU7675	55656908E	5541/2	23/08/2014	181 * XVII
MEW3148	55654824E	5541/2	30/07/2014	181 * XVII
MEW9751	55655161E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
MEW9751	55656831E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
MEW9751	55656832E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
MEY3992	55656452E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MEZ0779	55054814E	5185/1	03/09/2014	167
MFA5374	55054804E	7366/2	03/09/2014	252 * VI
MFB1410	55054824E	7366/2	04/09/2014	252 * VI
MFC2727	55054812E	5207/0	03/09/2014	169

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFC4751	55656754E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
MFD8450	55657055E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MF6329	55657498E	5541/2	29/08/2014	181 * XVII
MFN5913	55657138E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MFO3551	55655073E	5541/2	01/08/2014	181 * XVII
MFQ3429	55655123E	5541/2	01/08/2014	181 * XVII
MFQ6915	55657218E	5541/2	10/09/2014	181 * XVII
MFQ8936	55052153E	7366/2	11/08/2014	252 * VI
MFR0775	55657114E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MFS7863	55191588E	6050/1	18/08/2014	208
MF0347	55224681E	5185/1	09/09/2014	167
MGD0514	55656304E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
MGE7084	55657051E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MGF6813	55189221E	7366/2	13/08/2014	252 * VI
MGI4969	55052186E	7366/2	14/08/2014	252 * VI
MGI5705	55050525E	5541/6	15/08/2014	181 * XVII
MGI8807	55224183E	5207/0	15/09/2014	169
MGI8807	55224187E	7048/1	15/09/2014	244 * II
MGJ1212	55656713E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MGK5599	55656981E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MGM1685	55657412E	5541/2	28/08/2014	181 * XVII
MGM2798	55654846E	5541/2	30/07/2014	181 * XVII
MGM9060	55190027E	5541/1	06/09/2014	181 * XVII
MGN2545	55654816E	5541/2	30/07/2014	181 * XVII
MGN7759	55656668E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MGQ4285	55052406E	5835/0	18/08/2014	195
MGR6955	55657398E	5541/2	28/08/2014	181 * XVII
MGR7098	55656961E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MGS3439	55191490E	5185/1	19/08/2014	167
MGU1944	55657155E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MGU5769	55657056E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MGW2533	55655106E	5541/2	01/08/2014	181 * XVII
MGW3794	55052143E	6122/0	15/08/2014	214 * I
MGW3794	55657545E	5541/2	29/08/2014	181 * XVII
MHB0828	55657024E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MHC5969	55656319E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
MHD0734	55048686E	5550/0	15/08/2014	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHD8916	55656690E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MHF2389	55050255E	5207/0	15/08/2014	169
MHF2389	55050256E	5819/4	15/08/2014	193
MHF2389	55050257E	5835/0	15/08/2014	195
MHH3927	55654815E	5541/2	30/07/2014	181 * XVII
MHK8754	55657133E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MHM7350	55223608E	5185/1	15/08/2014	167
MHN7876	55654765E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
MHO0603	55657144E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MHO3573	55656950E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MHQ4724	55223661E	7056/1	12/09/2014	244 * III
MHT6601	55191031E	7030/1	16/09/2014	244 * I
MHT6601	55191032E	5819/7	16/09/2014	193
MHU0109	55225362E	7366/2	09/09/2014	252 * VI
MHU0109	55657494E	5541/2	29/08/2014	181 * XVII
MHU1953	55657450E	5541/2	28/08/2014	181 * XVII
MHU5523	55655145E	5541/2	02/08/2014	181 * XVII
MHX2645	55054601E	7366/2	02/09/2014	252 * VI
MIA1996	55656716E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MIA1996	55657147E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MIA1996	55657150E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MIA1996	55657151E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MIA1996	55657153E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MIA1996	55657221E	5541/2	10/09/2014	181 * XVII
MIA1996	55657447E	5541/2	28/08/2014	181 * XVII
MIA6821	55655071E	5541/2	01/08/2014	181 * XVII
MIA8816	55657567E	5541/2	29/08/2014	181 * XVII
MIC6515	55656711E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MIC7769	55656464E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MID2269	55051962E	7366/2	07/08/2014	252 * VI
MIE0662	55656898E	5541/2	23/08/2014	181 * XVII
MIE5426	55225219E	7366/2	09/09/2014	252 * VI
MIE9625	55654772E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
MIF0404	55657272E	5541/2	27/08/2014	181 * XVII
MIF4806	55656775E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
MIH7779	55656841E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
MIH9589	55656765E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MII8451	55657403E	5541/2	28/08/2014	181 * XVII
MIJ0019	55656955E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MIJ6599	55657357E	5541/2	11/09/2014	181 * XVII
MIK7405	55656294E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
MIL0590	55656918E	5541/2	23/08/2014	181 * XVII
MIL8529	55656728E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MIN7651	55657196E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MIO9722	55654891E	5541/2	30/07/2014	181 * XVII
MIP3971	55656853E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
MIS8865	55656106E	5541/2	14/08/2014	181 * XVII
MIV2951	55656576E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MIV5227	55657073E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MIW1631	55657263E	5541/2	27/08/2014	181 * XVII
MIW1937	55656567E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MJA5422	55655536E	5541/2	06/08/2014	181 * XVII
MJC8841	55654839E	5541/2	30/07/2014	181 * XVII
MJE0582	55655124E	5541/2	01/08/2014	181 * XVII
MJE1049	55656472E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MJE5991	55191172E	7048/2	09/08/2014	244 * II
MJE7474	55656902E	5541/2	23/08/2014	181 * XVII
MJH5803	55654834E	5541/2	30/07/2014	181 * XVII
MJH5803	55654967E	5541/2	31/07/2014	181 * XVII
MJJ2543	55654726E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
MJL0246	55048688E	5665/0	11/08/2014	182 * X
MJM2070	55657333E	5541/2	27/08/2014	181 * XVII
MJP1544	55191737E	5185/1	19/08/2014	167
MJP9540	55655190E	5541/2	04/08/2014	181 * XVII
MJQ8373	55654951E	5541/2	31/07/2014	181 * XVII
MJR2415	55654795E	5541/2	30/07/2014	181 * XVII
MJR6466	55190628E	7366/2	13/08/2014	252 * VI
MJW8459	55657010E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MJY3280	55656858E	5541/2	22/08/2014	181 * XVII
MJY4772	55190390E	5185/1	09/08/2014	167
MKB7950	55657239E	5541/2	27/08/2014	181 * XVII
MKD8532	55657078E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MKH6955	55054627E	5541/5	04/09/2014	181 * XVII
MKI5702	55225363E	7366/2	09/09/2014	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKJ5747	55657419E	5541/2	28/08/2014	181 * XVII
MKK2022	55656574E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MKL1016	55655163E	5541/2	18/08/2014	181 * XVII
MKL5775	55656456E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MKM1869	55655132E	5541/2	02/08/2014	181 * XVII
MKN1759	55657407E	5541/2	28/08/2014	181 * XVII
MKN2510	55657513E	5541/2	29/08/2014	181 * XVII
MKO6889	55657253E	5541/2	27/08/2014	181 * XVII
MKR4038	55655115E	5541/2	01/08/2014	181 * XVII
MKT1203	55189220E	5185/2	13/08/2014	167
MKT8742	55036888E	5819/1	11/08/2014	193
MKV1890	55657385E	5541/2	28/08/2014	181 * XVII
MKV7999	55657111E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MKW0033	55655203E	5541/2	04/08/2014	181 * XVII
MKW3997	55657125E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MKX4443	55052185E	7366/2	14/08/2014	252 * VI
MLC9169	55039132E	5550/0	08/08/2014	181 * XVIII
MLE4304	55656735E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MLF0343	55225336E	5185/1	16/09/2014	167
MLF5591	55051866E	5193/0	18/08/2014	168
MLL9587	55657123E	5541/2	26/08/2014	181 * XVII
MLM1203	55656896E	5541/2	23/08/2014	181 * XVII
MLN3237	55938968D	5550/0	07/08/2014	181 * XVIII
MLN3467	55224909E	5207/0	08/09/2014	169
MLN9155	55654905E	5541/2	13/08/2014	181 * XVII
MLS2507	55656954E	5541/2	25/08/2014	181 * XVII
MMA1603	55054625E	7366/2	04/09/2014	252 * VI
MMD0905	55657230E	5541/2	27/08/2014	181 * XVII
MML2884	55654840E	5541/2	30/07/2014	181 * XVII
MNM2866	55654932E	5541/2	31/07/2014	181 * XVII
MPB9545	55657448E	5541/2	28/08/2014	181 * XVII
NKW1390	55656232E	5541/2	15/08/2014	181 * XVII
OLZ7551	55654842E	5541/2	30/07/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014

FABIO CAMPOS DA SILVA

DIRETOR DE TRANSITO SETERB



**EDITAL NOTIFICAÇÃO N.34 1976/2014 - SETERB**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 10

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 034 1976/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAT2480	55043745E	6920/0	21/04/2014	R\$ 127,69	233
ABS4371	55049913E	6602/0	07/07/2014	R\$ 191,53	230 * VI
AIQ3041	55044437E	5169/1	12/07/2014	R\$ 1.915,38	165
AJD8896	55188804E	7340/0	28/06/2014	R\$ 85,12	252 * IV
AJJ0692	55045927E	6599/2	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
AKI4982	55047299E	6726/1	18/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
ALS1984	55187613E	5010/0	01/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
ALS1984	55187614E	5118/0	01/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AMM0150	55048721E	6726/1	30/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
AMR2862	55045680E	6599/2	20/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
AND4385	55188759E	5045/0	04/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
AND4385	55188760E	5142/0	04/07/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
AOH1351	55048737E	6599/2	04/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
APX2262	55045926E	6599/2	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
ARI0131	55188680E	6653/2	04/07/2014	R\$ 127,69	230 * XI
BGE0782	55188393E	6599/2	05/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
BGE0782	55188396E	5118/0	05/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
BGE0782	55188399E	6726/1	05/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
BGE0782	55188400E	6912/0	05/07/2014	R\$ 53,20	232
BGP4694	55938685D	6726/1	23/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
BHL4638	55048949E	5045/0	27/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
BHL4638	55048950E	5142/0	27/06/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
BSG2095	55048116E	5037/1	11/06/2014	R\$ 574,61	162 * III
BYO6372	55186800E	7340/0	29/06/2014	R\$ 85,12	252 * IV
BYO6372	55938898D	5010/0	29/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
BYO6372	55938899D	5118/0	29/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CHY4544	55049523E	6920/0	01/07/2014	R\$ 127,69	233
CJY4649	55047192E	6637/2	18/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
CRN1594	55048725E	6912/0	02/07/2014	R\$ 53,20	232
CRN1594	55048738E	6726/1	02/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
CYQ3242	55036425E	5169/1	28/06/2014	R\$ 1.915,38	165
DBJ3663	55049185E	6920/0	29/06/2014	R\$ 127,69	233
DEE6062	55048132E	6599/2	17/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
DHV0290	55048878E	6602/0	30/06/2014	R\$ 191,53	230 * VI
HPM9904	55049516E	6920/0	30/06/2014	R\$ 127,69	233
IBW3460	55188360E	5274/1	25/06/2014	R\$ 191,53	175
IDJ5940	55188444E	6599/2	07/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
IDJ5940	55188445E	6912/0	07/07/2014	R\$ 53,20	232
IET1873	55049865E	6599/2	07/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
IJH3063	55045432E	5169/1	31/05/2014	R\$ 1.915,38	165
KMY4575	55048519E	6637/1	30/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LOL1764	55188753E	5010/0	30/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
LWR1697	55188660E	5045/0	28/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
LWR3519	55187320E	6556/1	04/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
LWT1881	55938006D	6912/0	22/04/2014	R\$ 53,20	232
LWT1881	55938007D	6637/2	22/04/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LWV9193	55188571E	6599/2	27/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXB7584	55049560E	6912/0	08/07/2014	R\$ 53,20	232
LXB7584	55049561E	5045/0	08/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
LXD3618	55933525D	5010/0	04/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
LXD3618	55933526D	6610/2	04/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
LXE1346	55049960E	6610/2	04/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
LXG4955	55188566E	6912/0	27/06/2014	R\$ 53,20	232
LXG4955	55188568E	6726/1	27/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LXJ6043	55938683D	6556/1	23/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
LXM8248	55365434D	6599/2	05/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXM8248	55365435D	5010/0	05/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
LXO0752	55188601E	6599/2	11/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXO0752	55188696E	5010/0	11/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
LXT7789	55049881E	6599/2	11/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXU3441	55049652E	6599/2	07/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXU3441	55049653E	5010/0	07/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
LXU3441	55049654E	5118/0	07/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXX4306	55188589E	6726/1	30/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYA4204	55188965E	6637/2	04/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LYH5602	55188408E	5010/0	23/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYH7765	55188564E	6726/1	27/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYI4637	55186865E	6599/2	02/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYI4637	55186866E	6637/1	02/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LYI4637	55186867E	5010/0	02/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYI4637	55186868E	6556/4	02/08/2014	R\$ 191,53	230 * I
LYI4637	55186869E	6726/1	02/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYI8136	55186861E	6599/2	01/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYI8136	55186863E	6726/1	01/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYM2864	55187186E	6599/2	07/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYM4225	55047183E	5169/1	21/06/2014	R\$ 1.915,38	165
LYN9422	55048140E	6599/2	25/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYO7722	55188690E	6556/1	10/07/2014	R\$ 191,53	230 * I
LYS7264	55037050E	6556/1	14/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
LYS7264	55048601E	5010/0	14/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYS7264	55048602E	5118/0	14/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LYS7264	55048603E	6599/2	14/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYT9585	55189301E	5045/0	09/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
LYU3492	55938149D	6599/2	16/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYU3492	55938150D	6602/0	16/05/2014	R\$ 191,53	230 * VI
LYV7953	55938675D	5010/0	21/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYV7953	55938676D	5118/0	21/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LYV7953	55938677D	6599/2	21/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYW7030	55187101E	6599/2	20/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYX8449	55048774E	6920/0	17/06/2014	R\$ 127,69	233
LYZ8408	55048709E	6726/1	26/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LZB3428	55049461E	6610/2	01/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
LZC3992	55187489E	6556/1	17/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
LZE3419	55938868D	6599/2	23/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZG7160	55187827E	6556/1	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
LZG7160	55187828E	6726/1	24/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LZG7160	55187830E	6653/1	24/06/2014	R\$ 127,69	230 * XI
LZG7638	55048337E	5274/1	13/06/2014	R\$ 191,53	175
LZH6682	55044436E	6912/0	12/07/2014	R\$ 53,20	232
LZK6814	55935372D	6599/2	20/06/2014	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZM6659	55048522E	6637/2	02/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LZM6659	55048523E	6726/1	02/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LZO2519	55049166E	6920/0	26/06/2014	R\$ 127,69	233
LZP0467	55049191E	6920/0	24/06/2014	R\$ 127,69	233
LZT2546	55049190E	6920/0	24/06/2014	R\$ 127,69	233
LZW0785	55044016E	6726/1	16/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAA9734	55049194E	6920/0	24/06/2014	R\$ 127,69	233
MAB1432	55189313E	5010/0	14/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAB1432	55189314E	6599/2	14/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAB1432	55189315E	6726/1	14/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAC5217	55047451E	6726/1	27/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAF0745	55048735E	6637/2	03/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MAK4328	55044425E	6599/2	11/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAR1743	55188572E	6599/2	27/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAS3321	55047272E	6726/1	11/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAS5164	55049161E	6920/0	26/06/2014	R\$ 127,69	233
MAU0943	55049615E	6912/0	07/07/2014	R\$ 53,20	232
MAU7723	55049184E	6920/0	26/06/2014	R\$ 127,69	233
MAU8271	55045956E	6599/2	26/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAW5591	55933575D	5010/0	09/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAW5591	55933576D	5118/0	09/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAW5591	55933577D	6726/1	09/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAX5828	55187349E	6556/1	21/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
MAX7301	55048865E	6599/2	26/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAZ8526	55187740E	5010/0	21/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAZ8526	55187741E	5118/0	21/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBA0733	55048514E	6408/0	30/06/2014	R\$ 85,12	221
MBA0733	55048515E	6637/2	30/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MBA0733	55048516E	6726/1	30/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBA5563	55186768E	6599/2	20/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBD0002	55188767E	6599/2	06/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBD3995	55038691E	5010/0	02/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBG5762	55186799E	6556/1	29/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
MBG7387	55049193E	6920/0	24/06/2014	R\$ 127,69	233
MBH6001	55044198E	6599/2	27/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBH6084	55938338D	6599/2	08/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBH6084	55938339D	5010/0	08/07/2014	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBH6084	55938340D	6726/1	08/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBI3516	55044430E	5010/0	12/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBI3516	55044431E	5118/0	12/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBI3516	55044432E	6599/2	12/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBJ3000	55188757E	6599/2	02/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBJ4638	55932330D	5045/0	26/04/2014	R\$ 191,53	162 * V
MBM9757	55045934E	6599/2	01/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBO2742	55188593E	6726/1	02/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBO2742	55188595E	6912/0	02/07/2014	R\$ 53,20	232
MBP2508	55049122E	5010/0	01/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBP2508	55049123E	5118/0	01/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBP2508	55049124E	6599/2	01/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBQ8468	55049522E	6920/0	01/07/2014	R\$ 127,69	233
MBR8259	55049879E	6599/2	11/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBS2808	55049006E	6637/2	25/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MBS8858	55036878E	5010/0	08/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBV1731	55188697E	5010/0	11/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBV1731	55188698E	6599/2	11/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBV1731	55188699E	5118/0	11/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBV2739	55188676E	5010/0	02/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBV2739	55188677E	5118/0	02/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBW1430	55938688D	6912/0	23/06/2014	R\$ 53,20	232
MBX2604	55188991E	6599/2	10/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBY6426	55049704E	5045/0	12/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MBY6426	55049705E	6670/0	12/07/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
MCA9050	55187838E	6599/2	28/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCA9050	55187839E	5010/0	28/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCE0621	55190361E	6599/2	28/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCE5300	55037611E	6599/2	17/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCF1593	55048890E	5010/0	01/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCF1593	55048891E	5118/0	01/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCF1593	55048899E	6599/2	01/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCG4613	55938734D	6599/2	06/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCM2118	55188388E	5010/0	05/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCM2118	55188389E	5118/0	05/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCM2118	55188390E	6912/0	05/07/2014	R\$ 53,20	232
MCM2118	55188391E	6653/2	05/07/2014	R\$ 127,69	230 * XI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCM2118	55188392E	6599/2	05/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCN5469	55044013E	6599/2	16/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCN9881	55934541D	6556/1	21/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
MCT0422	55047196E	6637/2	26/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MCT5682	55187348E	6599/2	21/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCV8463	55048861E	6599/2	26/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCW3677	55188351E	5118/0	04/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCW3677	55188375E	5010/0	04/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCW9238	55187387E	6769/2	07/07/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MCY6211	55188423E	6599/2	03/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDE4051	55049502E	6920/0	29/06/2014	R\$ 127,69	233
MDF0654	55049862E	6599/2	07/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDG4510	55048866E	6912/0	26/06/2014	R\$ 53,20	232
MDG4510	55048867E	5010/0	26/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDG4510	55048868E	5118/0	26/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDG8098	55363986D	5010/0	24/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDG8098	55363987D	5118/0	24/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDG8098	55363988D	6599/2	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDI8052	55187470E	6599/2	12/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDJ2951	55188453E	5169/1	06/07/2014	R\$ 1.915,38	165
MDJ4804	55933514D	6912/0	10/06/2014	R\$ 53,20	232
MDK0736	55188385E	6653/2	04/07/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MDK0736	55188386E	6726/1	04/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MDK0736	55188387E	6637/2	04/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MDK7227	55048003E	6920/0	25/05/2014	R\$ 127,69	233
MDM0834	55188255E	6599/2	05/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDO3203	55188419E	6912/0	03/07/2014	R\$ 53,20	232
MDV3197	55047269E	6602/0	10/06/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MDX2353	55186793E	6599/2	28/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDX2353	55186794E	6556/1	28/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
MDX5505	55188908E	6726/1	10/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MDX5637	55938424D	5045/0	29/05/2014	R\$ 191,53	162 * V
MDZ2084	55937844D	5010/0	27/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDZ2084	55937845D	5118/0	27/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEA7916	55048720E	6726/1	30/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MEB8433	55046050E	6599/2	03/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEC5365	55045890E	5010/0	13/06/2014	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEC5365	55045891E	5118/0	13/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEF0838	55188507E	6653/1	09/07/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MEF1566	55048147E	5010/0	04/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEF1566	55048148E	5118/0	04/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEG3574	55045938E	6599/2	02/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEH9813	55048371E	6912/0	23/06/2014	R\$ 53,20	232
MEJ1624	55049147E	6556/1	03/07/2014	R\$ 191,53	230 * I
MEJ1624	55049148E	6726/1	03/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MEJ1624	55049149E	6637/2	03/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MEK3684	55050128E	6912/0	29/07/2014	R\$ 53,20	232
MEM7309	55046036E	6599/2	28/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEM7309	55046037E	5010/0	28/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEM7309	55046047E	6726/1	28/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MEP3397	55363984D	6556/1	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
MEQ8556	55188254E	5010/0	04/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MES3843	55048409E	6599/2	12/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MET5146	55187619E	5010/0	05/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEU1467	55050056E	6912/0	12/07/2014	R\$ 53,20	232
MEV1388	55187180E	5010/0	29/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEV1388	55187184E	5118/0	29/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEX1914	55044441E	6912/0	13/07/2014	R\$ 53,20	232
MEZ0533	55047290E	6912/0	16/06/2014	R\$ 53,20	232
MFD9745	55187178E	6599/2	26/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFD9745	55187179E	6726/1	26/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MFK7248	55186917E	5010/0	25/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFK7248	55186918E	5118/0	25/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFK7248	55186921E	6726/1	25/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MFK7248	55186922E	6912/0	25/07/2014	R\$ 53,20	232
MFM8215	55188153E	6769/1	21/06/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MFO3807	55187105E	6726/1	01/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MFO3807	55187106E	6637/2	01/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MFO3807	55187107E	7340/0	01/07/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MFO3807	55927394D	6599/2	01/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFO3807	55927395D	5010/0	01/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFO3807	55927396D	5118/0	01/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFQ0670	55049015E	6599/2	30/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFQ4021	55048128E	6912/0	18/06/2014	R\$ 53,20	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFQ4021	55048129E	6637/2	18/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MFS6890	55049008E	5010/0	26/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFS6890	55049009E	5118/0	26/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFY3941	55938680D	6408/0	23/06/2014	R\$ 85,12	221
MGA3855	55188565E	6408/0	27/06/2014	R\$ 85,12	221
MGB8044	55050104E	6912/0	08/07/2014	R\$ 53,20	232
MGC5373	55187534E	5010/0	06/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGC5373	55188432E	5169/1	06/07/2014	R\$ 1.915,38	165
MGC5373	55188433E	6912/0	06/07/2014	R\$ 53,20	232
MGC5373	55188434E	5118/0	06/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGE5058	55189303E	6602/0	09/07/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MGG3580	55040410E	5010/0	12/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGK8918	55187738E	6637/2	19/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MGK8918	55187739E	6653/2	19/06/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MGK8918	55188663E	6653/1	28/06/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MGK9151	55045728E	5037/1	30/07/2014	R\$ 574,61	162 * III
MGK9151	55045729E	5134/1	30/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * III
MGK9151	55045730E	6912/0	30/07/2014	R\$ 53,20	232
MGN8546	55048754E	6920/0	13/06/2014	R\$ 127,69	233
MGW4971	55187724E	6599/2	17/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGW4971	55187725E	5118/0	17/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGW4971	55187726E	6912/0	17/06/2014	R\$ 53,20	232
MGW9115	55937804D	6599/2	16/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHB3707	55188009E	6556/1	16/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
MHE0652	55045775E	6408/0	26/05/2014	R\$ 85,12	221
MHE0652	55045776E	6912/0	26/05/2014	R\$ 53,20	232
MHE8939	55933135D	6726/1	06/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MHH2291	55049665E	5169/1	23/07/2014	R\$ 1.915,38	165
MHJ9382	55934546D	6556/1	21/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
MHL6387	55048429E	5169/1	02/07/2014	R\$ 1.915,38	165
MHN8044	55049025E	6599/2	03/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHP5065	55049994E	6599/2	08/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHP5661	55036985E	6599/2	26/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHR6473	55048792E	6920/0	18/06/2014	R\$ 127,69	233
MHU5013	55188968E	6599/2	04/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHW0118	55048558E	6920/0	06/06/2014	R\$ 127,69	233
MHW3562	55046035E	6912/0	27/06/2014	R\$ 53,20	232



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIE2223	55049276E	5010/0	27/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MIE2223	55049277E	5118/0	27/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MIF2119	55926800D	6556/1	09/07/2014	R\$ 191,53	230 * I
MIH4782	55048189E	6599/2	13/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIK8384	55938624D	6602/0	13/05/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MIL5324	55048518E	6726/1	30/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MIX3414	55048385E	6599/2	03/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIY3211	55188785E	5010/0	11/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MIY3211	55188786E	5118/0	11/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MJB3792	55046851E	6645/0	21/05/2014	R\$ 127,69	230 * X
MJH5131	55044438E	6599/2	12/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJL0586	55044433E	5118/0	12/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MJL0586	55044434E	5010/0	12/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MJV5735	55043638E	6912/0	16/05/2014	R\$ 53,20	232
MJY9159	55188751E	6599/2	30/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJY9159	55188752E	5010/0	30/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MKA4509	55187151E	5053/1	29/05/2014	R\$ 191,53	162 * VI
MKA4754	55049852E	6912/0	03/07/2014	R\$ 53,20	232
MKD2814	55188441E	6599/2	07/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MKD2814	55188442E	5045/0	07/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MKI8863	55188576E	6599/2	28/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MKI8863	55188578E	6726/1	28/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MKL5316	55930846D	6599/2	18/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MKN0934	55188418E	6912/0	03/07/2014	R\$ 53,20	232
MKR9548	55187339E	6653/1	20/06/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MKT0730	55048137E	6599/2	23/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MKV1890	55188044E	5045/0	11/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MKW7581	55188378E	6599/2	04/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MLA6823	55187337E	6653/1	20/06/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MLA6823	55187338E	6610/2	20/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MLM5655	55938342D	5010/0	08/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MLM5655	55938343D	5118/0	08/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MLM5655	55938345D	6912/0	08/07/2014	R\$ 53,20	232
MMD0905	55047226E	6700/0	10/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MMJ8763	55048504E	6912/0	26/06/2014	R\$ 53,20	232
QHA8224	55188380E	6653/2	04/07/2014	R\$ 127,69	230 * XI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI

DELEGADO REGIONAL - 3A DRP

**EDITAL NOTIFICAÇÃO N.34 1977/2014 - SETERB**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 13

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 034 1977/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAC1493	55652108E	5541/2	17/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AAY5262	55049330E	5541/1	08/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ABW5159	55648677E	5541/2	09/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ACC2520	55938295D	6785/3	09/05/2014	R\$ 191,53	231 * II * a
ACM2836	55651235E	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ADB7485	55652361E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AFY2342	55046272E	5207/0	02/07/2014	R\$ 53,20	169
AHI5351	55651726E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AHY3784	55047419E	5541/1	28/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AHY3784	55650281E	5541/2	27/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AIO2743	55651499E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AIO2743	55652560E	5541/2	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AIO5602	55652015E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AIO5602	55652016E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AIO5602	55652252E	5541/2	23/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AIO5602	55652562E	5541/2	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AJD8896	55188803E	5185/1	28/06/2014	R\$ 127,69	167
AJV6158	55043297E	5541/6	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AKT6995	55652471E	5541/2	25/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ALB2468	55651307E	5541/2	05/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ALS1984	55187605E	5550/0	01/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
ALY2641	55651113E	5541/2	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ALY2641	55651461E	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ALY2641	55651590E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AOH8426	55651750E	5541/2	12/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AOT3583	55651395E	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
APA9145	55651977E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
APP3339	55650907E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ARM2297	55041126E	5550/0	21/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
ART0307	55050312E	5991/0	08/07/2014	R\$ 191,53	206 * I
ASA0490	55652245E	5541/2	23/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
BGE0782	55188394E	5835/0	05/07/2014	R\$ 127,69	195
BGE0782	55188395E	5819/1	05/07/2014	R\$ 574,61	193
BGE0782	55188397E	5215/2	05/07/2014	R\$ 191,53	170
BMU7333	55979610D	5541/2	04/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
BQJ2063	55652627E	5541/2	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
BRC6987	55652031E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
BVY6254	55652052E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
BXW7960	55980835D	5541/2	22/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
BXW7960	55981496D	5541/2	29/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
BYO6372	55188807E	6858/0	29/06/2014	R\$ 85,12	231 * VII
BYO6372	55938900D	5185/1	29/06/2014	R\$ 127,69	167
CIG0017	55652179E	5541/2	21/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CLC9452	55652268E	5541/2	23/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CXB7701	55049357E	6050/2	26/06/2014	R\$ 191,53	208
CYR9939	55651765E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DEC4114	55652511E	5541/2	25/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DIV5455	55651180E	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DLF4790	55188981E	5185/1	08/07/2014	R\$ 127,69	167
DMA4319	55652167E	5541/2	05/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
EAJ4985	55652669E	5541/2	28/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ELB2311	55188973E	7366/2	04/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
EXZ2909	55048331E	7366/2	18/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
GPH1282	55651963E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
GRO2489	55047645E	5835/0	26/06/2014	R\$ 127,69	195
GUC9442	55652664E	5541/2	28/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
GUK5994	55046378E	5835/0	18/06/2014	R\$ 127,69	195
HWQ7529	55651918E	5541/2	14/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IBW3460	55188359E	5835/0	25/06/2014	R\$ 127,69	195
ICZ0309	55652125E	5541/2	17/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IDW4479	55650910E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IRG2277	55650263E	5541/2	27/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
JPJ4354	55650129E	5541/2	26/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
JQX7647	55651230E	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
JWZ7507	55652266E	5541/2	23/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
KML4557	55651212E	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
KML4557	55651522E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
KML4557	55651931E	5541/2	14/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
KML4557	55652001E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
KML4557	55652258E	5541/2	23/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
KQS1410	55651028E	5541/2	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LAN4249	55651862E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LSP1037	55651144E	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LWS1669	55651777E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LWS6717	55935217D	5460/0	05/07/2014	R\$ 85,12	181 * IX
LWT1052	55934540D	5185/1	21/06/2014	R\$ 127,69	167
LWU3537	55651066E	5541/2	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXA3997	55652656E	5541/2	28/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXE2040	55651541E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXK7543	55933798D	7366/2	17/04/2014	R\$ 85,12	252 * VI
LXN5339	55651917E	5541/2	14/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXN7035	55048171E	5746/3	03/07/2014	R\$ 85,12	187 * I
LXN7035	55048172E	7366/2	03/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
LXO2432	55651141E	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXP2239	55652486E	5541/2	25/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXT1470	55652119E	5541/2	17/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXV9603	55652386E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXW4942	55652188E	5541/2	21/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXX1534	55651090E	5541/2	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXX1534	55651445E	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXX3630	55651668E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXX9371	55044435E	5193/0	12/07/2014	R\$ 191,53	168
LYE0755	55049278E	6050/2	26/06/2014	R\$ 191,53	208
LYI8136	55186862E	5479/0	01/07/2014	R\$ 85,12	181 * X
LYJ6842	55047925E	5835/0	01/07/2014	R\$ 127,69	195
LYM2048	55650931E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYO4184	55049571E	7307/0	11/07/2014	R\$ 85,12	251 * II
LYQ7322	55651646E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYR6555	55651164E	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYR9127	55937466D	5452/1	08/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYT1780	55652127E	5541/2	17/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYT9566	55651202E	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYY5309	55651973E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYZ1382	55046271E	5207/0	02/07/2014	R\$ 53,20	169
LZB3631	55650912E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZB3631	55651490E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZC4102	55043993E	5207/0	26/04/2014	R\$ 53,20	169
LZG7160	55187829E	6050/1	24/06/2014	R\$ 191,53	208
LZJ2600	55187204E	5380/0	01/06/2014	R\$ 85,12	181 * I
LZK1344	55046325E	5207/0	09/06/2014	R\$ 53,20	169
LZK2532	55652105E	5541/2	17/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZM6659	55049423E	7366/2	04/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
LZM7509	55650941E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZP8843	55047058E	7099/1	26/05/2014	R\$ 127,69	244 * V II
LZQ1807	55049365E	5452/1	27/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
LZY7475	55651037E	5541/2	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAF0745	55048732E	5797/0	03/07/2014	R\$ 191,53	191
MAF0745	55048733E	5967/0	03/07/2014	R\$ 191,53	203 * V
MAF0745	55048734E	5835/0	03/07/2014	R\$ 127,69	195
MAH9742	55649926E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAI3052	55652400E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAK7082	55652185E	5541/2	21/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAK9820	55365933D	5185/2	14/06/2014	R\$ 127,69	167
MAL5588	55650925E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAQ5605	55652051E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAQ9143	55651267E	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAS0167	55651846E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAS8402	55652090E	5541/2	17/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAW5591	55933578D	5185/1	09/07/2014	R\$ 127,69	167
MAZ0171	55649077E	5541/2	14/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAZ4185	55651725E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAZ8101	55652170E	5541/2	07/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAZ8526	55187743E	5819/1	21/06/2014	R\$ 574,61	193
MAZ8526	55187744E	5207/0	21/06/2014	R\$ 53,20	169
MBA3736	55652117E	5541/2	17/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBA4851	55979763D	5541/2	07/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBB5343	55049291E	5452/3	29/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBD3643	55651908E	5541/2	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBL5227	55649456E	5541/2	17/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBN9031	55652412E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBP0312	55652468E	5541/2	09/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBP2689	55648981E	5541/2	13/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBQ7361	55652389E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBQ8837	55040793E	5835/0	30/06/2014	R\$ 127,69	195
MBQ8837	55040794E	5185/1	30/06/2014	R\$ 127,69	167
MBR4726	55047973E	5851/2	04/06/2014	R\$ 85,12	197
MBS1518	55936617D	5185/1	04/07/2014	R\$ 127,69	167
MBS7952	55048801E	5541/5	23/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBU2909	55651323E	5541/2	05/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBV1731	55188700E	7030/2	11/07/2014	R\$ 191,53	244 * I
MBV8103	55651241E	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBV8103	55651718E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBV8103	55651757E	5541/2	12/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBW7402	55933470D	5185/1	01/06/2014	R\$ 127,69	167
MBW7402	55937435D	6041/2	01/06/2014	R\$ 127,69	207
MBW7402	55937438D	5185/2	01/06/2014	R\$ 127,69	167
MBW7402	55937447D	5835/0	01/06/2014	R\$ 127,69	195
MBW7500	55649354E	5541/2	16/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBW8398	55648965E	5541/2	13/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBZ3690	55651662E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCD3886	55049430E	7366/2	04/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MCE0452	55651492E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCE0452	55651501E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCE0452	55652200E	5541/2	23/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCE5864	55651601E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCF0677	55652014E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCG1535	55038474E	6050/1	26/06/2014	R\$ 191,53	208
MCG2537	55651370E	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCI1812	55188025E	5185/1	27/06/2014	R\$ 127,69	167
MCK8365	55652354E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCM2509	55979417D	5541/2	02/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCM4276	55651623E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCO1516	55044098E	7366/2	30/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MCV7127	55651935E	5541/2	14/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCW2151	55650425E	5541/2	28/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCW2634	55048995E	5452/6	01/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MCW5598	55652265E	5541/2	23/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCX1337	55649829E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCX6667	55046274E	7366/2	02/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MCX8258	55651047E	5541/2	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCX8258	55651523E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCX8258	55651677E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCX8258	55651678E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCX8258	55651747E	5541/2	12/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCX8258	55652182E	5541/2	21/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCX8258	55652377E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCX8258	55652526E	5541/2	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCY8014	55049443E	5541/7	08/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCY8014	55649872E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCZ2406	55650470E	5541/2	28/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCZ3392	55652541E	5541/2	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCZ4400	55651926E	5541/2	14/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDC2628	55651643E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDF2682	55652515E	5541/2	25/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDG0862	55651327E	5541/2	05/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDG5486	55651509E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDH6384	55651233E	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDI6214	55650919E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDJ4269	55651744E	5541/2	12/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDK5538	55652679E	5541/2	28/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDK7227	55037996E	7056/1	03/06/2014	R\$ 191,53	244 * III
MDK7227	55049322E	7056/1	04/07/2014	R\$ 191,53	244 * III
MDL1867	55651301E	5541/2	05/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDL1867	55652575E	5541/2	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDN4605	55650304E	5541/2	27/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDN4605	55652114E	5541/2	17/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDN6828	55652430E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDO0047	55049255E	6050/2	26/06/2014	R\$ 191,53	208
MDP0748	55652212E	5541/2	23/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDP3786	55652313E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDR2984	55651671E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDR7377	55980534D	5541/2	03/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDS2856	55651563E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDV2584	55651364E	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDW4102	55651011E	5541/2	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDW6034	55937044D	5835/0	27/05/2014	R\$ 127,69	195
MDW6034	55937045D	5207/0	27/05/2014	R\$ 53,20	169
MEA1459	55651084E	5541/2	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEB1945	55048835E	7366/2	26/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MEB5710	55048819E	5398/0	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * II
MEE0894	55048905E	5991/0	23/06/2014	R\$ 191,53	206 * I
MEE0894	55652250E	5541/2	23/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEF4293	55651061E	5541/2	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEF5794	55049880E	5185/2	11/07/2014	R\$ 127,69	167
MEG9763	55651628E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEG9763	55651659E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEH9813	55046388E	5835/0	14/07/2014	R\$ 127,69	195
MEI2381	55651975E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEI2381	55652376E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEJ1624	55049146E	7366/2	03/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MEJ1624	55651629E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEK7822	55651186E	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEK8406	55050359E	5568/0	11/07/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MEL7263	55652054E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEL8742	55938549D	5541/5	05/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEM5954	55980314D	5541/2	14/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEN0683	55651710E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEP0002	55051566E	5991/0	30/07/2014	R\$ 191,53	206 * I
MEP0354	55036684E	5550/0	10/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEQ6282	55979064D	5541/2	28/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEQ7652	55652585E	5541/2	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MER4371	55652297E	5541/2	08/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MES1393	55048953E	7366/2	25/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MES1393	55652192E	5541/2	21/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MES5029	55049239E	5991/0	02/07/2014	R\$ 191,53	206 * I
MES6488	55651848E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MET1894	55651111E	5541/2	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEU1467	55050055E	5657/0	12/07/2014	R\$ 85,12	182 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEU9257	55651551E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEY6118	55189306E	7366/2	09/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MFA5374	55047717E	7366/2	03/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MFA7468	55648856E	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFB0444	55049946E	7366/2	10/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MFC6745	55651319E	5541/2	05/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFD1752	55652497E	5541/2	25/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFE3357	55046027E	6050/1	20/06/2014	R\$ 191,53	208
MFE3990	55981969D	5541/2	07/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFE5173	55652086E	5541/2	17/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFE9729	55651792E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFF0063	55652247E	5541/2	23/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFG7642	55048170E	5460/0	03/07/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MFH3893	55651450E	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFH6493	55650956E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFJ0243	55651308E	5541/2	05/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFJ8016	55649224E	5541/2	15/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFO2942	55652097E	5541/2	17/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFQ9080	55651997E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFS0526	55652341E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFS9419	55049145E	7366/2	03/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MFT2384	55651839E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFV8541	55049248E	5819/1	03/07/2014	R\$ 574,61	193
MFV4408	55051810E	5851/1	05/08/2014	R\$ 85,12	197
MFY0209	55652027E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFZ8404	55651540E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGA1625	55651167E	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGB8044	55651930E	5541/2	14/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGC4833	55651390E	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGC7655	55048911E	7366/2	23/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MGD0514	55650889E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGD9217	55050058E	5541/1	12/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGF3009	55649348E	5541/2	16/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGF3009	55650611E	5541/2	29/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGF3009	55651082E	5541/2	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGF3009	55651314E	5541/2	05/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGF3009	55651426E	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGG8352	55650944E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGI5252	55050180E	7366/2	11/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MGK0045	55038693E	5525/0	06/07/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MGL0159	55652030E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGN1430	55651311E	5541/2	05/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGO3606	55047805E	5541/3	18/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGQ5862	55189605E	5509/0	13/07/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
MGV0455	55046368E	5835/0	05/06/2014	R\$ 127,69	195
MGV3232	55651194E	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGW3677	55650862E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHD1054	55652091E	5541/2	17/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHE0652	55047228E	5967/0	09/06/2014	R\$ 191,53	203 * V
MHE2071	55979773D	5541/2	07/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHF4808	55049264E	6050/2	26/06/2014	R\$ 191,53	208
MHF8088	55050164E	5541/6	09/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHG9225	55652098E	5541/2	17/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHH7273	55651961E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHH9410	55651912E	5541/2	14/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHJ2708	55651272E	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHJ8131	55652383E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHK5587	55047926E	5835/0	02/07/2014	R\$ 127,69	195
MHL9323	55049201E	6041/2	25/06/2014	R\$ 127,69	207
MHM2212	55652118E	5541/2	17/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHM9999	55651210E	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHN4764	55651901E	5541/2	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHN9477	55047382E	5568/0	20/06/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MHO4846	55651536E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHP5065	55049992E	6041/2	08/07/2014	R\$ 127,69	207
MHP6523	55651814E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHP6523	55652099E	5541/2	17/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHP9966	55650458E	5541/2	28/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHP9985	55652103E	5541/2	17/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHQ4724	55652233E	5541/2	23/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHQ8254	55651052E	5541/2	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHR1598	55048145E	5720/0	25/06/2014	R\$ 127,69	186 * I
MHS0726	55652360E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHS9980	55048918E	5967/0	24/06/2014	R\$ 191,53	203 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHT9510	55046704E	7366/2	19/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHW1366	55651964E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHW1650	55651371E	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHZ3865	55047384E	5550/0	20/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHZ4085	55652364E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHZ9316	55044891E	7366/2	01/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIA2013	55651519E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIA8022	55044641E	5185/1	03/07/2014	R\$ 127,69	167
MIB1582	55050156E	7366/2	08/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIB8003	55047639E	5681/0	24/06/2014	R\$ 53,20	184 * I
MIE2223	55049275E	7056/1	27/06/2014	R\$ 191,53	244 * III
MIH0634	55648924E	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIH0634	55649291E	5541/2	15/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MII0365	55652019E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIJ4092	55651991E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIJ8583	55652050E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIK8384	55938625D	5835/0	13/05/2014	R\$ 127,69	195
MIK8948	55038240E	5541/1	25/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIL0080	55651109E	5541/2	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIL4818	55650904E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIL5462	55651767E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIM2088	55650875E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIM7784	55050158E	7366/2	08/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIN4020	55049405E	7366/2	03/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIN4183	55189352E	5185/1	08/07/2014	R\$ 127,69	167
MIO7859	55652378E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIR0801	55652591E	5541/2	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIS1864	55651293E	5541/2	05/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIS3889	55650201E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIT0382	55649067E	5541/2	14/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIT3242	55050154E	7366/2	08/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIT3500	55189679E	7366/2	30/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIU2694	55649985E	5541/2	05/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIV8391	55652324E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIX4318	55049208E	6041/2	30/06/2014	R\$ 127,69	207
MIX5450	55651751E	5541/2	12/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJC5369	55652228E	5541/2	23/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJC5369	55652371E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJC7868	55979097D	5541/2	28/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJD1415	55653670E	5541/2	14/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJF2037	55049294E	5452/1	29/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MJG0388	55049911E	7366/2	04/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJI0070	55649917E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJK3923	55981691D	5541/2	05/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJK8705	55652523E	5541/2	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJL7044	55651877E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJN3937	55651697E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJN7128	55652180E	5541/2	21/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJN8603	55651542E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJO5877	55650973E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJP2697	55049425E	7366/2	04/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJQ9938	55649878E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJU3280	55050168E	7366/2	09/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJV2214	55049225E	6041/2	02/07/2014	R\$ 127,69	207
MJV7453	55649193E	5541/2	15/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJV7453	55651054E	5541/2	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJW8459	55651378E	5541/2	09/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJX2560	55933477D	6050/1	24/06/2014	R\$ 191,53	208
MJX4952	55651554E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKA7070	55049333E	5541/1	08/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKC1378	55048300E	5541/1	23/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKC4758	55651822E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKE3384	55047652E	5541/1	30/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKE8413	55188978E	7366/2	08/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MKF5720	55649166E	5541/2	29/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKI0339	55187432E	6041/2	05/06/2014	R\$ 127,69	207
MKI8863	55188577E	7048/1	28/06/2014	R\$ 191,53	244 * II
MKJ1624	55652159E	5541/2	03/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKJ6230	55651185E	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKR1966	55651852E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKT3534	55650289E	5541/2	27/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKT9519	55189253E	6050/1	13/07/2014	R\$ 191,53	208
MKV4617	55040381E	5550/0	07/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKV9310	55980113D	5541/2	10/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKV9651	55652401E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKW2486	55651017E	5541/2	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKX1242	55651231E	5541/2	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKX1242	55651903E	5541/2	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKY1218	55650749E	5541/2	30/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKY2365	55651534E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLB0070	55652477E	5541/2	25/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLC7233	55044646E	5185/1	07/07/2014	R\$ 127,69	167
MLG7324	55648548E	5541/2	08/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLH7666	55651857E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLL0333	55651996E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLM5655	55938344D	5835/0	08/07/2014	R\$ 127,69	195
MLN0807	55049413E	7366/2	03/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLN6201	55651058E	5541/2	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLO8373	55651796E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLU2512	55046872E	6041/2	23/05/2014	R\$ 127,69	207
MLV9383	55047446E	5541/6	30/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLW8892	55651703E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLY0406	55050306E	7366/2	09/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLY0523	55046334E	5207/0	13/06/2014	R\$ 53,20	169
MLZ0202	55047807E	5541/6	18/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLZ0202	55651840E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMD0095	55936615D	7366/2	04/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MMF1070	55652322E	5541/2	24/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMF6667	55047931E	5835/0	07/07/2014	R\$ 127,69	195
MMJ1817	55651342E	5541/2	05/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMK2812	55189872E	7366/2	28/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MMM0128	55651278E	5541/2	05/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMM7669	55653735E	5541/2	15/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MQY3404	55652092E	5541/2	17/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
OKH8355	55051333E	5991/0	30/07/2014	R\$ 191,53	206 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 29 DE SETEMBRO DE 2014

FABIO CAMPOS DA SILVA

DIRETOR DE TRANSITO SETERB

**CÂMARA MUNICIPAL****Decreto Legislativo Nº 834**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 834

SUSTA A APLICAÇÃO DE DISPOSITIVO DO DECRETO Nº 8.701, DE 12 DE JUNHO DE 2008, EDITADO PELO PREFEITO MUNICIPAL.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, com fulcro no artigo 15, VIII, da Lei Orgânica do Município e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica sustada a aplicação do disposto no parágrafo 2º do artigo 2º, do Decreto nº 8.701, de 12 de junho de 2008, que "Regulamenta a concessão de auxílio escolar ao servidor público efetivo do Poder Executivo, suas autarquias e fundações, não detentor de curso superior", editado pelo Prefeito Municipal de Blumenau e que exorbita do poder regulamentar.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 16 DE OUTUBRO DE 2014.

Vanderlei Paulo de Oliveira	Roberto Tribess
Presidente	Vice-Presidente

Marcos da Rosa	Jens Juergen Mantau
1º Secretário	2º Secretário

**Bom Jesus do Oeste****PREFEITURA****Lei do Legislativo Nº08-14 de 21 de Outubro de 2014 Inclui O Parágrafo Único ao Art. 2º E Parágrafo 3º No Art. da Lei do Legislativo Nº002-2013 (04-03-2014). Dispõe Sobre O Pagamento de Diárias...**

LEI DO LEGISLATIVO Nº 08/14 de 21 de outubro de 2014.  
INCLUI O PARÁGRAFO ÚNICO AO ART. 2º E PARÁGRAFO 3º NO ART. 3º DA LEI DO LEGISLATIVO Nº002/2013 (04-03-2013). DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE DIÁRIAS AOS VEREADORES E SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL VEREDORES DE BOM JESUS DO OESTE - SANTA CATARINA.

O Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação vigente, apresenta para apreciação o seguinte a seguinte Projeto de Lei do Legislativo:

Art. 1º. Fica incluído o parágrafo único ao artigo 2º e parágrafo 3º do art. 3º da Lei do Legislativo nº002/2013 Que dispõe sobre o pagamento de diárias aos Vereadores e Servidores da Câmara Municipal Vereadores de Bom Jesus do Oeste - Santa Catarina com a seguinte Redação:

"Art 2º - Parágrafo Único. Quando fora de seu domicílio, o Vereador ou Servidor fará jus a Diária total quando comprovar pernoite ou 24 horas fora do domicílio. Demais casos será paga 75% do valor da diária, salvo se o tempo fora do domicílio não exceder à 12 horas, condição em que será paga 50% do valor da Diária.

Art. 3º - § 3º - Nas viagens a serviço da Câmara ou de capacitações em função do Poder Legislativo o Vereador ou Servidor terá direito a ressarcimento das despesas mediante comprovação de Notas Fiscais, isto quando for a locais não cobertos pelo direito à Diárias."

Art. 2º. A presente Lei Legislativa entra em vigência na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013.

Sala das Sessões da Câmara de Vereadores,  
20 de outubro de 2014.

IVALDO DEFENDI RIBEIRO  
Presidente

LEISI RAUBER WANDSCHEER  
1ª Secretária



**Bom Retiro****PREFEITURA****Minuta Edital Tomada de Preço 04/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC  
MINUTA EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 04/2014

O Município de Bom Retiro torna público Edital Tomada de Preço 04/2014, Contratação de empresa para construção de uma escola com duas salas de aula, projeto FNDE, na localidade de Barbaqua. Abertura Tomada de Preço: dia 07/11/14 às 14h30min, na Prefeitura de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro. Maiores informações pelo Fone/Fax: (049) 32770183. Edital disponível no website: [www.bomretiro.sc.gov.br](http://www.bomretiro.sc.gov.br). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 22 de outubro de 2014.  
Albino Gonçalves Padilha  
Prefeito Municipal

**Braço do Trombudo****PREFEITURA****Decreto 0118/2014**

DECRETO Nº 0118/2014.

DISPÕE SOBRE A LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Charles Rafael Schwambach, no uso de atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor, art. 52 INCISO V da Lei Orgânica do Município de Braço do Trombudo e com fundamento no art. 9º, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, LRF e considerando a necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, com o objetivo de manter, na execução orçamentária, o equilíbrio das contas públicas para o exercício financeiro.

**DECRETA:**

Art. 1º Para fins de limitação de empenhos e movimentação financeira, fica bloqueado o valor de R\$ 3.921.587,90 (Três milhões, novecentos e vinte e um mil, quinhentos e oitenta e sete reais e noventa centavos) do saldo atualizado das seguintes dotações correspondentes às despesas de custeios e investimentos.

03 - SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO  
01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1.002 - Construção do Centro Administrativo Municipal  
(12) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0045.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 37.500,00

1.004 - Inclusão Digital  
(15) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 20.000,00

1.005 - Revit. da Praça da Independência - Espaço Pref. Velha e Prefeitura Nova  
(17) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 50.000,00

03 - SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO  
03 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

1.007 - Recuperação e Proteção dos Recursos Naturais  
(63) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 30.000,00

1.009 - Implantação Bosque/Parques/Praças  
(58) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 100.000,00

03 - SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO  
04 - DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E SANEAMENTO

1.012 - Implantação da Rede de Esgoto  
(65) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 50.000,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
01 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1.013 - Aquisição de Veículos  
(75) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0022.000000 - Aplicações Diretas

R\$ 35.000,00

## 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

## 02 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO INFANTIL

## 1.014 - Aquisição de Imóveis Ensino Infantil

(83) - 4.5.90.00.00.00.00.00 0.1.0022.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 35.000,00

## 1.015 - Construção/Ampliação/Reforma do Ensino Infantil

(84) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0022.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 50.000,00

## 1.016 - Aquisição de Veículo para Transporte Escolar - Ensino Infantil

(85) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0022.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 80.000,00

## 2.028 - Manutenção do Ensino Infantil

(89) - 3.3.50.00.00.00.00.00 0.1.0059.000000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 1.300,00

(90) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0059.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 1.300,00

## 2.030 - Manutenção e Reeq. do Transporte Escolar - Ensino Infantil

(94) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0363.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 3.566,25

## 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

## 03 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

## 1.017 - Construção Escola - Ensino Fundamental

(97) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0022.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 50.000,00

## 1.018 - Aquisições de Imóveis Ensino Fundamental

(99) - 4.5.90.00.00.00.00.00 0.1.0022.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 35.000,00

## 1.019 - Construção/Ampliação/Reforma do Ensino Fundamental

(101) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0022.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 50.000,00

## 1.020 - Aquisição de Veículo para Transporte Escolar - Ensino Fundamental

(103) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0022.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 250.000,00

## 1.021 - Construção de Quadras em Escola

(105) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0022.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 50.000,00

## 1.022 - Cobertura Quadras em Escola

(106) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0022.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 80.000,00

## 2.033 - Manutenção do Ensino Fundamental

(110) - 3.3.50.00.00.00.00.00 0.1.0059.000000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 1.300,00

(112) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0059.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 1.300,00

## 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

## 05 - EDUCAÇÃO ESPECIAL

## 1.024 - Aquisição de Equipamentos para Educação Especial

(126) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0022.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 30.000,00

## 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

## 06 - APOIO AO ENSINO MÉDIO

2.040 - Manutenção e Reeq do Transporte Escolar - Ensino Médio  
(132) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0363.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 6.271,65

## 05 - SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E LAZER

## 01 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

## 1.026 - Construção e Implementação de Bibliotecas e Museus

(141) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 60.000,00

## 1.027 - Implantação de Pontos Turísticos

(153) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 40.000,00

## 1.028 - Pavimentação de Ruas/Acessos a Pontos Turísticos

(154) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 60.000,00

## 1.030 - Implantação do Turismo/mirantes/cachoeiras/rotas

(155) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 30.000,00

## 1.077 - Construção do Centro Cívico

(143) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 1.000,00

## 05 - SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO E LAZER

## 02 - CENTRO DE MULTIPLO USO

## 1.029 - Construção do Centro de Múltiplo Uso

(156) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0045.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 37.500,00(157) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 200.000,00

## 06 - SECRETARIA DE ESPORTES

## 01 - DESPORTO AMADOR

## 1.031 - Aquisição de Imóveis

(167) - 4.5.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 60.000,00

## 06 - SECRETARIA DE ESPORTES

## 02 - ESTRUTURAÇÃO DE ESPAÇOS PARA PRÁTICA DE ESPORTES

## 1.033 - Construção de Ginásio de Esportes

(170) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0045.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 1.001.000,00(171) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 1.000,00

## 1.034 - Construção de Quadras de Esportes/Instalações Esportivas e Recreacionais

(172) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 75.000,00

## 06 - SECRETARIA DE ESPORTES

## 03 - ACADEMIAS POPULARES

## 1.035 - Implantação de Academias Populares

(176) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 30.000,00

## 07 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS

## 01 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DO PERÍMETRO URBANO

1.036 - Aquisição de Imóveis  
(190) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000000 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

1.037 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos  
(202) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000000 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

1.042 - Implantação e Manutenção de Triagem/Compostagem/Reciclagem  
(204) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
(205) - 4.5.90.00.00.00.00.00 0.1.0045.000000 - Aplicações Diretas R\$ 37.500,00

1.043 - Ampliação da Rede de Iluminação Pública/Consórcio  
(222) - 3.1.71.00.00.00.00.00 0.1.0323.000000 - Trans. à Consórcios R\$ 1.000,00  
(223) - 3.3.71.00.00.00.00.00 0.1.0323.000000 - Trans. à Consórcios R\$ 10.000,00  
(224) - 4.4.71.00.00.00.00.00 0.1.0323.000000 - Trans. à Consórcios R\$ 5.000,00

1.044 - Construção de Passeios Públicos/Praças e Jardins  
(198) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

1.045 - Implantação de Sistema de Monitoramento e Segurança  
(207) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

1.046 - Construção e Reforma de Abrigos de Passageiros  
(201) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

1.047 - Construção Ampliação da Garagem Municipal  
(209) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000000 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

2.064 - Manutenção da Iluminação Pública  
(226) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0323.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

**07 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS**  
**02 - DPTO. DE SERVIÇOS FORA DO PERÍMETRO URBANO**

1.048 - Aquisição de Imóveis  
(228) - 4.5.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

1.049 - Drenagem/Construção de Pontes/Pontilhões/Bueiros  
(230) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

1.050 - Construção e Reforma de Abrigos de Passageiros  
(233) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000000 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

2.068 - Manutenção e Abertura das Estradas Vicinais  
(236) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0322.000000 - Aplicações Diretas R\$ 15.050,00

**08 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA**  
**01 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA**

1.051 - Implantação de Campo de Mudanças de Pastagem  
(244) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

**08 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA**  
**02 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS**

1.053 - Aquisição de Imóveis  
(262) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

1.054 - Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas  
(263) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

1.057 - Patrulha Mecanizada  
(267) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000000 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

1.058 - Construção de Secador de Grãos  
(268) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

1.059 - Construção de Abatedouro Municipal  
(269) - 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0024.000000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

**TOTAL R\$ 3.921.587,90**

Art. 2º Ao Órgão de Controle Interno da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo incumbe zelar pelo cumprimento do disposto neste decreto, responsabilizando os Secretários Municipais responsáveis por cada unidade orçamentária, dirigentes e demais servidores que praticarem em desacordo com o mesmo, podendo adotar medidas complementares para a correta aplicação do estabelecido neste decreto.

Art. 3º Poderá a Secretaria Municipal de Administração e Finanças expedir instruções complementares que se fizerem necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09/07/2008.

Braço do Trombudo (SC), 21 de outubro de 2014.  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

# Brunópolis

## PREFEITURA

### Decreto 91

DECRETO Nº 91/2014

REGULAMENTA O ARTIGO 53 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 49/2013 ESTABELECE PROCEDIMENTO PARA ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DOS PROFESSORES EFETIVOS DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis, e considerando o disposto no artigo 53 da Lei Complementar nº 49, de 14 de novembro de 2013;

Considerando o aumento dos serviços de educação na rede pública municipal;

Considerando a existência de carga horária não preenchida por professores efetivos;

### RESOLVE

Art.1º. Estabelecer, de acordo com o disposto neste Decreto, a alteração de carga horária dos professores efetivos do magistério público municipal.

Art. 2º. Os professores efetivos do Município de Brunópolis estão assim distribuídos:

I - com carga horária de quarenta horas semanais: quatro servidores

II - com carga horária de vinte horas semanais: sete servidores

Art. 3º. A carga horária necessária, suprida e não suprida é assim demonstrada:

NECESSIDADE	SUPRIDA - EFETIVOS	NÃO SUPRIDAS
500 horas semanais	280 horas semanais	220 horas semanais

Art. 4º. Serão disponibilizadas, para a alteração de que trata este decreto, 60 (sessenta) horas aulas/semanais.

Art. 5º. As demais vagas deverão ser, dentro da possibilidade, preenchidas mediante concurso público ou, até sua realização, mediante contratação temporária.

Art. 6º. Poderão se inscrever para a alteração ora prevista os professores efetivos da rede municipal de ensino que tenham dedicação inferior a 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 7º. Cada servidor somente poderá aumentar sua carga horária atual em 20 (vinte) horas semanais, desde que a soma da carga horária atual com aquela pretendida não ultrapasse 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 8º. Serão critérios para a seleção ora proposta:

- maior tempo de serviço no magistério público municipal;
- maior habilitação técnico-profissional;
- maior idade; e
- maior número de filhos.

Parágrafo único. A habilitação técnico-profissional será assim avaliada:

- Magistério - 1 (um) ponto;
- Graduação - 3 (três) pontos;
- Especialização - 5 (cinco) pontos;
- Mestrado - 10 (dez) pontos;
- Doutorado - 15 (quinze) pontos.

Art. 9º. As inscrições serão realizadas até às treze horas do dia

30 de Outubro do corrente ano, tendo a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto até o dia 05 de novembro para divulgação do resultado.

Art. 10. Eventual discordância com o resultado final poderá ser alvo de impugnação, desde que o interessado o faça por escrito, protocolando sua insurgência até às treze horas do dia 07 de novembro.

Art. 11. As alterações da carga horária e, consequentemente, da remuneração dos servidores atingidos, entrarão em vigor no ano letivo 2015.

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão especialmente formada para acompanhar o procedimento previsto neste Decreto, formada pelos seguintes servidores: MARIA GORETE DO NASCIMENTO, ANA MARIA DOS PASSOS GIRARDI e MARIA APARECIDA PANISSON LONGHI.

Art. 13. Este decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Brunópolis, 20 de outubro de 2014.

Ademil Antonio da Rosa

Prefeito Municipal

José Thieres Alves Ribeiro

Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios

DECRETO 91/2014

FICHA DE INSCRIÇÃO

NOME: \_\_\_\_\_

MATRÍCULA: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Nos termos do Decreto nº 91/2014, pretendo alterar minha carga horária como professor efetivo do magistério do Município de Brunópolis em \_\_\_\_\_ HORAS SEMANAIS.

Para tanto, declaro sob as penas da Lei que:

a) Tenho \_\_\_\_\_ anos e \_\_\_\_\_ meses de efetivo exercício no MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL;

b) Tenho \_\_\_\_\_ anos de idade;

c) Tenho \_\_\_\_\_ filhos;

d) Conclui os seguintes cursos:

( ) Magistério ( ) Graduação universitária

( ) Especialização ( ) Mestrado

( ) Doutorado

Brunópolis (SC), \_\_\_\_\_ de outubro de 2014.

Assinatura: \_\_\_\_\_

(obs. Juntar cópia dos seguintes documentos: portaria de nomeação; CPF, RG, certidões de nascimento de filhos; certificados/diplomas dos cursos concluídos)



# Brusque

## PREFEITURA

### Decreto Nº 7.502, de 29 de Setembro de 2014

DECRETO nº 7.502, DE 29 DE SETEMBRO DE 2014.

Homologa o resultado final do concurso público realizado pelo Município de Brusque para o cargo de Agente de Autoridade de Trânsito - Edital nº 09/2014, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a realização do concurso público para preenchimento de vagas existentes no quadro efetivo de pessoal da Administração Pública Municipal e formação de cadastro de reserva, constante do Edital nº 09/2014 - Secretaria de Trânsito e Mobilidade,

CONSIDERANDO o resultado final do concurso público para o cargo de Agente de Autoridade de Trânsito, com a publicação da relação nominal dos aprovados e classificados, no site [www.fepese.org.br](http://www.fepese.org.br);

CONSIDERANDO finalmente que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do concurso público realizado;

DECRETA:

Art. 1º Fica HOMOLOGADO o Resultado Final do Concurso Público, anexo ao presente, concernente ao Edital nº 09/2014, para provimento do cargo de Agente de Autoridade de Trânsito.

Art. 2º O prazo de validade do concurso é de 02 (dois) anos, a contar da data da publicação da homologação do resultado final do Concurso Público, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

Art. 3º As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente concurso, serão preenchidas conforme a necessidade e de acordo com a disponibilidade orçamentária, conveniência e oportunidade da administração, obedecendo-se rigorosamente à ordem de classificação e demais exigências normativas previstas nos editais do concurso.

Parágrafo único. A classificação no concurso público para o cargo de Agente de Autoridade de Trânsito, não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro de Pessoal permanente do Município de Brusque.

Art. 4º Publique-se a Homologação da classificação definitiva do CONCURSO PÚBLICO.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de setembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

### Decreto Nº. 7.513, de 20 de Outubro de 2014

DECRETO Nº. 7.513, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.676 de 19.12.13, a Lei nº 3.644 de 30.08.13, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 756.445,52 (Setecentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), para atender a programação abaixo especificada:

09.00 Secretaria Municipal de Educação

09.001 Secretaria Municipal de Educação

0012.0361.0025.1008 Ampliação Construção de Ginásio e Quadras Coberturas

4.4.90.00 Aplicações Diretas Investimentos

0.3.58.00 Salário Educação

VALOR R\$ 59.247,37

0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistério

3.3.90.00 Aplicações Diretas Outras Despesas Correntes

0.3.58.00 Salário Educação

VALOR R\$ 60.000,00

3.3.91.00 Aplic. Diretas Dec. Oper. Entre Órgãos Outras Despesas Correntes

0.3.58.00 Salário Educação

VALOR R\$ 50.000,00

10.00 Secretaria de Turismo

10.001 Secretaria de Turismo

0023.0695.0170.2238 Promoção e Divulgação de Feiras e Eventos

3.3.90.00 Aplicações Diretas Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 28.982,49

0023.0695.0170.2310 Manutenção da Secretaria de Turismo

3.3.90.00 Aplicações Diretas Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 180.000,00

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

0015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário

0.1.45.00 Cota Parte Cfem

VALOR R\$ 15.800,00

0.3.44.00 Fundo Especial do Petróleo

VALOR R\$ 1.598,60

0.3.45.00 Cota Parte Cfem

VALOR R\$ 58.944,91

14.00 Encargos Gerais do Município

14.001 Encargos Gerais do Município

0028.0843.0180.2078 Pagamento de Precatórios EC 62/2009

3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes

0.1.72.00 Precatórios

VALOR R\$ 106.709,27

4.4.90.00 Aplicações Diretas Investimentos

0.1.72.00 Precatórios

VALOR R\$ 195.162,88

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

10.00 Secretaria de Turismo

10.001 Secretaria de Turismo

0023.0695.0170.2238 Promoção e Divulgação de Feiras e Eventos

3.3.50.00 Transf. A Instit. Privadas S/Fins Lucrativos - Outras

Despesas Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 10.000,00  
 4.4.90.00 Aplicações Diretas Investimentos  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 18.982,49  
 0023.0695.0170.2310 Manutenção da Secretaria de Turismo  
 3.1.90.00 Pessoal e Encargos Sociais - Despesas Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 109.000,00  
 4.4.90.00 Aplicações Diretas Investimentos  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 71.000,00  
 14.00 Encargos Gerais do Município  
 14.001 Encargos Gerais do Município  
 0028.0843.0180.2078 Pagamento de Precatórios EC 62/2009  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas Outras Despesas Correntes  
 0.1.72.00 Precatórios  
 VALOR R\$ 106.709,27  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas Outras Despesas Correntes  
 0.1.00.00 Recursos Ordinários  
 VALOR R\$ 195.162,88

II - superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2013
21.493-0	B.BRASIL C/ SAL. EDUCAÇÃO	0.1.58.00 0.3.58.00	216.062,89 1.800.020,02
TOTAL GERAL			2.016.082,91

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$		
Empenhos à Pagar	0.1.58.00/0.3.58.00	0,00		
DDO à Pagar	0.1.58.00/0.3.58.00	3.714,69		
Restos à Pagar	0.1.58.00/0.3.58.00	212.348,20		
TOTAL	0.1.58.00/0.3.58.00	216.062,89		
Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$		
Superávit Financeiro	0.3.58.00	1.800.020,02		
Valor Utilizado - Decreto 7474/2014	0.3.58.00	185.000,00		
Valor Utilizado - Decreto 7480/2014	0.3.58.00	198.237,00		
Valor Utilizado - Decreto 7486/2014	0.3.58.00	300.000,00		
Valor Utilizado - Decreto 7492/2014	0.3.58.00	100.000,00		
TOTAL		1.116.783,02		

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2013
23.067-7	B.BRASIL C/ FUNDO ESPECIAL	0.1.44.00 0.3.44.00	146.457,74 69.044,80
TOTAL GERAL			215.502,54

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$		
Empenhos à Pagar	0.1.44.00/0.3.44.00	0,00		
DDO à Pagar	0.1.44.00/0.3.44.00	59,96		
Restos à Pagar	0.1.44.00/0.3.44.00	213.843,98		
TOTAL	0.1.44.00/0.3.44.00	213.903,94		
Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$		
Superávit Financeiro	0.3.44.00	1.598,60		
TOTAL		1.598,60		

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos		Disponibilidade em 31/12/2013	
15.284-5	B.BRASIL C/ CFM	0.1.45.00 0.3.45.00		44.387,87 59.244,91	
TOTAL GERAL				103.632,78	
Valores Comprometidos		Fonte de Recursos		Valor R\$	

Empenhos à Pagar	0.1.45.00/0.3.45.00	0,00		
DDO à Pagar	0.1.45.00/0.3.45.00	0,00		
Restos à Pagar	0.1.45.00/0.3.45.00	44.687,87		
TOTAL	0.1.45.00/0.3.45.00	44.687,87		
Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$		
Superávit Financeiro	0.3.45.00	58.944,91		
TOTAL		58.944,91		

## III - Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.45.00	Cota Parte Cfem
Valor Orçado	R\$ 120.000,00
Valor arrecadado até a data de 17/10/2014.	R\$ 135.850,49
Excesso de arrecadação até a data de 17/10/2014.	R\$ 15.850,49
Valor a Utilizar	R\$15.850,49

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 20/10/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 20 de outubro de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON ROGRIGO RIFFEL  
Procurador Geral do Município

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA  
Secretário de Orçamento e Gestão

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP  
Chefe Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 2222/2014**

PORTARIA Nº 2222/2014, de 13 de outubro de 2014.

Instaura Processo Administrativo Disciplinar pelo Rito Sumário, nomeia Comissão processante e dá outras providências

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13  
RESOLVE

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar pelo rito sumário com base no art. 194 da Lei Complementar 147/2009, em desfavor da servidora Eliane Schossler, Servidora ocupante do cargo de professora de educação física ACT, do Centro de Educação Infantil Safia Dubiella, Mat. 69526.2-05, portadora do CPF nº 022.707.890.08, para apurar os fatos conforme encaminhado através de Denúncia/ despacho datado de 09 de setembro de 2014, encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos, bem como através de ofício nº 20/2014 encaminhado pela diretoria do Centro de Ed. Inf. Safia Dubiella, onde em tese podem configurar a infringência aos seguintes dispositivos art. 188, I, e art. 179 da Lei Complementar 147/2009.

Art. 2º. Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo, sendo: Sílvia Maria Ferreira ( Matrícula 4170), Evandro Ademir Felix ( Mat. 508608), Maria Matilde Cardoso

Art. 3º. A Comissão, ora constituída, terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes.

Parágrafo Primeiro: A indiciada poderá ser representado por procurador constituído e ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações.

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel a indiciada que, regularmente citado/intimado, não apresentar defesa no prazo legal .

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quanto as circunstâncias exigirem, possibilitando o contraditório e a ampla defesa (inciso LV, art. 5.º, CF/88).

Art. 6º. Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Prefeitura Municipal de Brusque, 13 de outubro de 2013.  
ARNALDO FRANCISCO DA SILVA  
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

**PORTARIA Nº 2278/2014**

PORTARIA Nº 2278/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença- Prêmio, para o servidor GILMAR HILLESHEIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria de Obras, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, no período compreendido entre 20/10/2014 a 18/12/2014, referente aos períodos aquisitivos de 01/03/2000 a 28/02/2005.

Paragrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 20 de outubro de 2014.  
Arnaldo Francisco da Silva  
Secretário de Orçamento e Gestão

Registre-se e publica-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Daniel Felício  
Diretor de Recursos Humanos

**Portaria Nº 2172/2014**

PORTARIA Nº 2172/2014

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença- Prêmio, para o servidor LEONEL PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Obras, pelo prazo de 30 (trinta) dias, no período compreendido entre 06/10/2014 a 05/11/2014, referente aos períodos aquisitivos de 01/07/2007 a 30/06/2012.

Paragrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Brusque, 20 de outubro de 2014.  
Arnaldo Francisco da Silva  
Secretário de Orçamento e Gestão

Registre-se e publica-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Daniel Felício  
Diretor de Recursos Humanos

**Portaria Nº 9.375, de 14 de Outubro de 2014**

PORTARIA Nº 9.375, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Evandro Tomasi para ocupar o cargo em comissão de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Secretaria de Obras, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I - E, da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13 e 3.703/14.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de outubro de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.376, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.376, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Jhonny Fernando do Nascimento Rodrigues para ocupar o cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I - E, da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13 e 3.703/14.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de outubro de 2014.  
PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP  
Chefe de Gabinete



**PORTARIA Nº 9.377, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.377, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Rosangela de Fátima Dalpra Faggiani para ocupar o cargo em comissão de Diretora, Padrão CC-IV, lotada na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I - E, da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13 e 3.703/14.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.378, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.378, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Tannay Vaz Junior para ocupar o cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I - E, da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13 e 3.703/14.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.379, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 9.379, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Neide Agostini Dalmolin para ocupar o cargo em comissão de Coordenadora, Padrão CC-V, lotada na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I - E, da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13 e 3.703/14.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.380, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.380, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Lucimara Rosana Cardozo para ocupar o cargo em comissão de Diretora, Padrão CC-IV, lotada na Secretaria de Comunicação Social, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I - E, da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13 e 3.703/14.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.381, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.381, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Hamilton Pereira Rodrigues para ocupar o cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I - E, da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13 e 3.703/14.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.382, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.382, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 144/2009 e Anexo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Sergio Hoffmann para ocupar o cargo em comissão de Diretor, Padrão CC-4, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo da Lei Complementar nº 144/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13 e 3.703/14.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.383, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.383, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo III - E;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Antonio Flavio dos Santos para ocupar o cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo III - E, da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.458/12, 3.586/13 e 3.703/14.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.384, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.384, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c o parágrafo único, do art. 6º da Lei nº 2.174/97,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor Nilberto Goedert, contratado para exercer a função de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria de Obras, gratificação de condução no percentual de 48% (quarenta e oito por cento), calculada sobre o padrão de vencimento "A", da faixa de vencimento I, da categoria 3, do Quadro Suplementar de Pessoal do Poder Executivo - Anexo da L.C. nº 218/13, a partir de 01/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/10/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

**Portaria Nº 9.385, de 14 de Outubro de 2014.**

PORTARIA Nº 9.385, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c o parágrafo único, do art. 6º da Lei nº 2.174/97,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor Ildo Silvestrin, contratado para exercer a função de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria de Obras, gratificação de condução no percentual de 48% (quarenta e oito por cento), calculada sobre o padrão de vencimento "A", da faixa de vencimento I, da categoria 3, do Quadro Suplementar de Pessoal do Poder Executivo - Anexo da L.C. nº 218/13, a partir de 02/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/10/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALPAP

Chefe de Gabinete

**Portaria Nº 9.386, de 14 de Outubro de 2014**

PORTARIA Nº 9.386, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c o parágrafo único, do art. 6º da Lei nº 2.174/97,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor Adilson Hermann, contratado para exercer a função de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria de Obras, gratificação de condução no percentual de 48% (quarenta e oito por cento), calculada sobre o padrão de vencimento "A", da faixa de vencimento I, da categoria 3, do Quadro Suplementar de Pessoal do Poder Executivo - Anexo da L.C. nº 218/13, a partir de 02/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/10/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALPAP

Chefe de Gabinete

**Portaria Nº 9.387, de 14 de Outubro de 2014.**

PORTARIA Nº 9.387, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 6-A da Lei nº 2.174/97,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor Maildes Ersino Vieira, contratado para exercer o cargo de Motorista, gratificação no percentual de 48% (quarenta e oito por cento) sobre seu vencimento, a partir de 01/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/10/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALPAP

Chefe de Gabinete

**Portaria Nº 9.388, de 14 de Outubro de 2014**

PORTARIA Nº 9.388, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, a servidora Roberta da Silva Ferreira, matrícula 10000000874-1, ocupante do cargo efetivo de Monitora Escolar II, lotada na Secretaria de Educação, a partir de 01/10/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/10/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALPAP

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.389, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.389, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

Exonera servidora ocupante de cargo disposto no quadro suplementar do Poder Executivo, por motivo de aposentadoria.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar Maria Teresinha Hoffmann, do cargo de Assistente Administrativo, matrícula 3387-0, lotada na Secretaria de Orçamento e Gestão, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal, em virtude de aposentadoria, a partir de 07/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/10/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

**Portaria Nº 9.390, de 14 de Outubro de 2014**

PORTARIA Nº 9.390, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar n.º 146/09 alterada pelas Leis Complementares n.ºs 159/10 e 179/11,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, Patrícia Ines Colombi Ristow, matrícula 8648-1, do cargo de provimento em comissão de Diretora do Centro de Educação Infantil Bisa Olga Fischer, lotada na Secretaria de Educação, a partir de 07/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/10/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.391, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.391, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar n.º 146/09 alterada pelas Leis Complementares n.ºs 159/10 e 179/11,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, Viviane da Silva Sartori, matrícula 7617-13, do cargo de provimento em comissão de Diretora do Centro de Educação Infantil Helga Stoltenberg, lotada na Secretaria de Educação, a partir de 08/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/10/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.392, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 9.392, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, a servidora Leonice da Cruz Segantim, matrícula 10000000343-1, ocupante do cargo efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Educação, a partir de 10/10/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/10/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.393, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.393, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, a servidora Marlene Zucchi Seefeld, matrícula 339911-1, ocupante do cargo efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Educação, a partir de 10/10/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/10/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.394, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.394, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, Helton Hörner, matrícula 449245-0, do cargo em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Assistência Social e Habitação, a partir de 13/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/10/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP  
Chefe de Gabinete

**Portaria Nº 9.395, de 14 de Outubro de 2014.**

PORTARIA Nº 9.395, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, a servidora Liane Demarche, matrícula 676110-4, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria de Educação, a partir de 13/10/2014.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n.º 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/10/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.398, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA Nº 9.398, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 147/09, art. 99, c/c o Decreto nº 7.403/14,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor José Raulino Nafien, matrícula n.º 4820.0, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, gratificação de condução no percentual de 48% (quarenta e oito por cento), calculada sobre o padrão de vencimento "A", da faixa de vencimento I, da categoria 3, do Quadro Suplementar de Pessoal do Poder Executivo - Anexo da LC nº 218/13, a partir de 01/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/10/2014.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal



ELTON RODRIGO RIFFEL  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/  
SC.

JOSÉ GUSTAVO HALPAP  
Chefe de Gabinete

### **Extrato Processo Licitatório Nº 029/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC  
PROCESSO LICITATÓRIO nº 029/2014 - FMS  
TOMADA DE PREÇO nº 006/2014

OBJETO: EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA ACADEMIA  
NO BAIRRO SANTA LUZIA.

RESULTADO DA PROPOSTA COMERCIAL: Após análise das propos-  
tas apresentadas pelas Empresas licitantes, conforme exigência  
editálica, apresentou menor preço global a Empresa GERMANN  
CONSTRUTORA LTDA EPP com valor global de R\$ 188.800,00  
(cento e oitenta e oito mil e oitocentos reais) que tendo atendido a  
todas as exigências do edital, foi declarada vencedora do certame  
licitatório, nos termos da Ata de Licitação e proposta comercial.

Do exposto, aguarde-se o decurso do prazo recursal previsto no  
artigo 109, inciso I, alínea "b", da Lei 8.666/93 e/ou a renúncia  
expressa, para dar prosseguimento aos trabalhos

21/10/2014  
RAFAEL LUIZ PINTO  
Presidente da Comissão de Licitação

## **Caçador**

### **PREFEITURA**

#### **Edital de Convocação Nº 24 - Emprego Público**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 24, de 21 de Outubro de 2014.  
Convoca aprovada em Concurso Público para o preenchimento dos  
cargos existentes e formação de Cadastro de Reserva na Secre-  
taria Municipal de Saúde de Caçador - SC, conforme o Edital PM  
01/2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribui-  
ções legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Municí-  
pio de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de  
17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos  
para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família - ESF,  
Agentes Comunitários de Saúde - EACS, Programa Equipe Saúde  
Bucal, e dá outras providências,

#### **CONVOCA:**

A cidadã, a seguir relacionada, aprovada em Concurso Público  
para o preenchimento do cargo existente na Secretaria Municipal  
de Saúde de Caçador, conforme o Edital PM 01/2012, para TOMAR  
POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO, de acordo com o Decreto nº  
5.189, de 04/04/12, que homologou o resultado final do Concurso,  
prorrogado pelo Decreto nº 5.957, de 02 de abril de 2014, confor-  
me seqüência de classificação:

ENFERMEIRO  
Indianara Carlotto

a) A Cidadã deverá se apresentar junto ao Departamento de Pes-  
soal, da Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta)  
dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não  
o fazendo, perder o direito ao Concurso.

b) A contratação dar-se-á nas condições da legislação e regula-  
mentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 21 de Outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

# Camboriú

## PREFEITURA

### Resumo de Contrato 16/13 FUNDESB

RESUMO DE CONTRATO  
ADITIVOS  
FUNDESB

Primeiro Termo Aditivo

Contrato nº 016/2013

Processo: Carta Convite Nº. 010/2013

Contratado: ECOLIBRA ENGENHARIA, PROJETOS E SUSTENTABILIDADE LTDA - EPP

Data: 26/09/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual e de execução do trabalho sócio ambiental da obra do parque linear até 25 de fevereiro de 2015, tendo em vista a necessidade de o serviço acompanhar a obra que tem esta data como data final do contrato, conforme justificativa e solicitação da empresa e Secretaria de Saneamento básico em anexo.

MARCIO DA ROSA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

### Ecm 007/2014

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 007/2014

O Prefeito Municipal em Exercício de Camboriú/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 91 da Lei Orgânica e da Lei Municipal nº. 1695 de 22 de maio de 2006 faz saber a quem interessar possa que o Município de Camboriú baixa EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA, COM FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento ao erário, dos valores parciais despendidos nas obras de pavimentação e drenagem pluvial, compreendendo a seguinte(s) via(s) pública(s) desta cidade:

1 - RUA PARANÁ, no Bairro Areias, totalizando 2.112,00m<sup>2</sup> (Dois Mil Cento e Doze Metros Quadrados), tendo como confrontação os lotes relacionados no ANEXO I deste edital.

#### 2 - PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO

Projeto Gráfico de Drenagem Pluvial e Pavimentação da referida via pública, com memorial descritivo e planilhas de quantidades e valores, para a execução dos serviços de drenagem pluvial e pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos na Lei Municipal nº. 1695/2006.

#### 3 - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis que não aderiram ao Programa de Pavimentação Comunitária ou se recusarem a efetuar o pagamento, situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a RUA PARANÁ, que foram valorizados com a execução da obra.

#### 4 - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra (planilha em anexo a este edital), computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente

alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano desta municipalidade.

#### 5 - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel. A municipalidade participa no custo da obra para a pavimentação da via pública em locais dentro do trecho da obra que não estão na responsabilidade dos proprietários na área beneficiada.

#### 6 - PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será o custo este referente à obra realizada de frente seu respectivo imóvel.

#### 7 - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

Os custos unitários e totais para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas, têm seus valores unitários referenciados na Tabela SINAPI/SC de JAN/2010, anexa a este edital, e por preços da região conforme Anexo II deste Edital de Contribuição de Melhoria, sendo que o valor total da referida obra é de R\$ 209.599,47 (Duzentos e Nove Mil Quinhentos e Noventa e Nove Reais e Quarenta e Sete Centavos).

#### 8 - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes, à Secretaria Municipal de Finanças, obedecendo às seguintes condições:

##### 8.1 - Pagamento à vista:

A ser pago pelo contribuinte, em cota única, por ocasião do final da obra.

##### 8.2 - Pagamento parcelado:

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em 6 (seis) ou em 12 (doze) vezes, aplicando-se mais a atualização monetária prevista em lei, com juros de 1% (um por cento) ao mês.

#### 9 - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

#### 10 - DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, têm o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do Edital de Contribuição de Melhoria, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal por meio de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e número de prestações.

#### 11 - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Municipalidade.

Camboriú, 21 de Outubro de 2014.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO Nº 194 - 1286/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1286/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BBB8486	54948441E	5010/0	12/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
BBB8486	54948442E	5061/0	12/07/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
COH2287	54948369E	6599/2	25/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
COH2287	54948370E	6580/0	24/05/2014	R\$ 191,53	230 * IV
COH2287	54948373E	5290/0	24/05/2014	R\$ 957,69	176 * II
HCV4233	54949928E	6599/2	16/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
IFZ5274	54949189E	5010/0	04/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
IFZ5274	54949190E	6599/2	04/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
IFZ5274	54949191E	6610/2	04/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
IJK3471	54950299E	6637/2	06/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
IJK3471	54950300E	5010/0	06/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
IJK3471	55373387C	5118/0	06/08/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LYW9596	54950403E	6599/2	12/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAP6420	54950262E	5010/0	03/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAP6420	54950264E	5061/0	03/07/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MAP6420	54950265E	6637/2	03/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MAP6420	54950266E	6610/2	03/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MCY2471	54950256E	5010/0	27/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDG7119	54949482E	6700/0	18/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MEN5828	54949890E	6610/2	12/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MER8595	54950075E	6599/2	30/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGX3481	54949303E	6599/2	27/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGX3481	54949304E	5010/0	27/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MIR3220	55727011E	5010/0	25/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MIR3220	55727012E	5118/0	25/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MIR3220	55727013E	6599/2	25/07/2014	R\$ 191,53	230 * V



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIR3220	55727014E	6408/0	25/07/2014	R\$ 85,12	221

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO Nº 194 - 1287/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1287/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHG5552	54950034E	5541/6	23/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAP6420	54950263E	5185/1	03/07/2014	R\$ 127,69	167
MDM5992	54950043E	5541/5	23/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEN5828	54949892E	7099/1	12/07/2014	R\$ 127,69	244 * V II
MER8595	54950076E	5452/2	30/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MEZ4907	54623947E	7366/2	03/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MFT3416	55727007E	5193/0	25/07/2014	R\$ 191,53	168
MIA6665	54949879E	5568/0	02/07/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MJA1851	54948319E	5835/0	21/06/2014	R\$ 127,69	195
MKT7436	54950116E	5185/1	28/06/2014	R\$ 127,69	167
MLF0298	54950317E	5568/0	06/08/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MLH2808	54623946E	5738/0	28/05/2014	R\$ 191,53	186 * II
MLP2923	54950279E	5185/1	12/07/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO



# Campo Alegre

## PREFEITURA

### Decreto Nº 2.449 de 09 de Setembro de 1998

DECRETO Nº 2.449 DE 09 DE SETEMBRO DE 1998.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.283 de 16 de dezembro de 1997, em seu Artigo 4º, Inciso III, Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 9.090,00 (nove mil e noventa reais), para reforçar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
0301 - Divisão de Pessoal  
03.07.021.2003 - Divisão de Pessoal  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3200.00 - Transferências Correntes  
3210.00 - Transferências Intragovernamentais  
3214.00 - Contribuições a Fundos ..... R\$ 5.730,00  
0400 - Secretaria Municipal de Educação  
0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
08.42.188.2014 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3110.00 - Pessoal  
3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 2.000,00  
0700 - Secretaria Municipal de Planejamento  
0701 - Departamento de Planejamento Urbano e Obras  
10.60..325.2026 - Gestão Administrativa do Órgão  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4120.00 - Equipamento e Material Permanente .. R\$ 1.360,00

TOTAL ..... R\$ 9.090,00

Art.2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado Recursos provenientes da Anulação Parcial das seguintes Dotações Orçamentárias.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
0301 - Divisão de Pessoal  
03.07.021.2003 - Divisão de Pessoal  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 5.730,00  
0400 - Secretaria Municipal de Educação  
0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
08.42.188.2014 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3200.00 - Transferências Correntes  
3220.00 - Transferências Intragovernamentais  
3224.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais ..... R\$ 2.000,00  
0700 - Secretaria Municipal de Planejamento  
0701 - Departamento de Planejamento Urbano e Obras

10.60..325.2026 - Gestão Administrativa  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 1.360,00

TOTAL ..... R\$ 9.090,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
09 de setembro de 1998.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 09 dias do mês de setembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 2.448 DE 08 DE SETEMBRO DE 1998

DECRETO Nº 2.448 DE 08 DE SETEMBRO DE 1998.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.283 de 16 de dezembro de 1997, em seu Artigo 4º, Inciso III, Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), para reforçar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0700 - Secretaria Municipal de Planejamento  
0701 - Departamento de Planejamento Urbano e Obras  
10.60..325.2026 - Gestão Administrativa  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4110.00 - Obras e Instalações  
4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 3.000,00

Art.2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado Recursos provenientes da Anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

0700 - Secretaria Municipal de Planejamento  
0701 - Departamento de Planejamento Urbano e Obras  
10.60..325.2026 - Gestão Administrativa  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviço de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 3.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
08 de setembro de 1998.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 08 dias do mês de setembro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº 2.447 de 31 de Agosto de 1998**

DECRETO Nº 2.447 DE 31 DE AGOSTO DE 1998.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.283 de 16 de dezembro de 1997, em seu Artigo 4º, Inciso III, Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), para reforçar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
0603 - Departamento de Turismo

11.65.363.2025 - Incentivo ao Turismo

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 300,00

Art.2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado Recursos provenientes da Anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

0603 - Departamento de Turismo

11.65.363.2025 - Incentivo ao Turismo

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviço de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....R\$ 300,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
31 de agosto de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 31 dias do mês de agosto de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº 2.446 de 28 de Agosto de 1998**

DECRETO Nº 2.446 DE 28 DE AGOSTO DE 1998.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.283 de 16 de dezembro de 1997, em seu Artigo 4º, Inciso III, Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para reforçar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

08.42.188.2014 - Desenvolvimento Ensino Fundamental Valorização Magistério

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento Material Permanente ... R\$ 15.000,00

Art.2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado Recursos provenientes da Anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

08.42.188.2014 - Desenvolvimento Ensino Fundamental Valorização do Magistério

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3220.00 - Transferências Intragovernamentais

3224.00 - Transferências a Instituições Multigovernamentais  
..... R\$ 15.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativos à 25 de agosto de 1998.

Art.4º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
28 de agosto de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 28 dias do mês de agosto de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº 2.445 DE 28 DE AGOSTO DE 1998**

DECRETO Nº 2445 DE 28 DE AGOSTO DE 1998  
REGULAMENTA A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NOS ÓRGÃOS DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas; Decreta:

Art.1º) Aos servidores lotados nos órgãos de Saúde do Município, que exerçam atividade fora da sede ou que participem de

programas de saúde específicos será concedida, nos moldes do artigo 83 e parágrafos da Lei 2.303 de 12 de março de 1998, gratificação conforme o que segue:

I - Aos servidores ocupantes do cargo efetivo de médico que efetuarem atendimento fora da sede, será concedida gratificação em percentual de até 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo.

II - Aos servidores ocupantes do cargo efetivo de médico, que tiverem o encargo de Auditor de Autorização de Internação Hospitalar (AIH) será concedida gratificação em percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo.

III - Aos servidores ocupantes do cargo efetivo de Odontólogo que efetuarem atendimento fora da sede na Unidade Móvel Médico-Odontológica, será concedida gratificação em percentual de até 20% (vinte por cento) sobre o vencimento do cargo.

IV - Aos demais ocupantes de cargo efetivo que efetuarem atendimento fora da sede na Unidade Móvel Médico-Odontológica, será concedida gratificação em percentual de até 10% (dez por cento) sobre o vencimento do cargo.

Art.2º) A concessão da gratificação se efetivará através de Portaria da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
28 de agosto de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 28 dias do mês de agosto de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

## **DECRETO Nº 2.444 DE 26 DE AGOSTO DE 1998**

DECRETO Nº 2.444 DE 26 DE AGOSTO DE 1998.

DISPÕE SOBRE A TRAMITAÇÃO DE DOCUMENTOS E EXPEDIENTES ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

### **SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

O recebimento, o encaminhamento, a tramitação e o arquivamento de documentos no âmbito da Administração Municipal direta e indireta, e ainda o processamento das atividades administrativas de que resulte decisão ou despacho que se, modifique ou extinga direito do administrado, ou do servidor, obedecerá ao disposto neste Decreto.

Para os efeitos deste Decreto, compreende-se:

1 - Adensamento - é a união temporária de processos.

2 - Arquivamento - ato de depositar um dado expediente administrativo no arquivo, para, a qualquer tempo, desarquivá-lo ou informar seu paradeiro.

3 - Arquivo Corrente - é o arquivo constituído por documentos ainda em curso ou parados temporariamente, porém que ainda são objeto de consultas frequentes.

4 - Arquivo Intermediário - é constituído por conjuntos de documentos originários de arquivos correntes que ficam parados temporariamente.

5 - Arquivo Permanente - é o arquivo constituído por conjuntos de documentos transcendem sua finalidade inicial e específica, assumindo um valor cultural e único e, conseqüentemente, sendo obrigados a serem preservados para consultas ao público, ou para uso de interessados no assunto ali tratado.

6 - Desadensamento - é exatamente o inverso do apensamento, é de exclusiva do Protocolo e ocorrerá, também, por determinação de raridade competente.

7 - Desarquivamento - retirada de um processo do arquivo permanente em diante requisição formal de autoridade competente.

8 - Desentramento - é a retirada, a pedido de um interessado ou seu legal, de documento de expediente administrativo e somente será - mediante requerimento devidamente endereçado ao dirigente do órgão que não o processo.

9 - Incorporação - é o ato de fundir dois processos, ou seja, eliminar um fazendo-o parte integrante de outro, sobre o mesmo assunto, com o mesmo interessado e dirigido à mesma autoridade.

10 - Juntada - é a adesão de folhas (que podem ser despachos, ofícios, pareceres, documentos, mapas, etc.) a um processo em tramitação.

11 - Processo - é o encadeamento necessário e ordenado de atos e fatos à formação ou execução de atos jurídicos, cujos fins são juridicamente dos. E dividido em:

Processo Administrativo (stricto sensu) - tendente a solucionar uma /litigiosa ou não, entre o administrado ou servidor e a Administração.

Processo Administrativo Disciplinar - processo que encerra litígio entre o e a Administração.

Processo Administrativo Tributário - processo tendente a solucionar fiscal.

12 - Protocolar - significa apor, no documento que está entrando, um carimbo, de um relógio datador, para que se registre a data, a hora do recebimento número de "protocolo" dado ao documento.

13 - Tramitação - é o percurso de um dado expediente administrativo dentro de repartição ou entre elas.

Para o cumprimento no disposto neste decreto ficam convencionadas as siglas departamentais:

1 - GAPRE

ASSPE  
ASSJUR  
DIVIN

2 - SAFIN



DEPAD  
DIPESS  
DICOMP  
DIPAT  
DEFIN  
DITES  
DICONFAZ  
DIFISC  
DICOB

Gabinete do Prefeito  
Assessoria de Projetos Especiais  
Assessoria Jurídica  
Divisão de Imprensa  
Secretaria de Administração e Finanças  
Departamento de Administração  
Departamento de Pessoal  
Divisão de Compras  
Divisão de Patrimônio  
Departamento de Finanças  
Divisão de Tesouro  
Divisão de Controle Fazendário  
Divisão de Tributação e Cadastro Fiscal  
Divisão de Cobrança  
3-SEPOSP  
DEPOB  
DIFROT  
DITRANS  
DIPLAN  
4 - SEDEN  
DESEN  
DIAGRI  
DICOMIN  
ITUR  
5 - SEDUC  
DEPENS  
DIPOI  
IFUND  
DINFANT  
DITINS  
6 - SEBEN  
DESAU  
DEBEM  
DISOCI

Secretaria Municipal de Planejamento Transportes e Obras,  
Departamento de Obras  
Divisão de Frota Municipal  
Divisão de Transportes  
Divisão de Obras, Planejamento e Serviços Públicos  
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
Departamento de Desenvolvimento Econômico  
Divisão de Agricultura e Meio Ambiente  
Divisão de Comércio e Indústria  
Divisão de Turismo  
Secretaria Municipal de Educação  
Departamento de Ensino  
Divisão de Apoio Administrativo  
Divisão de Ensino Fundamental  
Divisão de Ensino Infantil  
Divisão de Ensino Itinerante e Merenda Escolar  
Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
Departamento de Saúde  
Departamento de Bem Estar Social  
Divisão de Assistência Social à Comunidade  
Divisão de Assistência à Saúde  
DIVIG  
Divisão de Vigilância Sanitária e Epidemiológica

Parágrafo Único - Toda vez que servidor ou autoridade fizer menção por escrito em expediente administrativo à órgão da Administração, o fará através do respectiva sigla.

## SEÇÃO II DOS EXPEDIENTES ADMINISTRATIVOS FORMAIS

A atividade administrativa que disciplina interesses do listrado ou de servidores, em litígio ou não, com a Administração, será realizado meio de expediente administrativo formal, dividido em duas modalidades cujas denominações adotados serão:

Processo Administrativo, quando se tratar:

- a) Sindicância;
- b) Apuração de responsabilidade funcional;
- c) Contencioso administrativo tributário;
- d) Impugnação de ato de polícia administrativa;
- e) Concessão de licenças edilícias de parcelamento, uso e ocupação do solo;
- f) Concessão de incentivos econômico-fiscais.

II - Protocolado, nos demais casos.

Parágrafo Único - A atividade administrativa de que trata o caput deste artigo obedecerão as formas procedimentais específicas previstas na Seção V deste Decreto.

O Processo Administrativo atenderá ao disposto em normas específicas ainda: Terá numeração específica e seqüencial iniciada a partir da data deste Decreto a ser fixada com etiqueta na parte superior da pasta respectiva;

II - Será autuado em capa própria com termo de autuação;

III - Terá os documentos juntados com termo de juntada e numerados

IV - Será impulsionado por despacho da autoridade competente nas normas procedimentais da Seção V deste Decreto;

V - Terá seu arquivamento ordenado pela autoridade competente em diante despacho.

O Protocolado:

I - Terá numeração seqüencial do protocolo em continuidade às séries numeradas em 1997 a ser afixada por etiqueta na parte superior direita do documento que origem;  
II - Terá a adesão de folhas à medida de sua tramitação que idas seqüencialmente e afixadas simplesmente com "clipes" ou outro semelhante, sendo anotado no verso da folha anterior a respectiva juntada; serão meio

III - Será impulsionado por despacho da autoridade competente nas partes procedimentais da Seção V deste Decreto;

IV - Terá seu arquivamento ordenado pela autoridade competente juntamente despacho.

## SEÇÃO III DO PROTOCOLO

Todo documento ou correspondência da Administração Municipal deve passar pelo Protocolo caminhamento de entrada em órgão para o devido registro.

§ 1º - Os órgãos da Administração Indireta e as secretarias municipais i funcionarem fora do prédio central da Prefeitura poderão ter protocolos próprios.

§ 2º - É vedado ao Protocolo recusar recebimento de qualquer procedimento salvo aquele que não for endereçado ao órgão da Administração ou a quantidade a ele pertencente.

§ 3º - Quando documentos endereçados a Administração forem entregues à mão ou via correio a servidor ou autoridade, caberá a estes o devido encaminhamento ao Protocolo com despacho que especifique as providências a serem tomadas.

§ 4º - Da entrega de documentos no protocolo será dado comprovante e poderá ser uma cópia do documento entregue ou cartão que conste o número sequencial do protocolo.

§ 5º - Executam-se do registro do protocolo os documentos como faturas, agendas, notas fiscais, avisos, carnês, extratos bancários e similares.

O Protocolo será um serviço desenvolvido no âmbito dos órgãos da administração e terá as seguintes competências:

- Receber processos, documentos, expedientes e correspondências em andamento;

- Classificar os documentos recebidos, tomando as providências necessárias ao registro de entrada e ao correto encaminhamento;

III - Efetuar pesquisa sobre os documentos recebidos, para verificar se já registro anterior sobre o mesmo assunto e ou interessado;

IV - Registrar, juntar, apensar ou incorporar, conforme o caso;

V - Distribuir, internamente, os processos, documentos ou correspondências, registrando o andamento dos Protocolados e dos Processos administrativos nas "Fichas de Expedientes Administrativos";

VI - Manter perfeito controle da movimentação dos processos e documentos, devendo estar sempre pronto para informar a última movimentação do documento ou processo;

VII - Emitir relatórios quinzenais do controle da movimentação de documentos, para possibilitar a cobrança de seu andamento.

O responsável pelo protocolo, diariamente coletará e enviará aos entes administrativos segundo seus respectivos destinatários, registrando seu documento e cumprindo eventuais despachos a ele destinados, sempre verificando se cumpridas as determinações do último despacho e se foram registrados os documentos adicionados ao respectivo expediente.

#### SEÇÃO IV DO ARQUIVAMENTO

O arquivamento de expedientes administrativos será feito pelo responsável: sempre que necessário, no arquivo corrente;

II - mediante despacho da autoridade competente, no arquivo e diário;

III - periodicamente, a ordem da autoridade competente, de documentos do arquivo intermediário, no arquivo permanente.

No ato do arquivamento, o servidor: observará se consta expressamente o despacho de arquivamento;

II - irá conferir se todas as folhas estão devidamente numeradas;

III - irá verificar se as partes em branco e os versos das folhas

foram das com um traço transversal;

IV - irá verificar se há irregularidades no expediente lavrando o respectivo e opinando pelo seu saneamento, enviando, neste caso, para autoridade competente que irá ordenar o saneamento.

O desarquivamento de um expediente administrativo ocorrerá consulta, reconsideração de decisão administrativa, recurso ou juntada de documentos sempre precedido de requisição formal de autoridade competente.

Será concedido vistas de expediente administrativo a interessado de cópias mediante pagamento das custas, sendo vedada vistas fora do prazo.

A descrição dos documentos de que se vale a Administração na atividade, seu respectivo prazo de guarda em arquivo e sua destinação final, da "Tabela de Temporalidade de Documentos" constante do Anexo I parte integrante deste Decreto.

#### SEÇÃO V DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Os expedientes administrativos se desencadearão numa sequência atos, denominada procedimento administrativo, que fica assim dividida:

Procedimentos Tributários;

Procedimentos de Posturas;

Procedimentos Diretos:

a) Obras

b) Zoneamento

c) Parcelamento

Procedimentos de Pessoal

V - Procedimentos Diversos

Parágrafo Único - A observância da forma procedimental é obrigatória para os servidores e autoridades na análise das questões submetidas à sua ação, não obstante se possam inserir, extraordinariamente, etapas não antes do procedimento ou suprimi-las, justificadamente.

Os procedimentos tributários e suas respectivas etapas são:

I - Do parcelamento de dívida:

a) o contribuinte ou interessado entregará o requerimento (Anexo) no Protocolo onde o mesmo será autuado na modalidade processo administrativo;

b) o processo administrativo seguirá para a Divisão de Tributação e Cadastro que irá juntar parecer sobre o requerimento tendo observado o número máximo o valor mínimo da parcela e tendo efetuado os cálculos dos valores e acessórios;

c) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte do ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

d) no caso de deferimento, o despacho do Secretário de Administração ordenará a intimação do requerente para num prazo determinado, assinar o documento de Parcelamento de Dívida (Anexo III) junto à Divisão de Tributação;



e) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

#### II - Da restituição de crédito fiscal:

a) o contribuinte ou interessado entregará o requerimento (Anexo IV) no Geral, onde o mesmo será autuado na modalidade processo administrativo;

b) o processo administrativo seguirá para a Divisão de Tributação e Cadastro que irá juntar parecer sobre o requerimento tendo observado a existência do contribuinte e tendo feito o cálculo dos valores havidos e indicado a melhor forma de restituição;

c) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

d) no caso de o Secretário de Administração ordenará a intimação do requerente para num prazo determinado, assinar o de Restituição de Crédito Fiscal junto à Divisão de Tributação;

e) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

#### III - Da compensação de crédito:

a) o contribuinte ou interessado entregará o requerimento (Anexo V) Geral, onde o mesmo será autuado na modalidade processo administrativo;

b) o processo administrativo seguirá para a Divisão de Tributação e Cadastro que irá juntar parecer sobre o requerimento tendo observado se existe o crédito do, se realmente é líquido e certo e, se compensado os valores ainda débitos ou créditos devendo, neste caso, indicar qual a melhor maneira de quitá-los;

c) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

d) no caso de deferimento, o despacho do Secretário de Administração as ordenará a intimação do requerente para um prazo determinado assinar Compensação de Dívida junto à Divisão de Tributação;

e) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

Da transação para terminação de litígio "ex officio" o Secretário de Administração e Finanças ordenará a autuação do Termo de para Terminação de litígio (Anexo VI) no Protocolo na modalidade processo ação e a intimação do contribuinte para aderir a proposta num prazo ordenado sob pena de caducidade da proposta;

b) caso não haja adesão à proposta pelo contribuinte o processo será arquivado o despacho do Secretário da Administração e Finanças;

c) caso haja a adesão à proposta pelo contribuinte no prazo determinado, a divisão de Tributação fará juntar o respectivo Termo nos autos e se responsabilizará ita sua execução;

d) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

#### V - Da remissão fiscal requerida:

a) o contribuinte ou interessado entregará o requerimento no Protocolo Geral, o mesmo será autuado na modalidade processo administrativo;

b) o processo administrativo seguirá para a Divisão de Tributação e Cadastro 1 que irá juntar parecer sobre o requerimento tendo averiguado e apontado a bastante para concessão da remissão;

c) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e iças que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

d) no caso de deferimento, o Secretário de Administração e Finanças irá lavrar o de Remissão Fiscal (Anexo VII) e ordenará a intimação do requerente para ciência da decisão;

e) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

#### VI - Da alteração do cadastro fiscal requerida:

a) o contribuinte ou interessado entregará o requerimento (Anexo VIII) no colo Geral, onde o mesmo será autuado na modalidade Protocolado;

b) o protocolado seguirá para Divisão de Tributação e Cadastro Fiscal que irá a alteração requerida e ordenará o seu arquivamento;

c) o protocolado seguirá para o Protocolo para cumprir eventuais despachos e o arquivamento a seu tempo.

#### VII - Da baixa do cadastro fiscal requerida:

a) o contribuinte ou interessado entregará o requerimento (Anexo IX) no colo Geral, onde o mesmo será autuado na modalidade Protocolado;

b) o protocolado seguirá para Divisão de Tributação e Cadastro Fiscal que irá a baixa emitindo certidão da mesma e ordenado ao Protocolo que o mesmo e o Protocolado após o requerente ter retirado a certidão ou, em qualquer caso, o de 90 dias;

e) o protocolado seguirá para o Protocolo para cumprir eventuais despachos e o arquivamento a seu tempo.

#### VIII - Da reclamação contra estimativa de base de cálculo:

a) o contribuinte ou interessado entregará o requerimento (Anexo X) no Protocolo onde o mesmo será autuado na modalidade processo administrativo;

b) o processo administrativo seguirá para a Divisão de Tributação Cadastro que irá juntar parecer sobre o requerimento tendo observado o cumprimento do e indicado a conveniência do valor reputado justo pelo reclamante à ação, além de indicar a melhor programação de compensação dos valores com recolhimentos futuros, no caso de opinar pelo deferimento;

c) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e que fará juntar a decisão administrativa acatando ou não a reclamação e ou não a adequação da base de cálculo segundo o pedido do reclamante;

d) no caso de deferimento, o despacho do. Secretário de Administração ordenará a intimação do requerente para tomar ciência da decisão;

e) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

**IX - Da consulta tributária:**

a) o contribuinte ou interessado entregará o requerimento (Anexo XI) no Geral, onde o mesmo será autuado na modalidade Protocolado;

b) o Protocolado seguirá para a Assessoria Jurídica que responderá a consulta ida ou ordenará a complementação da consulta, conforme o caso;

a) o contribuinte ou interessado entregará o requerimento (Anexo XI) no Geral, onde o mesmo será autuado na modalidade Protocolado;

b) o Protocolado seguirá para a Assessoria Jurídica que responderá a consulta da ou ordenará a complementação da consulta, conforme o caso;

c) o Protocolado seguirá para o Protocolo que dará ciência ao consulente da imposta da Assessoria Jurídica e fará o seu arquivamento;

**X - Do registro de extravio e/ou inutilização de livro e/ou documento fiscal:**

a) o contribuinte ou interessado entregará o requerimento (Anexo XII) no Geral, onde o mesmo será autuado na modalidade Protocolado;

b) o protocolo seguirá para Divisão de Tributação e Cadastro Fiscal que irá registro emitindo certidão do mesmo e ordenado ao Protocolo que o mesmo o Protocolado após o requerente ter retirado a certidão ou em qualquer caso no prazo de 90 dias;

e) o Protocolado seguirá para o Protocolo para cumprir eventuais despachos e o arquivamento a seu tempo;

**XI - Da concessão de regime especial de escrituração de livro fiscal:**

a) o contribuinte ou interessado entregará o requerimento (Anexo XIII) no Geral, onde o mesmo será autuado na modalidade processo administrativo;

b) o processo administrativo seguirá para a Divisão de Tributação e Cadastro inicial que ira juntar parecer sobre o requerimento tendo averiguado o fac-símile dos propostos e atestado a conveniência ao fisco municipal do pedido;

c) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

d) no caso de deferimento, o despacho do Secretário de Administração e Finanças ordenará a intimação do requerente para tornar ciência da decisão;

e) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

b) o processo administrativo seguirá para a Divisão de Tributação e Cadastro que irá juntar parecer sobre o requerimento tendo averiguado a cópia da nota estadual e o despacho autorizativo do fisco estadual e ainda tendo atestado a observância para o fisco municipal do pedido do contribuinte;

c) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

d) no caso de deferimento, o despacho do Secretário de Administração e ordenará a intimação do requerente para tornar ciência da decisão;

e) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

**XIII - Da autorização de impressão de documento fiscal:**

a) o contribuinte ou interessado entregará o requerimento (Anexo XV) no colo Geral, onde o mesmo será autuado na modalidade Protocolado;

b) o Protocolado seguirá para a Divisão de Tributação e Cadastro Fiscal que irá da real necessidade da impressão de blocos de notas, conferindo inclusive da emissão das notas dos blocos já impressos;

c) no caso de deferimento do pedido, a Divisão de Tributação e Cadastro Fiscal encaminhará ao Protocolo que envie a autorização ao requerente e archive o protocolado, contrário poderá intimar o requerente a prestar maiores informações ou o requerimento;

e) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele encaminhados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

**XIV - Do requerimento de certidão negativa de débito:**

O contribuinte ou interessado entregará o requerimento (Anexo XVI) no Geral, onde o mesmo será autuado na modalidade Protocolado;

b) o protocolo seguirá para a Divisão de Tributação e Cadastro Fiscal que o cumprimento do disposto nos artigos 20 e seguintes do Decreto

c) no caso de deferimento do pedido a Divisão de Tributação e Cadastro ordenará ao Protocolo que envie a CND ao requerente e archive o protocolado o contrário poderá intimar o requerente a prestar maiores informações ou o requerimento; o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

**Parágrafo Único** - Os modelos de formulários dos procedimentos deste artigo dos anexos II a XVI deste Decreto.

Os procedimentos de posturas e suas respectivas etapas são:

- Da concessão alvará de licença para funcionamento de casas de diversão:

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XVII) encaminhado do comprovante de recolhimento dos emolumentos necessários e do de vistoria policial, para ser autuado na modalidade processo;

b) o processo seguirá para o DIFISC que irá apurar eventuais débitos do ente a Fazenda Pública Municipal juntando cópia da notificação de recolhimento CND, em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o processo seguir sua somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente Pública Municipal; o processo seguirá para o DIPLAN que providenciará a vistoria e juntará o termo atestando a regularidade quanto as normas edíficias e de higiene e pelo deferimento ou indeferimento do pedido, indicando, se necessário, as a serem adotadas para a concessão da licença; o processo seguirá para Gabinete do Secretário de Planejamento, Transportes e Obras que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o ordenando diligências ou indeferindo o pedido; no caso de deferimento, o despacho do

Secretário ordenará a expedição do alvará e a intimação do requerente para que o retire no prazo de 30 dias o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

**II - Da concessão de alvará de licença para instalação de anúncio:**

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XVIII) encaminhado do comprovante de recolhimento dos emolumentos necessários, para na modalidade processo administrativo;

b) o processo seguirá para o DIFISC que irá apurar eventuais débitos do a Fazenda Pública Municipal juntando cópia da notificação de recolhimento - CND, em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o processo seguir sua somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente a Fazenda Pública Municipal;

c) o processo seguirá para o DIPLAN que analisará minuciosamente as ações constantes do requerimento, averiguando o atendimento das condições do Código de Posturas e juntará parecer opinando pelo deferimento ou indeferimento do pedido, indicando, se necessário, as medidas a serem adotadas para da licença;

d) o processo seguirá para Gabinete do Secretário de Planejamento, Transportes e Obras que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

e) no caso de deferimento, o despacho do Secretário ordenará a expedição do encaminhamento alvará e a intimação do requerente para que o retire no prazo de 30 dias;

f) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele e/ou fará o arquivamento, se for o caso. Da concessão de alvará de licença para exploração de atividade extrativa O requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XIX) do comprovante de recolhimento dos emolumentos necessários e dos exigidos no § 20 do art. 72 do Código de Posturas para ser autuado na de processo administrativo o processo seguirá para o DIFISC que irá apurar eventuais débitos da Fazenda Pública Municipal juntando cópia da notificação de recolhimento em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o processo seguir sua somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente Pública Municipal;

c) o processo seguirá para o DIPLAN que analisará minuciosamente as indicações constantes do requerimento averiguando o atendimento das condições do de Posturas e da LZUOS e realizará a competente vistoria juntando o termo respectivo e opinará pelo deferimento ou indeferimento do pedido, indicando, se as medidas a serem adotadas para a concessão da licença;

d) o processo seguirá para Gabinete do Secretário de Planejamento, Transporte obras que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte ou ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

e) no caso de deferimento, o despacho do Secretário ordenará a expedição do alvará por 1 (um) ano e a intimação do requerente para que o retire no prazo de 30 dias;

f) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele ordenados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

**IV - Da concessão de alvará de licença de localização, instalação:**

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento

(Anexo XX) do comprovante de recolhimento dos emolumentos necessários, para na modalidade processo administrativo;

b) o processo seguirá para o DIFISC que irá apurar eventuais débitos do a Fazenda Pública Municipal juntando cópia da notificação de recolhimento CND, em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o processo seguir sua somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente Fazenda Pública Municipal;

c) o processo seguirá para o DIPLAN que providenciará a vistoria e juntará o termo atestando a regularidade quanto as normas de posturas e opinará pelo ou indeferimento do pedido, indicando, se necessário, as medidas a serem para a concessão da licença; o processo seguirá para Gabinete do Secretário de Planejamento, Transportes que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o ordenando diligências ou indeferindo o pedido; no caso de deferimento, o despacho do Secretário ordenará a expedição do alvará e a intimação do requerente para que o retire no prazo de 30 dias; f) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a elencados/ou fará o arquivamento, se for o caso.

**V - Da concessão de alvará de licença de atividade ambulante, eventual ou**

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXI) acompanhado do comprovante de recolhimento dos emolumentos necessários, para autuado na modalidade processo administrativo;

b) o processo seguirá para o DIFISC que irá apurar eventuais débitos do rente a Fazenda Pública Municipal juntando cópia da notificação de recolhimento da CND, em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o processo seguir sua somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente a Fazenda Pública Municipal;

c) o processo seguirá para o DIPLAN que analisará minuciosamente as indicações constantes do requerimento averiguando o atendimento das condições do 84 e s.s do Código de Posturas e opinará pelo deferimento ou indeferimento do indicando, se necessário, as medidas a serem adotadas para a concessão;

d) o processo seguirá para Gabinete do Secretário de Planejamento, Transporte Obras que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

e) no caso de deferimento, o despacho do Secretário ordenará a expedição do item alvará com as restituições constantes do ad. 86 do Código de Posturas e a avaliação do requerente para que o retire no prazo de 30 dias;

f) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele nados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

**VI - Da concessão de alvará de licença de funcionamento em horário ordinário:**

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXII) acompanhado do comprovante de recolhimento dos emolumentos necessários, para autuado na modalidade processo administrativo;

b) o processo seguirá para o DIFISC que irá apurar eventuais débitos do ente a Fazenda Pública Municipal juntando cópia da notificação de recolhimento CND, em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o processo seguir sua somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente a Fazenda

Pública Municipal;

c) o processo seguirá para o DIPLAN que analisará minuciosamente as constantes do requerimento averiguando o atendimento das normas de e opinará pelo deferimento ou indeferimento do pedido, indicando, se necessário, as medidas a serem adotadas para a concessão da licença;

d) o processo seguirá para Gabinete do Secretário de Planejamento, Transporte que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

e) no caso de deferimento, o despacho do Secretário ordenará a expedição do alvará por tempo determinado e a intimação do requerente para que o retire de 30 dias;

f) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele os e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

VII - Da concessão de alvará de licença de instalação de depósito de explosivos

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXIII) acompanhado do comprovante de recolhimento dos emolumentos necessários, para autuado na modalidade processo administrativo;

b) o processo seguirá para o DIFISC que irá apurar eventuais débitos do a Fazenda Pública Municipal juntando cópia da notificação de recolhimento da CND, em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o processo seguir sua somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente a Fazenda Pública Municipal;

c) o processo seguirá para o DIPLAN que analisará minuciosamente as informações constantes do requerimento averiguando o atendimento das condições do de Posturas e da LZUOS e realizará a competente vistoria juntando o termo e opinará pelo deferimento ou indeferimento do pedido, indicando, se necessário, as medidas a serem adotadas para a concessão da licença;

d) o processo seguirá para Gabinete do Secretário de Planejamento, Transporte Obras que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o, ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

e) no caso de deferimento, o despacho do Secretário ordenará a expedição do alvará com as restrições constantes do Código de Posturas e a intimação requerente para que o retire no prazo de 30 dias;

f) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele ordenados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

VIII - Da concessão de alvará de licença de instalação de posto de combustível:

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXIII) acompanhado do comprovante de recolhimento dos emolumentos necessários, para autuado na modalidade processo administrativo;

b) o processo seguirá para o DIFISC que irá apurar eventuais débitos à Fazenda Pública Municipal juntando cópia da notificação de recolhimento da CND, em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o processo seguir sua o somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente a Fazenda Pública Municipal;

c) o processo seguirá para o DIPLAN que analisará minuciosamente

as constantes do requerimento averiguando o atendimento das condições do de Posturas e da LZUOS e realizará a competente vistoria juntando o termo respectivo e opinará pelo deferimento ou indeferimento do pedido, indicando, se, as medidas a serem adotadas para a concessão da licença;

d) o processo seguirá para Gabinete do Secretário de Planejamento, Transportes e Obras que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

e) no caso de deferimento, o despacho do Secretário ordenará a expedição do competente alvará e a intimação do requerente para que o retire no prazo de 30 dias;

f) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele indicados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

IX - Da concessão de alvará de licença para ocupação de via pública

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXIV) do comprovante de recolhimento dos emolumentos necessários, para autuado na modalidade processo administrativo;

b) o processo seguirá para o DIFISC que irá apurar eventuais débitos do requerente a Fazenda Municipal juntando cópia da notificação de recolhimento, da CND, em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o processo seguir sua Imitação somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente a Fazenda Pública Municipal;

c) o processo seguirá para o DIPLAN que analisará minuciosamente as informações constantes do requerimento averiguando o atendimento das condições do digo de Posturas e da LZUOS e realizará a competente vistoria juntando o termo e opinará pelo deferimento ou indeferimento do pedido, indicando, se necessário, as medidas a serem adotadas para a concessão da licença;

d) o processo seguirá para Gabinete do Secretário de Planejamento, Transportes e Obras que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

e) no caso de deferimento, o despacho do Secretário ordenará a expedição do competente alvará e a intimação do requerente para que o retire no prazo de 30 dias;

f) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

X - Da concessão de alvará de licença para transporte coletivo de passageiros:

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXV) acompanhado do comprovante de recolhimento dos emolumentos necessários, e da policial, para ser autuado na modalidade processo administrativo;

b) o processo seguirá para o DIFISC que irá apurar eventuais débitos do inerente a Fazenda Pública Municipal juntando cópia da notificação de recolhimento da CND, em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o processo seguir sua tramitação somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente a Fazenda Pública Municipal;

c) o processo seguirá para o DIPLAN que analisará as informações do querente e fará a vistoria nos veículos para averiguar o atendimento das condições estabelecidas na legislação competente e



opinará pelo deferimento ou indeferimento do indicando, se necessário, as medidas a serem adotadas para a concessão;

d) o processo seguirá para Gabinete do Secretário de Planejamento, Transportes Obras que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

e) no caso de deferimento, o despacho do Secretário ordenará a expedição do e alvará e a intimação do requerente para que o retire no prazo de 30 dias o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele indicados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

#### XI - Da revalidação de licença:

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXVI) acompanhado do comprovante de recolhimento dos emolumentos necessários, para ser na modalidade processo administrativo;

b) o processo seguirá para o DIFISC que irá apurar eventuais débitos do querente a Fazenda Pública Municipal juntando cópia da notificação de recolhimento da CND, em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o processo seguir sua somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente junto a Fazenda Publica Municipal;

c) o processo seguirá para o DIPLAN que analisará o cumprimento das ações legais quanto a prorrogação da licença, realizando vistas se necessário, pelo deferimento ou indeferimento do pedido, indicando, se necessário, as medidas a serem adotadas para a concessão da licença;

d) o processo seguirá para Gabinete do Secretário de Planejamento, Transportes e Obras que fará juntar a decisão administrativa deferindo no todo ou em parte o aludido, ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

e) no caso de deferimento, o despacho do Secretário ordenará a expedição do competente alvará e a intimação do requerente para que o retire no prazo de 30 dias;

f) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

Parágrafo Único - Os modelos de formulários dos procedimentos deste artigo instam dos anexos XVII a XXVI deste Decreto.

Os procedimentos diretores e suas respectivas etapas são:

#### - Da consulta prévia de construção:

a) o consulente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXVII) do comprovante de recolhimento dos emolumentos necessários e da autuação de propriedade do imóvel ou documento equivalente, para ser autuado no processo administrativo;

b) o processo seguirá para o DIFISC que irá apurar eventuais débitos do contribuinte a Fazenda Pública Municipal juntando cópia da notificação de recolhimento da CND, em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o processo seguir sua ação somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente a Fazenda Pública Municipal;

c) o processo seguirá para o DIPLAN que analisará a consulta e emitirá parecer (anexo XXVIII) que fará juntar ao processo;

d) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de

Planejamento, s e Obras que ordenará a notificação do consulente para que retire o parecer consulta prévia no prazo de 30 dias;

e) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele nados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

#### II - Da aprovação de projeto arquitetônico:

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXIX) acompanhado de todos os documentos exigidos no mesmo, para ser juntado ao isso da consulta prévia de construção;

b) o processo seguirá para o DIPLAN que analisará o projeto e o cumprimento exigências legais e irá juntar parecer de aprovação de projeto arquitetônico (Anexo indicando, se necessário, as medidas necessárias a sua aprovação);

c) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Planejamento, Transportes e Obras que ordenará a notificação do requerente para que cumpra as apontadas no parecer ou tome ciência da aprovação do projeto conforme;

d) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele apontados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

#### III - Da concessão de alvará de construção:

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXXI) para ser juntado ao respectivo processo;

b) o processo seguirá para o DIPLAN que opinará pelo deferimento ou indeferimento do pedido no próprio requerimento indicando as medidas necessárias à concessão do alvará;

c) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Planejamento, transportes e Obras que ordenará a notificação do requerente para que cumpra as apontadas pelo DIPLAN ou retire o alvará no prazo de 30 dias;

d) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele encaminhados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

#### IV - Da vistoria e do habite-se:

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXXII) para juntado ao processo respectivo;

b) o processo seguirá para o DIPLAN que realizará a vistoria lavrando o respectivo termo (Anexo XXXV) opinando pela concessão do "Habite-se" e/ou indicando medidas necessárias à concessão;

c) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Planejamento, transportes e Obras que ordenará a notificação do requerente para que cumpra as medidas apontadas no parecer ou retire o "habite-se" conforme o caso;

d) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

#### Da Autorização para Paralisação de Obra:

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXXIII) ser juntado ao respectivo processo;

b) o processo seguirá para o DIPLAN que opinará pelo deferimento ou requerimento do pedido no próprio requerimento indicando as medidas necessárias a  
c) o processo seguirá para o DIPLAN que opinará pelo deferimento ou mento do pedido no próprio requerimento indicando as

medidas necessárias ação;

d) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Planejamento, Transportes e Obras que ordenará a notificação do requerente para que cumpra as s apontadas pelo DIPLAN ou tome ciência da autorização;

e) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele anotados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

VI - Da aprovação de projeto arquitetônico e alvará de licença de construção de e popular:

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXXIV) acompanhado de todos os documentos exigidos no mesmo, para ser autuado na finalidade protocolado;

b) o protocolado seguirá para o DIPLAN que analisará o projeto e o cumprimento exigências legais e irá juntar parecer de aprovação de projeto arquitetônico (Anexo, indicando, se necessário, as medidas necessárias a sua aprovação);  
c) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Planejamento, transportes e Obras que ordenará a notificação do requerente para que cumpra as medidas apontadas no parecer ou retire o alvará no prazo de 30 dias conforme o caso;

d) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele determinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

VII - Da aprovação do desmembramento de gleba rural:

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXXV) acompanhado de todos os documentos exigidos no mesmo, para ser autuado na modalidade processo administrativo;

b) o processo seguirá para o DIPLAN que analisará o projeto e o cumprimento i exigências legais e irá juntar parecer de aprovação de desmembramento de gleba ml (Anexo XXXVI), indicando, se necessário, as medidas necessárias a sua observação;

c) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Planejamento, transportes e Obras que ordenará a notificação do requerente para que cumpra-as;

d) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

VIII - Da consulta prévia de viabilidade de parcelamento do solo:

a) o consulente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXXVII) acompanhado do comprovante de recolhimento dos emolumentos necessários e de os documentos exigidos no requerimento, para ser autuado na modalidade cesso administrativo;

b) o processo seguirá para o DIFISC que irá apurar eventuais débitos do requerente a Fazenda Pública Municipal juntando cópia da notificação de recolhimento a CND, em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o processo seguir sua tramitação somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente a Fazenda Pública Municipal;

c) o processo seguirá para o DIPLAN que analisará a consulta e emitirá certidão viabilidade do parcelamento (Anexo XVIII);

d) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Planejamento, Transportes e Obras que ordenará a notificação do consulente para que retire o parecer consulta prévia no prazo de 30 dias;

e) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele anotados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

IX - Da concessão de diretrizes básicas de parcelamento:

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XXXIX) acompanhado de todos os documentos exigidos no mesmo, para ser juntado ao respectivo;

b) o processo seguirá para o DIPLAN que analisará o projeto e o cumprimento exigências legais e irá juntar as Diretrizes Básicas de Parcelamento ou indicar as necessárias a elaboração de tal documento;

c) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Planejamento, Transportes e Obras que ordenará a notificação do requerente para que cumpra as apontadas ou tome ciência das Diretrizes, conforme o caso;

d) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele nados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

X - Da análise de ante-projeto urbanístico (opcional):

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XL) acompanhado de todos os documentos exigidos no mesmo, para ser juntado ao respectivo;

b) o processo seguirá para o DIPLAN que analisará o projeto e o cumprimento das exigências legais e irá juntar parecer de análise de ante-projeto urbanístico;

c) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Planejamento, e Obras que ordenará a notificação do requerente para que tome ciência do DIPLAN;

d) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele apontados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

XI - Da aprovação de projeto técnico definitivo de parcelamento:

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XLI) acompanhado de todos os documentos exigidos no mesmo, para ser juntado ao cesso respectivo;

b) o processo seguirá para o DIPLAN que analisará o projeto e o cumprimento exigências legais e irá juntar parecer indicando, se necessário, as medidas árias a sua aprovação;

c) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Planejamento, Transportes e Obras que ordenará a notificação do requerente para que cumpra as idas apontadas no parecer ou retire o alvará de licença para execução de obras de no prazo de 30 dias;

e) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele nados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

XII - Da vistoria, da certificação de conclusão de obras e da liberação de área:

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo XLII) de todos os documentos exigidos no mesmo, para ser juntado ao respectivo;

b) o processo seguirá para o DIPLAN que primeiramente irá apurar o cumprimento do Acordo de Parcelamento (Anexo XLIII) e da Autorização de parcelamento (Anexo XLIV) executando em seguida a vistoria e lavrando o respectivo termo opinando pela certificação ou não da conclusão das obras ou indicando medidas necessárias

a tal certificação;

c) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Planejamento, Transportes e Obras que ordenará a notificação do requerente para que cumpra as medidas apontadas no termo ou retire a certidão respectiva no prazo de 30 dias;

d) processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele destinados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

Parágrafo Único - Os modelos de formulários dos procedimentos deste artigo constam dos anexos XXVII a XLIV deste Decreto.

Os procedimentos de pessoal e suas respectivas etapas são:

Do pedido de transferência:

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo XLV) que lhe for fornecido no `ESS e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade protocolado;  
b) o protocolo seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a interveniência e oportunidade do pedido;

c) o protocolo seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido, indeferido condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda ordenará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da  
d) o protocolo seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

II - Do pedido de exoneração:

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo XLVI) que lhe for fornecido no `ESS e entregará o mesmo Protocolo Geral para ser autuado na modalidade protocolado;  
b) o protocolo seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que notificará o pleiteante do pedido de reconsideração ou ordenará a Portaria de Exoneração;  
c) o protocolo seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará devidos registros no assentamento individual do servidor providenciará a edição de daria e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

III - Do pedido de remoção:

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo XLVII) que lhe for fornecido no DIPESS e entregará o mesmo Protocolo Geral para ser autuado na modalidade protocolado;  
b) o protocolo seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido;  
c) o protocolo seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido podendo condicionar o deferimento a execução de determinadas medidas, e ainda ordenará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão;  
d) o protocolo seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará os devidos registros no assentamento individual do servidor providenciará a edição de Portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

IV - Do pedido de auxílio pecuniário/ A.F.E. servidor:

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo XLVIII) que lhe for fornecido no DIPESS e entregará o mesmo Protocolo Geral acompanhado dos documentos que comprovem as informações constantes do requerimento, para ser autuado na modalidade

protocolado;

b) o protocolo seguirá para o DICONFAZ que irá atestar da existência ou não de verba orçamentária;

c) o protocolo seguirá para o DIPESS que irá averiguar o cumprimento das normas legais e juntará parecer opinando sobre a conveniência e oportunidade do pedido;

d) o protocolo seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido fazendo condicionar o deferimento a execução de determinadas medidas, e ainda a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência;

e) o protocolo seguirá para a DICONFAZ, caso seja deferido o pedido, para empenhamento da despesa;

f) o protocolo seguirá para a DITES para inclusão na programação mensal de pagamentos;

g) o protocolo seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará devidos registros no assentamento individual do servidor providenciará a edição de Portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

V - Do pedido de férias com gratificação de 1/3:

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo XLIX) que lhe for fornecido no `ESS e entregará o mesmo Protocolo Geral para ser autuado na modalidade protocolado;

b) o protocolo seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a observância e oportunidade do pedido e ainda o cumprimento das disposições legais;

c) o protocolo seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido indeferido condicionar o deferimento a execução de determinadas medidas, e ainda fará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da ação;

d) o protocolo seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, incluirá os valores na folha de pagamento, fará os devidos registros no assentamento funcional do servidor, providenciará a edição de portaria e ordenará o arquivamento;

VI - Do pedido de conversão de férias em abono pecuniário:

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo L) que lhe for fornecido no DIPESS e entregará o mesmo Protocolo Geral para ser autuado na modalidade protocolado;

b) o protocolo seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a Interveniência e oportunidade do pedido e ainda o cumprimento das disposições legais;

c) o protocolo seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido podendo condicionar o deferimento a execução de determinadas medidas, e ainda a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da notificação;

d) o protocolo seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará s devidos registros no assentamento individual do servidor providenciará a edição de e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

**VII - Da licença por motivo de doença em pessoas da família:**

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LI) que lhe for fornecido no e entregará o mesmo Protocolo Geral para ser autuado na modalidade;

b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a interveniência e oportunidade do pedido e ainda o cumprimento das disposições legais;

c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido atendendo condicionar o deferimento a execução de determinadas medidas, e ainda fará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência;

d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará s devidos registros no assentamento individual do servidor providenciará a edição de e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

**VIII - Do pedido de licença para serviço militar obrigatório:**

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LII) que lhe for fornecido no e entregará o mesmo Protocolo Geral para ser autuado na modalidade;

b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a inicia e oportunidade do pedido e ainda o cumprimento das disposições legais;

c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Fianças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido indeferido condicionar o deferimento a execução de determinadas medidas, e ainda ordenará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da

d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará devidos registros no assentamento individual do servidor providenciará a edição de e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

**IX - Do pedido de licença para tratar de interesse particular:**

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LIII) que lhe for fornecido no e entregará o mesmo Protocolo Geral para ser autuado na modalidade Protocolado;

b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a e oportunidade do pedido e ainda o cumprimento das disposições legais;

c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido indo condicionar o deferimento a execução de determinadas medidas, e ainda a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da

d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará devidos registros no assentamento individual do servidor providenciará a edição de e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

**X - Do pedido de licença prêmio:**

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LIV) que lhe for fornecido no e entregará o mesmo Protocolo Geral para ser autuado na modalidade

b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a ocasião e oportunidade do pedido e ainda o

cumprimento das disposições legais;

c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido condicionar o deferimento a execução de determinadas medidas, e ainda a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência;

d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará devidos registros no assentamento individual do servidor providenciará a edição de Portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

**XI - Do pedido de licença para atividade política:**

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LV) que lhe for fornecido no e entregará o mesmo Protocolo Geral para ser autuado na modalidade colado;

b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a interveniência e oportunidade do pedido e ainda o cumprimento das disposições legais;

c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido podendo condicionar o deferimento a execução de determinadas medidas, e ainda ará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência;

d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará devidos registros no assentamento individual do servidor providenciará a edição de Portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

**XII - Do pedido de licença para participação em evento:**

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LVI) que lhe for fornecido no e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade protocolado;

b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a interveniência e oportunidade do pedido;

c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Fianças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido, podendo condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda expedirá a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da decisão;

d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de tarja e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

**XIII - Do pedido de licença para desempenho de mandato clastista:**

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LVII) que lhe for fornecido no ESS e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade protocolado;

b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a ciência e oportunidade do pedido;

c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido, condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda a notificação do pleiteante



para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência;

d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

#### XIV - Do pedido de aposentadoria:

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LVIII) que lhe for fornecido no e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade protocolado;  
b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a de do pedido e o cumprimento das condições legais;

c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido, podendo condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda fará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência;

d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de Portaria e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

#### XV - Do pedido de auxílio natalidade:

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LIX) que lhe for fornecido no e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade

b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a nulidade do pedido e o cumprimento das condições legais;

c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Finanças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido, condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda determinará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência;

d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de na e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

#### XVI - Do pedido de auxílio para o filho excepcional:

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LX) que lhe for fornecido no 8 e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade Protocolado;  
b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a impunidade do pedido e o cumprimento das condições legais;

c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido, podendo condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência;

d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

#### XVII - Do pedido de salário família:

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LXI) que lhe for fornecido no e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade;

b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a oportunidade do pedido e o cumprimento das condições legais;

c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido, indeferido condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência;

d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

#### XVIII - Do pedido de licença para tratamento de saúde:

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LXII) que lhe for fornecido no e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade ação do protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a ciência e oportunidade do pedido;

c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e iças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido, condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda determinará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência;

d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de ordenará o arquivamento, conforme o caso;

#### XIX - Do pedido de licença à gestante:

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LXIII) que lhe for fornecido no e entregará o mesmo no Protocolo Gera!, para ser autuado na modalidade

b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a ciência e oportunidade do pedido;

c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Fianças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido, condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda fará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência;

d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de ria e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

#### XX - Do pedido de licença por acidente serviço:

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LXIV) que lhe for fornecido no e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade protocolado;

b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a ciência e oportunidade do pedido;

c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou

indeferido o pedido, podendo condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência;

d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

#### XXI - Do pedido de licença para aleitamento materno:

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LXV) que lhe for fornecido no Setor entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade respectiva o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a oportunidade do pedido;

c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido, condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda irá a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência;

d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

#### XXII - Do pedido de pensão;

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LXVI) que lhe for fornecido no ESS e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade;

b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a ciência e oportunidade do pedido;

c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido, do condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência;

d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

#### XXIII - Do pedido de benefício de seguridade social:

a) o servidor irá preencher o requerimento que lhe for fornecido no DIPESS e á o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade Protocolado;

b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a ciência e oportunidade do pedido;

c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido, podendo condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da

d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará s registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

#### XXIV - Do auxílio funeral:

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LXVII) que lhe for fornecido no e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade;

b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a ciência e oportunidade do pedido;

c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e as que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido, condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda ~ará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da  
d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

#### XXV - Do auxílio reclusão:

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LXVIII) que lhe for fornecido e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade

b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a eminência e oportunidade do pedido;

c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido, condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda expedirá a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência;

d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará idos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

#### XXVI - Da concessão do pecúlio:

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LXIX) que lhe for fornecido no e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade

b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a observância e oportunidade do pedido;

c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido, condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda fará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência da  
d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição e ordenará o arquivamento, conforme o caso.

#### XXVII - Da licença à paternidade ou adotante:

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LXX) que lhe for fornecido no e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade protocolado;

b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a ciência e oportunidade do pedido;

c) o protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido, mandando condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda a notificação do

pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência;

d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

XXVIII - a prorrogação da licença para tratamento de saúde:

a) o servidor irá preencher o requerimento (Anexo LXXI) que lhe for fornecido no e entregará o mesmo no Protocolo Geral, para ser autuado na modalidade;

b) o protocolado seguirá para o DIPESS que juntará parecer opinando sobre a interveniência e oportunidade do pedido;

c) protocolado seguirá para o Gabinete do Secretário de Administração e Iças que juntará despacho deferido no todo ou em parte ou indeferido o pedido, ido condicionar o deferimento à execução de determinadas medidas, e ainda fará a notificação do pleiteante para cumprir tais medidas e/ou tomar ciência;

d) o protocolado seguirá para o DIPESS que cumprirá eventuais despachos, fará devidos registros no assentamento individual do servidor, providenciará a edição de e ordenará o arquivamento, conforme o caso;

Parágrafo Único - Os modelos de formulários dos procedimentos deste artigo constam dos anexos XLV a LXXI deste Decreto.

Os procedimentos diversos e suas respectivas etapas são:

Do requerimento de incentivos:

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo LXXII) acompanhado de todos os documentos exigidos no mesmo, para ser autuado no processo administrativo;

b) o processo seguirá para o DIFISC que irá apurar eventuais débitos do a Fazenda Pública Municipal juntando cópia da notificação de recolhimento CND, em caso de não haver débitos, devendo, no entanto, o processo seguir sua somente se juntada a CND ou se regularizada a situação do requerente a Fazenda Pública Municipal;

c) o processo seguirá para a DICOMIN que fará a análise do pedido, ponderando observância ao município e verificando a regularidade dos documentos exigidos no juntando, ao final, um parecer opinativo ao processo;

d) o processo seguirá para o GAPRE para ser dado visto do Prefeito Municipal;

e) o processo seguirá para o Gabinete do Secretário de Desenvolvimento que irá juntar decisão administrativa deferindo no todo ou em parte ou indo o pedido; sendo a decisão administrativa, pelo deferimento, deverá o mesmo intimar o rente para em dia e hora determinada comparecer a solenidade de assinatura do de Concessão de Incentivos;

g) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

II - Do requerimento de audiência com o Prefeito:

a) O requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo LXXIII) ser autuado na modalidade Protocolado;

b) o protocolado seguirá para o GAPRE onde o Chefe de Gabinete analisará a e oportunidade do pedido, juntando despacho indeferindo o pedido, caso deverá o mesmo ser fundamentado, ou deferido

o pedido, caso em que deverá encaminhado de cópia de ofício ao requerente indicando o dia, a hora e o período lutos da audiência;

c) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

III - Da extensão da rede de iluminação pública:

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo LXXIV) para autuado na modalidade Protocolado;

b) o protocolado seguirá para o DIPLAN que juntará parecer opinando sobre a e oportunidade do pedido bem como do custo do mesmo;

c) o protocolado seguirá para a DICONFAZ que juntará informação sobre a ou não de verba orçamentária e o saldo da conta COSIP;

d) o protocolado seguirá para o GAPRE que irá juntar decisão administrativa o no todo ou em parte, ordenando diligências ou indeferindo o pedido;

e) sendo a decisão administrativa pelo deferimento, deverá ser juntado ao coto cópia do ofício enviado a Celesc, pedindo a extensão da rede e autorizando o no COSIP, e ainda cópia de ofício enviado ao requerente deferindo o pedido;

O processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele dos e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

IV - Do requerimento de auxílios diversos:

a) O requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo LXXV) para autuado na modalidade Protocolado;

b) o protocolado seguirá ao GAPRE que poderá juntar despacho ordenando providências ou de pronunciar desde logo no mérito, deferindo no todo ou em parte ou o pedido, sempre de forma fundamentada e juntando cópia de ofício ao requerente; .

c) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele dos e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

V - Do requerimento de providências:

a) O requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo LXXVI) ser autuado na modalidade Protocolado;

b) o protocolado seguirá ao GAPRE que poderá juntar despacho ordenando ou de pronunciar desde logo no mérito, deferindo no todo ou em parte ou indeferindo o pedido, sempre de forma fundamentada e juntando cópia de ofício ao requerente;

c) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

VI - Do A.F.E. / crédito educativo:

a) o requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo LXXVII) ser autuado na modalidade protocolado e será imediatamente convidado a se munido da cópia do requerimento, a DISOCI para levantamento sócio-familiar;

b) a DISOCI fará a avaliação e encaminhará ao Protocolo no prazo de 2 (dois)

c) o protocolado então seguirá ao GAPRE que juntará despacho deferindo no ou em parte o pedido ou indeferindo o mesmo;

d) sendo o pedido deferido, o GAPRE juntará ao protocolado cópia do ofício, convidando o aluno a, em dia e hora pré-determinados~ comparecer a solenidade do Termo de Compromisso para Crédito Educativo ou Nota de Empenho do Escolar, conforme o caso;

e) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele indicados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

VII - Da prestação de serviço de terraplanagem e movimentação da terra:

a) O requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo LXXVIII) ser autuado na modalidade Protocolado;

b) o protocolado seguirá ao GAPRE que poderá juntar despacho ordenando providências ou de pronunciar desde logo no mérito, deferindo no todo ou em parte ou rindo o pedido, sempre de forma fundamentada e juntando cópia de ofício ao requerente;

c) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele encaminhados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

VIII - Do fornecimento de saibro, terra, macadame e serviços:

a) O requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo LXXIX) ser autuado na modalidade Protocolado;

b) o protocolado seguirá ao GAPRE que poderá juntar despacho ordenando providências ou de pronunciar desde logo no mérito, deferindo no todo ou em parte ou rindo o pedido, sempre de forma fundamentada e juntando cópia de ofício ao requerente;

c) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele encaminhados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.

IX - Do requerimento de cópia de normas municipais:

a) O requerente entregará no Protocolo Geral o requerimento (Anexo LXXX) para na modalidade Protocolado;

b) o protocolado seguirá ao GAPRE que poderá juntar despacho ordenando ou de pronunciar desde logo no mérito, deferindo no todo ou em parte ou o pedido, sempre de forma fundamentada e juntando cópia de ofício desta ao requerente;

c) o processo seguirá para o Protocolo que cumprirá os despachos a ele indicados e/ou fará o arquivamento, se for o caso.,

Parágrafo Único - Os modelos de formulários dos procedimentos deste artigo constam dos anexos LXXII a LXXX deste Decreto.

#### SEÇÃO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A não observância do disposto neste Decreto configura infração ao art. , inciso IV da Lei 2.303 de 17 de março de 1990, punida a primeira vez com pena de advertência e a segunda com a suspensão conforme art. 119 e 120 da mesma Lei.

Parágrafo Único - A ação ou omissão que contrarie o disposto neste decreto o servidor ou a autoridade a responsabilidade civil nos moldes do art. 116 da Lei de 17 de março de 1998.

Os expedientes administrativos poderão ser saneados por despacho da competente para suprir eventuais vícios ocorridos na tramitação do ou do processo administrativo.

Os procedimentos de vigilância sanitária e epidemiologia serão baixados Portaria da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social no prazo de 30 dias da edição decreto, devendo orientar-se em sua forma e conteúdo segundo as diretrizes do decreto.

Os casos omissos serão resolvidos por Portaria da Secretaria de Administração e Finanças.

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
26 de agosto de 1998.  
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO.

#### **DECRETO Nº 2.443 DE 20 DE AGOSTO DE 1998**

DECRETO Nº 2.443 DE 20 DE AGOSTO DE 1998  
APROVA ATOS E FORMULÁRIOS DE PODER DE POLÍCIA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; DECRETA:

Art. 1º Aprovar os seguintes atos constantes dos anexos I á VIII do presente Decreto:

I - Relatório Circunstanciado de Fiscalização de Posturas;

II - Termo de Vistoria;

III - Termo de Intimação;

IV - Auto de Infração e Termo de Intimação;

V - Auto de Cassação de Licença;

VI - Auto de Interdição e Suspensão de Atividade;

VII - Auto de Embargo.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
20 de Agosto de 1998.  
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

Os anexos encontram-se disponíveis, ainda, no Paço Municipal

#### **Decreto Nº 2.442 de 15 de Agosto de 1998**

DECRETO Nº 2.442 DE 15 DE AGOSTO DE 1998  
APROVA ATOS E FORMULÁRIOS DE PODER DE POLÍCIA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme art. 2º da lei 2.297 de 20 de fevereiro de 1998; DECRETA:

Art. 1º Este Decreto Foi Inutilizado

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
15 de Agosto de 1998.  
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 2.441 DE 15 DE AGOSTO DE 1998**

DECRETO Nº 2.441 DE 15 DE AGOSTO DE 1998

DISPÕE SOBRE O CONTROLE INTERNO DE PASSES ESCOLARES.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme art. 2º da lei 2.297 de 20 de fevereiro de 1998; DECRETA:

Art.1º) O controle interno dos passes a serem fornecidos aos estudantes conforme o art. 2º da lei 2.297 de 20 de fevereiro de 1998, será efetuado através do "Controle Mensal de Fornecimento de Passes Escolares", cujo modelo consta do Anexo I deste decreto.  
§ Único - O "Controle Mensal de Fornecimento de Passes" terá o registro nominal dos alunos beneficiados com o passe, os dias letivos do mês, o número de passes utilizados diariamente por aluno e as quantidades fornecidas a cada um.

Art.2º) O controle interno objeto deste decreto ficará a cargo da Divisão de Escola Itinerante e Merenda Escolar que remeterá cópia mensalmente à Divisão de Controle Fazendário que irá juntar tal cópia aos comprovantes mensais de despesa com os passes escolares.

Art.3º) Para se utilizar do benefício do passe escolar é obrigatório a cada embarque, a apresentação da identificação estudantil por parte do aluno.

§ Único - A identificação estudantil de que trata este artigo seguirá o modelo constante do Anexo II deste decreto.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
15 de Agosto de 1998.

Manuel Rodriguez Del Olmo  
Prefeito Municipal

Manolo Rodriguez Del Olmo  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos quinze dias do mês de agosto de 1998.

José Luis Silva  
Chefe de Gabinete

**ANEXO I**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO  
DIVISÃO DE ESCOLA ITINERANTE E MERENDA ESCOLAR

**"CONTROLE MENSAL DE FORNECIMENTO DE PASSES"**

MÊS: \_\_\_\_\_

Nº DE \_\_\_\_\_

DIAS LETIVOS: \_\_\_\_\_

FOLHA: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ .

NOME \_\_\_\_\_

LOCALIDADE \_\_\_\_\_

ESCOLA \_\_\_\_\_  
QUANTIDADE UTILIZADA. DIARIAMENTE \_\_\_\_\_

QUANTIDADE MÊS TOTAL  
Chefe de Divisão

**ANEXO II****"CONTROLE MENSAL DE FORNECIMENTO DE PASSES"**

CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO  
ESTUDANTIL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE (foto)

NOME: \_\_\_\_\_  
IDADE: \_\_\_\_\_  
ESCOLA: \_\_\_\_\_ SÉRIE: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO : \_\_\_\_\_

JAN _____	MAI _____	SET _____
FEV _____	JUN _____	OUT _____
MAR _____	JUL _____	NOV _____
ABR _____	AGO _____	DEZ _____

**DECRETO Nº 2.440 DE 11 DE AGOSTO DE 1998**

DECRETO Nº 2.440 DE 11 DE AGOSTO DE 1998.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal nº 2.345 de 11 de agosto de 1998; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito Especial no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), afim de suplementar o seguinte elemento de despesa criado na Dotação abaixo discriminada, no Orçamento Vigente:

0400 - Secretaria Municipal de Educação  
0402 - Divisão de Ensino Fundamental.  
08.42.188.2014 - Desenvolvimento do Ensino Fundam. e Valorização do Magistério  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....R\$ 7.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo anterior deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0400 - Secretaria Municipal de Educação  
0404 - Divisão de Ensino Itinerante.  
08.42.188.2016 - Manutenção das atividades da Escola Itinerante.  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3120.00 - Despesas de Consumo ..... R\$ 4.900,00  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 1.900,00  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....  
.....R\$ 200,00  
TOTAL: ..... R\$ 7.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
11 de agosto de 1998.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal  
MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 11 dias do mês de agosto de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

## **DECRETO Nº 8.620 DE 21 DE OUTUBRO DE 2014**

DECRETO Nº 8.620 DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

DISCIPLINA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS, REPASSE ATRAVÉS DE CONTRIBUIÇÕES E SUBVENÇÕES SOCIAIS, COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

CONSIDERANDO o disposto no inciso II, do artigo 30, da Constituição Federal do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO as disposições constantes no artigo 116, da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa N.TC-14/2012 para a organização da prestação de contas de recursos concedidos a qualquer título sobre o encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento;

CONSIDERANDO a necessidade em regulamentar as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município e na Lei Orçamentária Anual relacionadas à transferência voluntária de recursos públicos pelo Município de Campo Alegre/SC;

DECRETA:  
CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art.1º Este Decreto regulamenta a celebração de Convênios, repasse e recursos através de Contribuições e ou de Subvenções Sociais, a serem celebrados pelos órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, com pessoa jurídica sem fins lucrativos, para a execução de projetos, atividades ou realização de eventos de interesse público que envolvam a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas ao orçamento municipal provenientes de recursos próprios ou de outras fontes para o exercício de 2015.

§1º Para fins deste Decreto, considera-se:

- I - Convênios, Contribuições e Subvenções Sociais, instrumento que discipline a transferência de recursos públicos e tenha como concedente órgão da Administração Pública Municipal Direta e Indireta que gerenciem recursos do orçamento municipal, visando a execução de programas de trabalho, projeto, atividade ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação;
- II - Concedente: órgão da Administração Pública Municipal Direta que gerencie recursos públicos destinados à execução do objeto de Convênios, contribuições e subvenções sociais;
- III - Conveniente: Pessoa Jurídica com a qual a Administração Municipal pactue a execução de programas de trabalho, projetos, atividades ou eventos, mediante celebração de Convênios, contribuições e subvenções sociais;
- IV - Contribuições: repasses destinados à execução de despesas,

as quais não correspondam contraprestações diretas em bens e serviços, devendo sempre ser regulamentadas por lei especial anterior e destinadas a suprir serviços essenciais em outras áreas não amparadas pelas Subvenções Sociais. Permitem ser classificadas como Transferências Correntes em razão das suas atividades de caráter social ou Transferências de Capital cuja aplicação dependerá de menção na lei orçamentária ou lei especial anterior ao orçamento, conforme artigo 12, §§2º e 6º, da Lei Federal nº 4.320/1964. Destinam-se, principalmente, à realização de eventos pré-definidos por parte da Entidade recebedora dos recursos;

V - Subvenções Sociais: suplementações a recursos de origem privada aplicados na prestação de serviços essenciais de assistência social, médica, educacional e cultural;

VI - Termo Aditivo: instrumento que tem por objetivo a modificação de Convênio, acordo ou ajuste já celebrado, formalizado durante sua vigência, vedada a alteração da natureza do objeto aprovado;

VII - Plano de Trabalho: proposição apresentada pelo conveniente, que contém, obrigatoriamente, os dados relativos às ações de interesse público a serem executadas, em seus respectivos prazos e valores;

VIII - Prestação de Contas: relatório elaborado pelo conveniente, que contém todas as informações e comprovações legais dos gastos realizados em função da execução da(s) ação(ões) proposta(s) no respectivo Plano de Trabalho;

IX - Bens de Natureza Permanente: bens e direitos que possuam vida útil superior a 02 (dois) anos, não sendo, portanto, destinados a transformação direta em meios de pagamento;

XI - Material de Consumo: material destinado à manutenção das atividades da Entidade.

§2º A transferência de recursos está condicionada à previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei autorizativa, se for o caso; previsão orçamentária para celebração de Convênio, Contribuição ou Subvenção Social.

## **CAPÍTULO II DOS REQUISITOS PARA CELEBRAÇÃO**

Art.2º Os Convênios, Contribuições e Subvenções Sociais acordos ou ajustes serão propostos pelo interessado conveniente ao Controle Interno, mediante apresentação do Plano de Trabalho, conforme os Anexos I; II; VI e VII do presente Decreto.

Art.3º Fica atribuído ao Controle Interno deste Município, verificar a documentação exigida no artigo anterior deste Decreto, notificando as Entidades para apresentarem os respectivos documentos até a data de 25 (vinte e cinco) de Novembro de 2014.

§1º As Entidades que deixarem de apresentar a documentação, ou que apresentarem documentação em desacordo com seu Estatuto Social, com seu Regimento Interno ou com a Legislação aplicável à espécie, serão consideradas inabilitadas a perceber Recursos Públicos Municipais.

§2º O Controle Interno encaminhará à Secretaria Municipal de Finanças os Documentos elencados nos Anexos, que fazem parte integrante deste Decreto, após análise dos mesmos até a data de 17 de dezembro de 2014.

Art.4º A transferência voluntária de recursos públicos atenderá, pelo menos, uma das seguintes finalidades públicas:

- I - promoção da assistência social;
- II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das associações de pais e professores, conforme legislação pertinente ao assunto;
- IV - promoção gratuita à saúde, observada a legislação pertinente ao assunto;

V - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;  
VI - fomento, não lucrativo, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio e emprego;  
VII - incentivo e promoção, gratuita, do esporte;  
VIII - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e dos valores universais;  
IX - incentivo à agricultura familiar e aos meios de produção rural relacionados ao pequeno produtor, para evitar o êxodo rural;  
X - promoção do desenvolvimento econômico, social e combate à pobreza;  
XI - promoção do voluntariado;  
XII - promoção da segurança alimentar e nutricional;  
XIII - estudos, pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações, conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

§1º Caberá à ao Controle Interno a análise do interesse público, observado o disposto no caput deste artigo, e do preenchimento dos requisitos constitucionais, legais e regulamentares para celebração de Convênios, Contribuições e Subvenções Sociais, observado o disposto no §2º, do art. 1º, deste Decreto.

### CAPÍTULO III DA FORMALIZAÇÃO

Art.5º. Os instrumentos que formalizarem Convênios, Contribuições e Subvenções Sociais denominar-se-ão:

I - Termo de Convênio: utilizado para formalização de Convênios, que possuam previsão de repasses a serem executados de forma parcelada, ou valor unitário elevado;

II - Termo para formalização de Convênios, Contribuições e Subvenções Sociais que possuam previsão de repasses a serem executados de forma unitária e pequeno valor.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá realizar repasses financeiros, para o atendimento de despesas cujo impacto orçamentário-financeiro, num exercício, não exceda o valor, para bens e serviços, dos limites fixados para dispensa de licitação, prevista nos incisos I e II, do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93.

Art.6º. Os Termos de Convênio conterão, expressa e obrigatoriamente, cláusulas estabelecendo:

I - o objeto e seus elementos característicos com descrição detalhada, objetiva, clara e precisa do que se pretende realizar ou obter, em consonância com o Plano de Trabalho, que integrará o Termo de Convênio, independentemente de transcrição, bem como o montante total e o valor das parcelas a serem repassadas;  
II - a obrigação de cada um dos partícipes, inclusive a contrapartida;  
III - a vigência, que deve ser fixada de acordo com o prazo previsto para a execução do objeto expresso no Plano de Trabalho, acrescido de prazo para a apresentação da prestação de contas única ou final;

IV - a obrigação do concedente de prorrogar, de ofício, a vigência do Convênio quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;

V - a prerrogativa do Município, exercida pelo órgão ou Entidade responsável pelo programa, de conservar a autoridade normativa e exercer controle e fiscalização sobre a execução, bem como de assumir ou transferir a responsabilidade pelo mesmo, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade do serviço;

VI - a classificação funcional programática e econômica da despesa;

VII - a liberação de recursos, obedecendo ao cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho apresentado pelo conveniente;

VIII - a obrigatoriedade do conveniente de apresentar relatórios de execução físico-financeira e prestar contas dos recursos recebidos, na forma prevista neste Decreto;

IX - a definição do direito de propriedade dos bens remanescentes na data da conclusão ou extinção do instrumento, e que, em razão deste, tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos, respeitando o disposto na legislação pertinente;  
X - a faculdade aos partícipes para denunciá-lo ou rescindi-lo, a qualquer tempo, imputando-se-lhes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenham vigido;

XI - a obrigatoriedade de restituição de eventual saldo de recursos provenientes do instrumento ajustado, inclusive os rendimentos da aplicação financeira, ao concedente, na data de sua conclusão ou extinção;

XII - o compromisso do conveniente de restituir ao concedente o valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com o concedente, nos seguintes casos:

a) quando não for executado o objeto da avença;

b) quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas parcial ou final;

c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no Convênio;

XIII - o compromisso do conveniente de recolher à conta do concedente o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação;

XIV - a indicação, quando for o caso, de cada parcela da despesa relativa à parte a ser executada em exercícios futuros, com a declaração de que serão indicados em Termos Aditivos os créditos e empenhos ou nota de movimentação de crédito para sua cobertura;

XV - a indicação de que os recursos para atender às despesas em exercícios futuros, no caso de investimento, estão consignados no plano plurianual ou em prévia lei que o autorize e fixe o montante das dotações que, anualmente, constarão do orçamento, durante o prazo de sua execução;

XVI - as obrigações do interveniente, caso este exista;

XVII - o compromisso do conveniente de movimentar os recursos em conta bancária em banco oficial, específica e destinada exclusivamente, à movimentação dos recursos recebidos;

XVIII - a indicação do foro para dirimir dúvidas decorrentes de sua execução.

Art.7º Os Termos de Convênio para Repasses obedecerão, preferencialmente, a numeração sequencial preestabelecida.

§1º Somente poderão ser formalizados Termos de Convênio que tenham por objeto a execução de projetos ou a realização de eventos correspondentes a Lei específica em vigor.

§2º Subscreverão, obrigatoriamente, os Termos de Convênio o concedente, o conveniente, 02 (duas) testemunhas, devendo constar nome completo e a inscrição no CPF/MF destas, e o interveniente, caso este último exista.

### CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO

Art.8º Os Termos de Convênio, Contribuições e Subvenções Sociais, bem como os respectivos Planos de Trabalho somente poderão ser alterados com as devidas justificativas, mediante proposta de alteração a ser apresentada pelo conveniente ao concedente, e desde que aceitas pelo ordenador da despesa.

§1º É vedado o aditamento de Convênio com o intuito de alterar o seu objeto, entendido como tal a modificação, ainda que parcial, da finalidade definida no correspondente Plano de Trabalho, configurando mudança do objeto (lato sensu), mesmo que não haja alteração da classificação econômica da despesa.

§2º Excepcionalmente, quando se tratar apenas de alteração da programação de execução do Convênio, admitir-se-á ao órgão ou Entidade executora propor a reformulação do Plano de Trabalho, que será previamente apreciada pelo órgão de Controle Interno

e submetida à aprovação da autoridade competente do órgão ou Entidade concedente.

## CAPÍTULO V DA PUBLICAÇÃO

Art.9º. A eficácia dos Convênios e de seus aditivos, qualquer que sejam seus respectivos valores, fica condicionada à publicação, contendo os seguintes elementos:

I - espécie e valor do instrumento;

II - denominação, domicílio e inscrição no CNPJ/MF, bem como nome e inscrição no CPF/MF dos signatários no caso de pessoas jurídicas; para as pessoas naturais apenas o nome e a inscrição no CPF/MF;

III - resumo do objeto;

IV - crédito pelo qual será executada a despesa;

V - valor a ser transferido ou descentralizado no exercício em curso e, se for o caso, o previsto para exercícios subsequentes, bem como o da contrapartida que o conveniente se obriga a aplicar;

VI - prazo de vigência e data da assinatura;

## CAPÍTULO VI DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Art.10. A liberação de recursos financeiros, em decorrência de Convênio, Contribuição e Subvenção Social, obedecerá as seguintes condições:

I - apresentação de fotografia da placa de divulgação referente ao recurso recebido, cujo modelo será definido pela Secretaria Municipal de Finanças, e é de responsabilidade do conveniente, podendo o Controle Interno do Município dispensar o conveniente da apresentação do requisito mencionado, verificados critérios individuais de viabilidade em relação ao cumprimento da exigência;

II - se o concedente for órgão da Administração Municipal Direta a liberação e a remessa dos recursos será feita pelo órgão setorial de programação financeira (Tesouraria), devidamente autorizada pelo órgão gestor dos recursos concedidos;

III - os recursos serão mantidos em conta bancária específica, somente sendo permitidos saques para o pagamento de despesas ou investimentos previstos no Plano de Trabalho, mediante cheque nominativo cruzado com cópias ou transferência eletrônica de numerário, individualizados por credor ou para aplicação no mercado financeiro;

IV - a conta bancária vinculada deverá ser identificada com o nome da unidade conveniente recebedora dos recursos, acrescido da expressão Contribuição, Subvenção Social, e do nome da unidade concedente;

V - os recursos concedidos e transferidos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança se a previsão de seu uso for superior a um mês;

VI - os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente aplicados no objeto de Convênios, Contribuições e Subvenções Sociais, estando sujeitos as mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos;

VII - as receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida, devida pelo conveniente;

VIII - a transferência de recursos financeiros destinados ao cumprimento do objeto do Convênio obedecerá ao Plano de Trabalho previamente aprovado, tendo por base o cronograma de desembolso, cuja elaboração terá como parâmetro para a definição das parcelas o detalhamento da execução física do objeto;

IX - quando a liberação dos recursos ocorrer em parcela única, a apresentação da respectiva Prestação de Contas deverá ocorrer em até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento dos recursos por parte do conveniente, dispondo este último de 30 (trinta) dias para a aplicação do montante recebido;

X - quando a liberação dos recursos ocorrer em 02 (duas) ou mais

parcelas mensais e consecutivas, a terceira ficará condicionada à apresentação de prestação de contas referente à primeira parcela liberada, e assim sucessivamente. Após o recebimento da última parcela, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, deverá o conveniente apresentar prestação de contas final, dispondo este do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento de cada parcela, para aplicação dos respectivos montantes;

XI - a liberação das parcelas do Convênio será suspensa até a correção das impropriedades ocorridas, nos casos a seguir especificados:

a) quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela Entidade ou órgão concedente e/ou pelo órgão competente do Sistema de Controle Interno da Administração Pública Municipal;

b) quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do recurso recebido;

c) quando for descumprida, pelo conveniente ou executor, qualquer cláusula ou condição dos Convênios, Contribuições e Subvenções Sociais ou deste Decreto;

XII - a liberação das parcelas serão encerradas na hipótese de sua rescisão;

XIII - quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção dos Convênios, contribuições e subvenções sociais, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas em aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao órgão ou Entidade concedente, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou Entidade concedente.

## CAPÍTULO VII DA EXECUÇÃO

Art.11. Os Convênios, Contribuições e Subvenções Sociais deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Art.12. A função gerencial fiscalizadora será exercida pelo concedente dos recursos, ficando assegurado aos seus agentes qualificados o poder discricionário de reorientar ações e de analisar as justificativas com relação às eventuais disfunções havidas na execução, sem prejuízo da ação do Controle Interno.

Art.13. O conveniente deverá, na execução das despesas com os recursos recebidos em transferência, realizar pesquisa de mercado, representada ao menos por 03 (três) orçamentos, contendo as mesmas características em relação a especificação do produto ou serviço adquirido.

Art.14. Não estarão sujeitos a apresentação dos orçamentos os gastos referentes a folhas de pagamento, aos respectivos encargos sociais, a despesas com energia elétrica, comunicação telefônica convencional, fornecimento de água potável e outros gastos cuja respectiva natureza impossibilite a pesquisa de mercado.

## CAPÍTULO VIII DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SEÇÃO I DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art.15. A prestação de contas final é aquela pertinente a única parcela recebida ou a última das parcelas de recursos liberados e deverá ser apresentada pelo conveniente no prazo previsto, composta da documentação especificada nos Anexo III do presente Decreto.



Parágrafo único. Nos casos omissos, o prazo para a prestação de contas final será de 60 (sessenta) dias, contados da data de recebimento do repasse ou parcela, dispondo o conveniente de 30 (trinta) dias para aplicação dos respectivos recursos recebidos.

Art.16. O conveniente, na forma estabelecida neste Decreto, ficará sujeito a apresentar Prestação de Contas dos recursos recebidos, que será constituída de relatório de cumprimento do objeto, acompanhada dos documentos do Anexo IV e V deste Decreto.

Art.17. As despesas serão comprovadas mediante documentos fiscais originais ou equivalentes, devendo as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios serem emitidos em nome do conveniente ou executor, se for o caso, devidamente identificados com referência ao título do Convênio, Contribuição e Subvenção Social.

Art.18. A partir da data do recebimento da prestação de contas parcial ou final, caberá ao Serviço de Contabilidade e ao Controle Interno do concedente, com base no disposto neste Decreto, pronunciar-se sobre a aprovação ou não da prestação de contas apresentada.

§1º A prestação de contas parcial, única ou final, será analisada, inicialmente, pelo Serviço de Contabilidade da Secretaria Municipal de Finanças do concedente, que deverá emitir prévio parecer no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento do processo, e encaminhá-lo ao Controle Interno do Município.

§2º Posteriormente, a prestação de contas, será analisada e avaliada pelo Controle Interno do Município, a qual emitirá parecer conclusivo, podendo valer-se de laudos de vistoria ou de informações obtidas junto a técnicos ou autoridades públicas do local de execução do Convênio, contribuição e subvenção social quanto à correta e regular aplicação dos recursos.

§3º Não recebida a prestação de contas parcial, única ou final, nos prazos regulamentares ou ajustados, o ordenador de despesa do órgão ou Entidade concedente lançará o conveniente como inadimplente, no sentido de evitar nova concessão de parcela ou valor, sujeitando ainda o conveniente a sanções previstas em Lei.

§4º Aprovada a prestação de contas, o ordenador de despesa do órgão ou Entidade concedente, após a tramitação interna e recomendação do Controle Interno do Município, enviará o processo ao órgão financeiro do órgão concedente com documento de encaminhamento, para baixa no Sistema Compensado e arquivamento.

§5º O responsável pela aplicação de dinheiro público terá de justificar seu bom e regular emprego, na conformidade das leis, regulamentos e normas emanadas das autoridades administrativas competentes.

§6º Serão consideradas como irregulares as prestações de contas que, entre outras situações possíveis:

I - forem apresentadas fora do prazo regulamentar;

II - não possuírem documentação completa;

III - quando a documentação apresentada não oferecer condições à comprovação da boa e regular aplicação do dinheiro público.

§7º Os eventuais saldos financeiros não aplicados pelo conveniente, referentes a qualquer das parcelas, ou Convênios, Contribuições e Subvenções Sociais de repasse único, deverão ser restituídos ao erário público, juntamente com a respectiva prestação de contas parcial ou final, não admitidas compensações financeiras mesmo na hipótese de comprovações de montante superior ao valor efetivamente repassado, casos em que excesso será considerado como aplicação de recursos próprios do conveniente ao objeto, independentemente da existência de contrapartida.

Art.19. Compete a Secretaria Municipal de Finanças através do Serviço de Contabilidade, a que pertencer o crédito, sob pena de responsabilidade solidária, ao tomar conhecimento de indícios de irregularidades na realização de despesas, determinar as providências indispensáveis à avaliação, caso a caso, com instauração de processo administrativo, visando a apuração dos fatos, a quantificação do dano, bem como a identificação dos responsáveis nas esferas administrativa, cível e criminal, conforme o caso.

§1º Onde haja fundado indício de prática de atos visando obtenção de vantagem indevida, com participação do particular beneficiado,

o pagamento de despesas realizadas sujeita-se à demonstração de inexistência de dano ao erário, porque incabível à Administração suportar os prejuízos, ante a indisponibilidade do interesse público.

§2º Quando comprovada prática de atos ilegais visando obtenção de vantagem indevida, os pagamentos devem ser suspensos pela Administração, e, ao particular que se considerar prejudicado pela ausência de pagamento do montante que alega devido, estão disponíveis os mecanismos judiciais para obter indenização.

§3º Constatada(s) irregularidade(s) ou inadimplência(s) na apresentação da prestação de contas parcial, única ou final, o ordenador de despesas, no resguardo do interesse público e da correta aplicação dos recursos públicos, suspenderá, imediatamente, a liberação de recursos, e notificará o conveniente dando-lhe o prazo máximo de 30 (trinta) dias para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§4º Decorrido o prazo da notificação sem que a irregularidade tenha sido sanada ou adimplida a obrigação, a Secretaria Municipal de Finanças através do Serviço de Contabilidade a que pertencer o crédito deverá instaurar o competente processo administrativo ou sindicância, por Portaria.

§5º A Secretaria Municipal de Finanças através do Serviço de Contabilidade a que pertencer o crédito deverá encaminhar o processo administrativo ao Controle Interno do Município e à Assessoria Jurídica para promoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis.

§6º O resultado de cada processo administrativo, acompanhado, quando for o caso, da comprovação das providências adotadas para o resguardo do erário e a punição dos responsáveis, administrativa, cível e criminalmente, será submetido ao Tribunal de Contas e legislação municipal vigente.

§7º Responderão pelos prejuízos que causarem à Fazenda Pública os destinatários dos recursos concedidos, e, em caso de dolo ou culpa, a Secretaria Municipal de Finanças através do Serviço de Contabilidade.

## SEÇÃO II

### DOS COMPROVANTES DE DESPESA

Art.20. Para efeitos legais e de registros contábeis, o comprovante regular da despesa deve ser o documento que, por imposição de leis e regulamentos, é destinado ao credor.

Art.21. Constituem-se comprovantes regulares da despesa a nota fiscal, recibo, folha de pagamento, roteiro de viagem, ordem de tráfego, bilhete de passagem, guia de recolhimento de encargos sociais e tributos, entre outros, que deverão ser fornecidos pelo vendedor, prestador de serviço, empreiteiro e outros.

Parágrafo único. Os comprovantes de despesa deverão apresentar-se preenchidos com clareza e sem rasuras que possam comprometer a sua credibilidade.

Art.22. Na nota fiscal, para fins de comprovação de despesa, deverá constar:

I - a data de emissão, o nome e o endereço do conveniente;

II - a discriminação precisa do objeto da despesa, quantidade; marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação;

III - os valores, unitário e total, das mercadorias, e o valor total da operação;

IV - a certificação de que o material ou serviço constante no documento fiscal foi recebido, prestado e aceito. Esta certificação será assinada pelo gestor conveniente;

V - respectivas duplicatas quitadas ou recibos oficiais que comprovem o efetivo pagamento da nota fiscal.

Parágrafo único. As notas fiscais relativas a combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos conterão, ainda, a identificação do veículo, constando, para tanto, a placa e a quilometragem registrada no hodômetro, adotando-se procedimento análogo nas despesas em que seja possível aplicar controle semelhante.

Art.23. As Entidades receptoras dos recursos deverão exigir de

seus respectivos fornecedores as notas fiscais de venda ou de prestação de serviços, sempre que estes documentos forem de emissão obrigatória.

Art.24. Os comprovantes relativos a prestação de serviços realizados por profissionais autônomos somente serão aceitos quando emitidos através de nota fiscal avulsa de prestação de serviços, recolhidos os encargos correspondentes.

#### CAPÍTULO IX DAS VEDAÇÕES

Art.25. É vedado celebrar Convênios, Contribuições e Subvenções Sociais, sob qualquer modalidade, para qualquer órgão ou Entidade de direito público ou privado que esteja em mora, inadimplente ou não esteja em situação de regularidade perante os órgãos da União, do Estado de Santa Catarina e Município de Campo Alegre/SC.

Art.26. Fica vedada a inclusão, tolerância ou admissão, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente, de cláusulas ou condições que prevejam ou permitam:

I - pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou Entidade pública da Administração Direta ou Indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica;

II - utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no respectivo instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos;

V - realização de despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive referente a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, admitidas e consideradas como legais as despesas normais com manutenção da conta corrente destinada, exclusivamente, à movimentação dos recursos provenientes.

VI - a assinatura de termo aditivo com alteração do objeto, conforme estabelece o §1º, do artigo 9º, deste Decreto;

VII - a alteração de metas constantes do Plano de Trabalho sem a anuência do concedente.

#### CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.27. A inobservância das disposições deste Decreto constitui omissão de dever funcional e será punida na forma prevista em Lei.

Art.28. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
21 de outubro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 21/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### ANEXO I

##### DOCUMENTOS QUE DEVEM INTEGRAR O PLANO DE TRABALHO

I	Ofício solicitação ao Prefeito;
II	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
III	Comprovante de endereço da Entidade e do seu representante legal;
IV	Cópia autenticada do RG e do CPF/MF do presidente da Entidade ou do ocupante de cargo equivalente;
V	Cópia do estatuto e de suas alterações, devidamente registrados no cartório competente;
VI	Cópia autenticada da ata da última assembleia que elegeu o corpo dirigente da Entidade, registrada no cartório competente;
VII	Cópia do alvará de funcionamento fornecido pelo Serviço de Tributação do Poder Executivo "Prefeitura Municipal";
VIII	Atestado de funcionamento fornecido pelo respectivo Conselho vinculado;
IX	Comprovante de abertura de conta corrente vinculada ao projeto;
X	Cópia da Lei de utilidade pública;
XI	Certidão Negativa de Débitos - CND ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa - CPD-EN emitido pela Previdência Social;
XII	Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF;
XIII	Certidão Negativa de Débitos Estaduais, obtida no sítio eletrônico <a href="http://www.sef.sc.gov.br">http://www.sef.sc.gov.br</a> quando o concedente for o Estado;
XIV	Certidão Negativa de débitos municipais;
XV	Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;
XVI	Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do art. 29, inciso V, da Lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos.

#### ANEXO II

##### INFORMAÇÕES QUE DEVEM SER INSERIDAS NO PLANO DE TRABALHO

I	Identificação e credenciais do proponente, objetivos sociais da Entidade, com informações relativas à capacidade técnica e operacional para a execução do objeto;
II	Descrição do título, do objeto e da finalidade do projeto, de modo a permitir a identificação precisa do que se pretende realizar ou obter;
III	Justificativa contendo a caracterização do interesse público do objeto, evidenciando os benefícios econômicos e sociais a serem obtidos;
IV	Especificação de todas as demais fontes de recursos que irão financiar o objeto, com os valores estimados, se for o caso;
V	Plano de aplicação com orçamento detalhado dos bens e serviços a serem adquiridos ou contratados;
VI	Cronograma físico de execução;
VII	Cronograma financeiro de desembolso;
VIII	Especificação completa dos bens a serem produzidos ou adquiridos, bem como dos serviços a serem contratados, discriminando o custo de sua aquisição no mercado.

#### ANEXO III

##### DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS

I	Processo de concessão dos recursos;
II	Balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da Entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
III	Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

IV	Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
V	Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
VI	Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
VII	Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
VIII	Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
IX	Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
X	Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
XI	Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução.1
XII	O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha

#### ANEXO IV CONTEÚDO MÍNIMO DOS TERMOS DE AJUSTES FIRMADOS

I	Objeto e finalidade;
II	Obrigações dos partícipes e dos intervenientes, se houver;
III	Valor total a ser transferido, com a indicação da fonte de recursos, detalhando o valor das parcelas do exercício em curso e as previstas para exercícios futuros;
IV	Valor da contrapartida, quando houver, e a forma de sua aferição, quando prestada por meio de bens e serviços economicamente mensuráveis;
V	Classificação da despesa e o número do empenho;
VI	Informação de que os recursos para atender às despesas em exercícios futuros, no caso de investimento, estão consignados no Plano Plurianual ou previstos em lei que autorize as despesas;
VII	Forma pela qual a execução física do objeto será acompanhada pelo concedente;
VIII	Prerrogativa do concedente de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;
IX	Obrigações do conveniente de identificar os bens permanentes adquiridos;
X	Compromisso de o conveniente movimentar os recursos na conta bancária única e específica do Convênio;
XI	Proibição do conveniente repassar os recursos recebidos para outros órgãos ou Entidades congêneres ou não, salvo expressa autorização na legislação própria do concedente;

XII	Sujeição da aquisição de bens e serviços à legislação sobre licitações e contratos públicos;
XIII	Obrigações do conveniente prestar contas dos recursos recebidos e da contrapartida, se houver;
XIV	Hipóteses de rescisão;
XV	Direito de propriedade dos bens remanescentes na data da conclusão, rescisão ou extinção do Convênio, se houver;
XVI	Consideram-se bens remanescentes os equipamentos e materiais permanentes adquiridos, produzidos, ou transformados com recursos do Convênio, necessários à execução do objeto, mas que a esse não se incorporam.

#### ANEXO V DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES QUE DEVEM COMPOR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS AJUSTES FIRMADOS ENTRE ENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

I	Processo de concessão;
II	Cópia dos comprovantes das despesas realizadas;
III	Extrato da conta corrente e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
IV	Contratos, se houver;
V	Cópia das ordens bancárias, das transferências eletrônicas ou dos cheques emitidos;
VI	Demonstrativo detalhado das horas técnicas efetivamente realizadas nas contratações de serviços, especialmente os de assessoria e assistência, de consultoria, de capacitação e promoção de seminários e congêneres, indicando o profissional, sua qualificação, a data, o número de horas trabalhadas e o valor;
VII	Relatório de cumprimento do objeto/finalidade;
VIII	Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, se houver e indicação de sua localização;
IX	Relação dos serviços prestados, se houver;
X	Relação dos treinados ou capacitados, se houver;
XI	Relação com o nome, número do CPF/MF, endereço e telefone dos beneficiados, em caso de doação;
XII	Fotografias dos bens permanentes adquiridos e das obras executadas, se houver;
XIII	Comprovante de devolução dos bens remanescentes, conforme previsto no Termo de Convênio, se for o caso;
XIV	Manifestação do controle interno do conveniente quanto à regular aplicação dos recursos no objeto do Convênio; e
XV	Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver.

#### ANEXO VI FICHA CADASTRAL DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

Entidade recebedora: \_\_\_\_\_  
 E-mail: \_\_\_\_\_  
 CNPJ/MF: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 Ponto de referência: \_\_\_\_\_  
 CEP: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_  
 Cidade: \_\_\_\_\_  
 Estado: \_\_\_\_\_  
 Telefone para contato: ( ) \_\_\_\_\_

Presidente da Entidade: \_\_\_\_\_  
 E-mail: \_\_\_\_\_  
 CPF/MF nº: \_\_\_\_\_  
 Identidade nº: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Órgão Expedidor: \_\_\_\_\_  
 Endereço residencial: \_\_\_\_\_ Nº: \_\_\_\_\_ Ponto  
 de referência: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
 Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_  
 Telefone para contato: ( ) \_\_\_\_\_

Endereço profissional: \_\_\_\_\_  
 nº: \_\_\_\_\_  
 CEP: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_  
 Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_  
 Telefone para contato: ( ) \_\_\_\_\_

Campo Alegre/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

Assinatura do Presidente

#### ANEXO VII

#### PLANO DE TRABALHO

Identificação e credenciais do proponente, objetivos sociais da Entidade, com informações relativas à capacidade técnica e operacional para a execução do objeto:

Descrição do título, do objeto e da finalidade do projeto, de modo a permitir a identificação precisa do que se pretende realizar ou obter.

Justificativa contendo a caracterização do interesse público do objeto, evidenciando os benefícios econômicos e sociais a serem obtidos.

Especificação de todas as demais fontes de recursos que irão financiar o objeto, com os valores estimados, se for o caso.

Plano de aplicação com orçamento detalhado dos bens e serviços a serem adquiridos ou contratados.

Cronograma físico de execução:

Cronograma financeiro de desembolso:

Especificação completa dos bens a serem produzidos ou adquiridos, bem como dos serviços a serem contratados, discriminando o custo de sua aquisição no mercado.

1ª via - Processo de solicitação - 2ª via - arquivo da entidade para controle do projeto.

Campo Alegre/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

Assinatura do Presidente

#### ANEXO VIII

#### DECLARAÇÃO

Na qualidade de representantes legais do( a) \_\_\_\_\_  
 estabelecida a Rua \_\_\_\_\_  
 nº \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Município: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_/SC,

Inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_  
 Declaro para os devidos fins que nos comprometemos em receber, aplicar e prestar contas dos recursos que nos forem concedidos

pelo Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC, na forma de Convênio/Contribuição/Subvenção Social no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento, mas nunca excedendo o último dia do exercício.

Para maior clareza, firmamos a presente declaração.

Campo Alegre/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2014.

Presidente: \_\_\_\_\_  
 Assinatura com firma reconhecida

RG nº: \_\_\_\_\_ CPF/MF nº: \_\_\_\_\_

Tesoureiro: \_\_\_\_\_  
 Assinatura com firma reconhecida

RG nº: \_\_\_\_\_ CPF/MF nº: \_\_\_\_\_

#### DECRETO Nº 2.439 DE 07 DE AGOSTO DE 1998

DECRETO Nº 2.439 DE 07 DE AGOSTO DE 1998.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.283 de 16 de dezembro de 1997, em seu Artigo 4º, Inciso III, Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), para reforçar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão de Pessoal

03.07.021.2003 - Divisão Pessoal

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3200.00 - Transferências Correntes

3210.00 - Transferências Intragovernamentais

3214.00 - Contribuição a Fundos ..... R\$ 8.500,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de apoio Administrativo

08.42.188.2008 - Gestão Administrativa da Educação

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....  
 . R\$ 4.000,00

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

08.42.188.2014 - Desenvolvimento Ensino Fundamental Valorização Magistério

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....  
 . R\$ 30.000,00

0700 - Secretaria Municipal Planejamento

0701 - Urba. Obras Transportes Serviços Públicos

10.60.325.2026 - Gestão Administrativa do órgão

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....  
 R\$ 4.000,00

TOTAL ..... R\$ 46.500,00



Art.2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado Recursos provenientes da Anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0301 - Divisão Pessoal  
 03.07.021.2003 - Divisão de Pessoal  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 8.500,00  
 0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0401 - Divisão de Apoio Administrativo  
 08.42.188.2008 - Gestão Administrativa da Educação.  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3253.00 - Salário Família ..... R\$ 4.000,00  
 0402 - Divisão Ensino Fundamental  
 08.42.188.2014 - Desenvolvimento Ensino Fundamental Valorização Magistério.  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 15.000,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3220.00 - Transferências Intragovernamentais  
 3224.00 - Transferências a Instituições Privadas ..... R\$ 15.000,00  
 0700 - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano Obras Transp. Serv. Públicos  
 0701 - Departamento de Planejamento Urbano e Obras  
 10.60.325.2026 - Gestão Administrativa do Órgão  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material Consumo . R\$ 4.000,00  
 TOTAL ..... R\$ 46.500,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 07 de agosto de 1998.  
 DR. MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 07 dias do mês de agosto de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.438 DE 14 DE JULHO DE 1998**  
 DECRETO Nº 2.438 DE 14 DE JULHO DE 1998.  
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.283 de 16 de dezembro de 1997, em seu Artigo 4º, Inciso III, Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.500,00 (três

mil e quinhentos reais), para reforçar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0401 - Divisão de Apoio Administrativo  
 08.42.188.2008 - Gestão Administrativa da Educação  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 3.500,00

Art.2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado Recursos provenientes da Anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0401 - Divisão de Apoio Administrativo  
 08.42.188.2008 - Gestão Administrativa da Educação  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração Serviços Pessoais ....R\$ 3.500,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 14 de julho de 1998.  
 DR. MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 14 dias do mês de julho de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete

**Decreto Nº 2.437 de 14 de Julho de 1998**

DECRETO Nº 2.437 DE 14 DE JULHO DE 1998  
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.340 de 14 de julho de 1998; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 92.080,00 (noventa e dois mil e oitenta reais) afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0200 - Gabinete do Prefeito  
 0201 - Chefia de Gabinete  
 03.07.020.2002 - Coordenação do Gabinete do Prefeito  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 29.000,00  
 0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0301 - Divisão de Pessoal  
 03.07.021.2003 - Divisão de Pessoal  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 28.000,00  
 0303 - Divisão de Controle Fazendário  
 03.08.030.2006 - Manutenção das atividades das Finanças

3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível .....R\$ 7.000,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoal  
 3251.00 - Inativos ..... R\$ 280,00  
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
 0501 - Divisão de Assistência Social  
 13.75.428.2018 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 17.000,00  
 0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
 06.03 - Departamento de Turismo  
 11.65.363.2025 - Incentivo ao Turismo  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 3.000,00  
 0700 - Secret. Munic. de Planej. Urbano, Obras Transp. e Serv. Públicos  
 0701 - Departamento de Planejamento Urbano e Obras  
 10.60.325.2026 - Gestão Administrativa do Órgão  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3251.00 - Inativos ..... R\$ 7.800,00  
 TOTAL ..... R\$ 92.080,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá, por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0301 - Divisão Pessoal  
 03.07.021.2003 - Divisão Pessoal  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 22.000,00  
 0303 - Divisão de Controle Fazendário  
 03.08.030.2006 - Manutenção das atividades das Finanças  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 25.000,00  
 0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0403 - Divisão de Ensino Infantil  
 08.41.185.2015 - Manutenção das atividades do Ensino Infantil  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ... R\$ 8.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 10.000,00  
 0700 - Secret. Munic. Planej. Urbano, Obras, Transp. Serv. Públicos  
 0702 - Departamento de Transporte  
 16.88.534.2028 - Conservação Estradas do Interior  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo .. R\$ 5.000,00  
 16.88.020.2029 - Reforma e Manutenção do Maquinário  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ... R\$ 22.080,00  
 TOTAL ..... R\$ 92.080,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 14 de julho de 1998.  
 DR. MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 14 dias do mês de julho de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 2.436 DE 14 DE JULHO DE 1998

DECRETO Nº 2.436 DE 14 DE JULHO DE 1998  
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.342 de 14 de julho de 1998; Decreta:  
 Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0100 - Câmara Municipal de Vereadores  
 0101 - Câmara Municipal de Vereadores  
 01.01.001.2001 - Manutenção de Atividades Legislativas  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 800,00  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 1.500,00  
 TOTAL ..... R\$ 2.300,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá, por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0100 - Câmara Municipal de Vereadores  
 0101 - Câmara Municipal de Vereadores  
 01.01.001.2001 - Manutenção de Atividades Legislativas  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiro e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 2.300,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 14 de julho de 1998.  
 DR. MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 14 dias do mês julho de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete

**Decreto Nº 2.435 de 02 de Julho de 1998**

DECRETO Nº 2.435 DE 02 DE JULHO DE 1998

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.336 de 02 de julho de 1998; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais) afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão de Pessoal

13.07.021.2003 -Divisão de Pessoal

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3214.00 - Contribuições a Fundos . R\$ 20.000,00

0700 - Secretaria Munic. Planej. Urbano Obras Transp. Serviços Públicos

0701 - Departamento Planejamento e Obras

10.60.325.2027 - Conservação de Logradouros Públicos

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 19.000,00

TOTAL .....R\$ 39.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º deste Decreto, correrá por conta de excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
02 de julho de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 02 dias do mês de julho de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

**Decreto Nº 2.434 de 02 de Julho de 1998**

DECRETO Nº 2.434 DE 02 DE JULHO DE 1998

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.337 de 02 de julho de 1998; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

07.00 - Secretaria Munic. Planej. Urbano, Obras Transp. Serviços Públicos

07.01 - Departamento Planejamento e Obras

16.88.534.1006 - Construções de Pontes

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 50.000,00

TOTAL .....R\$ 50.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º deste Decreto, correrá por conta de excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
02 de julho de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 02 dias do mês de julho de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

**Decreto Nº 2.433 de 23 de Junho de 1998**

DECRETO Nº 2.433 DE 23 DE JUNHO DE 1998.

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 2.278 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1997.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial o Artigo 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal promulgada em 05 de abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Regulamenta a Política Municipal de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, sobre o que dispõe a Lei Municipal nº 2.278 de 02 de dezembro de 1997.

Art.2º) Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente expedir normas para a organização e funcionamento dos serviços criados nos termos:

- Fica criado no Município o serviço Especial de Providência e Atendimento Médico e Psicossocial às Vítimas de Negligências, Maus Tratos, Exploração, Abuso, Crueldade e Opressão;

- Também fica criado pela municipalidade o serviço de Identificação e Localização de Pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos.

Art.3º) Formular a política municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando prioridade para a realização das ações, a captação e a aplicação de recursos.

Art.4º) Empossar os membros do Conselho Tutelar, conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo regulamento, e declarar vago o posto por perda de mandato, nas hipóteses previstas em lei, devendo em qualquer destes caso informar ao Poder Executivo Municipal.

Art.5º) O Conselho Tutelar exercerá suas atividades ininterruptamente todos os dias do ano, 24 horas ao dia .

- Parágrafo Único - Os membros do Conselho Tutelar trabalharão em sistema rotativo de plantão residencial ou na sede que será disponibilizada pelo executivo municipal.

Art.6º) Caberá ao CMDCA baixar normas para realização do exame seletivo público, prazos e formas para impugnação, dia e hora do exame seletivo, posse dos aprovados e solicitação da fiscalização do Ministério Público quanto ao processo de escolha.

Art.7º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
23 de junho de 1998.  
MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Lei na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 23 dias do mês de junho de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº 2.432 DE 23 DE JUNHO DE 1998**

DECRETO Nº 2.432 DE 23 DE JUNHO DE 1998.  
REVOGA O DECRETO Nº 1.716 DE 23 DE AGOSTO DE 1994.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial ao Artigo 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal promulgada em 05 de abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Revogar todas as disposições do Decreto 1.716 de 23 de agosto de 1994.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
23 de junho de 1998.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 23 dias do mês de junho de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº 2.431 de 23 de Junho de 1998**

Decreto nº 2.431 de 23 de junho de 1998  
APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

Art.1º) Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, constante do anexo único deste

Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 1.724 de 06 de setembro de 1994.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
23 de junho de 1998.  
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 23 dias do mês de junho de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 2.431 de 23 de junho de 1998)

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, que dispõe sobre atribuições dos Conselheiros, da Diretoria e das Comissões Internas, bem como as demais normas de Funcionamento do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

### **CAPÍTULO I DAS CONSTITUIÇÕES E DENOMINAÇÃO**

Art.1º) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, dispõe sobre a política Municipal de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, foi instituído pela Lei Municipal nº 1.399/90 de 12 de dezembro de 1990 com alterações das Leis Municipais nº 1.803/93 de 08 de setembro de 1993, nº 2.089/95 de 03 de julho de 1995 e 2.278 de 02 de Dezembro de 1997, e regulamentado pelo Decreto nº 2.433 de 23 de junho de 1998, e instalado como órgão normativo consultivo, deliberativo e controlador da Política de Promoção e Defesa da Criança e do Adolescente.

### **CAPÍTULO II DO OBJETIVO**

Art.2º) Proteger, defender e promover a Criança e o adolescente de acordo com seus Direitos Garantidos pela Lei Federal nº 8.069/90 de 13 de julho de 1990 com as modificações introduzidas pelo artigo 10º da Lei Federal nº 8.242/91.

### **CAPÍTULO III DA COMPETÊNCIA**

Art.3º) Ao Conselho da Criança e do Adolescente compete:

- I - Formular a Política de promoção e proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente observado os preceitos expressos nos Artigos 203, 204 e 227 da Constituição Federal e de todo o conjunto de normas do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- II - Acompanhar a elaboração e avaliar a proposta Orçamentária



do Município no que diz respeito ao cumprimento do atendimento da criança e do adolescente indicando as modificações necessárias.

III - Decidir sobre a concessão de auxílios e subvenções à Entidades particulares, filantrópicas e sem fins lucrativos, atuantes no atendimento ou defesa dos direitos da Criança e do Adolescente.

IV - Receber petições, denúncias, reclamações, enquanto não estiver formado o Conselho Tutelar, será encaminhado à Secretaria de Saúde e Bem Estar Social e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

V - Gerir seu respectivo Fundo estabelecido no Plano de Aplicação.

VI - Alterar seu Regimento Interno e eleger sua Diretoria com aprovação de dois terços de seus membros

#### CAPÍTULO IV

##### DA ORGANIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO MANDATO

Art.4º) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é constituído por membros efetivos, representados paritariamente por 18 (dezoito) membros sendo 9 (nove) governamentais e 9 (nove) não governamentais.

Parágrafo 1º - O mandato dos Conselheiros bem como dos suplentes é de dois anos permitida a recondução e reeleição por igual período.

Parágrafo 2º - Perderá automaticamente o mandato o conselheiro titular da área governamental ou da sociedade civil que faltar três Reuniões consecutivas ou seis alternadas, salvo quando as justificativas forem aprovadas pelo Conselho.

Parágrafo 3º) No caso da perda de mandato ao conselheiro Titular representante de entidade não governamental, assumirá o seu suplente, deliberado pelo Fórum das entidades representantes.

Parágrafo 4º) No caso de perda de mandato ou pedido de Licença pelos representantes de Órgão Governamental o Conselho comunicará as respectivas entidades que deverão tomar as devidas providências, indicando um substituto.

Parágrafo 5º) Cada entidade terá seu suplente do representante, por indicação deste.

#### PARÁGRAFO V

##### DA DURAÇÃO, SEDE E FUNCIONAMENTO.

Art.5º) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tem duração por tempo indeterminado e sua sede será em local cedido pela Prefeitura Municipal ficando uma funcionária a disposição.

Art.6º) A diretoria do Conselho será composta de um Presidente, um Vice Presidente, primeiro Secretário, segundo Secretário, primeiro Tesoureiro e segundo Tesoureiro, eleitos entre seus membros para mandato de um ano.

Parágrafo Único - Para eleição de que trata este Artigo, haverá composição de Chapas com representantes de Órgão Governamental e não Governamental.

Art.7º) O desempenho da Função de membro do Conselho, que não tem qualquer remuneração é considerado de interesse Público relevante e de exercício prioritário, justificadas pelas atividades próprias do Conselho, Artigo 89 da Lei Federal 8.069/90.

Art.8º) O Conselho Municipal através de sua Diretoria, manterá uma Secretária Executiva destinada ao suporte administrativo - Financeiro necessário ao seu funcionamento, podendo requerer instalações e Servidores Públicos.

Art.9º) Caberá ao Secretário Municipal de Administração e Finanças o fornecimento de apoio técnico, material e administrativo para funcionamento do colegiado.

Art.10º) Compete ao Conselho, deliberar por maioria absoluta em todos os casos em que houver necessidade de votação.

#### CAPÍTULO VI

##### DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Art.11º) O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente será composto de:

I - Plenário

II - Diretoria

III - Comissões.

##### Seção I - Do Plenário

Art.12º) Ao Plenário, composto por membros efetivos sendo 09 (nove) governamentais e 09 (nove) não governamentais, sendo os não-governamentais: APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais; Lions Club de Campo Alegre; Rotary Club de Campo Alegre; Associação de Moradores Bela Vista; comunidade de Fragosos, FECAMPO - Fundação Educacional Campo Alegre; JUCRI - Jovens Unidos em Cristo; Pastoral da Saúde e da Criança; sendo Governamentais: Colégio Estadual Lebon Régis, Departamento de Saúde, Departamento de Bem Estar Social; Departamento de Administração, Secretaria de Educação, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Polícia Militar, Polícia Civil, BESC - Banco do Estado de Santa Catarina; a esse plenário compete:

I - acompanhar e ou controlar todas as iniciativas e Ações declaradas como competência do Conselho.

II - Demais atribuições Declaradas neste Regimento, nas Leis Municipais nº 1.399/90 e 1.803/93 e no Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente.

III - Reunir-se-à uma vez por mês na última Quarta-feira, às 13:30 hs na Casa da Cultura ou onde vir a se instalar.

Parágrafo 1º - Os membros que compõe o Plenário e que integram o Conselho não serão remunerados, considerada a sua representatividade como de relevância pública, com exercício prioritário, em concordância com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo 2º - Os membros titulares do Conselho serão substituídos pelos suplentes em suas faltas e ou impedimentos.

IV - Todas as decisões terão que ser expostas ao plenário, o que a maioria decidir será executado pela Diretoria sem Prévio conhecimento da Diretoria.

##### Art.13º) São Atribuições do Presidente do Conselho:

I - Presidir e convocar as Reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho.

II - Representar o Conselho em Juízo e fora dele, podendo delegar poderes.

III - submeter à aprovação dos demais membros do Conselho, assuntos originários da Secretaria Executiva, bem como a programação Física Financeira das atividades e as requisições, justificativas e recebimentos por cessão de Servidores Públicos para a formação de equipe Técnico Administrativa.

IV - Assinar Convênios, Acordos e Contratos "AD referendado do Conselho.

V- Assinar Resoluções do Conselho.

VI - Expedir pedidos de informações e consultas às autoridades competentes.

VII - Baixar atos necessários às execuções das tarefas administrativas assim as resultarem das deliberações do Conselho.

VIII - Exercer outras funções definidas em Leis ou Regulamentos.

Art.14º) São atribuições do Vice Presidente do Conselho, auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições e substituí-lo nas suas faltas eventuais, Licenças ou vacância.

Art.15º) São atribuições do Secretário Geral do Conselho:

- I - Coordenar as Atividades da Secretaria Geral;
- II - Substituir o Vice Presidente nos seus impedimentos e o Presidente na falta de ambos e em caso de vacância, até o Conselho eleger novos titulares.
- III - Elaborar e submeter à Diretoria a Pauta das Reuniões.
- IV - Anotar e redigir as Atas das Reuniões do Conselho.

#### CAPÍTULO VII DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO

- I - Comparecer as Reuniões do Conselho, justificando as faltas quando ocorrerem.
- II - Assinar em livro próprio sua presença à Reunião a que comparecer.
- III - Requerer a Secretaria Executiva com antecedência mínima de 48 horas, a inclusão na Agenda dos trabalhos de assuntos que deseja discutir.
- IV - Integrar as Comissões temáticas e de estudos para as quais for designado.
- V - Levar ao conhecimento do Conselho toda e qualquer informação ou denúncia que receber.
- VI - Votar e ser votado para cargos do Conselho.
- VII - Exercer outras atribuições no âmbito de sua competência.

#### CAPÍTULO VIII DAS VEDAÇÕES

Art.17º) É vedado aos Conselheiros:

- I - Pronunciar-se em nome do Conselho Municipal e da Diretoria do mesmo, sem prévia autorização da Diretoria.
- II - Utilizar-se do cargo ou de meios do Conselho para vantagens pessoais, eleitorais, político partidária, financeiras ou de outra ordem.
- III - Censurar pessoas ou ações do Conselho ou da Diretoria fora das Reuniões dos mesmos.
- IV - Receber remunerações por serviços prestados ao Conselho.

Parágrafo Único - Em caso de comprovada infração a qualquer uma das presentes vedações, deverá o Conselho por maioria absoluta afastar do colegiado o Conselheiro faltoso.

#### CAPÍTULO IX DAS REUNIÕES DO CONSELHO

Art.18º) As Reuniões do Conselho obedecerão a seguinte ordem:

- I - Instalação dos trabalhos pelo presidente do Conselho;
- II - Leitura da Ata da Reunião anterior;
- III - Discussão, aprovação e assinatura da Ata;
- IV - Ordem do dia;
- V - Encerramento da Reunião pelo Presidente do Conselho.

Art.19º) As Reuniões do Conselho serão públicas.

#### CAPÍTULO X DAS COMISSÕES E ASSESSORAMENTO

Art.20º) O Conselho poderá constituir Comissões de Assessoramento, podendo ser permanentes ou transitórias, composta por membros efetivos suplente e outros, desde que pessoas de reconhecida competência.

Parágrafo Único - As Comissões compostas por pessoas que não sejam membros do Conselho deverão ter pelo menos um coordenador conselheiro.

#### CAPÍTULO XI DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 21º) A secretaria Executiva será composta por representantes das instituições com assento no Conselho podendo ser requisitado pelo Presidente, Servidores Públicos de comprovada capacidade, cabendo-lhes as seguinte atribuições:

- I - manter, a guarda de Bens Móveis, Documentos e demais acervos do Conselho;
- II - Registrar, arquivar, elaborar e encaminhar os documentos e correspondências determinadas pela Diretoria;
- III- Manter atualizado os arquivos e os fichários do Conselho e das atividades de Protocolo e Registro de Documentos;
- IV - Elaborar o Plano de ação anual do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- V - Exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Presidente.

#### CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art.22º) Anualmente deverá ser elaborado um Relatório das atividades do Conselho, devendo ser enviado cópia do mesmo até o dia 28 de fevereiro do ano subsequente, a todas as Entidades Públicas e privadas a ele vinculadas.

Art.23º) Em caso de Extinção do Conselho, o Patrimônio que eventualmente venha formar deverá passar para outra Entidade registrada no CNSS, por decisão de Assembléia.

Art.24º) No prazo de 60 dias do Regimento Interno ser aprovada o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente baixará uma Resolução para determinar como será o exame seletivo público, obedecendo as normas do Artigo 133 da Lei Federal 8069/90 e Lei nº 8.242/91 e o disposto no Capítulo IV da Lei Municipal nº 2.278 de 02 de dezembro de 1997.

Art.25º) Toda e qualquer situação omissa neste Regimento será resolvida pelo voto da maioria absoluta dos conselheiros, de acordo com a Legislação pertinente.

Art.26º) O Presente Regimento poderá ser alterado por proposta de 1/3 (um terço) dos membros do Conselho.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
23 de junho de 1998.  
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

#### **Decreto Nº 2.430 de 23 de Junho de 1998**

DECRETO Nº 2.430 DE 23 DE JUNHO DE 1998.

REGULAMENTA O REGIMENTO INTERNO DO CMAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 2.149/96, alterada pela Lei Municipal nº 2.178/96; Resolve:

Art.1º) O Regimento Interno do CMAS, aprovado pelos Conselheiros e membros da Diretoria do respectivo Conselho, passa a ter a redação constante do anexo único deste Decreto.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

## REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I  
DO CONSELHO

Art.1º) O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Campo Alegre/SC, criado pela Lei Municipal nº 2.149 de 20 de março de 1996 com alteração pela Lei Municipal nº 2.178 de 11 de setembro de 1996 e um órgão deliberativo e permanente no âmbito Municipal.

Art.2º) O Conselho Municipal de Assistência Social CMAS, tem as atribuições e competências previstas em Lei, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo.

CAPÍTULO II  
ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO

Art.3º) O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, tem composição paritária entre representantes do Governo e Sociedade Civil, é composto de:

- a) dois representantes da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social;
- b) um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- c) Um representante da Divisão de Agricultura e Meio Ambiente;
- d) Dois representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

## REPRESENTANTES DA SOCIEDADE:

- a) um representante das Associações de Moradores;
- b) um representante da FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre;
- c) um representante da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais;
- d) um representante dos Clubes de Idosos;
- e) um representante das APPs das Escolas do Município;
- f) um representante dos Clubes de Serviços.

§ Único - A cada Titular do CMAS corresponderá um Suplente.

Art.4º) Os membros efetivos e suplentes do CMAS serão nomeados pelo Prefeito Municipal.

Art.5º) Os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha do Prefeito Municipal.

Art.6º) Na ausência do Presidente eleito pelo Conselho, a Presidência será assumida pelo Vice-Presidente.

Art.7º) O mandato dos Membros do CMAS e respectivos suplentes, será de 01 (um) ano, permitida a reeleição.

Art.8º) Os representantes das entidades ou órgãos considerados titulares do CMAS, nas sessões plenárias terão direito a voz e voto.

Art.9º) Os membros suplentes poderão participar das sessões plenárias, entretanto terão direito a voto somente quando em substituição aos membros titulares respectivos.

§ Único - Cada membro titular terá direito a um único voto na sessão plenária.

Art.10º) O CMAS reunir-se-á em local previamente determinado pelo menos uma vez a cada sessenta dias, em Sessão Plenária Ordinária podendo ser convocada extraordinariamente pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos membros.

§ Único - O órgão de deliberação máxima é o plenário.

Art.11º) Para realização das sessões será necessária a presença da maioria absoluta do CMAS, que deliberará pela maioria dos votos presentes.

Art.12º) Os membros do CMAS serão substituídos caso falem sem motivo justificado, a 03 (três) reuniões consecutivas, ou 06 (seis) intercaladas.

Art.13º) As faltas deverão ser justificadas formalmente até 24:00 (vinte e quatro) horas de antecedência das sessões seguintes.

Art. 14º) Não havendo sessão por falta de quorum dispensará o presidente os conselheiros presentes após lavratura da Ata Negativa, neste caso poderá ser convocada nova Reunião em intervalo mínimo de 24:00 (vinte e quatro) horas.

Art.15º) A convocação das reuniões extraordinárias o Presidente cientificará os conselheiros, com 48:00 (quarenta e oito) horas de antecedência, através de situação pessoal.

CAPÍTULO III  
DAS SESSÕES

Art.16º) As sessões do CMAS constarão de 03 (três) partes:

I - Expediente;

- a) Apresentação e aprovação da Pauta de Reunião;
- b) Leitura e aprovação da ata de reunião anterior;
- c) Comunicação dos Conselhos;

II - Ordem do dia; destinada a discussão e votação de matéria da pauta.

III - Assuntos diversos: discussão e aprovação dos demais assuntos inscritos e incluídos na pauta.

Art.17º) Não havendo quem se manifeste sobre a Ata, a mesma será considerada aprovada e subscrita pelo Presidente e Conselheiros presentes.

Art.18º) Para votação, deverão ser observados os seguintes preceitos:

- a) a votação será a descoberto em todos os casos aprovada pela maioria simples do plenário;
- b) qualquer conselheiro poderá solicitar que seja consignado em ata expressamente, seu voto;

- c) se algum conselheiro requerer, a votação poderá denominar a maioria simples;
- d) o presidente do CMAS terá além do voto comum, o direito a voto de qualidade em caso de empate.

Art.19º) Do que se passar na sessão, lavrará o secretário da mesa diretora até circunstanciada, fazendo constar:

- a) a natureza da sessão, o dia, a hora, e o local de sua realização, o nome de quem a presidiu e os nomes dos conselheiros presente, bem como aqueles que não compareceram, consignada a respeito a circunstância de haverem ou não justificado sua ausência;
- b) a discussão porventura havida a propósito da ata votação desta;
- c) o expediente;
- d) o resumo da discussão havida na ordem do dia e os resultados das votações;
- e) na íntegra, as declarações de voto;
- f) por extenso todas as propostas.

Art.20º) São prerrogativas do Presidente:

- a) presidir as sessões e os trabalhos do CMAS;
- b) convocar reuniões ordinárias e extraordinárias.
- c) aprovar a pauta de cada reunião e a ordem do dia respectivo.
- d) dirigir e orientar as discussões, concedendo a palavra aos conselheiros, coordenando os debates e nele intervindo para esclarecimentos.
- e) Resolver questões de ordem
- f) Promover e regular o funcionamento do CMAS, como responsável pela sua administração, solicitar as autoridades competentes as providências e recursos necessários para atender aos seus serviços.
- g) corresponder-se em nome do CMAS e representá-lo nas solenidades e atos oficiais;
- h) homologar as resoluções do CMAS;
- i) cumprir o disposto na Lei nº 2.149 de 20 de março de 1996 e alterada pela Lei Municipal nº 2.178/96.

Parágrafo Único - Os trabalhos da secretaria serão executados por algum conselheiro eleito ou por servidores do Executivo Municipal.

Art.21º) As deliberações do CMAS quando pertinentes serão operacionalizadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

Parágrafo Único - O CMAS terá a responsabilidade de acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução dessas deliberações.

Art.22º) O documento competente para divulgação das decisões do CMAS para todos os efeitos legais será a resolução, assinada pelo Presidente e Secretário do CMAS.

Art.23º) O presente Regimento poderá ser modificado por propostas de qualquer um dos membros, que deverá ser aprovado, por maioria simples do CMAS, podendo ser modificado em seus artigos ou no seu todo.

Art.24º) Os representantes das entidades junto ao CMAS deverão trabalhar e ser domiciliado em Campo Alegre/SC.

Art.25º) Este Regimento aprovado em plenário do CMAS, entra em vigor na data de sua publicação.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2.161 de 23 de setembro de 1996.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
23 de junho de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 23 dias do mês de junho de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

## Decreto Nº 2.429 de 23 de Junho de 1998

DECRETO Nº 2.429 DE 23 DE JUNHO DE 1998.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.332 de 23 de junho de 1998; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 249.650,00 (duzentos e quarenta e nove mil, seiscentos e cinquenta reais), afim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

0200 - Gabinete Prefeito

0201 - Gabinete Prefeito

03.07.020.2002 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 8.600,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....R\$ 20.000,00

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0301 - Divisão Pessoal

03.07.021.2003 - Divisão de Pessoal

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 20.000,00

3120.00 - Material de Consumo .... R\$ 3.000,00

3200.00 - Transferências Correntes

3210.00 - Transferências Intragovernamentais

3214.00 - Contribuições a Fundos . R\$ 10.000,00

3200.00 - Transferências Correntes

3230.00 - Transferências a Instituições Privadas

3233.00 - Contribuições Correntes .....R\$ 2.000,00

0303 - Divisão Controle Fazendário

03.08.030.2006 - Manutenção das atividades de Finanças

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 10.000,00

3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 2.000,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....R\$ 10.000,00

15.84.492.2007 - Contribuição ao PASEP

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3280.00 - Contribuição para Formação do PASEP .....R\$ 8.000,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

08.42.188.2008 - Gestão Administração da Educação

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 1.500,00

08.43.197.2009 - Bolsa Estudantil de 2º grau Técnico

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3254.00 - Apoio Financeiro a Estudante .....R\$ 300,00

0402 - Divisão de Ensino Fundamental

08.42.188.2014 - Desenvolvimento Ensino Fundamental Valorização do Magistério

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Civil ..... R\$ 20.000,00

3200.00 - Transferências Correntes

3220.00 - Transferências Intragovernamentais



3224.00 - Transferências a Instituições multigovernamentais...R\$ 20.000,00  
 0403 - Divisão de Ensino Infantil  
 08.41.185.2015 - Manutenção das atividades do Ensino Infantil  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 30.000,00  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 500,00  
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
 0501 - Divisão de Assistência a Saúde  
 13.75.428.2018 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 20.000,00  
 3120.00 - Material de Consumo ... R\$ 10.000,00  
 0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
 0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente  
 04.18.111.2023 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviço de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....R\$ 1.750,00  
 0700 - Secretaria Munic. Planej. Urbano Obras Transp. Serviços Públicos  
 0701 - Departamento de Planejamento Urbano e Obras  
 10.60.325.2026 - Gestão Administrativa  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 20.000,00  
 3120.00 - Material de Consumo . R\$ 20.000,00  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ....R\$ 1.000,00  
 10.60.325.2027 - Conservação de Logradouros Públicos  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 1.000,00  
 16.88.449.1007 - Implantação de Rede Esgotos Pluvial e Sanitário  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ... R\$ 10.000,00  
 TOTAL: ..... R\$ 249.650,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto correrá por conta do Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 23 de junho de 1998.  
 DR. MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 23 dias do mês de junho de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete

## **Decreto Nº 2.428 de 19 de Junho de 1998**

DECRETO Nº 2.428 DE 19 DE JUNHO DE 1998.

DISPÕE SOBRE HORÁRIO DE TRABALHO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, cumprindo o disposto nos artigos 14, Inciso VII e 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e considerando a necessidade de regularizar o horário de trabalho dos servidores públicos municipais; Decreta:

Art.1º) Os servidores públicos lotados nas Secretarias Municipais: Administração e Finanças e Desenvolvimento Econômico, cumprirão o horário de segundas a sextas-feira, compreendido entre às 9:00 às 12:00 hs e 13:30 às 17:30 hs.

Art.2º) Os servidores públicos lotados na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social cumprirão o horário de segundas à sextas-feira, compreendido entre as 7:00 às 12:00 horas e 13 : 00 às 17:00 horas.

Art.3º) Os servidores públicos lotados na Secretaria Municipal de Educação cumprirão o horário de segundas a sextas-feira, compreendido entre as 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30.

Art.4º) Os servidores públicos lotados na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano Obras Transportes e Serviços Públicos, cumprirão o horário de segundas a quintas feira, compreendido entre as 7:00 às 11:30 horas e 13:00 às 17:30 e nas sextas-feiras das 7:00 às 11:00 horas.

Art.5º) Fica expressamente proibida a jornada de trabalho aos sábados, salvo se em regime extraordinário que não exceda a 02 (duas) horas diárias.

Art.6º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2.322 de 26 de março de 1997.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 19 de junho de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 19 dias do mês de junho de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete

## **DECRETO Nº 2.427 DE 17 DE JUNHO DE 1998**

DECRETO Nº 2.427 DE 17 DE JUNHO DE 1998.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.283 de 16 de dezembro de 1997, em seu Artigo 4º, Inciso I, Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 8.860,00 (oito mil, oitocentos e sessenta reais), para reforçar as seguintes

## Dotações do Orçamento Vigente.

0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0401 - Divisão de Apoio Administrativo  
 08.47.235.2011 - Bolsa Estudantil a Servidor  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3254.00 - Apoio Financeiro à Estudantes ..... R\$ 300,00  
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
 0501 - Divisão de Pessoal  
 13.75.428.2018 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 1.060,00  
 0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
 0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente  
 04.18.111.2023 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 7.500,00

TOTAL ..... R\$ 8.860,00

Art.2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado Recursos provenientes da Anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

9000 - Reserva de Contingência  
 9099 - Reserva de Contingência  
 99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações  
 9000.00 - Reserva de Contingência  
 9900.00 - Reserva de Contingência  
 9990.00 - Reserva de Contingência ..... R\$ 8.860,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 17 de junho de 1998.  
 DR. MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, ao 17 dia do mês de junho de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.426 DE 08 DE JUNHO DE 1998**

DECRETO Nº 2.426 DE 08 DE JUNHO DE 1998.  
 INSTITUI PONTO FACULTATIVO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal promulgada em 05 de abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Institui PONTO FACULTATIVO nas repartições Públicas Municipais no dia 12 de junho de 1998 (sexta feira).

Art.2º) O Ponto Facultativo instituído no Artigo 1º deste Decreto ressalvando-se as necessidades de cada Secretaria Municipal e seus respectivos Departamentos.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 08 de junho de 1998.  
 DR. MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 08 dias do mês de junho de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.425 DE 01 DE JUNHO DE 1998**

DECRETO Nº 2.426 DE 08 DE JUNHO DE 1998.  
 INSTITUI PONTO FACULTATIVO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal promulgada em 05 de abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Institui PONTO FACULTATIVO nas repartições Públicas Municipais no dia 12 de junho de 1998 (sexta feira).

Art.2º) O Ponto Facultativo instituído no Artigo 1º deste Decreto ressalvando-se as necessidades de cada Secretaria Municipal e seus respectivos Departamentos.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 08 de junho de 1998.  
 DR. MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 08 dias do mês de junho de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.424 DE 03 DE JUNHO DE 1998**

DECRETO Nº 2.424 DE 03 DE JUNHO DE 1998.

DISPÕE SOBRE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, NOS DIAS DE JOGOS DO BRASIL NA COPA DO MUNDO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas; Decreta:

Art.1º) Nos dias de jogos do Brasil na Copa do Mundo a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, e demais repartições públicas municipais, terão o seu horário de funcionamento encerrado de 01 (uma) hora antes do início dos jogos.

Art.2º) Os horários serão compensados posteriormente, em (uma) hora diária acrescida ao horário normal, até a sua total compensação.

Art.3º) Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
03 de junho de 1998  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 03 dias do mês de junho de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**Decreto Nº 2.423 de 26 de Maio de 1998**

DECRETO Nº 2.423 DE 26 DE MAIO DE 1998.

REGULAMENTA O DISPOSTO NO ARTIGO 67 DA LEI Nº 2.303, DE 17/05/98 E A LEI Nº 2.327 DE 26/05/98, RELATIVO À CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS E AOS AGENTES POLÍTICOS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

Art.1º) O disposto no Artigo 66 da Lei nº 2.303 de 17 de março de 1998, relativo à concessão de diárias aos servidores públicos municipais, e o disposto no Artigo 2º da Lei nº 2.327 de 26 de maio de 1998, fica assim regulamentado:

§ 1º - O servidor ou agente político que se deslocar em caráter eventual ou transitório do Município, a serviço, fará jus a diárias, para cobrir despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana, no decorrer do período de afastamento.

§ 2º - Não serão atribuídas diárias nos dias de viagem, quando as despesas de alimentação e pernoite estiverem compreendidas no custo da passagem, nem quando o deslocamento constitui exigência permanente do cargo ou função.

§ 3º - A diária será paga em valores fixos, na forma abaixo:

DIÁRIA PARA VIAGEM DENTRO DO ESTADO E PARA CURITIBA - PR.

CAPITAL	OUTRAS CIDADES /CURITIBA/PR
Prefeito e Vice Prefeito - R\$ 120,00	R\$ 100,00
Secretários - R\$ 100,00	R\$ 90,00
Diretores - R\$ 90,00	R\$ 80,00
Chefes/ Técnicos - R\$ 80,00	R\$ 70,00
Outros - R\$ 50,00	R\$ 40,00

DIÁRIA PARA VIAGEM FORA DO ESTADO

BRASÍLIA - SÃO PAULO - RIO DE JANEIRO	OUTRAS CIDADES
Prefeito e Vice Prefeito - R\$ 150,00	R\$ 120,00
Secretários - R\$ 120,00	R\$ 100,00
Diretores - R\$ 100,00	R\$ 90,00
Chefes/ Técnicos - R\$ 90,00	R\$ 80,00
Outros - R\$ 60,00	R\$ 50,00

§ 4º - O Pagamento das diárias a que se refere este Decreto será efetuado da seguinte forma:

I - Uma diária inteira quando houver despesa de pernoite e alimentação (almoço e jantar);

II - 1/2 diária quando não houver despesas de pernoite, mas de alimentação (almoço e jantar).

III - 1/3 de diária quando a despesa for de apenas 1 refeição.

Art.2º) A prestação de contas deverá ser realizada até 05 (cinco) dias após o retorno da viagem.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
26 de maio de 1998.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 26 dias do mês de maio de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**Decreto Nº 2.422 de 20 de Maio de 1998**

DECRETO Nº 2.422 DE 20 DE MAIO DE 1998.

HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/98.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2.300 de 10 de março de 1998; Resolve:

Art.1º) Homologar a lista dos aprovados no Concurso Público Municipal 001/98; abaixo relacionada.

**Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO**

Nome Candidato	Nº Inscrição	Média Final
Lucilaine Mókfa	04	5,15
Leila Herbst Franco	10	4,35
Marli Augustin	88	3,60
Maria Eunice Neneve	27	3,25
Elizeth M <sup>a</sup> . Machado	56	3,05

**Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO**

Nome Candidato	Nº Inscrição	Média Final
Maria Cristina Marciniack	11	6,57
Márcia C. G. Figueiredo	91	5,60
Magali Engel	21	4,55

**Cargo: AUXILIAR DE BERÇÁRIO**

Nome Candidato	Nº Inscrição	Média Final
Zenaide Idalêncio	77	8,00
Juliana Terezinha dos Santos	09	6,10
Esmeralda Gorniack	50	6,02
Carla L. G. Figueiredo	83	5,80
Adriana Fátima dos Passos	74	5,57
Andréia Fuckner	34	5,20
Clara Baron	29	5,20
Luciane Ribeiro Amaral	72	4,82
Celina Terezinha Neneve	33	4,80
Elisia A. L. Vianna	82	4,42
Jailde R. Oliveira	89	4,40
Ana Claudia Macedo	52	4,00
Elis Strello	69	3,72
Eliane P. Borges	94	3,20

**Cargo: AUXILIAR DE ENFERMAGEM**

Nome Candidato	Nº Inscrição	Média Final
Ana Maria dos Santos Herbst	19	5,30
Sirlone de Souza	64	4,00

**Cargo: ENFERMEIRA**

Nome Candidato	Nº Inscrição	Média Final
Maria Carmen Onghero	42	3,20

**Cargo: FISCAL DE TRIBUTOS**

Nome Candidato	Nº Inscrição	Média Final
Wilson B. Carvalho Balardini	55	4,82
Marlene de Fátima Pessoa Machado	57	3,80
Clóvis Luciano Martins	22	3,60
Halyson Walter	28	3,43
Sirlei Aparecida Carvalho	46	3,42
Cléris Teresinha Telma	30	3,25
Maurício Stelzner	62	3,22

**Cargo: FISCAL DE OBRAS POSTURA MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS**

Nome Candidato	Nº Inscrição	Média Final
Luciano Manoel Piske	02	3,56
Lércio Pércles Virmond	61	3,40

**Cargo: FISCAL SANITÁRIO**

Nome Candidato	Nº Inscrição	Média Final
Frederico Guilherme Virmond VI	15	5,80
Marco Roberto Scholze	58	4,04
Sérgio da Costa	18	3,20
Pedro Rodrigues Pazinato	38	3,20

**Cargo: FISIOTERAPEUTA**

Nome Candidato	Nº Inscrição	Média Final
Peter Alexandre Kneubuehler	06	4,85
Ariane Frohener	31	4,36
Adriana Christoff	07	4,22
Lucélia Regina May Bagetti	08	3,00

**Cargo: MOTORISTA VEÍCULO PESADO**

Nome Candidato	Nº Inscrição	Média Final
Ivonei Friedrich	67	6,80
Marcos Engler	81	5,20
Paulo Sérgio Carvalho	47	4,40
Marcelo Telma	20	4,00

**Cargo: NUTRICIONISTA**

Nome Candidato	Nº Inscrição	Média Final
Adriana Bombassaro Zanella	43	5,02
Maristela Kotovicz	73	4,04
Mariza Barbeiros Grandi	44	3,40

**Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Nome Candidato	Nº Inscrição	Média Final
Rosemeri da Cunha	23	5,02
Márcio Marcelo Munhoz	60	3,25
Elizabeth T. da Silva Schwarz	53	3,20

**Cargo: TÉCNICO EM PROCESSAMENTO DE DADOS**

Nome Candidato	Nº Inscrição	Média Final
Jéfferson Jean Duvoisin	17	4,20

**Cargo: TRABALHADOR BRAÇAL**

Nome Candidato	Nº Inscrição	Média Final
Sandro José Cardoso de Meira	76	6,00
Silmar Roberto Lang	85	5,60
Marcos J. S. Branco	86	4,40
Carlos Guilherme Stolberg	84	3,70

**Cargo: ZELADOR MUNICIPAL**

Nome Candidato	Nº Inscrição	Média Final
Idalete Uhlig	75	7,60
Ivete Telma	45	6,50
Solange de F. Telma de Souza	59	6,10
Maria de Lourdes D. Kerscher	12	5,70
Zinil Alves Ferreira Biscaia	48	5,60
Liziane Damázio Franco	79	5,60
Claudete Fuckner Munhoz	70	5,20
Terezinha Simões de F. Fuckner	26	4,50
Izabel Marques Strello	40	4,40
Maria Aparecida Pereira da Silva	24	4,40
Eliane de Almeida Coelho	49	4,40
Doraci Pires do Prado	63	4,00
Juraci Pinheiro	14	3,20

Art.2º) Os candidatos aprovados serão requisitados para nomeação conforme a necessidade em cada função.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
20 de maio de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 20 dias do mês de maio de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete



**Decreto Nº 2.421 de 20 de Maio de 1998**

DECRETO Nº 2.421 DE 20 DE MAIO DE 1998.

DISSOLVE AS APPS DAS UNIDADES DESATIVADAS  
PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas; Decreta:

Art.1º) As Associações de Pais e Professores das Unidades Escolares abaixo relacionadas, ficam dissolvidas de conformidade com o "caput" do Artigo 20 do próprio Estatuto, em decorrência da desativação dessas escolas, pelo motivo de número insuficiente de alunos.

- APP - E.I.E - Salto
- APP - E.I.E - Avenca do Rio Negro
- APP - E.I.M - Capinzal
- APP - E.I.M - Rudolfo José Altmann
- APP - E.I.E - Avenquinha de Sto. Antônio

Art.2º) O Município será responsável pelo patrimônio das APPS dissolvidas, de acordo com o prescrito no parágrafo único do Artigo 20 do Estatuto das mesmas.

Art.3º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
20 de maio de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 20 dias do mês de maio de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**Decreto Nº 2.420 de 20 de Maio de 1998**

DECRETO Nº 2.420 DE 20 DE MAIO DE 1998.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º inciso I, e da Lei Municipal nº 2.283 de 16 de dezembro de 1997, em seu Artigo 4º, inciso I, Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), para reforçar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
0501 - Divisão de Assistência à Saúde  
13.75.428.2018 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....  
R\$ 1.000,00

Art.2º) Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado Recursos provenientes da Anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária:

9000 - Reserva de Contingência  
9099 - Reserva de Contingência  
99.99.999.29.99 - Recursos para Suplementações  
9000.00 - Reserva de Contingência  
9990.00 - Reserva de Contingência .... R\$ 1.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
20 de maio de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 20 dias do mês de maio de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.419 DE 18 DE MAIO DE 1998**

DECRETO Nº 2.419 DE 18 DE MAIO DE 1998.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.326 de 18 de maio de 1998; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 49.196,44 (quarenta e nove mil, cento e noventa e seis reais e quarenta e quatro centavos), afim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente.

0300 - Secretaria Municipal Administração e Finanças  
0301 - Divisão de Pessoal  
03.07.021.2003 - Divisão de Pessoal  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3200.00 - Transferências Correntes  
3210.00 - Transferências Intragovernamentais  
3214.00 - Contribuições a Fundos . R\$ 20.000,00  
0303 - Divisão de Controle Fazendário  
03.08.030.2006 - Manutenção das Atividades das Finanças  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3190.00 - Diversas Despesas de Custeio  
3192.00 - Despesas de Exercício Anterior ..... R\$ 696,44  
0400 - Secretaria Municipal de Educação  
0401 - Divisão de Apoio Administrativo  
08.42.188.2008 - Gestão Administrativa da Educação  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 2.000,00  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 5.000,00  
0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
0501 - Divisão de Assistência a Saúde  
13.75.025.1004 - Construção e Reforma de Postos de Saúde  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 1.900,00  
13.75.428.2018 - Gestão Administrativa da Saúde Municipal

4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente .R\$ 19.600,00

TOTAL .....R\$ 49.196,44

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta de anulação parcial de dotação do Orçamento Vigente.

90.00 - Reserva de Contingência  
 90.99 - Reserva de Contingência  
 99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações  
 9000.00 - Reserva de Contingência  
 9900.00 - Reserva de Contingência  
 9990.00 - Reserva de Contingência .....R\$ 49.196,44

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 18 de maio de 1998.  
 DR. MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 18 dias do mês de maio de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 2.418 DE 18 DE MAIO DE 1998

DECRETO Nº 2.418 DE 18 DE MAIO DE 1998  
 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.324 de 18 de maio de 1998; Decreta:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), afim de Suplementar a Seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura  
 08.08 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura  
 08.08.08.46.224.2001 - Manutenção das atividade Desportivas e Culturais  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 9.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por Conta de Anulação Parcial de Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura  
 08.08 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura  
 08.08.08.46.224.2001 - Manutenção das atividade Desportivas e Culturais  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 9.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 18 de maio de 1998.  
 DR. MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 18 dias do mês de maio de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 2.417 DE 18 DE MAIO DE 1998

DECRETO Nº 2.417 DE 18 DE MAIO DE 1998.  
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.322 de 18 de maio de 1998; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 21.400,00 (vinte e um mil, quatrocentos reais), afim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente.

0200 - Gabinete do Prefeito  
 0201 - Chefia de Gabinete  
 03.07.020.2002 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3230.00 - Transferências a Instituições Privadas  
 3233.00 - Contribuições Correntes ... R\$ 13.000,00  
 0300 - Secretaria Municipal Administração e Finanças  
 0303 - Divisão de Controle Fazendário  
 03.08.030.2006 - Manutenção das atividades das Finanças  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 5,500,00  
 0600 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
 0601 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente  
 04.18.111.2023 - Gestão Administrativa do Desenvolvimento Econômico  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 1.400,00  
 0603 - Departamento de Turismo  
 11.65.363.2025 - Incentivo ao Turismo  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....R\$ 1.500,00  
 Total R\$ ..... R\$ 21.400,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta de anulação parcial de dotação do Orçamento Vigente.

90.00 - Reserva de Contingência  
 90.99 - Reserva de Contingência  
 99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações  
 9000.00 - Reserva de Contingência

9900.00 - Reserva de Contingência  
9990.00 - Reserva de Contingência .....R\$ 21.400,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de maio de 1998.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 18 dias do mês de maio de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.416 DE 06 DE MAIO DE 1998**  
DECRETO Nº 2.416 DE 06 DE MAIO DE 1998.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE  
ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.319 de 06 de maio de 1998; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0200 - Gabinete do Prefeito  
0201 - Chefia de Gabinete  
03.07.020.2002 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito  
3000.00 - Despesas Correntes  
3200.00 - Transferências Correntes  
3230.00 - Transferências a Instituições Privadas  
3233.00 - Contribuições Correntes .... R\$ 4.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

9000 - Reserva de Contingência  
9099 - Reserva de Contingência  
99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações  
9000.00 - Reserva de Contingência  
9900.00 - Reserva de Contingência  
9990.00 - Reserva de Contingência ..... R\$ 4.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
06 de maio de 1998.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 06 dias do mês de maio de

1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.415 DE 30 DE ABRIL DE 1998**  
DECRETO Nº 2.415 DE 30 DE ABRIL DE 1998.  
DESATIVA ESCOLA ISOLADA MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais; Resolve:

Art.1º) Desativar por período indeterminado a ESCOLA ISOLADA MUNICIPAL RUDOLFO JOSÉ ALTMANN situada na localidade de Papanduva, neste Município, pelo motivo de número insuficiente de alunos.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
30 de abril de 1998.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 30 dias do mês de abril de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.414 DE 30 DE ABRIL DE 1998**  
DECRETO Nº 2.414 DE 30 DE ABRIL DE 1998.  
DESATIVA ESCOLA ISOLADA MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais; Resolve:

Art.1º) Desativar por período indeterminado a ESCOLA ISOLADA MUNICIPAL CAPINZAL situada na localidade de Capinzal, neste Município, pelo motivo de número insuficiente de alunos.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
30 de abril de 1998.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 30 dias do mês de abril de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.413 DE 28 DE ABRIL DE 1998**

DECRETO Nº 2.413 DE 28 DE ABRIL DE 1998.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.313 de 28 de abril de 1998; Decreta:

Art. 1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 35.050,00 (trinta e cinco mil e cinquenta reais), afim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefia do Gabinete

03.07.020.2002 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 2.000,00

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

03.07.021.2003 - Divisão de Pessoal

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferência Correntes

3210.00 - Transferências Intragovernamentais

3214.00 - Contribuições a Fundos ... R\$ 9.000,00

0303 - Divisão de Controle Fazendário

03.08.030.2006 - Manutenção das atividades das Finanças

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 3.000,00

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....R\$ 10.000,00

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3253.00 - Salário Família ..... R\$ 50,00

0400 - Secretaria Municipal de Educação

0401 - Divisão de Apoio Administrativo

08.47.235.2011 - Bolsa Estudantil a Servidor

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3254.00 - Apoio Financeiro a Estudantes ..... R\$ 3.000,00

0402 - Divisão do Ensino Fundamental

08.42.188.2014 - Desenvolvimento Ensino Fundamental Valorização do Magistério

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3253.00 - Salário Família ..... R\$ 3.000,00

0700 - Secretaria Munic. Planej. Urbano Obras Transp. Serv. Públicos

0701 - Departamento de Planejamento Urbano e Obras

10.60.325.2026 - Gestão Administrativa do Órgão

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....R\$ 5.000,00

TOTAL: .....R\$ 35.050,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

9000 - Reserva de Contingência

9099 - Reserva de Contingência

99.99.999.29.99 - Recursos para Suplementações.

9000.00 - Reserva de Contingência.

9900.00 - Reserva de Contingência

9999.00 - Reserva de Contingência . R\$ 35.050,00

Art. 3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 28 de abril de 1998.

Dr. MANUEL R. DEL OLMO.

Prefeito Municipal.

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 28 dias do mês de abril de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.412 DE 28 DE ABRIL DE 1998**

DECRETO Nº 2.412 DE 28 DE ABRIL DE 1998.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.314 de 28 de abril de 1998; Decreta:

Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 - Fundo Municipal de Saúde

13.13 - Fundo Municipal de Saúde

13.75.428.2001 - Manutenção Assistência Médico Hospitalar Sanitária

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 10.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º desta Lei correrá por conta de Anulação parcial de Dotação do Orçamento Vigente.

13.00 - Fundo Municipal de Saúde

13.13 - Fundo Municipal de Saúde

13.75.428.2001 - Manutenção Assistência Médico Hospitalar Sanitária

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 10.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 28 de abril de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 28 dias do mês de abril de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete



**Decreto Nº 2.411 de 22 de Abril de 1998**

DECRETO Nº 2.411 DE 22 DE ABRIL DE 1998.

DISPÕE SOBRE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; DECRETA:

**CAPÍTULO I****DA FISCALIZAÇÃO**

Artigo 1º. Todas as funções referentes a cadastramento, cobrança, recolhimento, fiscalização de tributos municipais, operações relativas ao crédito tributário fiscal e a aplicação de sanções, por infração de disposições deste decreto, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos órgãos fazendários e repartições a eles subordinados, segundo as suas atribuições.

Artigo 2º. Os órgãos incumbidos da cobrança e fiscalização dos tributos municipais, sem prejuízo do rigor e vigilância indispensáveis ao bom desempenho de suas atividades, darão assistência aos contribuintes sobre a interpretação e fiel observância das leis fiscais.

Artigo 3º. Os órgãos fazendários farão imprimir, distribuir ou autorizar a confecção e comercialização de modelos de declarações e de documentos que devam ser preenchidos obrigatoriamente pelos contribuintes para o efeito de fiscalização, lançamento, cobrança e recolhimento de tributos e preços públicos municipais.

Artigo 4º. A aplicação da Legislação Tributária será privativa das Autoridades Fiscais.

Artigo 5º. São autoridades Fiscais:

I - o Prefeito;

II - o Secretário Municipal de Administração e Finanças;

III - os Diretores e Chefes de órgãos fazendários;

IV - os Agentes, do Departamento de Finanças, incumbidos de fiscalização dos Tributos Municipais.

Artigo 6º. Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à Autoridade Fiscal, todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

I - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;

II - os bancos, casas bancárias, caixas econômicas e demais instituições financeiras;

III - as empresas de administração de bens;

IV - os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V - os inventariantes;

VI - os síndicos, comissários e liquidatários;

VII - quaisquer outras entidades ou pessoas que a autoridade Fiscal determinar.

Parágrafo Único. A obrigação, prevista neste artigo, não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais, o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Artigo 7º. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para qualquer fim, por parte da Fazenda Pública Municipal ou de seus funcionários, de qualquer informação obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos, ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades.

Artigo 8º. A Fazenda Pública Municipal permutará elementos de natureza fiscal, com as Fazenda Federal e Estadual, na forma a ser estabelecida em convênio entre elas celebrado, ou independentemente deste ato, sempre que solicitada.

Artigo 9º. No caso de desacato ou de embaraço ao exercício de suas funções ou quando seja necessária a efetivação de medidas acauteladoras no interesse do fisco, ainda que não configure fato definido como crime, a autoridade Fiscal poderá, pessoalmente, ou através das repartições a que pertencerem, requisitar o auxílio de força policial.

Artigo 10º. Os empresários ou responsáveis por casas, estabelecimentos, locais ou empresas de diversões franquearão os seus salões de exibição ou locais de espetáculos, bilheterias e demais dependências, à Autoridade Fiscal, desde que, portadora de documento de identificação, esteja no exercício regular de sua função.

**CAPÍTULO II****DA DÍVIDA ATIVA**

Artigo 11. Constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal, os créditos de natureza tributária ou não-tributária, regularmente inscritos na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, por lei ou por decisão proferida em processo regular.

§ 1º. A inscrição far-se-á, após o vencimento dos prazos previstos para pagamento, sem prejuízo dos acréscimos legais e moratórias.

§ 2º. A inscrição do débito não poderá ser feita na Dívida ativa, enquanto não forem decidido definitivamente a reclamação, o recurso ou o pedido de reconsideração.

§ 3º. Ao contribuinte não poderá ser negada certidão negativa de débito ou de quitação, desde que garantido o débito fiscal questionado, através de caução do seu valor, em espécie.

Artigo 12. São, de natureza tributária, os créditos provenientes de obrigações legais relativas à tributos e respectivos adicionais e multas.

Parágrafo Único: São, de natureza não-tributária, os demais créditos decorrentes de obrigações, de qualquer origem ou modalidade, exceto as tributárias, devidas à Fazenda Pública Municipal.

Artigo 13. O termo de Inscrição da Dívida Ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I - o nome do devedor e, sendo o caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;

II - o valor originário da dívida, bem como a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato;

III - a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;

IV - a data e o número da inscrição, no Registro de Dívida Ativa;

V - o número do processo administrativo ou do auto de infração e termo de intimação, se neles estiver apurado o valor da dívida.

§ 1º. A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha da inscrição.

§ 2º. O Termo de inscrição e a Certidão de Dívida Ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico.

§ 3º. Até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida ativa poderá ser emendada ou substituída.

Artigo 14. A omissão de quaisquer dos registros previstos no artigo anterior ou o erro a eles relativo são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado, o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Artigo 15. A dívida regularmente inscrita, goza de presunção de certeza e liquidez e tem efeito de prova pré-constituída.

Parágrafo Único. A presunção a que se refere este artigo é relativa

e pode ser indicada por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro, a que aproveite.

Artigo 16. A Dívida ativa será cobrada por procedimento amigável ou judicial.

§ 1º. Feita a inscrição, a respectiva certidão, deverá ser, imediatamente, enviada ao órgão encarregado da cobrança judicial, para que o débito seja ajuizado no menor tempo possível.

§ 2º. Enquanto não houver ajuizamento, o órgão encarregado da cobrança promoverá, pelos meios ao seu alcance, a cobrança amigável do débito.

§ 3º. As dívidas relativas ao mesmo devedor, quando conexas ou consequentes, poderão ser acumuladas em uma única ação.

Artigo 17. Salvo nos casos de anistia, de remissão e nos demais casos previstos em lei, é vedada a concessão de desconto, abatimento ou perdão de qualquer parcela da Dívida Ativa, ainda que se não tenha realizado a inscrição.

Parágrafo Único. Incorrerá em responsabilidade funcional e na obrigação de responder pela integralização do pagamento, aquele que autorizar ou fizer a concessão proibida no presente artigo, sem prejuízo do procedimento criminal cabível.

Artigo 18. Existindo simultaneamente dois ou mais débitos do mesmo sujeito passivo, relativos a idênticos ou diferentes créditos tributários e fiscais, inscritos em Dívida ativa, a autoridade administrativa competente, para receber o pagamento, determinará a respectiva imputação, obedecidas as seguintes regras, na ordem em que enumeradas:

I - em primeiro lugar, aos débitos por obrigação própria, em segundo lugar, aos decorrentes de responsabilidade tributária;

II - primeiramente, às contribuições de melhoria, depois, às taxas, por fim, aos impostos;

III - na ordem crescente dos prazos de prescrição;

IV - na ordem decrescente dos montantes.

Artigo 19. A importância do crédito tributário e fiscal, pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo, nos casos:

I - de recusa de recebimento, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou de penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;

II - de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigências administrativas, sem fundamento legal;

§ 1º. A consignação só pode versar sobre o crédito que o consignante se propõe pagar.

§ 2º. Julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda;

§ 3º. Julgada improcedente a consignação, no todo ou em parte, cobra-se o crédito acrescido de juros de mora, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

### CAPÍTULO III

#### DAS CERTIDÕES NEGATIVAS

Artigo 20. A Fazenda Pública Municipal exigirá certidão negativa como prova de quitação ou regularidade de créditos tributários e fiscais.

Artigo 21. As certidões serão solicitadas mediante requerimento da parte interessada ou de seu representante legal, devidamente habilitados, o qual deverá conter:

- a) nome ou razão social;
- b) endereço ou domicílio tributário;
- c) profissão, ramo de atividade e número de inscrição;
- d) finalidade a que se destina;
- e) o período a que se refere o pedido, quando for o caso;
- f) assinatura do requerente.

Artigo 22. As certidões, relativas à situação fiscal e dados cadastrais só serão expedidas, após as informações fornecidas pelos órgãos responsáveis pelos dados a serem certificados.

Artigo 23. Da certidão constará o crédito tributário e fiscal devidamente constituído.

Parágrafo Único. Considera-se crédito tributário e fiscal devidamente constituído, para efeito deste artigo:

I - o crédito tributário e fiscal lançado e não quitado à época própria;

II - a existência de débito inscrito em Dívida Ativa;

III - a existência de débito em cobrança executiva;

IV - o débito confessado.

Artigo 24. Na hipótese de comprovação, pelo interessado, de ocorrência de fato que importe em suspensão de exigibilidade de crédito tributário e fiscal ou no adiantamento de seu vencimento, a certidão será expedida com as ressalvas necessárias.

Parágrafo Único. A certidão, emitida nos termos deste artigo, terá validade de certidão negativa, enquanto persistir a situação.

Artigo 25. Será pessoalmente responsável, criminal e funcionalmente, o servidor que, por dolo, fraude, simulação ou negligência, expedir ou der causa à expedição de certidão incorreta.

Artigo 26. O prazo máximo para a expedição de certidão, será de 10 (dez) dias, contados a partir do primeiro dia útil, após a entrada do requerimento na repartição competente.

§ 1º. As certidões poderão ser expedidas pelo processo mecânico ou eletrônico e terão validade de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 2º. As certidões serão assinadas pelo Chefe de Divisão responsável pela sua expedição.

Artigo 27. A certidão Negativa será eficaz, dentro de seu prazo de validade e para o fim a que se destina, perante qualquer órgão ou entidade da Administração Federal, Estadual e Municipal, Direta ou Indireta.

Artigo 28. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 de abril de 1998.

Dr. Manuel Rodriguez Del Olmo  
Prefeito Municipal

Manolo Rodriguez Del Olmo  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 22 dias do mês de fevereiro de 1998.

José Luis Silva  
Chefe de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

REQUERIMENTO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

AO CHEFE DA DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO E CADASTRO FISCAL

NOME/RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

PROFISSÃO/RAMO DE ATIVIDADE: \_\_\_\_\_

N.º DA INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_

VEM PELA PRESENTE REQUERER CND-CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO DO PERÍODO DE \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ QUE SE DESTINA A \_\_\_\_\_

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

Campo Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_ .

Requerente

### **Decreto Nº 2.410 de 22 de Abril de 1998**

DECRETO Nº 2.410 DE 22 DE ABRIL DE 1998.

regulamenta o imposto SOBRE A TRANSMISSÃO "INTER VIVOS".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e como autoriza a Lei nº 2.293 de 23 de dezembro de 1997; Resolve:

#### **CAPÍTULO I**

##### **Do fato Gerador e da Incidência**

Art.1º) O Imposto sobre a Transmissão "Inter Vivos", a Qualquer Título, Por Ato Oneroso, de Bens Imóveis - ITBI - tem como fato gerador:

- I - a transmissão "inter vivos", a qualquer título por ato oneroso:
- a) da propriedade ou do condomínio útil de bens imóveis, por natureza ou por acessão física;
  - b) de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia;
- II - a cessão onerosa de direitos às transmissões referidas nas alíneas do inciso I deste artigo.

Parágrafo Único. O imposto refere-se a atos e contratos relativos a imóveis situados no território do Município de Campo Alegre.

Art. 2º) O imposto incide sobre:

- I - a compra e a venda de imóveis;
  - II - os compromissos ou promessas de compra e venda de imóveis, sem cláusulas de arrependimento, ou a cessão de direitos dele decorrentes;
  - III - o uso, o usufruto e a enfiteuse;
  - IV - a dação em pagamento;
  - V - a permuta de bens imóveis e direitos a eles relativos;
  - VI - a arrematação e a remição;
  - VII - o mandato em causa própria e seus subestabelecimentos, quando estes configurem transação e o instrumento contenha os requisitos essenciais à compra e a venda;
  - VIII - a adjudicação, quando não decorrente de sucessão hereditária;
  - IX - a cessão de direitos do arrematante ou adjudicatário, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;
  - X - incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, ressalvados os casos previstos nos incisos I, II e III do artigo 3º.
  - XI - transferência do patrimônio de pessoa jurídica para o de qualquer um de seus sócios, acionistas ou respectivos sucessores;
  - XII - tornas ou reposições que ocorram;
- a) nas partilhas efetuadas em virtude de dissolução da sociedade conjugal ou morte, quando o cônjuge ou herdeiros receberem, dos imóveis situados no Município, quota-parte cujo valor seja

maior do que o da parcela que lhes caberiam na totalidade desses imóveis;

b) nas divisões para extinção de condomínio de imóvel, quando for recebida, por qualquer condômino, quota-parte material, cujo valor seja maior do que o de sua quota-parte final;

XIII - usufruto, uso e habitação;

XIV - instituição, transmissão e caducidade de fideicomisso;

XV - enfiteuse e subenfiteuse;

XVI - subrogação na cláusula de inalienabilidade;

XVII - concessão real de uso;

XVIII - cessão de direitos de usufruto;

XIX - cessão de direitos do arrematante ou adjudicante;

XX - cessão de promessa de venda ou cessão de promessa de cessão;

XXI - acessão física, quando houver pagamento de indenização;

XXII - cessão de direitos sobre permuta de bens imóveis;

XXIII - qualquer ato judicial ou extrajudicial "inter vivos", não especificado nos incisos anteriores, que importe ou resolva em transmissão, a título oneroso, de bens imóveis, por natureza ou de direitos sobre imóveis (exceto os de garantia), bem como a cessão de direitos relativos aos mencionados atos;

XXIV - lançamento em excesso, na partilha em dissolução de sociedade conjugal, a título de indenização ou pagamento de despesa;

XXV - cessão de direitos de opção de venda, desde que o optante tenha direito à diferença de preço e não simplesmente a comissão;

XXVI - transferência, ainda que por desistência ou renúncia, de direito e de ação a herança em cujo monte existe bens imóveis situados no Município;

XXVII - transferência, ainda que por desistência ou renúncia, de direito e de ação a legado de bem imóvel situado no Município;

XXVIII - transferência de direitos sobre construção em terreno alheio, ainda que feita ao proprietário do solo;

XXIX - todos os demais atos e contratos onerosos, translativos da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou por acessão física, ou dos direitos sobre imóveis.

Art. 3º) O imposto não incide sobre a transmissão de bens imóveis ou direitos, quando:

I - realizada para incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito;

II - em decorrência de sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos, retornarem aos mesmos alienantes;

III - decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica;

IV - este voltar ao domínio do antigo proprietário por força de retrovenda, retrocessão ou pacto de melhor comprador.

Art. 4º) Não se aplica o disposto nos incisos I e II do artigo anterior, quando a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens e direitos, a sua locação ou arrendamento mercantil.

§ 1º. Considera-se caracterizada a atividade preponderante, quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da empresa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores à aquisição, decorrer de transações mencionadas no "caput" deste artigo.

§ 2º. Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância, levando-se em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§ 3º. A inexistência da preponderância de que trata o § 1º será demonstrada pelo interessado, quando da apresentação da "Declaração para Lançamento do ITBI", constante do Anexo I, sujeitando-se a posterior verificação fiscal.

#### **CAPÍTULO II**

Do Sujeito Passivo



Art. 5º) É contribuinte do imposto:  
I - o adquirente ou cessionário do bem ou direito;  
II - na permuta, cada um dos permutantes.

Art. 6º) Respondem solidariamente pelo imposto:  
I o transmitente;  
II - o cedente;  
III - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, relativamente aos atos por eles praticados em razão do seu ofício, ou pelas omissões de que forem responsáveis.

### CAPÍTULO III

#### Da Base de Cálculo

Art. 7º) A base de cálculo do imposto é o valor dos bens ou direitos transmitidos ou cedidos, no momento da transmissão ou cessão.  
§ 1º. O valor será determinado pela Administração Fazendária através de avaliação com base nos valores constantes dos Anexos II, III e IV ou do valor declarado pelo sujeito passivo se este for maior.

§ 2º. O sujeito passivo, antes da lavratura da escritura ou do instrumento que servir de base à transmissão, é obrigado a apresentar ao órgão fazendário a "Declaração para Lançamento do ITBI", cujo modelo é constante do Anexo I, parte integrante do presente Decreto.

Art. 8º) O Secretário de Administração e Finanças poderá, mediante despacho fundamentado, alterar o valor da avaliação, se com base nos elementos abaixo, entender que o valor está a maior ou a menor:

- I - zoneamento urbano;
- II - características da região, do terreno e da construção;
- III - valores aferidos no mercado imobiliário;
- IV - outros dados informativos tecnicamente reconhecidos.

Art. 9º) As alíquotas do ITBI são as seguintes, tomando-se por base o valor, avaliado ou declarado, do imóvel ou direito transmitido ou cedido:

- I - até 5000 (cinco mil) UFIRs: 1% (um por cento);
- II - acima de 5000 (cinco mil) UFIRs até 50.000 (cinquenta mil) UFIRs 2% (dois por cento);
- III - acima de 50.000 (cinquenta mil) UFIRs : 3% (três por cento).

### CAPÍTULO IV

#### Do Lançamento e do Recolhimento

Art. 10) O imposto será pago:  
I - até a data da lavratura do instrumento que servir de base à transmissão, quando realizada no Município;  
II - no prazo de 15 (quinze) dias:  
a) da data da lavratura do instrumento referido no inciso I, quando realizado fora do município;  
b) da data da assinatura, pelo agente financeiro, de instrumento da hipoteca, quando se tratar de transmissão ou cessão financiadas pelo Sistema Financeiro de Habitação - SFH;  
c) da arrematação, da adjudicação ou da remição, antes da assinatura da respectiva carta e mesmo que essa não seja extraída;  
III - nas transmissões realizadas por termo judicial, em virtude de sentença judicial, o imposto será pago dentro de 10 (dez) dias, contados da sentença que houver homologado sem cálculo.  
Parágrafo Único. Caso oferecidos embargos, relativamente as hipóteses referidas na alínea "c", do inciso II, o imposto será pago dentro de 10 (dez) dias, contados da sentença que os rejeitou.

### CAPÍTULO V

#### Das Obrigações dos Notários e Oficiais de

#### Registros de Imóveis e seus Prepostos

Art. 11) Os escrivães, tabeliães, oficiais de notas, de registro de imóveis e de registro de títulos e documentos e quaisquer outros serventuários da justiça, quando da prática de atos que importem transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, bem como suas cessões, exigirão que os interessados apresentem comprovante original do pagamento do imposto, o qual será transcrito em seu inteiro teor no instrumento respectivo.

Art. 12) Os escrivães, tabeliães, oficiais de notas, de registro de imóveis e de registro de títulos e documentos ficam obrigados a facilitar, à fiscalização da Fazenda Pública Municipal, exame, em cartório, dos livros, registros e outros documentos e a lhe fornecer, quando solicitadas, certidões de atos que foram lavrados, transcritos, averbados ou inscritos e concernentes a imóveis ou direitos a eles relativos.

### CAPÍTULO VI

#### Das Disposições Gerais

Art. 13) Nas transações em que figurem como adquirentes ou cessionários, pessoas imunes ou isentas, ou em casos não-incidência, a comprovação do pagamento do imposto será substituída por declaração, expedida pelo órgão gestor do tributo.

Art. 14) Na aquisição de terreno ou fração ideal de terreno bem como na cessão dos respectivos direitos, cumulados com contrato de construção por empreitada ou administração, deverá ser comprovada a preexistência do referido contrato, inclusive através de outros documentos, a critério do Fisco Municipal, sob pena de ser exigido o imposto sobre o imóvel, incluída a construção e/ou benfeitoria, no estado em que se encontrar por ocasião do ato translativo da propriedade.

Art. 15) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 de abril de 1998.  
Dr. Manuel Rodriguez Del Olmo  
Prefeito Municipal

Manolo Rodriguez Del Olmo  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 22 dias do mês de abril de 1998.

José Luis Silva  
Chefe de Gabinete

### ANEXO I

#### DECLARAÇÃO PARA LANÇAMENTO DE ITBI

NOME: \_\_\_\_\_

CPF / CGC: \_\_\_\_\_ INSCR. MUNIC.: \_\_\_\_\_

DECLARO PARA OS FINS DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS QUE O IMÓVEL  
SITUADO À \_\_\_\_\_  
REG N.º \_\_\_\_\_  
DA QUAL SOU LEGÍTIMO POSSUIDOR E AVALIADO POR MIM EM  
\_\_\_\_\_ REAIS.

FIRMO O PRESENTE EM DUAS VIAS DE IGUAL TEOR.  
CAMPO ALEGRE, \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ .

ASSINATURA

RECONHECIMENTO DE FIRMA:

ANEXO III

TABELA DE VALORES MÍNIMOS PARA COBRANÇA DO ITBI  
DO TERRITÓRIO RURAL POR ALQUEIRE  
CONVERTIDO EM UFIR

LOCALIDADE	CLASSE - A	CLASSE - B	CLASSE - C
Avenca do Rio Negro	1.335,84	1.001,88	667,92
Avenquinha	5.176,38	3.005,64	2.504,70
Bateias de Baixo (rural)	3.339,60	2.504,70	1.669,80
Bateias de Cima	1.669,80	1.335,84	667,92
Campestre	5.176,38	3.005,64	2.504,70
Campinas	1.335,84	1.001,88	667,92
Cãozinho	1.335,84	1.001,88	667,92
Capinzal	1.669,80	1.001,88	667,92
Corredeiras	1.669,80	1.001,88	667,92
Cubatão	1.335,84	1.001,88	667,92
Estr. C.Alegre (R.Vermel	5.176,38	3.005,64	2.504,70
Faxinal	5.176,38	3.005,64	2.504,70
Floresta	1.669,80	1.001,88	667,92
Fragosos (rural)	5.176,38	3.005,64	2.504,70
Fundão	2.003,76	1.669,80	1.001,88
Lageado	5.176,38	3.005,64	2.504,70
Laranjeiras	1.669,80	1.001,88	667,92
Lavrinha	1.669,80	1.001,88	667,92
Mato Bonito	1.335,84	1.001,88	667,92
Onça Parda	1.335,84	1.001,88	667,92
Papanduva	1.335,84	1.001,88	667,92
Papanduvinha	1.335,84	1.001,88	667,92
Queimados	1.335,84	1.001,88	667,92
Quiriri	1.001,88	667,92	333,96
Represo	2.003,76	1.669,80	1.001,88
Ribeirão das Pedras	1.335,84	667,92	166,98
Ribeirão do Meio	1.335,84	1.001,88	667,92
Rodeio Grande	1.335,84	1.001,88	667,92
Saltinho	5.176,38	3.005,64	2.504,70
Salto	5.176,38	3.005,64	2.504,70
Santana Postema	1.335,84	1.001,88	667,92
São Miguel	5.176,38	3.005,64	2.504,70
Serrinha	2.337,72	1.669,80	1.001,88
Tijucume	1.335,84	1.001,88	667,92
Ximbuva	1.335,84	1.001,88	333,96
Outras não especificadas	1.335,84	1.001,88	667,92

ANEXO IV

TABELA DO TERRITÓRIO URBANO POR M²  
CONVERTIDO EM UFIR

LOCALIDADE	CLASSE - A	CLASSE - B	CLASSE - C
Adolfo Konder	9,71	5,83	3,40
Altamiro Lobo Guimarães	7,75	4,64	2,71
Athanagildo Schmidt	7,75	4,64	2,71
Bateias de Baixo (urbano)	3,76	2,20	1,66
Benjamin Constant	9,71	5,83	3,40
Carlos Brandes	8,89	5,83	3,40
Cel. Bento de Amorim	9,71	5,83	-----
Cel. Bueno Franco	9,71	5,83	3,40
Cel. Raimundo Munhoz	8,89	5,83	3,40
Cel. Veríssimo S. Freitas	7,24	4,34	2,53
Dezoito de Março	8,89	5,83	3,40
Ernesto Afonso Scheider	8,32	4,99	2,92
Estrada Avenquinha	5,68	4,98	1,78

Eugênio Duarte	8,32	4,98	2,90
Fragosos (urbano)	3,00	2,12	1,60
Getúlio Vargas	9,71	5,83	3,40
João Pessoa	9,71	5,83	-----
Jorge Lacerda	8,89	5,83	3,40
Leoberto Leal	8,89	5,83	3,40
Nereu Ramos	9,71	5,83	3,40
Padre Luiz Gilg	9,71	-----	-----
Paulo Schoroeder	8,89	5,33	3,10
Pref. Adolfo Paulo Herbst	7,75	4,64	2,71
Pref. Oldemar Duvoisin	8,89	5,33	3,00
Projetada Loteam. Piske	5,68	4,98	1,78
Projetada Loteam. Scheide	6,68	4,98	1,78
Rodovia SC 301	9,71	5,83	3,40
Sete de Setembro	8,89	5,33	3,10
Vicente Pereira Neto	7,75	4,64	2,71
Waldemiro Schoroeder	7,99	4,79	2,79

ANEXO II

TABELA DE VALORES MÍNIMOS PARA COBRANÇA DO ITBI

CONSTRUÇÃO URBANA E RURAL EM UFIR

ACABAMENTO		IDADE/ANOS			VALOR P/ M²	
01/05	06/10	11/15	16/25	26/30	31/35	36/40
ACIMA 40						

ALVENARIA

LUXO	250,00	225,00	200,00	190,00	80,00	175,00
165,00	155,00	BOM	220,00	185,00	170,00	160,00
150,00	145,00	140,00	130,00			
SIMPLES	205,00	150,00	135,00	130,00	120,00	115,00
105,00						

MISTA

LUXO	205,00	175,00	150,00	145,00	135,00	130,00	125,00	115,00
BOM	165,00	140,00	120,00	115,00	110,00	105,00	100,00	95,00
SIMPLES	145,00	125,00	110,00	105,00	100,00	95,00	90,00	85,00

MADEIRA

LUXO	165,00	135,00	105,00	100,00	95,00	90,00	85,00	85,00
BOM	145,00	115,00	95,00	90,00	85,00	80,00	75,00	70,00
SIMPLES	95,00	85,00	75,00	65,00	60,00	55,00	50,00	45,00

GALPÕES PARA DEPÓSITO

ALVENARIA

BOM	130,00	125,00	120,00	115,00	110,00	100,00	90,00	80,00
SIMPLES		85,00	80,00	75,00	65,00	60,00	55,00	50,00
45,00								

MADEIRA

BOM	75,00	70,00	65,00	60,00	55,00	50,00	45,00	40,00
SIMPLES	65,00	60,00	55,00	50,00	45,00	40,00	35,00	30,00

## DECRETO N.º 2.409 DE 22 DE ABRIL DE 1998

DECRETO N.º 2.409 DE 22 DE abril DE 1998.

DISPÕE SOBRE BASE DE CÁLCULO DE ATIVIDADES SUJEITAS AO ISSQN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e como autoriza a Lei 2.293 de 23 de dezembro de 1997, DECRETA;

**CAPÍTULO I**

Dos Hotéis, Motéis, Pensões, Hospedarias, Pousadas, Dormitórios, Casa de Cômodos, "Camping" e Congêneres

Art. 1.º) O imposto incidente sobre hotéis, motéis, pensões, hospedarias, pousadas, dormitórios, casa de cômodo, "camping" e congêneres, será calculado sobre o preço da hospedagem acrescido do valor da alimentação desde que incluído no preço da diária ou da mensalidade.

**CAPÍTULO II**

Do Serviço de Turismo

Art. 2º ) São considerados serviços de turismo para os fins previstos neste Decreto:

- I - agenciamento ou venda de passagens aéreas, marítimas, fluviais e lacustres;
- II - reserva de acomodação em hotéis e estabelecimentos similares no país e no exterior
- III - organização de viagens, peregrinações, excursões e passeios, dentro e fora do país;
- IV - prestação de serviço especializado inclusive fornecimento de guias e intérpretes;
- V - emissão de cupons de serviços turísticos;
- VI - legalização de documentos de qualquer natureza para viajantes, inclusive serviços de despachantes;
- VII - venda ou reserva de ingressos para espetáculos públicos esportivos ou artísticos;
- VIII - exploração de serviços de transportes turísticos por conta própria ou de terceiros;
- IX - outros serviços prestados pelas agências de turismo;

Parágrafo Único - Considera-se serviço de turismo, aquele efetuado por empresas registradas ou não nos órgãos de turismo, visando à exploração da atividade executada para fins de excursões, passeios, traslados ou viagens de grupos sociais, por conta própria ou através de agências, desde que caracterizada sua finalidade turística.

Art. 3º ) A base de cálculo do imposto incluirá todas as receitas auferidas pelo prestador de serviços, inclusive:

- I - as decorrentes de diferenças entre os valores cobrados do usuário e os valores efetivos dos serviços agenciados ("over-price");
- II - as passagens e hospedagens concedidas gratuitamente às empresas de turismo, quando negociadas com terceiros.

Art. 4º ) São indedutíveis quaisquer despesas, tais como as de financiamento e de operações, as passagens e hospedagens dos guias e intérpretes, as comissões pagas a terceiros, as efetivadas com ônibus turístico, restaurantes, hotéis e outros.

**CAPÍTULO III**

Das Diversões Públicas

Art. 5º ) A base de cálculo do imposto incidente sobre diversões públicas é, quando se tratar de:

- I - cinemas, auditórios, parques de diversões, o preço do ingresso, bilhete ou convite;
- II - bilhares, boliches e outros jogos permitidos, o preço cobrado pela admissão ao jogo;
- III - bailes e "shows" artístico;
- IV - competições esportivas de natureza física ou intelectual, com ou sem participação do espectador, inclusive as realizadas em auditórios de rádio ou televisão, o preço do ingresso ou da admissão ao espetáculo;
- V - execução ou fornecimento de música por qualquer processo,

o valor da ficha ou talão, ou da admissão ao espetáculo, na falta deste, o preço do contrato pela execução ou fornecimento da música;

VI - diversão pública denominada "dancing", é o preço do ingresso ou participação;

VII - apresentação de peças teatrais, música popular, concertos e recitais de música erudita, espetáculos folclóricos e populares realizado em caráter temporário, o preço do ingresso, bilhete ou convite;

VIII - espetáculo desportivo o preço do ingresso;

Art. 6º ) Os divertimentos como bilhar, tiro ao alvo, autorama e outros assemelhados, que não emitem bilhete, ingresso ou admissão, serão lançados, mensalmente, de acordo com a receita bruta.

Art. 7º ) A critério do Secretário Municipal de Administração e Finanças, o imposto incidente sobre os espetáculos avulsos poderá ser arbitrado.

Parágrafo Único - Entende-se por espetáculos avulsos as exposições esporádicas de sessões cinematográficas, teatrais, "shows", festivais, bailes, recitais ou congêneres, assim como temporadas circenses e de parques de diversões.

Art. 8º ) O proprietário de local alugado para realização de espetáculos avulsos é obrigado a exigir do responsável ou patrocinador de tais divertimentos a comprovação do pagamento de imposto, na hipótese de arbitramento.

Parágrafo Único - Realizado qualquer espetáculo sem o cumprimento da obrigação tributária, ficará o proprietário do local onde se verificou a exibição responsável perante a Fazenda Pública Municipal pelo pagamento do tributo devido.

**CAPÍTULO IV**

Dos Serviços de Ensino

Art. 9º ) A base de cálculo do imposto devido pelos serviços de ensino compõem-se:

- I - das anuidades, mensalidades, inclusive as taxas de inscrição e/ou matrículas;
- II - da receita oriunda do material escolar, inclusive livros;
- III - da receita oriunda dos transportes;
- IV - da receita obtida pelo fornecimento de alimentação escolar;
- V - de outras receitas obtidas, inclusive as decorrentes de acréscimos moratórios.

**CAPÍTULO V**

Da Recauchutagem e Regeneração de Pneumáticos

Art. 10º ) O imposto sobre a recauchutagem e regeneração de pneumáticos recai em qualquer etapa dos serviços, sejam estes destinados à comercialização ou ao proprietário, por encomenda.

**CAPÍTULO VI**

Da Reprodução de Matrizes, Desenhos e Textos

Art.11 ) Nos serviços de reprodução de matrizes, desenhos e textos por qualquer processo, o imposto será devido pelo estabelecimento prestador do serviço.

Parágrafo Único - Considera-se, aquele onde as mesmas estiverem instaladas.

**CAPÍTULO VII**

Da Composição e Impressão Gráfica

Art. 12 ) O imposto incide sobre a prestação dos seguintes serviços,

relacionados com o ramo das artes gráficas :

I - composição gráfica, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia e outras matrizes de impressão;

II - encadernação de livros e revistas;

III - impressão gráfica em geral, com matéria-prima fornecida pelo ecomendante ou adquirida de terceiros;

IV - acabamento gráfico;

Parágrafo Único - Não está sujeita à incidência do imposto sobre serviços confecção de impressos em geral, que se destinem à comercialização ou à industrialização.

## CAPÍTULO XVIII

### Dos Serviços de Transporte

Art. 13 ) Estão sujeitos à incidência do imposto calculado sobre o preço da atividade desenvolvida, os seguintes serviços de transportes:

I - coletivo de passageiros e de cargas, o que é realizado em regime de autorização, concessão ou permissão do poder competente, cujo trajeto esteja contido nos limites geográficos do Município e que tenha itinerário certo e determinado, de natureza estritamente municipal;

II - individual de pessoas, de cargas e valores, o que é realizado em decorrência de livre acordo entre o transportador e o interessado, sem itinerário fixo.

Art. 14 ) Considera-se também, transporte de natureza municipal o que se destina a municípios adjacentes, integrantes do mesmo mercado de trabalho, decorrente de contratos celebrados com pessoas físicas ou jurídicas, ainda que sem autorização, concessão ou permissão do poder competente.

Parágrafo Único - É vedado as empresas que exploram os serviços de transportes deduzir do movimento econômico os pagamentos efetuados a terceiros, a qualquer título.

## CAPÍTULO IX

### Dos Serviços de Publicidade e Propaganda

Art. 15 ) Considera-se agência de propaganda a pessoa jurídica especializada nos métodos, na arte e na técnica publicitária, que estuda, concebe, executa e distribui propaganda aos veículos de divulgação, por ordem e conta de clientes anunciantes, com o objetivo de promover a venda de mercadorias, produtos e serviços, difundir idéias ou informar o público a respeito de organizações ou instituições a que servem.

Parágrafo Único - Incluem-se no conceito de agência de propaganda os departamentos especializados de pessoas jurídicas que executam os serviços de propaganda e publicidade.

Art. 16 ) Nos serviços de publicidade e propaganda, a base de cálculo compreenderá:

I - o valor das comissões e honorários relativos à veiculação;

II - o preço relativo aos serviços de concepção, redação e produção;

III - a taxa de agenciamento cobrada dos clientes;

IV - o preço dos serviços especiais que executam, tais como pesquisa de mercado, promoção de vendas, relações públicas e outros ligados à atividades.

## CAPÍTULO X

### Da Distribuição, Venda de Bilhetes de Loterias e Aceitação de Apostas das Loterias Esportivas e de Números (Jogos)

Art. 17 ) Nos serviços de distribuição e venda de bilhetes, loterias esportivas e de números, compõem-se a base de cálculo as comissões ou vantagens auferidas pelo prestador do serviço.

## CAPÍTULO XI

### Da Corretagem

Art. 18 ) Compreende-se como corretagem, a intermediação de operações com seguros, capitalização, câmbio, valores, bens móveis e imóveis, inclusive o agenciamento de cargas e de navios efetuado por agências de navegação e a respectiva interveniência na contratação de mão-de-obra para estiva e desestiva.

Parágrafo Único - O imposto incide sobre todas as comissões recebidas ou creditadas no mês, inclusive sobre aquelas auferidas por sócios ou dirigentes das empresas.

## CAPÍTULO XII

### Do Agenciamento Funerário

Art. 19 ) O imposto devido pelo agenciamento funerário tem como base de cálculo a receita bruta proveniente:

I - do fornecimento de urnas, caixões, coroas e paramentos;

II - do fornecimento de flores;

III - do aluguel de capelas;

IV - do transporte;

V - das despesas relativas a cartórios e cemitérios;

VI - do fornecimento de outros artigos funerários ou de despesas diversas.

Parágrafo Único - Nos casos de serviços prestados a consórcio ou similares, considera-se preço a receita bruta oriunda dos valores recebidos a qualquer título.

## CAPÍTULO XIII

### Do arrendamento Mercantil ou "Leasing"

Art. 20 ) Considera-se "Leasing" a operação realizada entre pessoas jurídicas que tenham por objetivo o arrendamento de bens adquiridos de terceiros pela arrendadora, para fins de uso próprio da arrendatária e que o tendam às especificações desta.

Parágrafo Único - O imposto deverá ser calculado sobre todos os valores recebidos na operação, inclusive aluguéis, taxa de intermediação, de administração e de assistência técnica.

## CAPÍTULO XIV

### Das Instituições Financeiras

Art. 21 ) Consideram-se tributáveis os seguintes serviços prestados por instituições financeiras:

I - cobrança, inclusive do exterior e para o exterior;

II - custódia de bens e valores;

III - guarda de bens em cofres ou caixas fortes;

IV - agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio e seguros;

V - agenciamento de crédito e financiamento;

VI - planejamento e assessoramento financeiro;

VII - análise técnica ou econômico-financeira de projetos;

VIII - fiscalização de projetos econômico-financeiros, vinculados ou não a operações de crédito ou financiamento;

IX - auditoria e análise financeira;

X - captação indireta de recursos oriundos de incentivos fiscais;

XI - prestação de avais, fianças, endossos e aceites, desde que não vinculados a operações sujeitas ao Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguros, Títulos e Valores Mobiliários (IOCS);

XII - serviços de expediente relativos a :

a) transferência de fundos, inclusive do exterior para o exterior;

b) resgate de títulos ou letras de responsabilidade de outras instituições;

c) recebimentos a favor de terceiros de carnês, aluguéis, dividendos, impostos, taxas e outras e outras obrigações;



d) pagamento, por conta de terceiro, de benefícios, pensões, folhas de pagamento, títulos cambiais e outros direitos;

e) confecção de fichas cadastrais;

f) fornecimento de cheques de viagens, talões de cheques e cheques avulsos;

g) fornecimento de segundas vias ou cópias de avisos de lançamento, documentos ou extrato de contas;

h) visamento de cheques;

i) acatamento de instruções de terceiros, inclusive para o cancelamento de cheques;

j) confecção ou preenchimento de contratos, aditivos contratuais, guias ou quaisquer outros documentos;

k) manutenção de contas inativas;

l) informação cadastral sob a forma de atestados de idoneidade, relações, listas, etc;

m) fornecimento inicial ou renovação de documentos de identificação de clientes da instituição, titulares ou não de direitos especiais, sob a forma de cartão de garantia, cartão de crédito, declarações e etc;

n) inscrição, cancelamento, baixa ou substituição de mutuários ou de garantias, em operações de crédito ou financiamento;

o) despachos, registros, baixas e procuratórios;

XIII - outros serviços eventualmente prestados por estabelecimentos bancários e demais instituições financeiras, com ressalva das hipóteses de não-incidência, prevista na legislação.

- 1º - Base de cálculo do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, de que trata esta Seção inclui:

a) os valores cobrados a título de ressarcimento de despesas com impressão gráfica, cópias, correspondências, telecomunicações, ou serviços prestados por terceiros;

b) os valores relativos ao ressarcimento de despesas de serviços, quando cobrados de coligadas, de controladas ou de outros departamentos da instituição;

c) a remuneração pela devolução interna de documentos, quando constituir receita do estabelecimento localizado no Município;

d) o valor da participação de estabelecimentos, localizados no Município, em receitas de serviços obtidos pela instituição como um todo.

- 2º - A caracterização do fato gerador da obrigação tributária não depende da denominação dada ao serviço prestado ou da conta utilizada para registros de receitas, mas de sua identificação com os serviços descritos.

## CAPÍTULO XV

### Instituições Securitárias

Art. 22 ) O imposto incide sobre:

I - o expediente relativo à expedição de apólices;

II - a taxa de coordenação, recebida pela seguradora, decorrente da liderança em co-seguro e correspondente à diferença entre as comissões recebidas das congêneres, em cada operação, e a comissão paga ao corretor, executada a de responsabilidade da segurança de líder.

## CAPÍTULO XVI

### Do Agenciamento

Art. 23 ) O imposto incide sobre a receita bruta proveniente:

I - de comissão de agenciamento fixada pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados);

II - da participação contratual da agência nos rendimentos anuais, obtidos pela respectiva representada.

## CAPÍTULO XVII

Da Construção Civil, Serviços Técnicos, Auxiliares, Consultoria Técnica e Protestos de Engenharia

Art. 24 ) Considera-se obras de construção civil, obras hidráulicas e outras semelhantes, a execução por administração, empreitada ou subempreitada de:

I - prédio, edificações;

II - rodovias, ferrovias e aeroportos;

III - pontes, túneis, viadutos, logradouros e outras obras de urbanização, inclusive os trabalhos concernentes as estruturas inferior e superior de estradas e obras de arte;

IV - pavimentação em geral;

V - regularização de leitos ou perfis de rios;

VI - sistemas de abastecimentos de água e saneamento em geral;

VII - barragem e diques;

VIII - instalações de sistemas de telecomunicações;

IX - refinarias, oleodutos, gasodutos e sistema de distribuição de combustíveis líquidos e gasosos;

X - sistemas de produção e distribuição de energia elétrica;

XI - montagens de estruturas em geral;

XII - escavações, aterros, desmontes, rebaixamento de lençol freático, escoramentos e drenagens;

XIII - revestimento de pisos, tetos e paredes;

XIV - impermeabilização, isolamentos técnicos e acústicos;

XV - instalações de água, energia elétrica, vapor elevadores e condicionamentos de ar;

XVI - terraplenagens, enrocamentos e derrocamentos;

XVII - dragagens;

XVIII - estaqueamentos e fundações;

XIX - implantação de sinalização em estradas e rodovias;

XX - divisórias;

XXI - serviços de carpintaria de esquadrias, armações e telhados.

Art. 25 ) São serviços essenciais, auxiliares ou complementares da execução de obras de construção civil, hidráulicas e outras semelhantes:

I - os seguintes serviços de engenharia consultiva:

a) elaboração de planos diretores, estimativas orçamentárias, programação e planejamento;

b) estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira;

c) elaboração de anteprojetos, projetos básicos, projetos executivos e cálculos de engenharia;

d) fiscalização, supervisão técnica, econômica e financeira;

II - levantamentos topográficos, batimétricos e geodésicos;

III - calafetação, aplicação de sintecos e colocação de vidros.

Parágrafo Único - Os serviços de que trata o artigo são considerados como auxiliares de construção civil e hidráulicas, quando relacionados à estas mesmas obras, apenas para fins de alíquota, devido o imposto neste Município.

Art. 26 ) Não se enquadram nesta Seção os serviços paralelos à execução de obras de construção civil, hidráulicas ou semelhantes para fins de tributação, tais como:

I - locação de máquinas acompanhadas ou não de operador, motores, formas metálicas e outras, equipamentos e respectiva manutenção;

II - transporte e fretes;

III - decorações em geral;

IV - estudos de macro e microeconomia;

V - inquéritos e pesquisas de mercado;

VI - investigações econômicas e reorganizações administrativas;

VII - atuação por meio de comissões, inclusive cessão de direitos de opção de compra e venda de imóveis;

VIII - outros análogos.

Art. 27 ) É indispensável a exibição dos comprovantes do impostos incidente sobre a obra:

I - na expedição do "habite-se" ou "auto de vistoria", e na conservação de obras particulares;

II - no pagamento de obras contratadas com o Município.

Art. 28 ) O processo administrativo de concessão de "habite-se",

ou da conservação de obra, deverá ser instruído pela unidade competente, sob pena de responsabilidade funcional, com os seguintes elementos:

- I - identificação da firma construtora;
- II - número de registro da obra ou número do livro ou ficha respectiva, quando houver;
- III - valor da obra e total do imposto pago;
- IV - data do pagamento do tributo e número da guia;
- V - número de inscrição do sujeito passivo no Cadastro Mobiliário.

Art. 29 ) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 de abril de 1998.  
Dr. Manuel Rodriguez Del Olmo  
Prefeito Municipal

Manolo Rodriguez Del Olmo  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 22 dias do mês de abril de 1998.

José Luis Silva  
Chefe de Gabinete

### **Decreto N.º 2.408 de 22 de Abril de 1998**

DECRETO N.º 2.408 DE 22 DE ABRIL DE 1998.  
DISPÕE SOBRE OS REGIMES DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA E RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e como autoriza os artigos 120 e 121 da Lei 2.293 de 23 de dezembro de 1997; DECRETA:

#### **CAPÍTULO I**

##### **Do Regime de Substituição Tributária**

Art. 1.º) As empresas estabelecidas no município cuja natureza do serviço implique operações subseqüentes por parte dos seus contratantes, desde que pessoas jurídicas igualmente estabelecidas no município, ficam sujeitas ao Regime de Substituição Tributária. Parágrafo Único - Para os efeitos deste Decreto, o enquadramento de determinada empresa como responsável pelo pagamento do imposto devido por outras não elimina a responsabilidade destas últimas, que substituirá em caráter supletivo.

Art. 2º ) Enquadram-se em Regime de Substituição Tributária, as empresas locadoras de aparelhos, máquinas e equipamentos instalados nos estabelecimentos dos respectivos locatários para prestar serviços a terceiros.

Art. 3º ) As empresas locadoras de aparelhos, máquinas e equipamentos, instalados nos estabelecimentos dos respectivos locatários para prestar serviços a terceiros, ao emitirem Notas Fiscais correspondentes a essas locações, farão constar do corpo desses documentos o valor do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, devido pelo locatário, a ser cobrado juntamente com o preço da locação, desde que locador e locatário sejam estabelecidos no município.

Art. 4º ) Servirá de referência para cálculo do imposto a soma do valor de aluguel devido pelo locatário mais a parcela de:  
I - 30% (trinta por cento), no caso de máquina para reprografia;

II - 40% (quarenta por cento), no caso de equipamentos para processamento de dados ou computação eletrônica de qualquer natureza;

III - 50% (cinquenta por cento), no caso de aparelhos para jogos e diversões, inclusive eletrônicos

Art. 5º ) Sobre o montante obtido será aplicada a alíquota correspondente ao serviço prestado pelo locatário.

Art. 6º ) Na hipótese de o locatário de aparelhos, máquinas e equipamentos não os utilizar na prestação de serviços a terceiros, fornecerá ao locador expressa declaração nesse sentido, de forma a excluir a responsabilidade deste.

Art. 7º ) O valor do imposto cobrado constituirá crédito daquele que sofrer cobrança, dedutível do imposto a ser pago no período.

Art. 8º ) Os contribuintes alcançados pela substituição tributária, de forma ativa ou passiva, manterão controle em separados das operações sujeitas a esse regime para exame periódico de fiscalização municipal.

Art. 9º ) Ao pagar o valor constante da fatura na qual haja a cobrança do imposto, a empresa destinatária do documento tornar-se-á credora de idêntica quantia, a ser considerada na apuração do débito sobre o total de suas receitas sujeitas ao mesmo tributo.

Art. 10 ) O imposto recebido de terceiros será repassado ao município pela empresa qualificada como contribuinte substituto.

#### **CAPÍTULO II**

##### **Do Regime de Responsabilidade Tributária**

Art. 11 ) As empresas estabelecidas no município, na condição de fontes pagadoras de serviços, ficam sujeitas a Regime de Responsabilidade Tributária.

Art. 12 ) Enquadram-se no Regime de Responsabilidade Tributária:

I - os bancos e demais entidades financeiras, pelo imposto devido sobre os serviços das empresas de guarda e vigilância, de conservação e limpeza;

II - as empresas imobiliárias, incorporadoras e construtoras, pelo imposto devido sobre as comissões pagas às empresas corretoras de imóveis;

III - as empresas que explorem serviços médicos, hospitalares e odontológicos, mediante pagamento prévio de planos de assistência, pelo imposto devido sobre as comissões pagas às empresas que agenciem, intermediem ou façam a corretagem desses planos junto ao público;

IV - as empresas seguradoras e de capitalização, pelo imposto devido sobre as comissões das corretoras de seguros, de capitalização e sobre o pagamento às oficinas mecânicas, relativos ao conserto de veículo sinistrados;

V - as empresas e entidades que explorem loterias e outros jogos permitidos, inclusive apostas, pelo imposto devido sobre as comissões pagas aos seus agentes, revendedores ou concessionários;

VI - as operadoras turísticas, pelo imposto devido sobre as comissões pagas a seus agentes intermediários;

VII - as agências de propaganda, pelo imposto devido pelos prestadores de serviços classificados como produção externa;

VIII - as empresas proprietárias de aparelhos, máquinas e equipamentos instalados em estabelecimentos de terceiros sob contrato de co-exploração, pelo imposto devido sobre a parcela de receita bruta auferida pelo co-explorador;

IX - as empresas de construção civil, pelo imposto devido pelos respectivos empreiteiros;

X - as empresas empreiteiras, pelo imposto devido pelos respectivos subempreiteiros ou fornecedores de mão-de-obra;

XI - as empresas tomadoras de serviços, quando:



- a) prestador de serviço não comprovar sua inscrição no Cadastro Mobiliário;
- b) o prestador de serviço, obrigado à emissão de Notas Fiscal de Serviço, deixar de fazê-lo;
- c) a execução de serviço de construção civil for efetuada por prestador não estabelecido no município.

XII - A Prefeitura Municipal, a Câmara de Vereadores e a Fundação de Desporto e Cultura, pelos serviços tomados.

- 1º - A responsabilidade tributária é extensiva ao promotor ou ao patrocinador de espetáculos esportivos e de diversões públicas em geral e às instituições responsáveis por ginásios, estádios, teatros, salões e congêneres, em relação aos eventos realizados.

- 2º - A retenção do imposto previsto neste artigo não se aplica aos pagamentos a pessoas jurídicas estabelecidas fora do município.

- 3º - As empresas enquadradas no Regime de Responsabilidade Tributária, ao efetuarem pagamento às pessoas físicas ou jurídicas relacionadas, reterão o imposto correspondente ao preço dos respectivos serviços.

- 4º - Consideram-se:

I - produção externa, os serviços gráficos, de composição gráfica, de fotolito, de fotografia, de produção de filmes publicitários por qualquer processo, de gravação sonoras, elaboração de cenários, painéis e efeitos decorativos, desenhos, textos e outros materiais publicitário;

II - subempreiteiros e fornecedores de mão-de-obra, as pessoas jurídicas fornecedoras de mão-de-obra para serviços de conservação, limpeza, guarda e vigilância de bens móveis e imóveis.

Art. 13 ) A retenção do imposto por parte da fonte pagadora será consignada no documento fiscal emitido pelo prestador do serviço e comprovada mediante a posição de carimbo ou declaração do contratante em uma das vias pertencentes ao prestador, admitida, em substituição, a declaração em separado ao contratante.

Parágrafo Único - Para retenção do imposto, base de cálculo é o preço dos serviços, aplicando-se a alíquota de 5 % (cinco por cento), salvo quanto aos serviços de diversões públicas, em que é aplicável a alíquota de 10 % (dez por cento).

Art. 14 ) O valor do imposto retido constituirá crédito daquele que sofrer a retenção dedutível do imposto a ser pago no período.

Art. 15 ) Os contribuintes alcançados pela retenção do imposto, de forma ativa ou passiva, manterão controle em separado das operações sujeitas e esse regime para exame periódico da fiscalização municipal.

Art. 16 ) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 de abril de 1998.

Dr. Manuel Rodriguez Del Olmo  
Prefeito Municipal

Manolo Rodriguez Del Olmo  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 22 dias do mês de abril de 1998.

José Luis Silva  
Chefe de Gabinete

## **Decreto Nº 2.407 de 22 de Abril de 1998**

DECRETO Nº 2.407 DE 22 DE ABRIL DE 1998.

DISPÕE SOBRE CADASTRO FISCAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e como autoriza a Lei nº 2.293 de 23 de dezembro de 1997; DECRETA:

### **CAPÍTULO I DO CADASTRO FISCAL**

#### **Das Disposições Gerais**

Artigo 1º. O Cadastro Fiscal da Prefeitura compreende:

I- o Cadastro Imobiliário - CIMOB;

II - o Cadastro Mobiliário - CAMOB;

III - o Cadastro de Anúncio - CADAN;

IV - o Cadastro de Veículo de Transporte de Passageiro - CAVET.

§ 1º . O Cadastro Imobiliário compreende:

a) os terrenos vagos existentes nas áreas urbanas e suburbanas do Município e os que vierem a resultar de desmembramentos dos atuais e de novas áreas urbanizadas;

b) os prédios existentes, ou que vierem a ser construídos nas áreas urbanas e urbanizáveis;

c) qualquer outro bem móvel, assim classificado na Lei Civil, existente na área urbana ou urbanizada do município.

§ 2º. O Cadastro Mobiliário compreende:

a) os estabelecimentos produtores, os industriais, os comerciais, bem como quaisquer outras atividades tributáveis exercidas no território do município;

b) os prestadores de serviços de qualquer natureza, compreendendo as empresas e os profissionais autônomos, com ou sem estabelecimento fixo.

§ 3º. O Cadastro de Anúncio compreende os veículos de divulgação e publicidade instalados:

a) em vias e logradouros públicos;

b) em locais que, de qualquer modo, forem visíveis da via pública ou de acesso ao público.

§ 4º. O Cadastro de Veículo de Transporte de Passageiro compreende:

a) os veículos de transporte, público ou privado, coletivo de passageiro;

b) os veículos de transporte, privado, individual de passageiro.

Artigo 2º. O prazo para inscrição:

I - no Cadastro Imobiliário é de 30 (trinta) dias, contados da data de expedição do documento hábil;

II - no Cadastro Mobiliário é anterior ao início das atividades;

III - no Cadastro de Anúncio é de até 2 (dois) dias antes da data de início da instalação do veículo de divulgação de propaganda e publicidade;

IV - no Cadastro de Veículo de Transporte de Passageiro é de até 2 (dois) dias antes da data de início das atividades.

Parágrafo Único. Não sendo realizada a inscrição dentro do prazo estabelecido, o órgão fazendário competente deverá promovê-la de Ofício, desde que disponha de elementos suficientes.

Artigo 3º. O órgão fazendário competente poderá intimar o obrigado a prestar informações necessárias à inscrição, as quais serão fornecidas no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da intimação, sob pena de multa.

Parágrafo Único. Não sendo fornecidas as informações no prazo estabelecido, o órgão fazendário competente, valendo-se dos elementos que dispuser, promoverá a inscrição.

## CAPÍTULO II

### Do Cadastro Imobiliário

Artigo 4º. É obrigado a promover a inscrição dos imóveis no Cadastro Imobiliário:

- I - o proprietário, o titular de domínio útil ou possuidor, a qualquer título, de bem imóvel;
- II - qualquer dos condôminos, o síndico ou administrador, em se tratando de condomínio;
- III - o compromissário comprador, nos casos de compromissos de compra e venda;
- IV - o inventariante, síndico ou liquidante, quando se tratar de imóvel pertencente a espólio, massa falida ou sociedade em liquidação.

Artigo 5º. As pessoas nomeadas no artigo 4º deste Decreto, são obrigadas:

- I - a informar ao Cadastro Imobiliário qualquer alteração na situação do imóvel, como parcelamento, desmembramento, remembramento, fusão, demarcação, divisão, ampliação, medição judicial definitiva, reconstrução ou reforma ou qualquer outra ocorrência que possa afetar o valor do imóvel, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da alteração ou da incidência;
- II - a exibir os documentos necessários à atualização cadastral, bem como a dar todas as informações solicitadas pelo fisco no prazo constante da intimação, que não será inferior a 30 (trinta) dias;
- III - franquear ao agente do fisco, devidamente credenciado, as dependências do imóvel para vistoria fiscal.

Artigo 6º. Os responsáveis por loteamento, bem como os incorporadores ficam obrigados a fornecer, trimestralmente, ao Departamento da Fazenda a relação dos imóveis que no trimestre anterior tenham sido alienados definitivamente ou mediante compromisso de compra e venda, mencionando o adquirente, seu endereço, dados relativos à situação do imóvel alienado e o valor da transação.

Artigo 7º. As pessoas jurídicas que gozem de imunidade ficam obrigadas a apresentar ao Departamento de Finanças o documento pertinente à venda de imóvel de sua propriedade, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da expedição do documento.

Artigo 8º. Nenhum processo cujo objetivo seja a concessão de "Baixa e Habite-se", "Modificação ou Subdivisão de Terreno", "Licença para Execução e Aprovação de Obras Particulares e Arruamentos e Loteamentos", "Alvará de Licença de Localização" e "Licença para Exploração e Utilização de Propaganda e Publicidade", será arquivado antes de sua remessa ao Departamento de Finanças, para fins de atualização cadastral, sob pena de responsabilidade funcional.

Artigo 9º. Em caso de litígio sobre o domínio do imóvel, da inscrição deverá constar tal circunstância, bem como os nomes dos litigantes, dos possuidores do imóvel, a natureza do feito, o juízo e o cartório por onde correr a ação.

Artigo 10. Para fins de inscrição no Cadastro Imobiliário, considera-se situado o imóvel no logradouro correspondente à sua frente efetiva.

§ 1º. No caso de imóvel não construído, com duas ou mais esquinas ou com duas ou mais frentes, será considerado o logradouro relativo à frente indicada no título de propriedade ou, na falta deste, o logradouro que confira ao imóvel maior valorização.

§ 2º. No caso de imóvel construído em terreno com as características do parágrafo anterior, que possua duas ou mais frentes, será considerado o logradouro correspondente à frente principal e, na impossibilidade de determiná-la, o logradouro que confira ao imóvel maior valor.

§ 3º. No caso de terreno interno será considerado o logradouro que lhe dá acesso ou, havendo mais de um logradouro de acesso,

aquele a que haja sido atribuído maior valor.

§ 4º. No caso de terreno encravado, será considerado o logradouro correspondente à servidão de passagem.

Artigo 11. Considera-se documento hábil, para fins de inscrição de imóvel no Cadastro Imobiliário:

- I - a escritura registrada ou não;
- II - contrato de compra e venda registrado ou não;
- III - o formal de partilha registrado ou não;
- IV - certidão relativa a decisões judiciais que impliquem transmissão do imóvel;
- V - documento de aferição de medida e cadastro elaborado por autoridade fazendária ou pelo próprio sujeito passivo, desde que homologado pelo órgão fazendário.

Artigo 12. Considera-se possuidor de imóvel urbano, a que se refere o inciso I do artigo anterior, para fins de inscrição, aquele que estiver no uso e gozo do imóvel e:

- I - apresentar recibo onde conste a identificação do imóvel, bem como, o índice cadastral anterior;
- II - o contrato de compra e venda, quando objeto de cessão e este não for levado a registro.

## CAPÍTULO III

### Do Cadastro Mobiliário

Artigo 13. São obrigadas a promoverem a inscrição no Cadastro Mobiliário:

- I - as pessoas físicas ou jurídicas sujeitas à obrigação tributária principal;
- II - as pessoas físicas ou jurídicas que gozem de imunidade;
- III - as demais pessoas físicas ou jurídicas, bem como entidades, estabelecidas no território do município.

Artigo 14. As pessoas físicas ou jurídicas referenciadas no artigo 13, deste Decreto, são obrigadas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da respectiva ocorrência:

- I - a informar ao Cadastro Mobiliário qualquer alteração contratual ou estatutária;
- II - informar ao Cadastro Mobiliário o encerramento de suas atividades, a fim de ser dada baixa da sua inscrição;
- III - as exibir os documentos necessários à atualização cadastral, bem como a dar todas as informações solicitadas pelo fisco.

## CAPÍTULO IV

### Do Cadastro de Anúncio

Artigo 15. É obrigatória a inscrição, no Cadastro de Anúncio, dos veículos de divulgação de propaganda e publicidade instalados:

- I - em vias, logradouros e demais espaços públicos, expostos ao ar livre ou nas fachadas externas de edificações;
- II - em lugares que possam ser avistados das vias públicas, mesmo colocados nos espaços internos de terrenos ou edificações;
- III - em locais de acesso ao público, exibidos nos recintos de aglomeração popular, como ginásios e estádios de esportes ou espetáculos, parques de exposições, feiras ou similares.

Artigo 16. Veículo de divulgação de propaganda e publicidade é o instrumento portador de mensagem de comunicação visual presente na paisagem rural e urbana do território do Município.

Artigo 17. De acordo com a natureza e a modalidade da mensagem transmitida, o anúncio pode ser classificado em:

- I - quanto ao movimento:
  - a) animado;
  - b) inanimado;
- II - quanto à iluminação:
  - a) luminoso;
  - b) não-luminoso.

§ 1º. Considera-se animado o anúncio cuja mensagem é transmitida através da movimentação e da mudança contínuas de desenhos, cores e dizeres, acionadas por mecanismos de animação própria.

§ 2º. Considera-se inanimado o anúncio cuja mensagem é transmitida sem o concurso de mecanismo de dinamização própria.

§ 3º. Considera-se luminoso o anúncio cuja mensagem é obtida através da emissão de luz oriunda de dispositivo com luminosidade própria.

§ 4º. Considera-se não-luminoso o anúncio cuja mensagem é obtida sem o concurso de dispositivo de iluminação própria.

Artigo 18. O proprietário do anúncio é a pessoa física ou jurídica detentora do veículo de divulgação.

Parágrafo Único. Não sendo encontrado o proprietário do anúncio, responde por este o interessado, direta ou indiretamente, pela propaganda e publicidade veiculada.

Artigo 19. O Cadastro de Anúncio será formado pelos seguintes dados do veículo de divulgação:

I - proprietário;

II - tipo;

III - dimensão;

IV - local;

V - data de instalação;

Artigo 20. O veículo de divulgação inscrito receberá um número de registro e controle no Cadastro de Anúncio.

§ 1º. O número correspondente ao registro e controle no Cadastro de Anúncio deverá, obrigatoriamente, ser afixado no veículo de divulgação.

§ 2º. O número do registro poderá ser reproduzido no anúncio através de pintura, adesivo ou autocolante ou, no caso dos novos, poderá ser incorporado ao anúncio como parte integrante de seu material e confecção, devendo, em qualquer hipótese, apresentar condições análogas às do próprio anúncio, no tocante à resistência e durabilidade.

§ 3º. O número do registro do anúncio deverá estar em posição destacada, em relação às outras mensagens que integram o seu conteúdo.

§ 4º. A inscrição do número do anúncio deverá oferecer condições perfeitas de legibilidade ao nível do pedestre.

§ 5º. Os anúncios instalados em cobertura de edificação ou em locais fora do alcance visual do pedestre, deverão também ter o seu número de registro afixado, permanentemente, no acesso principal da edificação ou do imóvel em que estiverem colocados e mantidos em posição visível para o público, de forma destacada e separada de outros instrumentos de comunicação visual, eventualmente afixados no local, com a identificação: Número do Anúncio do CADAN.

Artigo 21. Ocorrendo a retirada ou alteração das características do anúncio, fica o seu proprietário obrigado a proceder a baixa ou alteração do seu cadastro, no prazo de 10 (dez) dias da ocorrência.

## CAPÍTULO V

### Do Cadastro de Veículos de Transporte de Passageiro

Artigo 22. É obrigatória a inscrição, no Cadastro de Veículos de Transporte de Passageiro:

I - dos veículos de transporte, público ou privado, coletivo de passageiro;

II - os veículos de transporte, privado, individual de passageiro.

Artigo 23. O proprietário do veículo de transporte de passageiro é a pessoa física ou jurídica do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, do utilitário motorizado.

Artigo 24. O Cadastro de Veículo de Transporte de Passageiro será

formado pelos seguintes dados do utilitário motorizado:

I - proprietário;

II - tipo, marca e modelo;

III - data de circulação;

IV - nome ou razão social do responsável pela locação, quando for o caso.

V - valor pago pelo serviço de locação, quando for o caso, e o número da respectiva nota fiscal emitida.

Artigo 25. O utilitário motorizado inscrito receberá um número de registro e controle no Cadastro de Veículo de Transporte de Passageiro.

§ 1º. O número correspondente ao registro e controle no Cadastro de Veículo de Transporte de Passageiro deverá, obrigatoriamente, ser afixado no utilitário motorizado.

Artigo 26. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

22 de abril de 1998.

Dr. Manuel Rodriguez Del Olmo

Prefeito Municipal

Manolo Rodriguez Del Olmo

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 22 dias do mês de abril de 1998.

José Luis Silva

Chefe de Gabinete

## Decreto Nº 2.406 de 22 de Abril de 1998

DECRETO Nº 2.406 DE 22 DE ABRIL DE 1998.

NORMATIZA O PROCEDIMENTO FISCAL, O PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e como autoriza o art. 280 da Lei nº 2.293 de 23 de dezembro de 1997; DECRETA:

## CAPÍTULO I

### DO PROCEDIMENTO FISCAL

Artigo 1º. O procedimento fiscal compreende o conjunto dos seguintes atos e formalidades:

I - atos;

a) apreensão;

b) arbitramento;

c) diligência;

d) estimativa;

e) homologação;

f) inspeção;

g) interdição;

h) levantamento;

i) plantão;

j) representação;

II - formalidades:

a) Auto de Apreensão - APRE;

b) Auto de Infração e Termo de Intimação - AITI;

c) Auto de Interdição - INTE;

- d) Relatório de Fiscalização - REFI;
- e) Termo de Diligência Fiscal - TEDI;
- f) Termo de Início de Ação Fiscal - TIAF;
- g) Termo de Inspeção Fiscal - TIFI;
- h) Termo de Sujeição a Regime Especial de Fiscalização - TREF;
- i) Termo de Intimação - TI;
- j) Termo de Verificação Fiscal - TVF.

Artigo 2º. O procedimento fiscal considera-se iniciado, com a finalidade de excluir a espontaneidade da iniciativa do sujeito passivo em relação aos atos anteriores, com a lavratura:

I - do Termo de Início de Ação Fiscal - TIAF ou do Termo de Intimação - TI, para apresentar documentos fiscais ou não fiscais, de interesse da Fazenda Pública Municipal;

II - do Auto de Apreensão - APRE, do Auto de Infração e Termo de Intimação - AITI e do Auto de Interdição - INTE;

III - do Termo de Diligência Fiscal - TEDI, do Termo de Inspeção Fiscal - TIFI e do Termo de Sujeição a Regime Especial de Fiscalização - TREF, desde que caracterize o início do procedimento para apuração de infração fiscal, de conhecimento prévio do contribuinte.

## Seção I

### Da Apreensão

Artigo 3º. A Autoridade Fiscal apreenderá bens e documentos, inclusive objetos e mercadorias, móveis ou não, livros, notas e quaisquer outros papéis, fiscais ou não-fiscais, desde que constituem prova material de infração à legislação tributária.

Parágrafo Único. Havendo prova, ou fundada suspeita, de que os bens e documentos se encontram em residência particular ou lugar utilizando como moradia, serão promovidas a busca e apreensão judiciais, sem prejuízo de medidas necessárias para evitar a remoção clandestina.

Artigo 4º. Os documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado, ser-lhe devolvidos, ficando no processo cópia do inteiro teor ou da parte que deva fazer prova, caso o original não seja indispensável a esse fim.

Artigo 5º. As coisas apreendidas serão restituídas, a requerimento, mediante depósito das quantias exigíveis, cuja importância será arbitrada pela autoridade competente, ficando retidas, até decisão final, os espécimes necessários à prova.

Parágrafo Único. As quantias exigíveis serão arbitradas, levando-se em conta os custos da apreensão, transporte e depósito.

Artigo 6º. Se o autuado não provar o preenchimento das exigências legais para liberação dos bens apreendidos, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da apreensão, serão os bens levados a hasta pública ou leilão.

§ 1º. Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração, a hasta pública poderá realizar-se a partir do próprio dia da apreensão.

§ 2º. Apurando-se, na venda, importância superior aos tributos, multas, acréscimos e demais custos resultantes da apreensão e da realização da hasta pública ou leilão, será o autuado notificado, no prazo de 5 (cinco) dias, para receber o excedente, se já não houver comparecido para fazê-lo.

§ 3º. Prescreve em 1 (um) mês o direito de retirar o saldo dos bens levados a hasta pública ou leilão.

§ 4º. Decorrido o prazo prescricional, o saldo será convertido em renda eventual.

Artigo 7º. Não havendo licitante, os bens apreendidos de fácil deterioração ou de diminuto valor serão destinados, pelo Prefeito, a instituições de caridade.

Parágrafo Único. Aos demais bens, após 60 (sessenta) dias, a

administração dará destino que julgar conveniente.

Artigo 8º. A hasta pública ou leilão serão anunciados com antecedência de 10 (dez) dias, através de edital afixado em lugar público e veiculado no órgão oficial e, se conveniente, em jornal de grande circulação.

Parágrafo Único. Os bens levados a hasta pública ou leilão serão escriturados em livros próprios, mencionando-se as suas identificações, avaliações e os preços de arrematação.

## Seção II

### Do Arbitramento

Artigo 9º. A Autoridade Fiscal arbitrará, sem prejuízo das penalidades cabíveis, a base de cálculo, quando:

I - quanto ao ISSQN;

a) não puder ser conhecido o valor efetivo do preço do serviço ou da venda, inclusive nos casos de perda, extravio ou inutilização de documentos fiscais;

b) os registros fiscais ou contábeis, bem como as declarações ou documentos exibidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro obrigado, por serem insuficientes, omissos, inverossímeis ou falsos, não merecem fé;

c) o contribuinte ou responsável, após regularmente intimado, recusar-se a exibir à fiscalização os elementos necessários à comprovação do valor dos serviços prestados;

d) existirem atos qualificados em lei como crimes ou contravenções, mesmo sem essa qualificação, forem praticados com dolo, fraude ou simulação, atos esses evidenciados pelo exame de declarações ou documentos fiscais ou contábeis exibidos pelo contribuinte, ou por qualquer outro meio direto ou indireto de verificação;

e) ocorrer prática de subfaturamento ou contratação de serviços por valores abaixo dos preços de mercado;

f) houver flagrante insuficiência de imposto pago em face do volume dos serviços prestados;

g) tiver serviços prestados sem a determinação do preço ou, reiteradamente, a título de cortesia;

h) for apurado o exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar o sujeito passivo devidamente inscrito no Cadastro Mobiliário;

II - quanto ao IPTU:

a) a coleta de dados necessários à fixação do valor venal do imóvel for impedida ou dificultada pelo contribuinte;

b) os imóveis se encontrarem fechados e os proprietários não forem encontrados.

III - quanto ao ITBI, não concordar com o valor declarado pelo sujeito passivo.

Artigo 10º. O arbitramento será elaborado tomando-se como base:

I - relativamente ao ISSQN:

a) o valor da matéria-prima, insumo, combustível, energia elétrica e outros materiais consumidos e aplicados na execução dos serviços ou vendas;

b) ordenados, salários, retiradas pró-labore, honorários, comissões e gratificações de empregados, sócios, titulares ou prepostos;

c) aluguéis pagos ou, na falta destes, o valor equivalente para idênticas situações;

d) o montante das despesas com luz, água, esgoto e telefone;

e) impostos, taxas, contribuições e encargos em geral;

f) outras despesas mensais obrigatórias.

II - relativamente ao IPTU e ao ITBI: o valor obtido adotando como parâmetro os imóveis de características e dimensões semelhantes, situados na mesma quadra ou região em que se localizar o imóvel cujo valor venal ou transferência estiver sendo arbitrados.

Parágrafo Único. O montante apurado será acrescido de 30% (trinta por cento), a título de lucro ou vantagem remuneratória a



cargo do contribuinte, em relação ao ISSQN.

Artigo 11. Na impossibilidade de se efetuar o arbitramento pela forma estabelecida, no caso do ISSQN, apurar-se-á o preço do serviço ou da venda, levando-se em conta:

I - os recolhimentos efetuados em períodos idênticos por outros contribuintes que exerçam a mesma atividade em condições semelhantes;

II - o preço corrente dos serviços e das vendas, à época a que se referir o levantamento;

III - os fatores inerentes e situações peculiares ao ramo de negócio ou atividades, considerados especialmente os que permitam uma avaliação do provável movimento tributável.

Artigo 12. O arbitramento:

I - referir-se-á, exclusivamente, aos fatos atinentes ao período em que se verificarem as ocorrências;

II - deduzirá os pagamentos efetuados no período;

III - será fixado mediante relatório da Autoridade Fiscal, homologado pela chefia imediata;

IV - com os acréscimos legais, será exigido através de Auto de Infração e Termo de Intimação - AITI;

V - cessará os seus efeitos, quando o contribuinte, de forma satisfatória, a critério do fisco, sanar as irregularidades que deram origem ao procedimento.

### Seção III

#### Da Diligência

Artigo 13. A Autoridade Fiscal realizará diligência, com o intuito de:

I - apurar fatos geradores, incidências, contribuintes, responsáveis, bases de cálculo, alíquotas e lançamentos de tributos municipais;

II - fiscalizar o cumprimento de obrigações tributáveis principais e acessórias;

III - aplicar sanções por infração de dispositivos legais.

### Seção IV

#### Da Estimativa

Artigo 14. A Autoridade Fiscal estimará de ofício ou mediante requerimento do contribuinte, a base de cálculo do ISSQN, quando se tratar de:

I - atividade exercida em caráter provisório;

II - sujeito passivo de rudimentar organização;

III - contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios aconselhem tratamento fiscal específico;

IV - sujeito passivo que não tenha condições de emitir documentos fiscais ou deixe, sistematicamente, de cumprir obrigações tributárias, acessórias ou principais.

Parágrafo Único. Atividade exercida em caráter provisório é aquela cujo exercício é de natureza temporária e está vinculada a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais.

Artigo 15. A estimativa será apurada tomando-se como base:

I - o preço corrente do serviço, na praça;

II - o tempo de duração e a natureza específica da atividade;

III - o valor das despesas gerais do contribuinte, durante o período considerado.

Artigo 16. O regime de estimativa:

I - será fixado por relatório da Autoridade Fiscal, homologado pela chefia imediata, e deferido por um período de até 12 (doze) meses;

II - terá a base de cálculo expressa em UFIR;

III - a critério do Secretário Municipal de Administração e Finanças, poderá a qualquer tempo, ser suspenso, revisto ou cancelado.

IV - dispensa o uso de livros e notas fiscais, por parte do contribuinte;

V - por solicitação do sujeito passivo e a critério do fisco, poderá ser encerrado, ficando o contribuinte, neste caso, subordinado à utilização dos documentos fiscais exigidos.

Artigo 17. O contribuinte que não concordar com a base de cálculo estimada, poderá apresentar reclamação no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ciência do relatório homologado.

Parágrafo Único. No caso específico de atividade exercido em caráter provisório, a ciência da estimativa se dará através de Termo de Intimação.

Artigo 18. A reclamação não terá efeito suspensivo e mencionará, obrigatoriamente, o valor que o interessado reputar justo, assim como os elementos para a sua aferição.

Parágrafo Único. Julgada procedente a reclamação, total ou parcialmente, a diferença recolhida na pendência da decisão será compensada nos recolhimentos futuros.

### Seção V

#### Da Homologação

Artigo 19. A Autoridade Fiscal, tomando conhecimento da atividade exercida pelo contribuinte, analisando a antecipação de recolhimentos sem prévio exame do sujeito ativo, homologará ou não os autolançamentos ou lançamentos espontâneos atribuídos ao sujeito passivo.

§ 1º. O pagamento antecipado pelo contribuinte extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.

§ 2º. Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.

§ 3º. Tais atos serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou sua graduação.

§ 4º. O prazo da homologação será de 5 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública Municipal se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

### Seção VI

#### Da Inspeção

Artigo 20. A Autoridade Fiscal, auxiliada por força policial, inspecionará o sujeito passivo que:

I - apresentar indício de omissão de receita;

II - tiver praticado sonegação fiscal;

III - houver cometido crime contra a ordem tributária;

IV - opuser ou criar obstáculo à realização de diligência ou plantão fiscal.

Artigo 21. A Autoridade Fiscal, auxiliada por força policial, examinará e apreenderá mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais, produtores e prestadores de serviço, que constituam prova material de indício de omissão de receita, sonegação fiscal ou crime contra a ordem tributária.

### Seção VII

#### Da Interdição

Artigo 22. A Autoridade Fiscal, auxiliada por força policial, interditará o local onde será exercida atividade em caráter provisório, sem que o contribuinte tenha efetuado o pagamento antecipado do imposto estimado.

Parágrafo Único. A liberação para o exercício da atividade somente ocorrerá após sanada, na sua plenitude, a irregularidade cometida.

## Seção VIII

### Do Levantamento

Artigo 23. A Autoridade Fiscal levantará dados do sujeito passivo, com o intuito de:

- I - elaborar arbitramento;
- II - apurar estimativa;
- III - proceder homologação.

## Seção IX

### Do Plantão

Artigo 24. A Autoridade Fiscal, mediante plantão, adotará a apuração ou verificação diária no próprio local da atividade, durante determinado período, quando:

- I - houver dúvida sobre a exatidão do que será levantado ou for declarado para os efeitos dos tributos municipais;
- II - o contribuinte estiver sujeito a regime especial de fiscalização.

## Seção X

### Da Representação

Artigo 25. A Autoridade Fiscal ou qualquer pessoa, quando não competente para lavrar Auto e Termo de Fiscalização, poderá apresentar contra toda ação ou omissão contrária às disposições da Legislação Tributária ou de outras leis ou regulamentos fiscais.

Artigo 26. A representação:

- I - far-se-á em petição assinada e discriminará, em letra legível, o nome, a profissão e o endereço de seu autor;
- II - deverá estar acompanhada de provas ou indicará os elementos desta e mencionará os meios ou as circunstâncias em razão das quais se tornou conhecida a infração;
- III - não será admitida quando o autor tenha sido sócio, diretor, preposto ou empregado do contribuinte, quando relativa a fatos anteriores à data em que tenham perdido essa qualidade;
- IV - deverá ser recebida pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, que determinará imediatamente a diligência ou inspeção para verificar a veracidade e, conforme couber, intimará ou autuará o infrator ou a arquivará se demonstrada a sua improcedência.

## Seção XI

### Dos Autos e Termos de Fiscalização

Artigo 27. Quanto aos Autos e Termos de Fiscalização;

I - serão impressos e numerados, de forma destacável, em 03 (três) vias:

- a) tipograficamente em talonário próprio;
- b) ou eletronicamente em formulário contínuo.
- II - conterão, entre outros, os seguintes elementos:
  - a) a qualificação do contribuinte:
    - a .1) nome ou razão social;
    - a .2) domicílio tributário;
    - a .3) atividade econômica;
    - a .4) número de inscrição no cadastro, se o tiver.
  - b) o momento da lavratura:

b .1) local;

b .2) data;

c) a formalização do procedimento:

- c .1) nome e assinatura da Autoridade incumbida da ação fiscal e do responsável, representante ou preposto do sujeito passivo;
- c .2) enumeração de quaisquer fatos e circunstâncias que possam esclarecer a ocorrência.

III - sempre que couber, farão referência aos documentos de fiscalização, direta ou indiretamente, relacionados com o procedimento adotado;

IV - se o responsável, representante ou seu preposto, não puder ou não quiser assiná-los, far-se-á menção dessa circunstância;

V - a assinatura não constitui formalidade essencial às suas validades, não implica confissão ou concordância, nem a recusa determinará ou agravará a pena;

VI - as omissões ou incorreções não acarretarão nulidades, desde que do procedimento constem elementos necessários e suficientes para a identificação dos fatos;

VII - nos casos específicos do Auto de Infração e Termo de Intimação - AITI e do Auto de Apreensão - APRE, é condição necessária e suficiente, a determinação da infração e do infrator.

VIII - serão lavrados, cumulativamente, quando couber, por Autoridade Fiscal, com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras:

a) pessoalmente, sempre que possível, mediante entrega de cópia ao contribuinte responsável, seu representante ou preposto, contra recibo datado no original ou, no caso de recusa, certificado pelo Agente encarregado do procedimento;

b) por carta, acompanhada de cópia e com aviso de recebimento (AR) datado e firmado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio;

c) por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, quando resultarem improficuos os meios referidos nas alíneas "a" e "b" deste inciso, ou for desconhecido o domicílio tributário do contribuinte.

IX - presumem-se lavrados, quando:

a) pessoalmente, na data do recibo ou da certificação;

b) por carta, na data de recepção do comprovante de entrega, e se esta for omitida, 30 (trinta) dias após a data de entrega da carta no correio;

c) por edital, no termo da prova indicada, contado este da data de afixação ou de publicação.

X - uma vez lavrados, terá a Autoridade Fiscal o prazo, obrigatório e improrrogável, de 48 (quarenta e oito) horas, para entregá-lo a registro.

Artigo 28. É o instrumento legal utilizado pela Autoridade Fiscal com o objetivo de formalizar:

I - o Auto de Apreensão - APRE: a apreensão de bens e documentos;

II - o Auto de Infração e termo de Intimação - AITI: a penalização pela violação, voluntária ou não, de normas estabelecidas na legislação tributária;

III - o Auto de Interdição - INTE: a interdição de atividade provisória inadimplente com a Fazenda Pública Municipal;

IV - o Relatório de Fiscalização - REFI: a realização de plantão e o levantamento efetuado em arbitramento, estimativa e homologação;

V - o Termo de Diligência Fiscal - TEDI: a realização de diligência;

VI - o Termo de Início de Ação Fiscal - TIAF: o início de levantamento homologatório;

VII - o Termo de Inspeção Fiscal - TIFI: a realização de inspeção;

VIII - o Termo de Sujeição a Regime Especial de Fiscalização - TREF: o regime especial de fiscalização;

IX - o Termo de Intimação - TI: a solicitação de documento, informação, esclarecimento, e a ciência de decisões fiscais;

X - o Termo de Verificação Fiscal - TVF: o término de levantamento homologatório.

Artigo 29. As formalidades do procedimento fiscal conterão, ainda, relativamente ao:



**I - Auto de apreensão - APRE:**

- a) a relação de bens e documentos apreendidos;
- b) a indicação do lugar onde ficarão depositados;
- c) a assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo, a juízo do fisco;
- d) a citação expressa do dispositivo legal violado;

**II - Auto de Infração e Termo de Intimação - AITI:**

- a) a descrição do fato que ocasionar a infração;
- b) a citação expressa do dispositivo legal que constitui a violação e comina a sanção;
- c) a comunicação para pagar o tributo e a multa devidos, ou apresentar defesa e provas, no prazo previsto.

**III - Auto de interdição - INTE:**

- a) a descrição do fato que ocasionar a interdição;
- b) a citação expressa do dispositivo legal que constitui a infração e comina a sanção;
- c) a ciência da condição necessária para a liberação do exercício da atividade interdita.

**IV - Relatório de Fiscalização - REFI:**

- a) a descrição, circunstanciada, de atos e fatos ocorridos no plantão e presentes no levantamento para elaboração de arbitramento, apuração de estimativa e homologação de lançamento;
- b) a citação expressa da matéria tributável;

**V - Termo de Diligência Fiscal - TEDI:**

- a) a descrição, circunstanciada, de atos e fatos ocorridos na verificação;
- b) a citação expressa do objetivo da diligência;

**VI - Termo de Início de Ação Fiscal - TIAF:**

- a) a data de início do levantamento homologatório;
- b) o período a ser fiscalizado;
- c) a relação de documentos solicitados;
- d) o prazo para o término do levantamento e devolução dos documentos.

**VII - Termo de Inspeção Fiscal - TIFI:**

- a) a descrição do fato que ocasionar a inspeção;
- b) a ação expressa do dispositivo legal que constitui a infração e comina a sanção;

**VIII - Termo de Sujeição a Regime Especial de Fiscalização - TREF:**

- a) a descrição do fato que ocasionar o regime;
- b) a citação expressa do dispositivo legal que constitui a infração e comina a sanção;
- c) as prescrições fiscais a serem cumpridas pelo contribuinte;
- d) o prazo de duração do regime.

**IX - Termo de Intimação - TI:**

- a) a relação de documentos solicitados;
- b) a modalidade de informação pedida e/ou o tipo de esclarecimento a ser prestado e/ou a decisão fiscal cientificada;
- c) a fundamentação legal;
- d) a indicação da penalidade cabível, em caso de descumprimento;
- e) o prazo para atendimento do objeto da intimação.

**X - Termo de Verificação Fiscal - TVF:**

- a) a descrição, circunstanciada, de atos e fatos ocorridos no plantão e presentes no levantamento para elaboração de arbitramento, apuração de estimativa e homologação de lançamento;
- b) a citação expressa da matéria tributável.

**CAPÍTULO II****DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO****Seção I****Das Disposições Preliminares**

Artigo 30. O Processo Administrativo Tributário será:

- I - regido pelas disposições deste decreto;
- II - iniciado por petição da parte interessada ou de ofício, pela Autoridade Fiscal;

III - aquele que versar sobre interpretação ou aplicação de legislação tributária.

**Seção II****Dos Postulantes**

Artigo 31. O contribuinte poderá postular pessoalmente ou por representante regularmente habilitado ou, ainda, mediante mandato expresso, por intermédio de preposto de representante.

Artigo 32. Os órgãos de classe poderão representar interesses gerais da respectiva categoria econômica ou profissional.

**Seção III****Dos Prazos**

Artigo 33. Os prazos:

I - são contínuos e peremptórios, excluindo-se, em sua contagem, o dia do início e incluindo-se o do vencimento;

II - só se iniciam ou se vencem em dia de expediente normal do órgão em que ocorra o processo ou em que deva ser praticado o ato;

III - serão de 30 (trinta) dias para:

- a) apresentação de defesa;
- b) elaboração de contestação;
- c) pronunciamento e cumprimento de despacho e decisão;
- d) resposta à consulta;
- e) interposição de recurso voluntário;

IV - serão de 15 (quinze) dias para conclusão de diligência e esclarecimento;

V - serão de 10 (dez) dias para:

- a) interposição de recurso de ofício ou de revista;
- b) pedido de reconsideração.

VI - não estando fixados, serão de 30 (trinta) dias para a prática de ato a cargo do interessado;

VII - contar-se-ão:

- a) de defesa, a partir da notificação de lançamento de tributo ou ato administrativo dele decorrente ou da lavratura do Auto de Infração e Termo de Intimação;
- b) de contestação, diligência, consulta, despacho e decisão, a partir do recebimento do processo;
- c) de recurso, pedido de reconsideração e cumprimento de despacho e decisão, a partir da ciência da decisão ou publicação do acórdão.

VIII - fixados, suspendem-se a partir da data em que for determinada qualquer diligência, recomeçando a fluir no dia em que o processo retornar.

**Seção IV****Da Petição**

Artigo 34. A petição:

I - será feita através de requerimento contendo as seguintes indicações:

- a) nome ou razão social do sujeito passivo;
- b) número de inscrição no Cadastro Fiscal;
- c) domicílio tributário;
- d) a pretensão e seus fundamentos, assim como declaração do montante que for resultado devido, quando a dúvida ou o litígio versar sobre valor;
- e) as diligências pretendidas, expostos os motivos que as justifiquem.

II - será indeferida quando manifestadamente inepta ou a parte for ilegítima, ficando, entretanto, vedado à repartição recusar o seu recebimento;

III - não poderá reunir matéria referente a tributos diversos, bem

como impugnação ou recurso relativo a mais de um lançamento, decisão, Sujeito Passivo ou Auto de infração e Termo de Intimação.

## Seção V

### Da Instauração

Artigo 35. O Processo Administrativo Tributário será instaurado por:

I - petição do contribuinte, responsável ou seu preposto, reclamando contra lançamento de tributo ou ato administrativo dele decorrente;

II - Auto de Infração e Termo de Intimação.

Artigo 36. O servidor que instaurar o processo:

I - receberá a documentação;

II - certificará a data de recebimento;

III - numerará e rubricará as folhas dos autos;

IV - o encaminhará para a devida instrução.

## Seção VI

### Da Instrução

Artigo 37. A autoridade que instruir o processo:

I - solicitará informações e pareceres;

II - deferirá ou indeferirá provas requeridas;

III - numerará e rubricará as folhas apensadas;

IV - mandará cientificar os interessados, quando for o caso;

V - abrirá prazo para recurso.

## Seção VII

### Das Nulidades

Artigo 38. São nulos:

I - os Atos fiscais praticados e os Autos e Termos de Fiscalização lavrados por pessoa que não seja Autoridade Fiscal;

II - os atos executados e as decisões proferidas por autoridade incompetente, não fundamentados ou que impliquem pretensão ou prejuízo do direito de defesa.

Parágrafo Único. A nulidade do ato não alcança os atos posteriores, salvo quando dele decorram ou dependam.

Artigo 39. A nulidade será declarada pela autoridade competente para praticar o ato, ou julgar a sua legitimidade.

Parágrafo Único. Na declaração de nulidade, a autoridade dirá os atos alcançados e determinará as providências necessárias ao prosseguimento ou à solução do processo.

## Seção VIII

### Das Disposições Diversas

Artigo 40. O processo será organizado em ordem cronológica e terá suas folhas numeradas e rubricadas.

Artigo 41. É facultado do Sujeito passivo ou a quem o represente, sempre que necessário, ter vista dos processos em que for parte.

Artigo 42. Os documentos apresentados pela parte poderão ser restituídos, em qualquer fase do processo, desde que não haja prejuízo para a solução deste, exigindo-se a substituição por cópias autenticadas.

Artigo 43. Pode o interessado, em qualquer fase do processo em que seja parte, pedir certidão das peças relativas aos atos decisórios, utilizando-se, sempre que possível, de sistemas reprográficos,

com autenticação por funcionário habilitado.

§ 1º. Da certidão constará, expressamente, se a decisão transitou ou não em julgado na via administrativa.

§ 2º. Só será dada Certidão de atos opinativos quando os mesmos forem indicados expressamente, no atos decisórios, como seu fundamento.

§ 3º. Quando a finalidade da Certidão for instruir processo judicial, mencionar-se-á o direito em questão e fornecer-se-ão dados suficientes para identificar a ação.

Artigo 44. Os interessados podem apresentar suas petições e os documentos que os instruírem em duas vias, a fim de que a segunda-via lhes seja devolvida devidamente autenticada pela repartição, valendo como prova de entrega.

Artigo 45. As incorreções ou omissões em autos ou peças de processo tributário administrativo não acarretarão a sua nulidade, podendo ser corrigidas ou saneadas em qualquer fase, devolvendo-se os prazos de defesa, se for o caso.

Artigo 46. A inobservância dos prazos destinados a instrução, movimentação e julgamento de processos, responsabilizará disciplinarmente o servidor culpado.

## CAPÍTULO III

### DO PROCESSO CONTENCIOSO FISCAL

#### Seção I

##### Do Litígio Tributário

Artigo 47. O litígio tributário considera-se instaurado com a apresentação, pelo postulante, de impugnação de exigência.

Parágrafo Único. O pagamento de Auto de Infração e Termo de Intimação ou o pedido de parcelamento importa reconhecimento da dívida, pondo fim ao litígio.

#### Seção II

##### Da Defesa

Artigo 48. A defesa que versar sobre a parte da exigência implicará pagamento da parte não-impugnada.

Parágrafo Único. Não tendo efetuado o pagamento, no prazo estabelecido, da parte não-impugnada, será promovida a sua cobrança, devendo, para tanto, ser instaurado outro processo com elementos indispensáveis à sua instrução.

#### Seção III

##### Da Contestação

Artigo 49. Apresentada a defesa, o processo será encaminhado à Autoridade Fiscal, responsável pelo procedimento, ou seu substituto, para que ofereça contestação.

§ 1º. Na contestação, a Autoridade Fiscal alegará a matéria que entender útil, indicando ou requerendo as provas que pretende produzir, juntando desde logo as que constarem do documento.

§ 2º. Não se admitirá prova fundada em depoimento pessoal de funcionário municipal ou representante da Fazenda Pública Municipal.

#### Seção IV

##### Da Competência

Artigo 50. São competentes para julgar na esfera administrativa: I - em primeira instância, o Secretário Municipal de Administração

e Finanças;  
II - em segunda instância, o Prefeito Municipal.

#### Seção V

##### Do Julgamento em Primeira Instância

Artigo 51. Elaborada a contestação, o processo será remetido ao Secretário Municipal de Administração e Finanças para proferir a decisão.

Artigo 52. A autoridade julgadora não ficará adstrita às alegações das partes, devendo julgar de acordo com sua convicção, em face das provas produzidas no processo.

Artigo 53. Se entender necessárias, o Secretário Municipal de Administração e Finanças determinará, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, a realização de diligências, inclusive perícias, indeferindo as que considerar prescindíveis ou impraticáveis.  
Parágrafo Único. O sujeito passivo apresentará os pontos de discordância e as razões e provas que tiver e indicará, no caso de perícia, o nome e endereço de seu perito.

Artigo 54. Se deferido o pedido de perícia, a autoridade julgadora de primeira instância designará servidor para, como perito da fazenda, proceder, juntamente com o perito do sujeito passivo, ao exame do requerido.

§ 1º. Se as conclusões dos peritos forem divergentes, prevalecerá a que coincidir com o exame impugnado.

§ 2º. Não havendo coincidência, a autoridade julgadora designará outro servidor para desempatar.

Artigo 55. Será reaberto prazo para impugnação se, da realização de diligência, resultar alteração da exigência inicial.

§ 1º. Não sendo cumprida nem impugnada a exigência, será declarada a revelia da autoridade julgadora, permanecendo o processo na repartição pelo prazo de 30 (trinta) dias para cobrança amigável do crédito tributário e fiscal.

§ 2º. Esgotado o prazo de cobrança amigável, sem que tenha sido pago o crédito tributário e fiscal, a autoridade julgadora encaminhará o processo à Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal para promover a cobrança executiva.

Artigo 56. A decisão:

I - será redigida com simplicidade e clareza;

II - conterá relatório que mencionará os elementos e Atos Informadores;

III - arrolará os fundamentos de fato e de direito da decisão;

IV - indicará os dispositivos legais aplicados;

V - apresentará o total do débito, discriminando o tributo devido e as penalidades;

VI - concluirá pela procedência ou improcedência do Auto de Infração e Termo de Intimação ou da reclamação contra lançamento ou de Ato Administrativo dele decorrente, definindo expressamente os seus efeitos;

VII - será comunicada ao contribuinte mediante lavratura de Termo de Intimação;

VIII - de primeira instância não está sujeita a pedido de reconsideração;

IX - não sendo proferida, no prazo estabelecido, nem convertido o julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário como se fora julgado procedente o Auto de Infração e Termo de Intimação ou improcedente a reclamação contra lançamento ou Ato Administrativo dele decorrente, cessando, com a interposição do recurso, a jurisdição da autoridade julgadora de primeira instância.

Artigo 57. As inexatidões materiais devidas a lapso manifesto ou os erros de cálculo existentes na decisão poderão ser corrigidos de

ofício ou a requerimento do interessado.

#### Seção VII

##### Do Recurso Voluntário para a Segunda Instância

Artigo 58. Da decisão de primeira instância contrária ao sujeito passivo, caberá recurso voluntário ao Prefeito Municipal, desde que este deposite aos cofres do Município a quantia a 50% (cinquenta por cento) do valor em questão.

Artigo 59. O recurso voluntário:

I - será interposto no órgão que julgou o processo em primeira instância;

II - poderá conter prova documental, quando contrária ou não apresentada na primeira instância;

#### Seção VIII

##### Do Julgamento em Segunda Instância

Artigo 60. Interposto o recurso, o processo será encaminhado ao Prefeito Municipal para proferir a decisão.

§ 1º. Quando o processo não se encontrar devidamente instruído, poderá ser convertido em diligência para se determinar novas provas.

§ 2º. Enquanto o processo estiver em diligência, poderá o recorrente juntar documentos ou acompanhar as provas determinadas.

Artigo 61. O autuante, o autuado e o reclamante, poderão representar-se no julgamento, sendo-lhes facultado o uso da palavra, por 15 (quinze) minutos, após o resumo do processo feito pelo Prefeito.

Artigo 62. O Prefeito não poderá decidir por equidade, quando o acórdão resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.

Parágrafo Único. A decisão por equidade será admitida somente quando, atendendo às características pessoais ou materiais da espécie julgada, for restrita à dispensa total ou parcial de penalidades pecuniárias, nos casos em que não houver dolo, fraude ou simulação.

Artigo 63. A decisão referente a processo julgado será publicada no Órgão de Publicação Oficial do Município, com ementa sumariando a decisão.

#### Seção IX

##### Da Eficácia da Decisão Fiscal

Artigo 64. Encerra-se o litígio tributário com:

I - a decisão definitiva;

II - a desistência de impugnação ou de recurso;

III - a extinção do crédito;

IV - qualquer ato que importe confissão da dívida ou reconhecimento da existência do crédito;

Artigo 65. O ingresso em juízo, por parte do autuado, inclusive com mandato de segurança, suspende o processo Administrativo Tributário.

Artigo 66. É definitiva a decisão:

I - de primeira instância:

a) na parte que não for objeto de recursos voluntário;

b) esgotado o prazo para recurso voluntário sem que este tenha sido interposto.

II - de segunda instância:

a) esgotado o prazo para pedido de reconsideração sem que este

tenha sido feito.

Artigo 67. O Secretário Municipal de Finanças poderá:

I - autorizar a compensação de créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública Municipal ;

II - propor a celebração, entre o Município e o sujeito passivo, mediante concessões mútuas, de transação para a terminação do litígio e conseqüente extinção de créditos tributários e fiscais.

#### Seção X

#### Da Execução da Decisão Fiscal

Artigo 68. A execução da decisão fiscal consistirá:

I - na lavratura de Termo de Intimação ao recorrente ou sujeito passivo para pagar a importância da condenação ou satisfazer a obrigação acessória;

II - na imediata inscrição, como dívida ativa, para subsequente cobrança por ação executiva, dos débitos constituídos, se não forem pagos nos prazos estabelecidos;

III - na ciência do recorrente ou sujeito passivo para receber a importância recolhida indevidamente ou conhecer da decisão favorável que modificará o lançamento ou cancelará o Auto de Infração e Termo de Intimação.

### CAPÍTULO IV

#### DO PROCESSO NORMATIVO

#### Seção I

#### Da Consulta

Artigo 69. É assegurado ao sujeito passivo da obrigação tributária ou ao seu representante legal o direito de formular consulta sobre a interpretação e a aplicação da legislação tributária municipal, em relação a fato concreto do seu interesse.

Parágrafo Único. Também poderão formular consulta os órgãos da administração pública e as entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais.

Artigo 70. A consulta:

I - deverá ser dirigida à Divisão de Assessoria Jurídica do Município, constando obrigatoriamente:

- a) nome, denominação ou razão social do consulente;
- b) número de inscrição no Cadastro Fiscal;
- c) domicílio tributário do consulente;
- d) sistema de recolhimento do imposto, quando for o caso;
- e) se existe procedimento fiscal, iniciado ou concluído, e lavratura de Auto de Infração e Termo de Intimação;
- f) a descrição do fato objeto da consulta;
- g) se versa sobre hipótese em relação à qual já ocorreu o fato gerador da obrigação tributária e, em caso positivo, a sua data.

II - formulada por procurador, deverá estar acompanhada do respectivo instrumento de mandato;

III - não produzirá qualquer efeito e será indeferida de plano, pela Divisão de Assessoria Jurídica, quando:

- a) não observar os requisitos estabelecidos para a sua petição;
- b) formulada depois de iniciado procedimento fiscal contra o contribuinte ou lavrado Auto de Infração e Termo de Intimação, ou notificação de lançamento, cujos fundamentos se relacionem com a matéria consultada;
- c) manifestadamente protelatória;
- d) o fato houver sido objeto de decisão anterior, ainda não modificada, proferida em consulta ou litígio em que tenha sido parte o consultante;
- e) a situação estiver disciplinada em ato normativo, publicado

antes de sua apresentação, definida ou declarada em disposição literal de lei ou caracterizada como crime ou contravenção penal;

f) não descrever, completa ou exatamente, a hipótese a que se referir, ou não contiver os elementos necessários à sua solução.

IV - uma vez apresentada, produzirá os seguintes efeitos:

a) suspende o curso do prazo para pagamento do tributo em relação ao fato consultado;

b) impede, até o término do prazo fixado na resposta, o início de qualquer procedimento fiscal destinado à apuração de faltas relacionadas com a matéria.

§ 1º. A suspensão do prazo não produz efeitos relativamente ao tributo devido sobre as demais operações realizadas.

§ 2º. A consulta formulada sobre matéria relativa à obrigação tributária principal, apresentada após o prazo previsto para o pagamento do tributo a que se referir não elimina, se considerado este devido, a incidência dos acréscimos legais.

Artigo 71. A Divisão de Assessoria Jurídica órgão encarregado de responder a consulta, caberá:

I - solicitar a emissão de pareceres;

II - baixar o processo em diligência;

III - proferir a decisão.

Artigo 72. Da decisão:

I - não caberá recurso, podendo no entanto haver pedido de reconsideração.

Artigo 73. A decisão definitiva dada à consulta terá efeito normativo e será adotada em circular expedida pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças.

#### Seção II

#### Do Procedimento Normativo

Artigo 74. A interpretação e a aplicação da Legislação Tributária serão definidas em instrução normativa a ser baixada pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Artigo 75. Os órgãos da administração fazendária, em caso de dúvida quanto à interpretação e à aplicação da legislação tributária, deverão solicitar a instrução normativa.

Artigo 76. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 de abril de 1998.

Dr. Manuel Rodriguez Del Olmo  
Prefeito Municipal

Manolo Rodriguez Del Olmo  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 22 dias do mês de abril de 1998.

José Luis Silva  
Chefe de Gabinete

#### CONSULTA

#### A DIVISÃO DE ASSESSORIA JURÍDICA

NOME/RAZÃO SOCIAL:

INSCR. MUNICIPAL:



## SISTEMA DE RECOLHIMENTO DE IMPOSTO:

1) JÁ EXISTE PROCEDIMENTO FISCAL ?  
SIM NÃO

2) EM CASO POSITIVO, JÁ FOI CONCLUÍDO ?  
SIM NÃO

3) FOI LAVRADO AUTO DE INFRAÇÃO E TERMO DE INTIMAÇÃO?  
SIM NÃO

4) EM CASO POSITIVO, QUAL O N.º DO AITI:  
\_\_\_\_\_

5) A CONSULTA VERSA SOBRE HIPÓTESE EM RELAÇÃO À QUAL O FATO GERADOR DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA JÁ OCORREU? SIM NÃO

6) EM CASO POSITIVO, EM QUE DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ .

- DESCRIÇÃO DO FATO E OBJETO DA CONSULTA:

Campo Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_ .

Consulente

ILMO SR. SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

\_\_\_\_\_ vem pela presente no  
(nome/razão social)  
prazo do art. 17 do Decreto n.º 2.406 de 22 de abril de 1998 reclamar contra a estimativa de base de cálculo efetuada através do REFI n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_. Entendo ser justo o valor de \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ em virtude  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ .

Isto posto, peço seja julgado procedente a presente reclamação.

Campo Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_ .

Reclamante

PROCEDENTE

IMPROCEDENTE

S.M.A.F.

**DECRETO N.º 2.405 DE 22 DE ABRIL DE 1998**

DECRETO N.º 2.405 DE 22 DE ABRIL DE 1998.

DISPÕES SOBRE OS LIVROS E DOCUMENTOS FISCAIS RELATIVO AO ISS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e como autoriza o artigo 146 da Lei 2.293 de 23 de dezembro de 1997; DECRETA:

## CAPÍTULO I

Dos Livros em Geral

Art. 1.º) Os contribuintes que tenham por objeto o exercício de atividade em que o imposto é devido sobre o preço do serviço ou receita bruta, deverão manter, para cada um dos estabelecimentos, os livros fiscais denominados:

I - Livro de Registro de Serviços Prestados - LRSP;  
II - Livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências - LRUDFTO;

Art. 2º ) Os livros fiscais serão impressos em folhas numeradas tipograficamente, em ordem crescente.

Art. 3º ) A primeira e a última folha dos livros serão destinadas aos termos de abertura e encerramento, respectivamente.

## CAPÍTULO II

Do Livro de Registro de Serviços Prestados

Art. 4º ) O Livro de Registro de Serviços Prestados, destina-se a registrar:

I - os totais de preços dos serviços prestados, diariamente, com os números das respectivas notas fiscais emitidas;

II - o valor tributável dos serviços prestados, cobrados por substituição e retidos por responsabilidade;

III - a alíquota aplicável;

IV - o valor do imposto a recolher;

V - os números e datas das guias de pagamento relativas ao ISS-QN, com nome do respectivo banco;

VI - valor do imposto cobrado por substituição e retido por responsabilidade;

VII - coluna para "Observações" e anotações diversas.

Parágrafo Único - No caso de registro de serviços e impostos cobrados por substituição ou retidos por responsabilidade, o contribuinte deverá fazer menção da escrituração na coluna "Observações".

## CAPÍTULO III

Do Livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrência

Art. 5º ) O Livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, destina-se a registrar:

I - documentos confeccionados por estabelecimentos gráficos ou pelo próprio contribuinte usuário;

II - a lavratura, pelo Fisco, de termos de ocorrências.

## CAPÍTULO IV

Da Autenticação de Livro Fiscal

Art. 6º ) Os livros fiscais deverão ser autenticados pela repartição fiscal competente, antes de sua utilização.

Art. 7º ) A autenticação será feita mediante sua apresentação à repartição fiscal, acompanhado do comprovante de inscrição.

- 1º - A autenticação será feita na própria página em que o termo de abertura for lavrado e assinado pelo contribuinte ou seu representante legal.

- 2º - A nova autenticação só será concedida mediante a apresentação do livro encerrado.

## CAPÍTULO V

Da Escrituração de Livro Fiscal

Art. 8º ) Os lançamentos, nos livros fiscais, devem ser feitos a tinta, com clareza e exatidão, observada rigorosa ordem cronológica e, somados no último dia de cada mês, sendo permitida a escrituração por processo mecanizado ou computação eletrônica de danos, cujos modelos a serem utilizados ficarão sujeitos à prévia autorização no órgão fiscal competente.

- 1º - Os livros não podem conter emendas, borrões, rasuras, bem como páginas, linhas ou espaços em branco.

- 2º - Quando ocorrer a existência de rasuras, emendas, ou borrões as retificações serão esclarecidas na coluna "Observações".

- 3º - A escrituração dos livros fiscais não poderá atrasar mais de

10 (dez) dias.

Art. 9º ) Nos casos de simples alteração de denominação, local ou atividade, a escrituração continuará nos mesmos livros fiscais, devendo, para tanto, apor, através de carimbo, a nova situação.

Art. 10 ) Os contribuintes que possuírem mais de um estabelecimento, manterão escrituração fiscal distinta em cada um deles.

Art. 11 ) Os livros fiscais, serão de exibição obrigatória à Fiscalização Municipal e deverão ser conservados, no arquivo do contribuinte, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data do encerramento da escrituração.

## CAPÍTULO VI

### Dos Documentos Fiscais

Art. 12 ) Os contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, devido sobre o preço ou receita bruta, emitirão obrigatoriamente os seguintes Documentos Fiscais:

- I - Nota Fiscal de Serviços;
- II - Nota Fiscal Fatura de Serviços;
- III - Declaração de Serviços de Instituições Financeiras - DESIF;
- IV - Declaração Mensal de Substituição e Responsabilidade Tributária - DERET

Art. 13 ) O estabelecimento prestador de serviços imitirá a Nota Fiscal de Serviços, sempre que:

- I - executar serviços;
- II - receber adiantamentos ou sinais.

Art. 14 ) Sem prejuízo de disposições especiais, inclusive quando concernentes a outros impostos, a Nota Fiscal de Serviços conterá:

- I - a denominação Nota Fiscal de Serviços;
  - II - o número de ordem, número da via e destinação;
  - III - natureza dos serviços;
  - IV - nome, endereço e os números de inscrição municipal e o CGC do estabelecimento emitente;
  - V - o nome, endereço e CGC do estabelecimento usuário dos serviços;
  - VI - a discriminação das unidades e quantidades;
  - VII - a discriminação dos serviços prestados;
  - VIII - os valores unitários e respectivos totais;
  - IX - o nome, o endereço e os números de inscrição estadual e no CGC do impressor da nota, a data e a quantidade de impressão, o número de ordem da primeira e da última nota impressa, o número de vias e o número da "Autorização de Impressão de Documento Fiscal"- AIDF;
  - X - data da emissão;
  - XI - o dispositivo legal relativo à imunidade ou à não-incidência do imposto sobre serviço de qualquer natureza, quando for o caso.
- Parágrafo Único - As indicações dos incisos I, II, IV e IX serão impressas tipograficamente.

Art. 15 ) São dispensados da emissão de notas fiscais de serviços:

- I - os estabelecimentos fixos de diversões públicas que vendam bilhetes, cautelas e similares;
  - II - os estabelecimentos de ensino, desde que os documentos a serem emitidos, referentes à prestação dos respectivos serviços, sejam aprovados pela repartição fiscal;
  - III - concessionários de transporte coletivo, exceto quando da ocorrência de serviços especiais contratados por terceiros;
  - IV - demais contribuintes que, pela característica de atividade pela documentação e controle contábil próprio permita a verificação de efetiva receita de prestação, a juízo da repartição fiscal.
- 1º - Ao profissional autônomo e às empresas que recolham o imposto com base em percentuais fixos da UFIR, bem como as amparadas por imunidade, é facultada a emissão de nota fiscal.
  - 2º - Tratando-se de diversões em caráter permanente, exceto

cinemas, a confecção de bilhetes, cautelas e similares, dependerá de prévia autorização da repartição fiscal.

- 3º - Tratando-se de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, sociedade de crédito, financiamento e investimentos (financeiras), sociedades de crédito imobiliário, inclusive associações de poupança e empréstimos, sociedade corretoras de título, câmbio e valores mobiliários, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, a dispensa da emissão de Nota Fiscal de Serviços fica condicionada:

- a) à manutenção, a disposição do Fisco Municipal, de balancetes analíticos, a nível de subtítulo interno;
- b) a apresentação dos livros e documentos legais relacionados ao fato gerador do imposto;
- c) ao preenchimento e entrega da Declaração de Serviços de Instituições Financeiras DESIF.

Parágrafo Único - Em nenhuma hipótese a DESIF desobriga o contribuinte da utilização do Livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrência.

Art. 16 ) Os documentos fiscais, serão extraídos por decalque ou carbono, devendo ser manuscritos, a tinta, ou lápis-tinta, ou preenchido por processo mecanizado ou de computação eletrônica, com indicação legível em todas as vias.

Art. 17 ) Quando a operação estiver beneficiada por imunidade, essa circunstância será mencionada no documento fiscal, indicando-se o dispositivo legal pertinente.

Art. 18 ) Considerar-se-ão inidôneos, fazendo prova apenas a favor do Fisco, os documentos que não obedecerem às normas contidas nesta Lei.

Art. 19 ) As Notas Fiscais serão numeradas tipograficamente, em ordem, de 000001 a 999999, e enfaixadas em blocos uniformes de cinquenta jogos, admitindo-se em substituição aos blocos, que as Notas Fiscais sejam confeccionadas em formulários contínuos.

- 1º - Atingindo-se o número de 999.999, a numeração deverá ser reiniciada, aumentando-se outra letra idêntica a da série.

- 2º - As Notas Fiscais não poderão ser emitidas fora da ordem do mesmo bloco, nem extraídas de bloco novo sem que se tenha esgotado o de numeração imediatamente anterior.

Art. 20 ) Quando a Nota Fiscal for cancelada conservar-se-ão, no bloco, todas as vias com declaração dos motivos que determinaram o cancelamento.

## CAPÍTULO VII

### Da Nota Fiscal de Serviços

Art. 21 ) A Nota Fiscal de Serviços, que não será inferior a 115 x 170 mm, será extraída no mínimo, em 3 (três) vias, que terão as seguintes destinações:

- I - a primeira via - usuário dos serviços;
- II - a segunda via - contribuinte;
- III - a terceira via - presa ao bloco, para exibição ao Fisco;

## CAPÍTULO VIII

### Da Nota Fiscal Fatura de Serviços

Art. 22 ) A Nota Fiscal poderá servir como Fatura, feita a inclusão dos elementos necessários, caso em que a denominação, passa a ser Nota Fiscal Fatura de Serviços.

## CAPÍTULO IX

### Das Declarações Fiscais

Art. 23 ) As Declarações Fiscais serão preenchidas, mensalmente, inclusive quando não houver receita, substituição ou responsabilidade sujeitas ao ISSQN, quando deverá conter: "NÃO HOUVE



**MOVIMENTO TRIBUTÁVEL”.**

Art. 24 ) As Declarações Fiscais, que não serão inferiores a 20 x 30 cm, serão extraídas, no mínimo, em 2 (duas) vias, que terão a seguinte destinação:

I - a primeira via - Prefeitura;

II - a segunda via - arquivo do contribuinte, em ordem cronológica, à disposição do fisco.

Art. 25 ) O contribuinte deverá preencher as Declarações Fiscais e entregá-las até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da ocorrência.

Art. 26 ) O não preenchimento das Declarações Fiscais, a omissão de elementos ou de sua entrega, a repartição competente, nos prazos estabelecidos, implicará penalidades previstas neste Decreto.

**CAPÍTULO X****Da Autorização de Impressão de Documento Fiscal**

Art. 27 ) Os estabelecimentos gráficos somente poderão confeccionar os documentos fiscais mediante prévia autorização do órgão competente do Departamento de Finanças.

- 1º - A autorização será concedida por solicitação do contribuinte, mediante preenchimento de Autorização de Impressão de Documento Fiscal - AIDF, contendo as seguintes indicações mínimas:

I - a denominação Autorização de Impressão de Documento Fiscal - AIDF;

II - nome, endereço e número de inscrição municipal, e do CGC, do estabelecimento gráfico;

III - nome, endereço e número de inscrição municipal e do CGC do usuário dos documentos fiscais a serem impressos;

IV - espécie do documento fiscal, série, número inicial e final dos documentos a serem impressos, quantidade e título;

V - observações;

VI - data do pedido;

VII - data da entrega da autorização já deferida e assinatura da pessoa a quem tenha sido entregue.

- 2º - Cada estabelecimento gráfico deverá possuir talonário próprio, em jogos soltos, de Autorização de Impressão de Documento Fiscal.

- 3º - O formulário será preenchido em 3 (três) vias, com a seguinte destinação:

I - primeira via - repartição fiscal, para juntada ao prontuário do estabelecimento usuário;

II - segunda via - estabelecimento usuário;

III - terceira via - estabelecimento gráfico.

- 4º - A autorização de que trata o artigo poderá ser cancelada, a juízo do fisco.

Art. 28) Os contribuintes do imposto sobre serviços de qualquer natureza, que também o sejam do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços, poderão, caso o Fisco Estadual autorize, utilizar o modelo de Nota Fiscal Estadual, adaptada as operações que envolvam a incidência dos dois impostos.

Parágrafo Único - Após a autorização do Fisco Estadual, o contribuinte deverá submeter a nota fiscal à aprovação ao Fisco Municipal, juntando:

I - cópia do despacho da autorização estadual, atestando que o modelo satisfaz às exigências da legislação respectiva;

II - o modelo de Nota Fiscal adaptada e autorizada pelo fisco Estadual;

III - razões que levaram o contribuinte a formular o pedido.

Art. 29) A Autorização de Impressão de Documento Fiscal - AIDF será concedida ao contribuinte mediante a observância dos seguintes critérios:

I - para solicitação inicial, será concedida autorização para a

impressão de, no máximo, 02 (dois) talonários;

II - para as demais solicitações, será concedida autorização para a impressão, com base na média mensal de emissão, de quantidade necessária para suprir a demanda do contribuinte, no máximo, por 06 (seis) meses;

Parágrafo único - O disposto no inciso I e II não se aplica a formulários contínuos destinados à impressão de documentos fiscais por processamento eletroeletrônico de dados, quando será concedida autorização para a impressão a juízo da autoridade competente.

Art. 30 ) Nas solicitações de Autorização de Impressão de Documento Fiscal, executando-se os casos de pedido inicial, será exigida a apresentação de fotocópia do último documento fiscal emitido, além das guias de recolhimento de ISSQN, relativas aos últimos 03 (três) meses.

Art. 31 ) O prazo para utilização de documento fiscal fica fixado em 12 (doze) meses, contados da data de expedição da AIDF, sendo que o Estabelecimento Gráfico fará imprimir no cabeçalho, em destaque, logo após a denominação do documento fiscal e, também, logo após o número e a data da AIDF constantes de forma impressa, a data limite para seu uso, com inserção da seguinte expressão: “válida (o) para uso até ...” (doze meses após a data da AIDF).

Art. 32 ) Encerrado o prazo estabelecido no artigo anterior, os documentos fiscais, ainda não utilizados, serão cancelados pelo próprio contribuinte, que conservará todas as vias dos mesmos, fazendo constar no Livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, na coluna “Observações”, as anotações referentes ao cancelamento.

Art. 33 ) Considera-se inidôneo, para todos os efeitos legais, o documento fiscal e gerencial emitido após a data limite de sua utilização, independentemente de formalidade ou atos administrativos de autoridade fazendária municipal.

**CAPÍTULO XI****Do Regime Especial de Escrituração de Livro Fiscal e Emissão de Documento Fiscal**

Art. 34 ) O Secretário Municipal de Finanças poderá estabelecer, de ofício ou a requerimento do interessado, regime especial para escrituração de livro fiscal e emissão de documento fiscal.

Art. 35 ) O pedido de concessão de regime especial, inclusive através de processamento de dados, será apresentado pelo contribuinte à repartição competente,

Parágrafo Único - O pedido deve ser instruído quanto à identificação da empresa e de seus estabelecimentos, se houver, e com “fac simile” dos modelos e sistemas pretendidos, com a descrição geral de sua utilização.

Art. 36) A extensão do regime especial concedido pelo Fisco de outro Município dependerá de aprovação por parte da autoridade competente.

Parágrafo Único - Para aprovação do regime, o contribuinte deverá instruir o pedido com cópia autenticadas de todo expediente relativo à concessão obtida.

Art. 37 ) Na hipótese de contribuinte simultâneo do ICMS e do ISSQN e que deseje um único sistema de escrituração de livro e emissão de documento fiscal deverá, primeiramente, obter aprovação do Fisco Estadual e, posteriormente cumprir o procedimento estabelecido.

**CAPÍTULO XII****Do Extravio e da Inutilização de Livro e Documento Fiscal**

Art. 38 ) O extrativo ou inutilização de livros e documentos fiscais deve ser comunicado, por escrito, à repartição fiscal competente, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da ocorrência.

- 1º - A comunicação deve mencionar as circunstâncias de fato, esclarecer se houve registro policial, identificar os livros e documentos extraviados ou inutilizados, informar a existência de débito fiscal e dizer da possibilidade de reconstituição da escritura, que deverá ser efetuada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

- 2º - O contribuinte fica obrigado, ainda, a publicar edital sobre o fato, em jornal oficial ou no de maior circulação do Município, que deverá instruir a comunicação prevista no parágrafo anterior.

- 3º - A legalização dos novos livros fica condicionada à observância do disposto neste artigo.

### CAPÍTULO XIII

#### Das Disposições Finais

Art. 39 ) Todo contribuinte é obrigado a exhibir os livros e documentos fiscais e os documentos gerenciais, os comprovantes da escrita e os documentos instituídos neste Decreto, bem como prestar informações e esclarecimentos sempre que os solicitem as Autoridades Fiscais.

Art. 40 ) Os livros obrigatórios de escrituração e fiscal, bem como os documentos fiscais e não fiscais comprovantes dos lançamentos neles efetuados, deverão ser conservados pelo prazo de 5 (cinco) anos, no estabelecimento respectivo, à disposição da fiscalização, e dele só poderão ser retirados para atender à requisição da Autoridade Fiscal.

Parágrafo Único - É facultada a guarda do Livro de Registro de Serviços Prestados pelo responsável pela escrita fiscal e comercial do contribuinte.

Art. 41 ) Os contribuintes obrigados à emissão de Nota Fiscal de Serviço poderão manter, em local visível e de acesso ao público, junto ao local de pagamento, ou onde o fisco vier a indicar, mensagem no seguinte teor. "Este estabelecimento é obrigado a emitir Nota Fiscal de Serviço-Reclamações fone 632-2266.

Parágrafo Único - A mensagem será inscrita em placa ou painel de dimensões não inferiores a 25 cm x 40 cm.

Art. 42 ) O contribuinte, prestador de serviços de obras de construção civil ou hidráulicas, deverá individualizar, por obra, sua escrituração fiscal.

Parágrafo Único - Ficam dispensadas de efetuar a individualidade na escritura fiscal os contribuintes que, na escrita comercial, efetuam a individualização determinada neste artigo.

Art. 43 ) É facultado ao contribuinte aumentar o número de vias dos documentos fiscais fazer conter outras indicações de interesse do emitente, desde que não prejudiquem a clareza do documento nem as disposições desta Lei.

Art. 44 ) Os modelos de Documentos Fiscais, bem como os formulários, serão baixados, através de Portaria do Secretário Municipal de Finanças, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação desta Lei.

Art. 45 ) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 de abril de 1998.

Dr. Manuel Rodriguez Del Olmo  
Prefeito Municipal

Manolo Rodriguez Del Olmo  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 22 dias do mês de abril de 1998.

José Luis Silva  
Chefe de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

#### "AUTORIZAÇÃO DE IMPRESSÃO DE DOCUMENTO FISCAL"

N.º \_\_\_\_\_

PEDIDO INICIAL:                      SIM              NÃO

FICA AUTORIZADO \_\_\_\_\_  
(NOME/RAZÃO SOCIAL)

INSCR. MUNICIPAL N.º : \_\_\_\_\_  
CGC \_\_\_\_\_

RESIDENTE A \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ A IMPRIMIR:

ESPÉCIE	DO	DOCUMENTO	FISCAL:
_____	_____	SÉRIE: _____	_____

Nº INICIAL: \_\_\_\_\_ Nº FINAL: \_\_\_\_\_  
NA QUANTIDADE DE \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ TALONÁRIOS, DO SOLICITANTE \_\_\_\_\_  
(NOME/RAZÃO SOCIAL)

INSCR. MUNICIPAL N.º : \_\_\_\_\_  
CGC \_\_\_\_\_

RESIDENTE A \_\_\_\_\_

OBS: 1) PARA SOLICITAÇÃO INICIAL ESTÁ CONCEDIDA AUTORIZAÇÃO PARA IMPRESSÃO DE, NO MÁXIMO, 2 (DOIS) TALONÁRIOS, SALVO SE VERIFICADA CONDIÇÃO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 36 DO DECRETO N.º 2.405/98.

2) SALVO PEDIDO INICIAL, NOS DEMAIS SERÁ EXIGIDA APRESENTAÇÃO DA FOTOCÓPIA DO ÚLTIMO DOCUMENTO FISCAL E DAS 3 ÚLTIMAS GUIAS DE RECOLHIMENTO DO ISSQN.

Campo Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Chefe da Divisão de Tributação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

\_\_\_\_\_ vem pela presente  
(NOME/RAZÃO SOCIAL)  
requerer autorização para utilizar o modelo de Nota Fiscal Estadual para as operações que envolvam a incidência de ICMS pela razão \_\_\_\_\_

(RAZÕES DO PEDIDO)

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

Campo Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Requerente

CÓPIA DA NOTA FISCAL ADAPTADA E  
AUTORIZADO  
AUTORIZADA PELO FISCO ESTADUAL

CÓPIA DO DESPACHO/DECISÃO DO FISCO  
NÃO AUTORIZADO  
ESTADUAL QUE AUTORIZA A UTILIZAÇÃO  
DE NOTA ADAPTADA.

OBS: \_\_\_\_\_

Secretário de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

\_\_\_\_\_ vem pela presente  
(nome/razão social/ inscrição municipal)  
requerer concessão de regime especial para escrituração de livro  
fiscal e emissão de documentos fiscais.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

Campo Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_ .

Requerente

FAX SMILE DOS MODELOS

CONCEDIDO

MODELO DE NOTA FISCAL ESTADUAL  
NÃO CONCEDIDO

OBS: \_\_\_\_\_

Secretário de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

REGISTRO DE EXTRAVIO E/OU INUTILIZAÇÃO  
DE LIVRO E/OU DOCUMENTO FISCAL.

CONTRIBUINTE: \_\_\_\_\_ INSCR.  
MUN: \_\_\_\_\_

INUTILIZAÇÃO

EXTRAVIO

LIVROS FISCAIS: \_\_\_\_\_

DOCUMENTOS FISCAIS: \_\_\_\_\_

REGISTRO POLICIAL: \_\_\_\_\_

PUBLICAÇÃO EM JORNAL: \_\_\_\_\_

EXISTIA DÉBITO FISCAL: SIM NÃO

É POSSÍVEL A RECONSTITUIÇÃO DA ESCRITURA EM ATÉ 60  
DIAS? SIM NÃO

OBS: \_\_\_\_\_

Afirmo serem verdadeiros os fatos acima mencionados.

Assinatura do Contribuinte

(ciente) da Autoridade Fiscal

PORTARIA N.º \_\_\_\_ DE \_\_\_\_ DE ABRIL DE 1998.

APROVA MODELOS DE DOCUMENTOS FISCAIS E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS no uso das atri-  
buições que lhe conforme o art.43, do Decreto n.º2.405 de 22 de  
abril de 1998, Resolve;

Art. 1º) Ficam aprovados os modelos de Documentos Fiscais e  
Formulários, parte integrante desta Portaria, a serem utilizados  
pelo Fisco e pelo contribuinte no cumprimento do disposto no De-  
creto 2.405 de 22 de abril de 1998.

Art. 2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, \_\_\_\_  
de abril de 1998.

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Portaria na Divisão de Expe-  
diente desta Prefeitura Municipal, aos \_\_\_\_ dias do mês de abril  
de 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

ESTE ESTABELECIMENTO É OBRIGADO A EMITIR NOTA FISCAL  
DE SERVIÇO.

RECLAMAÇÕES - 632-2266 RAMAL 108

(NOME FANTASIA)	NOTA FISCAL DE SERVIÇOS	
RAZÃO SOCIAL	SÉRIE ÚNICA Nº _____	
ENDEREÇO	nº da Via	
FONE/FAX: 632-0000	CGC:00.000.000/0002-00 INSCR. EST: 223458799-78	
89.294.000 Campo Alegre - SC	INSCR. MUNIC:568789-89	
NOME: _____		
ENDEREÇO _____		
CIDADE: _____ ESTADO: _____		
CGC: _____ INSCR. ESTADUAL:		
PEDIDO N.º _____ COND. PGTO.		
NATUREZA DA OPERAÇÃO: _____		
DATA: _____		

QTDE	UNID.	DISCRIMINAÇÃO DE SERVIÇOS	PREÇOS UNITÁRIO TOTAL
VALOR DO SERVIÇO: R\$ _____			
R\$ _____			
TOTAL DA NOTA: R\$ _____			
( ASSINATURA)			
DISPOSITIVO LEGAL RELATIVO A IMUNIDADE OU À NÃO INCIDÊNCIA DO IMPOSTO QUANDO FOR O CASO.			
NOME DA GRÁFICA - ENDEREÇO - CGC - INSCR. EST. - CIDA- DE - SC -			
QTDE DE TALONÁRIOS X N.º DE VIAS - N.º DE ORDEM DA 1ª A ÚLTIMA NOTA IMPRESSA			
AIDF - PMCA N.º _____ EM ____/____/____.			

**DECRETO Nº 2.404 DE 17 DE ABRIL DE 1998**

DECRETO Nº 2.404 DE 17 DE ABRIL DE 1998.

APROVA FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; DECRETA:

Art. 1º) Aprovada a Ficha de Acompanhamento de Estágio Probatório, parte integrante deste Decreto, que regulamenta ao art. 29 da Lei 2.303 de 17 de março de 1998.

Art. 2º) Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
17 de abril de 1998.

Dr. Manuel Rodriguez Del Olmo  
Prefeito Municipal

Manolo Rodriguez Del Olmo  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 17 dias do mês de abril de 1998.

José Luis Silva  
Chefe de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
DIVISÃO PESSOAL

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

NOME:  
CARGO:  
LOTAÇÃO/SECRETARIA:  
SETOR  
DATA DA POSSE:  
PERÍODO DE ACOMPANHAMENTO: MESES DE

## I - ASSIDUIDADE E PONTUALIDADE

Comparecimento com regularidade ao lugar onde se desempenha os deveres ou funções. No período de avaliação.

## 1 - Faltas INJUSTIÇADAS

- a) Nenhuma  
b) Uma (01)  
c) Duas (02) ou três (03)  
d) Mais de três (03)

## 2 - Entradas tardias e/ou saídas antecipadas INJUSTIÇADAS

- a) Nenhuma  
b) Uma (01)  
c) Duas (02) ou três (03)  
d) Mais de três (03)

## II - DISCIPLINA

Ordem que convém ao funcionamento regular da Instituição. Observância de preceitos ou normas.

- a) Está sempre pronto a acatar as ordens recebidas
- b) Acatar as ordens, mas com má vontade
- c) Não acata as ordens recebidas

COMENTÁRIOS:

---

---

---

---

---

### III - CAPACIDADE DE INICIATIVA

Desempenha as funções com desenvoltura, assumindo com boa vontade a execução do serviço, e demonstrando interesse em aprender as coisas ligadas ao trabalho? Avalie este fator, marcando com "X" a nota atribuída.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

#### IV - PRODUTIVIDADE

Adapta-se ao serviço, produz dentro dos padrões predeterminados, alcançando o resultado esperado? Avalie este fator, marcando com "X" a nota atribuída.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

COMENTÁRIOS:

---

---

---

---

---

## V - RESPONSABILIDADE

Demonstra zelo na execução das tarefas, mantendo nas relações de trabalho, comportamento condizente com a sua qualidade de servidor público? Avalie este fator, marcando com "X" a nota atribuída.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

COMENTÁRIOS:

---

---

---

---

---

## VI - EFICIÊNCIA

Cumprir o trabalho com perfeição, buscando orientação para solucionar problemas ou dúvidas, quando não dispõe de informações

suficientes? Avalie este fator, marcando com "X" a nota atribuída.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

COMENTÁRIOS:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

#### VII - CAPACIDADE PEDAGÓGICA PARA O MEMBRO DO MAGISTÉRIO

Possui domínio metodológico e conteúdo programático-curricular? Avalie este fator, marcando com "X" a nota atribuída.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

COMENTÁRIOS:

Chefia Imediata \_\_\_\_\_

Diretor do Departamento: \_\_\_\_\_

Secretário: \_\_\_\_\_

Campo Alegre, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 1998.

Assinatura do Avaliado

#### Decreto Nº 2.403 de 17 de Abril de 1998

DECRETO Nº 2.403 DE 17 DE ABRIL DE 1998.

REGULAMENTA O DISPOSTO NO ART. 68 DA LEI N.º 2.303, DE 17 MARÇO DE 1998, RELATIVO A INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTES AOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; DECRETA:

Art. 1º) O disposto na art. 69 da Lei n.º 2.303, de 17 de março de 1998, relativo à indenização de transporte aos servidores públicos municipais, fica assim regulamentado:

§ 1º - O servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos da administração, por força das atribuições próprias do cargo, fará jus à indenização que é fixada em R\$ 0,30 (trinta centavos) por quilômetro rodado, sem prejuízo da diária.

§ 2º - A utilização de veículo próprio dependerá de prévia autorização dos titulares da Secretaria e órgão de lotação do servidor, aos quais competem o controle e fiscalização ao fiel cumprimento desta norma.

§ 3º - A indenização será feita até o 5º (quinto) dia após sua requisição, formulada pelos titulares da Secretaria e órgão responsáveis, à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, que efetuará o pagamento mediante a entrega de vale-combustível, emitidos por empresa do ramo de tickets devidamente autorizada, no valor da indenização, ou em dinheiro.

§ 4º - A comprovação da despesa fiar-se-á por documento próprio, assinado pelo titular da Secretaria ou órgão, chefia imediata e pelo servidor a ser indenizado.

Art. 2º) Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
17 de abril de 1998.

Dr. Manuel Rodriguez Del Olmo  
Prefeito Municipal

Manolo Rodriguez Del Olmo  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 17 dias do mês de abril de 1998.

José Luis Silva  
Chefe de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE  
ESTADO DE SANTA CATARINA

#### AUTORIZAÇÃO

Autorizo, para fins de indenização como dispõe o Decreto 2.403/98, o servidor \_\_\_\_\_ a execução de serviços externos de administração em vínculo próprio para a localidade de \_\_\_\_\_ a fim de \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_.

Campo Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 1998.

#### SECRETÁRIO

DECRETO Nº \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 1998.

REGULAMENTA O DISPOSTO NO ART. 67 DA LEI N.º 2.303, DE 17 MARÇO DE 1998, RELATIVO À CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; DECRETA:

Art. 1º) O disposto na art. 66 da Lei n.º 2.303, de 17 de março de 1998, relativo à concessão de diárias aos servidores públicos municipais, fica assim regulamentado:

- 1º - O servidor que se deslocar em caráter eventual ou transitório do Município, a serviço, fará jus a passagens e diárias, para cobrir as despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana, no decorrer do período de afastamento.

- 2º - Não serão atribuídas diárias nos dias de viagem, quando as despesas de alimentação e pernoite estiverem compreendidas no custo da passagem, nem quando o deslocamento constitui exigência permanente do cargo ou função.

- 3º - A diária será paga em valores fixos, na forma abaixo:

DIÁRIA PARA VIAGEM DENTRO DO ESTADO E PARA CURITIBA-PR.

CAPITAL	OUTRAS CIDADES/CURITIBA-PR
Secretários ____ R\$ 100,00	R\$ 90,00
Diretores ____ R\$ 90,00	R\$ 80,00
Chefes/Técnicos ____ R\$ 80,00	R\$ 70,00
Outros ____ R\$ 50,00	R\$ 40,00

DIÁRIAS PARA VIAGEM FORA DO ESTADO	OUTRAS CIDADES
BRASÍLIA - SÃO PAULO - RIO DE JANEIRO	
Secretários R\$ 120,00	R\$ 100,00
Diretores R\$ 100,00	R\$ 90,00
Chefes/Técnicos R\$ 90,00	R\$ 80,00



Outros R\$ 60,00 R\$ 50,00

- 4º - O pagamento das diárias a que se refere este decreto será efetuado da seguinte forma:

I - Uma diária quando houver despesa de pernoite e alimentação (almoço e jantar);

II - 50% de diária quando não houver despesa de pernoite, mas de alimentação (almoço e jantar);

III - 25% de diária quando a despesa a ser ressarcida corresponder a uma única refeição (almoço ou jantar).

Art. 2º) A prestação de contas deverá ser realizada até 05 (cinco) dias após o retorno da viagem.

Art. 3º) Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 1998.

Dr. Manuel Rodriguez Del Olmo  
Prefeito Municipal

Manolo Rodriguez Del Olmo  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos \_\_\_\_ dias do mês de fevereiro de 1998.

José Luis Silva  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº 2.402 DE 14 DE ABRIL DE 1998**

DECRETO Nº 2.402 DE 14 DE ABRIL DE 1998.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.283 de 16 de dezembro de 1997, em seu Artigo 4º, Inciso I, Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.730,00 (hum mil, setecentos e trinta reais), para reforçar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
0303 - Divisão de controle fazendário  
03.08.030.2006 - Manutenção das atividades das finanças  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros serviços e encargos .. R\$ 960,00  
0400 - Secretaria Municipal de Educação  
0401 - Divisão de Apoio Administrativo  
08.43.197.2009 - Bolsa Estudantil de 2º grau Técnico  
3000.00 - Despesas Correntes  
3200.00 - Transferências Correntes  
3250.00 - Transferências a Pessoas  
3254.00 - Apoio Financeiro a Estudante ..... R\$ 770,00

TOTAL ..... R\$ 1.730,00

Art.2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto,

será utilizado Recursos provenientes da Anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

9000 - Reserva de Contingência  
9099 - Reserva de Contingência  
99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações  
9000.00 - Reserva de Contingência  
9900.00 - Reserva de Contingência  
9990.00 - Reserva de Contingência ..... R\$ 1.730,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
14 de abril de 1998.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 14 dias do mês de abril de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº 2.401 de 14 de Abril de 1998**

DECRETO Nº 2.401 DE 14 DE ABRIL DE 1998.  
HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE CAMPO ALEGRE - COMTUR

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 7º da Lei Municipal nº 2.258 de 19 de agosto de 1997; Decreta:

Art.1º) Fica Homologado nos termos do Artigo 7º da Lei Municipal nº 2.258 de 19 de agosto de 1997, o Regimento Interno do Conselho Municipal de Turismo de Campo Alegre - COMTUR, que faz parte integrante em anexo, deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
14 de abril de 1998.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 14 dias do mês de abril de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete



**DECRETO Nº 2.400 DE 14 DE ABRIL DE 1998**

DECRETO Nº 2.400 DE 14 DE ABRIL DE 1998.

HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DA  
COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 8º da Lei Municipal nº 2.270 de 21 de outubro de 1997; Decreta:

Art.1º) Fica Homologado nos termos do Artigo 8º da Lei Municipal nº 2.270 de 21 de outubro de 1997 o Regimento Interno da Comissão Municipal de Trânsito de Campo Alegre/SC, que faz parte integrante em anexo, deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
14 de abril de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 14 dias do mês de abril de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**Decreto Nº 2.399 de 01 de Abril de 1998**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 2.399 DE 1º DE ABRIL DE 1998.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4320 de 17 de Março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.283 de 16 de Dezembro de 1997, em seu Artigo 4º, Inciso I, Alínea B; Resolve:

Art. 1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 595,00 (Quinhentos e noventa e cinco reais), para reforçar a seguinte Dotação do Orçamento vigente:

0400 - Secretaria Munic. de Educação  
0401 - Divisão de Apoio Administrativo  
08.43.197.2009 - Bolsa Estudantil de 2º grau Técnico  
3000.00 - Despesas Correntes  
3200.00 - Transferências Correntes  
3250.00 - Transferências a Pessoas  
3254.00 - Apoio Financeiro a Estudantes ..... R\$ 360,00  
0700 - Secretaria Munic. Planej. Urb. Obras Transp. Serv. Públicos  
0701 - Departamento de Planejamento Urbano e Obras  
10.60.325.2026 - Gestão Administrativa do Órgão  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Investimentos  
4120.00 - Equipamento e material Permanente ...R\$ 235,00

TOTAL ..... R\$ 595,00

Art. 2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto,

será utilizado Recursos provenientes da anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

9000 - Reserva de Contingência  
9099 - Reserva de Contingência  
99.99.999.29.99 - Recursos para Suplementações.  
9000.00 - Reserva de Contingência.  
9900.00 - Reserva de Contingência.  
9990.00 - Reserva de Contingência .....R\$ 595,00

Art. 3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
1º de abril de 1998.

Dr. MANUEL R. DEL OLMO.  
Prefeito Municipal.

MANOLO R. DEL OLMO.  
Secretário Administração Finanças.

Registrado e Publicado o presente Decreto, na Divisão de expediente desta Prefeitura Municipal, ao 1º dia do mês de abril de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA.  
Chefe de Gabinete.

**DECRETO Nº 2.398 DE 10 DE ABRIL DE 1998**

DECRETO Nº 2.398 DE 30 DE MARÇO DE 1998.

PRORROGA DATA DE VENCIMENTO DO IPTU PARA CARNÊS COM DATA DA EMISSÃO POSTERIOR A 31/03/98.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Resolve:

Art.1º) Acrescenta-se ao Art. 1.º do Decreto 2.388 de 25 de fevereiro de 1998 um parágrafo único com a seguinte redação:

Art. 1º) ...  
Parágrafo Único - Para os carnês com data de emissão posterior a 30 de março, o pagamento será efetuado nas mesmas condições do caput deste artigo a partir de 30 dias da data de emissão.

Art. 2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
30 de março de 1998.

Dr. Manuel Rodriguez Del Olmo  
Prefeito Municipal

Manolo Rodriguez Del Olmo  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 30 dias do mês de março de 1998.

José Luis Silva  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.397 DE 26 DE MARÇO DE 1998**

DECRETO Nº 2.397 DE 26 DE MARÇO DE 1998.  
INSTITUI PONTO FACULTATIVO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal promulgada em 05 de abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Institui PONTO FACULTATIVO nas repartições Públicas Municipais no dia 09 de abril de 1998 (quinta feira Santa).

Art.2º) O Ponto Facultativo instituído no Artigo 1º deste Decreto ressalvando-se as necessidades de cada Secretaria Municipal e seus respectivos Departamentos.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 26 de março de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 26 dias do mês de março de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.396 DE 24 DE MARÇO DE 1998**

DECRETO Nº 2.396 DE 24 MARÇO DE 1998.  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal nº 2.304 de 24 de março de 1998.

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito especial no valor de R\$ 31.000,00 (trinta e hum mil reais), afim de suplementar os seguintes elementos de despesa criados nas Dotações abaixo discriminadas, do Orçamento Vigente:

0400 - Secretaria de Educação  
0401 - Divisão Administrativa da Educação  
08.42.188.2008 - Gestão Administrativa da Educação  
3120 - Material de Consumo ..... R\$ 3.000,00  
3132.00 - Serviços de Terceiros e Encargos .....R\$ 1.000,00  
3251.00 - Inativos . R\$ 10.000,00  
4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....R\$ 1.000,00  
0402 - Divisão de Ensino Fundamental  
08.42.188.2013 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental  
3120 - Material de Consumo ..... R\$ 1.000,00  
0700 - Secretaria Municipal Planejamento Urbano Obras Transportes e Serviços Públicos  
0702 - Departamento de Transporte  
16.88.020.2029 - Reforma e Manutenção do Maquinário  
3132 - Serviços de Terceiros e Encargos ..... R\$ 15.000,00

TOTAL .....R\$ 31.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo anterior deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial de Dotação do Orçamento Vigente.

90.00 - Reserva de Contingência  
90.99 - Reserva de Contingência  
99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações  
9000.00 - Reserva de Contingência  
9990.00 - Reserva de Contingência ....R\$ 31.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" ,  
24 de março de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 24 dias do mês de março de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.395 DE 23 DE MARÇO DE 1998**

DECRETO Nº 2.395 DE 23 DE MARÇO DE 1998.  
PRORROGA PRAZO DE VALIDADE CONCURSO  
PÚBLICO 001/96.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 37 inciso 3º da Constituição Federal, e Artigo 71 inciso 7º da Lei Orgânica Municipal, Decreta:

Art.1º) Fica prorrogado por mais 2 (dois) anos o prazo de validade do Concurso Público Municipal nº 001/96, a partir de 08 de abril de 1998, inspirando o prazo em 08 de abril de 2.000.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
23 de março de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 23 dias do mês de março de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**Decreto Nº 2.394 de 23 de Março de 1998**

DECRETO Nº 2.394 DE 23 DE MARÇO DE 1998.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ÁREA DE TERRA DE PROPRIEDADE DE HERDEIROS DE ALFREDO HENNINGS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 71, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, Decreta:

Art.1º) Fica declarada de Utilidade Pública, nos itens do Artigo 5º alínea "h" do Decreto Lei Federal nº 3.365 de 21 de junho de 1941, para efeito de desapropriação amigável ou judicial, a área de 543,79 m² (quinhentos e quarenta e três e setenta e nove metros quadrados) que faz parte do imóvel com área total de 3.246 m² (três mil, duzentos e quarenta e seis metros quadrados) Registrada no Registro de Imóveis sob o nº 1-12.942 no Livro 2 e lançado nos livros 4 e 5, imóvel de propriedade de Herdeiros de Alfredo Hennings, situado na Rua: José Gomes Munhoz - Centro nesta Município.

Art.2º) A área de terra constante no artigo anterior deste Decreto, destina-se a regularizar o alinhamento da Rua: José Gomes Munhoz, rua esta paralela a rua: Cél Bueno Franco, com início na Rua: Waldemiro Schroeder e término na Rua: Dr. Getúlio Vargas, centro neste Município.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 23 de março de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 23 dias do mês de março de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**Decreto Nº 2.393 de 17 de Março de 1998**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 2393 DE 17 DE MARÇO DE 1998.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4320 de 17 de Março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.283 de 16 de Dezembro de 1997, em seu Artigo 4º, Inciso I, Alínea B; Resolve:

Art. 1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.240,00 (Dois mil, duzentos e quarenta reais), para reforçar a seguinte Dotação do Orçamento vigente:

0400 - Secretaria Munic. de Educação  
0401 - Divisão de Apoio Administração  
08.44.205.2010 - Bolsa Estudante Universitário  
3000.00 - Despesas Correntes  
3200.00 - Transferências Correntes  
3250.00 - Transferências a Pessoas  
3254.00 - Apoio Financeiro a Estudantes .....

. R\$ 1.045,00

08.47.235.2011 - Bolsa Estudantil a servidor

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas

3254.00 - Apoio Financeiro a Estudantes ..... R\$ 1.195,00

TOTAL ..... R\$ 2.240,00

Art. 2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado Recursos provenientes da anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

9000 - Reserva de Contingência

9099 - Reserva de Contingência

99.99.999.29.99 - Recursos para Suplementações.

9000.00 - Reserva de Contingência.

9900.00 - Reserva de Contingência.

GABINETE DO PREFEITO

9990.00 - Reserva de Contingência .....R\$ 2.240,00

Art. 3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 17 de março de 1998.

Dr. MANUEL R. DEL OLMO.  
Prefeito Municipal.

MANOLO R. DEL OLMO.  
Secretário Administração Finanças.

Registrado e Publicado o presente Decreto, na Divisão de expediente desta Prefeitura Municipal, aos 17 dias do mês de março de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA.  
Chefe de Gabinete.

**DECRETO Nº 2.392 DE 06 DE MARÇO DE 1998**

DECRETO Nº 2392 DE 06 DE MARÇO DE 1998.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4320 de 17 de Março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.283 de 16 de Dezembro de 1997, em seu Artigo 4º, Inciso I, Alínea B; Resolve:

Art. 1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 77.000,00 (Setenta e sete mil reais), para reforçar a seguinte Dotação do Orçamento vigente:

0201 - Gabinete do Prefeito

0201 - Chefe Gabinete

03.07.020.2002 - Coordenação e Manutenção do Gabinete do Prefeito

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 13.000,00

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

0303 - Divisão de Controle Fazendário

03.08.030.2006 - Manutenção das Atividades Financeiras

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 2.000,00  
 3130.00 - Serviço de Terceiro e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 15.000,00  
 0400 - Secretaria Munic. de Educação  
 0401 - Divisão de Apoio Administração  
 08.44.205.2010 - Bolsa Estudante Universitário  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3254.00 - Apoio Financeiro a Estudantes ..... R\$ 1.000,00  
 08.47.235.2011 - Bolsa Estudantil a servidor  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3254.00 - Apoio Financeiro a Estudantes ..... R\$ 6.000,00  
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
 0502 - Divisão de Assistência Social a comunidade  
 15.81.486.2019 - Gestão Administrativa da Assistência Social  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....R\$ 4.000,00  
 0700 - Secretaria Municipal de Planej. Urb. Obras Transp. Serv. Público  
 0701 - Departamento de Planejamento Urbano e Obras  
 10.60.325.2026 - Gestão Administrativa de Obras  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo .... R\$ 36.000,00

TOTAL ..... R\$ 77.000,00

Art. 2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado Recursos provenientes da anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

9000 - Reserva de Contingência  
 9099 - Reserva de Contingência  
 99.99.999.29.99 - Recursos para Suplementações.  
 9000.00 - Reserva de Contingência.  
 9900.00 - Reserva de Contingência.  
 9990.00 - Reserva de Contingência .....R\$ 77.000,00

Art. 3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, com efeitos retroativos à 05 de março de 1998.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 06 de março de 1998.  
 Dr. MANUEL R. DEL OLMO.  
 Prefeito Municipal.

MANOLO R. DEL OLMO.  
 Secretário Administração Finanças.

Registrado e Publicado o presente Decreto, na Divisão de expediente desta Prefeitura Municipal, aos 06 dias do mês de março de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA.  
 Chefe de Gabinete.

## DECRETO Nº 2.391 DE 06 DE MARÇO DE 1998

DECRETO Nº 2.391 DE 06 DE MARÇO DE 1998.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4320 de 17 de Março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.283 de 16 de Dezembro de 1997, em seu Artigo 4º, Inciso I, Alínea B; Resolve:

Art. 1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais), para reforçar a seguinte Dotação do Orçamento vigente:

0400 - Secretaria Municipal de Educação  
 0403 - Divisão de Ensino Infantil  
 08.41.185.2015 - Manutenção das atividades do Ensino Infantil  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....R\$ 13.000,00

Art. 2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado Recursos provenientes da anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

9000 - Reserva de Contingência  
 9099 - Reserva de Contingência  
 99.99.999.29.99 - Recursos para Suplementações.  
 9000.00 - Reserva de Contingência.  
 9900.00 - Reserva de Contingência.  
 9990.00 - Reserva de Contingência .....R\$ 13.000,00

Art. 3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 06 de março de 1998.  
 Dr. MANUEL R. DEL OLMO.  
 Prefeito Municipal.

MANOLO R. DEL OLMO.  
 Secretário Administração Finanças.

Registrado e Publicado o presente Decreto, na Divisão de expediente desta Prefeitura Municipal, aos 06 dias do mês de março de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA.  
 Chefe de Gabinete.

## DECRETO Nº 2.390 DE 06 DE MARÇO DE 1998

DECRETO Nº 2.390 DE 06 DE MARÇO DE 1998.

INTEGRA ESCOLAS ESTADUAIS,  
 PRÉ ESCOLAR À REDE ESCOLAR MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Decreto Estadual nº 2.344 de 21 de outubro de 1997; Decreta:

Art.1º) Ficam integradas à Rede Escolar Municipal as Escolas e Pré-Escolar abaixo relacionados:



Nº	NOME DA UNIDADE	CÓDIGO
01	Escola Isolada Avenquinha Santo Antônio	09884-1
02	Escola Isolada Salto	09901-5
03	Escola Isolada Saltinho	09900-7
04	Escola Isolada Rodeio Grande	09899-0
05	Escola Isolada Postema	09894-9
06	Escola Isolada Cubatão	09889-2
07	Escola Isolada Cãozinho	09888-4
08	Escola Isolada Bateias de Cima	09885-0
09	Escola Isolada Avenca do Rio Negro	09906-6
10	Escola Isolada São Miguel	09902-3
11	Escola Isolada Antônio Domingos Corrêa	09883-3
12	Pré Escolar Nosso Cantinho	09879-5

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 09 de Fevereiro de 1998.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
06 de março de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 06 dias do mês de março de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº 2.389 de 06 de Março de 1998**

DECRETO Nº 2.389 DE 06 DE MARÇO DE 1998.  
DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal Decreta:

Art.1º) As Comemorações Alusivas ao 101º Aniversário de Emancipação Política do Município, serão realizadas no dia 20 (vinte) de março de 1998, ficando desde já Decretado PONTO FACULTATIVO neste dia.

Art.2º) Ressalvam-se as necessidades de serviço de cada Secretaria e seus respectivos Departamentos.

Art.3º) Exclui-se das Comemorações constantes no Artigo 1º deste Decreto a prática do ato Cívico que será realizada na data de 18 (dezoito) de março do corrente ano, considerando dia normal no município.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
06 de março de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 06 dias do mês de março de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº 2.388 de 25 de Fevereiro de 1998**

DECRETO Nº 2.388 DE 25 DE FEVEREIRO DE 1998.  
DISPÕE SOBRE A FORMA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL urbana - iptu.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e como autoriza o art. 113 da Lei 2.293 de 23 de dezembro de 1997, decreta que:

Art.1º) O pagamento do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU do exercício de 1998 poderá ser efetuado em até 3 parcelas mensais e consecutivas a partir de 31 de março de 1998.

Art. 2º) Desde que o pagamento seja feito no total do imposto e até o vencimento da 1ª parcela, será concedido um desconto de 15%.

Art. 3º) O pagamento será feito nas agências do Banco do Estado de Santa Catarina - BESC conforme convênio firmado com a Prefeitura Municipal.

Art. 4º) As condições e prazos estabelecidos nos artigos anteriores são estendidos aos demais tributos e preços públicos cobrados no mesmo carnê de pagamento do IPTU.

Art. 5º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
25 de fevereiro de 1998.

Dr. Manuel Rodriguez Del Olmo  
Prefeito Municipal

Manolo Rodriguez Del Olmo  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 25 dias do mês de fevereiro de 1998.

José Luis Silva  
Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº 2.387 de 25 de Fevereiro de 1998**

DECRETO Nº 2.387 DE 25 DE FEVEREIRO DE 1998.  
APROVA O TERMO DE REMISSÃO DE DÍVIDA FISCAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e como autoriza a Lei nº 2.293 de 23 de dezembro de 1997; Resolve:

Art.1º) Aprovar o Termo de Remissão de Dívida Fiscal cujo modelo

é parte integrante deste Decreto.

Art. 2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
25 de fevereiro de 1998.  
Dr. Manuel Rodriguez Del Olmo  
Prefeito Municipal

Manolo Rodriguez Del Olmo  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 25 dias do mês de fevereiro de 1998.

José Luis Silva  
Chefe de Gabinete

#### TERMO DE REMISSÃO

Pelo presente Termo de Remissão de Dívida Fiscal, o Secretário Municipal de

Administração e Finanças infra-assinado, cancela, \_\_\_\_\_  
o crédito fiscal  
(de ofício a pedido)  
havido do contribuinte Sr. (a) \_\_\_\_\_

Inscrição Municipal nº \_\_\_\_\_ correspondente a \_\_\_\_\_

em virtude \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ de acordo com o

inciso \_\_\_\_\_ do artigo 31 da Lei Municipal 2.293 de 23 de dezembro de 1997.

Campo Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_ .

Secretário de Administração e Finanças

#### Decreto Nº 2.386 de 25 de Fevereiro de 1998

DECRETO Nº 2.386 DE 25 DE fevereiro DE 1998.  
INSTITUI PREÇOS PÚBLICOS NA ÁREA SANITÁRIA E EPIDEMIO-  
LÓGICA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Resolve:

Art.1º) Os serviços públicos não compulsórios prestados pela área de vigilância sanitária e epidemiológica do Município de Campo Alegre e seus respectivos preços são:

Expedição de alvará sanitário para edificações.

		UFIR
APARTAMENTO (PRÉDIO)	(P/M <sup>3</sup> )	0,2
RESIDÊNCIA	(P/M <sup>2</sup> )	0,2
. AMPLIAÇÃO	(P/M <sup>2</sup> )	0,2
. HABITAÇÃO POPULAR ATÉ 40 M <sup>2</sup>	(P/M <sup>2</sup> )	ISENTO
SALA COMERCIAL	(P/M <sup>2</sup> )	0,1
GINÁSIO / ESTÁDIO E SIMILARES	(P/M <sup>2</sup> )	0,1
GALPÃO / DEPÓSITO E SIMILARES	(P/M <sup>2</sup> )	0,1
GARAGEM / EST. COBERTO	(P/M <sup>2</sup> )	0,1
ESTABELECIMENTO DE SAÚDE	(P/M <sup>2</sup> )	0,3

ESTABELECIMENTO DE ENSINO	(P/M <sup>2</sup> )	0,2
ESTABELECIMENTO DE GINÁSTICA E LAZER	(P/M <sup>2</sup> )	0,2
MATERIAL / CRECHE / JARDIM DE INFÂNCIA/ASILO	(P/M <sup>2</sup> )	0,3
HABITAÇÃO COLETIVA-INTERNATO E SIMILARES	(P/M <sup>2</sup> )	0,2
CEMITÉRIOS E AFINS	(P/M <sup>2</sup> )	0,02
CONGÊNERES (ACIMA)	(P/M <sup>2</sup> )	0,2

#### ANÁLISE DE PROJETOS

APARTAMENTOS / RESIDÊNCIAS E SIMILARES	(P/M <sup>2</sup> )	0,03
ESTABELECIMENTO DE SAÚDE	(P/M <sup>2</sup> )	0,06
ESTABELECIMENTO DE ENSINO	(P/M <sup>2</sup> )	0,03
ESTABELECIMENTO DE GINÁSTICA / LAZER E SIMIL.	(P/M <sup>2</sup> )	0,03
ESTABELECIMENTOS E LOCAIS DE TRABALHO	(P/M <sup>2</sup> )	0,03
MATERIAL / CRECHE / JARDIM INFÂNCIA ASILO	(P/M <sup>2</sup> )	0,04
CEMITÉRIOS E AFINS	(P/M <sup>2</sup> )	0,02
CONGÊNERES (ACIMA)	(P/M <sup>2</sup> )	0,03

#### REGISTRO DE PRODUTOS

-PROCESSO P/ REGISTRO DE PRODUTOS ...	(POR PRO- DUTO)	*
* OS VALORES SERÃO COBRADOS DE ACORDO COM TABELA ATUALIZADA NO MINISTÉRIO DA SAÚDE		
- 2 VIA CERTIFICADO DE REGISTRO DE PRODUTO		8,0
- DESARQUIVAMENTO DE PROCESSOS DE REG. PRODUTOS (P/ PROCESSO)		3,2

#### SERVIÇOS DIVERSOS

-SEGUNDA VIA DO ALVARÁ SANITÁRIO		8,0
-VISTORIA ( A PEDIDO DO INTERESSADO)	. DE NATU- REZA SIMPLES	24,0
	. DE NATUREZA COMPLEXA	48,0
-VISTOS		
. EM RECEITAS E NOTIFICAÇÃO DE RECEITAS		ISENTO
-FORNECIMENTO DE NOTIFICAÇÃO DE RECEITA (POR BLOCO)		0,8
-GUIAS		
I - LIVRE TRÂNSITO PROD. SUJEITO FISC. SANITÁRIA	(P/GUIA)	4,0
II - REQUISICÃO DE ENTORPECENTES		4,0
-LICENÇAS		
I - IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS SUJEITO FISC. SANITÁRIA		32,0
II - COMÉRCIO INTORPECENTES / SUBST. PSICOTROPICA		24,0
-LIBERAÇÃO DE PRODUTOS DE INTERESSE DE SAÚDE		
. LIBERAÇÃO PETIT PARQUET .....	(P/VOLUME)	1,6
. LIBERAÇÃO COLIX POSTEAUX .....	(P/VOLUME)	1,6
. LIBERAÇÃO DE PRODUTOS (PACIENTE ESTADO TERMINAL)		ISENTO
-AUTENTICAÇÃO		
. LIVROS FARMÁCIA / DROGARIA / LAB. PROTESE / OTICA E SIMILARES (POR FOLHA)		
-REGISTROS	. DIPLOMA E CERTIFICADOS	4,0
. CERTIFICADO (AUX. FARMAC. / PROTECIDO / OTICO /OUTROS)		4,0
. APOSTILAMENTO		1,6
-BAIXA ALVARÁ SANITÁRIO ESTAB. SUJEITO FISC. SANITÁRIA		2,4
-BAIXA -SE RESPONSABILIDADE TÉCNICA		2,4



-MUDANÇA DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA ESTAB. SUJEITO FISC. SANIT. 4,0

-MUDANÇA DE ENDEREÇO (ESTAB. SUJEITO FISCAL. SANIT.) 4,0

-CADASTRAMENTO DE EMPRESA 8,0

-2. VIA LAUDO ANÁLISE 2,4

-EMISSÃO DE EDITAL 4,0

-ATESTADOS DE ANTECEDENTES 4,0

-CERTIDÃO (QUALQUER NATUREZA) ATÉ 50 LINHAS 2,4

. ACIMA DE 50 LINHAS 4,0

Art. 2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
25 de fevereiro de 1998.

Dr. Manuel Rodriguez Del Olmo  
Prefeito Municipal

Eda Rigon Scheffer  
Secretária de Saúde e Bem Estar Social

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 25 dias do mês de fevereiro de 1998.

José Luis Silva  
Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº 2.385 de 25 de Fevereiro de 1998**

DECRETO N.º 2.385 DE 25 DE FEVEREIRO DE 1998.

INSTITUI PREÇOS PÚBLICOS  
NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO  
DIRETA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei; RESOLVE que:

Art. 1º) Os Serviços Públicos Não-Compulsórios prestados pelo Município de Campo Alegre e seus respectivos preços são:

I - serviços pertinentes as obras em geral:

a) Alinhamento e nivelamento:

até 10 m - 10 UFIR  
de 11 m a 50 m - 20 UFIR  
de 51 m a 100 m - 40 UFIR  
acima de 100 m - 60 UFIR

b) Exame de projeto arquitetônico;

b.1) projeto Inicial:

até 70 m² - 10 UFIR  
de 71 até 100 m² - 20 UFIR  
de 101 a 150 m² - 40 UFIR  
de 151 a 200 m - 60 UFIR  
de 201 a 300 m² - 80 UFIR  
acima de 300 m² - 100 UFIR

b.2) modificação do projeto (depois de aprovado)  
até 70 m² - 5 UFIR  
de 71 até 100 m² - 10 UFIR  
de 101 a 150 m² - 15 UFIR  
de 151 a 200 m - 20 UFIR  
de 201 a 300 m² - 30 UFIR  
cima de 300 m² - 40 UFIR

c) Exame de projeto de parcelamento do solo

c.1) loteamento - projeto inicial

até 3.000 m² - 300 UFIR  
de 3.001 a 10.000 m² - 500 UFIR  
de 10.001 a 50.000 m² - 800 UFIR  
de 50.001 a 100.000 m² - 1.000 UFIR  
acima de 100.000 m² - 1.500 UFIR

MODIFICAÇÃO = 10% DO VALOR DO PROJETO INICIAL

c.2) arruamento -projeto inicial

até 400 m² - 50 UFIR  
de 401 a 800 m² - 60 UFIR  
de 801 a 1200 m² - 70 UFIR  
de 1201 a 2000 m - 80 UFIR  
de 2001 a 3000 m² - 100 UFIR  
acima de 3000 m² - 120 UFIR

MODIFICAÇÃO = 10% do valor do Projeto Inicial

c.3) desmembramento e remembramento - \* projeto inicial

de 360 a 500 m² - 20 UFIR  
de 501 a 1000 m² - 40 UFIR  
de 1001 a 2000 m² - 80 UFIR  
de 2001 a 3000 m² - 120 UFIR  
de 3001 a 5000 m² - 200 UFIR  
de 5001 a 10000 m² - 300 UFIR  
acima de 10000 m² - 500 UFIR

MODIFICAÇÃO = 10% do valor do Projeto Inicial

\* Considerando-se a soma da metragem quadrada dos lotes desmembrados

d) Expedição de alvará de construção e registro imobiliário (inclusive renovação)

até 70 m² - 5 UFIR  
de 71 até 100 m² - 10 UFIR  
de 101 a 150 m² - 15 UFIR  
de 151 a 200 m - 20 UFIR  
de 201 a 300 m² - 30 UFIR  
acima de 300 m² - 40 UFIR

e) Expedição de alvará para obra de parcelamento (inclusive renovação);

e.1) loteamento:

até 3.000 m² - 50 UFIR  
de 3.001 a 10.000 m² - 100 UFIR  
de 10.001 a 50.000 m² - 150 UFIR  
de 50.001 a 100.000 m² - 200 UFIR  
acima de 100.000 m² - 250 UFIR

e.2) arruamento:

até 400 m² - 10 UFIR  
de 401 a 800 m² - 15 UFIR  
de 801 a 1200 m² - 20 UFIR  
de 1201 a 2000 m - 25 UFIR  
de 2001 a 3000 m² - 30 UFIR  
acima de 3000 m² - 35 UFIR

f) Vistoria para baixa de alvará de construção e habite-se:  
 até 70 m<sup>2</sup> - 5 UFIR  
 de 71 até 100 m<sup>2</sup> - 20 UFIR  
 de 101 a 150 m<sup>2</sup> - 30 UFIR  
 de 151 a 200 m - 45 UFIR  
 de 201 a 300 m<sup>2</sup> - 60 UFIR  
 acima de 300 m<sup>2</sup> - 80 UFIR

g) Exame de projeto de obra pública e expedição de alvará:  
 até 10 m<sup>2</sup> - 15 UFIR  
 de 11 até 30 m<sup>2</sup> - 30 UFIR  
 de 31 a 50 m<sup>2</sup> - 40 UFIR  
 de 51 a 100 m - 60 UFIR  
 de 101 a 200 m<sup>2</sup> - 100 UFIR  
 de 201 a 400 m<sup>2</sup> - 150 UFIR  
 acima de 400 m<sup>2</sup> - 200 UFIR

h) Identificação e numeração de prédios: 25 UFIR

i) Fornecimento de autorização para ocupação de via pública, por área ocupada:  
 até 10 m<sup>2</sup> - 15 UFIR  
 de 11 a 20 m<sup>2</sup> - 25 UFIR  
 de 21 a 50 m<sup>2</sup> - 35 UFIR  
 acima de 50 m<sup>2</sup> - 50 UFIR

II - Serviços pertinentes a atividades comerciais e outras de fins econômicos:

a) Vistoria para fins de concessão de licença:

a.1) de localização: 60 UFIR  
 a.2) diversas: 10 UFIR

b) Autorização para uso de vias e logradouros públicos por dia:

b.1) feira livre e eventual: 5 UFIR  
 b.2) mesa e cadeira por unidade 0.3 UFIR  
 b.3) caçamba : 2 UFIR  
 b.4) banca de jornal: 4 UFIR  
 b.5) atividade circense ou similar : 10 UFIR

c) Fornecimento de alvará, 2ª via ou renovação:

c.1) de localização:

c.1.1) Serviços:

1) de 0 a 5 empregados: 12 UFIR;  
 2) de 6 a 10 empregados: 14 UFIR;  
 3) de 11 a 15 empregados: 18 UFIR;  
 4) de 16 a 20 empregados: 20 UFIRs;  
 5) de 21 a 50 empregados: 22 UFIRs;  
 6) acima de 50 empregados: 24 UFIRs;

c.1.2) Extração e Indústria

1) de 0 a 5 empregados: 30 UFIR;  
 2) de 6 a 10 empregados: 40 UFIR;  
 3) de 11 a 15 empregados: 50 UFIRs;  
 4) de 16 a 20 empregados: 60 UFIRs;  
 5) de 21 a 50 empregados: 70 UFIRs;  
 6) de 51 a 100 empregados: 80 UFIRs;  
 7) de 101 a 200 empregados: 90 UFIRs;  
 8) de 201 a 300 empregados: 100 UFIRs;  
 9) acima de 300 empregados: 110 UFIRs;

c.1.3) Comércio:

1) de 0 a 5 empregados: 20 UFIR;  
 2) de 6 a 10 empregados: 30 UFIRs;  
 3) de 11 a 15 empregados: 40 UFIRs;

4) de 16 a 20 empregados: 50 UFIRs;  
 5) acima de 20 empregados: 60 UFIRs;

c.1.4) outras atividades:

1) Diversões Públicas:

1a) Jogos : 30 UFIR;

1b) Discoteca, bailes, bar dançante e similares : 42 UFIR;

1c) Espetáculos, esportivas ou de competição, exposição com cobrança de ingressos: 30 UFIRs;

2) Cultura vegetal e criação animal: 6 UFIRs;

3) Comunicação: 24 UFIRs;

4) Transporte rodoviário de passageiros; instituições financeiras e securitárias; comércio de veículos, peças, acessórios, combustíveis e lubrificantes, supermercados, comércio atacadista e importação e exportação: 60 UFIRs;

c.2) De Exercício de Atividade Ambulante, Feirante e Eventual(em Ufir)

ATIVIDADE	POR DIA		POR MÊS		POR ANO
1.AMBULANTE					
1.1Alimentação					
sem veículo motorizado	1		7.5		40
com veículo motorizado	7.5		20		75
trailer	12.5		30		100
1.2 Outros Artigos					
sem veículo motorizado	1.5		12.5		50
com veículo motorizado	7.5		20		75
trailer	12.5		30		100
2. FEIRANTE					
2.1Alimentação					
sem veículo motorizado	1		7.5		40
com veículo motorizado	2.5		20		50
trailer	3		17.5		110
2.2 Outros Artigos					
sem veículo motorizado	50		150		450
com veículo motorizado	50		150		450
trailer	50		150		450
3.EVENTUAL					
3.1Alimentação					
sem veículo motorizado	5		15		45
com veículo motorizado	10		25		75
trailer	10		25		75
3.2 Outros Artigos					
sem veículo motorizado	6		17.5		55
com veículo motorizado	12.5		22.5		65
trailer	12.5		22.5		65

circo e parque de diver.	25	150	450
--------------------------	----	-----	-----

c.3) Atividade de Anúncio  
 Inanimado não-luminoso: 5 UFIR  
 Inanimado luminoso: 6.5 UFIR  
 Animado não-luminoso: 7.5 UFIR  
 Animado luminoso: 9 UFIR

“Out-door”: 25 UFIR/ ano

c.4) Exploração de Veículo de Transporte de Passageiros (incluindo vistoria)

- 1) ônibus: 40 UFIR;
- 2) microônibus: 40 UFIR;
- 3) furgão: 30 UFIR;
- 4) kombi: 30 UFIR;
- 5) táxi: 25 UFIR;
- 6) outros: 40 UFIR;

c.5) Exercício de Atividade em Horário Extraordinário( em Ufir)

Numero Empre-gados	POR DIA	POR MÊS	POR ANO
de 0 a 5 em-pregados	1.5	6	24
de 6 a 10 empregados	2.1	8.4	33
de 11 a 15 empregado	3	12	36
de 16 a 20 empregado	3.6	14.5	57
acima de 20 empregados	4.5	18	60

c.6) Outros alvarás: 20 UFIR

d) Depósito e armazenagem de mercadoria apreendida por unidade por dia: 0,1 UFIR

III - Serviço de cemitério:

- a) perpetuidade por m<sup>2</sup> : 75 UFIR
- b) serviço de sepultamento: 25 UFIR
- c) serviço de entrada e saída de ossos: 50 UFIR
- d) rebaixamento em sepultura : 50 UFIR
- e) autorização para construção de jazigo: 10 UFIR
- f) transporte de título de perpetuidade: 25 UFIR
- g) atestado de sepultamento: 25 UFIR

VI - Serviços diversos:

- a) expedição de certidão :12 UFIR
- a.1) Certidão de Baixa - 20 UFIR
- a.2) Certidão de Pagamento de Tributos
- a.2.1) até 5 anos - 20 UFIR
- a.2.2) de 6 a 15 anos - 30 UFIR
- a.2.3) acima de 15 anos - 40 UFIR
- b) cópia de legislação municipal ou de qualquer documento de interesse do contribuinte: 0,4 UFIR por folha;
- c) fornecimento de cópia autenticada pela Prefeitura: 10 UFIR
- d) expediente: 4 UFIR

Art. 2º) Os Serviços Públicos Não-Compulsórios compreendem toda e qualquer prestação, de natureza técnica ou administrativa, prestada pelo Município de Campo Alegre, de maneira regular e contínua, às pessoas físicas e jurídicas que venham a solicitá-los

e/ou utilizá-los, para satisfazer a ordem pública ou garantir-lhe a organização.

Art. 3º) O Preço Público de Expediente será cobrado em função do tempo despendido por servidor público de eventuais gastos com papéis, suprimentos e do valor locativo da estrutura colocada à disposição do usuário em função da prestação de um serviço ao mesmo.

Art. 4º) Os preços públicos relacionados com atividades da vigilância sanitária e epidemiológica serão objeto de regulamentação própria.

Art.5º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”,  
 25 de fevereiro de 1998.  
 Dr. Manuel Rodriguez Del Olmo  
 Prefeito Municipal

Manolo Rodriguez Del Olmo  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 25 dias do mês de fevereiro de 1998.

José Luis Silva  
 Chefe de Gabinete

## DECRETO Nº 2.384 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998

DECRETO Nº 2384 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4320 de 17 de Março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.283 de 16 de Dezembro de 1997, em seu Artigo 4º, Inciso I, Alínea B; Resolve:

Art. 1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 14.279,40 (Quatorze mil, duzentos e setenta e nove reais e quarenta centavos), para reforçar a seguinte Dotação do Orçamento vigente:

0300 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
 0301 - Divisão de Pessoal  
 03.07.427.2004 - CESTAS BÁSICAS.  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 5.179,40  
 0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
 0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade  
 15.81.486.2019 - Gestão Administrativa da Assistência  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 5.000,00  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 1.000,00  
 0700 - Secretaria Munic. Planejamento Urb. Obras Transp. Serv. Públicos  
 0701 - Departamento de Planejamento Urbano e Obras

16.88.449.1007 - Implantação da Rede de Esgotos Pluvial e Sanitário  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 3.100,00

TOTAL ..... R\$ 14.279,40

Art. 2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado Recursos provenientes da anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

9000 - Reserva de Contingência  
 9099 - Reserva de Contingência  
 99.99.999.29.99 - Recursos para Suplementações.  
 9000.00 - Reserva de Contingência.  
 9900.00 - Reserva de Contingência.  
 9990.00 - Reserva de Contingência .....  
 R\$ 14.279,40

Art. 3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 18 de fevereiro de 1998.  
 Dr. MANUEL R. DEL OLMO.  
 Prefeito Municipal.

MANOLO R. DEL OLMO.  
 Secretário Administração Finanças.

Registrado e Publicado o presente Decreto, na Divisão de expediente desta Prefeitura Municipal, aos 09 dias do mês de fevereiro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA.  
 Chefe de Gabinete.

### **DECRETO Nº 2.383 DE 09 DE FEVEREIRO DE 1998**

DECRETO Nº 2383 DE 09 DE FEVEREIRO DE 1998.  
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4320 de 17 de Março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.283 de 16 de Dezembro de 1997, em seu Artigo 4º, Inciso I, Alínea B; Resolve:

Art. 1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 500,00 (Quinhentos reais), para reforçar a seguinte Dotação do Orçamento vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.  
 0501 - Divisão de Assistência a Saúde.  
 13.75.428.20.18 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SAÚDE MUNICIPAL.  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....  
 R\$ 500,00

Art. 2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado Recursos provenientes da anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

9000 - Reserva de Contingência

9099 - Reserva de Contingência  
 99.99.999.29.99 - Recursos para Suplementações.  
 9000.00 - Reserva de Contingência.  
 9900.00 - Reserva de Contingência.  
 9990.00 - Reserva de Contingência ..... R\$ 500,00

Art. 3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 09 de fevereiro de 1998.  
 Dr. MANUEL R. DEL OLMO.  
 Prefeito Municipal.

MANOLO R. DEL OLMO.  
 Secretário Administração Finanças.

Registrado e Publicado o presente Decreto, na Divisão de expediente desta Prefeitura Municipal, aos 09 dias do mês de fevereiro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA.  
 Chefe de Gabinete.

### **DECRETO Nº 2.382 DE 06 DE FEVEREIRO DE 1998**

DECRETO Nº 2382 DE 06 DE FEVEREIRO 1998.  
 INSTITUI PONTO FACULTATIVO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art. 1º) Institui PONTO FACULTATIVO nas repartições Públicas Municipais nos dias 23 e 24 (segunda feira e terça feira de Carnaval) e no período da manhã do dia 25 de Fevereiro de 1998 (quarta feira de cinzas) ressalvadas as necessidades de serviço de cada Secretaria e seus respectivos Departamentos.

Parágrafo Único - O expediente do dia 25 de Fevereiro de 1998 (quarta feira de cinzas) terá início às 13:00 hs.

Art. 2º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 06 de Fevereiro de 1998  
 Dr. MANUEL R. DEL OLMO.  
 Prefeito Municipal.

MANOLO R. DEL OLMO.  
 Secretário Administração Finanças.

Registrado e Publicado o presente Decreto, na divisão de expediente desta Prefeitura Municipal, aos 06 dias do mês de Fevereiro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA.  
 Chefe de Gabinete.

**DECRETO Nº 2.381 DE 06 DE FEVEREIRO DE 1998**

DECRETO Nº 2.381 DE 06 DE FEVEREIRO DE 1998.

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 2.270 de 21 de outubro de 1997, em seu Artigo 8º; Resolve:

Art.1º) Nomear as seguintes pessoas para comporem a Comissão Municipal de Trânsito:

- Representantes do Poder Legislativo Municipal:

Aldo Tomaz Karvat

Lauro Batista Moreira

- Representantes do Poder Executivo Municipal:

João Samuel Cubas

Antônio Alfredo dos Santos

- Representantes da Polícia Militar:

Sérgio José Zaczeski

Vilmar Evangelista

- Representante da Polícia Cível

Vilmar Pereira

- Representantes do Rotary Club:

Luiz Borges Vieira

Adriano Luiz Ebert

- Representantes do Lions Club:

Eugênio João Herbst

Dr. Mário Kormann

- Representantes da ACIACA:

Sandro Luiz Friedrich

Luiz Tadeu V. Munhoz

- Representante da Associação de Moradores

Ana Maria dos Santos Herbst

Ademar R. da Cruz

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
06 de fevereiro de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 06 dias do mês de fevereiro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.380 DE 06 DE FEVEREIRO DE 1998**

DECRETO Nº 2.380 DE 06 DE FEVEREIRO DE 1998.

REGULAMENTA O ART. 4º DA LEI MUNICIPAL 2.275

DE 18 DE NOVEMBRO DE 1997.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2.275 de 18 de novembro de 1997; Resolve:

Art.1º) Os bens móveis, imóveis e servidores constantes nos anexos I, II e III respectivamente passarão a integrar a Fundação Municipal de Desporto e Cultura.

Art. 2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
06 de fevereiro de 1998.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 06 dias do mês de fevereiro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.379 DE 05 DE FEVEREIRO DE 1998**

DECRETO Nº 2379 DE FEVEREIRO DE 1998.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas po Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4320 de 17 de Março de 1964 , Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal 2283 de 16 de Dezembro de 1997, em seu Artigo 4º , Inciso I, Alínea B; Resolve:

Art. 1º) Abrir crédito Suplementar no Orçamento vigente no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), para reforçar a seguinte Dotação do Orçamento vigente:

0700 - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano Obras Transportes e Serviços Públicos.

0701 - Departamento de Planejamento Urbano e Obras.

16.88.449.10.07 - Implantação de Rede Esgotos Pluvial e Sanitário.

4000.00 - Despesas de Capital.

4100.00 - Investimentos.

4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 12.000,00

Art. 2º ) Para cobertura do crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado Recursos provenientes da anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária do Orçamento vigente.

9000 - Reserva de Contingência.

9099 - Reserva de Contingência.

99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações.

9000.00 - Reserva de Contingência.

9900.00 - Reserva de Contingência.

9900.00 - Reserva de Contingência .. R\$ 12.000,00



Art. 3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
05 de Fevereiro de 1998.

Dr. MANUEL R. DEL OLMO.  
Prefeito Municipal.

MANOLO R. DEL OLMO.  
Secretário Administração Finanças.

Registrado e Publicado o presente Decreto, na Divisão de expediente desta Prefeitura Municipal aos 05 dias do mês de Fevereiro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA.  
Chefe de Gabinete.

### **DECRETO Nº 2.378 DE 05 DE FEVEREIRO DE 1998**

DECRETO Nº 2.378 DE 05 DE FEVEREIRO DE 1998  
CRIA COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE TARIFA DE  
TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e com base no Artigo 30 inciso V da Constituição Federal de 1988; Decreta:

Art. 1º Designar os (as) Juarez Thadeu Cunha - Agente Administrativo, Rose Mari Cubas - Chefe de Tributos, Antonio Alfredo dos Santos - Chefe de Departamento de Estradas de Rodagem, Maira Joceli Pereira de Miranda - Professora e Maurene Tereza Cubas - Professora, para sob presidência do primeiro, comporem Comissão de Fixação de tarifa de Transporte Coletivo Municipal.

Art. 2º Os Servidores ora designados, deverão estudar a demanda de transporte coletivo no Município, determinar a quantidade de linhas, seu itinerário, seus horários e ainda analisar a planilha de custos da empresa autorizatória do serviço na exploração do transporte coletivo Municipal, fixando a tarifa que remunere o serviço segundo o princípio da economicidade da probidade e moralidade.

Art. 3º Tendo cumprido o disposto no Artigo anterior os servidores designados farão sua exposição de motivos fixado o valor da tarifa e publicando no órgão de publicação da Municipalidade.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de Publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
05 de Fevereiro de 1998.  
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO.  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 2.377 de 02 de Fevereiro de 1998**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 2377 DE 02 DE FEVEREIRO DE 1998.  
REVOGA O DECRETO Nº 2.077 DE 02 DE MAIO DE 1996.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal promulgada em 05 de Abril de 1990; Resolve:

Art. 1º) Revogar todas as disposições do Decreto nº 2077 de 02 de Maio de 1996.

Art. 2º) Este Decreto entra em vigor na data de Publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
02 de Fevereiro de 1998.  
Dr. MANUEL R. DEL OLMO.  
Prefeito Municipal.

MANOLO R. DEL OLMO.  
Secretário Administração Finanças.

Registrado e Publicado o presente Decreto, na divisão de expediente desta Prefeitura Municipal, aos dois dias do mês de Fevereiro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA.  
Chefe de Gabinete.

### **DECRETO Nº 2.376 DE 05 DE JANEIRO DE 1998**

DECRETO Nº 2376 DE 05 DE JANEIRO DE 1998.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4320 de 17 de Março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.283 de 16 de Dezembro de 1997, em seu Artigo 4º, Inciso I, Alínea B; Resolve:

Art. 1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), para reforçar a seguinte Dotação do Orçamento vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.  
0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade.  
15.81.486.20.19 - GESTÃO ADMINISTRATIVO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.  
3000.00 - Despesas Correntes.  
3100.00 - Despesas de Custeio.  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos.  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 3.000,00

Art. 2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado Recursos provenientes da anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

9000 - Reserva de Contingência  
9099 - Reserva de Contingência  
99.99.999.29.99 - Recursos para Suplementações.  
9000.00 - Reserva de Contingência.  
9900.00 - Reserva de Contingência.  
9990.00 - Reserva de Contingência ..... R\$ 3.000,00

Art. 3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
05 de Janeiro de 1998.  
Dr. MANUEL R. DEL OLMO.  
Prefeito Municipal.

MANOLO R. DEL OLMO.  
Secretário Administração Finanças.



Registrado e Publicado o presente Decreto, na Divisão de expediente desta Prefeitura Municipal, aos 05 dias do mês de Janeiro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA.  
Chefe de Gabinete.

### **DECRETO Nº 2.375 DE 02 DE JANEIRO DE 1998**

DECRETO Nº 2376 DE 05 DE JANEIRO DE 1998.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4320 de 17 de Março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.283 de 16 de Dezembro de 1997, em seu Artigo 4º, Inciso I, Alínea B; Resolve:

Art. 1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), para reforçar a seguinte Dotação do Orçamento vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.  
0502 - Divisão de Assistência Social a Comunidade.  
15.81.486.20.19 - GESTÃO ADMINISTRATIVO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.  
3000.00 - Despesas Correntes.  
3100.00 - Despesas de Custeio.  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos.  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 3.000,00

Art. 2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado Recursos provenientes da anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

9000 - Reserva de Contingência  
9099 - Reserva de Contingência  
99.99.999.29.99 - Recursos para Suplementações.  
9000.00 - Reserva de Contingência.  
9900.00 - Reserva de Contingência.  
9990.00 - Reserva de Contingência ..... R\$ 3.000,00

Art. 3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
05 de Janeiro de 1998.  
Dr. MANUEL R. DEL OLMO.  
Prefeito Municipal.

MANOLO R. DEL OLMO.  
Secretário Administração Finanças.

Registrado e Publicado o presente Decreto, na Divisão de expediente desta Prefeitura Municipal, aos 05 dias do mês de Janeiro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA.  
Chefe de Gabinete.

### **DECRETO Nº 2.374 DE 02 DE JANEIRO DE 1998**

DECRETO Nº 2.374 DE 02 DE JANEIRO DE 1998.

DISPÕE SOBRE TABELA BASE CÁLCULO PARA COBRANÇA DA TIP.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo nº 242 da Lei Municipal nº 2.293 de 26 de dezembro de 1997; Resolve:

Art.1º) Os valores da TIP "Taxa de Iluminação Pública", cobrados conforme o disposto no Capítulo IV seção II, subseção III da Lei Municipal nº 2.293 terão como base de Cálculo a faixa de consumo de Energia Elétrica conforme tabela a seguir :

#### **I - CONSUMIDORES RESIDENCIAIS:**

FAIXA DE CONSUMO			VALOR DA COTA EM R\$
0	a	30 kWh	0,29
31	a	50 kWh	0,49
51	a	100 kWh	1,14
101	a	200 kWh	1,99
201	a	500 kWh	3,42
501	a	1000 kWh	5,69
acima de		1001 kWh	11,37

#### **II - CONSUMIDORES COMÉRCIO, INDÚSTRIA E EMPR. SERV. PÚBLICO:**

FAIXA DE CONSUMO			VALOR DA COTA EM R\$
0	a	30 kWh	1,72
31	a	50 kWh	3,42
51	a	100 kWh	5,69
101	a	200 kWh	8,53
201	a	500 kWh	11,37
501	a	1000 kWh	14,20
Acima de		1001 kWh	17,04

#### **III - CONSUMIDORES PRIMÁRIOS:**

FAIXA DE CONSUMO			VALOR DA COTA EM R\$
0	a	2000 kWh	31,70
2001	a	5000 kWh	63,39
5001	a	10000 kWh	85,15
10001 a 50000 kWh			107,86
Acima de		50001 kWh	130,56

Art..2º) Os valores acima serão cobrados juntamente com a conta de Energia Elétrica, através de Convênio com a Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina S/A CELESC.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
02 de janeiro de 1998.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 02 dias do mês de janeiro de 1998.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.373 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1997**

DECRETO Nº 2.373 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1997.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal em Exercício, de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 2.195/96 de 26 de novembro de 1996; Resolve:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 873,23 (oitocentos e setenta e três reais e vinte e três centavos), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

02.00 - Gabinete do Prefeito  
 02.01 - Gabinete do Prefeito  
 03.07.020.2002 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 168,58  
 03.00 - Secretaria de Administração  
 03.01 - Departamento Pessoal Compras e Patrimônio  
 03.08.033.2005 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INSS E IPESC  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4300.00 - Transferências de Capital  
 4350.00 - Amortização da Dívida Interna  
 4351.00 - Amortização da Dívida Pública ..... R\$ 667,74  
 16.88.033.2009 - AMORTIZAÇÃO BADESC CAMINHÕES  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4300.00 - Transferências de Capital  
 4350.00 - Amortização da Dívida Interna  
 4351.00 - Amortização da Dívida Pública .... R\$ 36,91

TOTAL ..... R\$ 873,23

Art.2º) Para Cobertura de Crédito Adicional Suplementar aberto será utilizado Recursos provenientes da anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

9000 - Reserva de Contingência  
 9099 - Reserva de Contingência  
 99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações  
 9000.00 - Reserva de Contingência  
 9900.00 - Reserva de Contingência  
 9990.00 - Reserva de Contingência ..... R\$ 873,23

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 30 de dezembro de 1997.  
 DR. MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 30 dias do mês de dezembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.371 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1997**

DECRETO Nº 2.371 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1997.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei nº 2.285 de 23 de dezembro de 1997; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), afim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

15.00 - Fundo Municipal de Assistência Social  
 15.15 - Fundo Municipal de Assistência Social  
 15.81.487.2001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES SOCIAIS  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 4.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o artigo 1º deste decreto correrá por conta de anulação parcial de dotação do Orçamento Vigente.

15.00 - Fundo Municipal de Assistência Social  
 15.15 - Fundo Municipal de Assistência Social  
 15.81.487.2001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES SOCIAIS  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 4.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 23 de dezembro de 1997.  
 DR. MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 23 dia do mês de dezembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete

**Decreto Nº 2.372 de 26 de Dezembro de 1997**

DECRETO Nº 2.372 DE 26 DE DEZEMBRO DE 1997

ABRE CRÉDITO ADICIONAL E SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.292/97 de 26 de dezembro de 1997; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), afim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente.

0500 - Secretaria de Educação  
 0503- Departamento de Pré-Escolar  
 08.41.190.2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR  
 3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes  
 3230.00 - Transferências Instituições Privadas  
 3233.01 - Contribuições Correntes ..... R\$ 2.000,00  
 0600 - Secretaria de Saúde e Bem Estar Social  
 0602 - Departamento de Assistências Social  
 15.81.487.2026 - APOIO A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3230.00 - Transferências a Instituições Privadas  
 3233.01 - Contribuições Correntes ..... R\$ 1.000,00

TOTAL: ..... R\$ 3.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta de anulação parcial da seguinte dotação do Orçamento Vigente.

0100 - Câmara de Vereadores  
 0100 - Câmara de Vereadores  
 01.01.001.2001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ... R\$ 3.000,00

TOTAL ..... R\$ 3.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 26 de dezembro de 1997.  
 DR. MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 26 dias do mês de dezembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete

## DECRETO Nº 2.370 DE 22 DE DEZEMBRO DE 1997

DECRETO Nº 2.370 DE 22 DE DEZEMBRO DE 1997.  
 INSTITUI PONTO FACULTATIVO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, amparado no inciso III, do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Fica instituído, Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais nos dias 24, 26, 29, 30 e 31 de Dezembro de 1997 e dia 02 de janeiro de 1998.

Art.2º) Ressalvando os serviços essenciais de cada Secretaria e seus respectivos Departamentos, os quais permanecerão em funcionamento em horário normal não previsto neste Decreto.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 22 de dezembro de 1997.  
 DR. MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 22 dias do mês de dezembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete

## Decreto Nº 2.369 de 16 de Dezembro de 1997

DECRETO Nº 2.369 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1997.  
 APROVA O ORÇAMENTO DO FUNDO  
 MUNICIPAL DE AGRICULTURA

O Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Art.3º da Lei Municipal nº 2.281 de 16 de dezembro de 1997.

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento do Fundo Municipal de Agricultura, que estima a Receita e Fixa a despesa em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para o exercício de 1998.

Art.2º) A Receita efetivar-se-à dentro das categorias econômicas com o seguinte desdobramento:

1210.00 - Contribuições Sociais .....	R\$ 35.000,00
1321.00 - Juros e Títulos de Renda .....	R\$ 1.000,00
1331.00 - Rendimentos de Aplicações Financeiras .....	R\$ 500,00
1713.01 - Transferências do Município .....	R\$ 30.000,00
1722.09 - Outras Transferências do Estado .....	R\$ 65.500,00
1990.00 - Outras Receitas Correntes .....	R\$ 18.000,00

TOTAL ..... R\$ 150.000,00

Art.3º) A despesa será realizada conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência da Diretoria do Fundo Municipal de Agricultura.

04.00.000 - Agricultura	
04.18.000 - Promoção e Extensão Rural	
04.18.111 - Extensão Rural .....	R\$ 350.000,00
04.04.04.18.111.1001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS	
3000.00 - Despesas Correntes .....	R\$ 97.200,00
3100.00 - Despesas Correntes .....	R\$ 97.200,00
3110.00 - Pessoal .....	R\$ 5.200,00
3111.00 - Pessoal Cível .....	R\$ 5.000,00
3113.00 - Obrigações Patronais .....	R\$ 200,00
3120.00 - Material de Consumo .....	R\$ 20.000,00
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos .....	R\$ 72.000,00
3131.00 - Remuneração Serviços Pessoais .....	R\$ 1.000,00
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....	R\$

71.000,00  
 4000.00 - Despesas de Capital ..... R\$ 52.800,00  
 4100.00 - Investimentos ..... R\$ 52.800,00  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 15.000,00  
 4120.00 - Equipamento Permanente ..... R\$ 37.800,00

TOTAL ..... R\$ 150.000,00

Art.4º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 1998.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 16 de dezembro de 1997.

EVALDO TABBERT

Prefeito Municipal em Exercício

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de dezembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

#### DECRETO Nº 2.368 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1997

DECRETO Nº 2.368 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1997.

APROVA O ORÇAMENTO DO FUNDO

MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

O Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Art.3º da Lei Municipal nº 2.281 de 16 de dezembro de 1997.

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento, que estima a Receita e Fixa a despesa em R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), para o exercício de 1998.

Art.2º) A Receita efetivar-se-à dentro das categorias econômicas com o seguinte desdobramento:

1210.00 - Contribuições Sociais ..... R\$ 20.000,00  
 1321.00 - Juros e Títulos de Renda ..... R\$ 30.000,00  
 1331.00 - Rendimentos de Aplicações Financeiras ..... R\$ 1.000,00  
 1713.01 - Transferências do Município ..... R\$ 54.000,00  
 1722.09 - Outras Transferências do Estado ..... R\$ 100.000,00  
 1990.00 - Outras Receitas Correntes ..... R\$ 145.000,00

TOTAL ..... R\$ 350.000,00

Art.3º) A despesa será realizada conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência da Diretoria do Fundo Municipal de Desenvolvimento

03.00.000 - Administração e Planejamento  
 03.07.000 - Administração  
 03.07.021 - Administração Geral ..... R\$ 350.000,00  
 03.03.03.07.021.1501 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO  
 3000.00 - Despesas Correntes ..... R\$ 327.400,00  
 3100.00 - Despesas de Custeio ..... R\$ 327.400,00  
 3110.00 - Pessoal ..... R\$ 5.400,00  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 5.000,00  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 400,00  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 20.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos ..... R\$ 302.000,00  
 3131.00 - Remuneração Serviços Pessoais ..... R\$ 92.000,00  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 210.000,00  
 4000.00 - Despesas de Capital ..... R\$ 22.600,00  
 4100.00 - Investimentos ..... R\$ 22.600,00  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 12.600,00  
 4120.00 - Equipamento Permanente ..... R\$ 10.000,00

TOTAL ..... R\$ 350.000,00

Art.4º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 1998.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 16 de dezembro de 1997.

EVALDO TABBERT

Prefeito Municipal em Exercício

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de dezembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

#### DECRETO Nº 2.367 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1997

DECRETO Nº 2.367 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1997.

APROVA O ORÇAMENTO DO FUNDO

MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Art.3º da Lei Municipal nº 2.281 de 16 de dezembro de 1997.

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, que estima a Receita e Fixa a despesa em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para o exercício de 1998.

Art.2º) A Receita efetivar-se-à dentro das categorias econômicas com o seguinte desdobramento:



1210.00 - Contribuições Sociais . R\$ 15.000,00	
1321.00 - Juros e Títulos de Renda .....	R\$ 2.000,00
1331.00 - Rendimentos de Aplicações Financeiras .....	R\$ 1.000,00
1713.01 - Transferências do Município .....	R\$ 87.000,00
1722.09 - Outras Transferências do Estado .....	R\$ 22.000,00
1990.00 - Outras Receitas Correntes .....	R\$ 73.000,00

TOTAL ..... R\$ 200.000,00

Art.3º) A despesa será realizada conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência da Diretoria do Fundo Municipal de Saúde

13.00.000 - Saúde e Saneamento	
13.75.000 - Saúde	
13.75.428 - Assistência Médica e Sanitária .....	R\$ 200.000,00
13.13.13.75.428.1201 - MANUTENÇÃO ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR SANITÁRIA	
3000.00 - Despesas Correntes .. R\$ 126.400,00	
3110.00 - Pessoal .....	R\$ 5.400,00
3111.00 - Pessoal Cível .....	R\$ 5.000,00
3113.00 - Obrigações Patronais . R\$ 400,00	
3120.00 - Material de Consumo . R\$ 30.000,00	
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos .....	R\$ 91.000,00
3131.00 - Remuneração Serviços Pessoais .....	R\$ 1.000,00
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....	R\$ 90.000,00
4000.00 - Despesas de Capital ... R\$ 73.600,00	
4100.00 - Investimentos .....	R\$ 73.600,00
4110.00 - Obras e Instalações .... R\$ 23.600,00	
4120.00 - Equipamento Permanente .....	R\$ 50.000,00

TOTAL ..... R\$ 200.000,00

Art.4º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 1998.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
16 de dezembro de 1997.

EVALDO TABBERT  
Prefeito Municipal em Exercício

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de dezembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

## DECRETO Nº 2.366 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1997

DECRETO Nº 2.366 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1997.

APROVA O ORÇAMENTO DO FUNDO  
MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

O Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Art.3º da Lei Municipal nº 2.281 de 16 de dezembro de 1997.

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento do Fundo Municipal Habitação, que estima a Receita e Fixa a despesa em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para o exercício de 1998.

Art.2º) A Receita efetivar-se-à dentro das categorias econômicas com o seguinte desdobramento:

1210.00 - Contribuições Sociais .. R\$ 8.000,00	
1321.00 - Juros e Títulos de Renda .....	R\$ 1.000,00
1331.00 - Rendimentos de Aplicações Financeiras .....	R\$ 500,00
1713.01 - Transferências do Município .....	R\$ 39.500,00
1722.09 - Outras Transferências do Estado .....	R\$ 35.000,00
1990.00 - Outras Receitas Correntes .....	R\$ 16.000,00

TOTAL ..... R\$ 100.000,00

Art.3º) A despesa será realizada conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência da Diretoria do Fundo Municipal de Habitação.

10.00.000 - Habitação e Urbanismo	
10.57.000 - Habitação e Urbanismo	
10.57.316 - Habitações Urbanas . R\$ 100.000,00	
10.10.10.57.316.1401 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES HABITACIONAIS	
3000.00 - Despesas Correntes ... R\$ 89.000,00	
3100.00 - Despesas de Custeio .. R\$ 89.000,00	
3110.00 - Pessoal .....	R\$ 5.400,00
3111.00 - Pessoal Cível .....	R\$ 5.000,00
3113.00 - Obrigações Patronais . R\$ 400,00	
3120.00 - Material de Consumo . R\$ 15.600,00	
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos .....	R\$ 68.000,00
3131.00 - Remuneração Serviços Pessoais .....	R\$ 38.000,00
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....	R\$ 30.000,00
4000.00 - Despesas de Capital ... R\$ 11.000,00	
4100.00 - Investimentos .....	R\$ 11.000,00
4110.00 - Obras e Instalações .... R\$ 5.000,00	
4120.00 - Equipamento Permanente .....	R\$ 6.000,00

TOTAL ..... R\$ 100.000,00

Art.4º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 1998.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
16 de dezembro de 1997.

EVALDO TABBERT  
Prefeito Municipal em Exercício

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de dezembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº 2.365 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1997**

DECRETO Nº 2.365 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1997.

APROVA O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL  
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Art.3º da Lei Municipal nº 2.281 de 16 de dezembro de 1997.

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, que estima a Receita e Fixa a despesa em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para o exercício de 1998.

Art.2º) A Receita efetivar-se-à dentro das categorias econômicas com o seguinte desdobramento:

1210.00 - Contribuições Sociais ..	R\$ 20.000,00
1321.00 - Juros e Títulos de Renda .....	R\$ 4.000,00
1331.00 - Rendimentos de Aplicações Financeiras .....	R\$ 300,00
1713.01 - Transferências do Município .....	R\$ 30.700,00
1722.09 - Outras Transferências do Estado .....	R\$ 50.000,00
1990.00 - Outras Receitas Correntes .....	R\$ 45.000,00

TOTAL ..... R\$ 150.000,00

Art.3º) A despesa será realizada conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência da Diretoria do Fundo Municipal de Assistência Social.

15.00.000 - Assistência e Previdência	
15.81.000 - Social	
15.81.487.1301 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES SOCIAIS	
3000.00 - Despesas Correntes ...	R\$ 90.000,00
3100.00 - Despesas de Custeio ..	R\$ 90.000,00
3110.00 - Pessoal .....	R\$ 5.400,00
3111.00 - Pessoal Cível .....	R\$ 5.000,00
3113.00 - Obrigações Patronais .	R\$ 400,00
3120.00 - Material de Consumo .	R\$ 60.000,00
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos .....	R\$ 6.600,00
3131.00 - Remuneração Serviços Pessoais .....	R\$ 1.600,00
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .....	R\$ 5.000,00
3200.00 - Transferências Correntes .....	R\$ 48.000,00
3230.00 - Contribuições Correntes .....	R\$ 48.000,00
3233.00 - Contribuições Correntes .....	R\$ 48.000,00

4000.00 - Despesas de Capital ...	R\$ 30.000,00
4100.00 - Investimentos .....	R\$ 30.000,00
4110.00 - Obras e Instalações ..	R\$ 10.000,00
4120.00 - Equipamento e Material Permanente .....	R\$ 20.000,00

TOTAL ..... R\$ 150.000,00

Art.4º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 1998.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
16 de dezembro de 1997.

EVALDO TABBERT

Prefeito Municipal em Exercício

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de dezembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº 2.364 de 16 de Dezembro de 1997**

DECRETO Nº 2364 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1997.

APROVA O ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL  
DE DESPORTO E CULTURA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de conformidade com o Artigo 3º da Lei Municipal nº 2.281 de 16 de dezembro de 1997; Resolve; Decretar:

Art.1º ) Fica aprovado o Orçamento da Fundação Municipal de Desporto e Cultura, que estima a Receita e Fixa a Despesa em R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) para o exercício de 1998.

Art.2º) A Receita efetivar-se-à dentro das categorias econômicas com o seguinte desdobramento.

Código	Especificação	Valor
1210.00	Contribuições Correntes	R\$ 15.000,00
1321.00	Juros e Títulos de Renda	R\$ 1.000,00
1331.00	Rendimentos de Aplicações Financeiras	R\$ 1.000,00
1713.00	Transferências do Município	R\$ 10.000,00
1722.00	Outras Transferências do Estado	R\$ 58.000,00
1990.00	Outras Receitas Correntes	R\$ 25.000,00

TOTAL ..... R\$ 110.000,00

Art.3º) A despesa será realizada conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência do Diretor da Fundação Municipal de Desporto e Cultura.

08.00.000 - Fundação Municipal de Desporto e Cultura	
08.46.000 - Educação Física e Desporto	
08.46.224 - Desporto Amador	
08.08.08.46.224.2001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS	
3000.00 - Despesas Correntes .....	R\$ 31.550,00
3100.00 - Despesas de Custeio ....	R\$ 31.550,00
3110.00 - Pessoal .....	R\$ 550,00



3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 500,00  
 3113.00 - Obrigações Patronais ... R\$ 50,00  
 3120.00 - Material de Consumo .. R\$ 10.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos ..... R\$ 21.000,00  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 1.000,00  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 20.000,00  
 4000.00 - Despesas de Capital ..... R\$ 28.450,00  
 4100.00 - Investimentos ..... R\$ 28.450,00  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 15.000,00  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 13.450,00

TOTAL: ..... R\$ 60.000,00

08.08.08.48.246.2002 - Manutenção das Atividades Culturais

3000.00 - Despesas Correntes ..... R\$ 30.000,00  
 3100.00 - Despesas de Custeio ..... R\$ 30.000,00  
 3110.00 - Pessoal ..... R\$ 1.100,00  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 1.000,00  
 3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 100,00  
 3120.00 - Material de Consumo .... R\$ 10.000,00  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos ..... R\$ 18.900,00  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 900,00  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 18.000,00  
 4000.00 - Despesas de Capital ..... R\$ 20.000,00  
 4100.00 - Investimentos ..... R\$ 20.000,00  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 10.000,00  
 4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 10.000,00

TOTAL: ..... R\$ 50.000,00

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 1º de janeiro de 1998.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 16 de dezembro de 1997.

EVALDO TABBERT

Prefeito Municipal em Exercício

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de dezembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº 2.363 de 16 de Dezembro de 1997**

DECRETO Nº 2.363 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1997.

APROVA O ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, PARA O EXERCÍCIO DE 1998.

O Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 2.283/97 de 16 de dezembro de 1997; Resolve:

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento Geral do Município de Campo

Alegre/SC, dos Poderes Legislativo e Executivo para o exercício de 1998, estimada a Receita e Fixada a despesa em R\$ 2.970.000,00 (dois milhões novecentos e setenta mil reais).

Art.2º) A Receita efetivar-se-à dentro das categorias econômicas com o desdobramento Previsto na Lei Federal nº 4.320 de 17 de Março de 1964.

Art.3º) A despesa será realizada conforme a Classificação Funcional Programática e categorias Econômicas discriminadas nos anexos da Lei Municipal nº 2.283 de 16 de dezembro de 1997, cuja movimentação será de competência de cada um dos Poderes Legislativo e Executivo.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 16 de dezembro de 1997.

EVALDO TABBERT

Prefeito Municipal em Exercício

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de dezembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº 2.362 de 16 de Dezembro de 1997**

DECRETO Nº 2.362 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1997.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal em Exercício, de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 2.282/97 de 16 de dezembro de 1997; Resolve:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 108.539,19 (cento e oito mil, quinhentos e trinta e nove reais e dezenove centavos), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

02.00 - Gabinete do Prefeito

02.01 - Gabinete do Prefeito

03.07.020.2002 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 851,78

03.00 - Secretaria de Administração

03.01 - Departamento Pessoal Compras e Patrimônio

03.07.021.2003 - COORDENAÇÃO DA DIREÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3110.00 - Pessoal

3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 9.484,10

03.08.033.2005 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INSS E IPESC

3000.00 - Despesas Correntes

3200.00 - Transferências Correntes

3260.00 - Encargos da Dívida Interna

3261.00 - Encargos da Dívida Pública ..... R\$ 3.000,00

4000.00 - Despesas de Capital  
 4300.00 - Transferências de Capital  
 4350.00 - Amortização da Dívida Interna  
 4351.00 - Amortização da Dívida Pública .... R\$ 3.061,91  
 16.91.033.2010 - AMORTIZAÇÃO BADESC CALÇAMENTO

4000.00 - Despesas de Capital  
 4300.00 - Transferências de Capital  
 4350.00 - Amortização da Dívida Interna  
 4351.00 - Amortização da Dívida Pública .... R\$ 4.897,72  
 05.00 - Secretaria de Educação  
 05.01 - Departamento de Ensino de 1º Grau  
 08.42.188.2013 - MANUTENÇÃO DO ENSINO DE 1º GRAU  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ... R\$ 40.921,60  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 3.072,20  
 05.02 - Departamento da Criança de 0 à 6 anos  
 08.41.185.2015 - MANUTENÇÃO DE CRECHES  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ... R\$ 1.153,00  
 05.03 - Departamento Pré - Escolar  
 08.41.190.2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PRÉ - ESCOLAR  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível .. R\$ 972,00  
 05.05 - Departamento de Cultura  
 08.48.246.2018 - MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível . R\$ 479,25  
 05.06 - Ensino de 2º grau  
 08.43.197.2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo  
 3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....  
 ..... R\$ 6.000,00

3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3254.00 - Apoio Financeiro a Estudante .. R\$ 300,00  
 05.07 - Ensino Superior  
 08.44.205.2020 - APOIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3130.00 - Serviço de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....  
 ..... R\$ 970,00  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3254.00 - Apoio Financeiro a Estudante ..... R\$ 1.000,00  
 06.00 - Secretaria de Saúde e Bem Estar Social  
 06.01 - Departamento de Saúde  
 13.75.428.2023 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDICO HOS-  
 PITALAR  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível .... R\$ 13.637,24  
 06.02 - Departamento de Assistência Social

15.81.486.2025 - MANUTENÇÃO ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3130.00 - Serviço de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....  
 ..... R\$ 360,00  
 3132.00 - Outros Serviços de Encargos ..... R\$ 500,00  
 07.00 - Secretaria de Viação e Obras  
 07.01 - Departamento de Serviços Municipais  
 10.60.325.2027 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ... R\$ 8.175,39  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3251.00 - Inativos  
 3253.00 - Salário Família ..... R\$ 200,00  
 07.02 - Departamento de Estradas de Rodagem  
 16.88.534.2031 - MANUTENÇÃO DO DMER

3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível . R\$ 9.503,00

TOTAL: ..... R\$ 108.539,19

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo 1º deste Decreto corre-  
 rá por conta de anulação das seguintes Dotações do Orçamento  
 Vigente:

05.01 - Departamento de Ensino de 1º grau  
 08.81.483.2014 - Merenda Escolar  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 4.540,17  
 08.47.235.2033 - Apoio Financeiro a Estudantes  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3254.00 - Apoio Financeiro a Estudantes .....  
 ..... R\$ 3.990,00  
 05.02 - Departamento da Criança de 0 à 6 anos  
 08.41.185.2015 - MANUTENÇÃO DE CRECHES  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 2.373,09  
 05.03 - Departamento Pré - Escolar  
 08.41.190.2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PRÉ - ESCOLAR  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3230.00 - Transferências a Instituições  
 3233.00 - Contribuições Correntes  
 3233.01 - Contribuições Correntes ..... R\$ 18.000,00  
 05.04 - Erradicação Analfabetismo  
 05.04 - Erradicação Analfabetismo  
 08.42. 187.2017 - ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3100.00 - Despesas de Custeio  
 3110.00 - Pessoal  
 3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 2.000,00

3113.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 200,00  
 3120.00 - Material de Consumo ..... R\$ 1.000,00  
 3130.00 - Serviço de Terceiros e Encargos  
 3131.00 - Remuneração de Serviços ..... R\$ 1.000,00  
 3132.00 - Outros Serviços e Encargos .... R\$ 1.000,00  
 3200.00 - Transferências Correntes

3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3253.00 - Salário Família ..... R\$ 100,00  
 05.05 - Departamento de Cultura  
 08.48.246.2018 - Manutenção do Patrimônio Histórico  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4120.00 - Equipamento e Material ..... R\$ 958,00  
 05.06 - Ensino de 2º Grau  
 08.43.197.2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3230.00 - Transferências a Instituições Privadas  
 3233.00 - Contribuições Correntes ..... R\$ 1.000,00  
 05.07 - Ensino Superior  
 08.44.205.2020 - APOIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3230.00 - Transferências a Instituições  
 3233.00 - Contribuições Correntes  
 3233.01 - Contribuições Correntes ..... R\$ 1.000,00  
 06.00 - Secretaria de Saúde e Bem Estar Social  
 06.01 - Departamento de Saúde  
 13.75.428.2023 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDICO HOS-  
 PITALAR  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3210.00 - Transferências Intragovernamentais  
 3214.00 - Contribuições a Fundos  
 3214.01 - Transferências a Fundos ..... R\$ 5.000,00  
 06.02 - Departamento de Assistência Social  
 15.81.485.2024 - Amparo ao Idoso  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3230.00 - Transferências a Instituições Privadas  
  
 3233.00 - Contribuições Correntes  
 3233.01 - Contribuições Correntes ..... R\$ 2.500,00  
 15.81.486.2025 - MANUTENÇÃO ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3210.00 - Transferências Intragovernamentais  
 3214.00 - Contribuições a Fundos  
 3214.01 - Transferências a Fundo ..... R\$ 2.000,00  
 15.81.487.2026 - Apoio a Associação de Moradores  
 3000.00 - Despesas Correntes  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3230.00 - Transferências a Instituições Privadas  
 3233.00 - Contribuições Correntes  
 3233.01 - Contribuições Correntes ..... R\$ 2.000,00  
 07.00 - Secretaria de Viação e Obras  
 07.01 - Departamento de Serviços Municipais  
 10.60.325.2027 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 2.825,92  
 4120.00 - Equipamento e Material ..... R\$ 6.996,71  
 16.91.571.2030 - CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEI-  
 ROS ÔNIBUS  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 5.000,00  
 07.02 - Departamento de Estradas de Rodagem  
 16.88.534.2031 - MANUTENÇÃO DO DMER  
 4000.00 - Despesas de Capital  
 4100.00 - Investimentos  
 4110.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 44.955,30  
 08.00 - Secretaria de Agricultura  
 08.01 - Departamento de Agricultura  
 04.18.111.2032 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES

## AGROPECUÁRIAS

3100.00 - Despesas de Custeio  
 3200.00 - Transferências Correntes  
 3250.00 - Transferências a Pessoas  
 3253.00 - Salário Família ..... R\$ 100,00

TOTAL ..... R\$ 108.539,19

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 16 de dezembro de 1997.

EVALDO TABBERT

Prefeito Municipal em Exercício

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 16 dias do mês de dezembro de 1997

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

**Decreto Nº 2.361 de 02 de Dezembro de 1997**

DECRETO Nº 2.361 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1997.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com a Lei Federal nº 2.320/64 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, inciso I, e Lei Municipal nº 2.195/96 de 26 de novembro de 1996, em seu Artigo 10, Alínea B; Resolve;

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 2.050,00 (dois mil e cinquenta reais), para reforçar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 - Secretaria de Educação

05.07 - Ensino 2º grau

08.44.205.2019 - MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais .....  
 R\$ 2.050,00

Art.2º) Para Cobertura de Crédito Adicional Suplementar aberto será utilizado Recursos provenientes da anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

9000 - Reserva de Contingência

9099 - Reserva de Contingência

99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações

9000.00 - Reserva de Contingência

9900.00 - Reserva de Contingência

9990.00 - Reserva de Contingência ..... R\$ 2.050,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 02 de dezembro de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 02 dias do mês de dezembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº 2.360 de 01 de Dezembro de 1997**

DECRETO Nº 2.360 DE 01 DE DEZEMBRO DE 1997.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei Federal nº 2.320/64 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, inciso I, e Lei Municipal nº 2.195/96 de 26 de novembro de 1996, em seu Artigo 10, Alínea B; Resolve:

Art. 1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 3.040,00 (três mil e quarenta reais), para reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias.

03.00 - Secretaria de Administração  
03.01 - Departamento Pessoal Compras e Patrimônio  
03.07.021.2003 - COORDENAÇÃO DA DIREÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO  
3000.00 - Despesas Correntes  
3200.00 - Transparências Correntes  
3230.00 - Transferências a Instituições Privadas  
3233.00 - Contribuições Correntes  
3233.01 - Contribuições Correntes .... R\$ 3.040,00

Art.2º) Para Cobertura de Crédito Adicional Suplementar aberto será utilizado Recursos provenientes da anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

9000 - Reserva de Contingência  
9099 - Reserva de Contingência  
99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações  
9000.00 - Reserva de Contingência  
9900.00 - Reserva de Contingência  
9990.00 - Reserva de Contingência ..... R\$ 3.040,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativos à 26 de novembro de 1997.

Art.4º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
1º de dezembro de 1997.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, ao 1º dia do mês de dezembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº 2.359 de 01 de Dezembro de 1997**

DECRETO Nº 2.359 DE 01 DE DEZEMBRO DE 1997.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 2.320/64 de 17 de março de 1964, Artigo 10 Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de 300,00 (trezentos reais), para reforçar a seguinte Dotação Orçamentária.

0300 - Secretaria de Administração  
0301 - Departamento de Pessoal Compras e Patrimônio  
03.08.033.2005 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INSS E IPESC  
4000.00 - Despesas de Capital  
4300.00 - Transferência de Capital  
4350.00 - Amortização da Dívida Interna  
4351.00 - Amortização da Dívida Contratada ..... R\$ 220,00  
16.91.033.2010 - AMORTIZAÇÃO BADESC CALÇAMENTO  
4000.00 - Despesas de Capital  
4300.00 - Transferências de Capital  
4350.00 - Amortização da Dívida Interna  
4351.00 - Amortização da Dívida Contratada ..... R\$ 80,00

TOTAL ..... R\$ 300,00

Art.2º) Para Cobertura de Crédito Adicional Suplementar aberto será utilizado Recursos provenientes da Anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

9000 - Reserva de Contingência  
9099 - Reserva de Contingência  
99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações  
9000.00 - Reserva de Contingência  
9900.00 - Reserva de Contingência  
9990.00 - Reserva de Contingência ..... R\$ 300,00

TOTAL ..... R\$ 300,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 20 de novembro de 1997.

Art.4º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
01 de dezembro de 1997.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, ao 1º dia do mês de dezembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete



**DECRETO Nº 2.358 DE 01 DE DEZEMBRO DE 1997**

DECRETO Nº 2.358 DE 1º DE DEZEMBRO DE 1997.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 2.320/64 de 17 de março de 1964, Artigo 10 Alínea B; Resolve:

Art. 1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento vigente no valor de R\$ 5.410,00 ( cinco mil, quatrocentos e dez reais), para reforçar a seguinte Dotação Orçamentária.

0300 - Secretaria de Administração

0301 - Departamento de Pessoal Compras e Patrimônio

03.08.033.2005 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INSS E IPESC

4000.00 - Despesas de Capital

4300.00 - Transferência de Capital

4350.00 - Amortização da Dívida Interna

4351.00 - Amortização da Dívida Contratada ..... R\$ 1.110,00

16.91.033.2010 - Amortização Badesc Calçamento

4000.00 - Despesas de Capital

4300.00 - Transferências de Capital

4350.00 - Amortização da Dívida Interna

4351.00 - Amortização da Dívida Contratada ..... R\$ 4.300,00

TOTAL ..... R\$ 5.410,00

Art.2º) Para Cobertura de Crédito Adicional Suplementar aberto será utilizado Recursos provenientes da anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

9000 - Reserva de Contingência

9099 - Reserva de Contingência

99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações

9000.00 - Reserva de Contingência

9900.00 - Reserva de Contingência

9990.00 - Reserva de Contingência .. R\$ 5.410,00

TOTAL ..... R\$ 5.410,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativos à 20 de novembro de 1997.

Art.4º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

01 de dezembro de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, ao 1º dia do mês de dezembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.357 DE 01 DE DEZEMBRO DE 1997**

DECRETO Nº 2.357 DE 1º DE DEZEMBRO DE 1997.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei Federal nº 2.320/64 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, inciso I, e Lei Municipal nº 2.195/96 de 26 de novembro de 1996, em seu Artigo 10, Alínea B; Resolve:

Artº 1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 16.380,00 (dezesesseis mil, trezentos e oitenta reais), para reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias.

0500 - Secretaria de Educação

0501 - Departamento de Ensino de 1º grau

08.42.188.2013 - Manutenção de Ensino de 1º grau

4000.00 - Despesas de Capital

4100.00 - Investimentos

4120.00 - Equipamento e Material Permanente ..... R\$ 380,00

0700 - Secretaria de Viação e Obras

0701 - Departamento de Serviços Municipais

10.60.325.2027 - Manutenção dos Serviços Urbanos

3000.00 - Despesas Correntes

3100.00 - Despesas de Custeio

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 16.000,00

TOTAL ..... R\$ 16.380,00

Art.2º) Para Cobertura de Crédito Adicional Suplementar aberto será utilizado Recursos provenientes da anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

9000 - Reserva de Contingência

9099 - Reserva de Contingência

99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações

9000.00 - Reserva de Contingência

9900.00 - Reserva de Contingência

9990.00 - Reserva de Contingência .. R\$ 16.380,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativos à 14 de novembro de 1997

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
1º de dezembro de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, ao 1º dia de dezembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

**Decreto Nº 2.356 de 01 de Dezembro de 1997**

DECRETO Nº 2.356 DE 01 DE DEZEMBRO DE 1997.

APROVA O ESTATUTO DA FUNDAÇÃO  
MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA

Art.1º) Fica aprovado o Estatuto da Fundação Municipal de Desporto e Cultura, consoante anexo I, que faz parte integrante do presente Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
01 de dezembro de 1997.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, ao 1º dia do mês de dezembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**Decreto Nº 2.355 de 03 de Novembro de 1997**

DECRETO Nº 2.355 DE 03 DE NOVEMBRO DE 1997.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 2.320/64 de 17 de março de 1964, Artigo 10 Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais), para reforçar a seguinte Dotação Orçamentária.

0300 - Secretaria de Administração  
0301 - Departamento de Pessoal Compras e Patrimônio  
16.91.033.2010 - Amortização Badesco Calçamento.  
4000.00 - Despesas de Capital  
4300.00 - Transferência de Capital  
4350.00 - Amortização da Dívida Interna  
4351.00 - Amortização da Dívida Contratada .....  
R\$ 3.800,00

Art.2º) Para cobertura de Crédito Adicional Suplementar aberto será utilizado Recursos provenientes da anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

9000 - Reserva de Contingência  
9099 - Reserva de Contingência  
99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações  
9000.00 - Reserva de Contingência  
9900.00 - Reserva de Contingência  
9990.00 - Reserva de Contingência ..... R\$ 3.800,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 22 de outubro de 1997.

Art.4º) Revogam-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
03 de novembro de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 03 dias do mês de novembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**Decreto Nº 2.354 de 03 de Novembro de 1997**

DECRETO Nº 2354 DE 03 DE NOVEMBRO DE 1997.

REVOGA DECRETO Nº 2.291 DE 23 DE JANEIRO DE 1997.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial o Artigo 71 inciso IX da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990; Resolve:

Art.1º) Revogar todas as disposições do Decreto nº 2.291 de 23 de janeiro do corrente ano, a contar a partir desta data.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições do Decreto nº 2.291 de 23 de janeiro de 1997.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em 03 de novembro de 1997.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 03 dias do mês de novembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**Decreto Nº 2.353 de 03 de Outubro de 1997**

DECRETO Nº 2353 DE 03 DE OUTUBRO DE 1997.

REVOGA DECRETO Nº 2.291 DE 23 DE JANEIRO DE 1997.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial o Artigo 71 inciso IX da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990; Resolve:

Art.1º) Revogar todas as disposições do Decreto nº 2.291 de 23 de janeiro do corrente ano, a contar a partir desta data.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições do Decreto nº 2.291 de 23 de janeiro de 1997.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em 03 de novembro de 1997.



DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 03 dias do mês de novembro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº 2.352 de 21 de Outubro de 1997**

DECRETO Nº 2.352/97 DE 21 DE OUTUBRO DE 1997.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 2.320/64 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, inciso I, e Lei Municipal nº 2.195/96 de 26 de novembro de 1996, em seu Artigo 10 Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 1.137,24 (hum mil, cento e trinta e sete reais e vinte e quatro centavos), para reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias.

0300 - Secretaria de Administração  
0301 - Departamento de Pessoal Compras e Patrimônio  
03.07.021.2004 - Eventos Comemorativo Centenário - Outras datas.  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos .... R\$ 500,00  
0500 - Secretaria de Educação  
0501 - Departamento de Ensino de 1º grau  
08.42.188.2013 - Manutenção do Ensino de 1º grau  
4000.00 - Despesas de Capital  
4100.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 637,24

TOTAL .. R\$ 1.137,24

Art.2º) Para Cobertura de Crédito Adicional Suplementar aberto será utilizado Recursos provenientes da anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

9000 - Reserva de Contingência  
9099 - Reserva de Contingência  
99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações  
9000.00 - Reserva de Contingência  
9900.00 - Reserva de Contingência  
9990.00 - Reserva de Contingência ..... R\$ 1.137,24

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
21 de outubro de 1997.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de

Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 21 dias do mês de outubro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº 2.351 DE 20 DE OUTUBRO DE 1997**

DECRETO Nº 2.351 DE 20 DE OUTUBRO DE 1997.  
ANTECIPA PONTO FACULTATIVO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, amparado no inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Fica decretado Ponto Facultativo nas repartições Públicas Municipal no dia 27 de outubro de 1997 (segunda-feira), no período integral, ressalvando as necessidades de serviços de cada secretaria e seus respectivos Departamentos.

Art.2º) O Ponto Facultativo decretado em virtude do dia Servidor Público.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
20 de outubro de 1997.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 20 dias do mês de outubro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº 2.350 de 15 de Outubro de 1997**

DECRETO Nº 2350 DE 15 DE OUTUBRO DE 1997.  
CRIA COMISSÃO PARA ESTUDO E REFORMA DA LEI ORGÂNICA E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas; Resolve:

Art. 1º) Cria Comissão para Estudo e Reforma da Lei Orgânica e Legislação Complementar Municipal.

Art. 2º) Compete a referida Comissão:

I - Avaliar a Lei Orgânica e a Legislação Complementar Municipal, identificando as carências das mesmas em relação as necessidades sociais.  
II - Propor modificações e aprovar anteprojotos de lei para que sejam posteriormente enviados pelo Executivo a Câmara de Vereadores.

Art. 3º) A Constituição da citada Comissão será a seguinte:

- 1 Representante do Gabinete do Prefeito
- 1 Representante da Secretaria de Administração
- 1 Representante da Secretaria de Agricultura
- 1 Representante da Secretaria de Obras

- 1 Representante da Secretaria de Educação
- 1 Representante da Secretaria de Saúde
- 1 Representante do CREA-local
- 1 Representante da ACIACA
- 1 Representante da Delegacia de Polícia
- 1 Representante do Sindicato Rural de Campo Alegre
- 1 Representante da SACA
- 1 Representante do Lions Club
- 1 Representante do Rotary Club
- 1 Representante do Conselho ...
- 1 Representante do Conselho ...
- 1 Representante do Conselho ...
- 1 Representante do Conselho ...
- 1 Representante do Conselho ...
- 1 Representante do Conselho ...
- 1 Representante da Classe Estudantil
- 1 Representante das Mineradoras
- 1 Representante das Empresas Estatais
- 1 Representante dos Contadores
- 1 Representante Clube dos Idosos
- 1 Representante da APAE

Parágrafo Único - As instituições, órgãos e entidades nomeadas indicarão seu representante sendo que o desinteresse eventual de alguma não prejudicará a composição da Comissão.

Art. 4º) Os itens a serem estudados serão os seguintes:

- a) item 1 - Lei Orgânica - título I a VII;
- b) item 2 - Lei Orgânica - título II a III;
- c) item 3 - Lei Orgânica - título IV;
- d) item 4 - Lei Orgânica - título V e VI;
- e) item 5 - Novo Código Tributário Municipal;
- f) item 6- Novo Código Posturas Municipais;
- g) item 7 - Novo Código Obras;
- h) item 8 - Criação do Código de Saúde;
- i) item 9 - Criação Código Ambiental;
- j) item 10 - Criação do Código de Limpeza Urbana;
- l) item 11 - Nova Lei de Zoneamento e Uso do Solo;
- m) item 12 - Nova Lei de Parcelamento do Solo;
- n) item 13 - Criação da Lei Municipal de Trânsito;
- o) item 14 - Criação Lei Regulamenta Transporte coletivo, táxis e carros de aluguel;
- p) item 15 - Criação Lei Municipal de publicidade e propaganda;
- q) item 16 - Revisão da Lei de Incentivos.

Art. 5º) As decisões da Comissão não excluem a competência do Poder Executivo Municipal e a aprovação dos Anteprojetos de Lei não vincularem ao Poder Executivo quanto aos Projetos de Lei respectivos, que serão posteriormente enviados a Câmara de Vereadores.

Art. 6º) Os Vereadores do Município serão convidados a compor uma bancada ouvinte durante os trabalhos.

Art. 7º) Os itens do artigo anterior irão compor a "Legislação Básica Municipal" que será publicado em uma Cartilha de ampla divulgação nos meios sociais para que se consolide a cidadania no Município.

Art. 8º) Os trabalhos da Comissão realizar-se-ão em cinco reuniões ordinárias semanais realizadas nas dependências da Casa da Cultura e obedecerão a seguinte seqüência:

- I - Introdução expositiva e habilitação dos interessados quanto a discussão dos itens de estudo;
- II - Apresentação dos diagnósticos dos problemas encontrados pelos grupos;
- III - Apresentação das soluções apontadas pelos grupos;
- IV - Apresentação das reformas na legislação estudadas;
- V - Votação dos Anteprojetos;

Parágrafo Único - Os grupos de que tratar os incisos II e III deste artigo serão formados pelos membros da Comissão que se habilitarem a discussão e estudo de itens específicos.

Art. 9º) Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
15 de outubro de 1997.

Dr. Manuel Rodriguez Del Olmo  
prefeito Municipal

Manolo Rodriguez Del Olmo  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 15 dias do mês de outubro de 1997.

José Luis Silva  
Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº 2.349 de 01 de Setembro de 1997**

DECRETO Nº 2.349 DE 01 DE SETEMBRO DE 1997.  
INTERROMPE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal nº 1.388 de 30 de novembro de 1990; Resolve:

Interromper Licença sem Remuneração a pedido do Servidor JACQUES RICARDO SCHWENDNER, revogando no todo o Decreto nº 2.111 de 10 de junho de 1996, a partir desta data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
1º de setembro de 1997.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, ao 1º dia do mês de setembro de 1997.

### **DECRETO Nº 2.348 DE 28 DE AGOSTO DE 1997**

DECRETO Nº 2.348 DE 28 DE AGOSTO DE 1997.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 março de 1964 , Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.195/96 de 26 de novembro de 1996, em seu Artigo 10 Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias.

0500 - Secretaria de Educação  
0506 - Ensino de 2º grau  
08.43.197.2019 - Manutenção do Ensino Médio

3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio.  
3120.00 - Material de Consumo  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos  
3131.00 - Remuneração de Serviços Pessoais . R\$ 7.680,00  
3200.00 - Transferências Correntes  
3250.00 - Transferências a Pessoas  
3254.00 - Apoio Financeiro a Estudantes ..... R\$ 650,00  
TOTAL: ..... R\$ 8.330,00

Art.2º) Para Cobertura de Crédito Adicional Suplementar aberto será utilizado Recursos provenientes da anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

9000 - Reserva de Contingência.  
9099 - Reserva de Contingência.  
99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações  
9000.00 - Reserva de Contingência  
9900.00 - Reserva de Contingência  
9990.00 - Reserva de Contingência ..... R\$ 8.330,00

Art.3º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
28 de agosto de 1997.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 28 dias do mês de agosto de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº 2.347 DE 27 DE AGOSTO DE 1997**

DECRETO Nº 2.346 DE 27 DE AGOSTO DE 1997.  
APROVA O REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CÍVIL - COMDEC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais; DECRETA:

Art.1º) Fica aprovado, nos termos do artigo 6º da Lei nº 2.261 de 26 de Agosto de 1997, o Regimento Interno da Comissão Municipal de Defesa Cível - COMDEC, que com o presente à baixado.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
27 de agosto de 1997.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 27 dias do mês de agosto de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2.347 DE 27 DE AGOSTO DE 1997.

REGULAMENTA A LEI Nº 2.261 DE 26 DE AGOSTO DE 1997 QUE CRIA A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CÍVIL - COMDEC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas; Resolve:

Art.1º) Compete a Comissão Municipal de Defesa Cível - COMDEC, tendo em vista sua função de órgão de assessoramento da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, desenvolver as seguintes atividades:

- I - promover e colaborar em campanhas educacionais nas escolas, principalmente do ensino municipal;
- II - estudar, definir, propor normas, planos e procedimentos, visando a proteção da comunidade contra as consequências decorrentes de fatores anormais e adversos que atinjam o Município;
- III - participar e colaborar na execução de programas estaduais de Defesa Cível;
- IV - promover e colaborar na execução de programas estaduais e federais de Defesa Cível, obedecendo o princípio de que a ação de Defesa Cível inicia-se no Município, seguindo-se o Estado e a União.
- V - fornecer subsídios, quando possível, para esclarecimento relativos à Defesa Cível;
- VI - atuar coordenadores com os órgãos federais e estaduais de Defesa Cível, tanto nos períodos de normalidade como de anormalidade.
- VII - Estimular e desenvolver atividades, visando mobilizar a comunidade para iniciativas de Defesa Cível.
- VIII- promover estudos e propor recomendações sobre as consequências desastrosas causadas por negligência humana, que possam provocar estado de emergência reclame ação da Defesa Cível.
- IX - comunicar ao órgão estadual de Defesa Cível as ocorrências consideradas de porte significativo e solicitar as providências que julgar necessárias.

Art.2º) A COMDEC será constituída de membros assim qualificados:

Representantes de Órgãos Governamentais

- \* Representante da Câmara Municipal de Vereadores;
- \* Representante da Secretaria Municipal de Agricultura;
- \* Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social;
- \* Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

Representante de Órgãos não Governamentais

- \* Representante do Rotary Club;
- \* Representante do Lions Club;
- \* Representante das Associações de Moradores
- \* Representante de Clubes de Idosos;
- \* Representante das Associações de Moradores;
- \* Representante da Fundação Educacional Campo Alegre - FE-CAMPO

Art.3º) No exercício de suas atividades, poderá a COMDEC solicitar das pessoas físicas ou jurídicas colaboração no sentido de prevenir e limitar os riscos, as perdas e os danos a que estão sujeitas as populações, em decorrências de calamidade pública e fenômenos anormais.

Art.4º) Os critérios, normas e padrões a que se refere a Lei nº 2.261 serão estabelecidos pelo órgão dos Governos Federal e Estadual que atuam na Defesa Cível.

Art.5º) Prefeitura Municipal de Campo Alegre fará constar dos currículos escolares da rede de ensino municipal, noções gerais sobre procedimentos de Defesa Cível.

Art.6º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
27 de agosto de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 27 dias do mês de agosto de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

#### REGIMENTO INTERNO

Art.1º) A Comissão Municipal de Defesa Cível - COMDEC, criada pela Lei Municipal nº 2.261 de 26 de agosto de 1997, é uma entidade Municipal, vinculada à Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

Art.2º) A COMDEC tem por finalidade:

- I - Estudar, definir, propor normas, planos e procedimentos, visando a proteção da comunidade contra as consequências decorrentes de fatores anormais e adversos que atinjam o Município;
- II - participar e colaborar nos programas estaduais e federais de Defesa Cível;
- III - promover colaborar na execução de programas estaduais e federais de Defesa Cível, obedecendo o princípio de que a ação da Defesa Cível inicia-se no Município, seguindo-se o Estado e a União;
- IV - fornecer subsídios, quando possível, para esclarecimentos relativos à Defesa Cível;
- V - promover e colaborar em campanhas educacionais nas escolas, principalmente do ensino municipal;
- VI - atuar coordenadamente com os órgãos federais e estaduais de Defesa Cível, tanto nos períodos de normalidade como de anormalidade;
- VII - estimular e desenvolver atividade, visando mobilizar a comunidade para iniciativa de Defesa Cível;
- VIII - promover estudos e propor recomendações sobre as consequências desastrosas causadas por negligência humana, que possam provocar estado de emergência e reclame ação de Defesa Cível;
- IX - comunicar ao órgão estadual de Defesa Cível as ocorrências consideradas de porte significativo e solicitar providências que julgar necessárias.

Art.3º) A COMDEC terá reuniões mensais para apreciação de pautas de trabalho, previamente elaboradas para estudos e conhecimento de seus membros.

§ 1º - As reuniões extraordinárias da COMDEC realizar-se-ão sempre que houver manifestação de alguns de seus membros ao Presidente e a critério deste.

§ 2º - As proposições dos membros serão sempre submetidas a votação

§ 3º - As reuniões ordinárias e extraordinárias somente serão realizadas quando houver o comparecimento de mais de 50 %

(cinquenta por cento) de seus membros.

§ 4º - Qualquer um dos órgãos integrantes da estrutura organizacional da COMDEC poderá se reunir com seus membros, independente dos demais órgãos da COMDEC.

Art.4º) Constará, obrigatoriamente, dos currículos escolares dos estabelecimentos de ensino municipal, noções gerais sobre procedimentos de Defesa Cível.

Art.5º) A COMDEC terá a seguinte estrutura (\*):

- I - Presidente
- II - Vice-Presidente
- III - Secretário
- IV - Plenário

(\*) Estrutura diferente da sugestão exposta no art. 8º do modelo "Projeto de Lei", para a opção de escolha por designação ou eleição.

§ 1º - O Presidente, o Vice- Presidente, e o Secretário serão eleitos por seus pares.

§ 2º - Os membros da COMDEC terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido.

§ 3º - Os integrantes da COMDEC não receberão remuneração, salvo em viagem a serviço fora da sede do Município, cuja remuneração restringir-se-á às despesas de pousada, alimentação e transporte devidamente comprovados.

Art.6º) Ao Presidente da COMDEC compete:

- I - Convocar e presidir as reuniões de Comissão;
- II - dirigir a entidade, representá-la perante os órgãos governamentais e não governamentais;
- III - propor planos de trabalho;
- IV - participar das votações e declarar aprovadas as resoluções;
- V - resolver os casos omissos e praticar os atos necessários ao regular funcionamento da COMDEC;
- VI - propor aos demais membros, em reunião previamente marcada, os planos orçamentários, obras e serviços, bem como outras despesas, dentro da finalidade a que se propões a COMDEC.

Parágrafo Único - O Presidente da COMDEC poderá delegar atribuições aos membros da Comissão, sempre que achar necessário ao bom cumprimento das finalidade da entidade, observadas os termos legais.

Art.7º) Ao Vice-Presidente compete:

- I - Substituir o Presidente no seu impedimento;
- II - exercer atribuições que lhe forem conferidas pelos seus pares, através de reunião;
- III - auxiliar o Presidente quando por ele convocado para missões de Defesa Cível;

Art.8º) Ao Secretário Compete:

- I - Redigir as Atas das reuniões e distribuí-las mediante aprovação da Presidência, num prazo de 10 (dez) dias após cada reunião;
- II - redigir toda correspondência, relatórios anuais, comunidade, entre outros documentos, mediante aprovação do Presidente;
- III - participar das votações
- IV - manter em dia arquivo de documentação e correspondência;
- V - propor e acompanhar a execução de planos de trabalho.

Art.9º) Aos demais membros compete:

- I - Participar das votações;



II - propor planos de trabalho;  
III - realizar tarefas pertinentes à finalidade da entidade e às indicadas pela Presidência.

Art.10º) Ao Conselho Técnico compete:

I - Proceder estudos e elaborar planos solicitados pela Presidência da COMDEC;  
II - propor plano de trabalho;  
III - participar das reuniões e dos trabalhos da COMDEC;  
IV - coordenar os Grupos de Trabalho no âmbito de sua área de atuação  
V - atuar harmônicamente com os demais órgãos integrantes da estrutura organizacional da COMDEC.

Art.11º) Ao Conselho Comunitário compete:

I - Realizar ações conjuntas com todos os órgãos da COMDEC e a comunidade, que visem execução de medida e prevenção, prestação de socorro, assistência e recuperação dos danos causados aos municípios, além de outras ações relacionadas com Defesa Cível, nas situações de emergência;  
II - auxiliar o Presidente da COMDEC, sempre que por ele convocado para missões especiais;  
III - propor planos de trabalho consoante a sua área específica;  
IV - atuar coordenadamente com os demais órgãos integrantes da estrutura organizacional da COMDEC;  
V - participar das reuniões e dos trabalhos da COMDEC;  
VI - realizar campanhas de esclarecimento sobre Defesa Cível junto a comunidade.

Art.12º) Os recursos do Fundo Especial para Defesa Cível Municipal poderão ser utilizados para as seguintes despesas:

- a) diárias e transportes;
- b) aquisição de material de consumo;
- c) serviços de terceiros
- d) aquisição de bens de capital (equipamentos e instalações e material permanente);
- e) obras e construção;

Art.13º) A comprovação das despesas realizadas à conta do Fundo Especial será feita mediante os seguintes documentos:

- a) Prévio empenho;
- b) fatura e Nota Fiscal;
- c) balancete evidenciando receita e despesa;
- d) nota de pagamento.

Parágrafo Único - No caso de situação iminente e imprevisível poderá ser dispensado o empenho prévio, fazendo-o "a posteriori".

Art.14º) Todos os dirigentes ou responsáveis pelos órgãos integrantes da Comissão Municipal de Defesa Cível serão designados pelo Prefeito Municipal mediante Portaria.

Art.15º) A COMDEC poderá expedir instruções normativas para funcionamento e execução de suas tarefas.

Art.16º) A COMDEC deverá elaborar um Plano de Ação visando ao atendimento das regiões sujeitas a eventos periódicos.

Art.17º) Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da COMDEC.

Art.18º) O presente Regimento poderá ser alterado, ajustado ou revogado, visando sua permanência atualização, mediante proposição do Presidente ou titular dos órgãos integrantes da COMDEC, decidido por votação de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art.19º) Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
27 de agosto de 1997.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº DE 29 DE AGOSTO DE 1997.

CONSTITUI A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CÍVEL - COMDEC

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art 6º da Lei nº 2.261 de 26 de Agosto de 1997; Resolve:

Art.1º) Constituir a Comissão Municipal de Defesa Cível - COMDEC, com os seguintes membros:

- Sr. ...., profissão e cargo
- Sr. ...., profissão e cargo
- Sr. ...., profissão e cargo

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
29 de agosto de 1997.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Portaria na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 29 dias do mês de agosto de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº 2.346 de 27 de Agosto de 1997**

DECRETO Nº 2.346 DE 27 DE AGOSTO DE 1997.

APROVA O REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CÍVEL - COMDEC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais; DECRETA:

Art.1º) Fica aprovado, nos termos do artigo 6º da Lei nº 2.261 de 26 de Agosto de 1997, o Regimento Interno da Comissão Municipal de Defesa Cível - COMDEC, que com o presente à baixado.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
27 de agosto de 1997.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 27 dias do mês de agosto de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2.347 DE 27 DE AGOSTO DE 1997.

REGULAMENTA A LEI Nº 2.261 DE 26 DE AGOSTO DE 1997 QUE CRIA A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CÍVIL - COMDEC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas; Resolve:

Art.1º) Compete a Comissão Municipal de Defesa Cível - COMDEC, tendo em vista sua função de órgão de assessoramento da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, desenvolver as seguintes atividades:

- I - promover e colaborar em campanhas educacionais nas escolas, principalmente do ensino municipal;
- II - estudar, definir, propor normas, planos e procedimentos, visando a proteção da comunidade contra as consequências decorrentes de fatores anormais e adversos que atinjam o Município;
- III - participar e colaborar na execução de programas estaduais de Defesa Cível;
- IV - promover e colaborar na execução de programas estaduais e federais de Defesa Cível, obedecendo o princípio de que a ação de Defesa Cível inicia-se no Município, seguindo-se o Estado e a União.
- V - fornecer subsídios, quando possível, para esclarecimento relativos à Defesa Cível;
- VI - atuar coordenadores com os órgãos federais e estaduais de Defesa Cível, tanto nos períodos de normalidade como de anormalidade.
- VII - Estimular e desenvolver atividades, visando mobilizar a comunidade para iniciativas de Defesa Cível.
- VIII- promover estudos e propor recomendações sobre as consequências desastrosas causadas por negligência humana, que possam provocar estado de emergência reclame ação da Defesa Cível.
- IX - comunicar ao órgão estadual de Defesa Cível as ocorrências consideradas de porte significativo e solicitar as providências que julgar necessárias.

Art.2º) A COMDEC será constituída de membros assim qualificados:

Representantes de Órgãos Governamentais

- \* Representante da Câmara Municipal de Vereadores;
- \* Representante da Secretaria Municipal de Agricultura;
- \* Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social;
- \* Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

Representante de Órgãos não Governamentais

- \* Representante do Rotary Club;
- \* Representante do Lions Club;
- \* Representante das Associações de Moradores
- \* Representante de Clubes de Idosos;
- \* Representante das Associações de Moradores;
- \* Representante da Fundação Educacional Campo Alegre - FE-CAMPO

Art.3º) No exercício de suas atividades, poderá a COMDEC solicitar das pessoas físicas ou jurídicas colaboração no sentido de prevenir e limitar os riscos, as perdas e os danos a que estão sujeitas as populações, em decorrências de calamidade pública e fenômenos anormais.

Art.4º) Os critérios, normas e padrões a que se refere a Lei nº

2.261 serão estabelecidos pelo órgão dos Governos Federal e Estadual que atuam na Defesa Cível.

Art.5º) Prefeitura Municipal de Campo Alegre fará constar dos currículos escolares da rede de ensino municipal, noções gerais sobre procedimentos de Defesa Cível.

Art.6º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
27 de agosto de 1997.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 27 dias do mês de agosto de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

REGIMENTO INTERNO

Art.1º) A Comissão Municipal de Defesa Cível - COMDEC, criada pela Lei Municipal nº 2.261 de 26 de agosto de 1997, é uma entidade Municipal, vinculada à Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

Art.2º) A COMDEC tem por finalidade:

- I - Estudar, definir, propor normas, planos e procedimentos, visando a proteção da comunidade contra as consequências decorrentes de fatores anormais e adversos que atinjam o Município;
- II - participar e colaborar nos programas estaduais e federais de Defesa Cível;
- III - promover e colaborar na execução de programas estaduais e federais de Defesa Cível, obedecendo o princípio de que a ação da Defesa Cível inicia-se no Município, seguindo-se o Estado e a União;
- IV - fornecer subsídios, quando possível, para esclarecimentos relativos à Defesa Cível;
- V - promover e colaborar em campanhas educacionais nas escolas, principalmente do ensino municipal;
- VI - atuar coordenadamente com os órgãos federais e estaduais de Defesa Cível, tanto nos períodos de normalidade como de anormalidade;
- VII - estimular e desenvolver atividade, visando mobilizar a comunidade para iniciativa de Defesa Cível;
- VIII - promover estudos e propor recomendações sobre as consequências desastrosas causadas por negligência humana, que possam provocar estado de emergência e reclame ação de Defesa Cível;
- IX - comunicar ao órgão estadual de Defesa Cível as ocorrências consideradas de porte significativo e solicitar providências que julgar necessárias.

Art.3º) A COMDEC terá reuniões mensais para apreciação de pautas de trabalho, previamente elaboradas para estudos e conhecimento de seus membros.

§ 1º - As reuniões extraordinárias da COMDEC realizar-se-ão sempre que houver manifestação de alguns de seus membros ao Presidente e a critério deste.

§ 2º - As proposições dos membros serão sempre submetidas a votação



§ 3º - As reuniões ordinárias e extraordinárias somente serão realizadas quando houver o comparecimento de mais de 50 % (cinquenta por cento) de seus membros.

§ 4º - Qualquer um dos órgãos integrantes da estrutura organizacional da COMDEC poderá se reunir com seus membros, independente dos demais órgãos da COMDEC.

Art.4º) Constará, obrigatoriamente, dos currículos escolares dos estabelecimentos de ensino municipal, noções gerais sobre procedimentos de Defesa Cível.

Art.5º) A COMDEC terá a seguinte estrutura (\*):

- I - Presidente
- II - Vice-Presidente
- III - Secretário
- IV - Plenário

(\*) Estrutura diferente da sugestão exposta no art. 8º do modelo "Projeto de Lei", para a opção de escolha por designação ou eleição.

§ 1º - O Presidente, o Vice- Presidente, e o Secretário serão eleitos por seus pares.

§ 2º - Os membros da COMDEC terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido.

§ 3º - Os integrantes da COMDEC não receberão remuneração, salvo em viagem a serviço fora da sede do Município, cuja remuneração restringir-se-á às despesas de pousada, alimentação e transporte devidamente comprovados.

Art.6º) Ao Presidente da COMDEC compete:

- I - Convocar e presidir as reuniões de Comissão;
- II - dirigir a entidade, representá-la perante os órgãos governamentais e não governamentais;
- III - propor planos de trabalho;
- IV - participar das votações e declarar aprovadas as resoluções;
- V - resolver os casos omissos e praticar os atos necessários ao regular funcionamento da COMDEC;
- VI - propor aos demais membros, em reunião previamente marcada, os planos orçamentários, obras e serviços, bem como outras despesas, dentro da finalidade a que se propõe a COMDEC.

Parágrafo Único - O Presidente da COMDEC poderá delegar atribuições aos membros da Comissão, sempre que achar necessário ao bom cumprimento das finalidade da entidade, observadas os termos legais.

Art.7º) Ao Vice-Presidente compete:

- I - Substituir o Presidente no seu impedimento;
- II - exercer atribuições que lhe forem conferidas pelos seus pares, através de reunião;
- III - auxiliar o Presidente quando por ele convocado para missões de Defesa Cível;

Art.8º) Ao Secretário Compete:

- I - Redigir as Atas das reuniões e distribuí-las mediante aprovação da Presidência, num prazo de 10 (dez) dias após cada reunião;
- II - redigir toda correspondência, relatórios anuais, comunidade, entre outros documentos, mediante aprovação do Presidente;
- III - participar das votações
- IV - manter em dia arquivo de documentação e correspondência;
- V - propor e acompanhar a execução de planos de trabalho.

Art.9º) Aos demais membros compete:

- I - Participar das votações;
- II - propor planos de trabalho;
- III - realizar tarefas pertinentes à finalidade da entidade e às indicadas pela Presidência.

Art.10º) Ao Conselho Técnico compete:

- I - Proceder estudos e elaborar planos solicitados pela Presidência da COMDEC;
- II - propor plano de trabalho;
- III - participar das reuniões e dos trabalhos da COMDEC;
- IV - coordenar os Grupos de Trabalho no âmbito de sua área de atuação
- V - atuar harmônicamente com os demais órgãos integrantes da estrutura organizacional da COMDEC.

Art.11º) Ao Conselho Comunitário compete:

- I - Realizar ações conjuntas com todos os órgãos da COMDEC e a comunidade, que visem execução de medida e prevenção, prestação de socorro, assistência e recuperação dos danos causados aos municípios, além de outras ações relacionadas com Defesa Cível, nas situações de emergência;
- II - auxiliar o Presidente da COMDEC, sempre que por ele convocado para missões especiais;
- III - propor planos de trabalho consoante a sua área específica;
- IV - atuar coordenadamente com os demais órgãos integrantes da estrutura organizacional da COMDEC;
- V - participar das reuniões e dos trabalhos da COMDEC;
- VI - realizar campanhas de esclarecimento sobre Defesa Cível junto a comunidade.

Art.12º) Os recursos do Fundo Especial para Defesa Cível Municipal poderão ser utilizados para as seguintes despesas:

- a) diárias e transportes;
- b) aquisição de material de consumo;
- c) serviços de terceiros
- d) aquisição de bens de capital (equipamentos e instalações e material permanente);
- e) obras e construção;

Art.13º) A comprovação das despesas realizadas à conta do Fundo Especial será feita mediante os seguintes documentos:

- a) Prévio empenho;
- b) fatura e Nota Fiscal;
- c) balancete evidenciando receita e despesa;
- d) nota de pagamento.

Parágrafo Único - No caso de situação iminente e imprevisível poderá ser dispensado o empenho prévio, fazendo-o "a posteriori".

Art.14º) Todos os dirigentes ou responsáveis pelos órgãos integrantes da Comissão Municipal de Defesa Cível serão designados pelo Prefeito Municipal mediante Portaria.

Art.15º) A COMDEC poderá expedir instruções normativas para funcionamento e execução de suas tarefas.

Art.16º) A COMDEC deverá elaborar um Plano de Ação visando ao atendimento das regiões sujeitas a eventos periódicos.

Art.17º) Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da COMDEC.

Art.18º) O presente Regimento poderá ser alterado, ajustado ou revogado, visando sua permanência atualização, mediante proposição do Presidente ou titular dos órgãos integrantes da COMDEC,

decidido por votação de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art.19º) Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
27 de agosto de 1997.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº DE 29 DE AGOSTO DE 1997.

CONSTITUI A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CÍVIL - COM-DEC

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art 6º da Lei nº 2.261 de 26 de Agosto de 1997; Resolve:

Art.1º) Constituir a Comissão Municipal de Defesa Cível - COMDEC, com os seguintes membros:

- Sr. ...., profissão e cargo
- Sr. ...., profissão e cargo
- Sr. ...., profissão e cargo

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
29 de agosto de 1997.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Portaria na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 29 dias do mês de agosto de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº 2.345 de 01 de Setembro de 1997**

DECRETO Nº 2.34 DE 01 DE SETEMBRO DE 1997.  
INTERROMPE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal nº 1.388 de 30 de novembro de 1990; Resolve:

Interromper Licença sem Remuneração a pedido do Servidor JAKQUES RICARDO SCHWENDNER, revogando no todo o Decreto nº 2.111 de 10 de junho de 1996, a partir desta data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
1º de setembro de 1997.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, ao 1º dia do mês de setembro de 1997.

JOSÉ LUÍS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº 2.344 de 19 de Agosto de 1997**

DECRETO Nº 2.344 DE 19 DE AGOSTO DE 1997.  
REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 2.256 QUE INSTITUI O PROJETO FALA CIDADÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e considerando o Art.71, inc VII da Lei Orgânica do Município; Decreta:

Art.1º) Serão colocadas em todas as repartições Públicas do Município e em algumas propriedades particulares interioranas de livre acesso ao público as "Urnas do Cidadão", que fazem parte do projeto de governo, FALA-CIDADÃO, que incentiva a cidadania participativa.

Art.2º) As "Urnas do Cidadão" constituem-se de caixas de madeira com 1,6 m2, que serão fixadas nas paredes, juntamente com um cartaz explicativo com 30x30 cm.

Art.3º) Nestes compartimentos os cidadãos depositarão suas opiniões sugestões, críticas e pedidos à Administração Pública Municipal, em impressos próprios.

Art.4º) As cédulas serão retiradas periodicamente por servidores públicos autorizados e entregues na sede da Prefeitura Municipal que seja dado o encaminhamento devido às críticas e sugestões dos usuários.

Art.5º) As urnas somente serão colocadas nos locais previamente determinados, mediante a ciência expressa proprietários dos mesmos.

Art.6º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
19 de agosto de 1997.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 19 dias do mês de agosto de 1997.

JOSÉ LUÍS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº 2.343 de 19 de Agosto de 1997**

DECRETO Nº 2.443 DE 20 DE AGOSTO DE 1998  
APROVA ATOS E FORMULÁRIOS DE PODER DE POLÍCIA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; DECRETA:

Art. 1º Aprovar os seguintes atos constantes dos anexos I á VIII do presente Decreto:

I - Relatório Circunstanciado de Fiscalização de Posturas;

II - Termo de Vistoria;

III - Termo de Intimação;

IV - Auto de Infração e Termo de Intimação;  
V - Auto de Cassação de Licença;  
VI - Auto de Interdição e Suspensão de Atividade;  
VII - Auto de Embargo.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
20 de Agosto de 1998.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

Os anexos encontram-se disponíveis, ainda, no Paço Municipal

### **Decreto Nº 2.342 de 31 de Julho de 1997**

DECRETO Nº 2.342 DE 31 DE JULHO DE 1997.  
HOMOLOGA O PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA OS EXERCÍCIOS DE 1.997/2.001.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Fica homologado o Plano Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC, para os exercícios de 1.997/2.001, fazendo o mesmo parte integrante do presente Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
31 de julho de 1997.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de expediente desta Prefeitura Municipal, aos 31 dias do mês de julho de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **Decreto Nº 2.341 de 31 de Julho de 1997**

DECRETO Nº 2.341 DE 31 DE JULHO DE 1997.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.195/96 de 26 de novembro de 1996, em seu Artigo 10 Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias.

0300 - Secretaria de Administração  
0301 - Departamento de Pessoal Compras e Patrimônio

03.07.021.2003 - Coordenação da Direção de Administração.  
3000.00 - Despesas Correntes  
3100.00 - Despesas de Custeio.  
3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 7.000,00  
3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos.  
3132.00 - Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 16.000,00  
0700 - Secretaria de Viação e Obras  
0701 - Departamento de Serviços Municipais.  
10.60.325.2027 - Manutenção dos Serviços Urbanos  
3000.00 - Despesas Correntes.  
3100.00 - Despesas de Custeio.  
3110.00 - Pessoal  
3111.00 - Pessoal Cível ..... R\$ 7.000,00  
TOTAL .....R\$ 30.000,00

Art.2º) Para Cobertura de Crédito Adicional Suplementar aberto será utilizado Recursos provenientes da anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

9000 - Reserva de Contingência.  
9099 - Reserva de Contingência.  
99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações  
9000.00 - Reserva de Contingência  
9900.00 - Reserva de Contingência  
9990.00 - Reserva de Contingência ..... R\$ 30.000,00

Art.3º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
31 de julho de 1997.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 31 dias do mês de julho de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº 2.340 DE 28 DE JULHO DE 1997.**

DECRETO Nº 2.340 DE 28 DE JULHO DE 1997.  
REGULAMENTA O TRÂNSITO DE VEÍCULOS PESADOS EM VIAS PÚBLICAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei nº 1.025 de 09 de março de 1987, em seu artigo 45; DECRETA:

Art. 1º) Fica restrito à rota elencada neste decreto, o tráfego de caminhões carregados que transportem caulim ou toras de madeira e de qualquer outro que, pela frequência com que trafega ou pelo peso que carrega, possa danificar as vias públicas; sendo vedado o tráfego fora da rota em qualquer horário e dias da semana, sob qualquer hipótese.

Art. 2º) A rota descrita no artigo anterior é a seguinte:

I - Para os caminhões que descem à Rua Cel. Bueno Franco vindos das localidades Floresta e Minas de Caulim é obrigatório o desvio à Travessa do Caulim, seguindo pela Rua Cel. Veríssimo de Souza em direção à Rua Cel. Raymundo Munhoz, onde deverão entrar e seguir em direção a esquina com a Rua Altamiro Lobo Guimarães,

seguindo pela mesma em direção a SC 301 passando ainda pela Rua Jorge Lacerda.

Art. 3º) Os caminhões vazios poderão trafegar fora da rota descrito no artigo anterior desde que não ultrapassem a velocidade limite de 40 km/h e desde que não sujem as vias públicas pavimentadas com resíduos de caulim ou qualquer outro.

Art. 4º) O descumprimento do disposto neste decreto submete os infratores as penas do capítulo V da Lei 1.025/87 - Código de Postura do Município.

Parágrafo Único - Para efeito deste decreto e regulamentação do disposto no art. 34 da Lei 1.025/87 - Código de Posturas do Município - fica fixada a multa mínima de R\$ 68,00 (sessenta e oito reais).

Art. 5º) Fica revogado o Decreto nº 2.339/97 e sem efeito portanto a notificação descrita ao art. 4º do referido Decreto.

Art.6º) Serão notificados, no prazo de 24 (vinte e quatro horas) da publicação deste os transportadores cadastrados no Setor de Cadastro da Prefeitura Municipal, a adequarem, num prazo de 24 (vinte e quatro horas), seus itinerários ao disposto neste Decreto.

Art.7º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
28 de julho de 1997.

\_\_\_\_\_  
DR. MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal aos 23 dias do mês de julho de 1997.

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

#### N O T I F I C A Ç Ã O

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de 19\_\_ neste Município, procede-se a notificação ao responsável da

\_\_\_\_\_  
em cumprimento ao disposto no artigo 6º do Decreto Municipal nº 2.340 de que fica ciente o interessado Sr. \_\_\_\_\_  
que deverá , no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar desta data, providenciar a regularização. Caso não sejam atendidos as determinações legais, serão cominados as penas previstas no Decreto Municipal nº 2.340 e no capítulo V do Código de Posturas do Município. E para constar, foi lavrado a presente notificação que vai devidamente assinado.

Observação: É parte integrante desta notificação o mapa descritivo entregue ao interessado por ocasião da notificação anterior.

Campo Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19\_\_.

\_\_\_\_\_  
FISCAL

#### ASSINATURA DO NOTIFICADO

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_

#### Decreto Nº 2.339 de 23 de Julho de 1997

DECRETO Nº 2.339 DE 23 DE JULHO DE 1997.

REGULAMENTA O TRÂNSITO DE VEÍCULOS PESADOS EM VIAS PÚBLICAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei nº 1.025 de 09 de março de 1987, em seu artigo 45; DECRETA:

Art. 1º) Fica restrito à rota elencada neste decreto, o tráfego de caminhões carregador que transportem caulim ou toras de madeira e de qualquer outro que, pela frequência com que trafega ou pelo peso que carrega, possa danificar as vias públicas; sendo vedado o tráfego fora da rota em qualquer horário e dias da semana, sob qualquer hipótese.

Art. 2º) A rota descrita no artigo anterior é a seguinte:

I - Para os caminhões que descem à Rua Cel. Bueno Franco vindos das localidades Floresta e Minas de Caulim é obrigatório o desvio à Travessa do Caulim, seguindo pela Rua Cel. Veríssimo de Souza em direção à Rua Cel. Raimundo Munhoz, onde deverão entrar e seguir em direção a esquina com a Rua Altamiro Lobo Guimarães, seguindo pela mesma em direção a SC 301 passando ainda pela Rua Jorge Lacerda.

Art. 3º) Os caminhões vazios poderão trafegar fora da rota descrito

Parágrafo Único - Para efeito deste decreto e regulamentação do disposto no art. 34 da Lei 1.025/87 - Código de Posturas do Município - fica fixada a multa mínima de R\$ 34,00 (trinta e quatro reais).

Art. 4º) Serão notificados, num prazo de 10 (dez) dias da publicação deste, os transportadores cadastrados no Setor de Cadastro da Prefeitura Municipal, a adequarem, num prazo de 5 (cinco) dias, seus itinerários ao disposto neste Decreto.

Art. 5º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo alegre "SC" em,  
23 de julho de 1997.

\_\_\_\_\_  
DR. MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal aos 23 dias do mês de julho de 1997.

\_\_\_\_\_  
JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete



## NOTIFICAÇÃO

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de 19\_\_ neste Município, procede-se a notificação ao responsável da

em cumprimento ao disposto no artigo 6º do Decreto Municipal nº de que fica ciente o interessado Sr. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ que deverá, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar desta data, providenciar a regularização. Caso não sejam atendidos as determinações legais, serão cominados as penas previstas no Decreto Municipal nº e no capítulo V do Código de Posturas do Município. E para constar, foi lavrado a presente notificação que vai devidamente assinado.

Observação: É parte integrante desta notificação o mapa descritivo entregue ao interessado por ocasião da notificação anterior.

Campo Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19\_\_.

\_\_\_\_\_  
FISCAL

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO NOTIFICADO

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_

**Decreto No 2.338 de 30 de Junho de 1997**

DECRETO NO 2.338 DE 30 DE JUNHO DE 1997.

REGULAMENTA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal em seu Artigo 71, Inciso VII; Decreta:

Art. 1o ) O presente Decreto regulamenta o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação, do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina.

Dispõe sobre as atribuições do Conselho, dos conselheiros, da diretoria e respectivos suplentes, bem como as demais normas de funcionamento do Conselho Municipal de Educação.

## CAPÍTULO I

## DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO.

Art. 1º- O Conselho Municipal de Educação do Município de Campo Alegre, criado pela Lei nº 2.232 de 03 de junho de 1997, reger-se-á por este Regimento, observadas as normas e disposições legais.

Art.2º- O Conselho Municipal de Educação do Município de Campo Alegre vinculado à Secretaria Municipal de Educação será composto por 08 (oito) membros titulares, sendo que a cada membro corresponderá um suplente.

Art.3º- O mandato dos Conselheiros será de dois anos, podendo ser reconduzido, a critério das entidades que os representam, por igual período.

Art.4 º- Os conselheiros serão nomeados pelo chefe do Poder Executivo, a partir da indicação das entidades e categorias, com

domicílio em Campo Alegre -SC.

Art.5º- O Presidente e o Vice- Presidente do Conselho Municipal de Educação serão eleitos por seus pares com votação aberta, e homologados pelo Chefe do Poder Executivo.

Art.6º- O mandato do Presidente e do Vice- Presidente do Conselho Municipal de Educação será de 02 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

Art.7º- O Conselho Municipal de Educação do Município de Campo Alegre, realizará, mensalmente uma reunião, exceto nos meses de recesso escolar, e tantas extraordinárias quantas forem necessárias.

§ 1º- Para que sejam realizadas as sessões plenárias do Conselho, deverá haver a presença de, no mínimo  $\frac{3}{4}$  (três quartos) dos seus membros titulares.

§ 2º- As decisões do Conselho serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes. Em caso de empate, o voto de qualidade será restrito ao Presidente.

## CAPÍTULO II

## DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO

Art.8º- Compete ao Conselho Municipal de Educação:

I - Elaborar o Regimento Interno;

II - Colaborar com a Secretaria de Educação na organização e direção do ensino;

III - Analisar Leis, Decretos e Regulamentos relacionados com o ensino, com vistas a sua eficiente aplicação;

IV- Zelar pelo cumprimento da Legislação aplicável à Educação e ao Ensino;

V - Sugestionar, nos casos em que haja divergência, os pareceres dos Órgãos Técnicos ou Administrativos da Secretaria Municipal de Educação, ou naquele em que o (a) Secretário (a) julgue aconselhável um amplo debate;

VI - Fiscalizar a aplicação dos Recursos Financeiros, conforme Artigo 212 da Constituição Federal;

VII- Conscientizar a população em idade escolar no que se refere ao direito e dever do acesso escolar;

VIII- Exercer as atribuições que lhe forem delegadas pelo Conselho Estadual de Educação.

Art.9º- Compete ainda ao Conselho Municipal de Educação:

I - Fiscalizar a aplicação dos Recursos financeiros oriundos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério;

II- Tornar a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação conhecida na comunidade.

## CAPÍTULO III

## DA PRESIDÊNCIA

Art.10 - O Presidente é a autoridade administrativa superior do Conselho, cabendo-lhe dirigir, orientar os trabalhos internos, presidir as reuniões e exercer a representação externa, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e as resoluções concernentes aos objetivos do órgão.

§ Único - Em caso de impedimento, o Presidente será substituído pelo Vice- Presidente.

Art.11 - São atribuições do Presidente:

I - Convocar e presidir as reuniões;

II - Aprovar a pauta de cada reunião;

III - Encaminhar ao Secretário de Educação as deliberações do Conselho;

IV - Representar o Conselho ou delegar a representação;

V - Mobilizar os meios e recursos indispensáveis ao pleno e eficaz funcionamentos do Conselho.

VI - Manter sempre que possível, contato com o Conselho Estadual de Educação, e com os demais Conselhos Municipais de Educação;

VII - Solicitar assessoramento da Consultoria Jurídica do Município, quando necessário, bem como solicitar ao Poder Executivo, Assessoria Técnica de acordo com as matérias em estudo;

VIII- Cumprir e fazer cumprir as disposições da Lei e deste Regimento;  
IX - Exercer as demais atribuições não especificadas neste Regimento e inerentes à sua função.

#### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art.12 - O Conselho disporá de uma secretaria que se incumbirá dos serviços administrativos e que não precisará necessariamente ser exclusiva.

Art.13 - Perderá o mandato o Conselheiro que, sem justificar a ausência, faltar 03 (três) sessões consecutivas ou 06 (seis) anuais, intercaladas.

Art.14 - O comparecimento dos Conselheiros às reuniões será comprovado pela assinatura em livro próprio.

Art.15 - Os suplentes, poderão ser convidados pelo Presidente para participar de reuniões, quando se fizer necessário, sendo-lhes, no entanto, vedado o direito a voto.

Art.16 - Este Regimento entrará em vigor após aprovado pelo Executivo Municipal.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3o - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
30 de junho de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 30 dias do mês de junho de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

#### **Decreto Nº 2.337 de 17 de Junho de 1997**

DECRETO Nº 2.337 DE 17 DE JUNHO DE 1997.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.235 de 17 de junho de 1997; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00- Secretaria de Administração.

03.01- Departamento Pessoal Compras e Patrimônio.

03.07.021.2003- COORDENAÇÃO DA DIREÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO.

3000.00- Despesas Correntes.

3100.00- Despesas de Custeio.

3110.00- Pessoal.

3111.00- Pessoal Cível ..... R\$ 5.000,00

3113.00- Obrigações Patronais ..... R\$ 3.000,00

3120.00- Material de Consumo ..... R\$ 2.000,00

3130.00- Serviços de Terceiros e Encargos.

3132.00- Outros Serviços e Encargos .....  
. R\$ 6.000,00

03.08.033.2005- AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INSS E IPESC.

3000.00- Despesas Correntes.

3200.00- Transferências Correntes.

3260.00- Encargos da Dívida Interna.

3261.00- Encargos da Dívida Pública .....  
. R\$10.100,00

04.78.033.2006- AMORTIZAÇÃO BADESC ESPALHADOR ADUBO.

3000.00- Despesas Correntes.

3200.00- Transferências Correntes.

3260.00- Encargos da Dívida Interna.

3261.00- Encargos da Dívida Pública .....  
. R\$ 400,00

4000.00- Despesas de Capital.

4300.00- Transferências de Capital.

4350.00- Amortização da Dívida Interna.

4351.00- Amortização da Dívida Contratada ..... R\$  
200,00

08.46.033.2007- AMORTIZAÇÃO BADESC GINÁSIO QUADRA DE ESPORTES.

3000.00- Despesas Correntes.

3200.00- Transferências Correntes.

3260.00- Encargos da Dívida Interna.

3261.00- Encargos da Dívida Pública .....  
R\$ 200,00

4000.00- Despesas de Capital.

4300.00- Transferências de Capital.

4350.00- Amortização da Dívida Interna.

4351.00- Amortização da Dívida Contratada ..... R\$  
300,00

10.58.033.2008- AMORTIZAÇÃO BADESC MATERIAL HIDRÁULICO.

4000.00- Despesas de Capital.

4300.00- Transferências de Capital.

4350.00- Amortização da Dívida Interna.

4351.00- Amortização da Dívida Contratada ..... R\$  
300,00

16.88.033.2009- AMORTIZAÇÃO BADESC CAMINHÕES.

4000.00- Despesas de Capital.

4300.00- Transferências de Capital.

4350.00- Amortização da Dívida Interna.

4351.00- Amortização da Dívida Contratada ..... R\$  
3.000,00

16.91.033.2010- AMORTIZAÇÃO BADESC CALÇAMENTO.

3200.00- Transferências Correntes.

3260.00- Encargos da Dívida Interna.

3261.00- Encargos da Dívida Pública .....  
R\$ 5.000,00

4000.00- Despesas de Capital.

4300.00- Transferências de Capital.

4350.00- Amortização da Dívida Interna.

4351.00- Amortização da Dívida Contratada ..... R\$  
5.000,00

04.00- Secretaria de Finanças.

04.01- Departamento de Contabilidade Tributação e Tesouraria.

03.08.030.2011- COORDENAÇÃO DIRETORIA DE FINANÇAS.

3000.00- Despesas Correntes.

3100.00- Despesas de Custeio.

3110.00- Pessoal.

3111.00- Pessoal Cível ..... R\$ 5.000,00

3130.00- Serviços de Terceiros e Encargos.

3131.00- Remuneração de Serviços Pessoais .....  
R\$ 500,00

3132.00- Outros Serviços e Encargos .....  
. R\$ 5.000,00

3200.00- Transferências Correntes.

3250.00- Transferências a Pessoas.

3251.00- Inativos ... R\$ 3.000,00

15.84.492.2012- CONTRIBUIÇÃO AO PASEP.

3000.00- Despesas Correntes.

3200.00- Transferências Correntes.

3280.00- Contribuição para formação do PASEP .....



R\$ 1.500,00  
 0500- Secretaria de Educação.  
 0501- Departamento de Ensino do 1º grau.  
 08.42.188.2013- MANUTENÇÃO DO ENSINO DE 1º GRAU.  
 3000.00- Despesas Correntes.  
 3100.00- Despesas de Custeio.  
 3110.00- Pessoal.  
 3111.00- Pessoal Cível ..... R\$ .18.100,00  
 3120.00- Material de Consumo .....R\$ 2.000,00  
 3200.00- Transferências Correntes.  
 3250.00- Transferências a Pessoas.  
 3251.00- Inativos . R\$ 4.000,00  
 0502- Departamento da Criança de 0 à 6 anos.

08.41.185.2015- MANUTENÇÃO DE CRECHES.  
 3000.00- Despesas Correntes.  
 3100.00- Despesas de Custeio.  
 3110.00- Pessoal.  
 3111.00- Pessoal Cível ..... R\$ 5.000,00  
 3120.00- Material de Consumo ..... .R\$ 10.000,00  
 3200.00- Transferências Correntes.  
 3250.00- Transferências a Pessoas.  
 3253.00- Salário Família ..... R\$ 700,00  
 0503- Departamento Pré Escolar.  
 08.41.190.2016- MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PRÉ ESCOLAR.  
 3000.00- Despesas Correntes.  
 3100.00- Despesas de Custeio.  
 3110.00- Pessoal.  
 3111.00- Pessoal Cível ..... R\$ 5.000,00  
 3130.00- Serviços de Terceiros e Encargos.  
 3131.00- Remuneração de Serviços Pessoais .....  
 R\$ 700,00  
 0505- Departamento de Cultura.  
 08.48.246.2018- MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO.  
 3000.00- Despesas Correntes.  
 3100.00- Despesas de Custeio.  
 3120.00- Material de Consumo ..... R\$ 4.000,00  
 3130.00- Serviços de Terceiros e Encargos.  
 3131.00- Remuneração de Serviços Pessoais .....  
 R\$ 1.000,00  
 3132.00- Outros Serviços e Encargos .....  
 R\$ 4.000,00  
 0506- Ensino de 2º grau.  
 08.43.197.2019- MANUTENÇÃO DO ENSINO MÉDIO.  
 3000.00- Despesas Correntes.  
 3100.00- Despesas de Custeio.  
 3130.00- Serviços de Terceiros e Encargos.  
 3131.00- Remuneração de Serviços Pessoais .....  
 R\$ 4.000,00  
 3132.00- Outros Serviços e Encargos .....  
 R\$ 1.000,00  
 0508- Departamento Educação Física e Desportos.  
 08.46.224.2021- MANUTENÇÃO ESPORTE AMADOR  
 3000.00- Despesas Correntes.  
 3100.00- Despesas de Custeio.  
 3110.00- Pessoal.  
 3111.00- Pessoal Cível ..... R\$ 1.200,00  
 3120.00- Material de Consumo ..... R\$ 4.000,00  
 0509- Departamento de Turismo.  
 11.65.363.2022- Incentivo ao Turismo.  
 3000.00- Despesas Correntes.  
 3100.00- Despesas de Custeio.  
 3110.00- Pessoal.  
 3111.00- Pessoal Cível ..... R\$ 1.000,00  
 3130.00- Serviços de Terceiros e Encargos.  
 3132.00- Outros Serviços e Encargos .....  
 . R\$ 6.000,00  
 0600- Secretaria de Saúde e Bem Estar Social.  
 0601- Departamento de Saúde.

13.75.428.2023- Manutenção da Assistência Médico Hospitalar.

3000.00- Despesas Correntes.  
 3100.00- Despesas de Custeio.  
 3110.00- Pessoal.  
 3111.00- Pessoal Cível ..... R\$ 5.000,00  
 3120.00- Material de Consumo ..... R\$ 5.000,00  
 3130.00- Serviços de Terceiros e Encargos.  
 3132.00- Outros Serviços e Encargos ..... R\$  
 10.000,00  
 0602- Departamento de Assistência Social.  
 15.81.486.2025- MANUTENÇÃO ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA.  
 3000.00-Despesas Correntes.  
 3100.00- Despesas de Custeio.  
 3110.00- Pessoal.  
 3111.00- Pessoal Cível ..... R\$ 4.000,00  
 3120.00- Material de Consumo .... R\$ 300,00  
 0700- Secretaria de Viação e Obras.  
 0701- Departamento de Serviços Municipais.  
 10.60.325.2027- MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS.  
 3000.00- Despesas Correntes.  
 3100.00- Despesas de Custeio.  
 3110.00- Pessoal.  
 3111.00- Pessoal Cível ..... R\$ 4.000,00  
 3113.00- Obrigações Patronais .... R\$ 500,00  
 3130.00- Serviços de Terceiros e Encargos.  
 3132.00- Outros Serviços e Encargos ..... R\$  
 25.000,00  
 0702- Departamento de Estradas e Rodagem.  
 16.88.534.2031- Manutenção do DMER.  
 3000.00- Despesas Correntes.  
 3100.00- Despesas de Custeio.  
 3110.00- Pessoal.  
 3111.00- Pessoal Cível ..... R\$ 15.000,00  
 3120.00- Material de Consumo ... R\$ 20.000,00  
 0800- Secretaria de Agricultura.  
 0801- Departamento de Agricultura.  
 04.18.111.2032- Manutenção das Atividades Agropecuárias.  
 3000.00- Despesas Correntes.  
 3100.00- Despesas de Custeio.  
 3110.00- Pessoal.  
 3111.00- Pessoal Cível ..... R\$ 8.000,00  
 3120.00- Material de Consumo ... R\$ 1.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

9000- Reserva de Contingência.  
 9099- Reserva de Contingência.  
 99.99.999.2999- RECURSOS PARA SUPLEMENTAÇÕES.  
 9000.00- Reserva de Contingência.  
 9900.00- Reserva de Contingência.  
 9990.00- Reserva de Contingência . R\$ 225.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 17 de Junho de 1997.  
 DR. MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 17 dias do mês de junho de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº 2.335 DE 09 DE JUNHO DE 1997**

DECRETO Nº 2.335 DE 09 DE JUNHO DE 1997.  
INTERROMPE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal nº 1388 de 30 de novembro de 1990; Resolve:

Interromper Licença sem remuneração a pedido da Servidora Aparecida Linzmeyer, a contar desta data, revogando no todo o Decreto nº 2.295 de 03 de fevereiro do corrente ano.

Gabinete o Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de junho de 1997.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e publicada a presente Portaria na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 09 dias do mês de junho de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº 2.334 DE 27 DE MAIO DE 1997**

DECRETO Nº 2334 DE 27 DE MAIO DE 1997.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de Março de 1964. Artigo 7º Inciso I, e Lei Municipal nº 2.195/96 de 26 de Novembro de 1996 em seu Artigo 10º Alínea B; Resolve:

Art.1º Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para reforçar a seguinte Dotação Orçamentária.

05.00- Secretaria de Educação.

05.07- Ensino Superior.

08.44.205.2020- APOIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS.

3000.00- Despesas Correntes.

3100.00- Despesas Correntes.

3130.00- Outros serviços e Encargos.

3131.00- Remuneração de Serviços Pessoais ..... R\$ 5.000,00.

Art.2º ) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto será utilizado Recursos Provenientes da Anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

90.00- Reserva de Contingência.

90.99- Reserva de Contingência.

99.99.999.2999- RECURSOS PARA SUPLEMENTAÇÕES.

9000.00- Reserva de Contingência.

9000.00- Reserva de Contingência.

9990.00- Reserva de Contingência ..... R\$ 5.000,00.

Art.3º) Este Decreto Entra em vigor na data de sua Publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 27 de Maio de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal e no órgão oficial de Publicação aos 27 dias do mês de Maio de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº 2.333 DE 22 DE MAIO DE 1997**

DECRETO Nº 2.333 DE 22 DE MAIO DE 1997.  
INSTITUI PONTO FACULTATIVO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, amparado no inciso VIII, do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Fica instituído Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais no dia 30 de Maio (sexta-feira), no período integral, ressaltando as necessidades de serviços de cada secretaria e seus respectivos Departamentos.

Art.2º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 22 de Maio de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada o presente Decreto na divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal aos 22 dias do mês de Maio de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº 2.332 DE 21 DE MAIO DE 1997.**

DECRETO Nº 2332 DE 21 DE MAIO DE 1997.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de Março de 1964, Artigo 7º Inciso I, e Lei Municipal nº 2.195/96 de 26 de Novembro de 1996 em seu Artigo 10º Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), para reforçar a seguinte Dotação Orçamentária.

03.00- Secretaria da Administração.

03.01- Departamento Pessoal Compras e Patrimônio.

03.08.033.2005- Amortização da Dívida INSS e IPESC.

3000.00- Despesas Correntes.

3200.00- Transferências Correntes.  
3260.00- Encargos da Dívida Interna.  
3261.00- Encargos da Dívida Pública ..... R\$ 4.000,00

Art.2º) Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto será utilizado Recursos Provenientes da Anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

90.00- Reserva de Contingência.  
90.99- Reserva de Contingência.  
99.99.999.2999- RECURSOS PARA SUPLEMENTAÇÕES.  
9000.00- Reserva de Contingência.  
9000.00- Reserva de Contingência.  
9990.00- Reserva de Contingência ..... R\$ 4.000,00

Art.3º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
21 de Maio de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal aos 21 dias do mês de Maio de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 2.331 DE 19 DE MAIO DE 1997**

DECRETO Nº 2.331 DE 19 DE MAIO DE 1997.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de Março de 1964, Artigo 7º Inciso I, e Lei Municipal nº 2.195/96 de 26 de Novembro de 1996 em seu Artigo 10º Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), para reforçar a seguinte dotação Orçamentária.

0300- Secretaria da Administração.  
0301- Departamento Pessoal Compras e Patrimônio.  
03.07.021.2004- EVENTOS COMEMORATIVO CENTENÁRIO- OUTRAS DATAS.  
3000.00- Despesas Correntes.  
3000.00- Despesas de Custeio.  
3130.00- Serviços de Terceiros e Encargos.  
3132.00- Outros Serviços e Encargos ..... R\$ 2.500,00

Art.2º) Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto será utilizado Recursos Provenientes da Anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

90.00- Reserva de Contingência.  
90.99- Reserva de Contingência.  
99.99.999.2999- RECURSOS PARA SUPLEMENTAÇÕES.  
9000.00- Reserva de Contingência.  
9900.00- Reserva de Contingência.  
9990.00- Reserva de Contingência ..... R\$ 2.500,00

Art.3º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
19 de Maio de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal aos 19 dias do mês de Maio de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 2.330 DE 07 DE MAIO DE 1997**

DECRETO Nº 2.330 DE 07 DE MAIO DE 1997.  
REVOGA O DECRETO Nº 2.284.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 71 Inciso IX da Lei Orgânica deste Município, promulgada em 05 de Abril de 1990; Resolve:

Revogar todas as disposições do Decreto nº 2.284 de 02 de janeiro de 1997.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
07 de maio de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 07 dias do mês de maio de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 2.329 DE 30 DE ABRIL DE 1997**

DECRETO Nº 2.329 DE 30 DE ABRIL DE 1997.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE:

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de Março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.195/96 de 26 de Novembro de 1996 em seu Artigo 10 Alínea B; Resolve:

Art.1º- Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), para reforçar a seguinte Dotação Orçamentária:

0800 - Secretaria de Agricultura.  
0801 - Departamento de Agricultura.  
04.18.111.2032 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS.  
3000.00 - Despesas Correntes.  
3100.00 - Despesas de Custeio.  
3110.00 - Pessoal.  
3111.00 - Pessoal Cível .....25.000,00

Art.2º- Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto será utilizado Recursos Provenientes da Anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

9000 - Reserva de Contingência.

9099 - Reserva de contingência.

99.99.999.2999 - RECURSOS PARA SUPLEMENTAÇÕES.

9000.00 - Reserva de Contingência.

9900.00 - Reserva de Contingência.

9990.00 - Reserva de Contingência ... 25.000,00

Art.4º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
30 de Abril de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado o presente Decreto na Divisão de expediente desta Prefeitura Municipal, aos trinta dias do mês de Abril de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 2.328 DE 23 DE ABRIL DE 1997**

DECRETO Nº 2.328 DE 23 DE ABRIL DE 1997.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO

PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº4.320/64 de 17 de Março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.195/96 de novembro de 1996 em seu Artigo 10 Alinea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento no valor de R\$ 3.500,00 (Três mil, e quinhentos reais), para reforçar a seguinte Dotação Orçamentária:

0300 - Secretaria de Administração.

0301 - Departamento de Pessoal, Compras e Patrimônio.

03.07.021.2003 - COORDENAÇÃO DA DIREÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO.

3000.00 - Despesas Correntes.

3100.00 - Despesas de Custeio.

3130.00 - Serviços de Terceiros e Encargos

3132.00 - Outros serviços e encargos .. R\$ 3.500,00

Art.2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto será utilizado Recursos Provenientes da Anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

9000 - Reserva de Contingência.

9099 - Reserva de Contingência.

99.99.999.2999 - RECURSOS PARA SUPLEMENTAÇÕES

9000.00 - Reserva de Contingência.

9900.00 - Reserva de Contingência.

9990.00 - Reserva de Contingência ..... R\$ 3.500,00

Art.3º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC"em,  
23 de Abril de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado o presente Decreto na Divisão de expediente desta Prefeitura Municipal, aos vinte e três dias do mês de Abril de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 2.327 DE 10 DE ABRIL DE 1997**

DECRETO Nº 2327 DE 10 DE ABRIL DE 1997.

REVOGA DECRETOS Nº 1.892, 2.313.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas; Resolve:

Revogar todas as disposições dos Decretos nº 1.892 de 15 de março de 1994, 2.313 de 20 de fevereiro de 1997, a contar apartir desta data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
10 de abril de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 10 dias do mês de abril de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 2.326 DE 10 DE ABRIL DE 1997**

DECRETO Nº 2.326 DE 10 DE ABRIL DE 1997.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.195/96 de 26 de novembro de 1996 em seu Artigo 10 Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento vigente no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para reforçar as seguinte Dotações Orçamentárias.

0500- Secretaria de Educação.

0502- Departamento da Criança 0 à 6 anos

08.41.185.2018- MANUTENÇÃO DE CRECHES.

3000.00- Despesas Correntes.

3100.00- Despesas de Custeio.

3120.00- Material de Consumo ..... R\$ 20.000,00

Art.2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto será utilizado Recursos Provenientes da Anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

9000- Reserva de Contingência.

9099- Reserva de Contingência

99.99.999.2999- RECURSOS PARA SUPLEMENTAÇÕES

9000.00- Reserva de Contingência

9900.00- Reserva de Contingência

9990.00- Reserva de Contingência ..... R\$ 20.000,00



Art.3º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
10 de abril de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 10 dias do mês de abril de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº 2.325 DE 08 DE ABRIL DE 1997**

DECRETO Nº 2.325 DE 08 DE ABRIL DE 1997.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.195/96 de 26 de novembro de 1996 em seu Artigo 10º Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 8.500,00 ( oito mil e quinhentos reais), para reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias.

0500- Secretaria de Educação

0502- Departamento da Criança 0 à 6 anos

08.41.185.2018- MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO.

3000.00- Despesas Correntes

3100.00- Despesas de Custeio

3130.00- Serviços de Terceiros e Encargos

3131.00- Remuneração de Serviços Pessoais .. R\$ 8.500,00

Art.2º) Para abertura do Crédito Adicional Suplementar aberto será utilizado recursos Provenientes da Anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

9000- Reserva de Contingência

9099- Reserva de Contingência

99.99.999.2999- RECURSOS PARA SUPLEMENTAÇÕES

9000.00- Reserva de Contingência

9900.00- Reserva de Contingência

9990.00- Reserva de Contingência ..... R\$ 8.500,00

Art.3º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
08 de abril de 1997.

DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 08 dias do mês de abril de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **PORTARIA Nº 2.324 DE 08 DE ABRIL DE 1997**

PORTARIA Nº 2.324 DE 08 DE ABRIL DE 1997.

ESTABELECE CRITÉRIO PARA AVALIAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial ao Artigo 71 Inciso VII; Resolve:

Art. 1º) O parecer da Assistência Social a ser fornecido para a Secretaria de Administração nos termos do Art. 4º da Lei Municipal nº 2.220 de 25 de março de 1997, será elaborado pela Assistente Social, com base no resultado da Avaliação sócio-econômica da família requerente.

Art.2º) A "Avaliação sócio-econômica da família" de que trata o Artigo anterior será preenchido em formulário próprio pela Assistente Social.

Art.3º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
08 de abril de 1997.

MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 08 dias do mês de abril de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº 2.323 DE 31 DE MARÇO DE 1997**

DECRETO Nº 2.323 DE 31 DE MARÇO DE 1997.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.195/96 de 26 de novembro de 1996 em seu Artigo 10, Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias.

0300- Secretaria de Administração.

0301- Departamento de Pessoal, Compras e Patrimônio.

03.07.021.2003- COORDENAÇÃO DA DIREÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO.

3000.00- Despesas Correntes

3100.00- Despesas de Custeio

3110.00- Pessoal

3111.00- Pessoal Cível .....R\$ 17.000,00

03.07.021.2004- EVENTOS COMEMORATIVO CENTENÁRIO OUTRAS DATAS.

3000.00- Despesas Correntes

3100.00- Despesas de Custeio

3120.00- Material de Consumo ..... R\$ 3.000,00

TOTAL GERAL .. R\$ 20.000,00

Art.2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto será utilizado Recursos Provenientes da Anulação Parcial da

seguinte Dotação Orçamentária.  
 9000- Reserva de Contingência  
 9099- Reserva de Contingência  
 99.99.999.2999- RECURSOS PARA SUPLEMENTAÇÕES  
 9000.00- Reserva de Contingência  
 9900.00- Reserva de Contingência  
 9990.00- Reserva de Contingência .....R\$ 20.000,00

Art.3º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
 em 31 de março de 1997.  
 DR. MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 31 dias do mês de março de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 2.322 DE 26 DE MARÇO DE 1997**

DECRETO Nº 2.322 DE 26 DE MARÇO DE 1997.  
 DISPÕE SOBRE HORÁRIO DE TRABALHO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, cumprindo o disposto nos artigos 14, Inciso VII e 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e considerando a necessidade de regularizar o horário de trabalho dos servidores públicos municipais, DECRETA:

Art.1º) Os servidores públicos lotados nas Secretarias municipais de Administração, Finanças e Agricultura cumprirão o horário de segundas a sextas-feiras, compreendido entre às 08:30 às 12:00 hs e 13:30 às 18:00 hs.

Art.2º) Os servidores públicos lotados na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social cumprirão o horário de segundas a sextas-feiras, compreendido entre as 7:00 às 12:00 horas e 13 : 00 às 17:00 horas.

Art.3º) Os servidores públicos lotados na Secretaria de Educação cumprirão o horário de segundas a sextas-feiras, compreendido entre as 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30.

Art.4º) Os servidores públicos lotados na Secretaria Municipal de Obras cumprirão o horário de segundas a quintas feiras, compreendido entre as 7:00 às 11:30 horas e 13:00 às 17:30 e nas sextas-feiras das 7:00 às 11:00 horas.

Art.5º) Fica expressamente proibida a jornada de trabalho aos sábados, salvo se em regime extraordinário que não exceda a 02 (duas) horas diárias.

Art.6º) Este Decreto entra em vigor a partir de 31 de março de 1997, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 26 de março de 1997.  
 DR. MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 26 dias do mês de março de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
 Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 2.321 DE 26 DE MARÇO DE 1997**

DECRETO Nº 2.321 DE 21 DE MARÇO DE 1997.  
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.195/96 de 26 de novembro de 1996; em seu Artigo 10 Alínea B; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no Orçamento Vigente, no valor de R\$ 53.200,00 (cinquenta e três mil e duzentos reais); para reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias:

0300- Secretaria de Administração  
 0301- Departamento de Pessoal, Compras e Patrimônio  
 03.08.033.2005- AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA INSS E IPESC.  
 4000.00- Despesas de Capital  
 4300.00- Transferências de Capital  
 4350.00- Amortização da Dívida Interna  
 4351.00- Amortização da Dívida Contratada .....  
 .... R\$ 26.000,00  
 04.78.033.2006- AMORTIZAÇÃO BADESC ESPALHADOR ADUBO  
 3000.00- Despesas Correntes  
 3200.00- Transferências Correntes  
 3260.00- Encargos da Dívida Interna  
 3261.00- Encargos da Dívida Pública .... R\$ 200,00  
 16.91..033.2010- AMORTIZAÇÃO BADESC CALÇAMENTO.  
 4000.00- Despesas de Capital  
 4350.00- Amortização da Dívida Interna  
 4351.00- Amortização da Dívida Contratada .....  
 ... R\$ 27.000,00

Art.2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto será utilizado Recursos Provenientes da Anulação Parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

9000- Reserva de Contingência  
 9099- Reserva de Contingência  
 99.99.999.2999- RECURSOS PARA SUPLEMENTAÇÕES  
 9000.00- Reserva de Contingência  
 9900.00- Reserva de Contingência  
 9990.00- Reserva de Contingência ..... R\$ 53.200,00

Art.3º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
 21 de março de 1997.  
 DR. MANUEL R. DEL OLMO  
 Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
 Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 26 dias do mês de março



de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.320 DE 19 DE MARÇO DE 1997**

DECRETO Nº 2.320 DE 19 DE MARÇO DE 1997.  
INSTITUI PONTO FACULTATIVO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, amparado no inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Fica instituído Ponto Facultativo nas repartições Públicas Municipais no dia 27 de março (quinta-feira "SANTA") no período integral, ressaltando as necessidades de serviços de cada secretaria e seus respectivos Departamentos.

Art.2º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
19 de março de 1997.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 19 dias do mês de março de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.319 DE 11 DE MARÇO DE 1997**

DECRETO Nº 2.319 DE 11 DE MARÇO DE 1997.  
REVOGA DECRETOS 2.290, 2.292 E 2.293.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas; Resolve:

Revogar as disposições dos Decretos nº 2.290 de 20 de janeiro de 1997, Decreto nº 2.292 de 27 de janeiro de 1997 e Decreto nº 2.293 de 27 de janeiro de 1997, a contar a partir desta data, com efeitos retroativos a 03 de março de 1997.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
11 de março de 1997.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 11 dias do mês de março de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**Decreto Nº 2.318 de 10 de Março de 1997**

DECRETO Nº 2.318 DE 10 DE MARÇO DE 1997.  
INTERROMPE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 1388/90 de 30 de novembro de 1990, em seu Artigo 39, parágrafo 1º; Resolve:

Interromper a Licença sem Remuneração a pedido do Servidor ANTÔNIO CARLOS LONGO, revogando todas as disposições do Decreto nº 2.182 de 24 de outubro de 1996, a partir desta data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
10 de março de 1997.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 10 dias do mês de março de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.317 DE 10 DE MARÇO DE 1997**

DECRETO Nº 2.317 DE 10 DE MARÇO DE 1997.  
REVOGA DECRETO Nº 2.282

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial o Artigo 71 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal promulgada em 05 de abril de 1990; Resolve:

Revogar todas as disposições do Decreto nº 2.282 de 08 de janeiro do corrente ano, a contar a partir desta data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
10 de março de 1997.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 10 dias do mês de março de 1997

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.316 DE 03 DE MARÇO DE 1997**

DECRETO Nº 2.316 DE 03 DE MARÇO DE 1997.  
JUSTIFICA O PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES DIVERSAS FORA DA ORDEM CRONOLÓGICA DAS EXIGIBILIDADES.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições; Decreta:

Art.1º) Fica, a partir desta data, JUSTIFICADO, segundo o Art.

5º "CAPUT" da Lei nº 8.666/93, o PAGAMENTO das obrigações relativas do fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, para todas as unidades de Administração, fora de ordem cronológica das datas de suas exi-gibilidades por motivos de relevante interesse público.

Art.2º) Os motivos de relevante interesse público a que se refere o artigo anterior se devem:

- I- A manutenção da Rede Municipal e Municipalizada de Ensino.
- II- Da realização de serviços públicos essenciais.
- III- Do pagamento da folha dos servidores públicos Municipais e dos encargos sociais.
- IV- Dos pagamentos das obrigações a que se condiciona ao repasse das transferências correntes da União e do Estado.

Art.3º) O pagamento das obrigações segundo e estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades será restabelecido no prazo máximo de 06 (seis) meses, a contar da data da publicação deste Decreto.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
03 de março de 1997.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 03 dias do mês de março de 1997

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 2.315 DE 24 DE FEVEREIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2.315 DE 24 DE FEVEREIRO DE 1997.  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 1388/90, em seu Artigo 33; Resolve:

Exonerar a pedido a servidora LEONILDA PETSCHOW, do quadro de Pessoal, desta Prefeitura Municipal, a partir desta data.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
24 de fevereiro de 1997.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 24 dias do mês de Fevereiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 2.314 DE 20 DE FEVEREIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2314 DE 20 DE FEVEREIRO DE 1997.  
DESATIVA ESCOLA ISOLADA MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais; Resolve:

Art.1º) Desativar por período indeterminado a ESCOLA ISOLADA MUNICIPAL PEDRO PRUCHNESKY, situada na localidade de Serri-nha, neste Município, pelo motivo de número insuficiente de alunos.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
20 de fevereiro de 1997.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 20 dias do mês de fevereiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 2.313 DE 20 DE FEVEREIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2313 DE 20 DE FEVEREIRO DE 1997.  
NOMEIA CONSELHEIROS E RESPECTIVOS MEMBROS DA DIRETORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Especial a Lei Municipal nº 2.149/96, alterada pela Lei Municipal nº 2.178/96, em seu Artigo 3º; Resolve:

Art.1º) Ficam nomeadas as seguintes pessoas para comporem o Conselho do Fundo Municipal de Assistência Social; Representantes do Governo Municipal.

1- Secretaria de Saúde e Bem Estar Social  
Titular: Eda Rigon Scheffer  
Raquel Benta Pereira.  
Suplentes: Silvane Penkal  
Rosane Emília Greipel

2- Secretaria de Educação  
Titular: Zilka de França Hasselmann  
Suplentes: Maurene Tereza Cubas

3- Secretaria de Administração  
Titular: Rosani Aparecida da Silva Scholze  
Suplente: Lilian Terezinha Bartsch

4- Secretaria de Finanças  
Titular: Maria Eliane Friedrich  
Suplente: Lucimara Prestes de Souza Idalêncio

5- Secretaria de Agricultura  
Titular: João Samuel Cubas  
Suplente: Gilson Omar Brunnquell

Representantes das Entidades não Governamentais:

1- Associação de Moradores:  
Titular: Sarah Terezinha Duvoisin Munhoz  
Suplente: Ocimar Deoclécio Baptista

2- Fundação Educacional de Campo Alegre - FECAMPO  
Titular: Elizabeth Kesting  
Suplente: Elaine Prestes de Souza

3- APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
Titular: Sirley Drancka de Souza Freitas  
Suplente: Laura Margarida de França

4- APPS - Associação de Pais e Professores das Escolas Municipais  
Titular: Afonso Eugênio Welter  
Suplente: Otenildes Bartsch

5- Lions Club e Rotary Club - Clubes de Serviços  
Titular: Deonilda Bartsch Bastos  
Suplente: Lécio Pércles Virmond

6- Club de Idoso  
Titular: Laura Margarida de França  
Suplente: Elza Koehler

Art.2º ) A diretoria do Fundo Municipal de Saúde será exercida pelos seguintes membros:

RAQUEL BENTA PEREIRA - PRESIDENTE  
ELIZABETH KESTERING- VICE- PRESIDENTE  
ROSANI A. DA SILVA SCHOLZE - PRIMEIRA SECRETÁRIA  
MAURENE TEREZA CUBAS- SEGUNDA SECRETÁRIA

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2.160 de 23 de setembro de 1996.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
20 de fevereiro de 1997.  
DR. MANUEL R. DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO R. DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto na Divisão de Expediente desta Prefeitura Municipal, aos 20 dias do mês de fevereiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

#### **Portaria Nº 11.255 de 17 de Outubro de 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.255 DE 17 DE OUTUBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Operacional IV, PEDRO IVONEI GORNIACK, Matrícula Funcional nº 000702, Registro no Sistema sob nº 955146, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014,

pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo: 26 de outubro de 2013 á 25 de outubro de 2014.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 13 de Outubro de 2014 á 22 de Outubro de 2014.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
17 de Outubro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 11.256 de 17 de Outubro de 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.256 DE 17 DE OUTUBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Atendente de Enfermagem, MARILENA PISKE, Matrícula funcional nº 000051, Registro no Sistema sob nº 293270, referente aos períodos aquisitivos: 02 de julho de 2012 a 31 de dezembro de 2012 = 05 (zero cinco) dias; 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 = 05 (zero cinco) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 20 de janeiro de 2014 á 29 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de Janeiro de 2014.

Art.4) Revogadas as disposições em contrário especialmente a Portaria nº 10.771 de 17 de Janeiro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
17 de outubro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.257 DE 17 DE OUTUBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.257 DE 17 DE OUTUBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Comunitária de Saúde, FLÁVIA RIBEIRO DE LIMA, Matrícula Funcional nº 000667, Registro no Sistema sob nº 955099, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 15 de Outubro de 2014 a 24 de Outubro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
17 de Outubro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 8.617 de 17 de Outubro de 2014**

DECRETO Nº 8.617 DE 17 DE OUTUBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL QUE SERÁ RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas pelo Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC., e CONSIDERANDO o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, destinado a regulamentar a forma como Poder Público, por seus mais diversos órgãos e agentes, deverá prestar o atendimento especializado ao qual adolescentes autores de ato infracional têm direito;

CONSIDERANDO que o SINASE foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e foi aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que trouxe uma série de inovações no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas autores de ato infracional, dispondo desde a parte conceitual até o financiamento do Sistema Socioeducativo, definindo papéis e responsabilidades;

CONSIDERANDO que com o advento da Lei nº 12.594/2012, passa a ser obrigatória a elaboração e implementação nos Municípios do PLANO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (de abrangência decenal), com a oferta de serviços e programas destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto (cuja

responsabilidade ficou a cargo dos Municípios) e privativas de liberdade (sob a responsabilidade dos Estados), além da previsão de intervenções específicas junto às famílias socioeducandos;

CONSIDERANDO que o objetivo do SINASE, é a efetiva implementação de uma política pública especificamente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas respectivas famílias, de cunho eminentemente intersetorial, que ofereça alternativas de abordagem e atendimento junto aos mais diversos órgãos e "equipamento" públicos;

Considerando que o SINASE, estabelece que a explicação e execução das medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, por ser norteadas, antes e acima de tudo, pelo "princípio da proteção integral à criança e ao adolescente", deve observar uma "lógica" completamente diversa da que orienta a aplicação e execução de penas a imputáveis (sem prejuízo, logicamente, do "garantismo" que, tanto na forma da lei quanto da Constituição Federal é assegurado indistintamente em qualquer dos casos), e que a verdadeira solução para o problema da violência infanto-juvenil, tanto no plano individual quanto coletivo, demanda o engajamento dos mais diversos órgãos, serviços e setores da Administração Pública, que não mais podem se omitir em assumir suas responsabilidades para com esta importante demanda;

Considerando que a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo é uma tarefa complexa, que por força do disposto na própria Lei nº 12.594/2012, relativa ao SINASE, demanda uma abordagem eminentemente interdisciplinar, considerando, inclusive, a necessidade de execução das ações a ele correspondentes de forma intersetorial;

Considerando que a elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo depende de dados confiáveis acerca da demanda de atendimento e estes deverão ser colhidos junto às mais diversas fontes - Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar;

Considerando que não é correto "delegar" exclusivamente ao Serviço do Desenvolvimento Social a responsabilidade pela elaboração do "Plano de Atendimento Socioeducativo" (assim como pela execução das medidas nele previstas), pois embora a área da assistência social seja muito importante tanto no processo de elaboração do "Plano", quanto no atendimento dos adolescentes autores de atos infracionais e suas, famílias, o planejamento de execução das ações respectivas deve também ficar a cargo de outros setores da administração (assim como outros "atores" dos "Sistemas de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente"), que desta forma, precisam ser também chamados a participar, formando uma "comissão intersetorial" encarregada de elaborar um esboço de "Plano Municipal";

Considerando que o Plano de Atendimento Socioeducativo é uma construção coletiva, e exige uma definição de uma "comissão intersetorial" que irá esboçá-lo e colocá-lo a aprovação em Audiência Pública;

DECRETA:

Art.1º. Nomear a Comissão Intersectorial responsável pela elaboração do PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO, conforme segue:

Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social:  
Wanderléia Furtado;  
Márcia Regina Schadeck Friedrich.

Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer:  
Ernesto Larsen;  
Marcelo Lucas Machado.



Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes - CMDCA:  
Edithe Maricler Virmond.

Conselho Tutelar:  
Ivanir Narloch Larson.

Secretaria Municipal de Educação:  
Taciana Amorim Cunha.

Centro de Referência de Assistência Social - CRAS

Daniele Almeida da Guia.

Polícia Militar do Estado de Santa Catarina em Campo Alegre:  
Elisário Pires do Prado.

Polícia Civil do Estado de Santa Catarina em Campo Alegre:  
Luiz Ernandes Wesche.

Fórum Municipal - Casa da Cidadania:  
Magali Engel.

Responsável pelo Serviço de Medida Socioeducativo e Coordenadora da Elaboração do Plano Municipal Socioeducativo do Município de Campo Alegre/SC.  
Zélia Inez Laval.

Art.2º. A Comissão Intersetorial terá a responsabilidade de elaborar o PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO e encaminhar para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art.3º. O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo será elaborado e entregue ao CMDCA até 11 de novembro de 2014.

Parágrafo único. A Comissão Intersetorial definirá entre seus membros um coordenador, além de definir conjuntamente o calendário de reuniões sistemáticas para o processo de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 17 de Outubro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 2.312 de 19 de Fevereiro de 1997**

DECRETO Nº 2312  
NOMEIA CHEFE DE DEPARTAMENTO MANUTENÇÃO E OFICINA - RAULINO MARTINS.  
DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de fevereiro de 1997.  
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de fevereiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

### **PORTARIA Nº 11.258 DE 17 DE OUTUBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.258 DE 17 DE OUTUBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, MARIA FRANCISCA GOMES DA SILVA, Matrícula Funcional nº 0190, Registro no Sistema sob nº 443000, referente ao período aquisitivo 28 de Outubro de 2013 a 27 de Outubro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 20 de Outubro de 2014 a 29 de Outubro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
17 de Outubro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **PORTARIA Nº 11.259 DE 17 DE OUTUBRO DE 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.259 DE 17 DE OUTUBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Técnico em Nível Médio, exercendo a função Técnica de Enfermagem, DANIELE COELHO, Matrícula Funcional nº 000585, Registro no Sistema sob nº 954793, referente ao período aquisitivo 02 de Dezembro de 2013 a 01 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 20 de Outubro de 2014 a 24 de Outubro de 2014, segundo opção sua já

requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
17 de Outubro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 11.260 de 17 de Outubro de 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.260 DE 17 DE OUTUBRO DE 2014  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de AGENTE Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, LOURDES SAIDOCK DERENIEVICZ, Matrícula Funcional nº 000598, Registro no Sistema sob nº 954833, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 20 de Outubro de 2014 á 08 de Novembro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
17 de Outubro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 11.261 de 17 de Outubro de 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.261 DE 17 DE OUTUBR DE 2014  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, redação dada pela Lei Complementar

Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio a Servidora Pública, ocupante do cargo de público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, SANDRA PAULA SCHWEDLER, Matrícula Funcional nº 000602, Registro no Sistema sob nº 954837, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 25 de Maio de 2010 a 25 de Maio de 2013.

Art.2º) A servidora gozará sua Licença Prêmio no período de 20 de Outubro de 2014 á 18 de Novembro de 2014.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
17 de Outubro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Decreto Nº 2.311 de 19 de Fevereiro de 1997**

DECRETO Nº 2.311  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - TEREZINHA WIELEVICK.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de fevereiro de 1997.  
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezenove dias do mês de fevereiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 2.310 DE 17 DE FEVEREIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2310  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE PROFESSORA SUBSTITUTA - ESTER MARIA FORLIN FRISTSCH PARASSANDO CARGA HORÁRIO PARA 08 HORAS DIÁRIAS.  
DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de fevereiro de 1997.  
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de fevereiro de 1997.



JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.309 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2.309 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1997  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

**NOMEAR:**

SANDRA APARECIDA PRESTES DE SOUZA INGLEZ, para exercer função de Professora II, regida pelo Regime Estatutário a partir desta data.

Campo Alegre/SC, 03 de fevereiro de 1997.  
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de fevereiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.308 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2308  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM SUBSTITUIÇÃO - MÁRIO FELICIANO, PARA EXERCER A FUNÇÃO DE VIGIA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de fevereiro de 1997.  
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de fevereiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.307 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2307  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de fevereiro de 1997.  
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de fevereiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.306 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2306  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - ROSELI DO ROCIO SCHIEROLDT.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de fevereiro de 1997.  
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de fevereiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.305 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2305  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADORA DA CRECHE "INFÂNCIA FELIZ" - MARLENE OSOVSKI.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de fevereiro de 1997.  
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de fevereiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.304 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2304  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADORA DA CRECHE "PEDAÇINHO DO CÉU" - SALETE TEREZINHA GIESE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de fevereiro de 1997.  
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos

três dias do mês de fevereiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.302 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2302  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA EXERCER O CARGO DE DIRETORA DA ESCOLAR REUNIDA "BELA VISTA" - CECÍLIA MARLENE SCHWARZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de fevereiro de 1997.  
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de fevereiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.303 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2303  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADORA DA CRECHE "ALEGRE INFÂNCIA" - TÂNIA MARA LINDER WEBER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de fevereiro de 1997.  
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de fevereiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.301 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2301  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA EXERCER O CARGO DE DIRETORA DA ESCOLA REUNIDA "CARLOS ADOLFO FREDRICO SCHNEIDER" - MARIA IVONE MUNHOZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de fevereiro de 1997.  
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de fevereiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.300 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2300  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE PROFESSORA IV - ROSELI DA CRUZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de fevereiro de 1997.  
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de fevereiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.299 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2299  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO - LEONARDO KRATSCH.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de fevereiro de 1997.  
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de fevereiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.298 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2298  
INSTITUI PONTO FACULTATIVO NOS DIAS 10; 11 E 12 DE FEVEREIRO DE 1997.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de fevereiro de 1997.  
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de fevereiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.297 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2297

INTERROMPE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR - ANTONIO CHICOVIS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de fevereiro de 1997.  
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de fevereiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.296 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2296

INTERROMPE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO DA SERVIDORA - ALESSANDRA CARVALHO DE ALMEIDA COELHO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de fevereiro de 1997.  
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de fevereiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.295 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2295

CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO A SERVIDORA - LÚCIA APARECIDA S. LINZMEYER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 03 de fevereiro de 1997.  
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos três dias do mês de fevereiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.294 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1997**

DECRETO Nº 1413

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE ESTAGIÁRIO - HALISON WALTER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 15 de março de 1993.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos quinze dias do mês de março de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.293 DE 27 DE JANEIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2293

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - SANDRA TEREZINHA RUDNICK.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 27 de janeiro de 1997.  
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de janeiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.292 DE 27 DE JANEIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2292

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - MARIA CRISTINA MARCINIACK.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 27 de janeiro de 1997.  
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de janeiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.291 DE 23 DE JANEIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2291

DETERMINA HÓRÁRIO DE EXPEDIENTE EXTERNO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de janeiro de 1997.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de janeiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.290 DE 20 DE JANEIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2290

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIO - GILSON PYKOCZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de janeiro de 1997.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte dias do mês de janeiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.289 DE 16 DE JANEIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2289

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - MARILDA SCHADECK.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 16 de janeiro de 1997.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de janeiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.288 DE 09 DE JANEIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2288

CONCEDE APOSENTADORIA AO SERVIDOR, PROFESSOR DE MÚSICA - JOSÉ SLUMINSKY, POR CONTAR COM 35 ANOS 03 MESES E 25 DIAS DE TEMPO DE SERVIÇO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 09 de janeiro de 1997.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos nove dias do mês de janeiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.287 DE 09 DE JANEIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2287

DESIGNA COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA PARA OS FESTIVOS DO CENTENÁRIO DESTE MUNICÍPIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 09 de janeiro de 1997.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos nove dias do mês de janeiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.286 DE 08 DE JANEIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2286

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA RESPONDER PELO POSTO DO IPESC NESTE MUNICÍPIO - ROSANE APARECIDA DA SILVA SCHOLZE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 08 de janeiro de 1997.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos oito dias do mês de janeiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.285 DE 08 DE JANEIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2285

REVOGA AS DISPOSIÇÕES DO DECRETO MUNIICPAL Nº 1.057 DE 04 DE NOVEMBRO DE 1991.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 08 de janeiro de 1997.  
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos oito dias do mês de janeiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.284 DE 02 DE JANEIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2284

DELEGA COMNPETÊNCIA AO CHEFE DE GABINETE - JOSÉ LUIS SILVA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 1997.  
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.283 DE 02 DE JANEIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2283

REAJUSTA O VALOR DA UNIDADE PADRÃO DO MUNICÍPIO "UPM".

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 1997.  
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.282 DE 02 DE JANEIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2282

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO CARGO DE FISCAL DE TRIBUTOS EM SUBSTITUIÇÃO - LUCIMARA PRESTES DE SOUZA IDALÊNCIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 1997.  
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.281 DE 02 DE JANEIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2281

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 1997.  
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.280 DE 02 DE JANEIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2280

NOMEIA COORDENADORA GERAL DOS PRÉ-ESCOLARES; JARDINS DE INFÂNCIA E CRECHES - MAURENE TEREZA CUBAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 1997.  
MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.279 DE 02 DE JANEIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2279

NOMEIA SUPERVISORA ESCOLAR DA ESCOLA ITINERANTE - ESI-CAMPO - MARIA MAURENE OTTOVAGEN MAY.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 1997.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.278 DE 02 DE JANEIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2278

NOMEIA CHEFE DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DA CRIANÇA DE 07 Á 14 ANOS - SIRLEY MARIA NEUMANN JOHANSON.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 1997.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.277 DE 02 DE JANEIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2277

NOMEIA CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CULTURA ESPORTE E TURISMO - MARCELINO ELIAS FOITTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 1997.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.276 DE 02 DE JANEIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2276

NOMEIA CHEFE DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO - ROSE MARI CUBAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 1997.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.275 DE 02 DE JANEIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2275

NOMEIA TESOUREIRA - ADRIANA APARECIDA PYKOCZ RUSZACK.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 1997.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.274 DE 02 DE JANEIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2274

NOMEIA CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO E COMPRAS - LILIAN TEREZINHA BARTSCH.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 1997.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete



**DECRETO Nº 2.273 DE 02 DE JANEIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2273

NOMEIA CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PESSOAL - ROSANE APARECIDA DA SILVA SCHOLZE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 1997.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.272 DE 02 DE JANEIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2272

NOMEIA DIRETORA DE FINANÇAS - MARIA ELIANE FRIEDRICH.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 1997.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de janeiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.271 DE 01 DE JANEIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2271

NOMEIA SECRETÁRIO DE AGRICULTURA - JOÃO SAMUEL CUBAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de janeiro de 1997.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de janeiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.270 DE 01 DE JANEIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2270

NOMEIA SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS - EVALDO TABBERT.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de janeiro de 1997.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de janeiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.269 DE 01 DE JANEIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2269

NOMEIA SECRETÁRIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - EDA RIGON SCHEFFER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de janeiro de 1997.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de janeiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.268 DE 01 DE JANEIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2268

NOMEIA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO - ZILKA DE FRANÇA HASSELMANN.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de janeiro de 1997.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de janeiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.267 DE 01 DE JANEIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2267

NOMEIA SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de janeiro de 1997.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de janeiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.266 DE 01 DE JANEIRO DE 1997**

DECRETO Nº 2266

NOMEIA CHEFE DE GABINETE - JOSÉ LUIS SILVA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de janeiro de 1997.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Prefeito Municipal

MANOLO RODRIGUEZ DEL OLMO

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de janeiro de 1997.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.265 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2265

CONCEDE APOSENTADORIA A SERVIDORA - DAURA DA SILVA DUVOISIN.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.264 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2264

ALTERA NÍVEL DO QUADRO DE CARREIRA POR ANTIGUIDADE DO SERVIDOR - JOSÉ BAGNHUCK.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.263 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2263

DISPÕE SOBRE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DA PREFEITURA MUNICIPAL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.262 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2262

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE TESOUREIRA - ADRIANA APARECIDA P. RUSZACK.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.261 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2261

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE ESTAGIÁRIA - SIRLEI APARECIDA DERENIEVICZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.260 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2260

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE COORDENADORA DA CRECHE "ALEGRE INFÂNCIA" - CÉLIA REGINA DRANKA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.259 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2259

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE DIRETORA DA ESCOLA REUNIDA "BELA VISTA" - CECÍLIA MARLENE SCHWARZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.258 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2258

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE DIRETORA DA ESCOLA REUNIDA "CARLOS FREDERICO ADOLFO SCHNEIDER" - MARIA IVONE MUNHOZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.257 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2257

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO O DIRETOR DE FINANÇAS - JOSÉ LUIS SILVA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.256 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2256

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS - JAIRO JAIR SCHINDLER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.255 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2255

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO O CHEFE DE GABINETE - LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.254 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2254

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO - ALDONIR JORGE MUNHOZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.253 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2253

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO O SECRETÁRIO DE FINANÇAS - GERALDO CARLOS GROSSKOPF.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.252 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2252

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES E TURISMO - ODENILSON CONTRAT ELHKE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.250 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2250

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE INSUMOS - ALONCIO KUHNEN.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.249 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2249

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO O ASSESSOR ESPECIAL - ARNO OTTO ROESLER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.248 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2248

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO O ASSESSOR JURÍDICO - FERNANDO MALLON.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.247 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2247

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO A CHEFE DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO - ROSE MARI CUBAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.246 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**  
DECRETO Nº 2246

INUTILIZADO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.245 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2245  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO A CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PESSOAL - MARIA ELIANE FRIEDRICH.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.244 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2244  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO A CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO - LILIAN TEREZINHA BARTSCH.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.243 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2243  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO A CHEFE DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - MARLI DE FÁTIMA ZEZOTKO DREVECK.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.242 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2242  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO CHEFE DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - SILVIA PASDA UHLIG.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.241 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2241  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SIRLEY DRANKA DE SOUZA FREITAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.240 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2240  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - VERÔNICA KOTOVICZ REINHARDT.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.239 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2239

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - SUELI TREML.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.238 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2238

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A ESTAGIÁRIA - ANGELA MARIA TELMA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.237 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2237

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A ESTAGIÁRIA - ADELE DO ROCIO NENEVÊ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.236 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2236

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A ESTAGIÁRIA - IVETE TELMA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.235 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2235

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A ESTAGIÁRIA - IVONE MOREIRA DA SILVA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.234 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2234

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A ESTAGIÁRIA - JOCEMARI TELMA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.233 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2233

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A ESTAGIÁRIA - JULIANA TEREZINHA DOS SANTOS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.



LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.232 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2232

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A ESTAGIÁRIA - SANDRA TEREZINHA RUDNICK.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.231 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2231

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A ESTAGIÁRIA - SILVIA SCHMANSKI.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.230 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2230

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO O ESTAGIÁRIO - ELVIS ALEXSANDRE VIER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.229 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2229

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO O ESTAGIÁRIO - JEAN CARLO SCHENDNER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.228 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2228

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO O ESTAGIÁRIO - MARCIO OSNI DE LIMA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.227 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2227

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO O ESTAGIÁRIO - MAURO LUIZ SCHOLZE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.226 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2226

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, SECRETÁRIO DE AGRICULTURA - RENATO BAHR.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.  
LEOPOLDO GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 2.225 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**  
DECRETO Nº 2225

REVOGA O DECRETO Nº 2.009 DE 08 DE JANEIRO DE 1996.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 2.224 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1996**  
DECRETO Nº 2224  
CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO  
MÉDICO - MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 31 de dezembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 2.223 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996**  
DECRETO Nº 2223

AVERBA TEMPO DE SERVIÇO DA FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL - DAURA DA SILVA DUVOISIN.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 27 de dezembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 2.222 DE 17 DE DEZEMBRO DE 1996**  
DECRETO Nº 2222  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - ALINE APARECIDA DA ROCHA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de dezembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 2.221 DE 17 DE DEZEMBRO DE 1996**  
DECRETO Nº 2221  
DISPÕE SOBRE RESCISÃO CONTRATO DA ESTAGIÁRIA - CARLIANE ARIANE SELL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de dezembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 2.220 DE 17 DE DEZEMBRO DE 1996**  
DECRETO Nº 2220  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 17 de dezembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 2.219 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1996**  
DECRETO Nº 2219

DECLARA PONTO FACULTATIVO NOS DIAS 26 E 31 DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 13 de dezembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos treze dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 2.218 DE 13 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2218

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 13 de dezembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos treze dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 2.217 DE 11 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2217

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO O SERVIDOR DO QUADRO DE PESSOAL DESTA PREFEITURA - ROBERTO COLLET.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 11 de dezembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos onze dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 2.216 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2216

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA EXERCER A FUNÇÃO DE CALCETEIRO - LEONARDO KRATSCH.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de dezembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 2.215 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2215

ALTERA REDAÇÃO DO ARTIGO 2º DO DECRETO Nº 2.206 DE 25 DE NOVEMBRO DE 1996.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de dezembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos

dois dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 2.214 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2214

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de dezembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dois dias do mês de dezembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 2.213 DE 26 DE NOVEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2213

APROVA O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1997.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 26 de novembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de novembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 2.212 DE 26 DE NOVEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2212

APROVA O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 1997.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 26 de novembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de novembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 2.211 DE 26 DE NOVEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2211

APROVA O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 1997.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 26 de novembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de novembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 2.210 DE 26 DE NOVEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2210

APROVA O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 1997.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 26 de novembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de novembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 2.209 DE 26 DE NOVEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2209

APROVA O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O EXERCÍCIO DE 1997.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 26 de novembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de novembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 2.208 DE 26 DE NOVEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2208

APROVA O ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, PARA O EXERCÍCIO DE 1997.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 26 de novembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de novembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 2.207 DE 26 DE NOVEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2207

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 26 de novembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de novembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 2.206 DE 25 DE NOVEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2206

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM SUBSTITUIÇÃO A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - ELIANA PESSÔA MACHADO COLLET.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 25 de novembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de novembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 2.205 DE 25 DE NOVEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2205

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGO DE SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO AO CHEFE DE GABINETE - LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 25 de novembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de novembro de 1996.

LEOPOLDO SIEGFRIED NIEMEYER

Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 2.204 DE 19 DE NOVEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2204

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - MAIRA JOCELI PEREIRA DE MIRANDA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de novembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezenove dias do mês de novembro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 2.203 DE 19 DE NOVEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2203

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - MARIA INÊS PEREIRA DE MELO FRANCO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de novembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezenove dias do mês de novembro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 2.202 DE 19 DE NOVEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2202

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR - FRANCISCO VILMAR MUNHOZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de novembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezenove dias do mês de novembro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 2.201 DE 19 DE NOVEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2201

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR - JOSÉ SENILDO GODOY.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de novembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezenove dias do mês de novembro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 2.200 DE 19 DE NOVEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2200

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - BERTA TEREZA FUCHNER BORGES.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de novembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezenove dias do mês de novembro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 2.199 DE 19 DE NOVEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2199

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - MERCEDES DO ROCIO GODOI DOS SANTOS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de novembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezenove dias do mês de novembro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 2.198 DE 19 DE NOVEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2198

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - NOELI TEREZINHA DE FARIAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de novembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezenove dias do mês de novembro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 2.197 DE 19 DE NOVEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2197

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA - SANDRA ADRIANE PRESTES DE SOUZA INGLESZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de novembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de novembro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 2.195 DE 19 DE NOVEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2195

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR - JOSÉ EURIDES CORDEIRO DA CRUZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de novembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de novembro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 2.194 DE 19 DE NOVEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2194

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR - ALTAMIRO BORGES.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 19 de novembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de novembro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 2.193 DE 18 DE NOVEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2193

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDOR DO QUADRO DE PESSOAL DESTA PREFEITURA - PEDRO MAURO MACHADO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 18 de novembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de novembro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 2.192 DE 12 DE NOVEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2192

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 12 de novembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria aos doze dias do mês de novembro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 2.191 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2191

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DO QUADRO DE PESSOAL DESTA PREFEITURA - OSVALDO STELZNER.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 2.190 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2190

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIA - CARLIANE ARIANE SELL.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração



**DECRETO Nº 2.189 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2189

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ESTAGIÁRIO - EDELCIO LUIZ PRUCHNESKI.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 2.188 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2188

ALTERA NÍVEL DO QUADRO DE CARREIRA POR ANTIGUIDADE, SERVIDOR - FRANCISCO OSNI DE LIMA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 2.187 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2187

ALTERA NÍVEL DO QUADRO DE CARREIRA POR ANTIGUIDADE, SERVIDOR - JOÃO DE PAULA MUNHOZ.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 2.186 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2186

ALTERA NÍVEL DO QUADRO DE CARREIRA POR ANTIGUIDADE, SERVIDOR - ANTONIO ALFREDO DOS SANTOS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 2.185 DE 01 DE NOVEMBRO DE 1996**

DECRETO Nº 2185

ALTERA NÍVEL DO QUADRO DE CARREIRA POR ANTIGUIDADE, SERVIDORA - MARIA ELIANE FRIEDRICH.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de novembro de 1996.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de novembro de 1996.

ALDONIR JORGE MUNHOZ

Secretário de Administração

# Campos Novos

## PREFEITURA

### Aviso de Licitação TP 15/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

TOMADA DE PREÇO Nº 15/2014

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 06 de novembro de 2014 às 16h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, Tomada de Preço do Tipo Menor Preço Global, tendo como objeto a contratação de empresa para conclusão de obra de reforma e ampliação do Parque Ambiental Ernesto Zortéa, conforme especificações do projeto básico. Programa: Turismo Social no Brasil - Convênio - 373.598-91/2011. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h30min às 11horas e das 13h30min às 17 horas, diariamente.

Campos Novos, 22 de outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### Extrato Edital Licitação N. 2/2014

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS

PROCESSO LICITATÓRIO 07/2014

CONVITE 02/2014

A Câmara Municipal de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 29/10/2014 às 14:30 horas, na sala de reuniões da Câmara Municipal, Carta Convite Tipo Menor preço global, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de material e mão de obra para instalação do sistema de climatização nas instalações da Câmara Municipal. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camaracamposnovos.sc.gov.br](http://www.camaracamposnovos.sc.gov.br), ou na sede da Câmara Municipal, localizada na Rua Coronel Lucidoro, 1301, no horário das 07 às 13 horas diariamente.

Campos Novos, 21 de outubro de 2014.

MAURILIO CASTRO CAMPAGNONI

Presidente e.e.

### Portaria Nº 30/2014

Portaria Nº 30/2014

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA MARIA VARELA ZANONI

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM ....

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 20(vinte) dias de férias que detém a funcionária MARIA VARELA ZANONI, referente ao período aquisitivo de 01/04/2013 à 31/03/2014, a contar de 14/10/2013.

Art. 2º. Ficam indenizadas 10(dez) dias das férias da servidora MARIA VARELA ZANONI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Operacionais da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 3º. Caberá ao departamento competente o registro na ficha funcional do servidor das anotações decorrentes deste Ato.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 14 de Outubro de 2014.

Maurílio Castro Campagnoni (Cássio)
-------------------------------------

Presidente da Mesa
--------------------

**Canelinha****PREFEITURA****Extrato Edital 17/2014 - PP 16/2014 - Fhc**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 17/2014  
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 16/2014

OBJETO: O presente pregão tem por objeto, à aquisição de 01 (um) gerador à diesel com potência mínima de 74 KVA, trifásico, na tensão de 380/220 Vca em 60Hz, com funcionamento automático, para equipar a Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha, conforme item descrito no Anexo II, parte integrante e inseparável do Edital. DATA DE ABERTURA: 05 de novembro de 2014 às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br).

Canelinha/SC, 21 de outubro de 2014.  
MARILITA MICHELI GONÇALVES  
Diretora Administrativa

**Capinzal****SIMAE****Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº Cao/30/2014**

Aviso de Licitação  
Pregão Presencial Nº CAO/30/2014  
Processo Licitatório Nº CAO/0323/2014

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de materiais de ferro fundido, válvulas e registros.

TIPO: Menor Preço por Item

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 14:00 horas, do dia 05 de novembro de 2014.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail [material@simaecao.com.br](mailto:material@simaecao.com.br), [francieli@simaecao.com.br](mailto:francieli@simaecao.com.br) ou pelo site do SIMAE [www.simaecao.sc.gov.br](http://www.simaecao.sc.gov.br).

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 22 de outubro de 2014.  
Francieli Ap. da Rosa  
Pregoeira

**Catanduvas****PREFEITURA****Audiência Pública - Relatório Quadrimestral da Secretaria Municipal de Saúde**  
AUDIÊNCIA PÚBLICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE QUE DISPÕE SOBRE O RELATÓRIO QUADRIMESTRAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, através do Conselho Municipal de Saúde, atendendo ao artigo 36 da Lei Complementar nº 141/2012, CONVOCA a população para Audiência Pública para a apresentação do Relatório Quadrimestral, referente ao segundo quadrimestre de 2014, da Secretaria Municipal de Saúde, que será realizada no dia 29 de outubro de 2014, às 9:00, na Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas, no endereço: Rua Severiano Guerreiro s/nº, Bairro: Centro. A Audiência Pública apresentará as seguintes informações:

- 1ª Montante e fonte de recursos aplicados no período;
- 2ª Auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações;
- 3ª Oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação.

Elizete Cardoso da Silva  
Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

**Celso Ramos****PREFEITURA****Tomada de Preços 06/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC  
TOMADA DE PREÇOS DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA 06/2014  
PROCESSO: 76/2014

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos torna público que se encontra aberto o Edital de tomada de preços: 06/2014, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, PARA CONSTRUÇÃO DE SANITÁRIOS EM ALVENARIA, COM ÁREA DE 44.04 m2, PARA PARQUE DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, EM ESTRITA OBSERVÂNCIA AOS MEMÓRIAS, PLANILHAS E PROJETOS, ATENDENDO SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE E MEIO AMBIENTE.

Entrega da documentação e proposta DIA: 10/11/2014, ATÉ às 15:00 horas na SALA DE LICITAÇÕES

Informações pelo fone 49-3547-1211 - setor de Licitações.

Celso Ramos, 22 DE OUTUBRO DE 2014  
INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS  
PREFEITA MUNICIPAL

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### Extrato do Edital do Processo Licitatório Nº 87/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2014

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 04 de novembro de 2014, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a formação de registro de preços para a contratação de serviços de recapagem, recauchutagem, dublagem e conserto de pneus dos veículos e máquinas do Município, de acordo com as especificações relacionadas no Anexo II - Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: [compras@chapadaodolageado.sc.gov.br](mailto:compras@chapadaodolageado.sc.gov.br), endereçado ao Pregoeiro e Equipe de apoio, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 22 de outubro de 2014.  
ORLANDO PAUL  
Prefeito Municipal em exercício

### Extrato de Edital do Processo Licitatório Nº 86/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2014 - SRP

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 03 de novembro de 2014, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a formação de registro de preços para aquisição de 01 (um) veículo automotor do tipo caminhão novo, 0 (zero) km, ano/modelo no mínimo 2014 e 1 (uma) carroceria basculante, de conformidade Contrato/Convênio SICONV nº 29040/2013, para uso do Município de Chapadão do Lageado, a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as especificações contidas no Anexo II - Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: [compras@chapadaodolageado.sc.gov.br](mailto:compras@chapadaodolageado.sc.gov.br), endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 22 de outubro de 2014.  
ORLANDO PAUL  
Prefeito Municipal em exercício

### Portaria Nº 412 de 21.10.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 412/2014

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 05 (cinco) dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder em favor da servidora Pública CLAUDIRENE FERREIRA, ocupante do cargo de Provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal de Assistência Social, matrícula nº 2444/03, licença para tratamento de Saúde, pelo período de 05 (cinco) dias, a contar de 20.10.2014 a 24.10.2014, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 20.10.2014.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
21 de outubro de 2014.  
ORLANDO PAUL  
Prefeito Municipal em Exercício

### Portaria Nº 413 de 21.10.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 413/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso I, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível II para o Nível III, Por Tempo de Serviço, ao Servidor Público, MAICSON MONTIBELER, matriculado sob nº 1460/06, ocupante do cargo efetivo de Oficial de Nível Médio - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 2º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível IV, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais, a partir de 01.10.2014.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 21 de outubro de 2014.  
ORLANDO PAUL  
Prefeito Municipal em exercício

**Resultado Final Preliminar - Edital 02/2014****EDITAL DIVULGA RESULTADO DA 2ª ETAPA E CLASSIFICAÇÃO FINAL PRELIMINAR**

REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

ORLANDO PAUL, Prefeito Municipal em exercício de Chapadão do Lageado, por meio da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e da Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. RESULTADO DOS RECURSOS RELATIVOS AO RESULTADO DA PROVA OBJETIVA: por terem sido julgados improcedentes, os recursos impetrados em nada alteram os resultados anteriormente divulgados. Os pareceres estão à disposição dos candidatos na Prefeitura Municipal.

2. RESULTADO DA PROVA PRÁTICA, PROVA DE TÍTULOS E CLASSIFICAÇÃO FINAL PRELIMINAR do Concurso Público, conforme relatório de notas, Anexo deste Edital, está divulgado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), bem como, em caráter meramente informativo, na internet, pelos sites [www.concursosss1.com.br](http://www.concursosss1.com.br) e [www.chapadaodolageado.sc.gov.br](http://www.chapadaodolageado.sc.gov.br).

2.1. Os candidatos interessados em interpor recursos relativos aos resultados divulgados, poderão fazê-lo nos dias 23 e 24 de outubro de 2014, em conformidade com o disposto no Capítulo VIII, do Edital de Concurso nº 02/2014. Os recursos deverão ser protocolados on-line, através do site [www.concursosss1.com.br](http://www.concursosss1.com.br), clicando no link Recurso On-Line e para acesso ao formulário de recursos on-line será exigido o número de inscrição e o CPF do candidato.

Município de Chapadão do Lageado,  
21 de outubro de 2014.  
ORLANDO PAUL  
Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e publique-se

ANEXO - RELATÓRIO DE NOTAS DA PROVA PRÁTICA, DA PROVA DE TÍTULOS E CLASSIFICAÇÃO FINAL PRELIMINAR

**AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS**

INS	NOME	PORT	RLM	C
6700076	MARCIA MACIEL	9,00	15,00	7,
6700071	DAIANI ANDRE MEURER	9,00	12,00	7,
6700159	SOLANGE SCHMITT SEEMANN	10,50	9,00	7,
6700134	ROSIMAR SEBOLD	9,00	12,00	4,
6700161	FRANCIELE DE BARROS	9,00	12,00	4,
6700023	ANA LUCIA HERDT FREITAS	9,00	10,50	6,
6700048	RUDINEIA HEIINZEN	9,00	10,50	6,
6700040	LARISSA RAYMUNDO	7,50	12,00	3,
6700053	ANELIA HINCKEL HEINZ	7,50	9,00	6,
6700164	GRAZIELA MOMM	6,00	12,00	4,
6700002	ROSMERI PAUL DE OLIVEIRA	7,50	7,50	4,
6700029	REGINA LOOS	12,00	7,50	4,
6700154	MARISTELA KERSCHBAUMER	6,00	4,50	3,
6700060	JUSSARA BATISTA	4,50	6,00	4,
6700078	KAUANI LOPES	6,00	7,50	4,

**ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO**

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER
6700025	DIRCE DE SOUZA	8,40	7,20	2,40	2,40
6700144	ANA ZILDA DE OLIVEIRA SEMANN	7,20	2,40	1,20	2,40
6700019	GISLAINE DA CRUZ	2,40	2,40	4,80	3,60
6700102	IANA PATRINE ESSER	6,00	6,00	2,40	1,20
6700013	ROSENILDA MOREIRA DA SILVA	4,80	6,00	2,40	2,40
6700129	MARINELMA RAYMUNDO	6,00	4,80	2,40	3,60
6700062	JANI MARA RAMOS	4,80	6,00	1,20	2,40
6700135	JANICE MACHADO	3,60	7,20	0,00	3,60
6700109	KRUISTEN PASSIG	4,80	7,20	1,20	3,60

**ENFERMEIRO**

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER
6700067	VINICIUS ORNEL DOS SANTOS	4,80	9,60	2,40	2,40
6700130	MAIARA KLETTENBERG	7,20	6,00	3,60	3,60



INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS P
6700066	JULIANA ALICE DE OLIVEIRA VENTORINI	4,80	7,20	2,40	2,40	40,00	56,80	--	56,80	3
6700133	GISELE WE- BER SEBOLD	4,80	7,20	4,80	1,20	32,00	50,00	--	50,00	4
6700131	DANIELA WIGGERS MEES	3,60	3,60	2,40	3,60	30,00	43,20	--	43,20	5

## ENGENHEIRO CIVIL

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS P
6700156	JAISON INACIO	6,00	7,20	3,60	3,60	26,00	46,40	--	46,40	1

## FISCAL DE OBRAS

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS P
6700142	DIEGO FERNANDO CHIUQIO	3,60	6,00	3,60	2,40	38,00	53,60	--	53,60	1
6700058	PRISCILA ROBERTA LEHMKUHL	2,40	6,00	3,60	3,60	30,00	45,60	4,32	49,92	2

## OPERADOR DE EQUIPAMENTO

INS	NOME	PORT	RLM	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PP	NOTA	CLASS P
6700146	ALESSANDRO DE SOUZA	4,20	3,00	3,00	15,00	25,20	57,25	82,45	1
6700054	EDESIO VALDEMIRO CHIUQIO	2,40	4,80	3,00	14,00	24,20	55,50	79,70	2
6700075	ROSILDO JOSE PEREIRA	3,00	5,40	2,40	19,00	29,80	49,25	79,05	3
6700009	JAIR CORREIA	4,20	5,40	3,00	13,00	25,60	52,25	77,85	4
6700087	TIAGO NEU- HAUS	3,00	5,40	2,40	14,00	24,80	53,00	77,80	5
6700118	GEORGE HENRIQUE SEBOLD	4,20	5,40	1,80	14,00	25,40	51,50	76,90	6
6700072	EMERSON LUIS SCH- MIDT	4,20	4,80	2,40	13,00	24,40	52,25	76,65	7
6700057	ADRIANO KRAUS	3,60	4,20	2,40	12,00	22,20	54,25	76,45	8
6700093	MARCIO GUCKERT	3,60	4,80	2,40	12,00	22,80	52,00	74,80	9
6700082	EMERSON HOFFNANN	4,80	4,80	3,00	15,00	27,60	43,25	70,85	10
6700014	JOAO PAULO BETTOLY	3,60	6,00	2,40	17,00	29,00	41,00	70,00	11
6700049	ALISON LOPES	1,80	4,20	2,40	12,00	20,40	48,50	68,90	12
6700094	ALEX JUNIOR SEBOLD	2,40	5,40	3,00	15,00	25,80	40,25	66,05	13
6700100	EVANDIO AIRES	3,00	3,60	1,80	13,00	21,40	44,00	65,40	14
6700119	RODRIGO DJONE SCH- MIDT	4,20	4,20	1,80	12,00	22,20	40,25	62,45	15

INS	NOME	PORT	RLM	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PP	NOTA	CLASS P
6700092	JUARES DA SILVA	3,60	5,40	3,00	13,00	25,00	27,00	52,00	16

## OPERÁRIO

INS	NOME	PORT	RLM	C GER	C ESP	NOTA	CLASS P
6700004	LUAN FILIPE FREITAS	12,00	10,50	6,00	55,00	83,50	1
6700086	ALLAN JUNIOR FERREIRA	10,50	9,00	7,50	50,00	77,00	2
6700120	ARLINDO DE LIZ PADILHA	6,00	12,00	6,00	50,00	74,00	3
6700033	ELOI MOMM	9,00	10,50	6,00	42,50	68,00	4
6700104	DJOHN LENON KLETTENBERG	7,50	9,00	6,00	45,00	67,50	5
6700074	ALEXANDRE INACIO	7,50	10,50	6,00	42,50	66,50	6
6700016	CLEBER DA SILVA	3,00	9,00	4,50	47,50	64,00	7
6700116	LUIS CARLOS LOPES	7,50	10,50	6,00	35,00	59,00	8

## PROFESSOR ANOS INICIAIS

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS P
6700070	ELISANGELA SEBOLD MACIEL	8,40	6,00	3,60	3,60	36,00	57,60	11,00	68,60	1
6700107	JOSIANI MACHADO DE PINHO	3,60	4,80	2,40	3,60	40,00	54,40	10,36	64,76	2
6700084	VALDIRENE MOHR MARQUEZ	3,60	4,80	4,80	2,40	38,00	53,60	11,00	64,60	3
6700112	JAQUELINE LEHMKUHL HASSE	4,80	6,00	3,60	2,40	36,00	52,80	11,00	63,80	4
6700151	VANESSA HINCKEL	4,80	4,80	3,60	2,40	40,00	55,60	8,00	63,60	5
6700111	PATRICIA MACHADO HINCKEL	7,20	4,80	2,40	3,60	32,00	50,00	11,00	61,00	6
6700126	ELOIZA DA SILVA BETTOLY	4,80	3,60	3,60	3,60	34,00	49,60	11,00	60,60	7
6700123	LUANA FRANZ DE OLIVEIRA	2,40	7,20	2,40	3,60	30,00	45,60	11,00	56,60	8
6700108	DENISE MACHADO KLETTENBERG	7,20	6,00	3,60	2,40	26,00	45,20	11,00	56,20	9
6700124	NARA LIGIA VIEIRA DA SILVA.	3,60	4,80	2,40	3,60	30,00	44,40	11,00	55,40	10
6700069	NEUZA SEBOLD DE ALMEIDA	3,60	3,60	1,20	3,60	32,00	44,00	11,00	55,00	11
6700153	PATRICIA PEREIRA	7,20	3,60	2,40	2,40	30,00	45,60	8,00	53,60	12
6700046	CLAUDIA LOPES SYPRIANI	4,80	3,60	1,20	2,40	30,00	42,00	11,00	53,00	13

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS P
6700045	CLAUDINEI DA SILVEIRA	4,80	6,00	1,20	3,60	26,00	41,60	8,00	49,60	14
6700028	DANIELA KRAUS	4,80	6,00	4,80	2,40	30,00	48,00	--	48,00	15
6700039	VANDERLI KRAUS	6,00	4,80	2,40	2,40	28,00	43,60	--	43,60	16

## PROFESSOR DE ARTES

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS P
6700096	JULIE MARA DE OLIVEIRA	4,80	3,60	2,40	3,60	36,00	50,40	11,00	61,40	1

## PROFESSOR DE INGLÊS

Não teve aprovação.

## TÉCNICO DE INFORMÁTICA

INS	NOME	PORT	RLM	INF	C GER	C ESP	NOTA PO	NOTA PT	NOTA	CLASS P
6700105	GIOVANI ANACLETO	6,00	8,40	2,40	3,60	38,00	58,40	--	58,40	1
6700065	LEONARDO ANTONIO MACIEL	7,20	4,80	3,60	2,40	30,00	48,00	8,00	56,00	2
6700122	JEAN FABRICIO PAUL	4,80	7,20	3,60	3,60	30,00	49,20	6,40	55,60	3
6700085	ALDO ROBERTO DOS SANTOS	4,80	7,20	3,60	3,60	36,00	55,20	--	55,20	4
6700050	RICARDO FRANCISCO BROERING	3,60	2,40	2,40	3,60	36,00	48,00	3,84	51,84	5
6700113	ROBSON JULIANO HASSE	4,80	8,40	1,20	3,60	28,00	46,00	4,20	50,20	6
6700073	FELICIANO FRANCISCO	4,80	3,60	4,80	2,40	34,00	49,60	--	49,60	7
6700160	GEOVANI BIZARRI SCHLEMPER	7,20	3,60	3,60	2,40	32,00	48,80	--	48,80	8
6700027	SCHIRLEI HINDEMANN DA SILVA	3,60	3,60	2,40	2,40	32,00	44,00	--	44,00	9

# Cocal do Sul

## SAMAE - Cocal do Sul

### Extrato de Contrato 30/2014

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
ADMINISTRADO PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE  
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº 30/2014  
DATA: 13/OUTUBRO/2014  
CONTRATADO: TIGRE S/A - TUBOS E CONEXÕES

OBJETO: ENTREGA DE 20 UNIDADES DE LUVA DE CORRER JE PVC DN 75MM, CONFORME NBR 5647, PARA REDES E RAMAIS DE ÁGUA..  
VALOR: R\$ 202,60(DUZENTOS E DOIS REAIS E SESSENTA CENTAVOS)  
PRAZO DO CONTRATO: 02(DOIS) MESES

DATA: 21/OUTUBRO/2014  
CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA  
DIRETORA DO SAMAE

### Extrato de Contrato 31/2014

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
ADMINISTRADO PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE  
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº 31/2014  
DATA: 13/OUTUBRO/2014  
CONTRATADO: CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA

OBJETO: ENTREGA DE 334 BARRAS DE TUBO PVC, COR OCRE, DN 150MM, JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA (JEI) PARA CONDUÇÃO DE ESGOTOS SANITÁRIOS, FORNECIDO EM BARRAS DE 6 METROS DE COMPRIMENTO, CONFORME NBR 7362, FORNECIDOS COM ANÉIS DE BORRACHA E 417 BARRAS DE TUBO PVC, COR OCRE, DN 100MM, JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA (JEI) PARA CONDUÇÃO DE ESGOTOS SANITÁRIOS, FORNECIDO EM BARRAS DE 6 METROS DE COMPRIMENTO, CONFORME NBR 7362, FORNECIDOS COM ANÉIS DE BORRACHA PARA REDES E RAMAIS DE ESGOTO.  
VALOR: R\$ 48.195,33(QUARENTA E OITO MIL, CENTO E NOVENTA E CINCO REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS)  
PRAZO DO CONTRATO: 02(DOIS) MESES

DATA: 21/OUTUBRO/2014  
CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA  
DIRETORA DO SAMAE

### Extrato de Contrato 32/2014

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
ADMINISTRADO PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE  
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº 32/2014  
DATA: 13/OUTUBRO/2014  
CONTRATADO: C. E. MACEDO E CIA LTDA - ME

OBJETO: ENTREGA DE 20 UNIDADES DE LUVA DE CORRER DEFOFO JEI PVC DN 150MM, FORNECIDA COM ANÉIS DE BORRACHA, CONFORME NBR 7667 E 5 UNIDADES DE LUVA DE CORRER DEFOFO JEI PVC DN 100MM, FORNECIDA COM ANÉIS DE BORRACHA, CONFORME NBR 7667 PARA REDES E RAMAIS DE ÁGUA.  
VALOR: R\$ 675,00(SEISCENTOS E SETENTA E CINCO REAIS)  
PRAZO DO CONTRATO: 02(DOIS) MESES

DATA: 21/OUTUBRO/2014  
CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA  
DIRETORA DO SAMAE

# Concórdia

## PREFEITURA

### Extrato Contrato Nº 375/2014 -PMC

Contrato Nº : 375/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 10/2014

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreita por preço global (material e mão de obra) para reforma do Centro Municipal de Educação Infantil José Garghetti e Posto de Saúde, localizados no bairro Santa Cruz, neste Município, com recursos oriundos do Governo Federal e contrapartida do Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo D deste Edital.

Vigência : Início: 17/10/2014 Término: 14/02/2015

Assinatura : 17/10/2014

Valor R\$: 128.149,36 (Cento e Vinte e Oito Mil, Cento e Quarenta e Nove Reais e Trinta e Seis Centavos)

Dotação : 65 - 06.004.1007.344905107000000.01010000

Dotação : 74 - 06.004.2018.344905107000000.01580000

### EXTRATO CONTRATO Nº 374/2014 -PMC

Contrato Nº : 374/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : PROVIN E RAUBER LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 112/2014

Objeto : Contratação de empresa para realizar transporte de idosos, para o Encontro Municipal de Integração dos Grupos de idosos, com base na Lei Municipal nº 2.752 de 13 de Dezembro de 1993, a ser realizado nos dias 11 e 13/11/2014, no Centro de Eventos deste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 16/10/2014 Término: 14/01/2015

Assinatura : 16/10/2014

Valor R\$: 394,00 (Trezentos e Noventa e Quatro Reais)

Dotação : 134 - 09.001.2033.333903999000000.01000001

### EXTRATO CONTRATO Nº 373/2014 -PMC

Contrato Nº : 373/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSPORTES MENEGAT LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 112/2014

Objeto : Contratação de empresa para realizar transporte de idosos, para o Encontro Municipal de Integração dos Grupos de idosos, com base na Lei Municipal nº 2.752 de 13 de Dezembro de 1993, a ser realizado nos dias 11 e 13/11/2014, no Centro de Eventos deste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 16/10/2014 Término: 14/01/2015

Assinatura : 16/10/2014

Valor R\$: 1.781,00 (Um Mil e Setecentos e Oitenta e Um Reais)

Dotação : 134 - 09.001.2033.333903999000000.01000001

### EXTRATO CONTRATO Nº 372/2014 -PMC

Contrato Nº : 372/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSPORTES E COMÉRCIO 29 LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 112/2014

Objeto : Contratação de empresa para realizar transporte de idosos, para o Encontro Municipal de Integração dos Grupos de idosos, com base na Lei Municipal nº 2.752 de 13 de Dezembro de 1993, a ser realizado nos dias 11 e 13/11/2014, no Centro de Eventos deste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 16/10/2014 Término: 14/01/2015

Assinatura : 16/10/2014

Valor R\$: 2.226,00 (Dois Mil e Duzentos e Vinte e Seis Reais)

Dotação : 134 - 09.001.2033.333903999000000.01000001

### EXTRATO CONTRATO Nº 370/2014 -PMC

Contrato Nº : 370/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : PASSARELA CENTER LTDA

Licitação : Pregão Presencial 115/2014

Objeto : Aquisição de materiais de consumo e alimentos. Para o Encontro Municipal de Integração dos Grupos de Idosos, com base na Lei nº 2.752, de 13 de Dezembro de 1993, a ser realizado nos dias 11 e 13 de Novembro de 2014, no Centro de Eventos, neste município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 16/10/2014 Término: 14/01/2015

Assinatura : 16/10/2014

Valor R\$: 4.961,78 (Quatro Mil, Novecentos e Sessenta e Um Reais e Setenta e Oito Centavos)

Dotação : 134 - 09.001.2033.333903007000000.01000001

Dotação : 134 - 09.001.2033.333903021000000.01000001

Dotação : 134 - 09.001.2033.333903099000000.01000001

### EXTRATO CONTRATO Nº 369/2014 -PMC

Contrato Nº : 369/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ODILA GRANDO - ME

Licitação : Pregão Presencial 115/2014

Objeto : Aquisição de materiais de consumo e alimentos. Para o Encontro Municipal de Integração dos Grupos de Idosos, com base na Lei nº 2.752, de 13 de Dezembro de 1993, a ser realizado nos dias 11 e 13 de Novembro de 2014, no Centro de Eventos, neste município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 16/10/2014 Término: 14/01/2015

Assinatura : 16/10/2014

Valor R\$: 3.515,88 (Três Mil, Quinhentos e Quinze Reais e Oitenta e Oito Centavos)

Dotação : 134 - 09.001.2033.333903007000000.01000001

Dotação : 134 - 09.001.2033.333903021000000.01000001

Dotação : 134 - 09.001.2033.333903099000000.01000001

**EXTRATO CONTRATO Nº 368/2014 -PMC**

Contrato Nº : 368/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : OCTAVIANO ZANDONAI &amp; CIA LTDA

Licitação : Pregão Presencial 115/2014

Objeto : Aquisição de materiais de consumo e alimentos. Para o Encontro Municipal de Integração dos Grupos de Idosos, com base na Lei nº 2.752, de 13 de Dezembro de 1993, a ser realizado nos dias 11 e 13 de Novembro de 2014, no Centro de Eventos, neste município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 16/10/2014 Término: 14/01/2015

Assinatura : 16/10/2014

Valor R\$: 24.648,32 (Vinte e Quatro Mil, Seiscentos e Quarenta e Oito Reais e Trinta e Dois Centavos)

Dotação : 134 - 09.001.2033.333903007000000.01000001

Dotação : 134 - 09.001.2033.333903021000000.01000001

Dotação : 134 - 09.001.2033.333903099000000.01000001

**EXTRATO CONTRATO Nº 367/2014 -PMC**

Contrato Nº : 367/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : RAISA TURISMO EIRELI ME

Licitação : Pregão Presencial 112/2014

Objeto : Contratação de empresa para realizar transporte de idosos, para o Encontro Municipal de Integração dos Grupos de idosos, com base na Lei Municipal nº 2.752 de 13 de Dezembro de 1993, a ser realizado nos dias 11 e 13/11/2014, no Centro de Eventos deste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 16/10/2014 Término: 14/01/2015

Assinatura : 16/10/2014

Valor R\$: 2.524,00 (Dois Mil e Quinhentos e Vinte e Quatro Reais)

Dotação : 134 - 09.001.2033.333903999000000.01000001

**EXTRATO CONTRATO Nº 366/2014 -PMC**

Contrato Nº : 366/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : HODIerna TRANSPORTES LTDA - EPP

Licitação : Pregão Presencial 112/2014

Objeto : Contratação de empresa para realizar transporte de idosos, para o Encontro Municipal de Integração dos Grupos de idosos, com base na Lei Municipal nº 2.752 de 13 de Dezembro de 1993, a ser realizado nos dias 11 e 13/11/2014, no Centro de Eventos deste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 16/10/2014 Término: 14/01/2015

Assinatura : 16/10/2014

Valor R\$: 1.200,00 (Um Mil e Duzentos Reais)

Dotação : 134 - 09.001.2033.333903999000000.01000001

**EXTRATO CONTRATO Nº 365/2014 -PMC**

Contrato Nº : 365/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ROMANITUR TRANSPORTES LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 112/2014

Objeto : Contratação de empresa para realizar transporte de idosos, para o Encontro Municipal de Integração dos Grupos de idosos, com base na Lei Municipal nº 2.752 de 13 de Dezembro de 1993, a ser realizado nos dias 11 e 13/11/2014, no Centro de Eventos deste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 16/10/2014 Término: 14/01/2015

Assinatura : 16/10/2014

Valor R\$: 1.995,00 (Um Mil e Novecentos e Noventa e Cinco Reais)

Dotação : 134 - 09.001.2033.333903999000000.01000001

**EXTRATO CONTRATO Nº 364/2014 -PMC**

Contrato Nº : 364/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSPORTES SIDEla LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 112/2014

Objeto : Contratação de empresa para realizar transporte de idosos, para o Encontro Municipal de Integração dos Grupos de idosos, com base na Lei Municipal nº 2.752 de 13 de Dezembro de 1993, a ser realizado nos dias 11 e 13/11/2014, no Centro de Eventos deste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 16/10/2014 Término: 14/01/2015

Assinatura : 16/10/2014

Valor R\$: 1.770,00 (Um Mil e Setecentos e Setenta Reais)

Dotação : 134 - 09.001.2033.333903999000000.01000001

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 6/2014 - FMEC**

Termo nº 04/2014

Processo nº 6340/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 6/2014

Aos 21 dias do mês de outubro de 2014, a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, instituída através da Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, neste ato representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ, doravante denominada FUNDAÇÃO, e a ASSOCIAÇÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA ÁGUIAS DE CONCÓRDIA SC, inscrito no CNPJ sob nº 08.404.586/0001-61, com sede nesta cidade, neste ato representada por sua Presidente, senhora, AVANIR MARIA CHIAPETTI, inscrita no CPF sob nº 295.211.069/72, residente e domiciliada neste Município, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio nº 6/2014, firmado em 29 de abril de 2014, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como das cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

A Cláusula Terceira - Da Participação da Fundação, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Para execução do presente, a FUNDAÇÃO participará com recursos da ordem de R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos



reais), na seguinte forma:

I - 1 (uma) parcela de R\$ R\$ 7.875,00 (sete mil oitocentos e setenta e cinco reais), no mês de abril de 2014;

II - 1 (uma) parcela no valor de R\$ R\$ 7.875,00 (sete mil oitocentos e setenta e cinco reais), no mês de maio de 2014;

III - e 1 (uma) parcela no valor de R\$ 15.750,00 (quinze mil setecentos e cinquenta reais), no mês outubro de 2014." (NR)

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

Ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo ora aditado.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 21 de outubro de 2014.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Concórdia	AVANIR MARIA CHIAPETTI Presidente da Associação de Portadores de Deficiência Física Águias de Concórdia SC
--	---

Testemunhas:

1. Nome: Marlô Cristina Ribeiro Pompeo CPF: 054.691.159-50	2. Nome: Rosilene Salvador Polina CPF: 502.077.099-04
--	---

#### Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 54/2014 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2014

O Secretário Municipal de Finanças, torna público que ratificou o ato da Senhora Eliza Tebaldi Borsatti, Diretora de Finanças, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, Caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 20 de outubro de 2014, para contribuição ao atendimento programa de processamento eletrônico de dados de informações econômicas e fiscais - Consimples - Contrato de Rateio nº 21/2014, celebrado com AMAUC- ASSOC. DOS MUNICÍPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINENSE, no valor total estimado de 18.000,00 (dezoito mil reais).

JOAQUIM PEDRO DE BARROS BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

#### Extrato Contrato Nº 363/2014 -PMC

Contrato Nº : 363/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FOCO PROPAGANDA LTDA

Licitação : Concorrência para Compras e Serviços 1/2014

Objeto : Contratação de agência de publicidade e propaganda para prestação de serviços profissionais de publicidade aos Fundos, Fundações e IPRECON, do Município de Concórdia.

Vigência : Início: 01/11/2014 Término: 31/10/2015

Assinatura : 15/10/2014

Valor R\$: 415.000,00 (Quatrocentos e Quinze Mil Reais)

Dotação : 210 - 13.001.2102.333903988000000.01640000

Dotação : 220 - 13.001.2104.333903988000000.01660000

Dotação : 231 - 14.001.2152.333903988000000.02770000

Dotação : 241 - 15.001.2202.333903988000000.01520000

Dotação : 252 - 15.001.2203.333903988000000.01510000

Dotação : 262 - 16.001.2401.333903988000000.01000001

Dotação : 267 - 16.001.2403.333903988000000.01000001

Dotação : 280 - 17.001.2453.333903988000000.01000001

Dotação : 296 - 18.001.2503.333903988000000.01000001

Dotação : 303 - 19.001.2601.333903988000000.02030000

Dotação : 331 - 14.001.2152.333903988000000.03000001

#### EXTRATO CONTRATO Nº 362/2014 -PMC

Contrato Nº : 362/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : VANDERLEI DEITOS ME

Licitação : Dispensa para Obras e Serviços de Engenharia 12/2014

Objeto : Execução de obra de reforma do forro e telhado, em regime de empreitada por preço máximo unitário (material e mão de obra) por empresa de engenharia e/ou construção civil na Escola EMC Tiradentes.

Vigência : Início: 14/10/2014 Término: 12/01/2015

Assinatura : 14/10/2014

Valor R\$: 4.525,65 (Quatro Mil, Quinhentos e Vinte e Cinco Reais e Sessenta e Cinco Centavos)

Dotação : 373 - 06.002.2017.344905107000000.01010000

#### EXTRATO CONTRATO Nº 361/2014 -PMC

Contrato Nº : 361/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : IRMA CAVALIERI 94923922915

Licitação : Pregão Presencial 116/2014

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviço de sonorização e iluminação em eventos relacionado à XIV Semana do Servidor Público Municipal, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 13/10/2014 Término: 11/01/2015

Assinatura : 13/10/2014

Valor R\$: 4.270,00 (Quatro Mil e Duzentos e Setenta Reais)

Dotação : 23 - 04.001.2007.333903914000000.01000001

#### EXTRATO CONTRATO Nº 360/2014 -PMC

Contrato Nº : 360/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SALETE KAPP E CIA LTDA

Licitação : Pregão Presencial 111/2014

Objeto : Contratação de empresa para limpeza, higienização e organização do Centro de Eventos para o encontro Municipal de Integração dos Grupos de Idosos, com base na Lei 2.752 de 13 de dezembro de 1993, conforme especificações constantes nos

anexos A e B do edital.  
Vigência : Início: 13/10/2014 Término: 12/12/2014  
Assinatura : 13/10/2014  
Valor R\$ : 3.375,00 (Três Mil e Trezentos e Setenta e Cinco Reais)  
  
Dotação : 134 - 09.001.2033.333903401000000.01000001

**EXTRATO CONTRATO Nº 359/2014 -PMC**

Contrato Nº : 359/2014  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : NOVA MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA - ME  
Licitação : Pregão Presencial 117/2014  
Objeto : Contratação de empresa para a aquisição de brindes, para servidores homenageados por tempo de serviço, em comemoração a XIV Semana do Servidor Público Municipal conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.  
Vigência : Início: 13/10/2014 Término: 12/05/2015  
Assinatura : 13/10/2014  
Valor R\$ : 5.470,00 (Cinco Mil e Quatrocentos e Setenta Reais)  
  
Dotação : 23 - 04.001.2007.333903015000000.01000001

**EXTRATO CONTRATO Nº 358/2014 -PMC**

Contrato Nº : 358/2014  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : QUARK ENGENHARIA LTDA ME  
Licitação : Pregão Presencial 103/2014  
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de concerto, instalação, manutenção e retirada das figuras natalinas e show de luzes para o Sonho de Natal 2014, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.  
Vigência : Início: 08/10/2014 Término: 06/04/2015  
Assinatura : 08/10/2014  
Valor R\$ : 83.900,00 (Oitenta e Três Mil e Novecentos Reais)  
  
Dotação : 159 - 10.001.2039.333903999000000.01170000

**EXTRATO CONTRATO Nº 356/2014 -PMC**

Contrato Nº : 356/2014  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : JANDAIA TOP FASHION NOIVAS E DECORAÇÕES LTDA ME  
Licitação : Pregão Presencial 114/2014  
Objeto : Contratação de empresa para realizar evento em homenagem aos concordienses que contribuíram para os 80 anos do Município, incluindo coquetel, decoração do local e sonorização, nos dias 15 e 16 de outubro de 2014.  
Vigência : Início: 06/10/2014 Término: 05/12/2014  
Assinatura : 06/10/2014  
Valor R\$ : 23.980,00 (Vinte e Três Mil e Novecentos e Oitenta Reais)  
  
Dotação : 134 - 09.001.2033.333903923000000.01000001

**EXTRATO CONTRATO Nº 357/2014 -PMC**

Contrato Nº : 357/2014  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : JAIR CARLOS MALTAURO  
Licitação : Pregão Presencial 110/2014  
Objeto : Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de estruturas de som e palco para a realização do Sonho de Natal 2014, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.  
Vigência : Início: 07/10/2014 Término: 05/01/2015

Assinatura : 07/10/2014  
Valor R\$ : 30.000,00 (Trinta Mil Reais)

Dotação : 158 - 10.001.2039.333903912000000.01000001

**EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 356/2014 -PMC**

Contrato Nº : 356/2014  
Aditivo Nº : 1 TA/2014  
Tipo Aditivo : Normal  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : JANDAIA TOP FASHION NOIVAS E DECORAÇÕES LTDA ME  
Licitação : Pregão Presencial 114/2014  
Objeto : Contratação de empresa para realizar evento em homenagem aos concordienses que contribuíram para os 80 anos do Município, incluindo coquetel, decoração do local e sonorização, nos dias 15 e 16 de outubro de 2014.  
Vigência : Início: 14/10/2014 Término: 31/10/2014  
Assinatura : 14/10/2014  
Valor R\$ : 1.400,00 (Um Mil e Quatrocentos Reais)

Dotação : 134 - 09.001.2033.333903923000000.01000001

**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2014 -FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2014 - FMS

Objeto: Contratação de serviços de limpeza externa, serviços de jardinagem, serviços de encanador para as unidades do Fundo Municipal de Saúde conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.  
Tipo: Menor Preço por Lote  
Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 05/11/2014.  
Abertura: dia 06/11/2014, às 08h30min.  
Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas no Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada na Atalípio Magarinos, 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 21 de outubro de 2014.  
ALESSANDRO VERNIZE  
Gestor do FMS

**Extrato Contrato Nº 354/2014 -PMC**

Contrato Nº : 354/2014  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : JAIRO VIEIRA LOPES ME  
Licitação : Pregão Presencial 106/2014  
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de atrações artísticas e sonorização, visando à realização do evento Criança Feliz Aliança, que acontecerá neste município no dia 12 de outubro do corrente ano. Conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.  
Vigência : Início: 06/10/2014 Término: 05/12/2014  
Assinatura : 06/10/2014  
Valor R\$ : 2.500,00 (Dois Mil e Quinhentos Reais)  
  
Dotação : 135 - 09.001.2034.333903923000000.01000001

**EXTRATO CONTRATO Nº 353/2014 -PMC**

Contrato Nº : 353/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : G P S CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA ME  
Licitação : Pregão Presencial 106/2014

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de atrações artísticas e sonorização, visando à realização do evento Criança Feliz Aliança, que acontecerá neste município no dia 12 de outubro do corrente ano. Conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 06/10/2014 Término: 05/12/2014

Assinatura : 06/10/2014

Valor R\$ : 3.500,00 (Três Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 135 - 09.001.2034.333903923000000.01000001

**EXTRATO CONTRATO Nº 352/2014 -PMC**

Contrato Nº : 352/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : LÍDER MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - ME

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 6/2014

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de operação, tratamento de resíduos e manutenção do Aterro Sanitário Municipal, de acordo com o projeto básico e memorial descritivo, constante no anexo D deste Edital.

Vigência : Início: 06/10/2014 Término: 05/10/2015

Assinatura : 06/10/2014

Valor R\$ : 570.240,00 (Quinhentos e Setenta Mil e Duzentos e Quarenta Reais)

Dotação : 121 - 08.001.2030.333903928000000.01000001

**EXTRATO CONTRATO Nº 351/2014 -PMC**

Contrato Nº : 351/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : LÍDER MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - ME

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 39/2014

Objeto : Contratação de empresa para execução de serviços em caráter emergencial de operação, tratamento de resíduos e manutenção do Aterro Sanitário Municipal, de acordo com o Projeto Básico - Memorial Descritivo, que a este dá causa.

Vigência : Início: 01/10/2014 Término: 31/10/2014

Assinatura : 01/10/2014

Valor R\$ : 35.244,00 (Trinta e Cinco Mil e Duzentos e Quarenta e Quatro Reais)

Dotação : 119 - 08.001.2029.333903928000000.01000001

**EXTRATO CONTRATO Nº 350/2014 -PMC**

Contrato Nº : 350/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CERVY LTDA - EPP

Licitação : Pregão Presencial 114/2013

Objeto : REGISTRO DE PREÇO visando à contratação de empresa, para prestação de serviços de horas máquinas e transporte de cascalho e calcário, para atender às necessidades e aos trabalhos das Secretarias, a serem utilizadas durante o exercício de 2014.

Vigência : Início: 01/10/2014 Término: 31/12/2014

Assinatura : 01/10/2014

Valor R\$ : 13.986,00 (Treze Mil e Novecentos e Oitenta e Seis Reais)

Dotação : 91 - 07.001.2026.333903961000000.01000001

Dotação : 91 - 07.001.2026.333903999000000.01000001

Dotação : 119 - 08.001.2029.333903999000000.01000001

Dotação : 156 - 10.001.2038.333903999000000.01000001

Dotação : 174 - 11.001.2041.333903999000000.01000001

**EXTRATO CONTRATO Nº 355/2014 -PMC**

Contrato Nº : 355/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : IRMA CAVALIERI 94923922915

Licitação : Pregão Presencial 109/2014

Objeto : Contratação de empresa para apresentação musical em ritmos variados e sonorização para o Encontro Municipal de Integração de Idosos, com base na Lei Municipal nº 2.752, de 13 de dezembro de 1993, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 06/10/2014 Término: 05/12/2014

Assinatura : 06/10/2014

Valor R\$ : 4.860,00 (Quatro Mil e Oitocentos e Sessenta Reais)

Dotação : 134 - 09.001.2033.333903923000000.01000001

**EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 168/2014 -PMC**

Contrato Nº : 168/2014

Aditivo Nº : 3 TA/2014

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 2/2014

Objeto : Recapeamento de diversas ruas do Município, com repasse oriundo do Governo Federal, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo ?D? do Edital.

Vigência : Início: 08/10/2014 Término: 26/11/2014

Assinatura : 08/10/2014

Valor R\$ : 570,00 (Quinhentos e Setenta Reais)

Dotação : 106 - 08.001.1009.344905198000000.01240000

Dotação : 108 - 08.001.1009.344905198000000.01450000

**EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 315/2013 -PMC**

Contrato Nº : 315/2013

Aditivo Nº : 2 TA/2014

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : C.M. ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA

Licitação : Tomada Preços para Compras Serviços 5/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos profissionais especializados para consultoria, cadastro e acompanhamento de convênios junto ao Governo Federal e Estadual, monitoramento e operacionalização dos Sistemas de transferências de recursos (SIGEF, SICONV, SISMOB, SIMEC, SISPA, OBT) com o objetivo de captar recursos para a realização de obras e serviços para a população do Município, conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 09/10/2014 Término: 09/10/2015

Assinatura : 09/10/2014

Valor R\$ : 61.814,44 (Sessenta e Um Mil, Oitocentos e Quatorze Reais e Quarenta e Quatro centavos)

Dotação : 10 - 02.001.2003.333903905000000.01000001

**EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 311/2013 -PMC**

Contrato Nº : 311/2013

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : PÁTRIA SERVIÇOS LTDA - EPP

Licitação : Pregão Presencial 90/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de auxiliares administrativos, para atuarem junto a 14ª DRP/CIRE-TRAN, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 06/10/2014 Término: 06/10/2015

Assinatura : 06/10/2014

Valor R\$ : 48.590,28 (Quarenta e Oito Mil, Quinhentos e Noventa Reais e Vinte e Oito Centavos)

Dotação : 190 - 12.001.2043.333903979000000.01550000

Dotação : 313 - 12.001.2043.333903979000000.03550000

**Cordilheira Alta****PREFEITURA****Decreto N. 471/2014**

DECRETO Nº 471/2014, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1075/2013,

**DECRETA**

Art. 1º. Fica aberto no presente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) que serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.020 - Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria de Administração, Fazenda e Planejamento.  
Modalidade de Aplicação: 339000 - 06  
Fonte de Recursos: 10.00 - Ordinários - R\$ 10.000,00

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.020 - Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria de Administração, Fazenda e Planejamento.  
Modalidade de Aplicação: 449000 - 07  
Fonte de Recursos: 10.00 - Ordinários - R\$ 12.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1º, serão utilizados o provável excesso de arrecadação do orçamento vigente. - R\$ 22.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 17 de outubro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**Decreto N. 473/2014**

DECRETO Nº 473/2014, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

**DECRETA**

Art. 1º Conceder 90 (noventa) dias de licença para tratamento de saúde, à servidora Municipal, Sra. ISABEL CRISTINA TOZZO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado anexo.



Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 21 de Outubro de 2014  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

#### **Decreto N. 474/2014**

DECRETO Nº474/2014, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Concede ao Servidor Municipal, Sr. OSMAR BREANSINI, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, 30 (trinta) dias de férias relativos ao período aquisitivo de 03/12/2013 à 02/12/2014, que serão gozadas no período de 03/11/2014 à 02/12/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de outubro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 21 de outubro de 2014  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

OSMAR BREANSINI  
Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

#### **Decreto N. 475/2014**

DECRETO Nº475/2014, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Concede à Servidora Municipal, Sra. LOURDES MARIA LANZARIN FAVERO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias relativos ao período aquisitivo de 06/02/2013 à 05/02/2014, que serão gozadas no período de 24/11/2014 à 23/12/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será

pago no mês de outubro do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 21 de outubro de 2014  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LOURDES MARIA LANZARIN FAVERO  
Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

#### **Decreto N. 476/2014**

DECRETO Nº 476, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014  
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Sra. ZENILDA MALACARNE STAKONSKI , ocupante do cargo de Enfermeira, 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social , 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 08/08/2013 a 07/08/2014, que serão gozadas a partir de 24/11/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de outubro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 21 de outubro de 2014.  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ZENILDA MALACARNE STAKONSKI  
Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014

# Correia Pinto

## PREFEITURA

### Errata de Edital de Licitação - Processo 02/2014 FMAS

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
DE CORREIA PINTO  
TOMADA DE PREÇOS - PROCESSO 02/2014 - FMAS

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 - Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA ao edital de Tomada de Preços - Processo n.º 02/2014 FMAS, REFORMA, REVITALIZAÇÃO E MELHORIAS NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS, CONFORME DESCRITIVO NOS ANEXOS DO EDITAL, alterando-se a data da licitação, onde se lê: 24/10/2014, passa a ser lido: 29/10/2014 mantendo-se o mesmo horário de abertura da licitação, às 14:00 horas.

Correia Pinto, 22 de outubro de 2014.  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES  
Presidente da Comissão de Licitação

### Extrato de Contrato - Processo 57/2014 Pmcp

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 57/2014  
EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 0770/2014  
Objeto: OUTORGA EM REGIME DE CONCESSÃO, À EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE REMOÇÃO, GUARDA E DEPÓSITO (DIÁRIAS) DE VEÍCULO(S) QUE TENHA(M) INCORRIDO EM INFRAÇÃO (ÕES) PREVISTA(S) NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, APROVADO PELA LEI Nº 9.503 DE 23 DE SETEMBRO DE 1997, NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL RELATIVA AO CÓDIGO DE POSTURAS E DE OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO NA FORMA PREVISTA NO ART. 175 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS CONDIÇÕES CONSTANTES DESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.  
Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa Nilson dos Santos Martins ME  
CNPJ: 20.856.756/0001-44  
Endereço: Rodovia BR 116, KM 224  
Bairro: Águas Sulfurosas  
Município: Correia Pinto SC  
CEP: 88535-000

Processo nº 57/2014 - CONCORRÊNCIA

Concessão para Exploração Prestação de Serviços de Remoção e guarda de veículos apreendidos por infração à legislação de trânsito, acidentados, sinistrados ou avariado.

Taxas máximas aplicadas:

Estadia de motocicletas e similares:  
Diárias: Valor R\$ 08,15

Estadia de veículos de passeio:  
Diárias: Valor R\$ 13,10

Estadia de veículos utilitários (caminhonetes) até 4 toneladas:  
Diárias: Valor R\$ 17,10

Estadia de ônibus e caminhões:  
Valor da Diária: R\$ 20,90

Em caso de veículos envolvidos em acidentes de trânsito, não haverá cobrança de taxa. As viaturas da Polícia Militar, Polícia Civil e Prefeitura, deverão ser atendidas sem qualquer despesa com relação ao serviço de guincho. A remoção (guincho) de veículos apreendidos por infração à legislação de trânsito, acidentados, sinistrados ou avariados, obedecerá os seguintes valores máximos:

Discriminação:  
Remoção de motocicletas ou similares:  
Perímetro Urbano R\$ 88,15.

Remoção de Veículos de Passeio:  
a) Perímetro Urbano: R\$ 93,98  
b) KM excedente R\$ 1,70

Remoção de Veículos Utilitários (Camionetes) até 4 toneladas  
a) Perímetro Urbano R\$ 121,98  
b) KM excedente R\$ 1,20

Remoção de ônibus e caminhões:  
a) Até 05 km R\$ 210,50  
b) KM excedente R\$ 2,05

Vigência: 60 MESES

Correia Pinto/SC 22 de outubro de 2014.  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

### Errata de Edital de Licitação - Processo 49/2014 Pmcp

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO Nº 49/2014  
PREFEITURA

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 - Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA ao edital do Pregão Presencial - Processo n.º 49/2014 PMCP, REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL, alterando-se a forma de julgamento e a data da licitação, onde se lê: "Menor preço por Item", passa a ser lido: "Menor preço por Lote", e onde se lê: "29/10/2014", passa a ser lido: "31/10/2014" mantendo-se o mesmo horário da abertura dos envelopes, às 14:00 horas.

Correia Pinto, 22 de outubro de 2014.  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES  
Presidente da Comissão de Licitação



# Corupá

## PREFEITURA

### Decreto Nº. 780/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
Avenida Getúlio Vargas, 443 - Fone (0\*\*47) 3375-6500 - 89.278-000 - Corupá - SC  
www.corupa.sc.gov.br - administra@corupa.sc.gov.br

DECRETO Nº. 780/2014  
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.127/2013 de 26 de novembro de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 30.169,52 (trinta mil cento e sessenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal de Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2019		Manutenção do Ensino Infantil	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.62	Aplicações Diretas	30.169,52
		TOTAL	30.169,52

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Excesso de Arrecadação da fonte 01.00.62 - Outros Recursos Educação - FNDE no valor de R\$ 30.169,52 (trinta mil cento e sessenta e nove reais e cinquenta e dois centavos).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
13 de outubro de 2014.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos treze dias do mês de outubro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"

### DECRETO Nº. 781/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ  
Avenida Getúlio Vargas, 443 - Fone (0\*\*47) 3375-6500 - 89.278-000 - Corupá - SC  
www.corupa.sc.gov.br - gabinete@corupa.sc.gov.br

DECRETO Nº. 781/2014  
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.127/2013 de 26 de novembro de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 14.707,32 (catorze mil setecentos e sete reais e trinta e dois centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.302.0081.1011		Bloco de Atenção Média e Alta Complexidade	
3.3.90.00.00.00.00	01.00.65	Aplicações Diretas	14.707,32
		TOTAL	14.707,32

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Excesso de Arrecadação da fonte 01.00.65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC, no valor de R\$ 14.707,32 (catorze mil setecentos e sete reais e trinta e dois centavos).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
13 de outubro de 2014.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos treze dias do mês de outubro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"

**ERRATA DO DECRETO Nº 780 DE 13 DE OUTUBRO DE 2014, PUBLICADO EM 21 DE OUTUBRO DE 2014, QUE AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Errata do DECRETO Nº 780 de 13 de outubro de 2014, publicado em 21 de outubro de 2014, que AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ONDE SE LÊ: DECRETO Nº 780 /2014

LEIA-SE: DECRETO Nº 786 /2014

**Curitibanos****CÂMARA MUNICIPAL****Emenda À Lei Orgânica Nº 16/2014**

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 16/2014

ALTERA O ARTIGO 91 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Curitibanos, nos termos do art. 36, § 2º da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Emenda ao texto da Lei Orgânica do Município de Curitibanos - SC:

Art. 1º O artigo 91 da Lei da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 91 A Procuradoria Geral do Município, tem por chefe o Procurador Geral do Município, de livre nomeação do Prefeito, de reconhecido saber jurídico, reputação ilibada e preferentemente com experiência em áreas diversas da administração Municipal, na forma da legislação específica."

Art. 2º Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 21 de outubro de 2014.

João Flaris Camargo  
Presidente

Sidnei Furlan  
Vice-presidente

Luiz Carlos Righes Júnior  
1º Secretário

Arcilio Alves  
2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO 03/2014**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2014

APROVA AS CONTAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CURITIBANOS/SC, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara de Vereadores de Curitibanos aprovou, e eu, João Flaris Camargo, Presidente, nos termos do Artigo 51 parágrafo único da Lei Orgânica do Município de Curitibanos, e do Artigo 133 do Regimento Interno, promulgo o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Poder Executivo Municipal, referente ao exercício de 2012, conforme parecer exarado pela Egrégia Corte do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 21 de outubro de 2014.

João Flaris Camargo  
Presidente

Sidnei Furlan  
Vice-presidente

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo, aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze, no mural e Secretaria da Câmara Municipal.

Luiz Carlos Righes Júnior  
1º Secretário

Arcilio Alves  
2º Secretário

**DECRETO LEGISLATIVO 01/2014**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2014

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO CURITIBANENSE AO DEPUTADO FEDERAL JORGINHO MELLO.

Faço saber que a Câmara de Vereadores de Curitiba aprovou, e eu, João Flaris Camargo, Presidente, nos termos do Artigo 51 parágrafo único da Lei Orgânica do Município de Curitiba, e do Artigo 133 do Regimento Interno, promulgo o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido ao DEPUTADO FEDERAL JORGINHO MELLO, pelos relevantes serviços prestados à comunidade.

Art. 2º A placa de homenagem será entregue em Sessão Solene especialmente marcada para este fim.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 21 de outubro de 2014.

João Flaris Camargo  
Presidente

Sidnei Furlan  
Vice-presidente

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo, aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze, no mural e Secretaria da Câmara Municipal.

Luiz Carlos Righes Júnior  
1º Secretário

Arcilio Alves  
2º Secretário

**Dionísio Cerqueira****PREFEITURA****Contratos 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 007/2012.

Contratante: Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: Construtora Oliveira Ltda.;

Objeto: Obra de reforma do Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira Origem: Concorrência 014-2012 HMDC - Devido a reprogramação do projeto, por esse instrumento fica acrescido o Valor de R\$ 50.839,34 - Vigência 21/10/2014 à 31/12/2014.

Dionísio Cerqueira 21/10/2014

Deliziane L. dos Santos

Gestora do HMDC

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### Extrato do Edital de Concurso Público Nº 003/2014, de 21 de Outubro de 2014

EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2014, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

Objeto: O Prefeito do Município de Faxinal dos Guedes, SC, senhor EDEGAR GIORDANI, inscrito no CNPJ sob o nº 83.009.910/0001-62, com sede administrativa na Avenida Rio Grande do Sul, 458, Centro, Faxinal dos Guedes, SC, CEP 89694-000, no uso de suas atribuições legais torna pública a realização Concurso Público de Provas Escritas e de Títulos, para preenchimento de vagas do Quadro de Pessoal do Poder Público Municipal. Este Concurso Público será executado pela empresa ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA EIRELI - EPP (ASSCON-PP), pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Dr. Maruri, 1.204, Sala 3, Centro, no Município de Concórdia, SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.688.208/0001-48.

1. Das inscrições: estarão abertas de 28 de outubro a 11 de novembro de 2014, somente via internet, pelo site [www.assconpp.com.br](http://www.assconpp.com.br).

2. Das vagas: Estão disponíveis as seguintes vagas:

Cargo	Nº de vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento Inicial <sup>1</sup> - R\$	Nível de Escolaridade <sup>2</sup>
Professor de Matemática	1	40h	R\$ 1.953,43	Licenciatura Plena na área de atuação específica
Professor de Artes	1	40h	R\$ 1.953,43	Licenciatura Plena na área de atuação específica
Professor de Ensino Religioso	1	40h	R\$ 1.953,43	Licenciatura Plena na área de atuação ou disciplinas afins
Professor de Inglês	1	40h	R\$ 1.953,43	Licenciatura Plena na área de atuação
Professor de Língua Portuguesa	1	20h	R\$ 976,76	Licenciatura Plena na área de atuação
Educador Social	1	40h	R\$ 1.090,78	Ensino médio completo
Médico	1	40h	R\$ 13.090,77	Curso Superior em Medicina com registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina - CRM/SC

A íntegra do presente Edital está publicada no mural interno da Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, SC, e nos sites [www.assconpp.com.br](http://www.assconpp.com.br) e [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br).

Faxinal dos Guedes, SC, 21 de outubro de 2014.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, SC

### Extrato do Edital de Concurso Público Nº 004/2014, de 21 de Outubro de 2014

EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2014, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

Objeto: O Prefeito do Município de Faxinal dos Guedes, SC, senhor EDEGAR GIORDANI, inscrito no CNPJ sob o nº 83.009.910/0001-62, com sede administrativa na Avenida Rio Grande do Sul, 458, Centro, Faxinal dos Guedes, SC, CEP 89694-000, no uso de suas atribuições legais torna pública a realização Concurso Público de Prova Escrita, para preenchimento de vaga de emprego público de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal do Poder Público Municipal. Este Concurso Público será executado pela empresa ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA EIRELI - EPP (ASSCON-PP), pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Dr. Maruri, 1.204, Sala 3, Centro, no Município de Concórdia, SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.688.208/0001-48.

1. Das inscrições: estarão abertas de 28 de outubro a 11 de novembro de 2014, somente via internet, pelo site [www.assconpp.com.br](http://www.assconpp.com.br).

2. Das vagas: Está disponível 1 (uma) vaga de emprego público para o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na forma abaixo:

- 2.1. jornada de trabalho: 40 (quarenta) horas semanais;
- 2.2. requisitos para o exercício da atividade: residir na Área 1, micro área 5 - Bairro João José Gehlen, desde a data da publicação deste Edital e haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada e o ensino fundamental;
- 2.3. vencimento inicial: R\$ 1.014,00 (um mil e quatorze reais), com direito a vale alimentação no valor de R\$ 134,82 (cento e trinta e quatro reais e oitenta e dois centavos) por mês;
- 2.4. área geográfica de atuação: Área 1, micro área 5 - Bairro João José Gehlen;

A íntegra do presente Edital está publicada no mural interno da Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, SC, e nos sites [www.assconpp.com.br](http://www.assconpp.com.br) e [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br).

Faxinal dos Guedes, SC, 21 de outubro de 2014.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, SC

# Forquilha

## PREFEITURA

### Ata de Registro de Preços Nº. 33/PMF/2014- Referente Pregão Presencial Nº. 188/PMF/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 33/PMF/2014  
(Referente Pregão Presencial nº. 188/PMF/2014)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME, CNPJ/MF nº 02.315.593/0001-00, estabelecida na Rodovia SC 446, em Orleans, neste ato representada pelo Sr. Vaguinho Rosseti, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.740.828-0 e inscrito no CPF sob o nº 016.099.089-02;

2. ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP, CNPJ/MF nº 01.980.629/0001-08, estabelecida na Avenida Getúlio Vargas, em Orleans, neste ato representada pela Sra. Anselma Ascari Alberton Vieira, brasileira, CI nº. 3.226.026-1, CPF nº. 898.078.129-68;

3. RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME., CNPJ/MF nº 18.619.082/0001-12, estabelecida na Rua Imigrante João Cechinelli, em Criciúma, neste ato representada pelo Sr. Reginaldo Itamar Felisberto representante legal, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 02159516899 e inscrito no CPF sob o nº 780.207.009-00;

4. TM SCHLICKMANN & CIA LTDA ME, CNPJ/MF nº 07.865.917/0001-06, estabelecida na Rua João Wessler, em São Ludgero, neste ato representada pela Sra. Tatiana Machado Schlickmann, CI 3.170.827, CPF 987.546.029-04;

5. PAULO CESAR MARANA TRANSPORTES EPP, CNPJ/MF nº 11.406.284/0001-37 estabelecida na Rua Constante Ometto, em Iracemápolis, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Valterson Gomes de Sá, CI 6.380.699-4, CPF 916.854.789-72;

Doravante denominada DETENTORAS DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 188/PMF/2013, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de utensílios diversos para utilização nas escolas e creches da rede municipal de ensino do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

#### Cláusula Segunda - Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata estão disponíveis no site [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br)

#### Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 15 (quinze) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

#### Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão



gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

#### Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICO" pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

2. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

3. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

4. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria de Educação, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima - Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;  
1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;  
1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da



multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 188/PMF/2014, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Vigésima Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais

privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 17 de outubro de 2014.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Vaguinho Rosseti

CPF: 016.099.089-02;

ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Anselma Ascari Alberton Vieira

CPF: 898.078.129-68;

RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Reginaldo Itamar Felisberto

CPF: 780.207.009-00;

TM SCHLICKMANN & CIA LTDA ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Tatiana Machado Schlickmann

CPF: 987.546.029-04;

PAULO CESAR MARANA TRANSPORTES EPP

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Valterson Gomes de Sá

CPF: 916.854.789-72;

#### **Extrato de Contrato PMF Nº. 209/2014**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 209/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - RAC SANEAMENTO E TECNOLOGIA AMBIENTAL PARA DISPOSIÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA

OBJETO - Contratação de empresa para a execução de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos do Município de Forquilha, em aterro sanitário, devidamente licenciado, para o município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 69.840,00 (sessenta e nove mil oitocentos e quarenta reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 0701.2032.3390 (106).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação nº. 190/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 09 de outubro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato FMS Nº. 79/2014**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 79/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - VIGILANCIA RADAR LTDA

OBJETO - O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresa especializada para realizar o serviço de monitoramento remoto de alarmes (via telefone), incluindo instalação, fornecimento, suporte e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos fornecidos em regime de locação nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Forquilha/SC, pelo período de 12 meses. VALOR - R\$ 30.480,00 (trinta mil quatrocentos e oitenta reais). VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente Contrato será a partir da data de assinatura com vigência para 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado.

DOTAÇÃO - 17.01.2.064.3.3.90 (74).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 25/FMS/2014.

DATA DA ASSINATURA - 15 de agosto de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**4ª Retificação E Errata 04 do Edital de Teste Seletivo Simplificado Para Act Nº 001/2014.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA/SC

PROCESSO SELETIVO N.º 001/2014

4ª RETIFICAÇÃO E ERRATA 04 DO EDITAL DE TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO PARA ACT Nº 001/2014.

A PS CONCURSOS e a PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, através da Comissão de Processo Seletivo nomeada pelo Decreto nº 115, de 09 de Setembro de 2014 no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o Edital de abertura para realização de Processo Seletivo para admissão, em caráter temporário, de vagas existentes para o ano letivo de 2015 e cadastro de reserva do quadro de pessoal, na forma deste Edital:

**ÁREA 6 - INGLÊS (PRÉ-ESCOLA AO 5º ANO)**

Nº	Cargo	Total de Vagas	Carga Horária Semanal	Requisitos Mínimos para o Cargo
1	Professor Inglês (Pré-escola ao 5º ano)	CR*	20h	Habilitado - Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena ou Curta em Letras - Inglês. Remuneração: R\$ 1.137,40  Não Habilitado - Certidão de frequência a partir da 4ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura em Letras - Inglês. Remuneração: R\$ 1.048,05

FORQUILHINHA/SC, em 21 de OUTUBRO de 2014.

JUCELMA DA SILVA MARTINS BERETTA

Presidente da Comissão do Teste Seletivo

Fica homologado o presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2014, a data, o local e o horário da prova.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Fraiburgo****PREFEITURA****At14fms22**

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT14FMS22

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada.: ARTES GRÁFICAS COSMOS LTDA

Valor ..... : 14.400,00 (quatorze mil quatrocentos reais)

Vigência ..... : Início: 09/10/2014 Término: 28/02/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2014

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECÇÃO E IMPRESSÃO DE EXPEDIENTES DIVERSOS, FOLDERS E CARTAZES, PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO, SAMU, CAPS E LABORATÓRIO MUNICIPAL DE PRÓTESES DENTÁRIAS.

Fraiburgo, 21 de Outubro de 2014

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

**At14fms23**

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT14FMS23

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada.: JOANNEI ARTES GRÁFICAS LTDA

Valor ..... : 2.989,90 (dois mil novecentos e oitenta e nove reais e noventa centavos)

Vigência ..... : Início: 09/10/2014 Término: 28/02/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2014

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECÇÃO E IMPRESSÃO DE EXPEDIENTES DIVERSOS, FOLDERS E CARTAZES, PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO, SAMU, CAPS E LABORATÓRIO MUNICIPAL DE PRÓTESES DENTÁRIAS.

Fraiburgo, 21 de Outubro de 2014

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

**At14fms24**

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT14FMS24

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada.: LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA

Valor ..... : 1.540,00 (um mil quinhentos e quarenta reais)

Vigência ..... : Início: 09/10/2014 Término: 28/02/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2014

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECÇÃO E IMPRESSÃO DE EXPEDIENTES DIVERSOS, FOLDERS E CARTAZES, PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO, SAMU, CAPS E LABORATÓRIO MUNICIPAL DE PRÓTESES DENTÁRIAS.

Fraiburgo, 21 de Outubro de 2014

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

**Contrato.647.2014**

CONTRATO N.º: 647/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: ANGELA MARIA DIAS GATTI

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 14 de outubro de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais ).

**Contrato.648.2014**

CONTRATO N.º: 648/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: ILISA DAL MAGRO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 15 de outubro de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais ).

**Contrato.649.2014**

CONTRATO N.º: 649/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: IRACI CORDEIRO SUBTIL

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 15 de outubro de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais ).

**Contrato.650.2014**

CONTRATO N.º: 650/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: ALICE DE FATIMA BOLZANI ROSERA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 17 de outubro de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais ).

**Contrato.651.2014**

CONTRATO N.º: 651/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: EDINEIA TEODORO GONÇALVES DE ARAUJO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 17 de outubro de 2014 até 16 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais ).

**Contrato.652.2014**

CONTRATO N.º: 652/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: ZELINDA DA SILVA RIBEIRO FAGUNDES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 17 de outubro de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais ).

**Contrato.653.2014**

CONTRATO N.º: 653/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: SIZA DE FATIMA RIBEIRO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 20 de outubro de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais ).

**Contrato.654.2014**

CONTRATO N.º: 654/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: CAMILA DOS SANTOS

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 20 de outubro de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais ).

**Contrato.655.2014**

CONTRATO N.º: 655/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: NEUZA MARIA FERREIRA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 20 de outubro de 2014 até de de .

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais ).

**Contrato.656.2014**

CONTRATO N.º: 656/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: JESSICA KAROLINE DA SILVA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 20 de outubro de 2014 até 22 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.700,00 (um mil setecentos reais ).

**Contrato.657.2014**

CONTRATO N.º: 657/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: JOSEANE FLORES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 20 de outubro de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais ).

**Extrato de Edital de Seleção 0039 Agente de Saúde**

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0039 DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público em diversas áreas do Município de Fraiburgo, para a função pública de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE das seguintes localidades: Bairro Bela Vista. O preenchimento de vagas será para o ano de 2014, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 24 de outubro a 7 de novembro de 2014, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente (excetuados sábados, domingos, feriados e pontos facultativos), na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro,

Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

Fraiburgo, 21 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**TA;At14fms14**

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT14FMS14 - Contrato Nº: AT14FMS05

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: TRANSNATHAN AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA

Vigência ..... : Início: 02/10/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2014

Objeto ..... : As partes da Ata epígrafada, em conformidade com a Cláusula Terceira, item 3.7, aprovam a partir de 02 de outubro de 2014, mediante atendimento aos requisitos do item 6.3 do Edital, os veículos abaixo especificados para a execução dos serviços de transporte: Veículo PAS/MICRO-ÔNIBUS Renault/Master Marticar 19; Veículo PAS/MICRO-ÔNIBUS Fiat/Ducato M Bus Rontan; Veículo PAS/MICRO-ÔNIBUS Renault/Máster Jaedi Tur.

Fraiburgo, 21 de Outubro de 2014

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

**TA;At14fms15**

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT14FMS15 - Contrato Nº: AT14FMS05

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: TRANSNATHAN AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA

Valor ..... : 29.625,00 (vinte e nove mil seiscentos e vinte e cinco reais)

Vigência ..... : Início: 09/10/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2014

Objeto ..... : As partes da Ata epígrafada, em conformidade com o art. 17 do Decreto Municipal nº 0149, de 24 de novembro de 2006 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93, de comum acordo, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade do ITEM 1 conforme segue: ACRESC. (25%) 18.750 KM, R\$ 1,58, Transporte de pessoas com Van com capacidade mínima de 15 passageiros, com bancos reclináveis e equipado com tacógrafo.

Fraiburgo, 21 de Outubro de 2014

NILCE PINZ

Secretária de Saúde



**Ta14fms13**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA14FMS13 - Contrato Nº: CT14FMS10  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA  
Valor ..... : 214,46 (duzentos e quatorze reais e quarenta e seis centavos)  
Vigência ..... : Início: 10/10/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2014  
Objeto ..... : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO NAS QUANTIDADES DO ITEM 9 DO LOTE 1, DO ITEM 11 DO LOTE 2, DO ITEM 13 DO LOTE 3 DOS ITENS 32 E 37 DO LOTE 4.

Fraiburgo, 21 de Outubro de 2014  
NILCE PINZ  
Secretária de Saúde

**Ta14fms14**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA14FMS14 - Contrato Nº: CT14FMS12  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: OTIMIZA CURSOS LTDA ME  
Valor ..... : 432,32 (quatrocentos e trinta e dois reais e trinta e dois centavos)  
Vigência ..... : Início: 14/10/2014 Término: 26/02/2015  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2014  
Objeto ..... : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, DA LEI Nº 8.666/93, MEDIANTE APROVAÇÃO DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAIS - CIR DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE (RESOLUÇÃO CIR/SC 014 DE 07 DE OUTUBRO DE 2014), AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO NO VALOR DE R\$ 432,32 (QUATROCENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS) PARA QUE A CONTRATADA FORNEÇA  
04 (QUATRO) BANNER'S IDENTIFICANDO A COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO - CIES DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE.

Fraiburgo, 21 de Outubro de 2014  
NILCE PINZ  
Secretária de Saúde

**Ta14fms15**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA14FMS15 - Contrato Nº: CT11FMS16  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: LABORATÓRIO BIOCLÍNICO FLEMING LTDA  
Valor ..... : 712,88 (setecentos e doze reais e oitenta e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 14/10/2014 Término: 31/12/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2011  
Objeto ..... : EM CONFORMIDADE COM A CLÁUSULA NONA, ITEM 9.1 DO CONTRATO EM EPÍGRAFE, A PARTIR DESTES MÊS FICA REAJUSTADO COM BASE NO INPC ACUMULADO NO MÊS DE JUNHO/2014 PERCENTUAL DE 6,0574%, O VALOR CONSTANTE NA CLÁUSULA TERCEIRA, ITEM 3.1, O QUAL PASSARÁ DE R\$ 1.681,26 (UM MIL SEISCENTOS E OITENTA E UM REAL E VINTE E SEIS CENTAVOS) PARA R\$ 1.783,10 (UM MIL, SETECENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS E DEZ CENTAVOS) A PARTIR DOS SERVIÇOS PRESTADOS REFERENTE AO MÊS DE NOVEMBRO DE 2014.

Fraiburgo, 21 de Outubro de 2014  
NILCE PINZ  
Secretária de Saúde

**Ta14fms16**

## EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA14FMS16 - Contrato Nº: CT11FMS17  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: J & F ANÁLISES CLÍNICAS E AMBIENTAIS LTDA  
Valor ..... : 712,88 (setecentos e doze reais e oitenta e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 14/10/2014 Término: 30/12/2014  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2011  
Objeto ..... : EM CONFORMIDADE COM A CLÁUSULA NONA, ITEM 9.1 DO CONTRATO EM EPÍGRAFE, A PARTIR DESTES MÊS FICA REAJUSTADO COM BASE NO INPC ACUMULADO NO MÊS DE JUNHO/2014 PERCENTUAL DE 6,0574%, O VALOR CONSTANTE NA CLÁUSULA TERCEIRA, ITEM 3.1, O QUAL PASSARÁ DE R\$ 1.681,26 (UM MIL SEISCENTOS E OITENTA E UM REAL E VINTE E SEIS CENTAVOS) PARA R\$ 1.783,10 (UM MIL, SETECENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS E DEZ CENTAVOS) A PARTIR DOS SERVIÇOS PRESTADOS REFERENTE AO MÊS DE NOVEMBRO DE 2014.

Fraiburgo, 21 de Outubro de 2014  
NILCE PINZ  
Secretária de Saúde

**Portaria Nº 1942/2014**

PORTARIA N.º 1.942, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de NEIDE APARECIDA TIEQUIM, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 005.094.309-02, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 20 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de outubro de 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1943/2014**

PORTARIA N.º 1.943, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 079/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOHN NATHAN ANTUNES DE LIMA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 086.488.819-86, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1944/2014**

PORTARIA N.º 1.944, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 10 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 079/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANTONIO NAZÁRIO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 442.745.809-20, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1945/2014**

PORTARIA N.º 1.945, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 079/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANTONIO LUIZ BLEICHVHL, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o n.º 573.692.679-20, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1946/2014**

PORTARIA N.º 1.946, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 10 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 079/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de PEDRO ARCANGELO PEREIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 346.637.899-00, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



**Portaria Nº 1947/2014**

PORTARIA N.º 1.947, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 10 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 079/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ARCELINO SANTIAGO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 469.799.729-87, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1948/2014**

PORTARIA N.º 1.948, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 079/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ADILSE ELEODORO ALVES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 899.054.319-34, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1949/2014**

PORTARIA N.º 1.949, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 079/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ATANIR SCHISSI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 467.455.649-04, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1950/2014**

PORTARIA N.º 1.950, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037 de 10 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 079/2014 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de PEDRO EORICO CHAGAS DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 487.197.739-00, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de novembro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1951/2014**

PORTARIA Nº 1.951, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a pedido, o servidor JOÃO CARLOS PADILHA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 041.144.249-03, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE GESTÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 21 de outubro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Decreto Nº 0269/2014**

**DECRETO Nº 0269, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.**

**DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO  
EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0036, DE 0030 DE SETEMBRO DE  
2014.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0036, de 30 de setembro de 2014, conforme lista anexa.

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 21 de outubro DE 2014.

**IVO BIAZZOLO**  
Prefeito Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**  
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0036 DE 30 DE SETEMBRO DE 2014**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo:	<b>Professor de Educação</b>	Quadro:	<b>I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO</b>					
Código:	<b>1</b>	Área de Atuação:	<b>Geral</b>					
Disciplina:	<b>Professor de Educação Física</b>							
			<i><b>Critérios de Desempate</b></i>					
			1º	2º	3º	4º	5º	6º
<b>Ordem Classific.</b>	<b>Número Inscrição</b>	<b>Nome do Candidato</b>	<b>Especializ ação</b>	<b>Cursos Área</b>	<b>Tempo Serviço</b>	<b>Filhos</b>	<b>Portador Defic.</b>	<b>Data Nascimento</b>
1	1	PAULO HENRIQUE DA SILVA	0	4	0	0	NÃO	12/3/1971
		<b>Soma de Pontos</b>	4					

terça-feira, 21 de outubro de 2014

Página 2 de 2

**Frei Rogério****PREFEITURA****Licitação 22/2014 - Pregão Presencial 15/2014**

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 022/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2014

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC torna público aos interessados que fará realizar, através da equipe de pregoeiros, nomeada pela portaria 06/2014, no dia 04 de novembro de 2014, as 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Adolfo Soletti, nº 750, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, regida pelo decreto municipal 104/2007 e pelas leis 10520 e 8.666/93 e alterações posteriores, do tipo menor preço por item, tendo por objetivo a aquisição de armários em aço e cadeiras tipo universitárias, para manutenção da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes e Secretaria de Administração e Finanças.

Informações e Edital poderão ser obtidos através site: [www.frei-rogerio.sc.gov.br](http://www.frei-rogerio.sc.gov.br) ou no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000.

E-mail: [compras@frei-rogerio.sc.gov.br](mailto:compras@frei-rogerio.sc.gov.br)

Frei Rogério (SC), 21 de outubro de 2014  
OSNY BATISTA ALBERTON  
Prefeito Municipal.

**Garopaba****PREFEITURA****Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 14/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o artigo 25 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 174/2014; IL nº. 14/2014; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratada: INSTITUTO PRO SAUDE POLI-CLINICA ESPECIALIZADA; CNPJ nº: 05.896.429/0001-22; Objeto: Chamada Pública é a contratação de entidades prestadoras de serviços de saúde para a realização de procedimentos com finalidade diagnóstica - GRUPO 02 - Diagnóstico por Ultra-Sonografia - Subgrupo 05, da "Tabela de Procedimentos", que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://sigtap.datasus.gov.br>, conforme Termo de Referência (Anexo I); Data da Assinatura: 21/10/2014.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**Aviso de Licitação Pe089/2014**

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRONICO Nº. 089/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de peças para computadores de uso da Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) até as 14h00min do dia 04/11/2014. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 04/11/2014, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 14 de outubro de 2014.  
Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal



**Extrato de Termo de Credenciamento Nº 11/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**EXTRATO DE CREDENCIAMENTO**

Credenciamento nº. 011/2014 Processo nº. 172/2014; Credenciante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Credenciada: INSTITUTO PRO SAUDE POLICLINICA ESPECIALIZADA; CNPJ sob nº 05.896.429/0001-22; Objeto: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de saúde para atendimento ambulatorial de Diagnóstico por Ultra-Sonografia aos pacientes do SUS - Sistema Único de Saúde, de acordo com seus princípios, diretrizes, normas e tabela com os valores dos procedimentos e de acordo com o Edital de Chamamento Público nº 002/2014; Data da Assinatura: 21/10/2014

**Extrato de Ata de Registro de Preço Nº80-A/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 80-A/2014  
PMG E FMS**

Ata nº. 80-A/2014; Processo nº. 161/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: ELO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME; Objeto: Registro de preço para aquisição parcelada de uniformes para atender aos funcionários que trabalham no atendimento direto e aos Ambulantes credenciados para o verão 2014/2015 junto a prefeitura Municipal de Garopaba e Funcionários do SAMU. Valor: R\$ 15.332,80; Data da Assinatura: 20/10/2014.

**Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 80-B/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 80-B/2014  
PMG E FMS**

Ata nº. 80-B/2014; Processo nº. 161/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: SCLAN MALHAS LTDA ME; Objeto: Registro de preço para aquisição parcelada de uniformes para atender aos funcionários que trabalham no atendimento direto e aos Ambulantes credenciados para o verão 2014/2015 junto a prefeitura Municipal de Garopaba e Funcionários do SAMU. Valor: R\$ 10.395,00; Data da Assinatura: 20/10/2014.

**LICITAÇÃO PE086/2014**

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 086/2014  
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARTICIPAÇÃO ME/EPP

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo para aquisição parcelada de materiais para atendimento pré-hospitalar

utilizado nas viaturas do Corpo de Bombeiros Militar de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) até as 14h10min do dia 04/11/2014. A sessão pública será realizada a partir das 14h20min do dia 04/11/2014, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 21 de outubro de 2014.

Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

**Decreto N.º 151**

DECRETO N.º 151, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO, PARA COMEMORAÇÕES DO "DIA DO SERVIDOR PÚBLICO", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente e, Considerando o disposto no artigo 221, da Lei 1.000/2005, pelo qual "fica consagrado como dia de licença remunerada o dia 28 (vinte e oito) de outubro, para comemorações do "Dia do Servidor Público", exceto para os integrantes do Magistério que comemoram o "Dia do Professor" no dia 15 (quinze) do mesmo mês",

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica decretado ponto facultativo, no dia 28/10/2014, terça-feira, para comemorações do Dia do Servidor Público, exceto para os integrantes do Magistério e demais servidores vinculados a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Aos dirigentes dos diversos órgãos da administração municipal, cabe fazer observar o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de Outubro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 22/10/2014, de acordo com a  
Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO  
Secretário de Administração

**Aviso de Licitação Pe087/2014**

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 087/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de gêneros alimentícios para eventos realizados pelas Secretarias de Educação e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de

sistema de compras eletrônicas no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) até as 14h20min do dia 04/11/2014. A sessão pública será realizada a partir das 14h30min do dia 04/11/2014, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 21 de outubro de 2014.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

### **Aviso de Licitação Pe088/2014**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 088/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, através de sistema de registro de preços, pretendendo a contratação de empresa especializada em serviços de locação e manutenção diária de sanitários químicos para uso nas praias do município na temporada de Verão 2014/2015. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) até as 14h30min do dia 04/11/2014. A sessão pública será realizada a partir das 14h40min do dia 04/11/2014, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 21 de outubro de 2014.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

## **Garuva**

### **PREFEITURA**

### **Aviso de Inexigibilidade de Licitação PMG Nº 076/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo PMG nº 076/2014

Objeto: Contratação da empresa Comercial Multisom Ltda, para apresentação artística do "Grupo Explosão", na festa em comemoração ao Dia do Servidor Público 2014.

CNPJ: 00.842.605/0001-20

Valor: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)

Garuva, 17 de outubro de 2014.

José Chaves

Prefeito Municipal

### **Extrato de Contrato PMG Nº 076/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 063/2014

Processo Licitatório nº 076/2014

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Garuva

CONTRATADO: COMERCIAL MULTISOM LTDA

Objeto: Contratação da empresa Comercial Multisom Ltda, para apresentação artística do "Grupo Explosão", na festa em comemoração ao Dia do Servidor Público 2014.

VIGÊNCIA: 20/10/2014 a 19/11/2014

VALOR: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 20/10/2014

AMPARO LEGAL: Artigo 25, Inciso III, da Lei 8.666/93.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### **Portaria Nº 439/2014**

PORTARIA Nº. 439, de 17 de outubro de 2014

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Saúde, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA

CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário, RAMON EVELIO ARZOLA CALVO, inscrito no CI-RG V203969-L e CPF 511.740.222-72, na função de Médico Clínico Geral - ESF, por 220 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saúde.

ART. 2º. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 17 de outubro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 438/2014**

PORTARIA Nº 438, de 14 de outubro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA PORTARIA Nº 436/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

CONSIDERANDO erro material na Portaria nº 436/2014, que dispõe sobre a Exoneração conforme aposentadoria do senhor Ernani Gomes Guimarães.

RESOLVE:

ART. 1º. Retificar a redação do Art. 1º da Portaria nº 436/2014, de 09/10/2014, a qual passa a vigor nos seguintes termos:

"Art. 1º - Exonerar, por motivo de aposentadoria, o senhor ERNANI GOMES GUIMARÃES, portador do RG 2/R 1.000.593 e CPF 381.824.679-34, da função de CONSELHEIRO TUTELAR, nomeado através da Portaria 268/2010 de 17 de maio de 2010, e declarar vacância do cargo."

ART. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de Outubro de 2014.

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

## Gaspar

### PREFEITURA

**Decreto Nº 6.116, 15 de Outubro de 2014**

DECRETO Nº 6.116, 15 DE OUTUBRO DE 2014.

EXONERA CAMILLA SIMONE AGAPITO DO CARGO DE CONTADOR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a servidora CAMILLA SIMONE AGAPITO, ocupante do cargo efetivo de Contadora, a qual foi nomeada pelo Decreto nº 5040/2012, a partir de 15/10/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de outubro de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

**DECISÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2014**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2014

Gaspar, 21 de outubro de 2014.

Ao Representante Legal, Senhor,  
Alcionei Ramos da Rosa Júnior

AMERICAN AUDIO VISUAL EIRELI - ME  
Rua dos Sabias, 394 - Bairro Aviação -  
São José dos Pinhais - PR - CEP: 83.045-610

DECISÃO ACERCA DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2014 DIANTE DA OCORRÊNCIA DOS FATOS NOTICIADOS PELO GESTOR DO CONTRATO SAF 42/2014 CUJO OBJETO É A REALIZAÇÃO DE EVENTOS, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE MONTAGEM, OPERAÇÃO E DESMONTAGEM.

I. RELATÓRIO

Trata-se de Processo Administrativo instaurado para apurar as supostas irregularidades na execução do Contrato SAF 42/2014 cujo objeto é a realização de eventos, incluindo os serviços de montagem, operação e desmontagem.

A sessão de abertura e julgamento do referido procedimento licitatório aconteceu no dia 03 de junho de 2014 às 09h30min, sendo que a empresa American Audio Visual EIRELI - ME sagrou-se vencedora do certame e a contratação da empresa para prestar os serviços objeto da Licitação foi firmada através do Contrato SAF-42/2014 (pág. 88 à 118).

Ocorre que durante a execução do Contrato, a empresa deixou de cumprir algumas cláusulas contratuais e realizar de forma satisfatória os serviços ora contratados, conforme notificações e penalizações ocorridas durante a execução contratual, conforme relatamos abaixo os ocorridos e as manifestações da empresa:

1ª Notificação - (pág. 119 à 122)

Para o evento XIX Festival de Inverno - artes Integradas a empresa recebeu notificação referente a divergência da descrição dos equipamentos descritos no contrato e os equipamentos efetivamente

disponibilizados ao Município para o evento Virada Cultural e atraso na montagem do sistema de sonorização e desmontagem do palco no evento Festival Escolar da Canção - FEC.

Da Manifestação da Empresa - (pág. 123 à 127)

A empresa executora apresentou defesa detalhada da notificação referente a todos os itens do evento 2ª Virada Cultural. Justifica que as alterações realizadas foram necessárias para atender as características especiais de equipamentos referentes aos diversos grupos artísticos que se apresentaram no evento e/ou explica que o espaço disponibilizado para montagem limitou o tamanho, como o caso do palco. Afirma que estas questões foram conversadas direto com os artistas conforme contato repassado pelos fiscais do contrato (Gabriel Corrêa ou Dayro Bornhausen) ou que foram resolvidas algumas horas antes do início do evento com a equipe municipal.

Penalidades - (pág. 128 à 129)

Em relação ao Evento 23º Festival Escolar da Canção o atraso na desmontagem não foi justificado.

Diante das justificativas, o Município de Gaspar resolveu aplicar a penalidade de ADVERTÊNCIA à empresa. Informa que não deverá mais ocorrer qualquer alteração nas especificações dos equipamentos disponibilizados e que, caso necessário, seja realizado o pedido por escrito, direcionado ao secretário da pasta, no mínimo 24 (vinte e quatro) horas antes do início do evento. Assim, novas alterações só poderiam ocorrer com expressa autorização do secretário da pasta. Quanto a não desmontagem do palco no evento FEC, como tal conduta obrigou o município a contratar terceiros para realizar o serviço para não prejudicar evento programado para o dia 09 de agosto aplicou-se a multa de R\$300,00 que foi o valor pago a realização dos serviços.

Cancelamentos

O cancelamento do item 20 do evento 1.5 foi feito com mais de 24 horas de antecedência. O corpo de bombeiros não autorizou a instalação da forração conforme descrita no projeto básico para liberação do alvará do evento.

O cancelamento do evento 1.6 item 21 e 22 foi realizado com antecedência. Houve cancelamento por parte dos artistas que iriam se apresentar, estes artistas vinham de outra cidade.

2ª Notificação - (pág. 136 à 137)

Para o mês de setembro, estava na programação a semana da pátria com a locação de Palco tipo Palanque Coberto, para o desfile cívico de 07 de setembro. O evento de abertura da semana que previa apenas a locação de Sistema 05 de sonorização de eventos no valor de R\$330,00 foi cancelado com antecedência.

Entre as obrigações da montagem e desmontagem do Palco tipo Palanque coberto estava a instalações de escadas com corrimões em ambos os lados, rampa de acesso para portadores de necessidades especiais, com corrimão e parapeito em metal.

No sábado dia 06 de setembro de 2014, a equipe do município acompanhou a execução. Verificou que os equipamentos elencados acima não estavam de acordo e imediatamente tentou contato com a contratante. Sem sucesso de retorno encaminhou email solicitando providências.

Às 6 horas do dia 07 de setembro de 2014, um dos fiscais do contrato do município verificou que as solicitações ainda não haviam sido atendidas principalmente a implantação de parapeito nas laterais e instalação de rampa.

O desfile programado iniciou no horário previsto, 8:30 horas e a empresa não deixou o palco montado de acordo com as especificações do contrato.

A desmontagem também não foi realizada no prazo solicitado. Segunda-feira, 8 de setembro, 9 (nove) horas a peças do palco ainda estavam depositadas no estacionamento de um lindeiro da rua, prejudicando o comércio.

A empresa executora apresentou manifestação a 2ª Notificação referente ao Contrato SAF nº42/2014 em 23 de setembro de 2014. Da Manifestação da Empresa - (pág. 138)

Após notificação feita pela Secretaria a empresa Contratada

apresentou manifestação a 2ª Notificação referente ao Contrato SAF nº42/2014 em 23 de setembro de 2014 nos seguintes termos: Ilmo Srs, GABRIEL CORRÊA (Diretor de Cultura), DAYRO BORNHAUSEN (Assessor de Turismo, Indústria e Comércio), PATRÍCIA SCHEIDT (Secretária e Turismo, Indústria e Comércio):

A empresa AMERICAN AUDIO VISUAL EIRELI - ME, através de seu representante

legal, vem através deste apresentar manifestação/justificativa em relação a Notificação recebida.

Palanque Coberto para o desfile cívico de 07 de setembro.

"Entre as obrigações da montagem e desmontagem do Palco tipo Palanque coberto estava a instalações de escadas com corrimões em ambos os lados, rampa de acesso para portadores de necessidades especiais, com corrimão e parapeito em metal." "No sábado dia 06 de setembro de 2014, a equipe do município acompanhou a execução. Verificou que os equipamentos elencados acima não estavam de acordo e imediatamente tentou contato com a contratante. Sem sucesso de retorno encaminhou email solicitando providências." Às 6 horas do dia 07 de setembro de 2014, um dos fiscais do contrato do município verificou que as solicitações ainda não haviam sido atendidas principalmente a implantação de parapeito nas laterais e instalação de rampa. O desfile programado iniciou no horário previsto, 8:30 horas e a

empresa não deixou o palco montado de acordo com as especificações do contrato." O material foi montado de acordo com as especificações, comumente esse tipo de palco contem parapeito apenas na parte frontal. Nossa equipe esteve desde as 14hs de sábado dia 06 na montagem do palco, logo após deslocou-se para buscar o restante dos materiais, tendo finalizado o palanque até as 2hs do dia 07, ou seja dentro do horário exigido no contrato. A equipe da prefeitura, cerca de 1 hora antes do evento veio a solicitar a instalação de parapeito nas outras faces, onde não havia mais tempo hábil, chegou-se na solução de serem colocadas cordas. A SRa. PATRÍCIA SCHEIDT efetuou telefonema ao escritório da empresa por volta das 7hs a procura de nosso responsável pelo evento, foi informada que o mesmo encontrava-se no local do evento inclusive na presença do seu colega DAYRO BORNHAUSEN. A rampa de acesso foi instalada, parte de trás do palanque mas durante o evento a equipe prefeitura solicitou a retirada da mesma para passagem dos traeseuntes.

"A desmontagem também não foi realizada no prazo solicitado. Segunda-feira, 8 de setembro, 9 (nove) horas a peças do palco ainda estavam depositadas no estacionamento de um lindeiro da rua, prejudicando o comércio." Ao término do evento o Sr. DAYRO BORNHAUSEN solicitou a necessidade de retirada até a manhã do próximo dia, depois esclareceu o horário das 8hs, como este não havia sido solicitado em prazo cabível, apesar dos esforços de nossa empresa, o serviço foi finalizado no decorrer da manhã do dia 08.

Sendo o que tínhamos,

Att.

Alcionei Ramos da Rosa Junior -Representante legal

3ª Notificação - (pág. 143 à 144)

Dia 16 de setembro de 2014, recebemos uma solicitação de cancelamento do Contrato nº42/2014, o que caracteriza a intenção da empresa de não prestar os serviços contratados, principalmente no evento a ser realizado no dia 22 a 26 de setembro de 2014.

Imo Srs, GABRIEL CORRÊA (Diretor de Cultura), DAYRO BORNHAUSEN (Assessor

de Turismo, Indústria e Comércio), PATRÍCIA SCHEIDT (Secretária e Turismo,

Indústria e Comércio):

A empresa AMERICAN AUDIO VISUAL EIRELI - ME, através de seu representante legal, vem através deste apresentar manifestação/justificativa em relação a Notificação recebida.

A empresa vem por meio desta fazer suas justificativas:

1-cancelamento de eventos:

- evento 1.5 item 20



-evento 1.6 item 21 e 22  
 -evento 2.1 item 24:1 sistema de sonorização;  
 2- No evento 1.2 do dia 05 de julho, além dos equipamentos licitados foram montados:01 tenda 10X 10 + 01 tablado 2m X 6m. Não houve pagamento deste serviço; estes ainda não pagos e tampouco empenho;  
 3- No dia 21 de julho foi solicitado a montagem de um evento não licitado para o dia 22 de julho, com sistemas de sonorização, iluminação e Q30, peça teatral "Epopeya Beat", do Instituto Universitário Nacional de Arte. Não houve pagamento deste serviço; estes ainda não pagos e tampouco empenho;  
 4- Solicitações de equipamentos extras no evento: Evento Virada Cultural: 48 metros de ground Q30;04 cubos Q30;04 sapatas;50 parafusos;12 par de Led;04 movings 575;08 microfones cardioides (coral e teatro);04 microfones SM 58;04 Direct Box;04 monitores;01 cubo de guitarra;01 cubo de teclado;01 kit de bateria extra. Atraso de pagamento da Nota Fiscal 386; estes ainda não pagos e tampouco empenho;  
 5-Recebimento de Notificações estas pouco compreendida pela empresa e Multa referente ao atraso desmontagem de palco evento Festinver, onde não foi comunicado com a devida antecedência o prazo. O Edital não prevê prazo. A empresa apresentou contra-notificação, sendo que algumas justificativas foram acatadas pelo município e a penalidade advertência e multa para a desmontagem do palco foi mantida. A decisão enfatizou que o contrato deve ser rigorosamente respeitado e qualquer alteração deve ser solicitada, por escrito com 24 (vinte e quatro) horas do início do evento.  
 7- Atraso nos pagamento dos serviços prestados  
 8-"Para o mês de setembro, estava na programação a semana da pátria com a locação de Palco tipo Palanque Coberto para o desfile cívico de 07 de setembro. Apesar da advertência anterior, na montagem e desmontagem deste equipamento houve atraso como também divergências entre o equipamento contratado e o equipamento disponibilizado. Assim, o município novamente notificou a empresa e aguarda contranotificação." "Entre as obrigações da montagem e desmontagem do Palco tipo Palanque coberto estava a instalações de escadas com corrimões em ambos os lados, rampa de acesso para portadores de necessidades especiais, com corrimão e parapeito em metal." No sábado dia 06 de setembro de 2014, a equipe do município acompanhou a execução. Verificou que os equipamentos elencados acima não estavam de acordo e imediatamente tentou contato com a contratante. Sem sucesso de retorno encaminhou email solicitando providências." Às 6 horas do dia 07 de setembro de 2014, um dos fiscais do contrato do município verificou que as solicitações ainda não haviam sido atendidas principalmente a implantação de parapeito nas laterais e instalação de rampa.O desfile programado iniciou no horário previsto, 8:30 horas e a empresa não deixou o palco montado de acordo com as especificações do contrato." O material foi montado de acordo com as especificações, comumente esse tipo de palco contem parapeito apenas na parte frontal.Nossa equipe esteve desde as 14hs de sábado dia 06 na montagem do palco, logo após deslocou-se para buscar o restante dos materiais, tendo finalizado o palanque até as 2hs do dia 07, ou seja dentro do horário exigido no contrato. A equipe da prefeitura, cerca de 1 hora antes do evento veio a solicitar a instalação de parapeito nas outras faces, onde não havia mais tempo hábil, chegou-se na solução de serem colocadas cordas. A Sra. PATRÍCIA SCHEIDT efetuou telefonema ao escritório da empresa por volta das 7hs a procura de nosso responsável pelo evento, foi informada que o mesmo encontrava-se no local do evento inclusive na presença do seu colega DAYRO BORNHAUSEN. A rampa de acesso foi instalada, parte de trás do palanque mas durante o evento a equipe prefeitura solicitou a retirada da mesma para passagem dos traeseuntes. "A desmontagem também não foi realizada no prazo solicitado. Segunda-feira, 8 de setembro, 9 (nove) horas a peças do palco ainda estavam depositadas no estacionamento de um lindeiro da rua, prejudicando o comércio." Ao término do evento o Sr. DAYRO BORNHAUSEN solicitou a necessidade de retirada até a manhã do próximo dia,

depois esclareceu o horário das 8hs, como este não havia sido solicitado em prazo cabível, apesar dos esforços de nossa empresa, o serviço foi finalizado no decorrer da manhã do dia 08.

9- "Porém, neste intervalo, dia 16 de setembro de 2014, recebemos uma solicitação de cancelamento do Contrato nº42/2014, o que caracteriza a intenção da empresa de não prestar os serviços contratados, principalmente no evento a ser realizado no dia 22 a 26 de setembro de 2014." Fatos irreais pois conforme contato telefônico com a Sra PATRÍCIA SCHEIDT, dia 19/09 o Sr. Alcionei Ramos da Rosa Junior comunicou que estava disponível para montagem do evento,com todo o material já separado mas a mesma justificou que não seria necessário, em razão do pedido de cancelamento do contrato.

Ressalta-se ainda que o preço proposto por esta empresa no Pregão foi elaborado por evento, com o cancelamento repetido de itens e até de eventos, vem a causar prejuízos com os custos para realização dos eventos.

Sendo o que tínhamos,

Att.

Alcionei Ramos da Rosa Junior -Representante legal

## II. DOS FATOS E FUNDAMENTOS

Conforme consta no relatório, o Município instaurou o processo Licitatório Pregão Presencial nº 85/2014, onde a empresa American Audio Visual EIRELI - ME sagrou-se vencedora do certame e a contratação da empresa para prestar os serviços objeto da Licitação foi firmada através do Contrato SAF-42/2014 (pág. 88 à 118). Ocorre que a empresa supracitada não cumpriu as cláusulas contratuais e deixou de executar serviços, além de comprometer a estrutura de alguns dos eventos que estavam previstos no contrato. A empresa foi notificada em vários momentos, sendo que não apresentou justificativa plausível para tais fatos, e além destes acontecimentos, no dia 16 de setembro de 2014, recebemos uma solicitação de cancelamento do Contrato nº 42/2014, o que caracteriza a intenção da empresa de rescindir o contrato supracitado e não prestar os serviços ora contratados e restando prejudicado os Eventos 2.3, FED - Festival Escolar de Dança e demais relacionados no Contrato e no Edital de Licitação.

Depois de constatada a inexecução contratual pela empresa, sendo que a mesma solicitou a rescisão contratual via correio eletrônico enviado pela Senhora Luciana, através do endereço eletrônico americaneventos@hotmail.com a mesma foi notificada, para que se pronunciasse sobre os fatos narrados pela fiscalização do contrato, através da 3ª(terceira) notificação, e em respeito ao princípio do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, foi possibilitado a contratada a apresentar de defesa prévia. Que assim o fez, alegando o que segue:

1- cancelamento de eventos:

- evento 1.5 item 20

- evento 1.6 item 21 e 22

- evento 2.1 item 24:1 sistema de sonorização;

Quanto a alegação a cima descrita pela empresa, a Administração reserva-se o direito de suprimir itens do contrato até o limite fixado na Lei 8.666, Art. 65, § 1º, vejamos:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

§ 1o O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

Cabe salientar que estes cancelamentos pontuais foram realizados com antecedência a contratada, e não podem servir como justificativa para deixar de executar o contrato de forma correta

e sem causar transtornos para a Administração, e era de conhecimento da contratada uma vez que já estava previsto no Edital no Item 14.4, Edital esse que a Empresa contratada teve total conhecimento, e ao participar da Licitação em questão obrigou-se aos termos da mesma, não podendo alegar desconhecimento das condições de participação e contratação ali expostas.

2- No evento 1.2 do dia 05 de julho, além dos equipamentos licitados foram montados: 01 tenda 10X 10 + 01 tablado 2m X 6m. Não houve pagamento deste

serviço; estes ainda não pagos e tampouco empenho;

3- No dia 21 de julho foi solicitado a montagem de um evento não licitado para o dia 22 de julho, com sistemas de sonorização, iluminação e Q30, peça teatral "Epopeya Beat", do Instituto Universitário Nacional de Arte. Não houve pagamento deste serviço; estes ainda não pagos e tampouco empenho;

4- Solicitações de equipamentos extras no evento: Evento Virada Cultural: 48 metros de ground Q30;04 cubos Q30;04 sapatas;50 parafusos;12 par de Led;04 movings 575;08 microfones cardioides (coral e teatro);04 microfones SM 58;04 Direct Box;04 monitores;01 cubo de guitarra;01 cubo de teclado;01 kit de bateria extra. Atraso de pagamento da Nota Fiscal 386; estes ainda não pagos e tampouco empenho;

A empresa alega que a mesma montou equipamentos a mais do que o previsto no contrato, porém não comprova estes serviços, e como previsto no contrato, os serviços deveriam ser prestados conforme o Projeto Básico, Anexo V do Edital, além disso qualquer alteração acordada entre as partes no decorrer do contrato, devem ser formais, não sendo admitida a mera alegação de que foram prestados serviços a mais ou a menos que o previsto no Contrato, sem ter o devido processo de formalização, aonde o Gestor do Contrato, neste caso as Senhoras Patrícia Scheidt, Secretária Municipal de Turismo, Indústria e Comércio, e a Senhora Marlene Almeida, Secretária Municipal de Educação, são as únicas pessoas responsáveis para tais alterações contratuais, desde que pactuadas entre as partes e com prévio aviso.

Além de estar implícito no contrato, que a empresa deve executar os serviços nas condições estipuladas no Edital e posterior Contrato SAF-42/2014 a empresa foi notificada para que não executasse qualquer serviço diferente do pactuado em contrato, conforme pode se extrair da 1ª notificação a empresa, vejamos:

Das penalidades

Diante das justificativas, o Município de Gaspar resolve aplicar a penalidade de ADVERTÊNCIA à empresa. Informa que não deverá mais ocorrer qualquer alteração nas especificações dos equipamentos disponibilizados e que, caso necessário, seja realizado o pedido por escrito, direcionado ao secretário da pasta, no mínimo 24 (vinte e quatro) horas antes do início do evento.

Assim, as alterações só poderão ocorrer com expressa autorização do secretário da pasta. (GRIFEI)

Desta forma a empresa tinha o dever de realizar os serviços conforme pactuado no contrato, e qualquer alteração que fosse realizada, teria de ser formalizada e conter a autorização da Gestora do contrato SAF 42/2014.

5-Recebimento de Notificações estas pouco compreendida pela empresa e Multa referente ao atraso desmontagem de palco evento Festinver, onde não foi comunicado com a devida antecedência o prazo. O Edital não prevê prazo. A empresa apresentou contra-notificação, sendo que algumas justificativas foram acatadas pelo município e a penalidade advertência e multa para a desmontagem do palco foi mantida. A decisão enfatizou que o contrato deve ser rigorosamente respeitado e qualquer alteração deve ser solicitada, por escrito com 24 (vinte e quatro) horas do início do evento.

A empresa foi notificada diante dos vários problemas e transtornos que causou a Administração, a montagem dos equipamentos

necessários deve ser realizada com a maior brevidade possível e estar pronta cerca de 2(duas) horas antes do início do evento, e a desmontagem deve ser procedida com a mesma rapidez, logo após o término do evento.

Além disso, a empresa respondeu a todas as notificações realizadas pela Administração, portanto é de se pressupor que a mesma tenha entendido o teor das notificações, e em nenhum momento a mesma justificou com documentos, ou trouxe fatos a Administração que o isentassem das falhas ocorridas em diversos momentos na execução do Contrato em questão.

#### 7- Atraso nos pagamento dos serviços prestados

O atraso a que a empresa se refere, é quanto as alterações de nota fiscal e descontos que a empresa sofreu durante a prestação dos serviços pactuados no contrato, assim que a nota fiscal da empresa é recebida, é procedida a verificação se os serviços constantes na nota fiscal condizem com o serviço realmente prestado, e por diversas vezes ocorreram mudanças na nota fiscal, pelo motivo de não retratarem os serviços realmente prestados pela empresa.

Além do mais a empresa deixou de executar vários serviços e acompanhamentos durante a realização dos eventos, deixando a cargo de técnicos e pessoas subcontratadas para realizarem os serviços, sem a supervisão do responsável técnico de sua empresa, o mesmo ainda quando era realizada a tentativa de entrar em contato, por várias vezes deixou de atender aos responsáveis da Administração.

8-"Para o mês de setembro, estava na programação a semana da pátria com a locação de Palco tipo Palanque Coberto para o desfile cívico de 07 de setembro. Apesar da advertência anterior, na montagem e desmontagem deste equipamento houve atraso como também divergências entre o equipamento contratado e o equipamento disponibilizado. Assim, o município novamente notificou a empresa e aguarda contranotificação."

"Entre as obrigações da montagem e desmontagem do Palco tipo Palanque coberto estava a instalações de escadas com corrimões em ambos os lados, rampa de acesso para portadores de necessidades especiais, com corrimão e parapeito em metal." No sábado dia 06 de setembro de 2014, a equipe do município acompanhou a execução. Verificou que os equipamentos elencados acima não estavam de acordo e imediatamente tentou contato com a contratante. Sem sucesso de retorno encaminhou email solicitando providências." Às 6 horas do dia 07 de setembro de 2014, um dos fiscais do contrato do município verificou que as solicitações ainda não haviam sido atendidas principalmente a implantação de parapeito nas laterais e instalação de rampa. O desfile programado iniciou no horário previsto, 8:30 horas e a empresa não deixou o palco montado de acordo com as especificações do contrato." O material foi montado de acordo com as especificações, comumente esse tipo de palco contém parapeito apenas na parte frontal. Nossa equipe esteve desde as 14hs de sábado dia 06 na montagem do palco, logo após deslocou-se para buscar o restante dos materiais, tendo finalizado o palanque até as 2hs do dia 07, ou seja dentro do horário exigido no contrato. A equipe da prefeitura, cerca de 1 hora antes do evento veio a solicitar a instalação de parapeito nas outras faces, onde não havia mais tempo hábil, chegou-se na solução de serem colocadas cordas. A SRA. PATRÍCIA SCHEIDT efetuou

telefonema ao escritório da empresa por volta das 7hs a procura de nosso responsável pelo evento, foi informada que o mesmo encontrava-se no local do evento inclusive na presença do seu colega DAYRO BORNHAUSEN. A rampa de acesso foi instalada, parte de trás do palanque mas durante o evento a equipe prefeitura solicitou a retirada da mesma para passagem dos trauseantes. "A desmontagem também não foi realizada no prazo solicitado. Segunda-feira, 8 de setembro, 9 (nove) horas a peças do palco ainda estavam depositadas no estacionamento de um lindeiro da



rua, prejudicando o comércio." Ao término do evento o Sr. DAYRO BORNHAUSEN solicitou a necessidade de retirada até a manhã do próximo dia, depois esclareceu o horário das 8hs, como este não havia sido solicitado em prazo cabível, apesar dos esforços de nossa empresa, o serviço foi finalizado no decorrer da manhã do dia 08.

Resta mais uma vez evidente, que a empresa traz justificativas de que teve acordado informalmente durante a execução do evento que não era necessário a rampa de acesso, assim como a mesma deixou de montar os parapeitos nas laterais do palco e inadimpliu mais uma vez a execução do contrato, além de que dada duas oportunidades para a mesma justificar-se diante dos fatos, a mesma não trouxe nenhum documento formal ou fato que justificasse mais uma falha na execução do contrato.

Sendo assim se mantém a decisão quanto a estes argumentos que foram tratados na 3ª (terceira) notificação, uma vez que a empresa não trouxe fato que justificasse tais ocorrências e manteve suas alegações já utilizadas anteriormente.

9- "Porém, neste intervalo, dia 16 de setembro de 2014, recebemos uma solicitação de cancelamento do Contrato nº42/2014, o que caracteriza a intenção da empresa de não prestar os serviços contratados, principalmente no evento a ser realizado no dia 22 a 26 de setembro de 2014." Fatos irreais pois conforme contato telefônico com a Sra PATRÍCIA SCHEIDT, dia 19/09 o Sr. Alcionei Ramos da Rosa Junior comunicou que estava disponível para montagem do evento, com todo o material já separado mas a mesma justificou que não seria necessário, em razão do pedido de cancelamento do contrato.

Ressalta-se ainda que o preço proposto por esta empresa no Pregão foi elaborado por evento, com o cancelamento repetido de itens e até de eventos, vem a causar prejuízos com os custos para realização dos eventos.

A empresa encaminhou via e-mail no dia 16/09/2014 às 16h10min solicitação de cancelamento, como pode ser verificado nos autos (pág. 131 à 132), aonde a mesma expôs seus motivos, solicitando que fosse cancelado o Contrato SAF 42/2014.

Diante deste fato a Administração tomou providências para a execução dos serviços relativos aos posteriores eventos, e analisou o pedido de cancelamento do contrato, uma vez que a empresa já havia se pronunciado pela rescisão e com todos os acontecimentos relativos a execução do contrato não há como manter a relação contratual diante de tantos inadimplementos realizados pela empresa além dos transtornos causados a Administração.

## II. DA DECISÃO

Diante do exposto, das notificações enviadas à empresa, e pedido de cancelamento do Contrato SAF-42/2014 efetuado pela mesma, além da inexecução do referido contrato, e ainda pelos prejuízos causados a Administração por conta dos fatos relatados no decorrer do processo administrativo, causados pela empresa AMERICAN AUDIO VISUAL EIRELI - ME, e conforme disposições contidas nos artigos 81 a 99, da Lei nº 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, Art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e seus regulamentos, bem como Art. 14 do Decreto Municipal nº 783/2005, e nos termos do art. 77 e seguintes da Seção V, do Capítulo III, da Lei nº 8.666/1993.

Estas Secretarias decidem reincidir o Contrato SAF-42/2014 com a empresa AMERICAN AUDIO VISUAL EIRELI - ME, mantendo-lhe a aplicação das multas anteriormente fixadas decorrentes da inexecução contratual realizadas pela empresa supracitada.

Notifique-se a empresa Interessada;

Publique-se a referida decisão no Diário Oficial dos Municípios;

Remeta-se cópia integral dos autos a Controladoria Geral do Município;

Decorrido o prazo recursal, remeta-se cópia integral destes autos

ao representante do Ministério Público de Santa Catarina e para o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;  
Após tomadas as providências necessárias, ARQUIVE-SE.

PATRÍCIA SCHEIDT Secretária Municipal de Turismo, Indústria e Comércio	MARLENE DE ALMEIDA Secretária Municipal de Educação
--	--

## Aviso de Anulação de Itens - Pregão Presencial Nº 211/2014

AVISO DE ANULAÇÃO DE ITENS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 211/2014

TÍTULO: REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO FUTURA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS, COM OPERADOR.

### DA ANULAÇÃO DE ITENS

O MUNICÍPIO DE GASPAR, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público para conhecimento dos interessados, que diante da solicitação da Secretaria Municipal de Transporte e Obras através do Memorando nº 062/2014 para cancelamento dos Itens 1 e 27 do Pregão Presencial nº 211/2014, para que seja realizada uma melhor avaliação dos descritivos e readequação dos preços, a fim de evitar maiores prejuízos para Administração e a Terceiros. Assim sendo, ficam anulados os Itens 1 e 27 do Edital de Pregão Presencial nº 211/2014, desta forma não serão aceitas cotações para os Itens supracitados.

### DO PREÂMBULO

As datas, de entrega e abertura dos envelopes, permanecem INALTERADAS, conforme PREÂMBULO do Edital.

### DAS DIPOSIÇÕES FINAIS

Todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos permanecem inalteradas.

A presente Anulação é parte integrante do Edital, independentemente de transcrição.

Gaspar, 21 de outubro de 2014.

JEAN CARLOS DE OLIVEIRA

Pregoeiro

## SAMAE - GASPAR

### Portaria N. 68 de 21 de Outubro de 2014

PORTARIA Nº 68 DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO ESPECIAL NOMEADA PARA A REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO ANUAL DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014, NO ÂMBITO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GASPAR.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 7º, inciso I, da Lei Municipal nº 3.146, de 15 de outubro de 2009,

### RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado para compor a Comissão Especial para realização o Inventário Anual do Patrimônio Público do SAMAE, o servidor Edson Lindomar da Silva, em substituição do servidor Alexandre Giovane Martins.

Art. 2º Os demais membros permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de outubro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente do SAMAE

Art.

## CÂMARA MUNICIPAL

### **Decisão - Processo de Dispensa de Licitação Nº 002/2014**

Processo de Dispensa de Licitação nº 002/2014.

Objeto: contratação de serviços de produção de vídeos institucionais.

#### DECISÃO

O Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso de suas atribuições legais;

Considerando que a Câmara de Vereadores de Gaspar conta com treze Vereadores trabalhando em prol do Município de Gaspar;

Considerando que às terças-feiras são realizadas sessões ordinárias pelo Plenário da Edilidade, enquanto que semanalmente são efetivadas reuniões e adotadas decisões e procedimentos pela Mesa Diretora e Comissões do Legislativo;

Considerando que com a função de elaborar leis, fiscalizar e efetuar sugestões de interesse da sociedade, tem o Legislativo um múnus público;

Considerando que o povo, legítimo detentor do Poder, precisa ser informado das atribuições, dos atos e das ações praticados pelos seus representantes na Câmara Municipal de Gaspar, e da forma mais ampla possível;

Considerando que a divulgação dos atos e ações do Legislativo local visa aproximar a sociedade gasparense da Câmara de Vereadores de Gaspar, assumindo um importante papel no fortalecimento da cidadania;

Considerando ser de interesse desta Presidência a produção de vídeos de caráter informativo, para serem utilizados na divulgação dos atos e ações da Câmara Municipal de Gaspar, pois se trata de mais um instrumento a cumprir o princípio da transparência; e

Considerando os orçamentos colhidos por esta Presidência, os quais autorizam a contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor, nos termos do art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993;

Considerando que o preço proposto pela empresa TV Gaspar Ltda., CNPJ nº 15.130.504/0001-01, está de acordo com os praticados no mercado, sendo inclusive a melhor cotação oferecida, autorizando a contratação direta por dispensa de licitação nos termos do art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993;

Considerando a existência de dotação orçamentária e recursos financeiros a suportarem a despesa;

Considerando o parecer jurídico lançado aos autos acerca da minuta do contrato;

Considerando que a empresa TV Gaspar Ltda. se encontra regular com suas obrigações fiscais e trabalhistas, bem como cumpre o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal e demais obrigações exigidas;

Considerando os princípios da legalidade, da moralidade, da eficiência e da transparência;

DECIDE:

1. Ratificar todos os atos do Processo de Dispensa de Licitação nº

002/2014, tendo por objeto a contratação de serviços de produção de vídeos institucionais.

2. Contratar a empresa TV Gaspar Ltda., CNPJ nº 15.130.504/0001-01, para prestar os serviços de produção de vídeos institucionais na forma do projeto básico e minuta contratual constantes dos autos do Processo de Dispensa de Licitação nº 002/2014, observado o valor de R\$ 199,50 (cento e noventa e nove reais e cinquenta centavos) por vídeo de trinta segundos produzido, limitado o contrato ao valor de R\$ 7.980,00 (sete mil, novecentos e oitenta reais).

3. Solicitar a ratificação do processado e a autorização da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar para a celebração do correspondente contrato.

Gabinete da Presidência,

em 13 de outubro de 2014.

Marcelo de Souza Brick

Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar

### **Processo de Dispensa de Licitação Nº 002/2014**

CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2014

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Gaspar, CNPJ nº 83.543.546/0001-16.

CONTRATADO: TV Gaspar Ltda., CNPJ nº 15.130.504/0001-01.

OBJETO: Serviços de produção de vídeos institucionais.

VALOR: R\$ 199,50 (cento e noventa e nove reais e cinquenta centavos) pela produção de vídeo com duração de trinta segundos.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 7.980,00 (sete mil, novecentos e oitenta reais).

FUNDAMENTAÇÃO: Licitação dispensável na forma do artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Gaspar, 13 de outubro de 2014.

Mesa Diretora

Marcelo de Souza Brick

Vereador - Presidente

Andréia Symone Zimmermann Nagel

Vereadora - Vice Presidente

Ciro André Quintino

Vereador - Primeiro Secretário

José Hilário Melato

Vereador - Segundo Secretário

# Guaramirim

## PREFEITURA

### Portaria Nº. 419/2014

PORTARIA Nº. 419/2014

DESIGNA a Sra. Cenira Telma Weber para assinar os atos de competência da Secretária de Educação.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o período de férias da Secretária de Educação, Sra. Cláudia Roberta Chiodini, de 20 até 29 de outubro de 2014;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Sra. Cenira Telma Weber, na função de Diretora Administrativa, vinculada a Secretaria de Educação, para assinar os atos de competência da Secretária de Educação, no período de 20 até 29 de outubro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 20 de outubro de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### Extrato de Contrato Nº24/2014 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO 24/2014

Processo de Licitação: 35/2014 - FMS

Modalidade: Tomada de Preços

Objeto: Contratação de empresa para execução da obra de contratação de empresa especializada para construção da nova unidade do posto de saúde do Bairro Bananal do Sul.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada: MD ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.338.882/0001-02, estabelecida na Rua Adolfo Ziemann, nº225, em Jaraguá do Sul, SC.

Valor: R\$ 582.317,16 (quinhentos e oitenta e dois e mil trezentos e dezessete reais e dezesseis centavos)

Data da Assinatura: 21/10/2014 Vigência: 21/10/2014 até 20/06/2015.

GUARAMIRIM (SC), 21/10/2014.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### Portaria Nº. 420/2014

PORTARIA Nº. 420/2014

NOMEIA membros para compor o Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Lei Municipal nº. 3904/2011, de 18 de novembro de 2011;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros para comporem o Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE, quadriênio 2014 a 2018:

I - representante do poder executivo

Titular: Eunice Prusse

Suplente: Cenira Telma Weber

II - representante dos professores

Titular: Vanderlei Martins	Titular: Melida Tank Soares
Suplente: Simone Dalsoquio	Suplente: Maria Teresinha B. Borinelli

III - representante dos pais e alunos

Titular: Flavia Vanessa Ribas da Silva	Titular: Cilene Hafemann Rocha
Suplente: Marilete Steinbach Wonsiewski	Suplente: Flavia Regina Lemke Truppel

IV - representante das entidades organizadas

Titular: Altair Soares da Silva	Titular: Jandira Vrés Freitag
Suplente: Janete Ribeiro Gonçalves	Suplente: Noeli Lorenzi

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 21 de outubro de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### Portaria Nº. 421/2014

PORTARIA Nº. 421/2014

NOMEIA membros para compor o Conselho Municipal de Educação de Guaramirim.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Lei Complementar Municipal nº. 010/2010, de 23 de setembro de 2010;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros para comporem o Conselho Municipal de Educação de Guaramirim:

Representantes governamentais:

I - representante da Secretaria Municipal de Educação

a) Titular: Cenira Telma Weber Hohl

b) Suplente: Luciene Martins Franco

- a) Titular: Claudia Roberta Chiodini  
b) Suplente: Solange Martinelli

II - representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças

- a) Titular: Maria Rosangela dos Santos Kuskowski  
b) Suplente: Tania Regina Moretti Gobi

III - representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação

- a) Titular: Dalmiro Lêdo Borba  
b) Suplente: Daniela Leuthauser

IV - representante dos diretores das unidades escolares municipais

- Titular: Franciele C. Martini Decker  
b) Suplente: Simone Dalsóquio

V - representante dos centros de educação infantil municipais

- a) Titular: Kariny Soares Leitzke  
b) Suplente: Andreia Fabiula Heidner

Representantes de entidades não governamentais:

I - representante dos servidores da educação

- a) Titular: Rodrigo da Silva  
b) Suplente: Eugenia F. Jacomelli

II - representante da associação de pais e professores do sistema municipal de ensino

- a) Titular: Claudia Mara L. Heinzen  
b) Suplente: Ligia Margaretti Hermann

III - representante das escolas particulares do sistema municipal de ensino

- a) Titular: Vivian Roberta Schroeder Lawin  
b) Suplente: Adriana Fernandes Deretti

IV - representante de instituição de ensino superior

- a) Titular: Luciana Rubini Tambosi  
b) Suplente: Rikeli Ferreira T. Hackbarth

V - representante de instituição de ensino vinculada ao segmento da pessoa com deficiência

- a) Titular: Jandira Vrés Freitag  
b) Suplente: Salete Klein da Silveira

VI - representante do conselho de líderes comunitários

- a) Titular: Maria Lucia Silva Richard  
b) Suplente: Ana Paula Montibeler

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 21 de outubro de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

## **Decreto Nº. 385/2014**

DECRETO Nº. 385/2014.

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 500.000,00.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 500.000,00 (trezentos mil reais) constante do orçamento Municipal, a saber:

17.00 - Hospital Municipal Santo Antônio  
17.001  
10.302.0006.2036  
3339000000000000  
10200 ..... R\$ 500.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação dos valores abaixo relacionados:

17.00 - Hospital Municipal Santo Antônio  
17.001  
10.302.0006.2036  
3319000000000000  
10200 ..... R\$ 500.000,00

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 20 de outubro de 2014.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### Portaria Nº 1148/2014

PORTARIA Nº 1148/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora MARIA CÉLIA FERREIRA DA SILVA (Matr. 4001), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível/Referência - 8/A, 40 horas semanais, para exercer suas atribuições junto ao ESF Nossa Senhora Aparecida, a contar de 20 de outubro de 2014, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 293/2011. Sendo que seu contrato é regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Outubro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

### Portaria Nº 1149/2014

PORTARIA Nº 1149/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

DESIGNAR a Servidora FRANCIELI CAROLINE DRI TOSATTI (Matr. 3070), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível/ Referência - 8/A, 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, para exercer suas atribuições junto a UPA - Unidade de Pronto Atendimento, sendo que esta unidade está vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Outubro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

### Portaria Nº 1150/2014

PORTARIA Nº 1150/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora GELSI DE GIACOMETTI (Matr. 337), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Telefonista, Nível - 6/2, Referência "E", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de novembro de 2012 e 31 de outubro de 2013, para serem gozadas a contar de 21 de outubro de 2014 a 19 de novembro de 2014, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Outubro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

### Portaria Nº 1151/2014

PORTARIA Nº 1151/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora FRANCIELE DO AMARAL (Matr. 3766), a contar de 21 de outubro de 2014, a qual exerce a função de Monitor Social, Nível - 4/2 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 313/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Outubro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal



**Portaria Nº 1152/2014**

PORTARIA Nº 1152/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora CLAIR DO AMARAL (Matr. 3089), a contar de 21 de outubro de 2014, a qual exerce a função de Monitor Social, Nível - 4/2 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 313/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Outubro de 2014.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**Ilhota****PREFEITURA****Errata**

Errata:

O art.53 do Decreto nº 32/2014, publicado no DOM nº 1596 em 20/10/2014, assa a vigorar com a seguinte redação:

Art.53. A primeira declaração deve ser entregue no mês de outubro de 2014, correspondentes a fatos geradores ocorridos no mês de setembro de 2014, e assim sucessivamente.



# Imarui

## PREFEITURA

### Resultado de Julgamento - Chamada Pública FMS Nº 001/2014

#### ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo Nº 008/2014

Processo Licitatório Nº 009/2014

Objeto: Credenciamento de Laboratórios de análises clínicas para prestação de serviços de exames laboratoriais.

Aos 21 dias do mês de outubro de 2014, a Comissão de Licitação reuniu-se no Setor de Licitação para início da Sessão Pública para Credenciamento de Laboratórios de análises clínicas para prestação de serviços de exames laboratoriais, com a presença do Senhor Adelson Monteiro representante da empresa Laboratório de Análises Clínicas Adelson e Cristine Ltda Me e da Senhora Oliana Comeli representante da empresa Laboratório Oliana Comeli Ltda Me.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas (carta de credenciamento) para estudo e análise e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas (carta de credenciamento), a comissão emitiu o parecer:

"Analisado as carta de credenciamento, a comissão de licitação constatou que: a empresa Laboratório Oliana Comeli Ltda Me apresentou-se conforme exigido no edital e foi classificada; que a empresa Laboratório de Análises Clínicas Adelson e Cristine Ltda Me apresentou conforme exigido no edital e foi classificada".

Após análise das propostas (carta credenciamento), passou-se para a análise dos documentos de habilitação, onde a comissão emitiu o seguinte parecer:

"Analisando os documentos de habilitação das empresa, a comissão de licitação constatou que: a empresa Laboratório Oliana Comeli Ltda Me apresentou-se conforme exigido no edital e foi habilitada; que a empresa Laboratório de Análises Clínicas Adelson e Cristine Ltda Me apresentou conforme exigido no edital e foi habilitada. Ao final das análises, a comissão de licitação, valendo-se do que está determinado no item 7.3. do edital ("7.3. Caso necessário, serão solicitados esclarecimentos, retificações e complementações da documentação ao interessado"), constatou a ausência do requisito Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, e solicitou para os representantes a apresentação da mesma. O senhor Adelson Monteiro, representante da empresa Laboratório de Análises Clínicas Adelson e Cristine Ltda Me emitiu na mesma hora a certidão. A senhora Oliana Comeli, representante da empresa Laboratório Oliana Comeli Ltda Me já havia colocado a certidão dentro do envelope".

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos presentes.

Tendo em vista a ausência do senhor José Domingos Júnior, membro titular da comissão de licitação, em virtude de que o mesmo está em período de férias sendo impossibilitado de participar da sessão pública, foi substituído pela senhora Tailana dos Santos Demétrio, membro substituta.

Publique-se n Diário Oficial do Município, e após da data de publicação passa a vigorar o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso contra decisão de habilitação ou inabilitação.

Imarui, 21 de outubro de 2014.

Murilo Fortunato Tomé

Presidente da Comissão

Plinio Manoel Hennemann Pereira

Membro

Tailana dos Santos Demétrio

Membro

Representantes:

Oliana Comeli

Adelson Monteiro

# Imbituba

## PREFEITURA

### Decreto PMI Nº 249.2014

DECRETO PMI Nº 249, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.

Decreta ponto facultativo nas repartições públicas municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica antecipada para o dia 27 de outubro de 2014, segunda-feira, a comemoração alusiva ao Dia do Servidor Público Municipal, cujo ponto é facultativo.

Parágrafo único. O Expediente do dia 28 de outubro de 2014, Dia do Servidor Público Municipal, volta à sua normalidade, cujo ponto é obrigatório.

Art. 2º Os serviços considerados essenciais, bem como a programação, da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, e da Secretaria de Infraestrutura, ficam a cargo dos respectivos secretários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 17 de outubro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Secretário Municipal de Governo

### Portaria PMI/DGP Nº 477/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 477, de 17 de outubro de 2014.

Dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos e, dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei nº 2.141, de 14 de maio de 2001,

Considerando ainda, o Processo Administrativo nº 14.308, de 12 de agosto de 2014,

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora MARIA TEREZINHA DE SOUZA FERNANDES, inscrita no CPF sob o nº 398.363.209-20, Auxiliar de Enfermagem, matrícula nº 355, LICENÇA SEM VENCIMENTOS, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 03 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 17 de outubro de 2014.

Zeli Pires  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

### Portaria PMI/DGP Nº 478/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 478, de 20 de outubro de 2014.

Dispõe sobre a Demissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei nº 2.150, de 08 de junho de 2001,

#### RESOLVE:

Art.1º Demitir por Término de Contrato, a abaixo relacionada, admitida em 08 de outubro de 2012, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 02/2011 e PORTARIA DGP/SEAGP N.º 285, de 10 de outubro de 2012, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Yara de Amorim	Servente Merendeira 40h	888.497.409-72	23/10/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 20 de outubro de 2014.

Zeli Pires  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Gestão de Pessoas  
(Interino)

### Decreto PMI Nº 241.2014

DECRETO PMI Nº 241, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 47.900,00 (quarenta e sete mil e novecentos reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA - FMS		
Manutenção da Atenção Básica		
10.301.0014-2.121		
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0229 (0045)	Aplicações Diretas	47.900,00
Total		47.900,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação decorrentes do Programa de Melhoria e Qualificação na

Atenção Básica (PMAQ) do Fundo Nacional de Saúde-FNS.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de outubro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

## Indaial

### PREFEITURA

#### Lei Nº 5063

. LEI Nº 5063

. de 20 de outubro de 2014

Altera Anexo II - De programas, diagnósticos, diretrizes, objetivos, ações, unidades de medidas, meta e valor global da Lei 4.869/13 referente PPA - Plano Plurianual da vigência 2014 a 2017.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.  
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o Anexo I - De Receitas, da Lei nº4.869/13 e alterações posteriores, que passa a vigorar com as fontes e valores de receitas constantes do Anexo de Receitas da presente Lei.

Art. 2º Fica alterado o Anexo II - De programas, diagnósticos, diretrizes, objetivos, ações, unidades de medidas, meta e valor global para os quatro exercícios (2014 a 2017), previsto da Lei nº4.869/13 e alterações posteriores, que passam a vigorar em conformidade do novo quadro constante de Ações e Metas Globais da presente Lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 20 de outubro de 14 2014.  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 20 de outubro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

#### Lei Nº 5064

. LEI Nº 5064

. de 20 de outubro de 2014

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.  
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto do art. 118, II e §2º da Lei Orgânica do Município de Indaial, e da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2015, as quais orientarão a elaboração Lei Orçamentária Anual (LOA) que será executada de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I. as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual (2014/2017) estabelecidas para o exercício financeiro de 2015;
- II. a organização e a estrutura dos orçamentos;
- III. as diretrizes para a elaboração e a execução do Orçamento do Município, e as suas alterações;
- IV. as disposições sobre dívida pública municipal;
- V. as disposições sobre despesas com pessoal;
- VI. as disposições sobre alterações na legislação tributária do município; e

VII. as disposições gerais.

## I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015, são aquelas definidas nos ANEXOS I, II e III desta Lei, desdobradas nas seguintes tabelas:

### ANEXO I - Anexo de Metas Fiscais para 2015

Tabela 1 - De Metas Anuais;

Tabela 2 - Da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

Tabela 3 - De Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais nos Três Exercícios Anteriores;

Tabela 4 - Da Evolução do Patrimônio Líquido;

Tabela 5 - Da Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com a Alienação de Ativos;

Tabela 6 - De Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

Tabela 7 - Da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

Tabela 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

### ANEXO II - Anexo de Metas Físicas priorizadas para 2015

Tabela 9 - Das Metas Físicas Priorizadas para o exercício financeiro de 2014.

### ANEXO III - Anexo de Riscos Fiscais e Providências

Tabela 10 - De Riscos Fiscais e Providências.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2015 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos ANEXOS I, II e III desta Lei, atendidas, primeiramente, as despesas com as obrigações constitucionais e legais e com as despesas básicas constantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

I - Entende-se como despesas básicas àquelas classificadas como obrigatórias e de caráter continuado, especialmente as relativas a pessoal e encargos sociais, energia elétrica, água, telefone, impostos, aluguéis, infra-estrutura e serviços relacionados à tecnologia da informação, PASEP, dívida pública, precatórios judiciais, contratos diversos e outras despesas que pela sua natureza poderão se enquadrar nesta categoria.

§ 2º - Integrarão a Lei Orçamentária de 2015 e a sua execução os projetos em andamento e as despesas de conservação do patrimônio público municipal.

§ 3º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as prioridades e metas estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

## II - DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2015, compreenderá o Poder Executivo, Legislativo, seus

Fundos, Fundações e Institutos, abrangendo o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional do Município.

Parágrafo Único - os valores referentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social serão representados distintamente apenas em texto de lei da LOA.

I - O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus Fundos, Fundações, Autarquias e Institutos;

II - O Orçamento da Seguridade Social referente ao Poder Executivo Municipal, seus Fundos, Fundações e Institutos, que se destinam a atender as ações de saúde, previdência e assistência social.

Art. 4º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar, já inscritos.

XI - Destinação Vinculada, é o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela norma;

XII - Destinação Ordinária, é o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades;

XIII - Descrição das Ações, nome/descrição do conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas à execução do programa;

XIV - Metas, os objetivos quantitativos ou qualitativos em termos de produtos e resultados a alcançar para o período.

Parágrafo Único - A categoria de programação de trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, será identificada por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 5º - A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará a Receita de cada uma das Unidades Gestoras em níveis gerencialmente importantes, especificando no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central (Prefeitura Municipal), aquelas vinculadas a Fundos, Fundações e Institutos, identificando cada rubrica com o Código de Destinação de Recurso, sob a estrutura dada pela Lei 4.320/64, pelo 5º Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público editado pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional e Portaria Conjunta STN/SOF 02/12 com respectivas alterações.

Art. 6º - A Receita Orçamentária será estruturada pelos seguintes níveis:

I - Categoria Econômica;

II- Origem;

III- Espécie;

IV- Rubrica;

V - Alínea; e

VI- Subalínea.

§ 1º O primeiro nível de classificação, denominado Categoria Econômica, utilizado para mensurar o impacto das decisões do governo na conjuntura econômica, será subdividido em:

a) Receitas Correntes: são os ingressos tributários, de contribuições, patrimoniais, agropecuários, industriais, de serviços, de transferências correntes e de outras receitas correntes;

b) Receitas de Capital: são os ingressos de operações de crédito, de alienação de bens, de amortização de empréstimos, de transferências de capital e de outras receitas de capital;

c) Receitas Correntes Intra-Orçamentárias: são aquelas provenientes das transações correntes entre unidades orçamentárias pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social;

d) Receitas de Capital Intra-Orçamentárias: são aquelas provenientes das transações de capital entre unidades orçamentárias pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social;

§ 2º O segundo nível da classificação das receitas, denominado Origem, identifica a procedência dos recursos públicos em relação ao fato gerador no momento em que as mesmas ingressam no patrimônio público;

§ 3º Por ser vinculado à Origem, o terceiro nível, denominado Espécie, permite qualificar com maior detalhe o fato gerador dos ingressos de tais receitas;

§ 4º O quarto nível da classificação das receitas, a Rubrica, identifica dentro de cada espécie de receita uma qualificação mais específica, agregando determinadas receitas com características próprias e semelhantes entre si;

§ 5º A Alínea, quinto nível da classificação das receitas, funciona como uma qualificação da rubrica, apresentando o nome da receita propriamente dita e recebendo o registro pela entrada dos

recursos financeiros;

§ 6º O sexto nível da classificação da receita, a Subalínea, constitui o detalhamento mais analítico das receitas públicas.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará a Despesa de cada Unidade Gestora, por Função, Sub-função, Programa, Projeto, Atividade ou Operações Especiais e, quanto a sua Natureza, por Categoria Econômica, Grupo de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação, sendo também identificado o Código de Destinação de Recurso, em conformidade da Lei 4.320/64, das Portarias MOG nº42/99, Interministerial nº 163/01 e demais Portarias vigentes.

Parágrafo único - o Município opta pelo disposto do art. 6º da Portaria Interministerial nº n. 163/01, e fará na lei orçamentária (LOA) para 2015, a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

Art. 8º A despesa orçamentária (LOA) é estruturada segundo a:

I - Classificação Institucional - reflete a estrutura organizacional de alocação dos créditos orçamentários, discriminada em órgãos e unidades orçamentárias;

II- Classificação Funcional - de aplicação comum e obrigatória a todos os entes da federação, instituída pela Portaria Federal nº 42, de 14 de abril de 1999, agrega os gastos públicos por área de ação governamental, cuja composição permite a consolidação das contas nacionais. A classificação funcional está estruturada em:

a) Função: maior nível de agregação das diversas áreas de atuação governamental, se relaciona com a missão institucional do órgão; e

b) Subfunção: representa um nível de agregação imediatamente inferior à função, evidenciando cada área de atuação do governo através da reunião de determinado subconjunto de despesas e identificando a natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções.

III - Estrutura Programática - cuja responsabilidade de criação é de cada ente da federação, está estruturada em Programas orientados para a realização dos objetivos estratégicos definidos no PPA - Plano Plurianual. A estrutura programática tem a seguinte composição:

a) Programa: caracteriza-se por ser o instrumento de ação governamental que permite ao governo atingir um objetivo, visando à solução de um problema ou ao atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade;

b) Ação: que se caracteriza como instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

IV - Natureza da Despesa: a classificação da despesa orçamentária, segundo a sua natureza, compõe-se de:

a) Categoria Econômica: subdividida em Despesa Corrente, que não contribui, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital e em Despesa de Capital, que contribui, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital;

b) Grupo de Natureza da Despesa: que se constitui no maior nível de agregação de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto, codificados segundo a Portaria Interministerial nº163/01 e alterações.



c) Modalidade de Aplicação: com a finalidade de indicar se os recursos são aplicados diretamente pelos órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de governo ou por outro ente da federação e suas respectivas entidades e objetiva, ainda, possibilitar a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos. As modalidades de aplicação serão as definidas segundo a Portaria Interministerial nº.163/01 e alterações.

d) Elemento de Despesa: com a finalidade de identificar na execução orçamentária os objetos de gastos, podendo ter desdobramentos facultativos, dependendo da necessidade da execução orçamentária e de escrituração contábil;

Art. 9º - Para fins de integração entre as receitas e despesas orçamentárias será identificado no orçamento o mecanismo denominado de Destinação de Recursos, codificado por:

I - Identificador de Uso - IDUSO: código utilizado para indicar se os recursos se destinam à contrapartida;

II - Grupo de Destinação de Recursos: indica sobre o exercício em que foram arrecadados, se correntes ou anterior, se do tesouro ou de outras fontes;

III- Especificação das Destinações de Recursos - código que individualiza e indica cada destinação, segregando as destinações em dois grupos: destinações primárias e não-primárias;

IV- Detalhamento das Destinações de Recursos - é o maior nível de particularização da destinação de recurso, não utilizado na elaboração do orçamento e de uso facultativo na execução orçamentária.

Parágrafo único - A Destinação de Recursos será utilizada tanto para o controle das destinações da receita orçamentária quanto para o controle das fontes financiadoras da despesa orçamentária.

Art. 10 - Na discriminação da Despesa em Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2015 e em suas alterações, o detalhamento da despesa será apresentado por órgão/unidade orçamentária, discriminado por função, subfunção e programa, especificado no mínimo, em projeto, atividade ou operação especial, identificando a esfera orçamentária, a categoria econômica, o grupo de natureza da despesa, a modalidade de aplicação, a destinação de recursos e os respectivos valores.

Parágrafo único. Na execução orçamentária a despesa será empenhada conforme a estrutura apresentada no 8º desta Lei e por, no mínimo, por sub-elemento de despesa.

Art. 11 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo Municipal será constituído dos Demonstrativos abaixo que serão segregados (individualizados) por órgão, bem como consolidados na totalidade dos orçamentos fiscais e da seguridade social:

I - Texto de Lei;

II - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

III - Resumo Geral da Despesa;

IV - Por Programa de Trabalho;

V - Por Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais;

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas conforme o Vínculo com os Recursos;

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

VIII - Demonstrativo da Despesa, classificada até o nível de Modalidade de Aplicação (art. 6º Portaria Interministerial n. 163/01), segundo cada Unidade Orçamentária;

IX - Sumário da Receita por Fontes e da Despesa por Funções (art. 2º, § 1º, da Lei 4320/64);

X - Demonstrativo da Receita por Fontes e respectiva legislação (art. 2º, § 1º, da Lei 4320/64);

XI - Demonstrativo da estimativa de renúncia de receita de natureza tributária, com premissas e metodologia de cálculo e comprovação de que ela foi considerada no orçamento da receita para 2014; na forma do art. 14, I da Lei Complementar n. 101/00 (LRF);

§ 1º - Os Orçamentos do Instituto de Previdência (RPPS), Fundos e Fundações que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto dos art. 5º a 8º desta Lei.

§ 2º - Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura Municipal de Indaial, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 12 - A mensagem de encaminhamento do Projeto da Lei Orçamentária conterá:

I - Quadro demonstrativo da evolução da Receita por Origem dos últimos três exercícios, ou seja, executado 2012 e 2013 com previsões estabelecidas para 2014, além da previsão para o exercício da vigência da Lei, 2015, e estimativa para os dois exercícios subsequentes 2016 e 2017, acompanhados de justificativas, metodologia e memória de cálculo conforme o caso; (art. 12, LRF).

II - Quadro demonstrativo da participação relativa de cada fonte na composição da receita total;

III - Demonstrativo da Evolução da Despesa realizada no mínimo por Categoria Econômica, dos três últimos exercícios (2011, 2012 e 2013), da fixada para o exercício corrente (2014), bem como da fixada para o exercício de sua aplicação 2015, acompanhada de projeções para 2016 e 2017;

IV - Quadro demonstrativo da receita corrente líquida e a correspondente despesa com pessoal encargos, evidenciando o seu grau de comprometimento previsto para o orçamento segundo critérios estabelecidos pela LRF;

V - Demonstrativo dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino;

VI - Demonstrativo dos recursos vinculados a ações públicas de saúde;

VII - Demonstrativo da composição do ativo e passivo financeiro, posição em 31/12/2012;

VIII - Quadro demonstrativo do montante da Dívida Fundada dos exercícios financeiros de 2008 a 2013 e posição em 30/09/2014.

III - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 13 - O Orçamento obedecerá dentre outros, ao princípio da



transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo, seus Fundos, Fundações e Institutos (art. 1º, § 1º e art. 4º, I, "a" da LRF).

§ 1º - O projeto da Lei Orçamentária Anual será objeto de apresentação e discussão em audiência pública a ser convocada pelo Chefe do Poder Executivo na forma do art. 48 da LRF.

§ 2º - Os Poderes Executivo e Legislativo Municipal darão publicidade à execução orçamentária e a gestão fiscal na forma da lei, bem como por meios eletrônicos.

I - O acompanhamento da execução orçamentária também será objeto de apresentação em audiência pública nos períodos previstos do art. 9º §4º da Lei Complementar n. 101/00.

Art. 14 - Os Fundos Municipais terão suas fontes de financiamento especificadas no Orçamento da Receita e vinculadas a despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas na forma dos Anexos e Adendos da Unidade Gestora Central definidos no artigo 11º desta Lei.

§ 1º - Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo na forma da Lei ou por manifestação formal, serem delegados a Servidores Municipais denominados de Gestores.

§ 2º - A movimentação orçamentária e financeira de contas de Fundos Municipais constituídos sob forma de Unidades Gestoras com contabilidade própria, serão demonstradas em balancetes e demonstrativos individualizados, apartados da Unidade Gestora Central.

Art. 15 - As receitas diretamente arrecadadas por fundos, fundações, institutos e ou por qualquer órgão/unidade da administração direta ou indireta a ser criada no transcurso do orçamento, respeitadas as disposições previstas em legislação específica, serão destinadas prioritariamente ao custeio geral das despesas administrativas e operacionais, inclusive de pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de precatórios judiciais, amortização, juros e encargos da dívida, à contrapartida de operações de crédito, de convênios e de outros instrumentos congêneres.

Parágrafo único - Atendidas as disposições contidas no caput deste artigo, os órgãos/unidades orçamentárias poderão programar as demais despesas, a fim de atender as ações inerentes a sua finalidade.

Art. 16 - As previsões de receita para o exercício observarão as normas técnicas e legais, e considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas em conformidade do art. 12 da LRF, e demonstrados segundo o art. 12º, I da presente Lei.

§ 1º A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo, só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º A Receita Corrente Líquida será calculada de acordo com disposto da Lei Complementar 101/00.

Art. 17 - O Executivo Municipal estabelecerá por Decreto, em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual para cada uma das Unidades Gestoras integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, a programação financeira, o cronograma anual de execução mensal de desembolso e o Desdobramento da

Receita Prevista em Metas Bimestrais de Arrecadação segundo os critérios dispostos do art. 8º e 13 da Lei Complementar n.101/00 (LRF).

Parágrafo único - Na execução do orçamento, caso não atingido as Metas de Arrecadação, e visando a obtenção das metas fiscais, o Poder Executivo poderá efetuar revisões no cronograma anual de desembolso mensal.

Art. 18 - Na execução do Orçamento, se verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o equilíbrio orçamentário e financeiro, os Poderes Executivo e Legislativo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão mecanismo de limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo (art. 9º da LRF):

- I - eliminação de despesas com horas extras;
- II - redução dos investimentos programados, desde que não comprometidos;
- III - redução de despesas com manutenção e custeio;
- IV - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores.

§ 1º - A limitação de empenhos no montante necessário observará a classificação pela natureza da despesa e a destinação de recursos a que se encontra vinculada.

§ 2º - Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante de recursos indisponíveis para empenho e movimentação financeira.

Art. 19 - As despesas com o pagamento de precatórios judiciais bem como das demais sentenças judiciais correrão à conta de dotações consignadas para esta finalidade em atividades específicas na lei orçamentária anual e ou por meio de abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência.

Art. 20 - As propostas de emendas ao projeto de lei orçamentária serão apresentadas em consonância com o estabelecido na Lei Orgânica do Município, especialmente pelo disposto do art. 121, e na Lei federal nº 4.320, de 1964, observando-se a forma e o detalhamento descritos no Plano Plurianual e nesta Lei.

§ 1º - Serão rejeitadas pela Comissão de Finanças e Orçamento do Legislativo Municipal e perderão o direito a destaque em plenário as emendas que:

- I - contrariarem o estabelecido no caput deste artigo; e
- II - que no somatório total, reduzirem a dotação do projeto ou da atividade em valor superior ao programado;
- III - que não apresentarem objetivos e metas compatíveis com a unidade orçamentária, projeto ou atividade, grupo de natureza de despesa e destinação de recursos;
- IV - que anulem o valor das dotações orçamentárias provenientes de:
  - a) pessoal e encargos;
  - b) serviços da dívida;
  - c) receitas e despesas vinculadas, criadas por leis específicas;
  - d) receitas próprias e despesas de entidades da administração indireta e fundos;
  - e) destinadas à contrapartida obrigatória de recursos transferidos ao Município; e

§ 2º - A emenda coletiva terá preferência sobre a individual quando ambas versarem sobre o mesmo objeto da lei orçamentária.

Art. 21 - As emendas que alterarem financeiramente o valor dos projetos ou atividades deverão ser acompanhadas dos respectivos ajustes na programação de meta física.

Art. 22 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado não excederá ao crescimento da Receita Corrente Líquida (art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 23 - O Orçamento da Unidade Gestora Central para o exercício contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a até 3% (três por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o exercício, destinados a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme ANEXO III desta Lei (art. 5º, III "b" da LRF).

Parágrafo único - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a intempéries e passivos contingentes, conforme disposto no ANEXO III desta Lei, caso não se concretizem até o dia 20 de dezembro do exercício da sua vigência, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para atender eventos fiscais imprevistos, desde que constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Proposta Orçamentária para o exercício.

Art. 24 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 25 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, serão preferencialmente executados e utilizados caso ocorrer o seu efetivo ingresso no fluxo de caixa, respeitado-se ainda o montante ingressado (art. 8º, § único da LRF).

§ 1º - Os recursos de Operações de Crédito, não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, a partir de seu efetivo ingresso.

§ 2º - Os recursos de Convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais a partir de seu efetivo ingresso.

Art. 26 - A interesse do Município a transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas sem fins lucrativos, de caráter educativo, assistencial, de saúde, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, e ou voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal (art. 4º, I, "f" da LRF).

§ 1º - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas sem fins lucrativos deve ser precedida de justificado interesse público e haverá de observar aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, bem como os preceitos insculpidos na Lei Federal n. 4.320/64, Lei Complementar n. 101/2000 e Lei Municipal vigente.

§ 2º - A transferências de recursos públicos a entidades privadas sem fins lucrativos que desenvolvam atividades previstas do caput deste artigo deverão confirmar sua regular condição de funcionamento e prestarem contas da aplicação dos recursos postos à sua disposição na forma em que dispuser a lei municipal e demais legislações vigentes.

Art. 27 - Para efeito do § 3º do art. 16 da Lei Complementar

Federal nº 101, de 2000, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de cada ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro no exercício não excedam a duas vezes o valor estipulado para dispensa de licitação para bens e serviços previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações dadas pela Lei federal nº 9.648, de 27 de maio de 1998. (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 28 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 29 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 30 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas a preços correntes.

Art. 31 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir no texto da Lei Orçamentária, autorização para remanejar por Decreto o saldo das dotações das categorias econômicas de despesa pertencentes à mesma categoria de programação (projeto, atividade ou operações especiais) definida pelo parágrafo único do art. 4º da presente Lei.

Art. 32 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir no texto da Lei Orçamentária autorização para remanejar por Decreto o saldo de mesmas Destinações de Recursos aprovadas na Lei Orçamentária vinculadas a despesas pertencentes à mesma categoria de programação (projeto, atividade ou operações especiais) definida pelo parágrafo único do art. 4º da presente Lei, a fim de atender às necessidades de execução do Orçamento.

Art. 33 - Durante o período da execução orçamentária o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no Orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito adicional especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício vigente, constantes do Anexo I desta Lei ou em alterações posteriores.

#### IV - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 34 - Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício.

Parágrafo único - Fica o Poder Executivo Municipal, por meio de lei específica autorizado a aderir a financiamentos para a modernização administrativa e tributária e de apoio à gestão administrativa e fiscal, voltadas à modernização administrativa e tributária, ao incremento da arrecadação, ao controle fiscal.

Art. 35 - As operações de crédito deverão preferencialmente constar da Proposta Orçamentária e serão obrigatoriamente autorizadas por lei específica.

Art. 36 - A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar 101/00 e de conformidade com a Resolução n. 40/01 e 43/01 do Senado Federal.

Parágrafo Único - O montante da dívida pública no exercício não excederá o limite de 120% (cento e vinte por cento) da Receita Corrente Líquida apurada ao final de cada semestre.

**V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL**

Art. 37 - Desde que atendido ao disposto no art. 169 e seus parágrafos, da Constituição Federal, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal, fica autorizado o Poder Executivo e o Poder Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, a criar cargos, empregos e funções, a criar e alterar estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei.

Parágrafo único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamentária e ou em créditos adicionais.

Art. 38 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida (RCL), respectivamente aos montantes dos limites globais de 54% e 6% respectivamente (LRF art. 20, III, alínea "a" e "b").

Parágrafo único - Se à despesa total com pessoal, do Poder Executivo e ou Legislativo, ultrapassar 95% (noventa e cinco por cento) para cada um dos limites definidos no caput deste artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 40 da presente Lei, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo que pelo menos um terço no primeiro.

Art. 39 - Nos casos de necessidade temporária, de relevante interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, ou ainda nas situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 22, § único, V da LRF).

Parágrafo único - A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do Gestor o a quem este formalmente delegar.

Art. 40 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 19 e 20 da LRF).

I - a eliminação das despesas com horas extras, salvo nos casos justificados em que prevalecer o excepcional interesse público disposto do art. 39 da presente lei;

II - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

III - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

IV - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão.

Art. 41 - Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra, á referente à substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Indaial ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

**VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 42 - A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada ou editada se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar federal nº 101, de 2000.

Parágrafo único - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, decorrente da aplicação do inciso II do art. 14 da Lei Complementar federal nº 101, de 2000, somente entrará em vigor após adoção efetiva das medidas de compensação.

Art. 43 - O Executivo Municipal autorizado por Lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única no prazo de vencimento.

Art. 44 - O Executivo Municipal autorizado por Lei, poderá conceder benefício fiscal, através de programas de Refinanciamento de Débitos Fiscais (Refis) a ser considerado nos cálculos do orçamento da receita anual de 2015, desde que apresentado os estudos do seu impacto e o atendimento ao disposto no art. 14 da Lei Complementar federal nº 101, de 2000.

Art. 45 - A Dívida Ativa de valor inferior a 50 (UFM's), por contribuinte, poderá não ser imediatamente encaminhada à cobrança judicial, sendo que permanecerá como estoque de dívida ativa do município para possível cobrança até o exercício imediatamente anterior a sua prescrição, onde será procedido o seu cancelamento mediante autorização legislativa, não se constituindo em renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 14, § 3º da Lei Complementar Federal n.101/00).

**VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 46 - O Executivo Municipal enviará até o dia 31/10/2014, a proposta Orçamentária de 2015 a Câmara Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 01/12/2014 (Lei Complementar n. 56/2005 art. 3º).

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2014, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e da Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 47 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 48 - Sem prejuízo do atendimento as demais disposições legais, desde que comprovado o interesse público pode o Município no campo cooperativo com outras esferas administrativas, em caráter excepcional, realizar a cessão de servidores para outro Poder ou Órgão mediante Lei específica e Convênio.

Art. 49 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta fundacional e autárquica para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 50 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 20 de outubro de 2014.  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 20 de outubro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### Lei Nº 5065

. LEI Nº 5065  
. de 21 de outubro de 2014  
Autoriza ceder servidor ao Poder Legislativo de Indaial.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.  
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, titular de cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, do quadro de servidores da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal para desempenhar funções junto ao Poder Legislativo Municipal de Indaial.

Art. 2º - A cedência autorizada pela presente Lei será realizada com ônus para o Legislativo, sem quaisquer ônus ao o Executivo, através de Termo de Convênio, pelo prazo de 12 (doze) meses, renovável anualmente, de acordo e interesse das partes.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 21 de outubro de 2014.  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 21 de outubro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### Processo Licitatório Nº 228/2014

MUNICIPIO DE INDAIAL  
Licitação nº 228/2014.  
Pregão Presencial nº 084/2014-10430  
Com Registro de Preços

Objeto: Aquisição de pneus, camaras e protetores.  
Entrega dos envelopes: 03/11/2014 as 14:15h.  
Abertura das propostas: 03/11/2014 as 14:30h  
Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.  
Local para obtenção do Edital: o mesmo.  
Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904  
licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br  
www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos  
Prefeito Municipal

### Convênio Nº 029/2014

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONVÊNIO Nº 029/2014  
CEDENTE: MUNICÍPIO DE INDAIAL  
CESSIONÁRIA: CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL  
OBJETO: CESSÃO DE FUNCIONÁRIO - LEI MUNICIPAL Nº 5065/2014  
PRAZO: 21/10/2014 a 21/10/2015  
ASSINATURA: 21/10/2014

### Lei Nº 5066

. LEI Nº 5066  
. de 21 de outubro de 2014  
Autoriza Anulação e Suplementação no Orçamento Anual do MUNICIPIO DE INDAIAL.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.  
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
07	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
07.002	DEPARTAMENTO DE TURISMO
07.002.0027	DESPORTO E LAZER
07.002.0027.0813	LAZER
07.002.0027.0813.0007	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
07.002.0027.0813.0007.1181	CONSTR PRAÇA ALIMENTAÇÃO - PARQUE RIB DAS PEDRAS
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
01000000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 200.000,00 )

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICIPIO DE INDAIAL a seguinte dotação:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0004	FAZENDA MUNICIPAL - ADM E FINANÇAS
04.001.0004.0122.0004.2062	MANUT GERAL DA SECRET DE ADMIN E FINANÇAS
3335000000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR
01000000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 200.000,00 )



Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 21 de outubro de 2014.  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 21 de outubro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### Lei Nº 5067

. LEI Nº 5067

. de 21 de outubro de 2014

Autoriza custear despesas com passagem aérea para representantes no Salone Del Gusto - Terra Madre 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Município de Indaial, a custear despesas com passagens aéreas para participação no evento denominado "Salone Del Gusto - Terra Madre 2014", na cidade de Turim - Itália, de 23 a 27 de outubro de 2014.

Parágrafo Único - O valor das despesas com as passagens aéreas de que trata o caput do artigo, fica limitado em até R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Art. 2º - As passagens serão emitidas em nome de Adalberto Lorenz e Eledenir Ziilz Lorenz, integrante da Comunidade do Alimento Agrovida, que estarão representando Indaial no evento.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação:

Código	Descrição
06	SECRETARIA DE AGRICULTURA
06.001	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
06.001.0020	AGRICULTURA
06.001.0020.0122	ADMINISTRACAO GERAL
06.001.0020.0122.0006	TERRA BOA, AGRICULTURA FORTE
06.001.0020.0122.0006.2150	MANUT GERAL DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTEC
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01000000	Recursos Ordinários

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 21 de outubro de 2014  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 21 de outubro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### Decreto Nº 1118/14

. DECRETO Nº 1118/14

. De 21 de outubro de 2014

Anula e Suplementa no Orçamento do Município -

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5066  
DECRETA

Art. 1º - Fica anulado no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
07	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
07.002	DEPARTAMENTO DE TURISMO
07.002.0027	DESPORTO E LAZER
07.002.0027.0813	LAZER
07.002.0027.0813.0007	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
07.002.0027.0813.0007.1181	CONSTR PRAÇA ALIMENTAÇÃO - PARQUE RIB DAS PEDRAS
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
01000000	Recursos Ordinários
Valor: ( 200.000,00 )	

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica suplementado no Orçamento do MUNICIPIO DE INDAIAL a seguinte dotação:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
04.001.0004	ADMINISTRACAO
04.001.0004.0122	ADMINISTRACAO GERAL
04.001.0004.0122.0004	FAZENDA MUNICIPAL - ADM E FINANÇAS
04.001.0004.0122.0004.2062	MANUT GERAL DA SECRET DE ADMIN E FINANÇAS
3335000000000000	TRANSFERENCIAS A INST.PRIV.S/ FINS LUCR
01000000	Recursos Ordinários
Valor: ( 200.000,00 )	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 21 de outubro de 2014.  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 21 de outubro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

## Ipumirim

### PREFEITURA

#### Portaria Nº.337/2014 de 21 de Outubro de 2.014.

COLOCA A DISPOSIÇÃO DA CIDASC SERVIDOR EFETIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

#### RESOLVE

Art. 1º - Colocar a Disposição da COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC, o servidor público municipal AMARILDO ANTONIO DE MARCO FILHO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade de Ipumirim - SC, nomeado por Concurso Público pela portaria nº. 366/2010, no cargo de Médico Veterinário, inscrito no CIC-MF sob o nº. 04779 VP para o fim específico de prestação de serviço de defesa e sanidade animal, para a prestação de serviço de inspeção animal.

Art. 2º - As atividades relacionadas anteriormente serão desenvolvidas de forma concomitante com as atribuições inerentes ao cargo efetivo.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produza efeitos a partir de 21 de Outubro de 2014.

Ipumirim - SC, 21 de Outubro de 2.014.  
VALDIR ZANELLA  
Prefeito Municipal.

#### Portaria Nº. 338/2014 de 21 de Abril de 2.014.

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE TERRENOS SITUADOS NO BAIRRO BOM JESUS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

#### NOMEIA

Art. 1º - Ficam Nomeados os seguintes membros para comporem a Comissão de Avaliação de terrenos, os senhores (as), Odolir Canton, Anderson Libano e Roberto Mertins sob a presidência do primeiro e secretariado pelo segundo, para realizarem avaliação de imóveis situados no Bairro Bom Jesus..

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produza efeitos a partir de sua publicação.

Ipumirim - SC, 21 de Outubro de 2.014.  
VALDIR ZANELLA  
Prefeito Municipal.

## Irineópolis

### PREFEITURA

#### Lei N.º 1.821/2014

Lei nº 1.821/2014

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes desse Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no montante de R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais).

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.051 - Contribuição ao CISAMURC		
3.3.93.00.00.00.00.00.00.01.3445	Aplicações Diretas	R\$ 28.000,00
T O T A L R\$ 28.000,00		

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação da fonte de recursos 3445 - Transf. do Estado P/Saúde - MAC.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 20 de outubro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

#### Decreto N.º 2.697/2014

Decreto nº 2697/2014

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ESPECIAL E CONTEM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1821/2014 de 20 de outubro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no montante de R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais).

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.051 - Contribuição ao CISAMURC		
3.3.93.00.00.00.00.00.00.01.3445	Aplicações Diretas	R\$ 28.000,00
T O T A L R\$ 28.000,00		

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de



arrecadação da fonte de recursos 3445 - Transf. do Estado P/Saúde - MAC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 20 de outubro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

### Portaria N º 477/2014

PORTARIA Nº. 477/2014.

NOMEIA SERVIDORA PARA O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE COODENADORA DA ESF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item V, do artigo 65 e parágrafo único do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001 e em conformidade com a Lei Complementar nº 080/2014, de 27/02/2014,

#### RESOLVE:

Art 1º - NOMEAR DANIELA APARECIDA FRITZEN RANDIG, nascida em 05/04/1987, portadora do CPF n º 050.814.489-23, RG. nº 3.496.056, SESP/SC, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de COORDENADORA DA ESF, criado através da Lei Complementar n º 080/2014 de 27/02/2014 com lotação na Secretaria Municipal da Saúde.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 09/10/2014.

Art 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 09 de Outubro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

### Decreto N º 2700/2014

Decreto nº 2.700/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art.10.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 131.032,03 (Cento e trinta e um mil e trinta e dois reais e três centavos), conforme discriminação seguinte:

01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS	
02 - PODER EXECUTIVO	
09 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA	
2.018 - Manutenção do Transporte Rodoviário	
4.4.90.00.00.00.00.00.0140 (119)	R\$ 131.032,03
Aplicações Diretas	
T O T A L R\$ 131.032,03	

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do recurso 140 - Alienação de Bens.

Art. 3º - Fica o autorizado a criar o recurso 140 no elemento 4.4.90.00.00.00.00.00.0140 no Orçamento Geral da Prefeitura, nas dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 8.865,70 (Oito mil e oitocentos e sessenta e cinco reais e setenta centavos), conforme discriminação seguinte:

01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS	
02 - PODER EXECUTIVO	
07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA	
2.014 - Manutenção da Secretaria da Agricultura	
4.4.90.00.00.00.00.00.0140	R\$ 165,70
Aplicações Diretas	
T O T A L R\$ 165,70	

01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS	
02 - PODER EXECUTIVO	
10 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	
2.020 - Manutenção de Programas de Assistência Social	
4.4.90.00.00.00.00.00.0140	R\$ 8.700,00
Aplicações Diretas	
T O T A L R\$ 8.700,00	

Art. 4º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do recurso 140 - Alienação de Bens.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis,  
em 17 de outubro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

### Decreto N º 2698/2014

Decreto nº 2.698/2014.

DISPÕE SOBRE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.820 de 17 de outubro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Saúde, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 441.080,00 (Quatrocentos e quarenta e um mil e oitenta reais), conforme discriminação seguinte:

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
2.031 - Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde	
3.1.90.00.00.00.00.00.0251 000000 (3)	R\$ 402.000,00
Aplicações Diretas	
3.3.90.00.00.00.00.00.0251 000000 (8)	R\$ 39.080,00
Aplicações Diretas	
T O T A L R\$ 441.080,00	

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 100 - Recursos Próprios do orçamento Geral da Prefeitura Municipal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis,  
em 17 de outubro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

### **Lei Nº 1.802/2014**

Lei nº 1.820/2014.

DISPÕE SOBRE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte,  
LEI:

Art. 1º - Fica suplementada parcialmente no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Saúde Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada no montante de R\$ 441.080,00 (Quatrocentos e quarenta e um mil e oitenta reais).

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
2.031 - Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde	
3.1.90.00.00.00.00.00.0251 (3) Aplicações Diretas	R\$ 402.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0251 (8) Aplicações Diretas	R\$ 39.080,00
T O T A L R\$ 402.000,00	

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 100 - Recursos Próprios do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 17 de outubro de 2014.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

# Itá

## PREFEITURA

### **Aviso de Processo Licitatório Nº 058/2014, Pregão Presencial Nº 036/2014.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITÁ  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2014

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 04 de novembro de 2014, para contratação de serviços de limpeza, fornecimento de placas de sinalização e conscientização ambiental, fornecimento de mudas de flores e lixeiras. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 04 de novembro de 2014 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá-SC, 21 de Outubro de 2014.  
LEIDE MARA BENDER  
Prefeita Municipal

**Itaiópolis****PREFEITURA****Extrato Termo Aditivo PR Nº 1/2010**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1/2010 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2010

Nº ADITIVO: 10º

Nº CONTRATO: 19/2010

CONTRATADA: Aristeu Olsen ME

Objeto: pagamento da diferença de quilometragem da linha nº 11 (matutino), período de 07/04/2014 a 18/07/2014. Valor total a ser pago será de R\$ 1.715,20.

Itaiópolis, 14 de outubro de 2014.

Gervásio Uhlmann

Prefeito Municipal

**Extrato Termo Aditivo - PR Nº 4/2011**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/2011 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2011

Nº ADITIVO: 7º

Nº CONTRATO: 28/2011

CONTRATADA: Aristeu Olsen ME

Objeto: pagamento da diferença de quilometragem da linha nº 11 (noturno), período de 12/03/2014 a 18/07/2014. Valor total a ser pago será de R\$ 2.176,00.

Itaiópolis, 14 de outubro de 2014.

Gervásio Uhlmann

Prefeito Municipal

**Itapiranga****PREFEITURA****Extrato de Contrato Prefeitura Nº 139/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - EXTRATOS CONTRATOS - PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 139/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Tracheel Equipamentos Elétricos S.A.

ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 145/2014.

OBJETO: Contratação de empresa para elaboração de projetos elétricos de iluminação pública, para ruas da cidade e comunidades no interior do município e elaboração de projetos elétricos preventivos (para raio) de ginásios e escolas municipais.

VALOR: R\$ 21.462,00.

VIGÊNCIA: 06 de dezembro de 2014.

Itapiranga - SC. 21 de outubro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal.

# Itapoá

## PREFEITURA

### Extrato do Edital Convite Nº 30-2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Preâmbulo (art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 31/10/2014 às 09h:30min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até às 09h:00min receberá envelopes dos possíveis interessados em participar do certame, que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, Licitação na modalidade CONVITE Nº 30/2014 - PROCESSO Nº 135/2014, para a contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção de sistema de tratamento de esgoto na unidade de educação infantil mundo encantado, no balneário princesa do mar, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do edital. O Edital contendo especificações em partes, para averiguação poderá ser retirado no site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br), como também consultado pelo site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br). Para retirada da complementação do edital que ocorrerá na sede da Prefeitura, especificamente na Secretaria de Administração e Finanças, Departamento de Licitações e Contratos (DLC), será cobrado uma taxa de R\$ 12,00 (doze reais). O horário disponível para retirada é das 08h:00m às 14h:00m.

Itapoá, 21 de outubro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

PREFEITO MUNICIPAL

### Errata ao Pregão Nº 71/2014

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

ERRATA AO PREGÃO Nº 71/2014

PROCESSO Nº 130/2014

OBJETO: Contratação de empresa com mão de obra especializada para prestação de serviços de instrutores técnicos para atendimento ao projeto Itapoá na modalidade futsal e vôlei, conforme especificações constantes no anexo v do edital

O Município de Itapoá faz as seguintes considerações ao Processo em Epígrafe:

AONDE LÊ-SE

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 30 de outubro de 2014, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a aberturados envelopes devidamente protocolados.

PASSA A VIGORAR:

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 05 de novembro de 2014, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a aberturados envelopes devidamente protocolados.

Justificam-se os termos desta Errata como erro material.

Itapoá, 21 de outubro de 2014.

Fernanda Cristina Rosa

Pregoeira Oficial do Município

# Ituporanga

## PREFEITURA

### Lei Complementar Nº 054, de 21 de Outubro de 2014.

LEI COMPLEMENTAR Nº 054, de 21 de outubro de 2014.

"Altera dispositivos da Lei Complementar nº 14, de 24 de outubro de 2006, que 'Dispõe sobre a criação da Fundação Promotora de Exposições, Feiras e Eventos Turísticos de Ituporanga - FEXPONACE'; dispositivos da Lei Complementar nº 11, de 6 de setembro de 2006 que 'dispõe sobre a organização e estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Ituporanga' e dispositivo da Lei nº 2.189, de 27 de setembro de 2007 que, 'Dispõe sobre plano de cargos e vencimento de servidores públicos do Poder Executivo do Município de Ituporanga'".

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei Complementar altera dispositivos da Lei Complementar nº 14, de 24 de outubro de 2006, que 'Dispõe sobre a criação da Fundação Promotora de Exposições, Feiras e Eventos Turísticos de Ituporanga - FEXPONACE', dispositivos da Lei Complementar nº 11, de 6 de setembro de 2006 que 'dispõe sobre a organização e estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Ituporanga' e dispositivo da Lei nº 2.189, de 27 de setembro de 2007 que, 'Dispõe sobre plano de cargos e vencimento de servidores públicos do Poder Executivo do Município de Ituporanga'".

Art. 2º. O art. 1º da Lei Complementar nº 14, de 24 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Fundação Promotora de Exposições, Feiras e Eventos Turísticos, Culturais e Desportivos de Ituporanga - FEXPONACE, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede na rua Presidente Nereu, nº 200, nesta cidade, com duração indeterminada e autonomia técnica, administrativa e financeira, que reger-se-á por esta Lei Complementar e por seu Estatuto." (NR)

Art. 3º. O art. 2º da Lei Complementar nº 14, de 24 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 2º. A FEXPONACE tem por finalidade promover, incentivar e explorar exposições, feiras e eventos, especialmente a Exponace, e desenvolver e realizar o turismo, cultura e esporte, competindo-lhe ainda:

I - formular, coordenar e executar, programas para o desenvolvimento da infra-estrutura do turismo, cultura e desporto em Ituporanga, prestando orientação normativa, consulta e assistência no que diz respeito;

II - promover e explorar ações determinadas à realização de eventos, feiras, exposições, manifestações artísticas, culturais e desportivas, representativas do povo Ituporanguense e da região;

..... " (NR)

Art. 4º. O inciso II do artigo 9º da Lei Complementar nº 14, de 24 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 9º. ....

.....

II - Diretor de Eventos, Turismo, Cultura e Esporte;" (NR)

Art. 5º. O art. 13 da Lei Complementar nº 14, de 24 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. Ao Diretor de Eventos, Turismo, Cultura e Esporte

competem as atividades de planejamento, direção, coordenação, orientação, supervisão e execução das atribuições das gerências de divisão que lhe são subordinadas, além de exercer outras atividades que lhes forem cometidas pelo Diretor Presidente da FEXPONACE." (NR)

Art. 6º. O inciso II do art. 14 da Lei Complementar nº 14, de 24 de outubro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 14 .....

.....

II - subordinadas ao Diretor de Eventos, Turismo, Cultura e Esporte:

.....

d) Gerência de Cultura." (NR)

Art. 7º. A Subseção II da Seção III do Capítulo II, da Lei Complementar nº 14, de 24 de outubro de 2006, passa a vigorar acrescido do Art. 16-B, com a seguinte redação:

"Art. 16-B. Compete à Gerência de Cultura:

I - coordenação das atividades e manifestações culturais do Município;

II - estimular e promover a cultura no Município, articuladamente com a Secretaria da Educação e outras, no que couber;

III - incentivar e promover manifestações artísticas, culturais e literárias;

IV - incentivar eventos folclóricos, típicos e tradicionais;

V - programar o calendário dos eventos culturais do Município;

VI - fixar as datas comemorativas de alta significação para a comunidade;

VII - incentivar e prestar apoio a formação de cursos no Município;

VIII - apoiar e valorizar os artistas e grupos artísticos e culturais do Município, mediante a realização de eventos locais e regionais, tais como exposições, feiras, concursos, festivais e outros de caráter artístico e cultural;

IX - administrar a Casa da Cultura e Museu Público Municipal;

X - administrar a Biblioteca Pública Municipal;

XI - organizar o acervo de documentos, peças e artigos significativos de valor histórico e cultural, promovendo, quando necessário, a sua recuperação e adequada conservação;

XII - promover e proteger o patrimônio cultural do Município, por meio de inventários, registros, vigilâncias, tombamento e desapropriação ou outras formas de acautelamento e preservação;

XIII - compilar dados, fatos e documentos, de maneira a preservar viva a história do Município;

XIV - promover palestras, seminários, encontros e demais eventos oportunos, objetivando a divulgação e o amplo conhecimento dos fatos e personagens protagonistas da história, passada e presente, do Município;

XV - desenvolver programas de trabalho relativos à história do Município, junto aos educandos da rede municipal e particular de ensino, articuladamente com os Departamentos da Secretaria de Educação;

XVI - providenciar, quando oportuno, a impressão de material necessário à divulgação da história de Ituporanga;

XVII - desincumbir-se de outras atribuições que lhe forem determinadas pela autoridade competente;

XVIII - promover a defesa do patrimônio artístico, histórico e cultural. (NR)

Art. 8º. O Capítulo X, da Lei Complementar nº 11, de 6 de setembro de 2006, passa a denominar-se: "DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO".

Art. 9º. O caput do art. 44, da Lei Complementar nº 11, de 6 de setembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 44. A Secretaria da Educação é órgão do sistema fim, incumbido de planejar, orientar, coordenar, supervisionar, executar e avaliar a política do Sistema Municipal de Ensino, com o principal objetivo de fornecer, prioritariamente, o ensino fundamental e, secundariamente, a educação infantil, cujas competências serão



executadas pelo:

..... (NR)

Art. 10. Revogam-se o inciso VIII, do art. 44 e a Seção VII e seu artigo 47- F, da Lei Complementar nº 11, de 06 de setembro de 2006.

Art. 11. No Anexo II da Lei nº 2.189, de 27 de setembro de 2007, fica extinto o cargo de Diretor de Cultura.

Art. 12. Fica criado no quadro de pessoal da FEXPONACE o cargo de provimento em comissão de "Gerente de Cultura", com 01 (uma) vaga, jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e vencimento inicial de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), o qual passa a integrar o Anexo I da Lei Complementar nº 14, de 24 de outubro de 2006.

Art. 13. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA,  
21 de outubro de 2014.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO  
Prefeito do Município de Ituporanga

### **Lei Complementar Nº 055, de 21 de Outubro de 2014.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 055, de 21 de outubro de 2014.

Altera Taxa de Licença para Localização e Autorização para Funcionamento Provisório e altera dispositivo.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. O caput e o parágrafo único do artigo 45 da Lei Complementar nº 7, de 18 de dezembro de 2003, passam a ter a seguinte redação:

Art. 45. A Taxa de licença para localização e autorização para funcionamento provisório será devida pelas pessoas físicas e jurídicas que venham a exercer qualquer tipo de atividade econômica decorrente de exposição ou eventos de forma precária ou provisória em imóveis públicos ou de particulares.

Parágrafo único. A Taxa de que trata o caput deste artigo será paga por mês ou fração, independentemente da atividade a ser exercida, da seguinte forma:

I - exposição ou evento em instalação de 100 a 500m<sup>2</sup> 1 UFM;  
II - exposição ou evento em instalação de 500 a 1000m<sup>2</sup> 2 UFM;  
III - exposição ou evento em instalação de 1.000 a 1.500m<sup>2</sup> 3 UFM;  
IV - exposição ou evento em instalação acima de 1.500m<sup>2</sup> 4 UFM.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA,  
21 de outubro de 2014.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO  
Prefeito do Município de Ituporanga

### **Edital Nº 008/2014 de Convocação de Aprovados Em Concurso Público Municipal**

EDITAL Nº 008/2014 DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

"Dispõe sobre a convocação de candidatos classificados no Concurso Público Municipal - Edital nº. 003/2014"

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere a legislação específica, dentro do interesse e conveniência da Administração e obedecendo a ordem de classificação no Concurso Público Municipal nº. 001/2014, CONVOCA o candidato relacionado no Anexos I, da presente, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, localizado na Rua Vereador Joaquim Boeing, n.º 40, Centro, Ituporanga, SC, do dia 20/10/2014 ao dia 19/11/2014, no horário das 7h às 13h, munidos dos documentos exigidos nos itens 1.4 do Edital nº. 003/2014, visando comprovar os requisitos para a investidura no cargo público.

Outrossim, fica desde já cientificado o candidato aprovado convocado que o não comparecimento até a data indicada, implicará na perda do direito à posse e a qualquer outro direito inerente ao Concurso, conforme os termos do Edital e disposições da Lei Complementar nº 017, de 03 de outubro de 2007.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura do Município de Ituporanga, 20 de outubro de 2014.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO  
Prefeito do Município de Ituporanga

#### **ANEXO II**

EDITAL Nº. 03/2014  
CONVOCADO

CARGO: MOTORISTA SOCORRISTA/SAMU

Apresentarem Diploma ou Certificado de conclusão de ensino Médio, Carteira Nacional de Habilitação ao Transporte de Veículos de emergência, de acordo com a legislação de Trânsito em vigor, além dos demais documentos exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos e os descritos nos itens 1.3 e 1.4 do Edital nº. 003/2014.

#### **CLASSIFICAÇÃO DO CANDIDATO**

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
02	RENATO ACACIO WESSLER

### **Decreto Nº 310, de 20 de Outubro de 2014**

DECRETO Nº 310, de 17 de outubro de 2014

Prorroga, em caráter excepcional, o prazo para pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, na forma que indica.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Inciso VII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Ituporanga-SC, e de acordo com a LC. 007, de 18 de dezembro de 2003:

Considerando que o sistema informatizado utilizado para realizar todos os cadastros de contribuintes foi alterado, e no mês de setembro e outubro estava inoperante.



Considerando que os contribuintes não podem ser prejudicados por um problema interno da Administração;

Considerando que não houve tempo hábil para emitir os documentos de arrecadação do Município.

Considerando o disposto no art. 13º IV da Lei 007/2003, que dispõe sobre o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, relativamente às competências dos respectivos meses.

#### DECRETA

Art. 1º Fica prorrogada, em caráter excepcional, a data de vencimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, de competência setembro/2014, que terá vencimento no dia 17 de novembro de 2014, e o referido tributo de competência outubro/2014, que terá sua data de vencimento estendida para 26 de novembro de 2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA,  
17 de outubro de 2014  
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO  
Prefeito do Município

ELMO PISETTA  
Secretário da Administração

## Joaçaba

### PREFEITURA

#### Homologação PL 8/2014 FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 08/2014/FMAS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 08/2014/FMAS, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial 07/2014/FMAS.

Objeto: a aquisição de 01 (um) veículo tipo pick up, novo, zero quilômetro, ano/modelo 2014 ou 2015, destinado aos atendimentos do Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade - CREAS, mantido pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Joaçaba, SC.

Empresas Vencedoras:

CARBONI VEICULOS LTDA

VALOR R\$ 40.000,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 21 de outubro de 2014.

MARIO WOLFATT

Secretário - Gestor FMAS

#### Portaria Nº 3266

PORTARIA Nº 3.266 DE 21 DE OUTUBRO DE 2014  
"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o (a) Sr.(a) NILSON JOSÉ DA SILVA, para exercer o cargo de MOTORISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura da convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 21 de outubro de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**Decreto Nº 4.655 de 21 de Outubro de 2014.**

DECRETO Nº 4.655 DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

"SUBSTITUI, MEMBRO PARA COMPOR COMITÊ DE INVESTIMENTOS NO ÂMBITO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - IMPRES, QUE ESPECIFICA".

O Prefeito do Município de Joaçaba, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituída a servidora Francieli Fattori, pelo servidor Leandro Sartori, na representação dos membros indicados pelo Conselho de Administração para compor o COMITÊ DE INVESTIMENTOS do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba-SC - IMPRES.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA- SC, em 21 de outubro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

**SIMAE - JOAÇABA****Pregão Presencial PP 0044/2014 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0062/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0044/2014

PROTOCOLO JHL 2862/2014

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0044/2014 - Licitação 0062/2014, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: READEQUAÇÃO DE BOMBA E AQUISIÇÃO DE BOMBA A SEREM UTILIZADAS NA IMPLANTAÇÃO DAS ELEVATÓRIAS DE ÁGUA TRATADA DENOMINADAS EAT-023 E EAT-004, AMBAS NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 05/11/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 05/11/2014 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 22/10/2014 a 05/11/2014.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 22 de Outubro de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE.

**Lages****PREFEITURA****Extrato 1º Termo Aditivo Contrato 64/2014 PML**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 064/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: CONSTRUTORA SOLOFIX LTDA ME, inscrita no CNPJ n.º 04.298.054/0001-36, com sede a Rua Pedro Ivo Campos, - Bairro Araucária, Lages/SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Drenagem Pluvial e Paisagismo no Ginásio da EMEB Antônio Joaquim Henriques, com fornecimento de material, em conformidade com o Anexo II - Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

De acordo com planilha apresentada pelo Engenheiro Fiscal da Obra a qual justifica o aumento dos serviços a serem realizados com anuência da Secretaria Municipal da Educação, da Secretaria Municipal da Fazenda e Parecer Jurídico Favorável, ADITA-SE ao valor inicial contratado o valor de R\$ 15.449,90 (quinze mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e noventa centavos).

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 21 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**Extrato 1º Termo Aditivo Contrato 005/2014 SMS**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º ADITIVO AO CONTRATO 005/2014 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA inscrita no CNPJ sob nº 05.531.725/0001-20, estabelecida na Rua Ary Miguel Silveira, 391 - Jardim Eldorado, CEP 88133-531 - Palhoça/SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Fraldas Infantis e Geriátricas para atender Programas da Saúde do Idoso e da Criança.

De acordo com a solicitação e justificativa apresentada pela Secretaria Municipal da Saúde, com anuência orçamentária/financeira da Secretaria Municipal da Fazenda e Parecer Jurídico favorável, ADITA-SE ao valor inicial contratado o valor de R\$ 2.812,50 (dois mil, oitocentos e doze reais e cinquenta centavos) ao item 1 e o valor de R\$ 9.250,00 (nove mil, duzentos e cinquenta reais) ao item 2, atendendo a CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA item "7.3 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares";

Lages, 21 de Outubro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages.

**TP 07, 08 E 09-2014 SMS**

Prefeitura do Município de Lages  
Estado de Santa Catarina  
Secretaria da Administração  
Executivo de Licitações e Contratos

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: TP 07/2014 SMS  
Objeto: Construção da Unidade de Saúde dos Bairros Centenário e Vila Nova.  
Tipo: Menor Preço Global  
Abertura: 07/11/2014 às 09:00  
Valor Estimado: R\$ 792.083,91

Modalidade: TP 08/2014 SMS  
Objeto: Construção da Unidade de Saúde do Bairro Vila Mariza.  
Tipo: Menor Preço Global  
Abertura: 07/11/2014 às 14:30  
Valor Estimado: R\$ 610.810,75

Modalidade: TP 09/2014 SMS  
Objeto: Construção da Unidade de Saúde do Bairro Gethal.  
Tipo: Menor Preço Global  
Abertura: 07/11/2014 às 16:00  
Valor Estimado: R\$ 797.720,80

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 21 de outubro de 2014.  
Pedro Marcos Ortiz  
Secretário de Administração

**Extrato Contrato 228/2014 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 228/2014 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.  
CONTRATADA: AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA, inscrita no CNPJ n.º 81.548.802/0001-32, com sede a BR 282 Km 0 1470 - Conta Dinheiro CEP 88508-650 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para uso do Programa da Raiva - Centro de Zoonoses Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;  
2.2 De Entrega(s), em até 15 (quinze) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), da Secretaria Municipal da Saúde;  
2.3 De Execução, contar-se-á da assinatura do contrato, até 31/12/2014;

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 76/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 44/2014, aberto em 21/10/2014 e homologado em 21/10/2014

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 6.099,20 (seis mil, noventa e nove reais e vinte centavos).

Lages, 21 de Outubro de 2014.  
Elizeu Mattos  
Prefeito Municipal

**Extrato Contrato 227/2014 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 227/2014 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ n.º 83.157.032/0001-22, com sede a Estrada da Boa Esperança, 1918 - Bairro Fundo Canoas, CEP: 89163-920 - Rio do Sul/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 76/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 44/2014, aberto em 21/10/2014 e homologado em 21/10/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para uso do Programa da Raiva - Centro de Zoonoses Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 15 (quinze) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), da Secretaria Municipal da Saúde;

2.3 De Execução, contar-se-á da assinatura do contrato, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 6.490,92 (seis mil, quatrocentos e noventa reais e noventa e dois centavos)

Lages, 21 de Outubro de 2014.  
Elizeu Mattos  
Prefeito Municipal

**Extrato Contrato 226/2014 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 226/2014 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ n.º 83.157.032/0001-22, com sede a Estrada da Boa Esperança, 1918 - Bairro Fundo Canoas, CEP: 89163-920 - Rio do Sul/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 75/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 43/2014, aberto em 20/10/2014 e homologado em 21/10/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais Diversos para uso no Programa de Castração de Animais - Centro de Zoonoses Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 15 (quinze) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), da Secretaria Municipal da Saúde;

2.3 De Execução, contar-se-á da assinatura do contrato, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de 3.128,64 (três mil, cento e vinte e oito reais e sessenta e quatro centavos)

Lages, 21 de Outubro de 2014.  
Elizeu Mattos  
Prefeito Municipal

**Extrato Contrato 225/2014 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 225/2014 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: AGROVETERINÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA, inscrita no CNPJ n.º 81.548.802/0001-32, com sede a BR 282 Km 0 1470 - Conta Dinheiro CEP 88508-650 - Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 75/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 43/2014, aberto em 20/10/2014 e homologado em 21/10/2014

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Materiais Diversos para uso no Programa de Castração de Animais - Centro de Zoonoses Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 15 (quinze) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), da Secretaria Municipal da Saúde;

2.3 De Execução, contar-se-á da assinatura do contrato, até 31/12/2014;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de 11.790,99 (onze mil, setecentos e noventa reais e noventa e nove centavos)

Lages, 21 de Outubro de 2014.  
Elizeu Mattos  
Prefeito Municipal

**Extrato Contrato 287/2014 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 287/2014 PML

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: CENTRO COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS DOM PEDRO II inscrita no CNPJ n.º 08.824.026/0001-66, com sede a Avenida Dom Pedro II, 1131ª -Bairro São Cristóvão - CEP 88509-000 - Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 176/2014, correlato ao Pregão Eletrônico nº 16/2014, aberto em 20/10/2014 e homologada em 20/10/2014

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Óleo Diesel para uso nos Veículos e Máquinas da Frota pertencente ao Município de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do edital correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato até 31/12/2014;

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da

CONTRATADA, de R\$ 1.180.320,00 (hum milhão, cento e oitenta mil, trezentos e vinte reais)

Lages, 21 de Outubro de 2014.  
Elizeu Mattos  
Prefeito Municipal

# Lebon Regis

## PREFEITURA

### Decreto Nº 058/2014

DECRETO Nº 58/2014, de 06 de Agosto de 2014

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso II do art. 10, da Lei Municipal nº 1459/2013 de 20 de Dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
02	60	12	361	0011	2057	4490	0.01.18	50.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos da anulação da seguinte dotação orçamentária.

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
02	60	12	3691	0011	2057	3190	0.0.19	50.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se.

Lebon Regis, 06 de agosto de 2014.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Publicado O Presente Decreto No Diário Oficial Dos Municípios - DOM.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária de Administração e Finanças

### Aviso de Homologação Pregão Nº Pr38/2014

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Nº PR38/2014

Processo Administrativo: 56/2014

OBJETO: Aquisição de materiais de construção para serem utilizados na reforma de 11 (onze) unidades habitacionais de municípios beneficiados pelo Programa de Reformas "COHAB CIDADÃ" conforme Convênio nº 2014TR002155.

Data de Homologação: 16/10/2014

Licitantes Homologados: DAL MAS & AMARAL LTDA - ME - Valor total de R\$ 48.619,34

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 81/2014

Contratante...: Município de Lebon Régis

Contratada...: DAL MAS & AMARAL LTDA - ME

Valor ..... : R\$ 48.619,34

Vigência ..... : 16/10/2014 - Término: 31/12/2014

Nº da licitação: PR38/2014

Objeto ..... : Aquisição de materiais de construção para serem utilizados na reforma de 11 (onze) unidades habitacionais de municípios beneficiados pelo Programa de Reformas "COHAB CIDADÃ" conforme Convênio nº 2014TR002155.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal



**Leoberto Leal****CÂMARA MUNICIPAL****Portaria Nº 006, de 01 de Outubro de 2014**

PORTARIA Nº 006, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014  
Concede Férias à Servidor e dá outras providências

PAULO HENRIQUE KNAUL, Presidente da Câmara Municipal de Leoberto Leal, no uso das atribuições que lhe confere à Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no o art. 24, inciso III, letra "a" do Regimento Interno,

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam Concedidas Férias ao servidor da Câmara Municipal de Vereadores de Leoberto Leal - SC, conforme quadro abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Período Aquisitivo	Data de Gozo
01	1193	DEIVYT ONI SCHEIDT	20/06/2013 À 19/06/2014	02/10/2014 À 31/10/2014

Art.2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 01 de Outubro de 2014.  
PAULO HENRIQUE KNAUL  
PRESIDENTE DA CÂMARA

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

**Lindóia do Sul****PREFEITURA****Adendo 01/2014 ao Pregão Presencial 58/2014**

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

ADENDO 01/2014 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2014

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, altera a data e hora de abertura e entrega dos envelopes da Licitação nº 73/2014, na modalidade Pregão Presencial nº 58/2014, ficando a mesma marcada para as 14:00 horas do dia 03 de novembro de 2014, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 13:45 horas do 03 de novembro de 2014, permanece inalteradas as demais condições do edital. A íntegra do Edital original e do adendo poderá ser obtidos na Prefeitura Municipal, ou através da internet no endereço, [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 21 de outubro de 2014.

PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

# Luzerna

## PREFEITURA

### Decreto 1909

DECRETO Nº 1909 de 20 de outubro de 2014.

"SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

#### DECRETA:

Art.1º- Fica nomeada MARCIA APARECIDA GATELLI para substituir CARLOS ALBERGUINI como Titular e IRACEMA LAMB para substituir REJANE ALBERGUINI como Suplente ambas representantes das Associações de Moradores - REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS junto ao CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC).

Art.2º- As demais disposições do Decreto nº 1737 de 20/12/2013, permanecem inalteradas.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 20 de outubro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

### Contrato FMS Nº 038.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 038/2014

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 066/2014

PREGÃO nº 036/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 06 (seis) dias do mês de outubro do ano de 2014, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

7- COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Tupy, nº 1723, Bairro Nova Brasília, na cidade de Joinville/SC, CEP 89214-505, inscrita no CNPJ sob o nº 03.800.317/0001-09, neste ato representada pelo gerente geral MARCO AURÉLIO DE FREITAS FIGUEIREDO, portador do RG nº 7.086.111 SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº 765.725.289-87, doravante denominado FORNECEDOR 7;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 066/2014, Pregão nº 036/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais de enfermagem destinados à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde do Município

de Luzerna/SC, constantes do Edital e de sua proposta comercial, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	UN	Qtde	Preço unitário R\$	Preço Total R\$
51	Esfigmanômetro adulto	UN	30,00	321,00	9.630,00
52	Esfigmanômetro infantil	UN	30,00	500,00	15.000,00
53	Esfigmanômetro para obeso	UN	30,00	500,00	15.000,00

O FORNECEDOR 7 COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA EPP, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 39.630,00 (trinta e nove mil seiscentos e trinta reais).

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos materiais em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6. Os materiais deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.8. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.10. Os materiais fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.11. O prazo de validade dos materiais não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.12. Os materiais fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um;

1.13. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data

da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

#### CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima aplica-se igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias após o recebimento dos materiais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar fax do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras, Fone/fax: (049) 3551 4700;

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata;

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços,

todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

4.1.5. Exigir do CONTRATANTE, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos produtos solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

#### CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 5.450/2005, na Lei nº 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos ou materiais entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de

sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP);

6.3. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.4. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a

ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes Elemento: 3.3.90.30.36 - Material Hospitalar FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 1301.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

Reduzido: 007 Fonte 64 - Atenção Básica

#### CLÁUSULA NONA

##### DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da

estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 06 de outubro de 2014.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER GESTOR DO FMS CONTRATANTE	MARCO AURÉLIO DE FREITAS FIGUEIREDO COINTER MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA EPP FORNECEDOR 7
---	--

#### TESTEMUNHAS:

1	2
---	---



**Receitas Federais do Dia 20/10/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 20/10/2014

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		51.831,50
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	55.976,80
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	55.976,80
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	55.976,80
4.1.7.2.1.01.02.10.00	Cota-Parte do FPM CF, art. 159, I, alínea b	55.976,80
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do FPM 60%	33.586,08
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do FPM 25%	13.994,20
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do FPM 15%	8.396,52
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	7.050,05
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	7.050,05
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.230,03
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.820,02
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-11.195,35
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-11.195,35
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-11.195,35
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-11.195,35

Luzerna, 21/10/2014

\_\_\_\_\_  
WALMOR S. DRESCH N. STROHER  
GESTOR DO FUNDO MUN. ASSISTÊNCIA S

\_\_\_\_\_  
DREONE FELSKI MENDES  
CONTADOR - CRC/SC 36461

**Macieira****PREFEITURA****Publicação Resumida\_ Contrato Administrativo Nº 0047/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0040/2014.

Pregão Presencial nº 0029/2014.

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de peças e mão de obra qualificada, destinados à manutenção dos veículos Ônibus VW placas MJA 5641, Ônibus VW placas MDC 0851 e Caminhão Scania 112 placas ADO 0498, integrantes da Frota Municipal, de acordo com as especificações do Anexo I do Edital.

Prazo de entrega e prestação dos serviços: Em até 15 (quinze) dias após emissão de autorização de Fornecimento.

Pagamento: Em até 30 (trinta) dias após a entrega, prestação dos serviços e emissão da Nota Fiscal.

Contrato Administrativo nº 0047/2014.

Contratada: MECANICA ZAGO S.B. LTDA - EPP.

Valor Total do Contrato: R\$ 27.045,00 (vinte e sete mil e quarenta e cinco reais), sendo o valor de R\$ 7.250,00 (sete mil duzentos e cinquenta reais) para o Lote 01, o valor de R\$ 8.050,00 (oito mil e cinquenta reais) para o Lote 02 e o valor de R\$ 11.745,00 (onze mil setecentos e quarenta e cinco reais) para o Lote 03, especificados no Anexo I do Edital e proposta de Preços apresentada pela empresa.

Macieira, 17 de outubro de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

**Publicação Resumida\_ Contrato Administrativo Nº 0048/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0041/2014.

Pregão Presencial nº 0030/2014.

Objeto: Contratação de empresa para divulgação de atos oficiais de interesse público do município de Macieira e festas tradicionais e comunitárias realizadas no município, através de programa de rádio com recepção de sinal e transmissão em todo o município, bem como divulgação de matérias de caráter informativo, educativo e orientação social conforme especificações do anexo I do Edital.

Prazo de prestação dos serviços: Imediatamente após a assinatura do contrato.

Pagamento: Até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente após prestação dos serviços e emissão da Nota Fiscal.

Contrato Administrativo nº 0048/2014.

Contratada: RÁDIO TROPICAL FM LTDA.

Valor Total do Contrato: R\$ 9.408,00 (nove mil quatrocentos e oito reais), sendo o valor de R\$ 129,00 (cento e vinte e nove reais) para os programas de divulgações e R\$ 67,00 (sessenta e sete reais) para os anúncios.

Macieira, 20 de outubro de 2014.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

**Mafra****PREFEITURA****Edital de Pregão Presencial Nº 176/2014**

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 176/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para contratação de empresa especializada para realização de seguro com cobertura contra terceiros e seguro total para os veículos LOGAN Placas OKF 7595 e VECTRA Placas MIH 8693 pertencentes à frota oficial da Secretaria Municipal de Administração, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 07/11/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 21 de outubro de 2014.

Roberto Agenor Scholze

Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil

Pregoeiro Municipal

**Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 177/2014**

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 177/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de 3.000 litros de gasolina, com o abastecimento na cidade de Florianópolis, destinados aos veículos oficiais das Secretarias Municipais, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 11h00min do dia 07/11/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada à lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 21 de outubro de 2014.

Roberto Agenor Scholze

Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil

Pregoeiro Municipal

**Editais de Pregão Presencial Nº 181/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 181/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de materiais elétricos e contratação de empresa especializada para instalação e desinstalação da decoração natalina no Município de Mafra, através da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 12/11/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 21 de outubro de 2014.

Roberto Agenor Scholze  
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil  
Pregoeiro Municipal

**Editais de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 178/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 178/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado incluindo todos os serviços necessários e manutenção trimestral, destinados ao prédio da prefeitura municipal, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 13/11/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada à lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 21 de outubro de 2014.

Roberto Agenor Scholze  
Prefeito Municipal

Diego Ricardo Krachinski  
Pregoeiro Municipal

**Nova Data de Abertura - Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 166/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 166/2014  
(NOVA DATA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de mascotes de pelúcia destinados a Campanha Cão de Guarda, através do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 14/11/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada à lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 21 de outubro de 2014.

Roberto Agenor Scholze  
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil  
Pregoeiro Municipal

**Extrato de Inexigibilidade Nº 013/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

INEXIGIBILIDADE Nº 013/2014

FORNECEDOR: UNIDADE DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM KIRCHOFF LTDA - EPP (UNIMAGEM),  
CNPJ: 78.735.289/0001-84.

OBJETO: Contratação de estabelecimentos prestadores de serviços especializados na área de saúde para realização de exames de mamografia e densitometria óssea, destinados a Secretaria Municipal de Saúde, relacionados no anexo I do edital de Credenciamento nº 001/2014, sob o regime de credenciamento, através do Fundo Municipal de Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 25, com alterações posteriores.

VALOR MENSAL ESTIMADO: R\$ 6.224,90 (seis mil duzentos e vinte quatro reais e noventa centavos).

Mafra, (SC) 21 de outubro de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 012/2014**

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

INEXIGIBILIDADE Nº 012/2014

FORNECEDOR: ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SÃO VICENTE DE PAULO (HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO).

CNPJ: 85.131.993/0001-93.

OBJETO: Contratação de estabelecimentos prestadores de serviços especializados na área de saúde para realização de exames de tomografia, ressonância magnética, ultrassonografia e pneumologia, destinados a Secretaria Municipal de Saúde, relacionados no anexo I do edital de Credenciamento nº 001/2014, sob o regime de credenciamento, através do Fundo Municipal de Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 25, com alterações posteriores.

VALOR MENSAL ESTIMADO: R\$ 111.040,70 (cento e onze mil quarenta reais e setenta centavos).

Mafra, (SC) 21 de outubro de 2.014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 014/2014**

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

INEXIGIBILIDADE Nº 014/2014

FORNECEDOR: CLÍNICA REITMEYER LTDA

CNPJ: 05.869.675/0001-95.

OBJETO: Contratação de estabelecimentos prestadores de serviços especializados na área de saúde para realização de exames de biópsia(endoscopia), polipectomia (endoscopia), retirada de corpo estranho (endoscopia), endoscopia digestiva alta, densitometria óssea e mamografia, destinados a Secretaria Municipal de Saúde, relacionados no anexo I do edital de Credenciamento nº 001/2014, sob o regime de credenciamento, através do Fundo Municipal de Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 25, com alterações posteriores.

VALOR MENSAL ESTIMADO: R\$ 13.418,30 (treze mil quatrocentos e dezoito reais e trinta centavos).

Mafra, (SC) 21 de outubro de 2.014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

**INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 963/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 074 963/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACL9512	54708605E	6610/2	04/12/2013	230 * VII
ACL9512	54708606E	6769/2	04/12/2013	230 * XXII
ACL9512	54708607E	5185/1	04/12/2013	167
LYG4344	55688661D	5010/0	03/12/2013	162 * I
LYG4344	55688662D	6599/2	03/12/2013	230 * V
LYG4344	55688663D	5118/0	03/12/2013	164 c/c 162 * I
MBD1942	54709581E	5738/0	14/11/2013	186 * II
MCO7895	54708584E	6920/0	05/12/2013	233
MDC5060	54709422E	5541/5	30/10/2013	181 * XVII
MFW8015	54709460E	6599/2	10/11/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 15 DE OUTUBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLÍCIA - 9 DRP



**Infração de Trânsito Nº 074 964/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 964/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJM1271	54709075E	5541/6	09/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
AQN8033	54708882E	6599/2	25/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBG8552	54709072E	5509/0	05/10/2013	R\$ 85,12	181 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 15 DE OUTUBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL

AUTORIDADE DE TRANSITO

**Infração de Trânsito Nº 074 965/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 074 965/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGK7937	54708899E	6920/0	12/11/2013	233
AGL0555	54709591E	6599/2	06/12/2013	230 * V
AGL0555	54709592E	6637/1	06/12/2013	230 * IX
AIG2946	55688675D	6920/0	09/12/2013	233
AJJ7144	54708609E	6599/2	07/12/2013	230 * V
AMC6847	54709434E	5487/0	11/11/2013	181 * XI
ANX1213	54709045E	6912/0	20/11/2013	232
BVS9659	54708662E	6599/2	08/12/2013	230 * V
IKB7551	54709147E	5045/0	29/11/2013	162 * V
INU3740	54709437E	6920/0	19/11/2013	233
IYP0888	54708715E	6912/0	23/11/2013	232
LWU1614	54708934E	5185/1	05/12/2013	167
LWY8581	54708579E	6920/0	26/11/2013	233
LXI3674	55689663D	6599/2	13/11/2013	230 * V
LXI3674	55689664D	5010/0	13/11/2013	162 * I
LXI3674	55689665D	6912/0	13/11/2013	232
LXV5320	54709304E	5010/0	10/11/2013	162 * I
LYD2237	54709464E	5010/0	24/11/2013	162 * I
LYD2237	54709465E	6599/2	24/11/2013	230 * V
LYD2237	54709466E	6912/0	24/11/2013	232
LYD2237	54709467E	6556/1	24/11/2013	230 * I
LYD2237	54709468E	6408/0	24/11/2013	221
LZW2052	54708727E	5347/0	09/12/2013	178
LZW2052	54708729E	6726/1	09/12/2013	230 * XVIII
MCA1301	54708567E	5010/0	20/11/2013	162 * I
MET2323	54708559E	5010/0	14/11/2013	162 * I

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIB6869	54708924E	6912/0	21/11/2013	232
MIB6869	54708925E	5045/0	21/11/2013	162 * V
MKP0994	54708926E	6041/2	22/11/2013	207

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 15 DE OUTUBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL

AUTORIDADE DE TRANSITO

**Infração de Trânsito Nº 074 966/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 966/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFY0966	54452149D	6920/0	23/05/2013	R\$ 127,69	233
AIG2865	54709114E	6920/0	11/10/2013	R\$ 127,69	233
JTB3040	54709085E	6637/2	21/10/2013	R\$ 127,69	230 * IX
LYX1090	54708756E	5193/0	11/10/2013	R\$ 191,53	168
LZY6595	54709965E	6610/2	10/08/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LZY6595	54709966E	6637/1	10/08/2013	R\$ 127,69	230 * IX
LZY6595	54709967E	6670/0	10/08/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
MBD1942	54709022E	6599/2	22/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBS4139	54708913E	5045/0	17/10/2013	R\$ 191,53	162 * V
MDN5291	54709982E	5215/1	07/09/2013	R\$ 191,53	170
MDN5291	54709983E	6068/1	07/09/2013	R\$ 127,69	209
MER4609	54709035E	6920/0	05/11/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 15 DE OUTUBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLÍCIA - 9 DRP

**Infração de Trânsito Nº 074 967/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 074 967/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHH1348	54708719E	5045/0	24/11/2013	162 * V
AOC0434	54465470E	5010/0	10/12/2013	162 * I
AQS6058	54282615D	5541/4	13/12/2013	181 * XVII
ARJ7306	54708504E	5541/6	21/11/2013	181 * XVII
ASN6726	55688680D	6599/2	09/12/2013	230 * V
ATY4662	54708726E	5185/2	05/12/2013	167
BSH6894	54464761E	5185/1	28/11/2013	167
BTJ8926	54283028D	5193/0	05/12/2013	168
GIP9981	54283041D	6920/0	13/12/2013	233
IJK6257	54465461E	5185/1	16/11/2013	167
LXK9340	55688683D	6858/0	11/12/2013	231 * VII
MDO2829	54708617E	6599/2	13/12/2013	230 * V
MEC6322	54708590E	5045/0	02/12/2013	162 * V
MEC6322	54708591E	5142/0	02/12/2013	164 c/c 162 * V
MEC6322	55688667D	6920/0	04/12/2013	233
MFH2570	54708516E	6912/0	13/12/2013	232
MIB6869	55688808D	5045/0	01/12/2013	162 * V
MJM0634	54708731E	5541/6	13/12/2013	181 * XVII
MKC9572	54708517E	6912/0	12/12/2013	232
MRU8904	55688678D	6920/0	09/12/2013	233



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 15 DE OUTUBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLICIA - 9 DRP

**Infração de Trânsito Nº 074 968/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 968/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAV2647	54708906E	5185/1	15/10/2013	R\$ 127,69	167
ABP3104	54465365E	5622/2	24/10/2013	R\$ 53,20	182 * VI
ACE0889	54452529D	5010/0	03/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
ACE0889	54452530D	6599/2	03/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
ACE0889	54452531D	6726/1	03/11/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
ACE0889	54452532D	6912/0	03/11/2013	R\$ 53,20	232
ADI5418	54709846E	6920/0	06/09/2013	R\$ 127,69	233
ADV3541	54465453E	6920/0	26/09/2013	R\$ 127,69	233
ADY5185	54464899E	7366/2	12/09/2013	R\$ 85,12	252 * VI
AEB2391	54709842E	6920/0	06/09/2013	R\$ 127,69	233
AEX8642	54709120E	5010/0	15/10/2013	R\$ 574,61	162 * I
AFA5147	54708914E	5185/1	17/10/2013	R\$ 127,69	167
AFA5161	54709124E	6599/2	19/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
AFA5161	54709125E	5010/0	19/10/2013	R\$ 574,61	162 * I
AFA5161	54709126E	5118/0	19/10/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AFJ2052	54709520E	5185/1	31/10/2013	R\$ 127,69	167
AFO3860	54465146E	6599/2	17/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
AFS8290	54464490E	6920/0	08/10/2013	R\$ 127,69	233
AFX3755	54708908E	5185/2	15/10/2013	R\$ 127,69	167
AFY6020	54708788E	6610/2	19/10/2013	R\$ 127,69	230 * VII
AGW5842	54709667E	5541/6	27/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
AGZ2249	54709565E	6599/2	27/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
AHF1046	54708917E	6599/2	22/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
AHF1046	54709415E	6920/0	24/10/2013	R\$ 127,69	233
AHH4354	54709837E	5541/5	06/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
AIR8128	54708916E	6920/0	21/10/2013	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKK8405	54708910E	6599/2	16/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
AKY6629	54709569E	6599/2	01/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
ALX5403	54452876D	7030/2	01/11/2013	R\$ 191,53	244 * I
AMY5575	54708880E	6920/0	23/10/2013	R\$ 127,69	233
ANI1413	54708859E	6599/2	09/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
ANZ3298	54465367E	5169/1	26/10/2013	R\$ 1.915,38	165
ANZ3298	54465368E	6912/0	26/10/2013	R\$ 53,20	232
APL2034	54709411E	7366/2	22/10/2013	R\$ 85,12	252 * VI
ARO4309	55689441D	6920/0	18/09/2013	R\$ 127,69	233
ARY6321	54708881E	6599/2	25/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
BGT2419	54708866E	5878/0	19/10/2013	R\$ 85,12	199
BQK5461	54464344E	5010/0	03/10/2013	R\$ 574,61	162 * I
BQK5461	54464345E	7340/0	03/10/2013	R\$ 85,12	252 * IV
BRJ4316	54464751E	5010/0	23/10/2013	R\$ 574,61	162 * I
CBU5081	54709501E	5010/0	10/10/2013	R\$ 574,61	162 * I
CBU5081	54709513E	5010/0	30/10/2013	R\$ 574,61	162 * I
CBU5081	54709514E	6726/1	30/10/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
CBU5081	54709515E	5835/0	30/10/2013	R\$ 127,69	195
CBU5081	54709516E	5215/2	30/10/2013	R\$ 191,53	170
CEG8370	54709413E	5541/6	24/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
CGR7735	54709001E	6920/0	19/08/2013	R\$ 127,69	233
CKN6654	54708769E	7340/0	12/10/2013	R\$ 85,12	252 * IV
CMJ4937	54708959E	5541/6	04/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
DDB0746	54708867E	5010/0	19/10/2013	R\$ 574,61	162 * I
EBI1376	54709071E	5487/0	05/10/2013	R\$ 127,69	181 * XI
IEH6359	54465455E	6920/0	26/09/2013	R\$ 127,69	233
IIF5383	54709709E	6599/2	11/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
IIF5383	54709710E	6912/0	11/09/2013	R\$ 53,20	232
IJP4827	54709736E	6599/2	25/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
IJP4827	54709737E	5045/0	25/10/2013	R\$ 191,53	162 * V
JWU9807	54452995D	6912/0	10/10/2013	R\$ 53,20	232
KBI9687	54708795E	5045/0	23/10/2013	R\$ 191,53	162 * V
KBI9687	54708796E	6599/2	23/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
KBI9687	54708797E	6912/0	23/10/2013	R\$ 53,20	232
KBI9687	54708798E	5142/0	23/10/2013	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
LWW5960	54709003E	6920/0	19/08/2013	R\$ 127,69	233
LXB2070	54709997E	6122/0	18/09/2013	R\$ 191,53	214 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYH2289	54465196E	5738/0	17/09/2013	R\$ 191,53	186 * II
LYK5194	55447641C	6920/0	20/09/2013	R\$ 127,69	233
LYN0423	54709553E	5452/2	10/10/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
LYV2438	54709111E	6920/0	11/10/2013	R\$ 127,69	233
LZL5049	54465457E	6920/0	26/09/2013	R\$ 127,69	233
LZZ5812	54709801E	6920/0	09/08/2013	R\$ 127,69	233
MAW2199	54465362E	6076/0	12/10/2013	R\$ 191,53	210
MAY0344	55447643C	6920/0	20/09/2013	R\$ 127,69	233
MBJ3909	54709060E	6599/2	10/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBJ3909	54709061E	6556/1	10/09/2013	R\$ 191,53	230 * I
MCT6893	54708777E	5185/1	15/10/2013	R\$ 127,69	167
MCZ5744	54465141E	5193/0	09/10/2013	R\$ 191,53	168
MDL0988	54708785E	6599/2	19/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDO3544	55689442D	6920/0	18/09/2013	R\$ 127,69	233
MDS8213	54708764E	5118/0	11/10/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDS8213	54708765E	7064/0	11/10/2013	R\$ 191,53	244 * IV
MDX4769	54709984E	6912/0	07/09/2013	R\$ 53,20	232
MEE2900	54709849E	6580/0	07/09/2013	R\$ 191,53	230 * IV
MEF7916	54709713E	6599/2	18/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEF7916	54709714E	6912/0	18/10/2013	R\$ 53,20	232
MEH6296	54709028E	6599/2	28/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEI8789	54709739E	5452/2	30/10/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MEL7226	54708793E	6912/0	21/10/2013	R\$ 53,20	232
MEL7226	54708794E	6599/2	21/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEZ0381	54464492E	6920/0	08/10/2013	R\$ 127,69	233
MFA5788	54708958E	5185/1	04/09/2013	R\$ 127,69	167
MFH8247	54709009E	6041/2	31/08/2013	R\$ 127,69	207
MFZ5610	54708791E	5185/1	21/10/2013	R\$ 127,69	167
MGZ3588	54708761E	5185/1	11/10/2013	R\$ 127,69	167
MHA6407	54465356E	6122/0	14/09/2013	R\$ 191,53	214 * I
MHD0401	54709031E	6912/0	29/10/2013	R\$ 53,20	232
MHF1887	54464489E	6920/0	30/09/2013	R\$ 127,69	233
MHV9776	54709301E	6599/2	18/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
MXH1660	54708651E	5452/2	01/11/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MID7312	54709029E	5541/6	28/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIN9997	54464594E	6912/0	02/08/2013	R\$ 53,20	232
MIR6885	54708968E	6599/2	07/09/2013	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIR6885	54708969E	5010/0	07/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
MIR6885	54708970E	6912/0	07/09/2013	R\$ 53,20	232
MIX0061	54465134E	5541/4	09/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJH5526	54709128E	6599/2	23/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJK8296	54708911E	6599/2	16/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJQ9866	54708984E	6599/2	13/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJU7698	54709027E	5541/6	24/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKN7874	54709265E	6912/0	29/10/2013	R\$ 53,20	232
MKS5602	54709718E	5037/1	18/10/2013	R\$ 574,61	162 * III
MKS5602	54709719E	5134/1	18/10/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * III
MKX6727	54709998E	7366/2	18/09/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MMA8563	54282613D	5207/0	17/10/2013	R\$ 53,20	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 15 DE OUTUBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL

AUTORIDADE DE TRANSITO



**Infração de Trânsito Nº 074 969/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 074 969/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEM5865	54708508E	6599/2	08/12/2013	230 * V
AEM5865	54708509E	6726/1	08/12/2013	230 * XVIII
AEM5865	54708510E	7374/0	08/12/2013	253
AGA7705	54452533D	5010/0	16/12/2013	162 * I
AGA7705	54452534D	6599/2	16/12/2013	230 * V
AGA7705	54452535D	6726/1	16/12/2013	230 * XVIII
AWM1321	54283045D	6920/0	19/12/2013	233
AWW7900	54709911E	5010/0	20/12/2013	162 * I
AWW7900	54709912E	5118/0	20/12/2013	164 c/c 162 * I
MBF5813	55688674D	6920/0	06/12/2013	233
MGC9280	54708595E	6599/2	06/12/2013	230 * V
MGW2449	54708935E	5703/0	07/12/2013	185 * I
MIF8269	54465074E	5487/0	05/12/2013	181 * XI
MJZ9539	54709149E	7030/1	14/12/2013	244 * I
MUL5161	54708620E	6599/2	16/12/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 15 DE OUTUBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLÍCIA - 9 DRP

**Infração de Trânsito Nº 074 970/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 970/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABA1891	54465460E	5185/1	16/11/2013	R\$ 127,69	167
AIS1684	54709751E	5215/2	30/08/2013	R\$ 191,53	170
AIS1684	54709752E	5010/0	30/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
AIS1684	54709754E	5835/0	30/08/2013	R\$ 127,69	195
AIS1684	54709755E	7340/0	30/08/2013	R\$ 85,12	252 * IV
ALO6346	54709418E	7366/2	25/10/2013	R\$ 85,12	252 * VI
APJ0961	54709705E	6599/2	11/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
APJ0961	54709706E	6912/0	11/09/2013	R\$ 53,20	232
IIZ2744	54465065E	5185/1	07/09/2013	R\$ 127,69	167
MDS8213	54708763E	5010/0	11/10/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEX0673	54464497E	7366/2	24/10/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJB8025	54710000E	5541/5	18/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 15 DE OUTUBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**Infração de Trânsito Nº 074 971/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 074 971/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ATW9493	55689837D	7366/2	22/12/2013	252 * VI
BEJ1940	54709907E	6599/2	24/12/2013	230 * V
BEJ1940	54709910E	5185/1	24/12/2013	167
CWV7596	54464237E	6610/2	16/12/2013	230 * VII
MHS0332	54464907E	5835/0	21/12/2013	195
MHS0332	54464908E	5010/0	21/12/2013	162 * I
MHS0332	54464909E	5215/2	21/12/2013	170
MHS0332	54464910E	5169/1	21/12/2013	165
MHS0332	54464911E	6556/1	21/12/2013	230 * I
MHS0332	54464912E	5118/0	21/12/2013	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 15 DE OUTUBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLÍCIA - 9 DRP

**Infração de Trânsito Nº 074 972/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 972/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAT6456	54708962E	5541/6	04/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
ACE1284	54464889E	5614/4	06/09/2013	R\$ 127,69	182 * V
AFR0804	54709257E	6599/2	25/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
ARG3531	54709261E	6599/2	25/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
ASX5085	54464342E	6068/1	14/09/2013	R\$ 127,69	209
DNE3728	54709050E	6920/0	22/11/2013	R\$ 127,69	233
MEM3116	54709281E	5541/3	02/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 15 DE OUTUBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL

AUTORIDADE DE TRANSITO

**Infração de Trânsito Nº 074 973/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 074 973/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHR4217	54709765E	6599/2	29/12/2013	230 * V
AHR4217	54709766E	6726/1	29/12/2013	230 * XVIII
HLP4134	54283031D	6920/0	09/12/2013	233
LXY7557	54708730E	6610/2	10/12/2013	230 * VII
LZT8830	54283030D	6920/0	09/12/2013	233
MAW1125	54464241E	5010/0	28/12/2013	162 * I
MBD6701	54465471E	5207/0	10/12/2013	169
MGQ7836	54708945E	5541/6	12/12/2013	181 * XVII
MIE8046	54709923E	6599/2	02/01/2014	230 * V
MJQ5574	54464917E	5010/0	04/01/2014	162 * I
MJQ5574	54464918E	5118/0	04/01/2014	164 c/c 162 * I
MJQ5574	54464919E	6912/0	04/01/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 15 DE OUTUBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLÍCIA - 9 DRP

# Marema

## PREFEITURA

### **Pregão Presencial N. 020/2014**

Município de Marema - Pregão Presencial n. 020/2014.

A Prefeitura Municipal de Marema - SC, FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Proc. Lic. n. 036/2014 - Licitação na Mod. Pregão Presencial n. 020/2014, para Aquisição de Conjunto de Academia ao Ar Livre, vinculado ao contrato de apoio financeiro n. 2014TR000741 - Projeto SDR05 3857/2013 - FUNDESPORTE; e aquisição de implementos agrícolas(distribuidor de adubo liquido) através de Convenio n. 2014TR000749, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por SDR/Xanxere/Município de Marema. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 05/11/2014, às 09h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 05/11/2014 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia da integra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h00min às 13h00min ainda, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site: [www.marema.sc.gov.br](http://www.marema.sc.gov.br)

Marema, 21 de outubro de 2014

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal



# Massaranduba

## PREFEITURA

### **Decreto Nº 2990 de 20 de Outubro de 2014**

DECRETO Nº 2990 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal em exercício de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 804,00(Oitocentos e quatro reais) no programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.306.0080.2033 - Manutenção Programa de Mer. Escolar do Ensino Fundam.

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 16005 - PNAE Atendimento Educ. Especializado R\$ 804,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 20 de Outubro de 2014

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI

Gerente do Procon

### **DECRETO Nº 2991 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014**

DECRETO Nº 2991 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal em exercício de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.525,00(Hum mil, quinhentos e vinte e cinco reais) no programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.365.0096.2053 - Manutenção da Educação Infantil - Creches

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 16201 - Outros Recursos da Educação - FNDE R\$ 1.525,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 20 de Outubro de 2014

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI

Gerente do Procon

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2014-FMS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2014

Processo Licitatório 32/2014 - FMS

Pregão Presencial Nº. 22/2014 - FMS

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos 21 de Outubro do ano de 2014, o FUNDO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2998, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.231.203/0001-05, neste ato representado pela Gestora dos Fundos Municipais, Sra. SUZANE ELISA F. REINKE e pelo Prefeito em Exercício, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 22/2014 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal em Exercício, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para AQUISICAO DE DIETAS ESPECIAIS (LEITE ESPECIAL) PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES ONCOLOGICOS E CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, COM PRESCRIÇÃO NUTRICIONAL, DO MUNICIPIO DE MASSARANDUBA (SC), para atender a demanda da Secretaria de Saúde de Massaranduba, pelo período de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo X do Edital de Pregão Presencial que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
EXTRA DISTRIB DE MEDICAMENTOS E PROD HOSP LTDA, neste ato representado por JULIO CEZAR TONDOLO	06.035.038/0001-86
MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, neste ato representado por Representante não Cadastrado	04.470.877/0001-05
NUTRIPORT COMERCIAL LTDA, neste ato representado por SILVANA SE-MENTINO AMARIO	03.612.312/0001-44
BRUTHAN COMERCIAL LTDA, neste ato representado por GREICE DAIANE EHRHARDT	02.625.813/0001-00
CENTER NUTRI COMERCIO DE PROD. PARA NUTRIÇÃO ENTERAL LTDA EPP, neste ato representado por Representante não Cadastrado	08.617.050/0001-24
CM HOSPITALAR LTDA, neste ato representado por BRUNA DIAS	12.420.164/0003-19
NUTRICLIN SAÚDE COM. DE PROD. NUTRICIONAIS - EPP, neste ato representado por MARCO AURELIO MILLNITZ	12.694.747/0001-76

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.0. CONTRATAÇÃO: AQUISICAO DE LEITE ESPECIAL PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES ONCOLOGICOS E CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, COM PRESCRIÇÃO NUTRICIONAL, DO MUNICIPIO DE MASSARANDUBA (SC), em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

Empresa Vencedora							
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Qde	Valor Unit.	Valor Total
00003	EXTRA DISTRIB DE MEDICAMENTOS E PROD HOSP LTDA	DIETA PARA USO ORAL OU ENTERAL. COMPOSIÇÃO: MAL-TODEXTRINA, LÍPIDEO CONCENTRADO, CASEINATO DE CÁLCIO, PROTEÍNA ISOLADA DE SORO DE LEITE, PROTEÍNA ISOLADA DE SOJA, FOSFATO DISSÓDICO, CLORETO DE POTÁSSIO, SULFATO DE MAGNÁSIO, COMPLEXO POLIVALENTE DE CÁLCIO, POTÁSSIO E FÓSFORO, CITRATO DE COLINA, VITAMINA C, VITAMINA E ACETATO DE TOCOFERILA, FERRO QUELATO, SULFATO DE ZINCO, BETACAROTENO, VITAMINA A PALMITATO, NICOTINAMIDA, PANTOTENATO DE CÁLCIO, SULFATO DE MANGANÊS, VITAMINA D3, PIRIDOXINA,	UNID	BASIC	400,00000	43,4000	17.360,00
00008	EXTRA DISTRIB DE MEDICAMENTOS E PROD HOSP LTDA	MÓDULO DE FIBRAS SOLÚVEL E/OU INSOLÚVEL. ISENTA DE SABOR. COMPOSIÇÃO: POLIDEXTROSE E POLISSACARÍDEO DE SOJA. APRESENTAÇÃO: LATA DE 400 GRAMAS	UNID	ENTERFIBER	50,00000	65,9900	3.299,50
Total do Fornecedor: 20.659,50							

00012	MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	FÓRMULA INFANTIL ESPECIAL. FÓRMULA INFANTIL PARA SITUAÇÃO METABÓLICA ESPECIAL PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, FORMULADO PARA PORTADORES DE ALERGIAS ÀS PROTEÍNAS DO LEITE DE VACA E DA SOJA. HIPOALERGÊNICA COM 100% DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE EXTENSAMENTE HIDROLIZADA, COM ÁCIDOS GRAXOS DE CADEIA LONGA E NUCLEOTÍDEOS. CONTÉM VITAMINAS, MINERAIS E OLIGOELEMENTOS NECESSÁRIOS AO BOM DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO DO LACTENTE. ISENTA DE SACAROSE, FRUTOSE E GLÚTEN.	UNID	NAN AR	50,00000	11,9100	595,50
00017	MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	FÓRMULA INFANTIL 1º SEMESTRE. FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES NOS PRIMEIROS SEIS MESES DE VIDA COM PREDOMINÂNCIA PROTÉICA DE CASEÍNA; É ACRESCIDA DE ÓLEOS VEGETAIS, MALTO-DEXTRINA E ENRIQUECIDA COM VITAMINAS, MINERAIS, FERRO E OUTROS OLIGOELEMENTOS. MALTODEXTRINA, LEITE DE VACA DESNATADO (FONTE PROTÉICA), OLEÍNA DE PALMA, ÓLEO DE PALMISTE, ÓLEO DE CANOLA, ÓLEO DE MILHO, LECITINA DE SOJA, VITAMINAS(VITAMINA C, TAURINA, VITAMINA E, VITAMINA PP, PANTOTONATO DE CÁLCIO, VITAMINA A, VITAMINA B6,	UNID	NESTOGENO 1	150,00000	9,6900	1.453,50
00018	MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	FÓRMULA INFANTIL 2º SEMESTRE. FORMULA INFANTIL PARA LACTENTES A PARTIR DO SEXTO MÊS DE VIDA, CONTENDO LEITE DE VACA DESNATADO, SENDO 77% DE CASEÍNA E 23% DE PROTEÍNAS DO SORO DO LEITE, MALTODEXTRINA, LACTOSE, OLEÍNA DE PALMA, ÓLEO DE PALMISTE, ÓLEO CANOLA, ÓLEO DE MILHO, GORDURA LÁCTEA, MINERAIS: (SULFATO FERROSO, SULFATO DE ZINCO, SULFATO DE COBRE, IODETO DE POTÁSSIO), LECETINA DE SOJA, VITAMINAS(VITAMINA C, NIACINA, VITAMINA E, PANTOTONATO DE CÁLCIO, VITAMINA A, VITAMINA B6, VITAMINA B1,	UNID	NESTOGENO 2	50,00000	9,9900	499,50

Total do Fornecedor: 2.548,50

00001	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	DIETA PARA USO ORAL OU ENTERAL. COMPOSIÇÃO: MALTO-DEXTRINA, XAROPE DE MILHO, PROTEÍNA DO SORO DO LEITE, SACAROSE, CASEINATO DE POTÁSSIO OBTIDO DO LEITE DE VACA, ÓLEO DE CANOLA DE BAIXO TEOR ERÚCICO, TRIGLICÉRIDES DE CADEIA MÉDIA, ÓLEO DE MILHO, LECITINA DE SOJA, FOSFATO DE SÓDIO, FOSFATO DE POTÁSSIO, VITAMINAS (VITAMINA A, VITAMINA D, VITAMINA E, VITAMINA K, VITAMINA C, VITAMINA B1, VITAMINA B2, NIACINA, VITAMINA B6, ÁCIDO FÓLICO, ÁCIDO PANTOTÊNICO, VITAMINA B12,	LATA	NUTRI ENTERAL SF DAN	150,00000	22,0000	3.300,00
00006	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	MÓDULO DE CARBOIDRATO EM PÓ CONTENDO 100%MALTO-DEXTRINA. ISENTA DE GLÚTEN. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 400G	UNID	NUTRI DEXTRIN	150,00000	17,0000	2.550,00
00009	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	SUPLEMENTO HIPERPROTÉICO ACRESCIDO DE ARGININA, ZINCO, SELÊNIO, VIT C, A E E. TERAPIA NUTRICIONAL DESENHADA ESPECIFICAMENTE PARA A CICATRIZAÇÃO DE ÚLCERAS POR PRESSÃO E OUTRAS SITUAÇÕES QUE EXIJAM ESTÍMULO DA CICATRIZAÇÃO. ALÉM DA PRESENÇA DO EXCLUSIVO MIX DE CAROTENÓIDES. ISENTA DE GLÚTEN. SABORES: MORANGO,BAUNILHA E CHOCOLATE. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM PLÁSTICA DE 200ML	UNID	CUBITAN DANNONE	100,00000	12,9900	1.299,00
00013	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	FÓRMULA INFANTIL ESPECIAL. FÓRMULA INFANTIL PARA SITUAÇÃO METABÓLICA ESPECIAL PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, FORMULADO PARA PORTADORES DE ALERGIAS ÀS PROTEÍNAS DO LEITE DE VACA E DA SOJA. HIPOALERGÊNICA COM 100% DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE EXTENSAMENTE HIDROLIZADA, COM ÁCIDOS GRAXOS DE CADEIA LONGA E NUCLEOTÍDEOS. CONTÉM VITAMINAS, MINERAIS E OLIGOELEMENTOS NECESSÁRIOS AO BOM DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO DO LACTENTE. ISENTA DE SACAROSE, FRUTOSE E GLÚTEN.	UNID	APTAMIL PEPTI	50,00000	44,3000	2.215,00
00014	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	FÓRMULA INFANTIL ESPECIAL. FÓRMULA INFANTIL ISENTA DE LACTOSE ENRIQUECIDA COM VITAMINAS, NUCLEOTÍDEOS E MINERAIS NECESSÁRIOS AO BOM DESENVOLVIMENTO. VALOR CALÓRICO DE 65 A 67 KCAL EM 100 ML. APRESENTAÇÃO: LATA DE 400 GRAMAS	UNID	APTAMIL SEM LACTOSE	50,00000	19,2200	961,00

00015	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	FÓRMULA INFANTIL 1º SEMESTRE. FÓRMULA INFANTIL À BASE DE PROTEÍNA LÁCTEA, EM PÓ, ENRIQUECIDA COM FERRO E PREBIÓTICOS OU PROBIÓTICOS, INDICADA PARA LACTENTES DESDE O NASCIMENTO ATÉ 06 MESES DE VIDA, QUE ATENDA TODAS AS RECOMENDAÇÕES DO CODEX ALIMENTARIUS FAO/OMS. APRESENTAÇÃO: LATA DE 400 GRAMAS	UNID	APTAMIL 1	150,00000	12,2500	1.837,50
00016	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	FÓRMULA INFANTIL 2º SEMESTRE. FÓRMULA INFANTIL DESEQUÊNCIA, COM PROTEÍNAS MODIFICADAS EM SUA RELAÇÃO CASEÍNA/PROTEÍNAS SOLÚVEIS PELA ADIÇÃO DE SORO DE LEITE; ADICIONADO DE ÓLEO VEGETAL, MALTOSE-DEXTRINA, ENRIQUECIDA COM VITAMINAS, MINERAIS, FERRO E OUTROS OLIGOELEMENTOS. APRESENTAÇÃO: LATA DE 400 GRAMAS	UNID	APTAMIL 2	50,00000	11,7100	585,50

Total do Fornecedor: 12.748,00

00011	BRUTHAN COMERCIAL LTDA	FÓRMULA INFANTIL ESPECIAL. ALIMENTAÇÃO DE LACTENTES E CRIANÇAS QUE APRESENTEM ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA E / OU SOJA, DISTÚRBIOS ABSORTIVOS OU OUTRAS CONDIÇÕES CLÍNICAS QUE REQUEREM UMA TERAPIA NUTRICIONAL COM DIETA OU FÓRMULA SEMI-ELEMENTAR E HIPOALERGÊNICA. ISENTA DE LACTOSE, GALACTOSE, SACAROSE, FRUTOSE E GLÚTEN. É UMA DIETA SEMI-ELEMENTAR E HIPOALERGÊNICA, À BASE DE PROTEÍNA EXTENSAMENTE HIDROLISADA DE SORO DE LEITE. APRESENTAÇÃO: LATA DE 400 GRAMAS.	UNID	PREGESTIMIL	50,00000	55,0000	2.750,00
00020	BRUTHAN COMERCIAL LTDA	FÓRMULA INFANTIL ESPECIAL. FÓRMULA INFANTIL HIPOALERGÊNICA À BASE DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE PARCIALMENTE HIDROLISADA, COM ADIÇÃO DE PREBIÓTICOS, ÁCIDOS GRAXOS DE CADEIA LONGA - LCPUFAS (DHA - ÁCIDO DOCOSAHEXAENÓICO E ARA - ÁCIDO ARAQUIDÔNICO) E NUCLEOTÍDEOS. LACTOSE, CONCENTRADO DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE HIDROLISADA, ÓLEOS VEGETAIS (PALMA, CANOLA, COCO, GIRASSOL, MORTIERELLA ALPINA), GALACTOOLIGOSSACARÍDEO, FRUTOOLIGOSSACARÍDEO, FOSFATO DE POTÁSSIO, CLORETO DE CÁLCIO, ÓLEO DE PEIXE	UNID	ENFAMIL GENTLEASE	50,00000	23,0800	1.154,00

Total do Fornecedor: 3.904,00

00004	CENTER NUTRI COMERCIO DE PROD. PARA NUTRIÇÃO EN- TERAL LTDA EPP	ALIMENTO HIPERPROTÉICO À BASE DE PROTEÍNAS DE ALTO VALOR BIOLÓGICO, CONTEN- DO 100% DE CLARA DE OVO PASTEURIZADA DESIDRATADA. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM DE 1.000 GRAMAS	UNID	PROLEV	150,00000	12,0000	1.800,00
Total do Fornecedor: 1.800,00							
00005	CM HOSPITALAR LTDA	DIETA INFANTIL PARA USO ORAL OU ENTERAL. DIETA NU- TRICIONALMENTE COMPLETA E BALANCEADA PARA NUTRI- ÇÃO ORAL OU ENTERAL EM PÓ, NORMOCALÓRICO, NORMO- PROTEICO, COM NO MÍNIMO 50% DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE, INDICADA PARA CRIANÇAS DE 1 A 10 ANOS. ISENTO DE LACTOSE, GLÚTEN E COLESTEROL. SABOR BAUNI- LHA. APRESENTAÇÃO: LATA DE 400 GRAMAS	UNID	NESTLÉ	350,00000	37,5000	13.125,00
00007	CM HOSPITALAR LTDA	SUPLEMENTO HIPERCALÓRICO EM PÓ, RICO EM VITAMINA- SE MINERAIS, ENRIQUECIDO COM MIX DE CAROTENÓIDES. ISENTO DE LACTOSE E GLÚTEN. SABORES NEUTRO E BAUNILHA. APRESENTAÇÃO: LATA DE 325 GRAMAS	UNID	NESTLÉ	50,00000	31,0000	1.550,00
00019	CM HOSPITALAR LTDA	FORMULA INFANTIL ESPECIAL. MALTODEXTRINA, PROTEÍNA DE SORO DE LEITE HIDRO- LISADA, SACAROSE, TRIGLI- CÉRIDES DE CADEIA MÉDIA, AMIDO, ÓLEO DE SOJA, ÓLEO DE GIRASSOL DE ALTO TEOR OLÉICO, LECITINA DE SOJA, FOSFATO DE CÁLCIO, FOSFATO DE POTÁSSIO, FOSFATO DESÓ- DIO , VITAMINAS (VITAMINA C, TAURINA, VITAMINA E, VITAMI- NA PP, ÁCIDO PANTOTÊNICO, BETA-CAROTENO, VITAMINA B6, VITAMINA B1, VITAMINA B2, VITAMINA A, ÁCIDO FÓLICO, BIOTINA, VITAMINA D E VITA- MINA K), CLORETO DE POTÁ- SIO, CLORETO DE SÓDIO,	UNID	NESTLÉ	50,00000	188,0000	9.400,00



00021	CM HOSPITALAR LTDA	DIETA PARA USO ORAL OU ENTERAL. COMPOSIÇÃO: DEXTRINA DE TAPIOCA, ÓLEO DE GIRASSOL, PROTEÍNA DO SORODO LEITE, CASEINATO DE POTÁSSIO OBTIDO DO LEITE DE VACA, ÓLEO DE CANOLA, AMIDO DE BATATA, FIBRA DE ERVILHA, GOMA ACÁCIA, INULINA, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, ÁCIDO FOSFÓRICO, HIDRÓXIDO DE POTÁSSIO, ÁCIDO CÍTRICO, BITARTARATO DE COLINA, CLORETO DE CÁLCIO, CLORETO DE MAGNÉSIO, MALTODEXTRINA, CARBONATO DE CÁLCIO, VITAMINA C, TAURINA, L-CARNITINA, SULFATO FERROSO, SULFATO DE ZINCO, VITAMINA E, VITAMINA A,	UNID	NESTLÉ	250,00000	63,0000	15.750,00
Total do Fornecedor: 39.825,00							
Total Geral dos Itens: 81.485,00							

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 81.485,00 (OITENTA E HUM MIL E QUATROCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.0. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Fundo Municipal não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.0. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Saúde Municipal, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 32/2014 - Pregão Presencial Nº. 22/2014

3.2. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório Nº. 32/2014 - Pregão Presencial Nº. 22/2014 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.0. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, através de depósito na conta corrente informada pela empresa vencedora do certame, mediante a apresentação de Nota Fiscal, com os materiais descritos detalhadamente e devidamente atestada pela Secretaria requisitante, ou outro servidor responsável pela requisição/solicitação. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação, da Ata de Registro de Preços e ainda serão observados os seguintes requisitos:

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.1. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

Código Dotação	Descrição
06	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
002	GERENCIA DE ASSISTENCIA MEDICA
2101	MANUTENCAO DO SERVICO DE ATENDIMENTO A POPULACAO.
33903203000000	GENEROS ALIMENTICIOS
10200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.0. O prazo de entrega será de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Ordem de Compra ou Nota de Empenho que será fornecida pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços.

5.1. Local de entrega: Secretaria Municipal de Saúde, situada na Rua 11 de Novembro, 2998, Centro, na cidade de Massaranduba/SC.

5.2. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo

estes custos.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.0. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, a critério do Fundo Municipal.

6.1. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Fundo Municipal pelo infrator:

6.1.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.1.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1. Advertência;

6.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocado de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.5. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos;

6.6 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.7. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.8. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.9. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.0. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1. Pela Administração Municipal, quando:

8.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

8.3. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.4. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

**CLÁUSULA NONA - DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO**

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Saúde Municipal, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

10. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.1 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.2 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.3 O Fundo Municipal não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

11.1. Compete ao Fornecedor:

11.1.1. Efetuar a entrega no prazo previsto na Cláusula V, independentemente da quantidade solicitada e do local de entrega.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº. 22/2014, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba(SC), 21 de outubro de 2014.

SUZANE ELISA F. REINKE

Gestora dos Fundos Municipais

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal em Exercício

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

SILVANA SEMENTINO AMARIO

Contratada

CENTER NUTRI COMERCIO DE PROD. PARA NUTRIÇÃO ENTERAL LTDA EPP

Representante não Cadastrado!

Contratada

CM HOSPITALAR LTDA

BRUNA DIAS

Contratada

MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Representante não Cadastrado!

Contratada

EXTRA DISTRIB DE MEDICAMENTOS E PROD HOSP LTDA

JULIO CEZAR TONDOLO

Contratada

BRUTHAN COMERCIAL LTDA

GREICE DAIANE EHRHARDT

Contratada

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 35/2014 - FMS**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 35/2014 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2014

REGISTRO DE PREÇO

**I - PREAMBULO**

1.1. . O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela Portaria nº. 346, de 10 de fevereiro de 2014, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores vigentes e pertinentes à matéria, e Decreto Municipal nº. 2.051, DE 11 DE OUTUBRO DE 2010, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO, aquisição de DIETAS ESPECIAIS (LEITES ESPECIAIS) para atendimento de pacientes oncológicos e crianças com necessidades especiais com prescrição nutricional, do Município de Massaranduba (SC), com adjudicação pelo menor preço - por item, sob a forma de fornecimento parcelado.

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

DATA DE ABERTURA:	05/11/2014
LOCAL:	Prefeitura de Massaranduba - SC. Setor de Licitações Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro - Massaranduba - SC
ENTREGA DOS ENVELOPES:	13:30h
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DO PROCESSO:	14:00h

## II - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de DIETAS ESPECIAIS (LEITES ESPECIAIS) para atendimento de pacientes oncológicos e crianças com necessidades especiais com prescrição nutricional, do Município de Massaranduba (SC), conforme especificações, quantidades e data de entrega estipulados no ANEXO II, deste edital.

E para que ninguém alegue desconhecimento, é o presente Edital publicado em resumo no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, afixado no Mural de Avisos da Prefeitura Municipal de Massaranduba, e disponibilizado no site oficial: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba (SC), 21 de outubro de 2014.

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal em Exercício
SUZANE E. F. REINKE
Gestora dos Fundos Municipais

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 34/2014 - FMS -ERRATA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 34/2014 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2014

TIPO: MENOR PREÇO - POR ITEM

### ERRATA:

Nos anexos II e III, ONDE SE LÊ:

### ANEXO II

### TERMO DE REFERÊNCIA

### ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS DOS ITENS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
01	1) Microcomputador baseado em processador operando a 3.0 GHz (nominal) e cache de 6 MB ; 2) Processador Intel i5 3a.geração; 3) BIOS Plug & Play desenvolvida pelo fabricante do equipamento ou com direitos (copyright) sobre essa BIOS com identificação individualizada do equipamento, acesso via senha e controle de abertura do gabinete; 4) DDR3 SDRAM 4 Gbytes, 1,6 GHz, DIMM, tecnologia duplo canal, expansível a 32 GBytes; 5) Unidade de dvd-rw, SATA; 6) Unidade de disco rígido com capacidade de 500 Gbytes, SATA 6,0 Gbit/s, 7200 rpm; 7) Teclado 101 teclas auto-repetitivas, padrão ABNT2, conector nativo mini-din ou USB; 8) Mouse 400 dpi, dois botões, ótico, interface USB ou PS/2; 9) Monitor de vídeo retroiluminado por LED, wide, 17" SVGA; 10) Interface controladora gráfica de vídeo, endereçando 512 MB de memória, resolução 1900x1080 a 60 Hz em 16 milhões de cores, duas saídas sendo uma digital, cabo compatível com o item 9, suporte a dois monitores simultâneos; 11) Interface de áudio estéreo, saída frontal conector P2 e entrada frontal para microfone conector P2; 12) 6 interfaces USB 2.0 e 2 interfaces USB 3.0, conector A, sendo 2 frontais; 13) Interface padrão IEEE 802.3, 10/100/1000BaseT/Tx/T, 32 bits, integrada a placa mãe; 14) Controladora de periféricos integrada a placa mãe; 15) Fonte de alimentação universal com correção de fator de potencia ativo, eficiencia de 90% (50% carga), operando de 100 a 240 VAC de entrada, fase/neutro/terra, 60Hz; 16) Sistema operacional Windows 8 Professional 64 bits em português (Brasil) OEM licenciado para o fabricante do equipamento e respectivos drivers.	02	4.400,00	8.800,00
TOTAL R\$				8.800,00

Prazo de entrega dos itens: 10 (dez) dias consecutivos após recebimento da Ordem de Compra.

Frete: incluso a ser entregue na cidade de Massaranduba (SC).

Condições de Pagamento: O pagamento será efetuado no 10º (décimo) dia após a entrega do objeto licitado juntamente com apresentação da nota fiscal e aprovação do mesmo. Caso seja necessário executar a instalação do item licitado, o pagamento aguardará a execução.

Exigências de Habilitação e Penalidades: de acordo com os artigos 14 e 17 do Decreto Municipal nº. 1.444/2007.

### ANEXO III

#### MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(de preferência em papel timbrado da proponente)

NOME DA EMPRESA					
CNPJ			INSC. ESTADUAL		
END.			Nº.	BAIRRO	
CEP		CIDADE			ESTADO
PHONE			E-MAIL		

Apresentamos nossa proposta em conformidade com o estabelecido no Edital de Processo Licitatório nº. 34/2014, acatando todas as estipulações consignadas no edital, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
01	1) Microcomputador baseado em processador operando a 3.0 GHz (nominal) e cache de 6 MB ; 2) Processador Intel i5 3a.geração; 3) BIOS Plug & Play desenvolvida pelo fabricante do equipamento ou com direitos (copyright) sobre essa BIOS com identificação individualizada do equipamento, acesso via senha e controle de abertura do gabinete; 4) DDR3 SDRAM 4 Gbytes, 1,6 GHz, DIMM, tecnologia duplo canal, expansível a 32 GBytes; 5) Unidade de dvd-rw, SATA; 6) Unidade de disco rígido com capacidade de 500 Gbytes, SATA 6,0 Gbit/s, 7200 rpm; 7) Teclado 101 teclas auto-repetitivas, padrão ABNT2, conector nativo mini-din ou USB; 8) Mouse 400 dpi, dois botões, ótico, interface USB ou PS/2; 9) Monitor de vídeo retroiluminado por LED, wide, 17" SVGA; 10) Interface controladora gráfica de vídeo, endereçando 512 MB de memória, resolução 1900x1080 a 60 Hz em 16 milhões de cores, duas saídas sendo uma digital, cabo compatível com o item 9, suporte a dois monitores simultâneos; 11) Interface de áudio estéreo, saída frontal conector P2 e entrada frontal para microfone conector P2; 12) 6 interfaces USB 2.0 e 2 interfaces USB 3.0, conector A, sendo 2 frontais; 13) Interface padrão IEEE 802.3, 10/100/1000BaseT/Tx/T, 32 bits, integrada a placa mãe; 14) Controladora de periféricos integrada a placa mãe; 15) Fonte de alimentação universal com correção de fator de potencia ativo, eficiencia de 90% (50% carga), operando de 100 a 240 VAC de entrada, fase/neutro/terra, 60Hz; 16) Sistema operacional Windows 8 Professional 64 bits em português (Brasil) OEM licenciado para o fabricante do equipamento e respectivos drivers.	02		
TOTAL R\$				

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sob a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: 30 dias.

		de		de	2014
--	--	----	--	----	------

Nome e Assinatura do representante legal

LEIA-SE:

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS DOS ITENS

ITEM	Especificação técnica dos computadores a serem adquiridos com recursos da Portaria 2363 de 18 de outubro de 2012:	QTDE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
	<p>a) PROCESSADOR</p> <p>a.1) Possuir arquitetura 64 bits, compatível com instruções x86-64 ou EMT64;</p> <p>a.2) Ser compatível com instruções SSE, SSE2, SSE3 ou superior;</p> <p>a.3) Possuir no mínimo 04 (quatro) núcleos reais;</p> <p>a.4) Possuir processo de fabricação de 32 (trinta e dois) nanômetros ou inferior;</p> <p>a.5) Possuir suporte a virtualização de CPU e I/O;</p> <p>a.6) Não será permitida a mistura de modelos de processadores diferentes;</p> <p>a.7) Não será permitido nenhum tipo de configuração especial para operação da CPU em velocidade superior à especificação de fábrica, seja qual for o motivo (overclocking);</p> <p>a.8) O processador proposto deverá atingir o valor mínimo de 250 pontos no Sysmark 2007;</p> <p>a.9) Os testes de benchmark deverão ser comprovados pela licitante conforme procedimentos listados no Apêndice "I".</p> <p>b) BIOS</p> <p>b.1) Ser do tipo flash memory, utilizando memória não volátil, reprogramável e compatível com os padrões Plug-and-Play e ACPI 2.0 ou superior, com proteção de gravação;</p> <p>b.2) Possuir suporte a qualquer data superior ao ano 2000 e que tenha versão atualizada em 2011/2012;</p> <p>b.3) Deverá possuir recursos de controle de permissão através de senhas, uma para inicializar o computador e outra para acesso e alterações das configurações do BIOS;</p> <p>b.4) Deve ser do mesmo fabricante do equipamento ou desenvolvida especificamente para o projeto estação de trabalho padrão;</p> <p>b.5) Possuir o número de série do equipamento e permitir a inserção de identificação customizada (números do patrimônio do Ministério da Saúde), a ser consultada por software de gerenciamento. b.6) Possuir registro de alertas ao sistema de falhas de disco (SMART) e de abertura do gabinete que permita a consulta por intermédio de software de gerenciamento.</p> <p>b.7) Possuir suporte ao recurso WOL (Wake on LAN) e PXE (Pré-boot Execution Environment).</p> <p>c) MEMÓRIA</p> <p>c.1) Memória RAM de 08 (oito) Gigabytes, em 02 (dois) módulos idênticos, do tipo SDRAM DDR3 1333 MHz ou superior, operando em modalidade "Dual Channel".</p> <p>d) PLACA PRINCIPAL</p> <p>d.1) Ter arquitetura ATX, microATX, BTX ou microBTX, conforme padrões estabelecidos e divulgados no site <a href="http://www.formfactors.org">www.formfactors.org</a>, organismo que define os padrões existentes;</p> <p>d.2) Ser do mesmo fabricante do equipamento ou projetada especificamente para o projeto da estação de trabalho padrão, não sendo aceitas placas de livre comercialização no mercado.</p> <p>d.3) Possuir sistema de detecção de intrusão de chassis, com acionador instalado no gabinete;</p> <p>d.4) Possuir chip de segurança onboard, no padrão TPM - Trusted Platform Module, compatível com a especificação TPM version 1.2, ou superior, incluindo o utilitário de gerenciamento e controle homologado pelo fabricante do equipamento;</p> <p>d.5) Possuir pelo menos 01 (um) slot PCI-express 2.0 x16 ou superior;</p> <p>d.6) Possuir suporte a velocidades de barramento de sistema (system bus) compatíveis com o processador e com a memória solicitada;</p> <p>d.7) Possuir suporte à memória do tipo DDR3-1333MHZ ou superior;</p> <p>d.8) Permitir a instalação de pelo menos 16 (dezesesseis) Gigabytes de memória;</p> <p>d.9) Possuir suporte para dispositivos de rede Ethernet Wake on Lan (WOL);</p> <p>d.10) Possuir controladora onboard do tipo SATA-III de 06 (seis) Gb/s (gigabits por segundo) ou superior para conexão de no mínimo 01 (um) disco rígido;</p> <p>d.11) Possuir controladora onboard do tipo SATA-II para conexão de pelo menos 01 (um) dispositivo de gravação e leitura de CD/DVD, compatível com os periféricos adiante especificados.</p> <p>d.12) Possuir suporte ao padrão DMI (Desktop Management Interface) 2.0 ou superior e Wired for Management (WfM) ou superior;</p> <p>d.13) Possuir suporte ao padrão ACPI (Advanced Configuration and Power Interface) 2.0 de gerenciamento de energia ou superior;</p> <p>d.14) Ser compatível ou desenhada para os sistemas operacionais Windows 7, de 32 bits e de 64 bits;</p> <p>d.15) Suportar, minimamente, as funções de gerenciamento remoto descritas a seguir, assumindo-se que o equipamento possa estar desligado, porém energizado pela rede elétrica e conectado a rede de dados.</p> <p>d.16) Permitir inicialização remota a partir de imagem, CD-ROM instalado em outro computador com acesso remoto das telas de inicialização (redirecionamento de console);</p>			



<p>d.17) Permitir acesso remoto ao POST (procedimento de inicialização) e BIOS para leitura e gravação, mesmo com o equipamento desligado;</p> <p>d.18) Deverá permitir acesso remoto à estação de trabalho padrão por meio de interface gráfica, com controle remoto do vídeo, mouse e teclado, independente do sistema operacional instalado e do suporte de aplicações locais.</p> <p>e) SUBSISTEMA DE ARMAZENAMENTO:</p> <p>e.1) Fornecer 01 (um) disco rígido de no mínimo 500 (quinhentos) gigabytes, com as seguintes características:</p> <p>i) Tecnologia SATA-III de 06 (seis) Gb/s gigabits por segundo ou superior Possuir interface tipo Serial ATA de 06 Gb/s, cache de 16 (dezesesseis) Megabytes e velocidade de rotação de 7.200 (sete mil e duzentas) RPM ou configuração superior;</p> <p>ii) Possuir suporte a tecnologia NCQ (Native Control Queue) ou equivalente;</p> <p>iii) Possuir suporte a tecnologia Self Monitoring Analysis and Report (SMART) ou equivalente;</p> <p>iv) Fornecer 01 (uma) unidade combinada de gravação de DVD dual layer e gravadora de CD, padrão SATA-II, com velocidade de leitura de CD mínima de 40X, leitura de DVD mínima de 16X, compatível com CD-ROM, CD-DA, CD-Photo, CD-I FMV, CD-Extra, CD-Video e CD-R/RW, DVDROM, DVD +R -R, DVD+RW-RW, DVD-VIDEO e DVD-AUDIO, Dual Layer, com garantia de funcionamento tanto na posição vertical quanto na horizontal, quando estiver alojada em gabinete do tipo desktop.</p> <p>f) ADAPTADOR DE VÍDEO ONBOARD</p> <p>f.1) Controladora gráfica com 01 (um) gigabyte de memória, podendo ser compartilhada com a do sistema;</p> <p>f.2) Possuir frequência (clock) do núcleo da GPU (Graphics Processing Unit) mínima de 600 (seiscentos) MHz;</p> <p>f.3) Possuir suporte às resoluções de no mínimo, 1024x768, 1280x1024, 1440x900, 2560x1600, com 32 bits por pixel;</p> <p>f.4) Possuir suporte ao Microsoft DirectX® 10.1 ou superior;</p> <p>f.5) Possuir suporte a Monitor estendido;</p> <p>f.6) Possuir no mínimo 02 (duas) saídas de vídeo, sendo pelo menos uma digital do tipo DVI, Display Port ou HDMI e que permita o uso de dois monitores simultâneos.</p> <p>g) SUBSISTEMA DE REDE</p> <p>g.1) Possuir controladora de Rede, com velocidade de 10/100/1000 Mbps/s, padrões Ethernet, Fast-Ethernet e Gigabit Ethernet, autossense, full-duplex, plug-and-play, Intel PXE (Preboot eXecution Environment), RSS (Receive Side Scaling), totalmente configurável por software, com conector padrão RJ-45, função wake-on-lan e suporte a múltiplas VLANs (802.1q).</p> <p>h) SUBSISTEMA DE SOM</p> <p>h.1) Possuir controladora de som com conectores para entrada, saída e microfone na parte traseira do gabinete e com suporte para conexões de saída e microfone na parte frontal do gabinete.</p> <p>h.2) Dispositivo de som estéreo, integrado à placa principal, padrão "High Definition Audio", ou comprovadamente superior.</p> <p>h.3) Possuir alto-falante integrado ao gabinete com potência mínima de 1,5 (um e meio) Watt RMS. Não será aceito qualquer tipo de adaptação ao gabinete original para atender a essa exigência.</p> <p>i) OUTRAS INTERFACES:</p> <p>i.1) Possuir no mínimo 08 (oito) interfaces USB 2.0 ou superior, sendo pelo menos 02 (duas) instaladas na parte frontal do gabinete sem a utilização de hubs ou portas USB instalada em adaptadores PCI, com possibilidade de desativação das portas através da BIOS do sistema;</p> <p>i.2) Não possuir modem integrado.</p> <p>j) CONTROLADOR DE REDE WIRELESS OFF-BOARD</p> <p>j.1) IEEE 802.11 b/g/n;</p> <p>j.2) Banda de frequência de 2,4 GHz;</p> <p>j.3) Criptografia de dados WPA/WPA2;</p> <p>j.4) Windows XP e Windows 7 (32 ou 64 bits);</p> <p>j.5) Antena dipolo destacável 5 dBi.</p> <p>k) GABINETE</p> <p>k.1) Possuir padrão SFF (Small Form Factor);</p> <p>k.2) Possuir o volume máximo de 15.500 (quinze mil e quinhentos) cm³;</p> <p>k.3) Ter perfeito funcionamento tanto na posição vertical quanto na posição horizontal;</p> <p>k.4) Possuir sistema de ventilação compatível com a tecnologia dos processadores, seguindo as recomendações do fabricante do processador;</p>			
---	--	--	--

<p>k.5) Gabinete com projeto do próprio fabricante do equipamento ou com contrato de O&amp;M com o fabricante do gabinete para aposição da marca;</p> <p>k.6) Possuir total compatibilidade com todos os componentes internos que integram o equipamento.</p> <p>k.7) Possuir conexões frontais ou laterais frontais para pelo menos 02 (duas) portas USB 2.0 ou superior, áudio e microfone;</p> <p>k.8) Possuir conectores de som para entrada, saída e microfone na parte traseira do gabinete e com suporte para conexões de saída e microfone na parte frontal do gabinete;</p> <p>k.9) Possuir alto-falante interno ao gabinete que seja desativado automaticamente quando conectado algum dispositivo de áudio externo à interface de som "line-out" na parte frontal ou na parte traseira do gabinete.</p> <p>k.10) Ser construído de forma a não possuir nenhuma borda interna ou externa cortante, utilizando chapa dobrada nas bordas ou cortada com tecnologia laser;</p> <p>k.11) Ser construído em chapa metálica com rigidez e sistema de fechamento, suficientes para impedir o acesso indevido à parte interna do equipamento;</p> <p>k.12) Possuir botão liga/desliga e indicadores de atividade da unidade de disco rígido e do computador ligado (power-on) na parte frontal do gabinete;</p> <p>k.13) Possuir dispositivo sensor de abertura do gabinete (detecção de intrusão);</p> <p>k.14) Possuir fonte de para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 VAC (+/-10%), 50-60Hz, com ajuste automático, suficiente para suportar todos os dispositivos internos na configuração máxima admitida pelo equipamento (placa principal, interfaces, disco rígido adicional SATA, gravadora DVD, 03 dispositivos USB 2.0 e placa de captura de vídeo) e que implemente PFC (Power Factor Correction) ativo com eficiência superior a 80% (PFC 80+). O modelo de fonte fornecido deve estar cadastrado no sítio <a href="http://www.80plus.com">www.80plus.com</a> na categoria bronze ou superior;</p> <p>k.15) Possuir abertura do equipamento e a troca de componentes internos (disco rígido, unidade de mídia ótica, memórias e placas de expansão) sem a utilização de ferramentas (Tool Less), não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original.</p> <p>k.16) Não serão aceitos parafusos recartilhados;</p> <p>k.17) Possuir sistema de monitoramento de temperatura controlada pela BIOS ou ACPI, adequado ao processador, fonte e demais componentes internos ao gabinete;</p> <p>k.18) Possuir base antiderrapante.</p> <p>k.19) Possuir dispositivo integrado ao gabinete que permita o fechamento da tampa de acesso aos componentes internos, através da utilização de cadeado, sistemas Kensington com cadeado, chave integrada ou sistema de trancamento eletrônico.</p> <p>k.20) O dispositivo deverá possuir chave mestra para utilização durante os procedimentos de manutenção. Não serão aceitos, sob hipótese alguma, sistemas de trancamento que substituam parafusos do gabinete.</p> <p>k.21) Qualquer baia não utilizada, que possua acesso externo, deverá possuir sistema de segurança interno que impeça o acesso ao interior do gabinete, como por exemplo, perfis em U aparafusados;</p> <p>k.22) Os itens que não puderem ser comprovados através da análise da amostra, da documentação do fabricante, ou sítios da Internet, serão motivo de diligência, ou enviados para laboratório especializado.</p> <p><b>l) TECLADO</b></p> <p>l.1) Teclado do mesmo fabricante do equipamento (ou com contrato de O&amp;M com o fabricante do teclado para aposição da marca), wireless ou com conexão USB, destacado do gabinete com ajuste de inclinação, do tipo estendido de 107 teclas, com teclas separadas para movimentação do cursor e teclado numérico separado, atendendo aos padrões das normas ABNT NBR 10346 variante 02 e 10347;</p> <p>l.2) Não será permitido o uso de adaptadores para conexão ao equipamento.</p> <p><b>m) MOUSE</b></p> <p>m.1) Mouse ótico do mesmo fabricante do equipamento (ou com contrato de O&amp;M com o fabricante do mouse para aposição da marca), wireless ou com conexão USB, de no mínimo dois botões, e dispositivo de rolagem de tela, devendo possuir resolução mínima por hardware de 800 DPI;</p> <p>m.2) Não será permitido o uso de adaptadores para conexão ao equipamento;</p> <p>m.3) Deverá ser fornecido mouse-pad especial para mouse ótico.</p> <p><b>n) MONITOR DE VÍDEO LED</b></p> <p>n.1) Possuir área visível de no mínimo 19 (dezenove) polegadas;</p> <p>n.2) Possuir taxa de proporção panorâmica (widescreen) 16:9;</p>			
--	--	--	--

<p>n.3) Possuir iluminação do tipo CCFL (Cold Cathode Fluorescent Lamps) ou LED (Light-emitting diodes) com brilho igual ou superior a 200 cd/m<sup>2</sup>;</p> <p>n.4) Possuir tela antirreflexo;</p> <p>n.5) Possuir suporte à resolução de 1440x 900 ou superior;</p> <p>n.6) Possuir suporte a 16 (dezesseis) milhões de cores;</p> <p>n.7) Possuir pixel pitch máximo de 0.297 mm horizontal x 0.297 mm vertical.</p> <p>n.8) Possuir suporte com regulagem de altura, inclinação frente/trás (tilt) e rotação esquerdo-direita (swivel);</p> <p>n.9) Possuir contraste estático igual ou superior a 1000:1;</p> <p>n.10) Possuir tempo de resposta igual ou inferior a 05 (cinco) milissegundos;</p> <p>n.11) Possuir ângulo de visão horizontal de no mínimo 160 (cento e sessenta) graus.</p> <p>n.12) Possuir ângulo de visão vertical de no mínimo 160 (cento e sessenta) graus; n.13) Possuir pelo menos 01 (uma) entrada de vídeo digital displayPort ou DVI ou HDMI, que permita a conexão com a saída digital do adaptador de vídeo onboard descrito anteriormente.</p> <p>n.14) Deverá ser fornecido pelo menos 01 (um) cabo de conexão de dados digital DVI ou displayPort ou HDMI, compatível com o adaptador de vídeo solicitado;</p> <p>n.15) Não será permitido o uso de conversores analógico/digital;</p> <p>n.16) Possuir fonte de alimentação automática 110/220 VAC;</p> <p>n.17) Possuir um conector de encaixe pra o kit de segurança do tipo kensington sem adaptações.</p> <p><b>o) CERTIFICAÇÕES E CONFORMIDADES</b></p> <p>o.1) O equipamento e o monitor deverão possuir certificação de compatibilidade com a norma IEC 60950 ou similar emitida por instituição acreditada pelo INMETRO, quanto à segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos;</p> <p>o.2) O equipamento e o monitor deverão possuir certificação de compatibilidade com a norma IEC 61000 ou similar emitida por instituição acreditada pelo INMETRO, quanto à medição dos campos magnéticos e elétricos de baixa frequência considerando a exposição de seres humanos;</p> <p>o.3) O equipamento e o monitor deverão possuir certificação de economia de energia EPEAT® ou Certificação EPA ENERGY STAR®;</p> <p>o.4) O equipamento deverá possuir certificação, emitida por instituição credenciada pelo INMETRO ou certificação EPEAT®, que ateste que nenhum dos componentes fornecidos contem substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances);</p> <p>o.5) O equipamento em pleno funcionamento, inclusive com a unidade leitora de mídia ótica em atividade, deve observar a norma NBR 10152 ou norma internacional equivalente, quanto à emissão de ruído ambiente em escritórios de atividades diversas.</p> <p><b>p) REQUISITOS DE DOCUMENTAÇÃO</b></p> <p>p.1) É obrigatória a apresentação da documentação original do fabricante de todos os componentes ofertados na proposta técnica, em inglês e/ou português, incluindo manuais de operação, instalação e configuração, que possam atestar as características técnicas.</p> <p>p.2) Deverá ser apresentado prospecto com as características técnicas de todos os componentes do equipamento, como placa principal, processador, memória, interface de rede, fonte de alimentação, bateria, disco rígido, unidade leitora de mídia ótica, mouse, teclado e vídeo, incluindo especificação de marca, modelo, e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e comprovem as configurações cotadas, possíveis expansões e upgrades, através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes.</p> <p>p.3) Serão aceitas cópias das especificações obtidas em sítios dos fabricantes na Internet, em que conste o respectivo endereço eletrônico. A escolha do material a ser utilizado fica a critério do proponente;</p> <p>p.4) Os itens que não puderem ser comprovados através da análise da amostra, da documentação do fabricante, ou sítios da Internet, serão motivo de diligência, ou enviados, pelo MS, para laboratório especializado.</p>			
---	--	--	--

	<p>q) PROGRAMAS E DRIVERS</p> <p>q.1) Será obrigatória a apresentação de todos os "drivers" e programas necessários ao funcionamento dos componentes dos equipamentos, acompanhados de mídia original do fabricante e instruções de instalação.</p> <p>q.2) Fornecer utilitário de gerenciamento e controle do chip de segurança TPM;</p> <p>q.3) Fornecer programa de leitura, gravação e exibição de DVD/CD;</p> <p>q.4) Fornecer programa ou utilitário cliente para as operações de gerência remota (um em cada equipamento);</p> <p>q.5) Deverá vir instalado e ativado o Microsoft Office Home and Business 2010 OEM ou versão equivalente mais recente, em português e devidamente licenciado com licença definitiva em nome da CONTRATANTE.</p> <p>r) SISTEMA OPERACIONAL</p> <p>r.1) Todos os componentes de hardware e software, "drivers" e programas devem ser compatíveis entre si e com os sistemas operacionais Windows 7 de 32 e 64 bits;</p> <p>r.2) Todos os equipamentos deverão ser fornecidas com o sistema operacional "WINDOWS 7 PROFESSIONAL", versão de 64 bits, em português do Brasil.</p> <p>s) OUTROS REQUISITOS</p> <p>s.1) Todos os equipamentos deverão ser idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos com os mesmos modelos e marca dos utilizados nos equipamentos enviados para avaliação/homologação.</p> <p>s.2) Caso o componente não se encontre mais disponível no mercado, deve-se observar que o componente substituto deve ter, no mínimo, a mesma qualidade e especificações técnicas do componente fora de linha.</p> <p>s.3) Todos os componentes do produto deverão ser novos, sem uso, reforma ou recondicionamento.</p> <p>s.4) Todos os equipamentos ofertados (gabinete, teclado, mouse e monitor) devem possuir gradações neutras das cores branca, preta ou cinza, e manter o mesmo padrão de cor.</p> <p>s.5) Todos os cabos e conectores necessários ao funcionamento dos equipamentos deverão ser fornecidos, com comprimento mínimo 1,5m (um metro e cinquenta centímetros).</p> <p>s.6) Cabos de conexão à rede elétrica deverão seguir o padrão NBR 14136.</p> <p>s.7) Deverá ser fornecido adaptador de fonte elétrica no padrão novo (fêmea - NBR 14136) para o padrão antigo (macho - 2P+T).</p> <p>s.8) As unidades do equipamento deverão ser entregues devidamente acondicionadas em embalagens individuais adequadas, que utilizem preferencialmente materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem.</p> <p>s.9) Deverá acompanhar webcam com no mínimo 1,2 megapixels, com interface USB (plug and play).</p> <p>s.10) Deverá acompanhar um módulo isolador com as seguintes características:</p> <p>i) Deve suportar toda a configuração do computador ofertado;</p> <p>ii) Potência nominal mínima de 500 VA;</p> <p>iii) Tensão de entrada de 115 e 220 Volts (em corrente alternada) com comutação automática;</p> <p>iv) Tensão de saída 115 V;</p> <p>v) Variação de tensão de saída +/- 6 %;</p>			
01	<p>vi) O equipamento deverá ser microprocessado;</p> <p>vii) Deverá possuir pelo menos 04 (quatro) tomadas de saída;</p> <p>viii) Deverá possuir solução de proteção de contra corrente na entrada através de um mini disjuntor rearmável;</p> <p>ix) Tempo de resposta não superior a 06 semiciclos;</p> <p>x) Possui transformador isolador;</p> <p>xi) Gabinete em plástico anti-chamas, protegido contra corrosão e passagem de corrente;</p> <p>xii) Cabo de força com conector bipolar (02 pinos), sendo aceitas soluções baseadas em adaptadores que supram essa necessidade;</p> <p>xiii) Grau de proteção classe II;</p> <p>xiv) Proteções: contra surtos de tensão e de corrente;</p> <p>xv) Deverá possuir proteção em casos de sobrecarga, sobreaquecimento, subtensão e sobretensão com desligamento da saída;</p> <p>xvi) Indicador visual luminoso que indique atividade ligado/desligado;</p> <p>xvii) Deverá possuir análise de leitura e regulação, True RMS";</p> <p>xviii) Frequência de trabalho de entrada e saída de 60 Hz;</p> <p>xix) Rendimento &gt; 85%;</p> <p>xx) Peso não superior a 10 Kg;</p> <p>xxi) Atende a norma NBR 14373:2006;</p> <p>xxii) Possui certificação INMETRO.</p>	02	4.400,00	8.800,00
	TOTAL R\$			8.800,00

Prazo de entrega dos itens: 10 (dez) dias consecutivos após recebimento da Ordem de Compra.

Frete: incluso a ser entregue na cidade de Massaranduba (SC).

Condições de Pagamento: O pagamento será efetuado no 10º (décimo) dia após a entrega do objeto licitado juntamente com apresentação da nota fiscal e aprovação do mesmo. Caso seja necessário executar a instalação do item licitado, o pagamento aguardará a execução.

Exigências de Habilitação e Penalidades: de acordo com os artigos 14 e 17 do Decreto Municipal nº. 1.444/2007.

**ANEXO III**  
**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**  
 (de preferência em papel timbrado da proponente)

NOME DA EMPRESA					
CNPJ			INSC. ESTADUAL		
END.			Nº.	BAIRRO	
CEP		CIDADE			ESTADO
FONE			E-MAIL		

Apresentamos nossa proposta em conformidade com o estabelecido no Edital de Processo Licitatório nº. 34/2014, acatando todas as estipulações consignadas no edital, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	QTD	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
	<p>a) PROCESSADOR</p> <p>a.1) Possuir arquitetura 64 bits, compatível com instruções x86-64 ou EMT64;</p> <p>a.2) Ser compatível com instruções SSE, SSE2, SSE3 ou superior;</p> <p>a.3) Possuir no mínimo 04 (quatro) núcleos reais;</p> <p>a.4) Possuir processo de fabricação de 32 (trinta e dois) nanômetros ou inferior;</p> <p>a.5) Possuir suporte a virtualização de CPU e I/O;</p> <p>a.6) Não será permitida a mistura de modelos de processadores diferentes;</p> <p>a.7) Não será permitido nenhum tipo de configuração especial para operação da CPU em velocidade superior à especificação de fábrica, seja qual for o motivo (overclocking);</p> <p>a.8) O processador proposto deverá atingir o valor mínimo de 250 pontos no Sysmark 2007;</p> <p>a.9) Os testes de benchmark deverão ser comprovados pela licitante conforme procedimentos listados no Apêndice "I".</p> <p>b) BIOS</p> <p>b.1) Ser do tipo flash memory, utilizando memória não volátil, reprogramável e compatível com os padrões Plug-and-Play e ACPI 2.0 ou superior, com proteção de gravação;</p> <p>b.2) Possuir suporte a qualquer data superior ao ano 2000 e que tenha versão atualizada em 2011/2012;</p> <p>b.3) Deverá possuir recursos de controle de permissão através de senhas, uma para inicializar o computador e outra para acesso e alterações das configurações do BIOS;</p> <p>b.4) Deve ser do mesmo fabricante do equipamento ou desenvolvida especificamente para o projeto estação de trabalho padrão;</p> <p>b.5) Possuir o número de série do equipamento e permitir a inserção de identificação customizada (números do patrimônio do Ministério da Saúde), a ser consultada por software de gerenciamento. b.6) Possuir registro de alertas ao sistema de falhas de disco (SMART) e de abertura do gabinete que permita a consulta por intermédio de software de gerenciamento.</p> <p>b.7) Possuir suporte ao recurso WOL (Wake on LAN) e PXE (Pré-boot Execution Environment).</p> <p>c) MEMÓRIA</p> <p>c.1) Memória RAM de 08 (oito) Gigabytes, em 02 (dois) módulos idênticos, do tipo SDRAM DDR3 1333 MHz ou superior, operando em modalidade "Dual Channel".</p> <p>d) PLACA PRINCIPAL</p> <p>d.1) Ter arquitetura ATX, microATX, BTX ou microBTX, conforme padrões estabelecidos e divulgados no site <a href="http://www.formfactors.org">www.formfactors.org</a>, organismo que define os padrões existentes;</p> <p>d.2) Ser do mesmo fabricante do equipamento ou projetada especificamente para o projeto da estação de trabalho padrão, não sendo aceitas placas de livre comercialização no mercado.</p> <p>d.3) Possuir sistema de detecção de intrusão de chassi, com acionador instalado no gabinete;</p> <p>d.4) Possuir chip de segurança onboard, no padrão TPM - Trusted Platform Module, compatível com a especificação TPM version 1.2, ou superior, incluindo o utilitário de gerenciamento e controle homologado pelo fabricante do equipamento;</p> <p>d.5) Possuir pelo menos 01 (um) slot PCI-express 2.0 x16 ou superior;</p> <p>d.6) Possuir suporte a velocidades de barramento de sistema (system bus) compatíveis com o processador e com a memória solicitada;</p> <p>d.7) Possuir suporte à memória do tipo DDR3-1333MHZ ou superior;</p> <p>d.8) Permitir a instalação de pelo menos 16 (dezesesseis) Gigabytes de memória;</p> <p>d.9) Possuir suporte para dispositivos de rede Ethernet Wake on Lan (WOL);</p> <p>d.10) Possuir controladora onboard do tipo SATA-III de 06 (seis) Gb/s (gigabits por segundo) ou superior para conexão de no mínimo 01 (um) disco rígido;</p> <p>d.11) Possuir controladora onboard do tipo SATA-II para conexão de pelo menos 01 (um) dispositivo de gravação e leitura de CD/DVD, compatível com os periféricos adiante especificados.</p> <p>d.12) Possuir suporte ao padrão DMI (Desktop Management Interface) 2.0 ou superior e Wired for Management (WfM) ou superior;</p> <p>d.13) Possuir suporte ao padrão ACPI (Advanced Configuration and Power Interface) 2.0 de gerenciamento de energia ou superior;</p>				

<p>d.14) Ser compatível ou desenhada para os sistemas operacionais Windows 7, de 32 bits e de 64 bits;</p> <p>d.15) Suportar, minimamente, as funções de gerenciamento remoto descritas a seguir, assumindo-se que o equipamento possa estar desligado, porém energizado pela rede elétrica e conectado a rede de dados.</p> <p>d.16) Permitir inicialização remota a partir de imagem, CD-ROM instalado em outro computador com acesso remoto das telas de inicialização (redirecionamento de console);</p> <p>d.17) Permitir acesso remoto ao POST (procedimento de inicialização) e BIOS para leitura e gravação, mesmo com o equipamento desligado;</p> <p>d.18) Deverá permitir acesso remoto à estação de trabalho padrão por meio de interface gráfica, com controle remoto do vídeo, mouse e teclado, independente do sistema operacional instalado e do suporte de aplicações locais.</p> <p>e) SUBSISTEMA DE ARMAZENAMENTO:</p> <p>e.1) Fornecer 01 (um) disco rígido de no mínimo 500 (quinhentos) gigabytes, com as seguintes características:</p> <p>i) Tecnologia SATA-III de 06 (seis) Gb/s gigabits por segundo ou superior Possuir interface tipo Serial ATA de 06 Gb/s, cache de 16 (dezesseis) Megabytes e velocidade de rotação de 7.200 (sete mil e duzentas) RPM ou configuração superior;</p> <p>ii) Possuir suporte a tecnologia NCQ (Native Control Queue) ou equivalente;</p> <p>iii) Possuir suporte a tecnologia Self Monitoring Analysis and Report (SMART) ou equivalente;</p> <p>iv) Fornecer 01 (uma) unidade combinada de gravação de DVD dual layer e gravadora de CD, padrão SATA-II, com velocidade de leitura de CD mínima de 40X, leitura de DVD mínima de 16X, compatível com CD-ROM, CD-DA, CD-Photo, CD-I FMV, CD-Extra, CD-Video e CD-R/RW, DVDROM, DVD +R -R, DVD+RW-RW, DVD-VIDEO e DVD-AUDIO, Dual Layer, com garantia de funcionamento tanto na posição vertical quanto na horizontal, quando estiver alojada em gabinete do tipo desktop.</p> <p>f) ADAPTADOR DE VÍDEO ONBOARD</p> <p>f.1) Controladora gráfica com 01 (um) gigabyte de memória, podendo ser compartilhada com a do sistema;</p> <p>f.2) Possuir frequência (clock) do núcleo da GPU (Graphics Processing Unit) mínima de 600 (seiscentos) MHz;</p> <p>f.3) Possuir suporte às resoluções de no mínimo, 1024x768, 1280x1024, 1440x900, 2560x1600, com 32 bits por pixel;</p> <p>f.4) Possuir suporte ao Microsoft DirectX® 10.1 ou superior;</p> <p>f.5) Possuir suporte a Monitor estendido;</p> <p>f.6) Possuir no mínimo 02 (duas) saídas de vídeo, sendo pelo menos uma digital do tipo DVI, Display Port ou HDMI e que permita o uso de dois monitores simultâneos.</p> <p>g) SUBSISTEMA DE REDE</p> <p>g.1) Possuir controladora de Rede, com velocidade de 10/100/1000 Mbits/s, padrões Ethernet, Fast-Ethernet e Gigabit Ethernet, autosenso, full-duplex, plug-and-play, Intel PXE (Preboot eXecution Environment), RSS (Receive Side Scaling), totalmente configurável por software, com conector padrão RJ-45, função wake-on-lan e suporte a múltiplas VLANs (802.1q).</p> <p>h) SUBSISTEMA DE SOM</p> <p>h.1) Possuir controladora de som com conectores para entrada, saída e microfone na parte traseira do gabinete e com suporte para conexões de saída e microfone na parte frontal do gabinete.</p> <p>h.2) Dispositivo de som estéreo, integrado à placa principal, padrão "High Definition Audio", ou comprovadamente superior.</p> <p>h.3) Possuir alto-falante integrado ao gabinete com potência mínima de 1,5 (um e meio) Watt RMS. Não será aceito qualquer tipo de adaptação ao gabinete original para atender a essa exigência.</p> <p>i) OUTRAS INTERFACES:</p> <p>i.1) Possuir no mínimo 08 (oito) interfaces USB 2.0 ou superior, sendo pelo menos 02 (duas) instaladas na parte frontal do gabinete sem a utilização de hubs ou portas USB instalada em adaptadores PCI, com possibilidade de desativação das portas através da BIOS do sistema;</p> <p>i.2) Não possuir modem integrado.</p>				
--	--	--	--	--



<p>j) CONTROLADOR DE REDE WIRELESS OFF-BOARD</p> <p>j.1) IEEE 802.11 b/g/n;</p> <p>j.2) Banda de frequência de 2,4 GHz;</p> <p>j.3) Criptografia de dados WPA/WPA2;</p> <p>j.4) Windows XP e Windows 7 (32 ou 64 bits);</p> <p>j.5) Antena dipolo destacável 5 dBi.</p> <p>k) GABINETE</p> <p>k.1) Possuir padrão SFF (Small Form Factor);</p> <p>k.2) Possuir o volume máximo de 15.500 (quinze mil e quinhentos) cm<sup>3</sup>;</p> <p>k.3) Ter perfeito funcionamento tanto na posição vertical quanto na posição horizontal;</p> <p>k.4) Possuir sistema de ventilação compatível com a tecnologia dos processadores, seguindo as recomendações do fabricante do processador;</p> <p>k.5) Gabinete com projeto do próprio fabricante do equipamento ou com contrato de O&amp;M com o fabricante do gabinete para aposição da marca;</p> <p>k.6) Possuir total compatibilidade com todos os componentes internos que integram o equipamento.</p> <p>k.7) Possuir conexões frontais ou laterais frontais para pelo menos 02 (duas) portas USB 2.0 ou superior, áudio e microfone;</p> <p>k.8) Possuir conectores de som para entrada, saída e microfone na parte traseira do gabinete e com suporte para conexões de saída e microfone na parte frontal do gabinete;</p> <p>k.9) Possuir alto-falante interno ao gabinete que seja desativado automaticamente quando conectado algum dispositivo de áudio externo à interface de som "line-out" na parte frontal ou na parte traseira do gabinete.</p> <p>k.10) Ser construído de forma a não possuir nenhuma borda interna ou externa cortante, utilizando chapa dobrada nas bordas ou cortada com tecnologia laser;</p> <p>k.11) Ser construído em chapa metálica com rigidez e sistema de fechamento, suficientes para impedir o acesso indevido à parte interna do equipamento;</p> <p>k.12) Possuir botão liga/desliga e indicadores de atividade da unidade de disco rígido e do computador ligado (power-on) na parte frontal do gabinete;</p> <p>k.13) Possuir dispositivo sensor de abertura do gabinete (detecção de intrusão);</p> <p>k.14) Possuir fonte de para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 VAC (+/-10%), 50-60Hz, com ajuste automático, suficiente para suportar todos os dispositivos internos na configuração máxima admitida pelo equipamento (placa principal, interfaces, disco rígido adicional SATA, gravadora DVD, 03 dispositivos USB 2.0 e placa de captura de vídeo) e que implemente PFC (Power Factor Correction) ativo com eficiência superior a 80% (PFC 80+). O modelo de fonte fornecido deve estar cadastrado no sítio <a href="http://www.80plus.com">www.80plus.com</a> na categoria bronze ou superior;</p> <p>k.15) Possuir abertura do equipamento e a troca de componentes internos (disco rígido, unidade de mídia ótica, memórias e placas de expansão) sem a utilização de ferramentas (Tool Less), não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original.</p> <p>k.16) Não serão aceitos parafusos recartilhados;</p> <p>k.17) Possuir sistema de monitoramento de temperatura controlada pela BIOS ou ACPI, adequado ao processador, fonte e demais componentes internos ao gabinete;</p> <p>k.18) Possuir base antiderrapante.</p> <p>k.19) Possuir dispositivo integrado ao gabinete que permita o fechamento da tampa de acesso aos componentes internos, através da utilização de cadeado, sistemas Kensington com cadeado, chave integrada ou sistema de trancamento eletrônico.</p> <p>k.20) O dispositivo deverá possuir chave mestra para utilização durante os procedimentos de manutenção. Não serão aceitos, sob hipótese alguma, sistemas de trancamento que substituam parafusos do gabinete.</p> <p>k.21) Qualquer baia não utilizada, que possua acesso externo, deverá possuir sistema de segurança interno que impeça o acesso ao interior do gabinete, como por exemplo, perfis em U aparafusados;</p> <p>k.22) Os itens que não puderem ser comprovados através da análise da amostra, da documentação do fabricante, ou sítios da Internet, serão motivo de diligência, ou enviados para laboratório especializado.</p>				
--	--	--	--	--

<p>l) TECLADO</p> <p>l.1) Teclado do mesmo fabricante do equipamento (ou com contrato de O&amp;M com o fabricante do teclado para aposição da marca), wireless ou com conexão USB, destacado do gabinete com ajuste de inclinação, do tipo estendido de 107 teclas, com teclas separadas para movimentação do cursor e teclado numérico separado, atendendo aos padrões das normas ABNT NBR 10346 variante 02 e 10347;</p> <p>l.2) Não será permitido o uso de adaptadores para conexão ao equipamento.</p> <p>m) MOUSE</p> <p>m.1) Mouse ótico do mesmo fabricante do equipamento (ou com contrato de O&amp;M com o fabricante do mouse para aposição da marca), wireless ou com conexão USB, de no mínimo dois botões, e dispositivo de rolagem de tela, devendo possuir resolução mínima por hardware de 800 DPI;</p> <p>m.2) Não será permitido o uso de adaptadores para conexão ao equipamento;</p> <p>m.3) Deverá ser fornecido mouse-pad especial para mouse ótico.</p> <p>n) MONITOR DE VÍDEO LED</p> <p>n.1) Possuir área visível de no mínimo 19 (dezenove) polegadas;</p> <p>n.2) Possuir taxa de proporção panorâmica (widescreen) 16:9;</p> <p>n.3) Possuir iluminação do tipo CCFL (Cold Cathode Fluorescent Lamps) ou LED (Light-emitting diodes) com brilho igual ou superior a 200 cd/m2;</p> <p>n.4) Possuir tela antirreflexo;</p> <p>n.5) Possuir suporte à resolução de 1440x 900 ou superior;</p> <p>n.6) Possuir suporte a 16 (dezesseis) milhões de cores;</p> <p>n.7) Possuir pixel pitch máximo de 0.297 mm horizontal x 0.297 mm vertical.</p> <p>n.8) Possuir suporte com regulagem de altura, inclinação frente/trás (tilt) e rotação esquerdo-direita (swivel);</p> <p>n.9) Possuir contraste estático igual ou superior a 1000:1;</p> <p>n.10) Possuir tempo de resposta igual ou inferior a 05 (cinco) milissegundos;</p> <p>n.11) Possuir ângulo de visão horizontal de no mínimo 160 (cento e sessenta) graus.</p> <p>n.12) Possuir ângulo de visão vertical de no mínimo 160 (cento e sessenta) graus; n.13) Possuir pelo menos 01 (uma) entrada de vídeo digital displayPort ou DVI ou HDMI, que permita a conexão com a saída digital do adaptador de vídeo onboard descrito anteriormente.</p> <p>n.14) Deverá ser fornecido pelo menos 01 (um) cabo de conexão de dados digital DVI ou displayPort ou HDMI, compatível com o adaptador de vídeo solicitado;</p> <p>n.15) Não será permitido o uso de conversores analógico/digital;</p> <p>n.16) Possuir fonte de alimentação automática 110/220 VAC;</p> <p>n.17) Possuir um conector de encaixe pra o kit de segurança do tipo kensington sem adaptações.</p> <p>o) CERTIFICAÇÕES E CONFORMIDADES</p> <p>o.1) O equipamento e o monitor deverão possuir certificação de compatibilidade com a norma IEC 60950 ou similar emitida por instituição acreditada pelo INMETRO, quanto à segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos;</p> <p>o.2) O equipamento e o monitor deverão possuir certificação de compatibilidade com a norma IEC 61000 ou similar emitida por instituição acreditada pelo INMETRO, quanto à medição dos campos magnéticos e elétricos de baixa frequência considerando a exposição de seres humanos;</p> <p>o.3) O equipamento e o monitor deverão possuir certificação de economia de energia EPEAT® ou Certificação EPA ENERGY STAR®;</p> <p>o.4) O equipamento deverá possuir certificação, emitida por instituição credenciada pelo INMETRO ou certificação EPEAT®, que ateste que nenhum dos componentes fornecidos contem substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances);</p> <p>o.5) O equipamento em pleno funcionamento, inclusive com a unidade leitora de mídia ótica em atividade, deve observar a norma NBR 10152 ou norma internacional equivalente, quanto à emissão de ruído ambiente em escritórios de atividades diversas.</p>				
--	--	--	--	--

<p>p) REQUISITOS DE DOCUMENTAÇÃO</p> <p>p.1) É obrigatória a apresentação da documentação original do fabricante de todos os componentes ofertados na proposta técnica, em inglês e/ou português, incluindo manuais de operação, instalação e configuração, que possam atestar as características técnicas.</p> <p>p.2) Deverá ser apresentado prospecto com as características técnicas de todos os componentes do equipamento, como placa principal, processador, memória, interface de rede, fonte de alimentação, bateria, disco rígido, unidade leitora de mídia ótica, mouse, teclado e vídeo, incluindo especificação de marca, modelo, e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e comprovem as configurações cotadas, possíveis expansões e upgrades, através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes.</p> <p>p.3) Serão aceitas cópias das especificações obtidas em sítios dos fabricantes na Internet, em que conste o respectivo endereço eletrônico. A escolha do material a ser utilizado fica a critério do proponente;</p> <p>p.4) Os itens que não puderem ser comprovados através da análise da amostra, da documentação do fabricante, ou sítios da Internet, serão motivo de diligência, ou enviados, pelo MS, para laboratório especializado.</p> <p>q) PROGRAMAS E DRIVERS</p> <p>q.1) Será obrigatória a apresentação de todos os "drivers" e programas necessários ao funcionamento dos componentes dos equipamentos, acompanhados de mídia original do fabricante e instruções de instalação.</p> <p>q.2) Fornecer utilitário de gerenciamento e controle do chip de segurança TPM;</p> <p>q.3) Fornecer programa de leitura, gravação e exibição de DVD/CD;</p> <p>q.4) Fornecer programa ou utilitário cliente para as operações de gerência remota (um em cada equipamento);</p> <p>q.5) Deverá vir instalado e ativado o Microsoft Office Home and Business 2010 OEM ou versão equivalente mais recente, em português e devidamente licenciado com licença definitiva em nome da CONTRATANTE.</p> <p>r) SISTEMA OPERACIONAL</p> <p>r.1) Todos os componentes de hardware e software, "drivers" e programas devem ser compatíveis entre si e com os sistemas operacionais Windows 7 de 32 e 64 bits;</p> <p>r.2) Todos os equipamentos deverão ser fornecidas com o sistema operacional "WINDOWS 7 PROFESSIONAL", versão de 64 bits, em português do Brasil.</p> <p>s) OUTROS REQUISITOS</p> <p>s.1) Todos os equipamentos deverão ser idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos com os mesmos modelos e marca dos utilizados nos equipamentos enviados para avaliação/homologação.</p> <p>s.2) Caso o componente não se encontre mais disponível no mercado, deve-se observar que o componente substituto deve ter, no mínimo, a mesma qualidade e especificações técnicas do componente fora de linha.</p> <p>s.3) Todos os componentes do produto deverão ser novos, sem uso, reforma ou recondicionamento.</p> <p>s.4) Todos os equipamentos ofertados (gabinete, teclado, mouse e monitor) devem possuir gradações neutras das cores branca, preta ou cinza, e manter o mesmo padrão de cor.</p> <p>s.5) Todos os cabos e conectores necessários ao funcionamento dos equipamentos deverão ser fornecidos, com comprimento mínimo 1,5m (um metro e cinquenta centímetros).</p> <p>s.6) Cabos de conexão à rede elétrica deverão seguir o padrão NBR 14136.</p> <p>s.7) Deverá ser fornecido adaptador de fonte elétrica no padrão novo (fêmea - NBR 14136) para o padrão antigo (macho - 2P+T).</p> <p>s.8) As unidades do equipamento deverão ser entregues devidamente acondicionadas em embalagens individuais adequadas, que utilizem preferencialmente materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem.</p> <p>s.9) Deverá acompanhar webcam com no mínimo 1,2 megapixels, com interface USB (plug and play).</p>				
---	--	--	--	--

01	s.10) Deverá acompanhar um módulo isolador com as seguintes características: i) Deve suportar toda a configuração do computador ofertado; ii) Potência nominal mínima de 500 VA; iii) Tensão de entrada de 115 e 220 Volts (em corrente alternada) com comutação automática; iv) Tensão de saída 115 V; v) Variação de tensão de saída +/- 6 %; vi) O equipamento deverá ser microprocessado; vii) Deverá possuir pelo menos 04 (quatro) tomadas de saída; viii) Deverá possuir solução de proteção de contra sobre corrente na entrada através de um mini disjuntor rearmável; ix) Tempo de resposta não superior a 06 semiciclos; x) Possui transformador isolador; xi) Gabinete em plástico anti-chamas, protegido contra corrosão e passagem de corrente; xii) Cabo de força com conector bipolar (02 pinos), sendo aceitas soluções baseadas em adaptadores que supram essa necessidade; xiii) Grau de proteção classe II; xiv) Proteções: contra surtos de tensão e de corrente; xv) Deverá possuir proteção em casos de sobrecarga, sobreaquecimento, subtensão e sobretensão com desligamento da saída; xvi) Indicador visual luminoso que indique atividade ligado/desligado; xvii) Deverá possuir análise de leitura e regulação, True RMS"; xviii) Frequência de trabalho de entrada e saída de 60 Hz; xix) Rendimento > 85%; xx) Peso não superior a 10 Kg; xxi) Atende a norma NBR 14373:2006; xxii) Possui certificação INMETRO.	02		
TOTAL R\$				

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sob a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: 30 dias.

		de		de	2014
--	--	----	--	----	------

Nome e Assinatura do representante legal

E para que ninguém alegue desconhecimento, é a presente Errata publicada em resumo no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Massaranduba e no site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br) .

Massaranduba - SC,	21	de	outubro	de	2014
ARMINDO SESAR TASSI	SUZANE F. REINKE				
Prefeito em Exercício	Gestora do Fundo Mun. Saúde				

**CÂMARA MUNICIPAL****Decreto Legislativo Nº020/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso, 166 - Centro - Fone/Fax (xx47) 3379-1571-  
Ouvidoria - 0800 646 3340e-mail: cvm@netuno.com.br site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br  
CEP: 89108-000 - Massaranduba - Santa Catarina.

DECRETO LEGISLATIVO Nº020/2014

21/10/2014

Concede Homenagem de cidadão Honorário do Município de Massaranduba ao Sr. Silvério Orzechowski

O Presidente da Câmara Municipal de Massaranduba, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com que lhe confere o artigo 19, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Município de Massaranduba ao Sr. Silvério Orzechowski, pelos serviços prestados a Sociedade Massarandubense.

Art. 2º. As despesas referentes a este Decreto Legislativo correrão por conta de verba orçamentária da Câmara Municipal.

Art. 3º. O Presente Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC) EM 21 DE OUTUBRO DE 2014.

Mauro Bramorski

Presidente

Publicado no expediente da data supra

Jair Micheluzzi

Assistente Legislativo

**DECRETO LEGISLATIVO Nº021/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso, 166 - Centro - Fone/Fax (xx47) 3379-1571-  
Ouvidoria - 0800 646 3340

e-mail: cvm@netuno.com.br site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

CEP: 89108-000 - Massaranduba - Santa Catarina.

DECRETO LEGISLATIVO Nº021/2014

21/10/2014

Concede Homenagem de cidadão Honorário do Município de Massaranduba ao Empresário Nelson Zanotti

O Presidente da Câmara Municipal de Massaranduba, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com que lhe confere o artigo 19, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Município de Massaranduba ao empresário Sr. Nelson Zanotti, pelos serviços prestados a Sociedade Massarandubense.

Art. 2º. As despesas referentes a este Decreto Legislativo correrão por conta de verba orçamentária da Câmara Municipal.

Art. 3º. O Presente Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC) EM 21 DE OUTUBRO DE 2014.

Mauro Bramorski

Presidente

Publicado no expediente da data supra.

Jair Micheluzzi

Assistente Legislativo

# Navegantes

## PREFEITURA

### Decreto 694 Autoriza Renovação Automática da Isenção do IPTU

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 - Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
[www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br)

DECRETO N.º 694 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014  
AUTORIZA A RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA DA ISENÇÃO DE IPTU PREVISTA NO ART. 238 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2015

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 60, III da Lei Orgânica do Município e o art. 238 da lei complementar n.º 6 de 31/12/2002,

CONSIDERANDO que a isenção é causa impeditiva do lançamento tributário, e por conseguinte, exclui a constituição do crédito,  
DECRETA:

Art. 1.º Ficam renovadas automaticamente para o ano de 2015 as isenções do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU - previstas no art. 238 da lei complementar n.º 6 de 31 de dezembro de 2002, cujo benefício tenha sido autorizado no ano de 2014.

Art. 2.º Os imóveis, na situação prescrita no artigo 1.º, constarão de cadastros específicos organizados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Renda.

Art. 3.º Para ter direito à isenção no ano de 2016, os contribuintes que fizerem jus ao benefício deverão requerê-lo em 2015 no prazo legal.

Art. 4.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE OUTUBRO DE 2014.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de outubro de 2014.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### Ata Tomada de Preço 196/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

ATA TOMADA DE PREÇO 196/2014 PMN

ABERTURA ENVELOPES HABILITAÇÃO E PROPOSTAS

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DA EMPRESA MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA, COM REPRESENTANTE AUSENTE.

APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, O PRESIDENTE E A COMISSÃO ABRIU O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO, CONSTATANDO QUE A LICITANTE FOI HABILITADA, E APOS FOI ABERTO SEU ENVELOPE DE PROPOSTAS SENDO QUE A MESMA TAMBEM ATENDEU COM AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL, MOMENTO EM QUE SE DECLARA ENCERRADA A SESSÃO E ENCAMINHA-SE OS AUTOS À AUTORIDADE COMPETENTE PARA A DEVIDA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.

Douglas Lemos.

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Navegantes 20/10/2014

### Aviso de Licitação Concorrência Nº 194/2014 PMN (Retificado)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONCORRENCIA Nº 194/2014 PMN

----Retificado---

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS DE CONCRETO SEXTAVADAS, DRENAGEM PLUVIAL, CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE 27 (VINTE E SETE) RUAS LOCALIZADAS NO BAIRRO SÃO PAULO NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. CONFORME CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 0400742-37/14 NO ÂMBITO DO PROGRAMA PRÓ-TRANSPORTE DO MINISTÉRIO DAS CIDADES. Data da entrega dos envelopes: 21/11/2014 até às 8:50 hs. Abertura envelopes: 21/11/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n.º.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor.

Navegantes, 21 de outubro de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.



# Nova Trento

## PREFEITURA

### Contrato Nº 118/2014

CONTRATO Nº 118/2014

Origem: Processo Licitatório Nº 106/2014. Modalidade: Pregão Presencial nº 063/2014. Homologação: 17/10/2014. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA, com sede à Rua General Osório, nº 311, Centro, Timbó/SC e registrada no CNPJ- MF. sob o Nº 02.255.187/0001-08. Objeto do Contrato: Contratação de empresa prestadora de serviços especializada em serviços de conexão à internet (conexão do Serviço de Comunicação de Multimídia -S.C.M.-), com o fim de atender as necessidades das unidades/secretarias da Prefeitura de Nova Trento, conforme Termo de Referência. O valor total é de R\$ 17.400,00 (Dezessete mil e quatrocentos reais). Vigência: 12 (doze) meses.

Nova Trento, 17 de outubro de 2014.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito

### PORTARIA Nº 865/2014

PORTARIA Nº 865/ 2014  
Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o artigo 142, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Público Municipal,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 247/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2013, de 31/10/2013, ELIANA BATTISTI, matrícula nº 6155, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental, Área I), na E. E. F. Aguti, Município de Nova Trento, a contar de 14 de outubro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público consoante art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de outubro de 2014.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 14 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado

MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF Nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190 bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754 de 03 de Maio de 2.001, alterada pela lei municipal 2.103 de 22 de dezembro de 2005, e Lei Complementar nº 147/2006 de 27/10/2006, e a Senhora ELIANA BATTISTI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Alto Pitanga, s/nº, Bairro Pitanga, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 081.743.799-16, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observando o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental, Área I), na E. E. F. Aguti, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 733,04 (setecentos e trinta e três reais e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 14 de outubro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;
- V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes

elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 14 de outubro de 2014.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Eliana Battisti  
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 14 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:  
Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

### **Portaria Nº 874/2014**

PORTARIA Nº 874/ 2014  
Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o artigo 142, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal,

RESOLVE:  
PRORROGAR a Portaria nº 258/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2013, de 31/10/2013, DAIANE ALINE MOTTA, matrícula nº 6157, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Pré-Escolar) na Escola de Ensino Fundamental Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 19 de outubro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente (desdobramento de turma), bem como por motivo de excepcional interesse público consoante art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 20 de outubro de 2014.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 20 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **CONTRATO SP//2014**

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na

Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de dezembro de 2005, e Lei Complementar nº 147, de 27/10/2006, e a Senhora DAIANE ALINE MOTTA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Geral, Areião, Município de Canelinha, portadora do CPF nº 083.905.679-62, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Pré-Escolar) na Escola de Ensino Fundamental Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 733,04 (setecentos e trinta e três reais e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 19 de outubro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

### **CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal.

### **CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diária, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

### **CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

### **CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 19 de outubro de 2014.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Daiane Aline Motta  
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 19 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 875/2014

PORTARIA Nº 875/ 2014  
Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o artigo 142, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 259/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 05/2014, de 28/02/2014, ALISON MERIZIO MAZZOLA, matrícula nº 6159, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no laboratório de informática (Ensino Fundamental), na E. E. F. Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 19 de outubro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 20 de outubro de 2014.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 20 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### CONTRATO SP//2014

#### CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de dezembro de 2005, e Lei Complementar nº 147, de 27/10/2006, e o Senhor ALISON MERIZIO MAZZOLA, brasileiro, solteiro, residente

e domiciliado na Rua Alferes, nº 56, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 075.661.569-00, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no laboratório de informática (Ensino Fundamental), na E. E. F. Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.466,09 (hum mil quatrocentos e sessenta e seis reais e nove centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 19 de outubro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3

(um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 19 de outubro de 2014.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Alison Merizio Mazzola  
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 19 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 876/2014

PORTARIA Nº 876/ 2014  
Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o artigo 142, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 260/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 05/2014, de 28/02/2014, DOGLAS DALRI, matrícula nº 6160, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no laboratório de informática (Ensino Fundamental), na E. E. F. João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 19 de outubro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 20 de outubro de 2014.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 20 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### CONTRATO SP//2014

#### CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de dezembro de 2005, e Lei Complementar nº 147, de 27/10/2006, e o Senhor DOGLAS DALRI, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua

Virgilio Dallabrida, s/n, Bairro Vígolo, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 062.878.309-48, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observando o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no laboratório de informática (Ensino Fundamental), na E. E. F. João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.466,09 (hum mil quatrocentos e sessenta e seis reais e nove centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 19 de outubro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;
- V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.



Nova Trento, em 19 de outubro de 2014.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Doglas Dalri  
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 19 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

### **PORTARIA Nº 881/2014**

PORTARIA Nº 881/ 2014  
Concede Licença Prêmio

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 15, da Lei Complementar nº 021/2003, de 20/05/2003, "Estatuto do Magistério Público Municipal de Nova Trento" e art. 102, da Lei Municipal nº 1.207/92, "Estatuto do Funcionário Público Municipal",

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio, a Servidora Pública Municipal EVANILDA TERESINHA GON FANTINI, matrícula nº 300, concursada, ocupante do cargo de Professor Nível III, Referência H, com 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas semanais no Centro de Educação Infantil Padre Rossi e 20 (vinte) horas semanais na Escola de Ensino Fundamental João Bayer Sobrinho, Secretaria Municipal de Educação e Esportes, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 02 (dois) meses, relativo ao período aquisitivo de 01/03/2003 a 31/05/2008, a contar de 21 de outubro de 2014 a 19 de dezembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 21 de outubro de 2014.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 21 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 883/2014**

PORTARIA Nº 883/ 2014  
Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 142, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, de acordo com o Ofício nº

229/2014, expedido pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes, FRANCIELE SILVEIRA, matrícula nº 6487, para exercer o cargo de Professor Não Habilitado, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Ensino Fundamental João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 21 de outubro de 2014 a 19 de dezembro de 2014, em substituição a Titular Evanilda Teresinha Gon Fantini, afastada conforme a Portaria nº 881/2014 (Licença Prêmio).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de outubro de 2014.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 21 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esporte, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2103, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 512, de 30 de março de 2011, e a Senhora FRANCIELE SILVEIRA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua João Bayer Sobrinho, nº 676, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 067.674.669-13, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, e observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Não Habilitado, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Ensino Fundamental João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, em substituição a Titular Evanilda Teresinha Gon Fantini, afastada conforme a Portaria nº 881/2014 (Licença Prêmio).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 733,04 (setecentos e trinta e três reais e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 21 de outubro de 2014 a 19 de dezembro de 2014, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3

(um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

**CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 21 de outubro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Franciele Silveira

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 21 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**Portaria Nº 884/2014**

PORTARIA Nº 884/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 142, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Municipal,

**RESOLVE:**

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 08/2014, de 18/08/2014, Decreto de Convocação nº 193/2014, CLEUSA DA SILVA TEDESCO, matrícula nº 6488, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, a contar de 21 de outubro de 2014 a 19 de dezembro de 2014, em substituição a Titular Evanilda Teresinha Gon Fantini, afastada conforme a Portaria nº 881/2014 (Licença Prêmio).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de outubro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 21 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esporte, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2103, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 512, de 30 de março de 2011, e a Senhora CLEUSA DA SILVA TEDESCO, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Madre Paulina, nº 1457, Bairro Vígolo, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 598.356.300-97, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, e observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, em substituição a Titular Evanilda Teresinha Gon Fantini, afastada conforme a Portaria nº 881/2014 (Licença Prêmio).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.019,46 (hum mil e noventa reais e quarenta e seis centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 21 de outubro de 2014 a 19 de dezembro de 2014, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.



**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3

(um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

**CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 21 de outubro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Cleusa da Silva Tedesco

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 21 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**Decreto Nº 193/2014**

DECRETO nº 193/2014

convoca aprovado no processo seletivo 08/2014 que nomina para comparecimento e apresentação de documentação junto ao SETOR DE RECURSOS HUMANOS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º Fica convocado o candidato classificado nominado no Anexo Único do presente Decreto para comparecer junto ao Setor de Recursos Humanos, no dia 22 de outubro de 2014 munidos da documentação abaixo relacionada observados o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos);

XIII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XIV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 21 de outubro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

(Decreto nº193/2014)

CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

Classificação	Nome completo
01	Cleusa da Silva Tedesco

**LEI Nº 2.552/2014**

Lei Nº 2.552 / 2014

Dá Nova Redação ao Art. 4º da Lei nº 2.516/2013, que Autoriza o Poder Executivo a desenvolver ações e aporte de contrapartida municipal para implementar o Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades - MCMV-E, através de Entidade Organizadora, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, regulamentado pela Resolução do Conselho Curador do FDS nº 194/2012 e Instrução Normativa nº 14/2013 do Ministério das Cidades, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Trento faz saber que a Câmara aprovou e ele, tendo sancionado o Projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O Art. 4º da Lei nº 2.516, de 17 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º O beneficiário deverá utilizar o bem exclusivamente para fins residenciais, sendo vedada qualquer negociação a título gratuito ou oneroso, seja aluguel, venda ou alienação, antes da liquidação do contrato firmado com a Caixa Econômica Federal, e pelo prazo de 10 (dez) anos após a liquidação, vedação esta que exclui o órgão financiador.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento/SC, 21 de outubro de 2014.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário M. Administração e Finanças

## **LEI Nº 2.553/2014**

Lei nº 2.553/2014

dispõe sobre as contratações por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito do MUNICÍPIO de nova trento e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 37, IX, da CF, art. 14, VI, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º A contratação de pessoal para o serviço público municipal por tempo determinado para atender necessidade temporária excepcional de interesse público é regida pelo disposto nesta lei.

Art. 2º Considera-se necessidade temporária excepcional de interesse público as seguintes atividades:

I - Assistência a situações de emergência ou calamidade pública, declaradas na forma da lei.

II - Combate a surtos endêmicos, pragas, doenças e surtos que ameaçam a saúde animal e vegetal.

III - Realização de recenseamentos ou outras pesquisas de natureza estatística em parceria ou em regime de colaboração com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou com órgão público congênere ou cuja atividade se destine a tais finalidades.

IV - Exercício de serviços para os quais:

a) não haja cargo previsto em lei;

b) havendo cargo, não haja vaga para nova nomeação;

c) havendo cargo e vaga, não haja candidato aprovado e habilitado à nomeação em concurso público realizado cuja validade não tenha expirado.

V - Substituição de profissional de educação da rede municipal de ensino, em qualquer nível.

VI - Substituição de profissional da área da saúde no município.

VII - Exercício de serviço de plantão médico no município.

VIII - Exercício de serviços previstos em programas públicos de saúde, educação, assistência social, preservação ambiental, agricultura, turismo ou segurança.

Fls.02 - Lei nº 2.553/14

§ 1º Na hipótese do inciso IV, alínea "a", a contratação será exclusivamente para obras ou serviços determinados, cujas especificações e prazo de execução constarão obrigatoriamente nos termos do contrato.

§ 2º Na hipótese do inciso IV, alínea "b", serão notificados eventuais candidatos aprovados em concurso ainda não convocados, desde que ainda não expirado o prazo de validade, para exercício

do direito de preferência sobre os não concursados, observados os demais requisitos.

§ 3º Na hipótese do inciso IV, alínea "c", é obrigatória a realização de concurso público para o suprimento das vagas necessárias no prazo de 12 (doze) meses contados da contratação, salvo se for declarada a desnecessidade do provimento nos termos do próprio contrato.

§ 4º Na hipótese dos incisos V e VI a contratação se dará para suprir a falta de servidor efetivo decorrente de vacância do cargo ou afastamento por licença para tratamento de saúde própria ou de familiar, para atividade política, para exercício de mandato eletivo, para gestação, adoção, paternidade, recuperação por acidente em serviço e afastamento especial por assiduidade ou licença prêmio.

Art. 3º As contratações serão por tempo determinado e obedecerão os seguintes prazos máximos e respectivas prorrogações:

I - Nas hipóteses dos incisos I, II e III do artigo anterior, o prazo máximo é de 06 (seis) meses, prorrogável por mais 06 (seis) meses.

II - Nas hipóteses do inciso IV, o prazo máximo é de 06 (seis) meses, improrrogável.

III - Na hipótese do inciso V do artigo anterior, o prazo máximo é correspondente ao tempo autorizado para o afastamento ou, no caso de vacância, o prazo máximo é de 12 (doze) meses, em ambos os casos limitado ao período letivo remanescente no ano da contratação, prorrogável por até mais 12 (doze) meses, nas mesmas condições, a contar do início do novo ano letivo.

IV - Na hipótese do inciso VI do artigo anterior, o prazo máximo é correspondente ao tempo autorizado para o afastamento, limitado a 06 (seis) meses, prorrogável por mais 06 (seis) meses ou, sendo caso de vacância, o prazo máximo é de 12 (doze) meses, prorrogável por mais 12 (doze) meses.

V - Nas hipóteses dos incisos VII e VIII do artigo anterior, o prazo máximo é de 12 (doze) meses, prorrogável por mais 12 (doze) meses.

§ 1º As prorrogações somente serão permitidas se persistir a necessidade que deu causa à contratação.

§ 2º Havendo ou não prorrogação, os contratos não serão renovados - assim entendida a nova contratação da mesma pessoa para o mesmo serviço - antes de decorrido o prazo de 12 (doze) meses do término do anterior.

Fls.03 - Lei nº 2.553/14

Art. 4º As contratações temporárias, salvo nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 2º que serão regulados pelo art. 5º, serão precedidas de processo seletivo simplificado de provas, ou provas e títulos.

§ 1º Constatada a necessidade de contratação, o órgão interessado requisitará ao Departamento de Recursos Humanos a instauração do processo seletivo, informando o local, as características da atividade pretendida, o prazo, o perfil elementar do agente que o executará e o valor estimado da remuneração.

§ 2º Na requisição a que se refere o parágrafo anterior o requisitante informará o nome das pessoas do órgão que integrarão a Comissão de Seleção.

§ 3º O edital de abertura de inscrições será publicado com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência da seleção, período durante o qual os interessados poderão se inscrever no Departamento de Recursos Humanos ou em local por este designado, em horário de expediente, sem prejuízo de outras formas complementares, inclusive por meio eletrônico, conforme dispuser o edital.

§ 5º O edital será publicado de acordo com as disposições legais sobre a publicação de atos oficiais municipais e ainda com a afixação de cópia nos estabelecimentos e locais onde deverá ser prestado o serviço.

§ 6º Constarão obrigatoriamente do edital, além do que mais for conveniente, a critério da Comissão de Seleção:

I - Descrição da atividade ou serviço a ser executado.

II - Local, horário e, sendo o caso, prazo de execução, com a menção de que poderá ser alterado por conveniência da Administração.

III - Valor a ser pago mensalmente como remuneração.

IV - Direitos e obrigações do contratado, facultada a referência à legislação municipal.

V - Requisitos para a contratação.

VI - Fatores de classificação entre os concorrentes.

VII - Documentos a se apresentar na inscrição e na contratação.

§ 7º Haverá uma Comissão de Seleção, integrada no mínimo pelo titular do Departamento de Recursos Humanos, que a presidirá, e por duas pessoas indicadas pelo órgão requisitante, que em reunião de caráter público apreciará os documentos dos candidatos e realizará a seleção de acordo com as regras estabelecidas no edital.

§ 8º Concluído o processo seletivo, serão convocados os aprovados pela ordem de classificação através de publicação oficial e divulgação em jornal de publicação local, com prazo de 48 horas para aceitação formal, mediante assinatura do contrato, sendo que a recusa,

Fls.04 - Lei nº 2.553/14

o não comparecimento ou a ausência de manifestação neste prazo implica a perda de direito de preferência em relação aos demais aprovados.

§ 9º A seleção terá validade de 12 (doze) meses, após os quais, em caso de necessidade, deverá ser realizado novo processo seletivo.

§ 10 É vedada a realização de contratação enquanto vigente contratação anterior para serviço de mesma natureza sem que tenham sido chamados todos os aprovados, ou enquanto válido concurso para cargo da mesma natureza cujos aprovados não tenham sido todos chamados para as vagas existentes.

Art. 5º Constatada a necessidade de contratação nas hipóteses dos incisos I e II do art. 2º, bem como na hipótese de ausência de candidato habilitado na seleção anteriormente realizada, o órgão interessado requisitará ao Departamento de Recursos Humanos a publicação de edital de chamamento para contratação direta, informando o local, as características da atividade pretendida, o prazo, o perfil elementar do agente que o executará, o valor estimado da remuneração e o número de vagas, sem prejuízo de outros critérios julgados convenientes.

Art. 6º Poderão ser empregados os seguintes critérios de seleção, sem prejuízo de outros que a Comissão de Seleção julgar convenientes:

I - Prova teórica, elaborada, aplicada e aferida diretamente ou sob supervisão pela Comissão de Seleção.

II - Prova prática, elaborada, aplicada e aferida diretamente ou sob supervisão pela Comissão de Seleção.

III - Títulos, assim consideradas as graduações, pós-graduações ou cursos de aperfeiçoamento reconhecidos pelo sistema federal de ensino, e publicações científicas.

IV - Teste de aptidão psicológica.

V - Experiência profissional.

§ 1º No estabelecimento dos critérios é vedada a discriminação racial, sexual, religiosa, étnica ou socioeconômica e a exigência de requisito dirigido que possa representar violação ao princípio da impessoalidade.

§ 2º Os critérios serão especificados no edital, aplicando-se, na omissão, e nesta ordem, as disposições desta lei, do Estatuto dos Servidores e a deliberação fundamentada da Comissão de Seleção.

§ 3º Em caso de empate a ordem de classificação será definida por sorteio, executado pela Comissão de Seleção.

Fls.05 - Lei nº 2.553/14

Art. 7º A remuneração do pessoal contratado será equivalente ao vencimento básico do cargo em substituição ou, nas demais hipóteses, será fixada em valor médio de mercado, a ser apurado pela Comissão de Seleção.

Art. 8º São direitos dos contratados por esta lei:

I - Remuneração fixa mensal, da qual serão descontadas proporcionalmente as faltas injustificadas, devendo ser paga preferencialmente na mesma data e forma da dos servidores efetivos.

II - Descanso semanal remunerado.

III - Carga horária máxima de quarenta horas semanais.

IV - Décimo-terceiro vencimento proporcional, pago no mês de dezembro ou no término do contrato.

V - Horas extraordinárias.

VI - Férias proporcionais e respectivo adicional, pagos no mês de dezembro ou no término do contrato.

VII - Adicional de insalubridade ou periculosidade, se for o caso.

VIII - Licença para tratamento de saúde, limitada ao término do contrato.

Parágrafo único. Nenhum direito previsto no Estatuto dos Servidores para os efetivos será estendido aos contratados sem expressa previsão legal, mas os direitos conferidos serão regulados e interpretados subsidiariamente segundo aquela norma.

Art. 9ª Além do disposto nesta lei os contratados temporários estão sujeitos às obrigações, deveres e regime disciplinar estabelecidos no Estatuto dos Servidores, aplicando-se-lhes as disposições pertinentes, como se efetivos fossem para este fim, adotando-se no processo disciplinar sempre o rito sumário.

Art. 10. É vedado ao contratado temporário exercer cargo comissionado ou função de confiança, salvo no caso de contratação de professor ou médico, cumulável com cargo de igual natureza, desde que haja compatibilidade de horário verificada na primeira fase da seleção.

Art. 11. O contrato temporário extinguir-se-á:

I - Pelo término do prazo ou conclusão do serviço.

Fls.06 - Lei nº 2.553/14

II - Pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão.

III - Pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal.

IV - Pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independentemente de aviso.

V - Por distrato, independentemente de condições ou prazos.

VI - Pelo falecimento do contratado.

§ 1º Extinto o contrato nos casos de término do prazo, nos de resolução e nos de rescisão pelo contratado este receberá o valor da remuneração mais o correspondente às férias proporcionais e ao décimo-terceiro proporcional.

§ 2º Extinto o contrato por falecimento será devida a remuneração pendente mais o correspondente às férias e décimo-terceiro proporcionais até a data do óbito, ficando os valores à disposição do cônjuge, ascendente ou descendente, conforme o caso, ou ainda do inventariante dos bens do falecido.

§ 3º Nos casos de conclusão de serviço determinado a remuneração será devida integralmente, independentemente do prazo transcorrido, sendo indevidos, entretanto, valores correspondentes ao décimo-terceiro e às férias.

Art. 12. Constará no contrato temporário, além do que for conveniente:

I - Descrição da atividade ou serviço a ser executado.

II - Local, horário e, sendo o caso, prazo de execução, com a menção de que poderá ser alterado por conveniência da Administração.

III - Valor a ser pago mensalmente como remuneração.

IV - Direitos e obrigações do contratado, facultada a referência à legislação municipal.

V - A autoridade à qual ficará subordinado o contratado.

Art. 13. As contratações serão celebradas diretamente pelo

Prefeito, dispensando outro ato administrativo, e observarão a dotação orçamentária específica.

Art. 14. Além de outros requisitos que poderão ser exigidos pela Comissão de Seleção, os requisitos básicos à contratação por necessidade temporária são os seguintes:

Fls.07 - Lei nº 2.553/14

I - Para todas as modalidades, nacionalidade brasileira ou equiparada, plenitude dos direitos políticos, regularidade eleitoral e militar, escolaridade exigida para o cargo, idade mínima de dezoito anos, e aptidão física e mental exigida para a atividade.

II - Para a atividade prevista no inciso II do artigo 2º, habilitação através de treinamento ou curso de noções gerais em estabelecimento oficial ou autorizado.

III - Para as atividades previstas nos incisos V, VI e VII do artigo 2º, habilitação mínima conferida por estabelecimento oficial ou autorizado, e experiência na área por pelo menos doze meses.

Art. 15. Os contratados por esta lei serão regidos exclusivamente pelo regime jurídico administrativo.

Art. 16. Os contratados temporários contribuirão para o Regime Geral da Previdência Social, sendo que o tempo de serviço prestado nesta condição poderá ser considerado exclusivamente para fins previdenciários.

Art. 17. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.754/2001.

Nova Trento, 21 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário M. Administração e Finanças

## LEI Nº 2.554/2014

LEI Nº 2.554, DE 21 de OUTUBRO DE 2014

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 2015 e dá outras providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Lei Orçamentária do Município de Nova Trento para o exercício de 2015 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as metas fiscais de receita, despesa, resultado primário e nominal e montante da dívida;

II - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2017;

III - a estrutura dos orçamentos das diversas unidades gestoras;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre as despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária; e

VIII - as disposições gerais.

### I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2015, 2016 e 2017, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são a aquelas identificadas no ANEXO I desta lei com os seguintes anexos complementares:

I - Anexo I.1 - Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais de Receita;

II - Anexo I.2 - Demonstrativo das Prioridades e Metas Físicas para 2015 e Metas Financeiras para 2015, 2016 e 2017;

III - Anexo I.2.1 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas por Programa de Governo;

IV - Anexo I.2.2 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas por Grupo de Natureza de Despesa

V - Anexo I.2.3 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;

VI - Anexo I.2.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;

VII - Anexo I.2.5 - Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais do Montante da Dívida;

VIII - Anexo I.3 - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2013;

IX - Anexo I.4 - Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas para os três Exercícios Anteriores;

X - Anexo I.5 - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;

XI - Anexo I.6 - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

XII - Anexo I.7 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;

XIII - Anexo I.8 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS;

XIV - Anexo I.9 - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

XV - Anexo I.10 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

XVI - Anexo II - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

XVII - Anexo III - Demonstrativo dos Projetos previstos para Execução em 2014;

XVIII - Anexo IV - Demonstrativo das obras que passarão para 2015 em andamento e que deverão estar incluídas como prioridade nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XIX - Anexo V - Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas priorizadas nesta Lei de Diretrizes Orçamentária com aquelas estabelecidas no Plano Plurianual;

X - Anexo VI - Demonstrativo da Compatibilização entre a Origem e o Destino dos Recursos;



XI - Anexo VII - Demonstrativo da Origem e Destino dos Recursos Vinculados à Saúde; e

XII - Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destino dos Recursos Vinculados ao Ensino.

## II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2015

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS I, I.1, I.2, I.2.1 a I.2.5 e V de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas nos Anexos I.2 e V a fim de compatibilizar a despesa à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa durante a execução orçamentária.

## III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa - instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, denominado projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitado no tempo, do qual resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial - despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, da qual não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária - menor nível da classificação institucional da despesa, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional da despesa;

VII - receita ordinária - aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja, pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional ou legal;

VIII - execução física - realização da obra, fornecimento do bem ou serviço pelo contratado;

IX - execução orçamentária - arrecadação da receita, empenho e liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira - efetiva utilização dos recursos financeiros mediante pagamento das despesas, inclusive dos restos a pagar já inscrito.

XI - categoria de programação, de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal - nível de classificação da despesa por programa de governo, ou nível de classificação da despesa por projetos, atividades e operações especiais.

Parágrafo Único - Cada programa identificará as ações de governo necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Grupo de Natureza de Despesa, Diagnóstico situacional do Programa ou ação, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e Financeiras e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2012 e alterações posteriores.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá

os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias, Fundações e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração da Estrutura Organizacional vigente no Município.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras do Município: Prefeitura, Câmara, Fundo Municipal de Saúde, Instituto de Previdência dos Funcionários e Serviço Municipal de Água e Esgoto e identificará os códigos das fontes e das destinações dos recursos, especificará os recursos dos Orçamentos Fiscais (OF) e da Seguridade Social (SS) e classificará as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e Portaria Conjunta nº 2/2012 (Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público) e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V - Programa de Trabalho de Governo (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções de Governo (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD com identificação da Classificação Institucional, Funcional, Programática, Grupo de Natureza da Despesa, Modalidade de Aplicação, Diagnóstico situacional do Programa ou Ação de Governo, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fonte de Recursos, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF)

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. (Art. 5º, II da LRF)

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF)

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF)

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2014. (Art. 5º, III da LRF)

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio

Público. (Art. 44 da LRF)

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2014. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)

XX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2015. (Art. 8º, 50, I da LRF e Portaria STN nº 245/2007)

§ 1º O Orçamento das Unidades Gestoras: Prefeitura, Câmara Municipal, Serviço de Água e Esgoto, Instituto de Previdência dos Funcionários e Fundo Municipal de Saúde que acompanham o Orçamento Geral do Município evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria: Câmara Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Instituto de Previdência dos Funcionários e Serviço Municipal de Água e Esgoto.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD de que trata o item X deste artigo fixará a despesa para a respectiva ação de governo, classificada por Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores, admitido, dentro de cada ação, ou de cada programa de governo, o remanejamento de dotação de um Grupo de Natureza de Despesa para outro ou de uma ação de governo para outra quando integrante dos programas relacionados à saúde e educação, por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme previsto no artigo 167, inciso VI da Constituição Federal de 1988.

§ 4º Quando necessário, para atender aos objetivos e metas estabelecidas na ação de governo e por não caracterizar crédito adicional especial, é admitido a inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/64, conterá, no mínimo:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II - Quadro Demonstrativo dos Tributos e outros créditos lançados e não arrecadados até 2013, identificando o estoque da Dívida Ativa;

III - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa ao Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa realizada nos exercícios de 2012 e 2013 e despesa fixada para 2014 e 2015;

IV - Quadro Demonstrativo da Despesa Fixada por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

V - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2012 a 2015;

VI - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico;

VII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Ações e Serviços Públicos de Saúde;

VIII - Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/10/2014;

IX - Quadro Demonstrativo da evolução do Saldo da Dívida Fundada de 2011 a 31/10/2014.

Art. 9º A Reserva de Contingência para as diversas Unidades Gestoras será constituída de até 1,5% (um vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para 2015.

Art. 10 A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Iprevent será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

#### IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11 A execução da Lei Orçamentária Anual de 2015 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos.

Art. 12 A Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual de 2015 poderão tratar os Fundos Municipais como Unidades Orçamentárias dos Órgãos de vinculação.

§ 1º Os Fundos Municipais tratados como Unidades Orçamentárias terão suas receitas especificadas no orçamento das Unidades Gestoras correspondentes, e estas receitas, por sua vez, deverão estar vinculadas as despesas relacionadas aos objetivos para o qual o fundo foi instituído.

§ 2º Em cada caso, o titular do Órgão em que o fundo estiver vinculado, será o gestor do fundo.

§ 3º Não se inclui na autorização constante do caput deste artigo o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 13 Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2015 deverá observar os efeitos da alteração da legislação tributária, o aparelhamento da máquina arrecadadora, os incentivos fiscais autorizados, a inflação prevista para o período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a evolução da receita arrecadada nos últimos três exercícios.

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 14 Se a receita estimada para 2015, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Poder Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15 Na execução do orçamento, verificado ao final de cada bimestre que o comportamento da receita poderá comprometer o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes: Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenho e da movimentação financeira nos montantes necessários para preservar o equilíbrio de caixa em cada fonte de recursos e o cumprimento das metas de resultado primário, nominal e montante da dívida.

§1º Quando a meta de arrecadação não alcançada se referir as fontes 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários, 0.1.01.000000 - Recursos de Impostos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e 0.1.02.000000 - Recursos de Impostos para Ações e Serviços Públicos de Saúde, a limitação de empenho e movimentação financeira recairá sobre dotações financiadas por estas fontes e relacionadas a:

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidas;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotações destinadas à manutenção da frota rodoviária municipal e serviços em geral; e

IV - Dotações que não comprometam a execução de serviços considerados essenciais.

§2º A limitação de empenho e movimentação financeira será determinada por Decreto do Poder correspondente nos trinta dias



subsequentes ao encerramento do respectivo bimestre por indicação do Setor de Contabilidade.

Art. 16 A geração de despesas obrigatórias de caráter continuado em 2015, demonstrada no Anexo I.10 desta lei será compensada, nos termos do artigo 17, §2º, da LC n. 101/2000, com os recursos do aumento permanente da receita também demonstrado no referido anexo.

Art. 17 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO II desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência a eles vinculados e também, se houver, com recursos do excesso de arrecadação e do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do de 2014.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal promoverá a abertura de crédito adicional extraordinário ou encaminhará Projeto de Lei a Câmara propondo abertura de créditos adicionais por conta da anulação parcial ou total de dotações alocadas para projetos, atividades ou operações especiais, desde que ainda não comprometidas.

§ 3º Não se efetivando até o dia 10/12/2015 os riscos fiscais constantes do Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais especiais mediante autorização legislativa específica, ou ainda, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se apresentarem insuficientes, desde que atendidos os passivos contingentes confirmados e não houver resíduo a pagar a título de riscos ou eventos fiscais imprevistos e o ato não implicar em encerrar o exercício de 2015 com insuficiência de caixa.

§4º O Anexo de riscos fiscais poderá contemplar também recursos destinados exclusivamente à abertura de créditos adicionais suplementares ao longo do exercício por ato do Chefe do Poder Executivo para atender despesas orçadas a menor, ou ainda para abertura de créditos adicionais por conta de rendimentos de aplicação de recursos de convênios, de forma que estes sejam aplicados no seu objeto.

Art. 18 O orçamento para o exercício de 2015 das Unidades Gestoras reservará recursos de até 1,5% (um vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Líquida para passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos de que trata o artigo 4º, § 3º e 5º, III da LC 101/2000, conforme ANEXO II desta Lei, não considerado aqui os recursos destinados a atender despesas não orçadas ou orçadas a menor de que trata o §4º do artigo 17 desta lei.

Art. 19 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 20 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista para 2015 em metas bimestrais de arrecadação por fonte de recursos, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o equilíbrio de caixa.

Art. 21 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2015 com dotações financiadas com recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos extraordinários, só serão executados e

utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver assegurado o ingresso desses recursos no fluxo de caixa através da assinatura do respectivo convênio, contrato de repasse, carta de intenção de contrato de financiamento ou qualquer outro documento de compromisso de liberação.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação e do superávit financeiro de que trata o artigo 43, da Lei 4.320/64 será realizada em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme disposto nos artigos 8º, parágrafo único e 50, inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal e orientação constante da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2012 e alterações posteriores.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual a codificação das contas de Receita e de Despesa será acrescida do código indicado na Tabela de Destinação de Recursos que acompanha o Orçamento da Receita, construída a partir das orientações constantes da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2012 e alterações posteriores, de forma que o resultado financeiro possa ser evidenciado em cada fonte de recursos.

§3º O controle da disponibilidade de caixa em cada fonte de recursos, de que trata o artigo 50, inciso I, da Lei Complementar (federal) nº 101/2000, será realizado no grupo "Execução da Administração Financeira" do novo Plano de Contas e será indicada pelo saldo da conta "Disponibilidade por Destinação de Recursos a Utilizar" mediante o registro do ingresso da receita no caixa e registro da liquidação da despesa.

Art. 22 A renúncia e os descontos de receita estimado para o exercício financeiro de 2015, constantes do ANEXO I.9, integrará também o Orçamento da Receita em contas redutoras e apresentadas no ANEXO I.1, conforme orientação da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2012 e alterações posteriores, dispensando assim a compensação exigida no artigo 14, II da LRF.

Art. 23 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas sem fins lucrativos beneficiará somente aquelas de caráter educativo, promoção da saúde, assistência social, recreativo, cultural, esportivo, sindical, desenvolvimento econômico e de cooperação técnica voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá sempre de autorização em lei específica para cada entidade.

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão requerer o benefício, acompanhado de plano de aplicação, atender as normas estabelecidas para habilitação à obtenção do recurso e prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelas normas de controle interno.

Art. 24 O procedimento administrativo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar (federal) nº 101/2000 deverá ser anexado no processo que abriga os autos da licitação, quando for o caso, antes da publicação do edital, ou ao processo do ato que implicar na geração de despesa.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante em cada exercício financeiro, não exceda em duas vezes o valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24, da Lei 8.666/93.

Art. 25 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre os projetos novos na alocação de

recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Parágrafo único. As obras em andamento e os gastos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - ANEXO III, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no ANEXO IV desta lei.

Art. 26 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal de Nova Trento quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e com a devida previsão de recursos na lei orçamentária.

Art. 27 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2015 a preços projetados para 2015.

Art. 28 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação das despesas no mínimo por elemento de despesa que trata a Portaria STN nº 163/2001 no momento do empenho da despesa.

Art. 29 Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por lei específica, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que estes se enquadrem nas prioridades para o exercício de 2015.

Art. 30 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos, por exemplo: dos programas, das ações de governo, do m2 da construção, do m2 da pavimentação, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo Único. Os gastos dos serviços e das obras realizadas serão apurados a partir das metas físicas e financeiras realizadas através das operações orçamentárias e relatórios de produção fornecidos pelos titulares das Secretarias, Autarquias, Fundações e Fundos.

Art. 31 As ações de governo, priorizadas por esta lei e extraídas do Plano Plurianual, conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - ANEXO IX e contemplado na Lei Orçamentária para 2015, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 32 Na execução da Lei Orçamentária de 2015, o Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares por ato próprio, até o limite de 30% (trinta por cento) da Receita Prevista, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada fonte de recursos, observada a tendência do exercício;

II - o superávit financeiro do exercício anterior em cada fonte de recursos; e

III - o produto de operações de crédito autorizadas.

Art. 33 Na execução da Lei Orçamentária de 2015 fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares nos projetos, atividades e operações especiais integrantes do mesmo programa de governo, utilizando como fonte de recursos a anulação de até 20% de cada dotação fixada para estes mesmos projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º. Os créditos adicionais suplementares se caracterizam pela elevação da dotação fixada para o projeto, atividade ou operação especial, ainda que decorrente da inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa.

§ 2º. Eventuais alterações das fontes de financiamentos de cada projeto, atividade ou operações especiais para adequação das disponibilidades de caixa poderão ser efetuadas por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 34 Os gastos mínimos de 25% das receitas de impostos com manutenção e desenvolvimento do ensino básico, 60% dos recursos do Fundeb com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, 15% dos recursos de impostos com ações e serviços públicos de saúde e 95% dos recursos do Fundeb serão apurados ao final de cada bimestre para avaliação do seu cumprimento, na forma dos demonstrativos indicados nos incisos VI e VII, do artigo 8º desta lei.

§1º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com manutenção e desenvolvimento do ensino básico - MDEB será considerado a soma das contribuições ao FUNDEB mais a soma das despesas empenhadas na fonte de recursos 0.1.01.000000 - Recursos de Impostos para MDEB, comparadas com a soma das receitas resultantes de impostos arrecadadas até o período de referência.

§2º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício será considerada a soma das despesas empenhadas na fonte de recursos 0.1.12.000000 - Remuneração dos Profissionais do Magistério em efetivo Exercício e na fonte de recursos 0.1.81.000001 - Receita de Remuneração de Depósitos Bancários - Fundeb, comparadas com a soma das receitas arrecadadas a título de Transferências do Fundeb e seus rendimentos de aplicação até o período de referência.

§3º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com ações e serviços públicos de saúde - ASPS será considerada a soma das despesas empenhadas na fonte de recursos 0.1.02.000000 - Recursos de Impostos para ASPS, comparadas com a soma das receitas resultantes de impostos arrecadadas até o período de referência.

§4º Para efeito de apuração do gasto mínimo dos recursos do Fundeb será considerada a soma das despesas empenhadas nas fontes de recursos 0.1.12.000000 - Transferência de Recursos do Fundeb - Parte 60%; 0.1.13.000000 - Transferência de Recursos do Fundeb - Parte 40%; e 0.1.81.000001 - Receita de Remuneração de Depósitos Bancários - Fundeb, comparada com a soma das receitas arrecadadas a título de Transferências do Fundeb e seus rendimentos de aplicação até o período de referência.

#### V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 35 A Lei Orçamentária de 2015 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento de Despesas de Capital, observado os limites de endividamento fixado nas Resoluções do Senado n. 40/2001, 43/2002 e alterações posteriores.

Art. 36 Ultrapassando o limite global de endividamento definido no Artigo 35 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de

empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 15 desta lei.

#### VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 37 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei ou ato próprio quando cabível, poderão em 2015, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou contratar pessoal para atender necessidade temporária de excepcional interesse público na forma da lei municipal que regula a matéria, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei orçamentária para 2015 ou em créditos adicionais.

Art. 38 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores mesmo quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 39 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

I - eliminação de vantagens e gratificações concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras.

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 40 Para efeito desta lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Nova Trento, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros ou não se refira a complementação de serviços da administração.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais, utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros e referir-se a serviços complementares, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em elementos de despesa diverso do "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

#### VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 41 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 42 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei

específica, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 43 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária para 2015 à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2015.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o primeiro dia útil do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações fixadas para despesas operacionais e constantes na proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos motivado por insuficiência momentânea de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 45 Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos pelos seus saldos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 46 O Executivo Municipal está autorizado em 2015 a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não e, eventualmente, confessar e parcelar dívidas para com a Receita Federal do Brasil.

Art. 47 Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Nova Trento, 21 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário M. Administração e Finanças

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### Ldo 2015-Novos Horizonte

LEI Nº 507, de 15 de Outubro de 2014.

DISPÕE SOBRE A LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA ELABORAÇÃO DA LOA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eli Mariott, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais. Que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2015, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração pública municipal;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e

VII - as disposições gerais.

#### CAPÍTULO II

##### DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentário de 2015 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Parágrafo único. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I - Demonstrativo I - Metas Anuais;

II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos

com a Alienação de Ativos;

VI - Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

VII - Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS;

VIII - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

IX - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

X - Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;

XI - Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;

XII - Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;

XIII - Anexo II.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;

XIV - Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

XV - Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

XVI - Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;

XVII - Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

XVIII - Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

XIX - Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos ;

XX - Anexo IX - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público;

XXI - Anexo X - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações; e

XXII - Anexo XI - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2015, são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2015 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Parágrafo único. Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categorias de prioridades que não estejam contempladas nesta Lei.

#### CAPÍTULO III

##### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;



sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II -Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação; e

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

VIII - conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais, e as entidades privadas, com os quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

IX - descentralização de créditos orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes;

X - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

XI - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XII - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e

XIII - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3ºAs categorias de programação de que trata esta Lei serão

identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 4º O produto e a unidade de medida a que se refere o § 3º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2014/ 2017.

§ 5ºAs metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 6ºAs atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 7º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 8ºA subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Art. 5º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 6º Na Lei OrçamentáriaAnual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, detalhada por categoria da programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

§ 1ºA esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F), da seguridade social (S) ou de investimento das empresas estatais (I).

§ 2º Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I - pessoal e encargos sociais - 1;

II - juros e encargos da dívida - 2;

III - outras despesas correntes - 3;

IV - investimentos - 4;

V - inversões financeiras - 5; e

VI - amortização da dívida - 6.

§ 3ºA Reserva de Contingência, prevista no art. 22 desta Lei, será identificada pelo dígito "9", no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 4º Nenhuma ação poderá conter, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias.

§ 5º A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - mediante transferência financeira:

a) a outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades; ou

b) diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou

II - diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§ 6º O orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º É vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§ 8º As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita e o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, será composto de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados nos artigos 2º e 22, incisos III, IV e parágrafo único da Lei nº 4.320, de 1964;

III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e

V - anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentária a que se refere o inciso II deste artigo, os seguintes demonstrativos:

I - Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o Anexo 1, da Lei nº 4.320 de 1964;

II - Receita por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

IV - Funções e Subfunções de Governo, conforme o Anexo 5, da Lei nº 4.320, de 1964;

V - Programa de Trabalho de Governo, conforme o Anexo 6, da Lei nº 4.320, de 1964;

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações

Especiais, conforme o Anexo 7, da Lei nº 4.320, de 1964;

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos, conforme o Anexo 8, da Lei nº 4.320, de 1964;

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções, conforme o Anexo 9, da Lei nº 4.320, de 1964;

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964 e art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

X - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964;

XI - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XII - da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;

XIII - demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394, de 1996;

XIV - demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;

XV - demonstrativo da receita corrente líquida com base no art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

XVI - demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 2000; e

XVII - demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

Art. 8º A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; e

II - justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

##### Seção I

##### Das Diretrizes Gerais

Art. 9º A estimativa da receita e a fixação da despesa, constante do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art. 10. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será



precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 11. Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 12. A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

## Seção II

### Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 13. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

## Seção III

### Do Incentivo à Participação Popular

Art. 14. O projeto de lei orçamentária anual, relativo ao exercício de 2015, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

I - o princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II - o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 15. Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

## Seção IV

### Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 16. Na ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º O montante da limitação a ser procedida por cada Poder referido no caput deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável.

§ 2º Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 3º No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I - com pessoal e encargos patronais; e

II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45, da Lei Complementar nº 101 de 2000.

§ 4º Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo

o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

## Seção V

### Da Inclusão de Novos Projetos e Conservação do Patrimônio Público

Art. 17. Observadas as prioridades a que se refere o art. 3º desta Lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, das autarquias, dos fundos especiais, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista se:

I - houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III - estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio; e

IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

## Seção VI

### Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 18. Para os efeitos do art. 16, da Lei Complementar nº 101, de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

## Seção VII

### Da Destinação de Recursos para Entidades Públicas e Privadas

Art. 19. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos emitida no exercício de 2014 e comprovante de regularidade

do mandato de sua diretoria.

§ 2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas

na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade; e

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

#### Seção VIII

Da Autorização para Custeio de Despesas de Competência da União e do Estado

Art. 20. A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesa de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

#### Seção IX

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 21. O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, será representado, para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será de forma a evidenciar os recursos:

I - gerados pela empresa;

II - oriundos de transferências do Município;

III - oriundos de operações de crédito internas e externas; e

IV - de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.

#### Seção X

Da Destinação de Reserva de Contingência

Art. 22. A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor até 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2015, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

#### Seção XI

Das Normas para Controle de Custos e Avaliação de Resultado

Art. 23. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

#### CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 24. A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 25. O projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projeto e atividades financiados por estes recursos.

Art. 26. A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

#### CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 27. No exercício financeiro de 2015, as despesas com pessoal dos Poderes Executivos e Legislativo observarão as disposições contidas nos art. 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 28. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a adoção das medidas de que tratam os §§ 3º e 4º, do art. 169, da Constituição Federal, preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 29. Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de saúde e de saneamento.

#### CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 30. A estimativa de receita que constará do projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e conseqüente aumento das receitas próprias.

Art. 31. A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I - atualização da planta genérica de valores do município;

II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza;

V - revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição;

VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia; e

VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1º Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo encaminhará projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

§ 2º A parcela de receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32. É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual crédito com finalidade imprecisa ou com dotação limitada.

Art. 33. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no art. 8º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 34. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo, utilizando os recursos previstos no art. 43. Da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 35. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de previa autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e da Constituição Federal.

§ 1º A lei orçamentária anual conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposição de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 36. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

NOVO HORIZONTE/SC, 15 de Outubro de 2014.

ELI MARIOTT

PREFEITO MUNICIPAL

# Orleans

## PREFEITURA

### Edital Chamamento Processo Seletivo Nº011/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE ACORDO COM PROCESSO SELETIVO Nº011/2014, mediante o qual ficam CONVOCADOS, para nomeação, os candidatos aprovados no Processo Seletivo nº 011/2014, para comparecerem na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 12h30min às 18h30min, no prazo de 05 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital de Processo Seletivo nº011/2014 (disponível no sitio eletrônico: [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br), ciente de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Edital de Processo Seletivo nº 011/2014, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 3886-0128, com o servidor Ariel Alberton.

NOME	CARGO	CH
Maria Aparecida Correia Cruzeta	Auxiliar de Serviços Gerais Femininos	40h
Rosineti Camilo Salvaggio Galvani	Auxiliar de Serviços Gerais Femininos	40h

Orleans, 21 de outubro de 2014.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

# Palhoça

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

### Ata de Julgamento das Propostas de Preços do PP 41/2014

ATA DE JULGAMENTOS DAS PROPOSTAS APRESENTADAS PARA O PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2014.

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, na sala de reuniões da Diretoria de Licitação, às 15:00 horas, reuniram-se a Pregoeira Rosiméri Hilda Coelho e sua Equipe de Apoio, designada pela Portaria nº 26/2014, para ao julgamento das propostas e objeções interpostas no processo licitatório PREGÃO PRESENCIAL N.º 41/2014, que tem como objeto prestação de serviços de telecomunicações, conexão a internet, captação transporte e armazenamento de imagens, central de telefonia voip e minutagem VOIP, bem como fornecimentos de todos os equipamentos necessários para a implementação dos serviços, em regime de locação, incluindo manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos e serviços, conforme especificações constantes nos Anexos, do edital convocatório. Declarada aberta à reunião pela Pregoeira, convocando a servidora Luciane Probst, para secretariar os trabalhos. Para melhor análise das propostas e objeções arguidas pelas empresas participantes do certame, Neorede Telecomunicação Ltda e Khronos Indústria, Comércio e Serviços em eletrônica Ltda, a Pregoeira solicitou ao Setor de Informática da secretaria Municipal de Saúde para que analisasse e emitisse parecer. O parecer do Setor de Informática na sua conclusão afirma que: "De acordo com a proposta analisada da empresa 02-Khronos Indústria, Comércio e Serviços em Eletrônica Ltda., foi identificado que a empresa não é habilitada para prestar as atividades econômicas exigidas no edital, que são as seguintes: 61.90-6-01 - Provedores de Acesso às Redes de Comunicações e 61.90-6-02 - Provedores de Voz sobre Protocolo internet - VOIP. A empresa Khronos tem como descrição de suas atividades econômicas em relação a serviços de comunicação apenas a atividade 61.10-8-03 - Serviços de comunicação multimídia - SCM, que de acordo com a Comissão Nacional de Classificação (CONCLA) essa atividade não compreende os seguintes itens abaixo:

- A manutenção de estações e redes de telecomunicações (42.21-9)
- Os serviços de transmissão e retransmissão de sinais de rádio (60.10-1)
- O acesso à internet por operadoras de televisão por assinatura por cabo (61.41-8)
- As operadoras de televisão por assinatura por cabo (61.41-8)
- Os provedores de acesso às redes de comunicações (61.90-6)
- Os provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP (61.90-6)
- Os revendedores de outorgados dos serviços de telecomunicações (61.90-6)

De acordo com que se observa na CONCLA, necessário se faz que a empresa possua as atividades 61.90-6-01 e 61.90-6-02 para oferecer serviços de provedor de internet e provedor de voz sobre protocolo internet. Percebesse que a empresa Khronos, por não possuir as atividades 61.90-6-02 e 61.90-6-03 impossibilita a empresa de oferecer os serviços de VOIP e Internet descritos no edital.

A empresa Khronos apresenta nos itens do edital referente a locação de equipamentos switches de 12 portas, sendo que no edital era pedido switches de 24 portas, também não apresentou um servidor Storage específico, e sim um catálogo com 5 servidores diferentes e que nenhum deles atende as especificações do Edital. De acordo com a proposta analisada da empresa 01-Neorede Telecomunicação Ltda., a mesma apresentou em sua proposta switch

de 12 portas sendo que o edital exigia switches de 24 portas, ainda esta empresa apresenta dois modelos de telefones e dois modelos de rádio ao invés de somente um modelo de cada, não especificando qual deles irá usar. A empresa Neorede também não apresentou modelo e catálogo dos seguintes itens: roteador, central IP, nobreak, switch, Servidor Storage, Monitor, Software VOIP e o Rack". A pregoeira tendo por base o parecer do Setor de Informática, decide desclassificar as empresas: NeoredeTelecomunicação Ltda e Khronos Indústria, Comércio e Serviços em eletrônica Ltda, por não estarem em conformidade com as exigências contidas no edital convocatório, o subitem 4.3 prevê que: Os licitantes que não atenderem as exigências legais previstas serão desclassificados. Em razão da desclassificação das proponentes a pregoeira com fulcro no § 3º do artigo 48, que prevê que: Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998), neste caso fica dado as empresas 08 (oito) dias úteis de prazo para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas que levaram as suas desclassificações. Após regularização das propostas será marcada nova data para efetuação dos lances e abertura do envelope contendo as documentações de habilitação da empresa vencedora. Concluídos os trabalhos a pregoeira solicitou a comunicação formal aos licitantes do resultado do julgamento, bem como solicitou a publicação no site [www.saudepalhoca.sc.gov.br](http://www.saudepalhoca.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios. Nada mais a tratar a sessão foi encerrada na qual lavrou-se a presente ata que lida e aprovada vai assinada pela pregoeira.

Palhoça, 21 de outubro de 2014.

Rosiméri Hilda Coelho

Pregoeira Oficial Sec. de Saúde

# Palmitos

## PREFEITURA

### Processo 119/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 119/2014. Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO 17/2014. Objeto: AQUISIÇÃO DE MÁQUINA DE DEMARCAÇÃO VIÁRIA, CONFORME DESCRIÇÃO CONTIDA NO ANEXO I. Data da entrega dos envelopes: 03/11/2014 até as 08:00 horas. Data da abertura: 03/11/2014 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 21 de Outubro de 2014.  
Norberto Paulo Gonzatti  
Prefeito Municipal.

### Processo 120/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 120/2014. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 54/2014. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, BRITA, PÓ DE BRITA, PEDRISCO, AREIA MÉDIA, CIMENTO E TIJOLO. Data da entrega dos envelopes: 03/11/2014 até as 14:00 horas. Data da abertura: 03/11/2014 até às 14:30 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 21 de Outubro de 2014.  
Norberto Paulo Gonzatti  
Prefeito Municipal.

### Processo 121/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 121/2014. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 55/2014. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS. Data da entrega dos envelopes: 04/11/2014 até as 08:30 horas. Data da abertura: 04/11/2014 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 21 de Outubro de 2014.  
Norberto Paulo Gonzatti  
Prefeito Municipal.

### Processo 122/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 122/2014. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 56/2014. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS. Data da entrega dos envelopes: 05/11/2014 até as 08:30 horas. Data da abertura: 05/11/2014 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 21 de Outubro de 2014.  
Norberto Paulo Gonzatti  
Prefeito Municipal.

### Processo 123/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº123/14 Modalidade: Chamada Pública nº02/14. Objeto: CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL 002/2014. Entrega dos Envelopes até: 26/11/2014, até as 09:00 horas. Abertura dos Envelopes: 26/11/2014 as 09:00 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos ou pelo fone (49) 3647- 9610.

Palmitos 21 de outubro de 2014.  
Norberto Paulo Gonzatti  
Prefeito Municipal.



**Editais de Notificação 850/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 850/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAX3255	54096030E	5169/1	22/03/2014	R\$ 1.915,38	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

JOAO LUIZ MIOTTO  
DELEGADO DE POLICIA



**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 851/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 432 851/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IGQ7505	54096162E	6920/0	26/05/2014	233
IMB3287	54096451E	5010/0	27/04/2014	162 * I
LWS7376	54095782E	6599/2	07/06/2014	230 * V
MBA5977	54096038E	6599/2	17/05/2014	230 * V
MDR4536	54096458E	5010/0	01/06/2014	162 * I
MXQ7552	54095776E	6920/0	09/05/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

JOAO LUIZ MIOTTO

DELEGADO DE POLICIA

**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 852/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 432 852/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJC8479	54096382E	5479/0	15/05/2014	181 * X

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 853/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 853/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BRB9735	54095517E	5010/0	24/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
CAH3857	54095721E	6920/0	03/04/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

JOAO LUIZ MIOTTO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 854/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 854/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEA7314	54095552E	7056/1	12/01/2013	R\$ 191,53	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 855/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 432 855/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DMS6478	54096457E	6920/0	09/05/2014	233
JZA3020	54096235E	6920/0	16/05/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

JOAO LUIZ MIOTTO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 856/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 856/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HRQ9282	54926377D	6599/2	04/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
HRQ9282	54926378D	5010/0	04/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCB1188	54095554E	6920/0	14/01/2013	R\$ 127,69	233
MCC1892	54096354E	6599/2	12/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCC1892	54096355E	5010/0	12/04/2014	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

JOAO LUIZ MIOTTO  
DELEGADO DE POLÍCIA



**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 857/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 432 857/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHK7491	54096407E	5169/1	02/06/2014	165
AHK7491	54096408E	6599/2	02/06/2014	230 * V
DZP6820	54096232E	6920/0	22/05/2014	233
GVW5595	54096390E	5010/0	30/05/2014	162 * I
LXY5083	54096209E	6920/0	04/06/2014	233
LYC3427	54096385E	5010/0	30/05/2014	162 * I
LYC3427	54096386E	6599/2	30/05/2014	230 * V
LYC3427	55490562E	5010/0	30/05/2014	162 * I
LYC3427	55490563E	6599/2	30/05/2014	230 * V
MTJ3760	54096208E	6920/0	04/06/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

JOAO LUIZ MIOTTO  
DELEGADO DE POLÍCIA

**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 858/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 432 858/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
KAQ3687	55490586E	6920/0	10/06/2014	233
MFM4225	54095736E	6920/0	23/06/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

JOAO LUIZ MIOTTO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 859/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 859/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKH4773	54095587E	5045/0	26/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
AKH4773	54926535D	6548/0	28/04/2013	R\$ 85,12	229
IDG0615	54926532D	6920/0	12/04/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

JOAO LUIZ MIOTTO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO 860/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 432 860/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CGA7700	55490589E	6599/2	05/07/2014	230 * V
CJZ3996	54095737E	6920/0	18/06/2014	233
ILW4417	54095742E	6599/2	06/07/2014	230 * V
MFK4301	54095732E	6920/0	25/06/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

JOAO LUIZ MIOTTO  
DELEGADO DE POLICIA

# Papanduva

## PREFEITURA

### Ata de Registro de Preços Nº 071/2014

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 071/2014

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 084/2014 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 19/08/2014, RESOLVE registrar os preços da empresa DIMASCI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 05.531.725/0001-20, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando o fornecimento de medicamentos da farmácia básica, para manutenção dos serviços de saúde do município, conforme itens descritos na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 29.211,00 (vinte e nove mil, duzentos e onze reais), relativos aos itens 70, 109, 184, 188, 204, 205, 209, 216, 233, 234, 256, 313, 334, 335 e 448, objeto do Pregão Presencial Registro de Preços 084/2014.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).;

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 084/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente mediante autorização de fornecimento ou requisição de compras ou pré empenho no prazo máximo de 05 (cinco) dias, conforme necessidade e procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação na Rua Jacob Schadeck nº 1207, Centro, Papanduva/SC, sede do Fundo Municipal de Saúde (SUS);

4.2 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ao) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

5.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 084/2014 e seus anexos;

5.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a Registrada Vencedora deverá providenciar a correção em até 05 dias, sem qualquer ônus para o Município.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 - Comunicar a registrada vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a registrada vencedora fornecer fora das especificações do edital.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Instrumento;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

8.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

#### CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - A contratada registrada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 19 de agosto de 2014.

Silvana Frederico Trindade - Pregoeira

Eliton Luis de Souza Prestes - Equipe de Apoio

Márcio Wisniewski - Equipe de Apoio

Otávio Hunka - Equipe de Apoio

DIMASCI SC Material Cirúrgico Ltda

Odair José Leandro Dias

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

### Ata de Registro de Preços Nº 090/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 090/2014

Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 100/2014 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 01/10/2014, RESOLVE registrar os preços da empresa PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - ME, inscritas no CNPJ sob nº 07.634.816/0001-06, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de materiais de expediente para o funcionamento do CRAS e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de

R\$13.238,92 (treze mil, duzentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos), relativos aos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 09, 11, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 48, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62 e 68, objetos do Pregão Presencial Registro de Preços 100/2014.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

a) Edital de Pregão Presencial nº 100/2014 e seus anexos;

b) Proposta da Proponente.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - O objeto adjudicado deverá ser entregue em até 07 dias após a solicitação da Secretaria, diretamente na sede do CRAS, sito a Rua João Greinert, nº 21, Centro, Papanduva/SC;

4.2 - Não serão aceitos os itens que a vencedora entregar fora das especificações do edital e anexo I;

4.3 - Os produtos somente poderão ser entregues com o acompanhamento dos servidores municipais designados para isto;

4.4 - O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

5.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 100/2014 e seus anexos;



5.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 - Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

a) Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;

b) Não for prestado o serviço no prazo estabelecido nesta Ata de Registro de Preços;

c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 - quando descumprir as exigências do edital e desta ata;

8.1.2 - quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 - quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto(s) decorrente(s) desta Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

#### CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 01 de outubro de 2014.

Fábio José Padilha - Pregoeiro

Erli Edvina Wunsche Bacellar - Equipe de Apoio

Márcio Wisniewski - Equipe de Apoio

Otávio Hunka - Equipe de Apoio

Papelaria São Bento Ltda - ME

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

**Passos Maia****PREFEITURA****Decreto Nº 299, de 20 de Outubro de 2014.**

DECRETO Nº 299, de 20 de outubro de 2014.

“ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o art. 62, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que no dia 28 de outubro comemora-se o dia do servidor público;

Considerando que a data supracitada será em uma terça-feira;

Considerando a observância aos princípios da economicidade, eficiência, produtividade, dentre outros que norteiam o serviço público;

Considerando, por fim, tornar-se mais produtivo a realização de ponto facultativo na segunda-feira e realização de expediente na terça-feira;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todos os órgãos da administração pública municipal, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais e o atendimento das situações de emergência, no dia 27 de outubro de 2014, em comemoração ao dia do servidor público.

Art. 2º. Ficam os Secretários Municipais, no dia declarado como ponto facultativo, autorizados a determinar expediente normal de trabalho por necessidade de serviço.

Art. 3º. O atendimento dos serviços públicos essenciais no dia declarado como ponto facultativo deverão ser garantidos por meio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 4º. A título de compensação do dia declarado como ponto facultativo, os servidores públicos municipais, com exceção dos que trabalharem nestes dias, deverão cumprir uma hora a mais por dia, numa quantidade de quatro horas para cada dia de ponto facultativo ou compensar com eventuais horas extras prestadas nos dias subsequentes.

Art. 6º. O presente Decreto terá vigência da data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia - SC, 20 de outubro de 2014.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Certifico que o Decreto supra foi publicado.

DOUGLAS AIGNER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

**Paulo Lopes****PREFEITURA****Chamada Publica Nº. 002/2014**

CHAMADA PUBLICA Nº. 002/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes Tornar público o Edital de Chamada Pública Nº 002/2014, visando à seleção e possível contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência a saúde na área ambulatorial, para o conjunto total de procedimentos em laboratório clínico, dos referidos grupos, na Tabela Unificada de Procedimentos/SUS do Ministério da Saúde, que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://sigtap.datasus.gov.br>. O credenciamento ficará aberto até dia 15 de novembro de 2014. O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço [www.paulolopes.sc.gov.br](http://www.paulolopes.sc.gov.br), ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sito a Rua José Pereira da Silva, centro.

Paulo Lopes, 22 de outubro de 2014.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

**Penha****PREFEITURA****Aditivo Nº 178/2014 Pmp**

1º TERMO ADITIVO Nº 178/2014 PMP  
AO CONTRATO Nº 98/2014 PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 49/2014 - PMP, modalidade Convite nº 12/2014 - PMP.

OBJETO: Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material e mão de obra, para urbanização da praça de Santa Lúcia.

Pelo presente instrumento de 2º Termo aditivo nº 178/2014 PMP, ao Contrato Administrativo nº 98/2014 PMP, para Execução de Obra e/ou Serviço Público, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, na Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, infra-assinado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Firma CONSTRUTORA NIEBUHR LTDA ME, com sede na cidade de Penha/SC, Rua Josiane Girardi, nº 60, bairro Centro, Cep 88385-000, inscrita no CNPJ sob o nº 18.659.893/0001-47, neste ato representada pelo Sr. Eduardo Luiz Niebuhr, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a execução de obra e/ou serviço público, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O prazo previsto na cláusula oitava do contrato administrativo nº 98/2014 fica prorrogado até 19/12/2014.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha-SC, 19 de outubro de 2014.

PREFEITURA CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**DE ACORDO:**

RAFAEL CELESTINO

Secretário da Administração

**Peritiba****PREFEITURA****Resumo de Edital 04/2014 Processo Seletivo**

Estado de Santa Catarina. Município de Peritiba - SC. PROCESSO SELETIVO Nº 04/2014. PROCESSO SELETIVO PARA O PREENCHIMENTO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, DE VAGAS DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL. A Secretaria Municipal de Educação do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Legislação pertinente a espécie, TORNA PÚBLICO, que se encontra aberto Processo Seletivo Municipal, visando à contratação para preenchimento de vagas do Poder Público Municipal, para os cargos descritos neste Edital, mediante as condições que seguem: 1. DAS VAGAS: Professor 10 e 20 horas e Professor em habilitação 20 horas. 2. DAS INSCRIÇÕES: As inscrições serão realizadas na Secretaria de Educação do Município de Peritiba, de 29/10 a 19/11/2014. As exigências para a realização das inscrições constam no edital. 3. ÍNTEGRA DO EDITAL: Os candidatos poderão obter a íntegra do Edital e informações junto à Secretaria de Educação do Município de Peritiba (SC).

Peritiba (SC), 21 de Outubro de 2014.

CRISTIANE SALETE HOFFMANN DA COSTA.

Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

## Pinheiro Preto

### PREFEITURA

**Portaria Nº 336, de 17 de Outubro de 2014.**

PORTARIA Nº 336, DE 17 DE OUTUBRO DE 2014.  
EXONERA A PEDIDO JAIR BOESING DO CARGO PÚBLICO DE MOTORISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e;

**RESOLVE:**

Art. 1.º Exonerar, a pedido, a partir de 09 de outubro de 2014, JAIR BOESING, brasileiro, casado, inscrito no CPF n.º 733.614.539-68, do cargo público de MOTORISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Educação, cultura e esportes, com vencimento definido em lei.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de outubro de 2014,.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 17 de outubro de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 289/2014.**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 289/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato CONserto VEÍCULO CAMINHÃO PLACA MCA-2714 SECRETARIA DE AGRICULTURA, LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 187/2014.

EMPRESA CONTRATADA: MECÂNICA ATLAS LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer serviços de conserto no valor de R\$ 1.003,00 (um mil e três reais).

DATA DO CONTRATO: 15 de Outubro de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 040/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 040/2014  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, faz saber a todos, que realizará na data de 04/11/2014, licitação modalidade Pregão Presencial nº 040/2014. Objeto: Aquisição de um coletor compactador de lixo, um container Poli Guindaste simples uma caçamba coletora de entulho - FUNDAM. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 04/11/2014, até às 10:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15 hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou através do site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br)

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 21 DE OUTUBRO DE 2014

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

## Pomerode

### PREFEITURA

**Portaria Nº 18.591**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254

Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04

89107-000 - POMERODE - Santa Catarina

**PORTARIA Nº 18.591**

NOMEIA SUSANA ALEXANDRA HARDT COMO GESTORA DO FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições legais, previstas no artigo 74, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica Municipal, parágrafo único da seção VI e o art. 22 inciso VI do Decreto nº 2544, de 04/11/2010 instituído pela Lei nº 1962, de 09/03/2007.

**RESOLVE:**

NOMEIA SUSANA ALEXANDRA HARDT, Consultor do Gabinete, como GESTORA, do Fundo da Infância e da Adolescência, a partir de 17 de outubro de 2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 17 de outubro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

**3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo N.º 040/2011 Prorrogação**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 040/2011

PRORROGAÇÃO

Processo Administrativo n.º 078/2011.

Pregão Presencial n.º 025/2011 - Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: M.D.M COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP.

Objeto: PRESTAÇÃO, DE FORMA CONTÍNUA, DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS CAMINHÕES, MÁQUINAS E TRATORES, CONFORME PROJETO BÁSICO ANEXO AO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Valor Total Renovação - Estimado - R\$365.000,00 (trezentos e sessenta e cinco mil reais).

Justificativa: Renovação do presente contrato por mais 12 (doze) meses por tratar-se de serviços executados de forma contínua, em conformidade com o artigo 57, II da Lei n.º 8.666/93, CLÁUSULA TERCEIRA, item 3.1 do Contrato Administrativo n.º 040/2011 e Parecer Jurídico n.º 203/2014, permanecendo inalterados os valores unitários inicialmente contratados.

Pomerode/SC, 03 de Outubro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 002/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTES E LAZER DE POMERODE - FUNPEEL

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 002/2014

Processo Administrativo n.º 009/2014.

Contratante: FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTES E LAZER DE POMERODE - FUNPEEL.

Contratada: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE ATLETISMO.

Objeto: CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PREMIAÇÃO DA 7ª MEIA MARATONA DA CIDADE DE POMERODE/SC, A REALIZAR-SE NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2014.

Valor total contratado: R\$30.000,00 (trinta mil reais).

Justificativa: A FEDERAÇÃO CATARINENSE DE ATLETISMO é detentora e única entidade estadual de administração do Atletismo no Estado de Santa Catarina, reconhecida pela Confederação Brasileira de Atletismo - CBA, estando em dia com suas obrigações estatutárias e apta a organizar a 7ª Meia Maratona da Cidade de Pomerode/SC, conforme declaração de exclusividade emitida pela Confederação Brasileira de Atletismo - CBA em 09/10/2014.

Pomerode/SC, 21 de Outubro de 2014.

CÉLIO SCHLINGMNN

Presidente da FUNPEEL

---

**SAMAE**

---

**3º Termo Aditivo ao Contrato 03/2013**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO 03/2013.

a) Espécie: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 03/2013, firmado em 20/12/2013, entre Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - Samae de Pomerode e Camilo Gessner M.E.; b) Objeto:; Assim, em conformidade com a CLÁUSULA NONA do Contrato Administrativo Nº 3/2013, o presente contato sofrerá um ACRÉSCIMO de 9,99%, o qual representa o valor de R\$ 11.514,00 (onze mil e quinhentos e quatorze), c) Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93; conforme art 65 da lei 8666/93 inciso i alinea b d) Processo: Pregão nº 02/2013; e) Cobertura Orçamentária: Dotação Orçamentária, itens: 3390399900 e 1000000; f) Signatários: MARCIO SCHEIDEMANTEL, pelo Contratante, e Claudino Camilo Gessner, pela Contratada.

14 outubro de 2014.

**Portaria 74/2014**

PORTARIA Nº 074/2014 DE 15 DE OUTUBRO DE 2014

ADMITE POR PRAZO DETERMINADO, GEOVANI GESSNER, PARA A FUNÇÃO DE MOTORISTA.

O Presidente do SAMAE — Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, MÁRCIO SCHEIDEMANTEL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º da lei ordinária 116/1966,

RESOLVE:

Admitir por prazo determinado, em caráter temporário, de acordo com o artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal e de acordo com a Lei Ordinária de nº2156/2009 de 14 de julho de 2009,

GEOVANI GESSNER, para exercer a função de MOTORISTA, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, vaga em aberto vinculada ao servidor Altamir Correa (em licença saúde), a partir de 15 de outubro de 2014, até o retorno do titular da vaga ou da realização de Concurso Público.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 15 de outubro de 2014.

MÁRCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

**Portaria 75/2014**

PORTARIA Nº 075/2014 DE 15 DE OUTUBRO DE 2014

ADMITE POR PRAZO DETERMINADO, VANDERLEI ALVES, PARA A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE OPERAÇÕES II.

O Presidente do SAMAE — Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, MÁRCIO SCHEIDEMANTEL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º da lei ordinária 116/1966,

RESOLVE:

Admitir por prazo determinado, em caráter temporário, de acordo com o artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal e de acordo com a Lei Ordinária de nº2156/2009 de 14 de julho de 2009, VANDERLEI ALVES, para exercer a função de AUXILIAR DE OPERAÇÕES II, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, vaga em aberta vinculada a servidora Rose Marie Krueger (em face de sua exoneração), a partir de 15 de outubro de 2014, até a realização de Concurso Público.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 15 de outubro de 2014.

MÁRCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

**Portaria 76/2014**

PORTARIA Nº 076/2014 DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

NOMEAÇÃO DE LEILOEIRO PARA ATUAR NO LEILÕES DE MATERIAL RECICLÁVEL PROCEDENTE DE PROCESSO DE COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, CLASSIFICADOS PELO DECRETO Nº 2.877 de 14 outubro 2014.

O Presidente do SAMAE — Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, MÁRCIO SCHEIDEMANTEL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º da lei ordinária 116/1966,

RESOLVE:

Art 1º Designar o presidente da comissão permanente de licitação nomeado pela portaria nº 24/2014 para atuar como leiloeiro em nas licitações na modalidade de leilão conforme art 53 da lei 8666/93.

Art 2º No impedimento do presidente a função de leiloeiro será exercida pelo seu vice- presidente.

MÁRCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE



**Extrato da Ata Registro de Preço 16/2014**

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 016/2014 TIPO PRESENCIAL PROCESSO ADMINISTRATIVO 018/2014

Objeto: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO COMPACTADOR PARA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E CAMINHÃO EQUIPADO COM BAÚ PARA ATUAR NA COLETA SELETIVA, DE MATERIAIS RECICLÁVEIS CONFORME TERMO DE REFERENCIA

FORNECEDOR: VERDE- ADMINISTRAÇÃO E LOGISTICA AMBIENTAL LTDA - EPP

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 016/2014

Validade: A partir de 20.10.2014 validade (12 MESES).

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	LOCAÇÃO DE UM CAMINHÃO ANO FABRICAÇÃO MINÍMO 2014 EQUIPADO COM CAÇAMBA COMPACTADORA COM CAPACIDADE DE 15 METROS CÚBICOS Caminhão 4x2 fabricação nacional, cabine na cor branca, com banco para 3(três) passageiros, entre - eixos até 4,30 metros, PBT(peso Bruto Total) mínimo de 16(dezesseis) toneladas, potência bruta acima de 200 cv, combustível diesel, equipado com caçamba coleta compactadora de lixo, carregamento traseiro, capacidade volumétrica de 15(quinze) m3, dotada de elevador de contêineres de 1.000(mil) litros acima, compactação de 4:1, equipado com alarme sonoro de marcha ré, luzes de led na cor branca modelo estrobo na frente e na traseira, iluminação da praça de carga, borracha de vedação na porta, calha coletora de líquidos de emergência, válvulas tipo registro gaveta na calha e no cocho para dreno de líquidos. O equipamento deverá portar adesivos refletivos na traseira e na lateral.	LOCAÇÃO		12,00000	R\$7.800,0000	R\$93.600,0000
Total do Fornecedor:						R\$93.600,0000
Total Geral dos Itens:						R\$93.600,0000

POMERODE (SC), 20 de OUTUBRO de 2014.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

**EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇO 17/2014**

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 016/2014 TIPO PRESENCIAL PROCESSO ADMINISTRATIVO 018/2014

Objeto: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO COMPACTADOR PARA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E CAMINHÃO EQUIPADO COM BAÚ PARA ATUAR NA COLETA SELETIVA, DE MATERIAIS RECICLÁVEIS CONFORME TERMO DE REFERENCIA

FORNECEDOR: SAY MULLER SERVIÇOS LTDA

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 017/2014

Validade: A partir de 21.10.2014 validade (12 MESES).

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BAÚ ANO FABRICAÇÃO MINÍMO 2014 Caminhão 4x2 fabricação nacional, cabine na cor branca, com banco para 3(três) passageiros, entre-eixos até 4,30 metros, PBT(peso Bruto Total) mínimo de 8(oito) toneladas, potência bruta acima de 150 cv, combustível diesel, equipado com baú de alumínio com portas de, carregamento traseiro, capacidade volumétrica de 30(trinta) m3, dotada de estribo para gari, equipado com alarme sonoro de marcha ré, luzes de led na cor branca modelo estrobo na frente e na traseira, iluminação da praça de carga.O equipamento deverá portar adesivos refletivos na traseira e na lateral.	LOCAÇÃO		12,00000	R\$3.999,0000	R\$47.988,0000
Total do Fornecedor:						R\$47.988,0000
Total Geral dos Itens:						R\$47.988,0000

POMERODE (SC), 21 de OUTUBRO de 2014.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE



**EDITAL DE LEILÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO 21/2014**

Edital de Licitação LEILÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 021/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SAMAE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto)

LEILÃO DE MATERIAL RECICLÁVEL PROCEDENTE DE PROCESSO DE COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, CLASSIFICADOS PELO DECRETO Nº 2.877 de 14 de outubro de 2014.

Local: Auditório da Prefeitura Municipal de Pomerode Rua XV de Novembro nº 525 Centro Pomerode SC.

Abertura da Sessão: 09:00 horas do dia 07/11/2014.

O Edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte

endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras do SAMAE POMERODE - Rua 21 de Janeiro, n.º 2233, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail: samae@samaepomerode.com.br ou pelo site WWW.pomerode.sc.gov.br

Pomerode/SC, 21 de outubro de 2014.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

**Porto Belo****PREFEITURA****Modalidade de Licitação: Pregão - Registro de Preço - 015/2014 FME**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 015/2014 FME

Tipo de licitação: Menor preço global;

Objeto: Contratação de empresa pelo sistema de Registro de Preços para prestação de serviços de arbitragem dos campeonatos Municipais, realizados pela Fundação Municipal de Esportes pelo período de 12 meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital. Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 04/11/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 04/11/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 20 de outubro de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

**EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 08/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 08/2014

A Prefeitura Municipal de Porto Belo no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, que estarão abertas as inscrições a para o Processo Seletivo a partir de 22 de outubro de 2014, destinado ao cadastro de reserva e preenchimento de vagas temporárias existentes no quadro de pessoal do Poder Executivo, ressalvadas as nomeações que vierem a ocorrer em decorrência de Concurso Público. O Processo Seletivo reger-se-á pelas disposições expressas no presente Edital, bem como na legislação vigente: Lei nº 37/11 e suas alterações. Maiores informações no site [www.portobelo.sc.gov.br](http://www.portobelo.sc.gov.br).

Porto Belo, 22 de outubro de 2014.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

# Porto União

## PREFEITURA

### Extrato de Edital de Pregão Presencial 027/2014 - Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 046/2014 - EDUCAÇÃO

Extrato de Edital de Pregão Presencial 027/2014 - EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para a Contratação de Serviços de Fotocópias para a Secretaria Municipal de Educação. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 04 de Novembro de 2014, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br), fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 21 de outubro de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 046/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 089/2014 - PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão Presencial 046/2014 - PREFEITURA

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para a Aquisição de Material Elétrico para Melhoria da Iluminação Pública da Av. Expedicionário Edmundo Arrabar. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 04 de Novembro de 2014, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br), fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 21 de outubro de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 009/2014 - EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 047/2014 - EDUCAÇÃO

Extrato de Edital de Tomada de Preços 009/2014 - EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, do tipo Menor Preço Item, para Execução da Pintura Interna e Externa de Núcleos de Educação Infantil, Incluindo Material e Mão de Obra. O recebimento dos envelopes se dará

até as 14h00min do dia 07 de Novembro de 2014, na Prefeitura Municipal. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br), fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 21 de outubro de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 047/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 090/2014 - PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão Presencial 047/2014 - PREFEITURA

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para a Aquisição de Equipamentos de Informática. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 05 de Novembro de 2014, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br), fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 21 de outubro de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

### PORTARIA N.º 1055/2014 - RH

PORTARIA Nº 1055, de 10 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Daniele Aparecida Moreira Bueno das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (História), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 10 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 1056/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1056, de 10 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de José dos Santos, das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 10 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 1057/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1057, de 13 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 13 de outubro de 2014, referente ao período aquisitivo de outubro de 2009 a outubro de 2014, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor Antonio Szymkowiak, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Leves, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 13 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 1058/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1058, de 14 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Thiago Pereira da Silva, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei

Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 14 de outubro a 19 de dezembro de 2014 ou até a alta médica do servidor efetivo Antonio Sérgio Chaves que se encontra afastado para tratamento de saúde.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Departamento Municipal de Esporte, vinculado à Secretaria Municipal de Administração e Esportes, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 14 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 1059/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1059, de 16 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 16 de outubro de 2014, referente ao período aquisitivo de outubro de 2004 a outubro de 2009, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor Dirceu Witiuk, ocupante do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 1060/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1060, de 16 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 16 de outubro de 2014, referente ao período aquisitivo de julho de 2004 a julho de 2009, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor Renato Czachorowski, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Leves, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 16 de outubro de 2014.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **Portaria N.º 1061/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1061, de 17 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 17 de outubro de 2014, referente ao período aquisitivo de maio de 2008 a maio de 2013, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Unico para os servidores Públicos do Município, ao servidor Anildo dos Santos, ocupante do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 17 de outubro de 2014.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **Portaria N.º 1043/2014 - RH**

PORTARIA Nº 1043, de 02 de outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, José Maurício da Silva, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 02 de outubro a 19 de dezembro de 2014 ou até a alta médica do servidor efetivo Silvio Cohls de Amorin que continua afastado para tratamento de saúde.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Departamento de Urbanismo e Limpeza Pública, vinculado à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de outubro de 2014.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **LEI Nº 4.276/2014**

LEI Nº 4.276, de 15 de outubro de 2014.

Altera a ementa e demais dispositivos da Lei Municipal nº 2.213, de 25 de outubro de 1996, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a ementa e demais dispositivos da Lei Municipal nº 2.213, de 25 de outubro de 1996, na forma que especifica:

Parágrafo único. O Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, criado pela Lei Municipal nº 2.213, de 25 de outubro de 1996, passa a ser denominado Fundo Municipal de Assistência Social de Porto União - FMAS.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 15 de outubro de 2014.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **LEI Nº 4.277/2014**

LEI Nº 4.277, de 15 de outubro de 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio de Cooperação Técnica e Financeira com a Associação Empresarial de Porto União - ACIPU, para os fins que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado firmar Convênio de Cooperação Técnica e Financeira com a Associação Empresarial de Porto União - ACIPU, inscrita no CNPJ sob o nº 82.752.494/0001-25, objetivando o repasse de recursos financeiros no valor total de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais), divididos em 02 (duas) parcelas mensais e consecutivas de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), desembolsáveis nos meses de outubro e novembro de 2014.

Parágrafo único. Os recursos financeiros deverão ser utilizados para custear despesas decorrentes da organização e promoção da 8ª FESTA NACIONAL DO STEINHAEGER E DO XIXO, a ser realizada de 05 a 07 de dezembro de 2014, neste Município.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:  
ÓRGÃO 0200 PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO  
UNIDADE 0211 SEC. MUN. DE CULTURA E TURISMO  
ATIVIDADE 2092 Manut. Sec. de Cultura e Turismo  
MODALIDADE 3350 - 100 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 3º A Associação Empresarial de Porto União - ACIPU, obriga-se



a prestar contas dos recursos recebidos conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

Art. 4º O período de vigência do Convênio será até 31 de dezembro de 2014, contados da data de sua assinatura.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 15 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **Convênio Nº 024/2014**

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTO UNIÃO - ACIPU

CONVÊNIO Nº 024/14

Convênio de Cooperação Técnica que entre si celebram o Município de Porto União e a Associação Empresarial de Porto União - ACIPU.

Por este instrumento, de um lado, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Padre Anchieta, nº 126 - Centro - Porto União - Santa Catarina, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANIZIO DE SOUZA, portador do RG nº 325.323 - SC e CPF nº 180.245.569-87, doravante denominado CONCEDENTE e a Associação Empresarial de Porto União - ACIPU, inscrita no CNPJ sob o nº 82.752.494/0001-25, com sede à Rua Joaquim Nabuco, nº 244, Bairro Cidade Nova - Porto União, denominada CONVENIADA, neste ato representado pelo seu Presidente SOLIMAR HAIDUK, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Sete de Setembro, nº 799, Porto União - SC, portador do RG nº 18ª R 1.594.649 SSP/SC e do CPF nº 498.418.319-53, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.277, de 15 de outubro de 2014, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto**

Constitui objeto do presente Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, o repasse de recursos financeiros à CONVENIADA, a título de subvenção, para custear despesas decorrentes da organização e promoção da 8ª Festa Nacional do Steinhager e do Xixo, a ser realizada de 05 a 07 de dezembro de 2014, neste Município, conforme Plano de Trabalho.

Parágrafo único. A execução do presente convênio terá início em 05/12/2014 e término em 07/12/2014 e compreende o alcance dos seguintes objetivos específicos:

- I- divulgação turística do Município;
- II- resgate das tradições germânicas do Município e região;
- III- geração de renda temporária para a comunidade;
- IV- contribuição para a consolidação do Turismo de Eventos.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - Do valor e liberação dos recursos**

O CONCEDENTE repassará recursos financeiros no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais), desembolsáveis em 02 (duas) parcelas mensais e consecutivas de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), nos meses de outubro e novembro de 2014, em conta bancária de instituição financeira oficial do Município, em nome da Associação Empresarial de Porto União - ACIPU, em c/c específica sob o nº 16.694-4, Ag. 2490-2, Banco do Brasil, correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município na rubrica:

ÓRGÃO 0200 PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO  
UNIDADE 0211 SEC. MUN. DE CULTURA E TURISMO  
ATIVIDADE 2092 Manut. Sec. de Cultura e Turismo  
MODALIDADE 3350 - 100 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - Da utilização dos recursos**

Os recursos liberados deverão ser utilizados para custear despesas decorrentes da organização e promoção da 8ª Festa Nacional do Steinhager e do Xixo, a ser realizada nos dias 05, 06 e 07 de dezembro de 2014, neste Município, conforme Plano de Trabalho apresentado.

#### **CLÁUSULA QUARTA - Das obrigações**

##### **I- DO CONCEDENTE:**

O CONCEDENTE obriga-se a repassar mensalmente até o 15º dia útil de cada mês à CONVENIADA o valor correspondente a parcela conforme mencionado na Cláusula Segunda, desde que as prestações de contas estejam em dia.

##### **II- DA CONVENIADA:**

A CONVENIADA obriga-se a prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento dos valores, nos termos dos Artigos 27 a 31 da Lei nº 3.816/2010, mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos.

#### **CLÁUSULA QUINTA - Da legislação aplicável**

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

#### **CLÁUSULA SEXTA - Da transmissão de documentos**

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONCEDENTE e a CONVENIADA, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - Da publicidade**

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo CONCEDENTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA OITAVA - Da fiscalização e auditoria**

O CONCEDENTE e a CONVENIADA ficam obrigados a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado a permitir o acesso a servidores do Sistema de Controle Interno Municipal ao qual estejam subordinados em sua missão de fiscalização e auditoria.

#### **CLÁUSULA NONA - Dos casos omissos**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - Da vigência**

O presente Convênio terá duração da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da rescisão**

O presente Convênio ficará rescindido, de pleno direito, por inadimplência de qualquer das obrigações aqui pactuadas. Poderá haver rescisão, também, por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Da restituição**

A CONVENIADA assume o compromisso de restituir o CONCEDENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data do evento,

o valor transferido, atualizado monetariamente, de acordo com índices aplicáveis aos débitos para com a Fazenda Pública, desde a data do recebimento, na forma da legislação em vigor, nos seguintes casos:

- I- quando da não execução do objeto do convênio;
- II- quando não for apresentada, no prazo exigido e dentro das normas vigentes, a prestação de contas parcial ou final;
- III- quando os recursos não forem utilizados na finalidade estabelecida no convênio;
- IV- quando houver sobra de recurso não aplicado dentro do prazo de vigência do convênio; e
- V- quando não forem aceitas as justificativas pelo não cumprimento das metas e indicadores estabelecidos no Plano de Trabalho.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Convênio, que não forem resolvidas administrativamente.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 15 de outubro de 2014.

Prefeito Municipal	Presidente da Associação Empresarial de Porto União - ACIPU
TESTEMUNHAS:	

1.Nome: Paulo Rubens Buch  
CPF nº 485.157.019-87

2.Nome: Ricardo Dragoni  
CPF nº 420.445.539-53

## Pouso Redondo

### PREFEITURA

#### Decretos de 157 A 176 E 178

DECRETO Nº 157/2014 de 16/09/2014.

Dispõe sobre anulação e suplementação de dotações orçamentárias e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.555/14 de 16/09/14.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

01. CAMARA DE VEREADORES

01. CAMARA DE VEREADORES

01.031.0001.2.001 - Manutenção do Fundo Da Câmara de Vereadores

(5) 4.4.90.00.00.00.00.00.0130.0 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º — O produto da anulação das dotações orçamentárias, descritas no artigo 1º, deste Decreto, poderá ser utilizado como fonte de recursos para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias do mesmo orçamento, a saber:

01. CAMARA DE VEREADORES

01. CAMARA DE VEREADORES

Funcional:01.031.0001.1.014 - Construção, Reforma e Ampliação

(1) 4.4.90.00.00.00.00.00.0130.0 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 16 de setembro de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 158/2014 de 01/09/2014.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/14 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:

Órgão: 08 SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS

Unidade: 02 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM

Funcional: 26.782.0039.2.025 Manutenção do depto de Estradas e Rodagem

(90) 3.3.90.00.00.00.00.00.0186 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

TOTAL R\$ 70.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.



Pouso Redondo, 01de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 159/2014 de 01/09/2014.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/13 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Provável Excesso de Arrecadação, como segue:

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.2.049- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

(21) 4.4.90.00.00.00.00.00.0135. - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

TOTAL R\$ 7.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de Setembro de 2014

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 160/2014 de 01/09/2014.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/13 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:

15. FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO

01. FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO

06.182.0031.2.040 -Manutenção do Fundo de Reequipamento do Bombeiro

(144) 3.3.90.00.00.00.00.00.0130.0 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

TOTAL R\$ 8.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 161/2014 de 01/09/2014.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/13 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:

Órgão: 19 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER  
Unidade: 01- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTES  
27 812.0021.2.019 - Manutenção do Depto de Esportes  
(171) 3.3.90.00.00.00.00.00.0130.0 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 5.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 162/2014 de 30/09/2014.

Aprova Desmembramento de área de terras e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº. 6.766, de 19 de Dezembro de 1979 e Lei Complementar N.º 009/2010 de 14 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o projeto de Desmembramento de uma área de propriedade do Sr. ILSON GESSNER e MARIA DE FÁTIMA GESSNER, situado à Rua Fritz Windisch, Arroio Grande, Município de Pouso Redondo, Santa Catarina, com área total de 30.033,50m² (trinta mil e trinta três metros e cinquenta decímetros quadrados), da matrícula nº 14.562.

Art. 2º Fica a PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, autorizado a desmembrar:

Área Total = 30.033,50 m2. - MAT. 14.562

FRENTE com 173,00 metros com a Antiga Estrada Rio do Sul / Curitibanos;

FUNDOS com 203,00 metros com terras de Salvio Rodrigues;

LADO DIREITO com 109,80 metros com terras de Salvio Rodrigues;

LADO ESQUERDO com 05 linhas a 1 em 30,00 metros a 2 em 12,00 metros com terras de Sidnei Porfirio a 3 em 12,10 metros com terras de Arlindo Floriani a 4 em 12,10 metros com terras de Jair Marchi e a 5 com 139,00 metros com terras de Terezinha H. Tavares.

Área n.º 01 a Desmembrar = 450,00 m2. - Imovel em Nivel

FRENTE com 02 linhas a 1 em 9,15 e a 2 8,00 ambas com a Rua Fritz Windisch;

FUNDOS com 12,45 metros com terras da Área Remanescente;

LADO DIREITO com 29,45 metros com terras da área 02;

LADO ESQUERDO com 30,00 metros com terras de Maria Padilha Kalbusch.

Área n.º 02 a Desmembrar = 490,35 m2. - Imovel em Nivel -

FRENTE com 21,50 metros com a Rua Fritz Windisch;

FUNDOS com 14,90 metros com terras da Área Remanescente;

LADO DIREITO com 25,50 metros com a Área 03;

LADO ESQUERDO com 29,45 metros com a Área 01.

Área n.º 03 a Desmembrar = 382,75 m2. - Imovel em Nivel

FRENTE com 15,10 metros com a Rua Fritz Windisch;

FUNDOS com 15,10 metros com terras da Área Remanescente;

LADO DIREITO com 25,50 metros com a Área 04;

LADO ESQUERDO com 25,50 metros com a Área 02.

Área n.º 04 a Desmembrar = 382,75 m2. - Imovel em Nivel

FRENTE com 15,10 metros com a Rua Fritz Windich;

FUNDOS com 15,10 metros com terras da Área Remanescente;

LADO DIREITO com 25,50 metros com a Área 05;  
LADO ESQUERDO com 25,50 metros com a Área 03.

Área n.º 05 a Desmembrar = 433,00 m2. - 03,00%  
FRENTE com 15,00 metros com a Rua Fritz Windisch;  
FUNDOS com 19,45 metros com terras da Área Remanescente;  
LADO DIREITO com 25,10 metros com a Área 03;  
LADO ESQUERDO com 25,50 metros com a Área 04.

Área n.º 06 a Desmembrar = 376,85 m2. - 04,50 %  
FRENTE com 15,00 metros com a Rua Fritz Windisch;  
FUNDOS com 15,00 metros com terras da Área Remanescente;  
LADO DIREITO com 25,10 metros com a Área Remanescente;  
LADO ESQUERDO com 25,10 metros com a Área 05.

Área Remanescente = 26.153,30 m2.  
FRENTE com 74,15 metros com a Rua Fritz Windisch;  
FUNDOS com 203,00 metros com terras de Salvio Rodrigues;  
LADO DIREITO com 92,15 metros com terras de Salvio Rodrigues;  
LADO ESQUERDO com 11 linhas a 1 em 25,10 metros a 2 em 15,00 metros com a área 06 a 3 em 19,45 metros com a área 05, a 4 em 15,10 com a área 04, a 5 em 15,10 com a área 03, a 6 em 14,90 com a área 02, a 7 em 12,45 com a área 01 a 8 em 12,00 com terras de Sidnei Porfírio a 9 em 12,10 com terras de Arlindo Floriani a 10 em 12,10 metros com terras de Jair Marchi e a 11 com 139,00 metros com terras de Terezinha H. Tavares.

Área ocupada pelo alargamento da rua Fritz Windisch = 1.364,50 m2.  
FRENTE com 16,50 metros com a Rua Fritz Windisch;  
FUNDOS com 1,00 metros com a Rua Fritz Windisch;  
LADO DIREITO com 173,00 metros com terras de Ison Gessner;  
LADO ESQUERDO com 173,00 metros com a Faixa não Edificante da BR 470.

Art. 3º A área de terras de que trata este artigo encontra-se devidamente registrado no CRI de Trombudo Central, Matrícula nº 14.562, tem uma área total de com área total de 30.033,50m² (trinta mil e trinta três metros e cinquenta decímetros quadrados), de matrícula nº 14.562, de propriedade do Sr. ILSON GESSNER, pessoa física de direito privado, inscrito no CPF sob o nº 247.454.309-06, e MARIA DE FÁTIMA GESSNER, pessoa física de direito privado, inscrita no CPF sob o nº 776.610.529-20, ambos residentes e domiciliados no município de Pouso Redondo.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Pouso Redondo (SC), 30 de setembro de 2014.  
NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 163/2014 de 30/09/2014.  
Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.  
NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/13 de 06/12/13.

DECRETA:  
Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:  
ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO  
UNIDADE: 02 - DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E TOPOGRAFIA  
Funcional: 04. 122.0009.2.006 - Manutenção do Departamento de Tributação, Fiscalização e Topografia  
(18) 3.1.90.00.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
12.361.0018.2.011 - Manutenção do Fundeb 40%  
(39) 3.1.90.00.00.00.00.00.0153.0 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA  
02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
12.365.0018.2.012 - Manutenção do ensino infantil  
(56) 3.1.90.00.00.00.00.00.0152.0 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Órgão: 08 SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS  
Unidade: 02 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM  
Funcional: 26.782.0039.2.025 Manutenção do depto de Estradas e Rodagem  
(86) 3.1.90.00.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Órgão: 10. SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO E TURISMO  
Unidade: 02. DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
Funcional: 23.691.0006.2.033 - Manutenção do Depto de Indústria e Comércio  
(111) 3.1.90.00.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 680.000,00  
Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 30 de setembro de 2014.  
NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 164/2014 de 30/09/2014.  
Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/13 de 06/12/13.  
DECRETA:  
Art. 1º — Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Provável Excesso de Arrecadação, como segue:

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0025.2.035- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.  
(4) 3.1.90.00.00.00.00.00.0101. - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0025.2.036- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.  
(13) 3.1.90.00.00.00.00.00.0134. - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

TOTAL R\$ 250.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 30 de Setembro de 2014  
NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 165/2014 de 01/10/2014.

Declara Ponto Facultativo nas repartições Públicas Municipais e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO que dia 28 de outubro é dia do servidor público.

DECRETA:

Art. 1º — Antecipa e Decreta PONTO FACULTATIVO nas repartições Públicas Municipais de Pouso Redondo no dia 27 de outubro de 2014, exceto os setores dispostos no artigo 2º deste decreto.

Art. 2º - Não se aplica este decreto aos servidores lotados na Secretária de Educação e Cultura, Conselho Tutelar e Pronto Atendimento Municipal, estes serviços atenderão em seu horário habitual de expediente nos seguintes setores:

- Centros de Educação Básica;
- Centros de Educação Infantil;
- Transporte Escolar;
- Pólo da UAB e UFSC;
- Conselho Tutelar;
- Pronto Atendimento Municipal.

Art. 3º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de outubro de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 166/014 de 01/10/2014.

Dispõe sobre anulação e suplementação de dotações orçamentárias e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/13 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

Órgão: 09 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, PESCA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 02 - DEPARTAMENTO DE APOIO A AGRICULTURA

Funcional: 20.606.0048.2.029 - Manutenção do Depto de Apoio a Agricultura

(102) 4.4.90.00.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 2º — O produto da anulação das dotações orçamentárias, descritas no artigo 1º, deste Decreto, poderá ser utilizado como fonte de recursos para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias do mesmo orçamento, a saber:

Órgão: 09 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, PESCA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 02 - DEPARTAMENTO DE APOIO A AGRICULTURA

Funcional: 20.606.0048.2.029 - Manutenção do Depto de Apoio a Agricultura

(100) 3.3.90.00.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de outubro de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 167/2014 de 01/10/2014.

Dispõe sobre anulação e suplementação de dotações orçamentárias e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/13 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

Órgão: 07 SECRETARIA DE SAUDE, PROMOÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO

Unidade: 04 DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO

Funcional: 16.482.0028.2.045 - Manutenção do depto de Assistência Social

(72) 3.3.90.00.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 510,00

Art. 2º — O produto da anulação das dotações orçamentárias, descritas no artigo 1º, deste Decreto, poderá ser utilizado como fonte de recursos para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias do mesmo orçamento, a saber:

Órgão: 07 SECRETARIA DE SAUDE, PROMOÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO

Unidade: 04 DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO

Funcional: 16.482.0028.2.045 - Manutenção do depto de Assistência Social

(71) 3.3.50.00.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 510,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de outubro de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 168/2014 de 01/10/2014.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/14 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA

02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.361.0018.2.2014 - Manutenção do Transporte Escolar - Terceirizados

(51) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131.0 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de outubro de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 169/2014 de 01/10/2014.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/14 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:

Órgão: 06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade: 02 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
Funcional: 12.361.0018.2.015 - Investimentos dos Recursos do Salário Educação  
(52) 4.4.90.00.00.00.00.0189 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

TOTAL R\$ 40.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de outubro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 170/2014 de 03/10/2014

Nomeia membros para participarem do SINASE e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e Lei Federal n.º 12.594/2012 e suas alterações;

DECRETA:

Art. 1º — Nomeia membros para participarem dos chamados "Planos de Atendimento Socioeducativo" SINASE, em atendimento a Lei Federal nº 12.594/2012 conforme segue:

Claudir Pires de Moraes	Secretaria Municipal de Saúde
João Carlos Knoblauch	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Marcelo Barbosa	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

Art. 2º - Os membros nomeados têm como objetivo o e verificação do cumprimento das metas dos Planos de Atendimento Socioeducativo.

Art. 3º — Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 03 de outubro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 171/2014 de 03/10/2014.

Altera membros do COMITÊ DE COORDENAÇÃO e o COMITÊ EXECUTIVO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina usando de suas atribuições legais e com fundamento da Lei Orgânica do Município, na Lei Municipal nº 2.276, de 18 de agosto de 2012 e de acordo com as orientações do Termo de Referência para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico.

DECRETA:

Art. 1º - Altera membros do COMITÊ DE COORDENAÇÃO e o COMITÊ EXECUTIVO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, de que trata a Lei nº 2.276, de 18 de agosto de 2010, que dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico, destinado a elaborar, acompanhar e homologar cada fase da elaboração do Plano de Saneamento Básico deste Município, nos termos estabelecidos no presente Decreto e pelo Termo de Referência para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, criado pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.

CAPÍTULO I

DO COMITÊ DE COORDENAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 2º - COMITÊ DE COORDENAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO instância superior do Sistema Municipal de Saneamento, atuará como um órgão de instância consultiva, deliberativa e de fiscalização, formalmente institucionalizada como responsável pela condução da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico sendo órgão como responsável pelo monitoramento e acompanhamento da execução dos serviços, quando do processo licitatório.

Parágrafo único: O COMITÊ DE COORDENAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO será composto pelos seguintes membros:

I - Poder Executivo Municipal

Titular: MARTINHO ADOLFO FELIPE - Presidente

Suplente: RAQUEL PETERS

II - Departamento de Planejamento

Titular: MANSUETO BENZ FONTANA

Suplente: CAROLINE PELUSO MARTINS

III - Departamento de Promoção Social e Habitação

Titular: EDNA APARECIDA DIAS

Suplente: JAQUELINE KRAEMER

IV - Conselho Municipal de Desenvolvimento Industrial e Econômico de Pouso Redondo - COMDIE:

Titular: EVACIR RENATO CRISTOFOLINI

Suplente: ANTONIO DE OLIVEIRA

V - Secretaria Municipal de Agricultura

Titular: ANTÔNIO CARLOS STRAMOSK

Suplente: DIEGO WEIGEL

VI - Conselho Municipal de Saúde

Titular: GRACIELE BALSAN

Suplente: IVONEI APARECIDA GRANEMANN

VII - Departamento Jurídico

Titular: MÁRCIA ROSANE WITZKE

Suplente: NEUMA ANDERLE FELIZARI

VIII - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural:

Titular: WILHAN SCHLOSSER

Suplente: HÉLIO LUIZ JUNKES

IX - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI:

Titular: GABRIEL SOLDATELLI MURARA

Suplente: WILANDO SÉRGIO KURTH

X - CDL - Câmara de dirigentes lojistas de Pouso Redondo:

Titular: ALCIONE ANDRADE KAULING

Suplente: VOLNEI HENN



XI - Associação Empresarial de Pouso Redondo:  
Titular: BRUNO AMANCIO  
Suplente: CLOVIS PERUZOLLO

Art. 3º - A estrutura do COMITÊ DE COORDENAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO tem como função principal acompanhar, discutir e aprovar o trabalho da equipe vencedora do certame para o fornecimento do serviço de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

§1º - São atribuições do COMITÊ DE COORDENAÇÃO:

I - Discutir, avaliar e aprovar o trabalho produzido pelo Comitê Executivo;

II - Criticar e sugerir alternativas, buscando promover a integração das ações de saneamento inclusive do ponto de vista de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental, devendo reunir-se, no mínimo, a cada dois meses.

§2º - A Secretaria Executiva do COMITÊ DE COORDENAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO será presidida pelo representante titular o Poder Executivo.

Art. 4º - São atribuições específicas do Presidente do COMITÊ DE COORDENAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO:

I - representar o Grupo ou delegar a sua representação;

II - convocar as reuniões do Grupo sempre que solicitado por qualquer dos seus membros;

Art. 5º - O exercício do mandato do COMITÊ DE COORDENAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 6º - Os membros terão mandato de 02 (dois) anos podendo ser reconduzidos por igual período de acordo com indicação dos seus respectivos segmentos ou até dar o término dos trabalhos do PMSB.

Art. 7º - Completa o Comitê de Coordenação o representante do Núcleo Intersectorial de Cooperação Técnica - NICT da FUNASA.

Parágrafo único: As atribuições do representante do NICT nas reuniões do Comitê de Coordenação serão restritas ao acompanhamento em caráter orientativo, não estando apto a votos de aprovação ou desaprovação.

## CAPÍTULO II

DO COMITÊ EXECUTIVO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 8º - COMITÊ EXECUTIVO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO é a instância responsável pela operacionalização do processo de elaboração do Plano.

§1º - O COMITÊ EXECUTIVO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO será composto por profissionais especialistas da empresa NGS Consultoria e Assessoria Ambiental Ltda, vencedora do processo licitatório.

§2º - O COMITÊ EXECUTIVO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO será composto pelos seguintes membros:

I - Coordenação

Engenheira Civil Dra Luciana Paulo Gomes

II - Equipe Técnica Poder Público Municipal

Claudiney Testoni

Martinho Adolfo Felipe

Neuma Anderle Felizari  
Caroline Peluso Martins  
Mansueto Benz Fontana  
Emerson Francisco de Souza  
Teotônio R. Bonessi  
Maikel Verdi  
Edna Aparecida Dias

III - Equipe Técnica Empresa:

Engenheiro Civil MS Marcelo Oliveira Caetano  
Administrador MS Roger Vinícius Rosa Esteves

Arquiteta Espec. Viviane Nabinger

Psicóloga MS Luciana Gisele Brun

Psicóloga Adriana Morsch

Advogado Leandro Bittencourt Ávila

Químico Industrial Dr. Luis Alcides Schiavo Miranda

Geólogo Dr. Osmar Gustavo Wöhl Coelho

Biólogo Dr. Uwe Horst Schulz

Acadêmico Roger Schommer

Acadêmico Tiago S. Hannauer

Administradora Recursos Humanos Susana Margarida Brand

Art. 9º - São atribuições DO COMITÊ EXECUTIVO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO:

I - Executar todas as atividades previstas neste Termo de Referência apreciando as atividades de cada fase da elaboração do PMSB e de cada produto a ser entregue à Funasa, submetendo-os à avaliação do comitê de coordenação;

II - Observar os prazos indicados no cronograma de execução para finalização dos produtos.

Art. 10 - Os membros desse Comitê terão mandato até dar o término dos trabalhos do PMSB.

Art. 11 - Fica aprovada a função de interlocutor do PMSB de Pouso Redondo com a FUNASA e comitê executivo, Sr. Claudiney Testoni, Secretário de Planejamento.

Parágrafo Único - O interlocutor tem atribuição de potencializar a comunicação entre a FUNASA, Prefeitura e Empresa para o atendimento do Plano Municipal de Saneamento Básico.

## CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário, em especial o decreto nº 040/2013, de 22/02/2013.

Pouso Redondo, 03 de outubro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 172/2014 de 03/10/2014.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/13 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:

Órgão: 19 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER  
Unidade: 01- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESPORTES  
27 812.0021.2.019 - Manutenção do Depto de Esportes

(171) 3.3.90.00.00.00.00.00.0130.0 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

TOTAL R\$ 8.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 03 de outubro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 173/2014 de 14/10/2014.

Nomeia membros do Conselho de Alimentação Escolar - CAE, do Município de Pouso Redondo e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e Lei Municipal n.º 2.280/2010 de 31 de agosto de 2010;

DECRETA:

Art. 1º — Fica nomeado o Conselho de Alimentação Escolar - CAE, de acordo com artigo 3º da Lei Municipal nº 2.280, de 31 de agosto de 2010, composta pelos membros abaixo indicados:

I - Representantes do Poder Executivo:

ELENO AMANCIO (TITULAR)

JAKQUELINE APARECIDA POLEZA (SUPLENTE)

II - Representantes das entidades docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação:

NICE LUZIA MORAES DOS SANTOS (TITULAR)

TÂNIA REGINA PACHECO (SUPLENTE)

ELIZABETH APARECIDA DE OLIVEIRA RIBEIRO (TITULAR)

ELIANA RITA SARDO (SUPLENTE)

III - Representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselho Escolares, Associação de Pais e Mestres ou entidades similares:

FRANCIANE EING (TITULAR)

EMERSON DOBRANTZ (SUPLENTE)

PÂMELA GOMES REGUEIRA (TITULAR)

ANÉSIO SCHAPPO (SUPLENTE)

IV - Representantes das entidades civis organizadas:

FELIPE JOSÉ ESTEVÃO (TITULAR)

FÁBIO ALVES DE CAMPOS (SUPLENTE)

DAÍZA POSSAMAI (TITULAR)

TEREZINHA PETRY BONESSI (SUPLENTE)

Art. 2º - O mandato do Conselho de Alimentação Escolar - CAE, será de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzido por igual período de acordo com indicação dos respectivos segmentos.

Art. 3º - O exercício do mandato de conselheiro do CAE é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 4º - As atribuições e demais normativas do Conselho de Alimentação Escolar estão dispostas na Lei Municipal nº 2.280, de 31 de agosto de 2010 e na Lei Federal nº 11.947, de 16 de julho de 2009 e suas alterações

Art. 5º - Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário, em especial o decreto nº 067/2013.

Pouso Redondo, 14 de outubro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 174/2014 de 15/10/2014.

Aprova Desmembramento de área de terras e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº. 6.766, de 19 de Dezembro de 1979 e Lei Complementar N.º 009/2010 de 14 de dezembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o projeto de Desmembramento de uma área de propriedade do Sr. LINDOLFO BARON e ROSELI DOS SANTOS BARON, situado à Rua Ervin Baron, Aterrado, Município de Pouso Redondo, Santa Catarina, com área total de 65.778,51m² (sessenta e cinco mil, setecentos e setenta e oito metros e cinquenta e um decímetros quadrados), da matrícula nº 14.212.

Art. 2º Fica a PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, autorizado a desmembrar:

1 - Área 600,01m²:

UM TERRENO, situado na Rua Rancho Queimado, hoje Rua Ervin Baron, no Município de Pouso Redondo e Comarca de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, com a área total de 600,01 m² (seiscentos metros e um decímetros quadrados), apresentando as seguintes medidas e confrontações: Frente - ao sul com 15,60 metros confrontam com a Rua Rancho Queimado, hoje Rua Ervin Baron; Fundos - ao norte com 15,00 metros confrontam com a área denominada 12 de Lindolfo Baron; Lado Direito - ao oeste com 37,86 metros que confrontam com a área denominada 2 de Lindolfo Baron; Lado Esquerdo - ao leste com 42,21 metros que confrontam com a área denominada 12 de Lindolfo Baron, sem benfeitorias. Inclinação média de 16%.

2 - Área 532,72m²:

UM TERRENO, situado na Rua Rancho Queimado, hoje Rua Ervin Baron, no Município de Pouso Redondo e Comarca de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, com a área total de 532,72 m² (quinhentos e trinta e dois metros e setenta e dois decímetros quadrados), apresentando as seguintes medidas e confrontações: Frente - ao sul com 15,70 metros confrontam com a Rua Rancho Queimado, hoje Rua Ervin Baron; Fundos - ao norte com 15,00 metros confrontam com a área denominada 12 de Lindolfo Baron; Lado Direito - ao oeste com 33,17 metros que confrontam com a área denominada 3 de Lindolfo Baron; Lado Esquerdo - ao leste com 37,86 metros que confrontam com a área denominada 1 de Lindolfo Baron, sem benfeitorias. Inclinação média de 19%.

3 - Área 468,74m²:

UM TERRENO, situado na Rua Rancho Queimado, hoje Rua Ervin Baron, no Município de Pouso Redondo e Comarca de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, com a área total de 468,74 m² (quatrocentos e sessenta e oito metros e setenta e quatro decímetros quadrados), apresentando as seguintes medidas e confrontações: Frente - ao sul com 15,45 metros confrontam com a Rua Rancho Queimado, hoje Rua Ervin Baron; Fundos - ao norte com 15,00 metros confrontam com a área denominada 12 de Lindolfo Baron; Lado Direito - ao oeste com 29,39 metros que confrontam com a área denominada 4 de Lindolfo Baron; Lado Esquerdo - ao leste com 33,17 metros que confrontam com a área denominada 2 de Lindolfo Baron, sem benfeitorias. Inclinação média de 21%.

4 - Área 820,92m²:

UM TERRENO, situado na Rua Rancho Queimado, hoje Rua Ervin Baron, no Município de Pouso Redondo e Comarca de Trombudo



Central, Estado de Santa Catarina, com a área total de 820,92 m<sup>2</sup> (oitocentos e vinte metros e noventa e dois decímetros quadrados), apresentando as seguintes medidas e confrontações: Frente - ao sul com 30,17 metros confrontam com a Rua Rancho Queimado, hoje Rua Ervin Baron; Fundos - ao norte com 30,00 metros confrontam com a área denominada 12 de Lindolfo Baron; Lado Direito - ao oeste com 26,05 metros que confrontam com a área denominada 5 de Lindolfo Baron; Lado Esquerdo - ao leste com 29,39 metros que confrontam com a área denominada 3 de Lindolfo Baron, sem benfeitorias. Inclinação média de 24%.

**5 - Área 1.118,60m<sup>2</sup>:**

UM TERRENO, situado na Rua Rancho Queimado, hoje Rua Ervin Baron, no Município de Pouso Redondo e Comarca de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, com a área total de 1.118,60 m<sup>2</sup> (hum mil cento e dezoito metros e sessenta decímetros quadrados), apresentando as seguintes medidas e confrontações: Frente - ao sul com 45,59 metros confrontam com a Rua Rancho Queimado, hoje Rua Ervin Baron; Fundos - ao norte com 45,00 metros confrontam com a área denominada 12 de Lindolfo Baron; Lado Direito - ao oeste com 27,11 metros que confrontam com a área denominada 6 de Lindolfo Baron; Lado Esquerdo - ao leste com 26,05 metros que confrontam com a área denominada 4 de Lindolfo Baron, sem benfeitorias. Inclinação média de 27%.

**6 - Área 460,10m<sup>2</sup>:**

UM TERRENO, situado na Rua Rancho Queimado, hoje Rua Ervin Baron, no Município de Pouso Redondo e Comarca de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, com a área total de 460,10 m<sup>2</sup> (quatrocentos e sessenta metros e dez decímetros quadrados), apresentando as seguintes medidas e confrontações: Frente - ao sul com 17,00 metros confrontam com a Rua Rancho Queimado, hoje Rua Ervin Baron; Fundos - ao norte com 15,00 metros confrontam com a área denominada 12 de Lindolfo Baron; Lado Direito - ao oeste com 34,88 metros que confrontam com a área denominada 7 de Lindolfo Baron; Lado Esquerdo - ao leste com 27,11 metros que confrontam com a área denominada 5 de Lindolfo Baron, sem benfeitorias. Inclinação média de 22%.

**7 - Área 580,05m<sup>2</sup>:**

UM TERRENO, situado na Rua Rancho Queimado, hoje Rua Ervin Baron, no Município de Pouso Redondo e Comarca de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, com a área total de 580,05 m<sup>2</sup> (quinhentos e oitenta metros e cinco decímetros quadrados), apresentando as seguintes medidas e confrontações: Frente - ao sul com 17,90 metros confrontam com a Rua Rancho Queimado, hoje Rua Ervin Baron; Fundos - ao norte com 14,52 metros confrontam com a área denominada 12 de Lindolfo Baron; Lado Direito - em dois lances de medidas, primeiro ao oeste com 6,40 metros confrontando com a área 8 e o segundo ao oeste com 38,99 metros confronta com a área 12 ambas de Lindolfo Baron; Lado Esquerdo - ao leste com 34,88 metros que confrontam com a área denominada 6 de Lindolfo Baron, sem benfeitorias. Inclinação média de 20%.

**8 - Área 527,84m<sup>2</sup>:**

UM TERRENO, situado na Rua Rancho Queimado, hoje Rua Ervin Baron, no Município de Pouso Redondo e Comarca de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, com a área total de 527,84 m<sup>2</sup> (quinhentos e vinte e sete metros e oitenta e quatro decímetros quadrados), apresentando as seguintes medidas e confrontações: Frente - ao sul com 20,20 metros que confrontam com a Rua Rancho Queimado, hoje Rua Ervin Baron; Fundos - ao oeste com 27,63 metros que confrontam com a área 12 a ser desmembrada a Lindolfo Baron; Lado Direito - ao sul com 25,11 metros que confrontam com a área 9 a ser desmembrada a Lindolfo Baron; Lado Esquerdo - em dois lances de medidas o primeiro ao norte com 30,18 metros que confrontam com a área 12 e o segundo ao leste com 6,40 metros que confronta com a área 7 ambas a ser

desmembrada a Lindolfo Baron, sem benfeitorias. Inclinação média de 20%.

**9 - Área 718,28m<sup>2</sup>:**

UM TERRENO, situado na Rua Rancho Queimado, hoje Rua Ervin Baron, no Município de Pouso Redondo e Comarca de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, com a área total de 718,28 m<sup>2</sup> (setecentos e dezoito metros e vinte e oito decímetros quadrados), apresentando em três lados as seguintes medidas e confrontações: Frente - ao sul com 49,89 metros que confrontam com a Rua Rancho Queimado, hoje Rua Ervin Baron; Lado Direito - ao oeste com 34,00 metros que confrontam com a área 10 a ser desmembrada a Lindolfo Baron; Lado Esquerdo - em 02 (dois) lances de medidas o 1º ao norte com 25,11 metros confrontando com a área 8 e o 2º ao norte com 6,22 confrontando com a área 12 ambas a serem desmembradas a Lindolfo Baron, sem benfeitorias. Inclinação média de 11%.

**10 - Área 419,01m<sup>2</sup>:**

UM TERRENO, situado na Rua Rancho Queimado, hoje Rua Ervin Baron, no Município de Pouso Redondo e Comarca de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, com a área total de 419,01 m<sup>2</sup> (quatrocentos e dezenove metros e um decímetro quadrados), apresentando as seguintes medidas e confrontações: Frente - ao sul com 12,76 metros confrontam com a Rua Rancho Queimado, hoje Rua Ervin Baron; Fundos - ao norte com 12,52 metros confrontam com a área denominada 12 de Lindolfo Baron; Lado Direito - ao oeste com 32,96 metros que confrontam com a área denominada 11 a ser desmembrada a Lindolfo Baron; Lado Esquerdo - ao leste com 34,00 metros que confrontam com a área denominada 9 a ser desmembrada a Lindolfo Baron, sem benfeitorias. Inclinação média de 11%.

**11 - Área 374,34m<sup>2</sup>:**

UM TERRENO, situado na Rua Rancho Queimado, hoje Rua Ervin Baron, no Município de Pouso Redondo e Comarca de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, com a área total de 374,34 m<sup>2</sup> (trezentos e setenta e quatro metros e trinta e quatro decímetros quadrados), apresentando as seguintes medidas e confrontações: Frente - ao sul com 12,99 metros confrontam com a Rua Rancho Queimado, hoje Rua Ervin Baron; Fundos - ao norte com 12,50 metros confrontam com a área denominada 12 a ser desmembrada a Lindolfo Baron; Lado Direito - ao oeste com 34,64 metros que confrontam com terras de Ademar Pereira; Lado Esquerdo - ao leste com 32,96 metros que confrontam com a área denominada 10 a ser desmembrada a Lindolfo Baron, sem benfeitorias. Inclinação média de 9%.

**12 - Área 34.601,52m<sup>2</sup>:**

UM TERRENO, situado na Rua Rancho Queimado, hoje Rua Ervin Baron, no Município de Pouso Redondo e Comarca de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, com a área total de 34.601,52 m<sup>2</sup> (trinta e quatro mil seiscentos e um metros e cinquenta e dois decímetros quadrados), apresentando as seguintes medidas e confrontações: Frente - ao sul em 8 (oito) lances, o primeiro com 15,48 metros que confrontam com a Rua Rancho Queimado hoje Rua Ervin Baron, o segundo com 42,21 metros, confronta com a área denominada 1 o terceiro com 149,52 metros confrontando com a área 1 a 7 a serem desmembradas a Lindolfo Baron, o quarto com 38,99 metros confronta com a área 7, o quinto com 30,18 metros, o sexto com 27,63 metros estes confrontando com a área 8, o sétimo com 6,22 metros confronta com a área 9 e o oitavo com 25,02 metros confronta com a área 10 e 11 todas as áreas citadas pertencentes a Lindolfo Baron; Fundos - ao norte em sete lances, o primeiro com 25,65 metros, segundo com 12,23 metros, terceiro com 38,26 metros estes confrontando com a área 13 a ser desmembradas a Lindolfo Baron, quarto com 149,67 metros confronta com a área 14, quinto com 43,19 metros, sexto com 10,44 metros e sétimo com 123,50 metros estes confrontando com a área

14 remanescente de Lindolfo Baron; Lado Direito - ao oeste com 300,00 metros que confrontam com terras de Ademar Pereira e Cristiano de Souza; Lado Esquerdo - ao leste com 131,11 metros que confronta com terras de Adair Luchtenberg, sem benfeitorias. Inclinação média de 19%.

13 - ÁREA 1.830,67m<sup>2</sup> a ser desmembrada para fins de unificação a matrícula 15.117:

UM TERRENO, situado na margem da RODOVIA BR-470, no Município de Pouso Redondo e Comarca de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, com a área total de 1.830,67 m<sup>2</sup> (um mil oitocentos e trinta metros e sessenta e sete décimos quadrados), apresentando as seguintes medidas e confrontações: Frente - ao norte com 88,46 metros que confrontam com a margem esquerda da Faixa de domínio da Rodovia BR 470, km 172; Fundos - ao sul em três lances de medidas o primeiro com 25,65 metros o segundo com 12,23 metros e o terceiro com 38,26 metros todos confrontando com a área denominada 12 a ser desmembrada a Lindolfo Baron; Lado Direito - ao leste com 17,28 metros que confrontam a área 14 remanescentes de Lindolfo Baron; Lado Esquerdo - ao oeste com 48,23 metros que confrontam com terras de Cristiano de Souza, sem benfeitorias. Inclinação média de 10%.

14 - ÁREA REMANESCENTE 22.725,71m<sup>2</sup>:

UM TERRENO, situado na margem da RODOVIA BR - 470, no Município de Pouso Redondo e Comarca de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, com a área total de 22.725,71 m<sup>2</sup> (vinte e dois mil setecentos e vinte e cinco metros e setenta e um décimos quadrados), apresentando as seguintes medidas e confrontações: Frente - ao norte com 182,67 metros que confrontam com a margem esquerda da Faixa de domínio da RODOVIA BR - 470 Km 172; Fundos - em 3 (três) lances de medidas ao sul o primeiro com 43,19 metros; segundo com 10,44 metros e o terceiro com 123,50 metros todos confrontando com área 12 de Lindolfo Baron; Lado Direito - ao leste com 104,71 metros que confrontam com terras de Adair Luchtenberg; Lado Esquerdo - em 2 (dois) lances de medidas ao oeste o primeiro com 17,28 metros confrontando com a área 13 e o segundo com 149,67 metros confronta com a área 12 ambas de Lindolfo Baron, sem benfeitorias.

Art. 3º A área de terras de que trata este artigo encontra-se devidamente registrado no CRI de Trombudo Central, Matrícula nº 14.212, com uma área de 65.778,51m<sup>2</sup> (sessenta e cinco mil, setecentos e setenta e oito metros e cinquenta e um décimos quadrados), de propriedade do Sr. LINDOLFO BARON, pessoa física inscrita no CPF 628.627.909-15 e Sra. ROSELI DOS SANTOS BARON, pessoa física, inscrita no CPF nº 031.103.699-66, casados pelo regime de Comunhão PARCIAL DE BENS, ambos residentes e domiciliados no município de Pouso Redondo

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Pouso Redondo (SC), 15 de outubro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 175/2014 de 15/10/2014.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/14 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Excesso de Arrecadação, como segue:

Órgão: 08 SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS

Unidade: 02 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM

Funcional: 26.782.0039.2.025 Manutenção do depto de Estradas e Rodagem

(87) 3.3.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 15 de outubro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 176/2014 de 15/10/2014.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.525/13 de 06/12/13.

DECRETA:

Art. 1º — Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Provável Excesso de Arrecadação, como segue:

11. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.2.035- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.

(7) 3.3.90.00.00.00.00.0101. - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

TOTAL R\$ 150.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 15 de Outubro de 2014

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 178/2014 de 15/10/2014.

Constitui a Comissão Municipal de Articulação, Mobilização e Acompanhamento do Programa Estadual de Regularização Fundiária no Município.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Municipal de Articulação, Mobilização e Acompanhamento do Programa Estadual de Regularização Fundiária.

Art. 2º São atribuição da Comissão Municipal:

a) será responsável pelo planejamento estratégico, promoção e implementação da mobilização social, articulação popular e comunitária, realização de reuniões com as comunidades e outras atividades necessária a sensibilização e informação dos munícipes;  
b) levantamento e indicação a CREDENCIADA de áreas passíveis de regularização fundiária;  
c) informação gratuita a CREDENCIADA de matrículas, zoneamento, viabilidade e histórico de áreas que poderão ou que serão

objeto do trabalho de regularização;  
d) acompanhamento dos trabalhos da CREDENCIADA no município;  
e) outras atividades de articulação, mobilização, acompanhamento e demais necessárias ao fiel e eficiente desempenho das atividades de regularização fundiária no município.

Art. 3º Ficam designados os seguintes servidores para compor esta Comissão Municipal: Claudiney Testoni, Laerte da Silveira, Elza Helena Stosch da Silva, Edna Aparecida Dias, Martinho Adolfo Felipe, Erminio Busana, Tadeu Moacyr Passos Moraes e Nilvaldo José Estevão.

Art. 4º - Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário

Pouso Redondo, 15 de outubro de 2014.  
NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

## Rio do Sul

### PREFEITURA

#### 4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 308/2014 - Retificado

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº308/2014 firmado em 06/05/2014, com término previsto para 08/10/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) MADALENA KLAUMANN portador(a) do CPF nº 717.321.879-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 308/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

##### Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, a partir de 20/08/2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CE Daniel Maschio, em substituição a Arlete Aparacida Geiser, que está em Licença Prêmio."

##### Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28/08/2014.

GIVANILDO SILVA  
Secretário de Administração

MADALENA KLAUMANN  
Contratado(a)

##### Testemunhas:

Nome:.. Nome:..  
CPF:.. CPF:..

#### Contrato Administrativo Nº 353/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 353/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) ALINE KUCHLER, portador(a) do CPF nº 086.700.989-62, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Rodolfo Anton, nº 22 - Bairro Budag - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CEI Pref. Matheus Alves da Conceição, em substituição a Cheila Simone Niehues, que está em Licença Tratamento de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a)

receberá a importância de R\$ 1.909,60 (mil novecentos e nove reais e sessenta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 22/10/2014 e encerrando-se em 21/11/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 21 de outubro de 2014.

GIVANILDO SILVA	ALINE KUCHLER
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

## PORTARIA Nº 1115/RH

PORTARIA Nº. 1115/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

### RESOLVE:

Art.1º Remover para o CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli, a partir de 21/10/2014, a servidora MARCIA ADRIANI TORES, ocupante do cargo de provimento efetivo Cozinheiro, nível "B", lotada no CE Ulrich Hubsch, em conformidade com o Art. 41, inciso IV, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de outubro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Dr

## DECRETO Nº 4354, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4354, de 14 de outubro de 2014.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária nº 5.426 de 12/12/13.

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas até o limite de R\$ 505.267,00 (Quinhentos e cinco mil, duzentos e sessenta e sete reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.078	Manutenção de Fundo Municipal de Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	36.440,00
2.097	Ações de Saúde com Recursos do Estado		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01640055	Atenção Básica - Estado	R\$	49.300,00
40.02	ATENÇÃO BÁSICA		
2.093	Blatb - Ações Agente Comunitário de Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos		
01640054	Atenção Básica - União	R\$	135.000,00
2.095	Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos		
01640054	Atenção Básica - União	R\$	200.000,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01640054	Atenção Básica - União	R\$	8.840,00
2.096	Blatb - Núcleo de Apoio a Saúde da Família		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		



3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03640054	Sup. Rec. Atenção Básica	R\$	21.972,00
40.03	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL HOSPITALAR		
2.089	Blmac - Samu		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01650054	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União	R\$	25.365,00
2.085	Blvgs - Vigilância Epidemiológica		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01660054	Vigilância em Saúde - União	R\$	7.170,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03230054	Sup. Rec. Convênio da União - Saúde	R\$	1.780,00
40.05	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
2.087	Blfab - Farmácia Básica		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01670055	Assistência Farmacêutica Básica - Estado	R\$	19.400,00
	Total	R\$	505.267,00

Art. 2º - Em contrapartida as suplementações constantes do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de até R\$ 505.267,00 (Quinhentos e cinco mil, duzentos e sessenta e sete reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.078	Manutenção de Fundo Municipal de Saúde		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	36.440,00
2.097	Ações de Saúde com Recursos do Estado		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01640055	Atenção Básica - Estado	R\$	49.300,00
40.02	ATENÇÃO BÁSICA		
2.093	Blatb - Ações Agente Comunitário de Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01640054	Atenção Básica - União	R\$	135.000,00

2.095	Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01640054	Atenção Básica - União	R\$	200.000,00
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01640054	Atenção Básica - União	R\$	8.840,00
2.096	Blatb - Núcleo de Apoio a Saúde da Família		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
03640054	Sup. Rec. Atenção Básica	R\$	21.972,00
40.03	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL HOSPITALAR		
2.089	Blmac - Samu		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01650054	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União	R\$	25.365,00
2.085	Blvgs - Vigilância Epidemiológica		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01660054	Vigilância em Saúde - União	R\$	7.170,00
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
03230054	Sup. Rec. Convênio da União - Saúde	R\$	1.780,00
40.05	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA		
2.087	Blfab - Farmácia Básica		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01670055	Assistência Farmacêutica Básica - Estado	R\$	19.400,00
	Total		505.267,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
14 de outubro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 4359, DE 15 DE OUTUBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4359, de 15 de outubro de 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.426 de 12/12/13.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais), por conta de excesso de arrecadação, referente a repasse do Fundo Estadual de Saúde, para aquisição de computadores para as salas de vacina, a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.04	VIGILÂNCIA EM SAÚDE		
2.085	Blvgs - Vigilância Epidemiológica		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01660055	Vigilância em Saúde - Estado	R\$	19.800,00
	TOTAL	R\$	19.800,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

15 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

**Decreto Nº 4349, de 09 de Outubro de 2014.**

DECRETO Nº 4349, de 09 de outubro de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE 136/2014."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3766/2013, o resultado da Carta Convite 136/2014 de 16.09.14, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- PRESIDENTE INDL. IMPORTADORA E COML LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

09 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

FRANCISCO GOETTEN DE LIMA

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

ANEXO AO DECRETO Nº 4349/2014

Carta Convite Nº 136/2014 de 16.09.14.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E PEÇAS PARA CONserto DE CAMINHÕES MERCEDES BENZ. FROTA 102 - PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Empresas convidadas:

- MECÂNICA DIESEL BALDO LTDA;
- OFICINA DE TRATORES UNIÃO LTDA;
- RETÍFICA TREVO/COPAVEL LTDA;
- PRESIDENTE INDL. IMPORTADORA E COML LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- PRESIDENTE INDL. IMPORTADORA E COML LTDA.

**DECRETO Nº 4348, DE 09 DE OUTUBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4348, de 09 de outubro de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE 134/2014."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3766/2013, o resultado da Carta Convite 134/2014 de 16.09.14, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- PRESIDENTE INDL. IMPORTADORA E COML LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

09 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

FRANCISCO GOETTEN DE LIMA

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

ANEXO AO DECRETO Nº 4348/2014

Carta Convite Nº 134/2014 de 16.09.14.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E PEÇAS PARA CONserto DE CAMINHÕES MERCEDES BENZ. FROTA 150 - PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Empresas convidadas:

- MECÂNICA DIESEL BALDO LTDA;
- OFICINA DE TRATORES UNIÃO LTDA;



- RETÍFICA TREVO/COPAVEL LTDA;
- PRESIDENTE INDL. IMPORTADORA E COML LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- PRESIDENTE INDL. IMPORTADORA E COML LTDA.

#### **DECRETO Nº 4347, DE 09 DE OUTUBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4347, de 09 de outubro de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE 135/2014."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3766/2013, o resultado da Carta Convite 135/2014 de 16.09.14, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- PRESIDENTE INDL. IMPORTADORA E COML LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

09 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

FRANCISCO GOETTEN DE LIMA

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

ANEXO AO DECRETO Nº 4347/2014

Carta Convite Nº 135/2014 de 16.09.14.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E PEÇAS PARA CONserto DE CAMINHÕES MERCEDES BENZ. PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Empresas convidadas:

- MECÂNICA DIESEL BALDO LTDA;
- OFICINA DE TRATORES UNIÃO LTDA;
- RETÍFICA TREVO/COPAVEL LTDA;
- PRESIDENTE INDL. IMPORTADORA E COML LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- PRESIDENTE INDL. IMPORTADORA E COML LTDA.

#### **DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2014-FIA**

DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 001/2014

O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por seu Prefeito de Rio do Sul, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA SOCIOPEDAGÓGICA PARA CAPACITAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE/CMDCA.

Valor: R\$ 13.440,00 (treze mil quatrocentos quarenta reais), sendo R\$ 3.360,00 mensais.

Contratada: Bernadete Sant'Anna.

Fundamento Legal: Art. 25, Inciso II da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito de Rio do Sul,

Rio do Sul, 10 de outubro de 2014

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

#### **DECRETO Nº 4361, DE 16 DE OUTUBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4361, de 16 de outubro de 2014.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.426, de 12/12/2013 e Lei nº 5.513, de 09/10/2014,

#### **DECRETA:**

Art. 1º- Fica suplementada até o limite de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências Financeiras a Entidades s/ Fins Lucrativos		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	30.000,00
	TOTAL	R\$	30.000,00

Art. 2º- Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE		
05.03	Departamento de Urbanismo		
1.079	Contrapartida de Convênios		
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		

4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	30.000,00
	TOTAL	R\$	30.000,00

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
16 de outubro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

### **Decreto Nº 4360, de 16 de Outubro de 2014.**

DECRETO Nº 4960, de 16 de outubro de 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.426, de 12/12/2013 e Lei nº 5.508, de 24/09/2014,

DECRETA:

Art. 1º- Fica suplementada até o limite de R\$ 22.740,70 (vinte e dois mil, setecentos e quarenta reais e setenta centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos.

30.00	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
30.01	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
2.073	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	22.740,70
	TOTAL	R\$	22.740,70

Art. 2º- Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 22.740,70 (vinte e dois mil, setecentos e quarenta reais e setenta centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos:

30.00	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
30.01	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		
1.412	Voleibol Feminino Rio do Sul		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas	R\$	22.740,70
	TOTAL	R\$	22.740,70

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
16 de outubro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

### **Decreto Nº 4358, de 14 de Outubro de 2014.**

DECRETO Nº 4358, de 14 de outubro de 2014.

"ANULA PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2014 - FMS."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulado o processo licitatório representado pela Pregão Presencial Nº 044/2014 de 02 de outubro de 2014.

Parágrafo único - A anulação decidida no "caput" deste artigo, se dá em razão dos itens de qualificação técnica estarem incorretos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
14 de outubro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

ADALGISA VENDRAMINI DA SILVA FEIJÓ  
Secretário Municipal de Saúde em Exercício

### **DECRETO Nº 4356, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4356, de 14 de outubro de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA TOMADA DE PREÇO Nº 124/2014."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3766/2013, o resultado da Tomada de Preço nº 124/2014, de 30.07.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante ACORDAR TREINAMENTOS LTDA EPP.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
14 de outubro de 2014.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

CLAUDIA MARA FRONZA DA SILVA  
Secretária Municipal de Assistência Social e de Habitação.

ANEXO AO DECRETO Nº 4356

Tomada de Preço nº 124/2014, de 30.07.2014.

Objeto da Licitação: Contratação de empresa para prestação de serviços especializados para execução de projetos de trabalho técnico social no Residencial Marcolino Martinho Felipe, neste município.

Preço: Menor Preço Global.

Participantes:

- ACORDAR TREINAMENTOS LTDA EPP;
- PRO MOVER ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E APERFEIÇOAMENTO DO CIDADÃO;
- PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- ACORDAR TREINAMENTOS LTDA EPP;

#### **Decreto Nº 4351, de 11 de Outubro de 2014.**

DECRETO Nº 4351, de 11 de outubro de 2014.

"HOMOLOGA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 153/2014."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º - Fica homologado o processo de Dispensa de Licitação Nº 153/2014, de 01.10.2014.

Parágrafo Único - LOCAÇÃO DE SALA PARA A INSTALAÇÃO DO ESPORTE EM CONTRA TURNO DO C.E.PREF. LUIZ ADELAR SOLATELLI NA RUA PRINCESA ISABEL, 792, BAIRRO CANOAS.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

11 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

REGINA GARCIA FERREIRA

Secretaria do Município de Educação

#### **DECRETO Nº 4355, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4355, de 14 de outubro de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA TOMADA DE PREÇO Nº 123/2014."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e

suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3766/2013, o resultado da Tomada de Preço nº 123/2014, de 30.07.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante ACORDAR TREINAMENTOS LTDA EPP.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

14 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

CLAUDIA MARA FRONZA DA SILVA

Secretária Municipal de Assistência Social e de Habitação.

ANEXO AO DECRETO Nº 4355

Tomada de Preço nº 123/2014, de 30.07.2014.

Objeto da Licitação: Contratação de empresa para prestação de serviços especializados para execução de projetos de trabalho técnico social no Residencial Augusto Fenski, bairro Rainha neste município.

Preço: Menor Preço Global.

Participantes:

- ACORDAR TREINAMENTOS LTDA EPP;
- PRO MOVER ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E APERFEIÇOAMENTO DO CIDADÃO;
- PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- ACORDAR TREINAMENTOS LTDA EPP;

#### **Decreto Nº 4352, de 14 de Outubro de 2014.**

DECRETO Nº 4352, de 14 de outubro de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2014 FMS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3765/2013, o resultado do Pregão Presencial nº 051/2014FMS, de 01.10.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- PIANEZZER & PIANEZZER LTDA ME.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

14 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

ADALGISA VENDRAMI DA SILVA FEIJO

Secretaria do Município de Saúde em Exercício

ANEXO DECRETO Nº 4352/2014

Pregão Presencial Nº 051/2014FMS de 01.10.2014.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ORGANIZAÇÃO DE EVENTO DE CAPACITAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA E AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Participantes:

JETHE EVENTOS LTDA ME;

PIANEZZER & PIANEZZER LTDA ME.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou o vencedor o licitante:

PIANEZZER & PIANEZZER LTDA ME.

#### **DECRETO Nº 4353, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4353, de 14 de outubro de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 047/2014FMS."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI, do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3766/2013, o resultado da Carta Convite nº 047/2014FMS, de 15.09.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- FARMÁCIA LEANDRO LTDA EPP;

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

14 de outubro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

ADALGISA VENDRAMI DA SILVA FEIJO

Secretaria do Município de Saúde em Exercício

ANEXO AO DECRETO Nº 4353/2014

Carta Convite nº 047/2014FMS, de 15.09.2014.

Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada para fornecimento (direto no balcão, no perímetro urbano da cidade de Rio do Sul/SC) de medicamentos diversos constantes na Tabela

Brasileira de Preços ao Consumidor (BRASINDICE), com o maior percentual de desconto, para atender necessidade dos pacientes do SUS atendido por meio desta Secretaria.

Participantes:

- FARMÁCIA LEANDRO LTDA EPP;
- SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA;
- DROGAZY BONFANTI LTDA EPP.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- FARMÁCIA LEANDRO LTDA EPP;

#### **CLAUDETE APARECIDA ROSA FARIAS - 5º TERMO ADITIVO**

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 031/2014 firmado em 04/02/2014, com término previsto para 27/06/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. CARLOS ALBERTO LUITHARDT, na qualidade de Secretário de Administração Interino, com delegação de competência previsto na Portaria nº 0731/2014, de 24 de junho de 2014, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CLAUDETE APARECIDA ROSA FARIAS portador(a) do CPF nº 938.509.059-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 031/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 031/2014, iniciando-se a prorrogação em 28/06/2014 e encerrando-se em 01/08/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27/06/2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Secretário de Administração Interino

CLAUDETE APARECIDA ROSA FARIAS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..

Nome:..

CPF:..

CPF:..

#### **CATIA REGINA SCHMIDT - 1º, 3º, 4º E 6º TERMOS ADITIVOS**

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 247/2014, firmado em 28/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro



lado o(a) Sr.(a) CATIA REGINA SCHMIDT, portador(a) do CPF nº 003.675.559-13, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 247/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 247/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

CATIA REGINA SCHMIDT

Contratado(a)

**Testemunhas:**

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 247/2014, firmado em 28/02/2014, com término previsto para 22/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CATIA REGINA SCHMIDT, portador(a) do CPF nº 003.675.559-13, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 247/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 247/2014, iniciando-se a prorrogação em 23/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

CATIA REGINA SCHMIDT

Contratado(a)

**Testemunhas:**

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 247/2014, firmado em 28/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CATIA REGINA SCHMIDT, portador(a) do CPF nº 003.675.559-13, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 247/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 247/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 22/08/2014.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

CATIA REGINA SCHMIDT

Contratado(a)

**Testemunhas:**

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 247/2014, firmado em 28/02/2014, com término previsto para 10/04/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CATIA REGINA SCHMIDT, portador(a) do CPF nº 003.675.559-13, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 247/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 247/2014, iniciando-se a prorrogação em 11/04/2014 e encerrando-se em 23/06/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 10/04/2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

CATIA REGINA SCHMIDT  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

### **HERMELINDA KNAUL - 1º, 2º E 3º TERMOS ADITIVOS**

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 313/2014 firmado em 14/05/2014, com término previsto para 18/06/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) HERMELINDA KNAUL portador(a) do CPF nº 004.635.069-10, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 313/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto  
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 313/2014, iniciando-se a prorrogação em 19/06/2014 e encerrando-se em 29/08/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18/06/2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário de Administração

HERMELINDA KNAUL  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: Nome:  
CPF: CPF:

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 313/2014, firmado em 14/05/2014, com término previsto para 29/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) HERMELINDA KNAUL, portador(a) do CPF nº 004.635.069-10, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 313/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 313/2014, iniciando-se a prorrogação em 30/08/2014 e encerrando-se em 01/10/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 29/08/2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

HERMELINDA KNAUL  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 313/2014, firmado em 14/05/2014, com término previsto para 01/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) HERMELINDA KNAUL, portador(a) do CPF nº 004.635.069-10, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 313/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 313/2014, iniciando-se a prorrogação em 02/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.



Rio do Sul, 01/10/2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

HERMELINDA KNAUL  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

### **ELIZETI FERNANDES - 4º, 5º, 6º E 7º TERMOS ADITIVOS**

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 295/2013, firmado em 09/09/2013, com término previsto para 30/09/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIZETI FERNANDES, portador(a) do CPF nº 052.918.729-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 295/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 295/2013, iniciando-se a prorrogação em 01/10/2014 e encerrando-se em 17/10/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 30/09/2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

ELIZETI FERNANDES  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 295/2013, firmado em 09/09/2013, com término previsto para 05/09/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIZETI FERNANDES, portador(a) do CPF nº 052.918.729-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 295/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 295/2013, iniciando-se a prorrogação em 06/09/2014 e encerrando-se em 30/09/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 05/09/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ELIZETI FERNANDES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 295/2013, firmado em 09/09/2013, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIZETI FERNANDES, portador(a) do CPF nº 052.918.729-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 295/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 295/2013, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 05/09/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	ELIZETI FERNANDES Contratado(a)
--	------------------------------------

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 295/2013 firmado em 09/09/2013, com término previsto para 27/06/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. CARLOS ALBERTO LUITHARDT, na qualidade de Secretário de Administração Interino, com delegação de competência previsto na Portaria nº 0731/2014, de 24 de junho de 2014, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ELIZETI FERNANDES portador(a) do CPF nº 052.918.729-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 295/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do objeto**  
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência**  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 295/2013, iniciando-se a prorrogação em 28/06/2014 e encerrando-se em 08/08/2014."

**Cláusula Segunda - Da ratificação**  
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27/06/2014.  
CARLOS ALBERTO LUITHARDT  
Secretário de Administração Interino

ELIZETI FERNANDES  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.	Nome:.
CPF:.	CPF:.

### **TEREZINHA APARECIDA BAZILIO CORREIA FRANCO - 3º, 4º E 5º TERMOS ADITIVOS**

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 294/2014 firmado em 09/04/2014, com término previsto para 08/08/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) TERESINHA APARECIDA BAZILIO CORREIA FRANCO portador(a) do CPF nº 086.199.599-64, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 294/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do objeto**  
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência**  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 294/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 05/09/2014."

**Cláusula Segunda - Da ratificação**  
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário de Administração

TERESINHA APARECIDA BAZILIO CORREIA FRANCO  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.	Nome:.
CPF:.	CPF:.

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 294/2014 firmado em 09/04/2014, com término previsto para 05/09/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) TERESINHA APARECIDA BAZILIO CORREIA FRANCO portador(a) do CPF nº 086.199.599-64, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 294/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do objeto**  
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência**  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 294/2014, iniciando-se a prorrogação em 06/09/2014 e encerrando-se em 30/09/2014."

**Cláusula Segunda - Da ratificação**  
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 05/09/2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário de Administração

TERESINHA APARECIDA BAZILIO CORREIA FRANCO  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.	Nome:.
CPF:.	CPF:.

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 294/2014 firmado em 09/04/2014, com término previsto para 30/09/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de

outro lado o(a) Sr.(a) TERESINHA APARECIDA BAZILIO CORREIA FRANCO portador(a) do CPF nº 086.199.599-64, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 294/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do objeto**  
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência**  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 294/2014, iniciando-se a prorrogação em 01/10/2014 e encerrando-se em 17/10/2014."

**Cláusula Segunda - Da ratificação**  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 30/09/2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário de Administração

TERESINHA APARECIDA BAZILIO CORREIA FRANCO  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..                      Nome:..  
CPF:..                      CPF:..

### **CAROLINE FRIEDEL - 3º TERMO ADITIVO**

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 5/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CAROLINE FRIEDEL, portador(a) do CPF nº 078.157.729-27, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 5/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**  
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 5/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 19/12/2014."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

CAROLINE FRIEDEL  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

### **MADALENA KLAUMANN - 2º, 3º E 5º TERMOS ADITIVOS**

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 308/2014 firmado em 06/05/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MADALENA KLAUMANN, portador(a) do CPF nº 717.321.879-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 308/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do objeto**  
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência**  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 308/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 20/08/2014.

**Cláusula Segunda - Da ratificação**  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.  
GIVANILDO SILVA                      MADALENA KLAUMANN  
Secretário de Administração                      Contratado(a)

Testemunhas:  
Nome:..                      Nome:..  
CPF:..                      CPF:..

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 308/2014 firmado em 06/05/2014, com término previsto para 20/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MADALENA KLAUMANN, portador(a) do CPF nº 717.321.879-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 308/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do objeto**  
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência**  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 308/2014, iniciando-se a prorrogação em 21/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014.

**Cláusula Segunda - Da ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 20/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MADALENA KLAUMANN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..

Nome:..

CPF:..

CPF:..

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 308/2014 firmado em 06/05/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MADALENA KLAUMANN, portador(a) do CPF nº 717.321.879-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 308/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 308/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 18/11/2014.

**Cláusula Segunda - Da ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MADALENA KLAUMANN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..

Nome:..

CPF:..

CPF:..

**CARLA FRANCYELE SOUZA - 3º E 4º TERMO ADITIVO**

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 81/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CARLA FRANCYELE SOUZA, portador(a) do CPF nº 047.176.549-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 81/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 81/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

CARLA FRANCYELE SOUZA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 81/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CARLA FRANCYELE SOUZA, portador(a) do CPF nº 047.176.549-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 81/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 81/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos



legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

CARLA FRANCYELE SOUZA  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

### **CLAUDIA PRUST WESSNER - 9º E 10º TERMOS ADITIVOS**

9º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 37967/2014, firmado em 25/02/2014, com término previsto para 05/09/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CLAUDIA PRUST WESSNER, portador(a) do CPF nº 064.054.789-39, na qualidade de Contratado(a), celebram o 9º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 37967/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 37967/2014, iniciando-se a prorrogação em 06/09/2014 e encerrando-se em 01/10/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 05/09/2014.

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

CLAUDIA PRUST WESSNER  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

10º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 37967/2014, firmado em 25/02/2014, com término previsto para 01/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CLAUDIA PRUST WESSNER, portador(a) do CPF nº 064.054.789-39, na qualidade de Contratado(a), celebram o 10º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 37967/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 37967/2014, iniciando-se a prorrogação em 02/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 01/10/2014.

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

CLAUDIA PRUST WESSNER  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

### **FRANCIANE KNOPF - 9º, 10º E 11º TERMOS ADITIVOS**

9º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 003/2013 firmado em 04/02/2013, com término previsto para 27/06/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. CARLOS ALBERTO LUITHARDT, na qualidade de Secretário de Administração Interino, com delegação de competência previsto na Portaria nº 0731/2014, de 24 de junho de 2014, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FRANCIANE KNOPF portador(a) do CPF nº 030.309.179-75, na qualidade de Contratado(a), celebram o 9º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 003/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 003/2013, iniciando-se a prorrogação em 28/06/2014 e encerrando-se em 01/09/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27/06/2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT  
Secretário de Administração Interino

FRANCIANE KNOFF  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..  
CPF:.. CPF:..

10º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 003/2013 firmado em 04/02/20123, com término previsto para 01/09/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FRANCIANE KNOFF portador(a) do CPF nº 030.309.179-75, na qualidade de Contratado(a), celebram o 10º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 003/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 003/2013, iniciando-se a prorrogação em 02/09/2014 e encerrando-se em 01/10/2014.”

**Cláusula Segunda - Da ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 01/09/2014.

GIVANILDO SILVA  
Secretário de Administração

FRANCIANE KNOFF  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..  
CPF:.. CPF:..

11º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 003/2013 firmado em 04/02/20123, com término previsto para 01/10/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FRANCIANE KNOFF portador(a) do CPF nº 030.309.179-75, na qualidade de Contratado(a), celebram o 10º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 003/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 003/2013, iniciando-se a prorrogação em 02/10/2014 e

encerrando-se em 23/12/2014.”

**Cláusula Segunda - Da ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 01/10/2014.

GIVANILDO SILVA  
Secretário de Administração

FRANCIANE KNOFF  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..  
CPF:.. CPF:..

## **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL**

### **Pregão Presencial Para Registro de Preço Nº 049/2014 FMS**

**EDITAL**

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 049/2014 FMS**

**OBJETO:** Registro de preços para contratação de exames especializados para atender necessidade dos pacientes do SUS atendidos através desta secretaria.

**ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Às 08:30 horas do dia 30/10/2014.

**CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES:** Às 10:00 horas do dia 31/10/2014. 15:00 horas do dia 12/05/2014.

**LOCAL:** Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, na Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC

**CONTATO:** Elizeu de Oliveira Santos Sobrinho  
e-mail: elizeu.oliveira@riodosul.sc.gov.br

**ÁREA RESPONSÁVEL:** Departamento de Compras e Licitações.

**ÁREA REQUISITANTE:** Secretário de Saúde.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

40.01.2.078.3.33.90.00.00.00.00.00 - Recursos Saúde (Manutenção do Fundo Municipal de Saúde)

40.03.2.080.3.33.90.00.00.00.00.00 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União (Blmac - Manutenção da Gestão Plena - Mac)

40.03.2.080.3.33.90.00.00.00.00.00 - Recursos Saúde (Blmac - Manutenção da Gestão Plena - Mac)

40.02.2.095.3.33.90.00.00.00.00.00 - Recursos Saúde (Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas)

O edital completo pode ser obtido no site [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br) no link Portal do Cidadão - Serviços Municipais, em seguida Consultas de Licitações. As empresas interessadas em participar desta Licitação deverão comunicar sua intenção ao Departamento de Compras e Licitações através do endereço rua Tuiuti, 154, Centro,



Rio do Sul - SC, ou fax (47) 3531-1469, encaminhando preenchido o anexo 06, Declaração de Retirada de Edital. O Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul não aceitará em hipótese alguma reclamações posteriores de não envio de alterações por parte de empresas que não tenham se identificado como interessadas em participar da licitação. Ainda, nenhuma responsabilidade caberá ao Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul pelo não recebimento dessas alterações devido a endereço eletrônico e número de fax incorreto ou defeitos em qualquer desses equipamentos.

## Santiago do Sul

### PREFEITURA

#### **Lei Municipal Nº748/2014 de 21 de Outubro de 2014**

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Função: 10 - Saúde  
Sub-Função: 301 - Atenção Básica  
Programa: 0014 - SAÚDE COM QUALIDADE  
Ação: 2.033 - Medicamentos a População  
Atividade: 2.033 - Medicamentos a População  
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.02 - Aplicações Diretas..R\$ 22.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da anulação das dotações discriminadas a seguir:

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Função: 10 - Saúde  
Sub-Função: 301 - Atenção Básica  
Programa: 0014 - SAÚDE COM QUALIDADE  
Ação: 2.032 - Manutenção Atividades de Saúde Bucal  
Atividade: 2.032 - Manutenção Atividades de Saúde Bucal  
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.02 - Aplicações Diretas..R\$ 15.000,00  
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.1.02 - Aplicações Diretas....R\$ 2.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Função: 10 - Saúde  
Sub-Função: 304 - Vigilância Sanitária  
Programa: 0014 - SAÚDE COM QUALIDADE  
Ação: 2.035 - Manutenção Atividades de Vigilância Sanitária  
Atividade: 2.035 - Manutenção Atividades de Vigilância Sanitária  
Natureza de Despesa: 3.1.90.00 - D.R. 0.1.02 - Aplicações Diretas....R\$ 5.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 21 de Outubro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal  
Registrada e Publicada em data supra.

Carine Piva  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

## Lei Municipal Nº749/2014 de 21 de Outubro de 2014

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo municipal a efetuar gastos com a realização de formatura e aquisição de brindes para os alunos do Município que participam do Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD, e dá outras providências, e dá outras providências."

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município de Santiago do Sul que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Chefe do Poder Executivo municipal a efetuar gastos de até R\$ 1.000,00 (um mil reais), com a realização de formatura e aquisição de brindes para os alunos do município que participam do Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD, a ser realizada no dia 30 de outubro de 2014, junto ao Centro Recreativo Esportivo Cultural (Ginásio de Esportes) do Município.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 21 de Outubro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

Carine Piva  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### Portarias/Semed Nº 1132 A 1133/2014

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria/SEMED nº 1132, de 20 de outubro de 2014. Concede Licença Prêmio. Djandira Padilha dos Santos. Auxiliar de Operações. Portaria/SEMED nº 1133, de 20 de outubro de 2014. Constitui Comissão Especial para Análise de Cadastros para Educação Infantil.

ALCIONE TERESINHA HINKE  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### Edital de Chamada Pública Nº 001/2014 Semus

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

#### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2014

O Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Saúde, pela COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO, instituída pelo Decreto nº 707/2014, de 15 de outubro de 2014, torna público que será realizada a seleção de pessoas jurídicas, privadas, com ou sem fins lucrativos, prestadoras de serviços de assistência à saúde, interessadas em participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde no município, em conformidade com o artigo 24 da Lei nº 8.080/90, com as normas da Lei nº 8.666/93, a Lei Orgânica do Município, Norma Operacional Básica (NOB-SUS 01/96)), Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS-SUS 01/2002) e segundo o disposto nas demais normas do Sistema Único de Saúde e princípios gerais da administração pública.

#### 1. DO OBJETO:

Este Edital tem por objeto habilitar pessoas jurídicas para a prestação de serviços de coleta, realização e distribuição de exames de Análises Clínicas para a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), conforme rotina adotada pela Secretaria, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do Município de São Bento do Sul.

#### 2. DOS SERVIÇOS:

Os serviços a serem tomados pela Secretaria Municipal de Saúde serão todos os exames constantes da Tabela de Procedimentos SIA/SUS - PATOLOGIA CLÍNICA, por valores iguais aos definidos na tabela vigente, disponível no site sigtap.datasus.gov.br, do Ministério da Saúde.

#### 3. DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS:

Poderão habilitar-se a prestar os serviços referidos no item anterior, pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos, que atendam às disposições deste Edital, localizados na área de abrangência do município, observado o preconizado na NOAS-SUS 01/2002.

#### 4. DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS:

Os usuários dos serviços do Sistema Único de Saúde serão aqueles que forem encaminhados pelas Unidades de Saúde e Unidades de Referência à Saúde do Município de São Bento do Sul, na forma

do seu modelo de atenção de referência e contra-referência, devidamente autorizados pela SEMUS.

## 5. DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1 O preço referente à prestação dos serviços ambulatoriais, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.080/90, será aquele constante na Tabela Unificada de Procedimentos/SUS do Ministério da Saúde, bem como, seus reajustes.

5.2 Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE, no mês subsequente à prestação dos serviços executados, conforme Portaria Ministerial nº 3478, de 20 de agosto de 1998, através de depósito em conta corrente da CONTRATADA, após conferência das guias médicas, as quais deverão ser entregues no referido Setor até o 3º dia útil do mês subsequente à realização dos procedimentos; após disponibilização pelo Ministério da Saúde (MS) das versões para os Sistemas de Informatização; e autorização de pagamento pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, após envio de base ao MS, conforme cronograma.

5.3. As requisições, após conferência pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria da SEMUS, deverão ficar arquivadas pela contratada e à disposição desta Secretaria, conforme legislação em vigor.

5.4. As despesas decorrentes do atendimento do objeto deste Edital, consignados no SIA/SUS, tem o valor limite definido na Ficha de Programação Orçamentária (FPO) estipulado no Contrato. Havendo diminuição na demanda de algum dos serviços contratados, a sobra poderá ser convertida para outro serviço em que a demanda seja maior, respeitando o valor orçamentário total da FPO anual.

## 6. DA INSCRIÇÃO:

6.1. As inscrições para contratação pelo presente Edital se darão no período de 22 de outubro de 2014 à 21 de novembro de 2014.

6.2. Requerimento de Contratação (Anexo I) - Solicitação formal de contratação (em duas vias para protocolo), contendo a declaração emitida pela entidade que está de acordo com as normas e tabelas de valores definidas pelo SUS e que realizará todos os procedimentos a que se propõe.

6.3. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em fotocópia autenticada em cartório ou, com a apresentação dos documentos originais, com fotocópia para autenticação, no ato da inscrição, por funcionário da Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria (DCAA) da Secretaria Municipal de Saúde.

6.4. A entrega da solicitação de Contratação deverá ser acompanhada de cópia autenticada dos seguintes documentos:

- Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- Contrato Social ou Declaração de Firma Individual ou Estatuto Social devidamente registrado, no órgão competente e suas devidas alterações de reformulação;
- Declaração dos sócios e diretores de que não ocupam Cargo ou Função de Chefia ou Assessoramento, em qualquer nível, na área pública de saúde, no âmbito municipal, estadual ou federal;
- Relação nominal dos recursos humanos disponíveis, por categoria funcional e cópia da inscrição no Conselho de Classe, quando houver;
- Comprovante de inscrição da unidade no respectivo "Conselho Regional" da categoria;
- Curriculum Vitae resumido do responsável técnico (anexar diploma, títulos e certificados);
- Relação de equipamentos (quantificar e especificar);
- Cópia dos Contratos dos serviços terceirizados pela unidade de saúde, para a prestação dos serviços relacionados diretamente aos serviços contratados, ou declaração do prestador de que não necessita de terceiros para execução dos serviços, objeto deste Edital;
- Declaração mencionando os horários de atendimento aos usuários do SUS;

- Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), atualizado;
  - Certidão Negativa de Débito para com o Sistema de Seguridade Social - INSS;
  - Certidão Negativa para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
  - Alvará emitido pelo órgão da Vigilância Sanitária Municipal, reconhecidamente apto para tal;
  - Alvará de localização e permanência no local, emitida pela Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal;
  - Certidão Negativa de Tributos Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
  - Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo Cartório Distribuidor da Sede do Proponente;
  - Certidão Negativa de Débito junto à Secretaria da Fazenda Estadual e Municipal;
  - Dados bancários (relacionar número da Agência e o número da Conta Corrente do Banco para depósito);
  - Caso o interessado esteja isento de algum documento exigido neste edital deve apresentar declaração do órgão expedidor informando sua isenção.
- 6.5. A falta de quaisquer dos documentos acima mencionados é razão para o indeferimento da solicitação.
- 6.6. Uma vez homologada a inscrição, o prestador de serviços estará apto para firmar o Termo de Contrato, conforme decisão da SEMUS de acordo com o interesse público.
- 6.7. A negativa ou o não comparecimento, quanto ao definido no item anterior, acarreta a anulação da inscrição.

## 7. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.1. Como exigência imprescindível para a formalização e manutenção do contrato, a empresa proponente/contratada deve atender às seguintes condições:

- Apresentar e atualizar certidões ou qualquer outro documento sempre que solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde;
  - Deverá possuir um Programa Interno de Qualidade, conforme determina a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
  - A empresa Contratada não poderá alterar as instalações bem como o endereço de atendimento sem conhecimento prévio e aceitação, por escrito, da Secretaria Municipal de Saúde;
  - Comunicar à Contratante qualquer irregularidade de que tenha conhecimento;
  - As entidades que não atenderem os requisitos exigidos constantes na presente Chamada Pública serão consideradas inabilitadas e não poderão ser contratualizadas com o SUS;
  - A SEMUS poderá celebrar contrato de prestação de serviços, com as entidades consideradas habilitadas, mediante inexigibilidade de licitação (artigo 25, "caput", da Lei nº. 8.666/93), considerada a inviabilidade de competição de preço, dando preferência às entidades filantrópicas e às sem fins lucrativos;
  - A Contratação se dará após a aprovação e homologação do requerimento de inscrição, quando deferido em sua análise técnica e legal, pela Comissão Especial de Contratação e na forma preconizada por este Edital.
- 7.2. A SEMUS não se obriga a contratar todas entidades habilitadas, mas sim, a quantidade que lhe interessar para atender a demanda SUS em conformidade com os parâmetros da Portaria GM/MS nº 1.101, de 12/06/08 e a série histórica da Programação Física e Orçamentária, visando a complementariedade dos serviços, conforme Constituição Federal e Lei 8.080/90, dando prioridade para os serviços com integralidade da assistência, atendendo todos os procedimentos constantes na FPO, especificados no Contrato firmado com o prestador, com maior número de horas oferecidas para atendimento aos usuários do SUS e sistema informatizado que possibilite agilizar o atendimento ao público alvo deste Edital.

## 8. DA MANUTENÇÃO DO CONTRATO, A CONTRATADA

**COMPROMETE-SE:**

- 8.1. Realizar os procedimentos contratados, sem cobrança de qualquer valor adicional ao usuário do SUS.
- 8.2. O agendamento, e a realização dos exames e a distribuição dos resultados (laudos) serão de responsabilidade da empresa contratada, que assumirá todos os ônus decorrentes da realização do objeto contratado.
- 8.3. A empresa contratada será responsável pelo material e equipamentos necessários para a realização dos exames a serem realizados, incluído nesse caso, todo e qualquer medicamento/solução imprescindível para a realização do solicitado e os equipamentos de proteção individual (EPI).
- 8.4 As requisições de exames deverão ficar em posse do paciente até a data da realização do solicitado, quando deverá ser assinado, no verso, pelo usuário.
- 8.5 A entrega dos resultados/laudos dos exames dar-se-á no local onde foi realizado o procedimento.

**9. DAS FASES DO PROCEDIMENTO PARA A CONTRATAÇÃO:**

- 9.1. O procedimento seletivo para contratação será composto pelas seguintes fases:
- a) Divulgação da Chamada Pública;
  - b) Análise da proposta e dos documentos para a habilitação;
  - c) Divulgação dos nomes dos prestadores técnicos e habilitados;
  - d) Adjudicação e Homologação.
- 9.2. A divulgação dos prestadores habilitados será feita por meio de publicação no Diário Oficial do Município, pelo site diariomunicipal.sc.gov.br.
- 9.3. Poderá o interessado interpor recurso no prazo de dois (02) dias úteis após a divulgação dos resultados, endereçado a Secretaria Municipal de Saúde, para a Comissão Especial de Contratação, por escrito e protocolado no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul (sede).

**10. DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO DOS CONTRATOS:**

- 10.1. A vigência do Contrato será de até 12 (doze) meses podendo ser prorrogado por outros períodos, de acordo com o ano orçamentário, mediante Termo Aditivo, ficando adstrita a vigência dos respectivos créditos orçamentários, limitado a 60 (sessenta) meses.
- 10.2. A rescisão poderá ocorrer a qualquer momento, pela CONTRATANTE, em defesa do interesse público ou pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas contratuais, ou pela CONTRATADA, mediante aviso escrito e protocolado, apresentado com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

**11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

- 11.1. Dúvidas decorrentes do presente edital serão esclarecidas mediante consulta formulada por escrito e/ou encaminhada via Fax (47) 3631-0431 e 3631-0433 à Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Controle, Avaliação e Auditoria, aos cuidados da Comissão Especial de Contratos, a Rua Largo Hugo Fischer, 25 - Bairro Centro, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira.
- 11.2. Integra o presente Edital Anexo I - Requerimento para Contratação, que poderão ser fornecidos a qualquer interessado no Setor de Controle, Avaliação e Auditoria.
- 11.3. A Clínica habilitada deverá iniciar suas atividades a partir da assinatura do Contrato, e a critério da SEMUS.
- 11.4. Fica reservada, à SEMUS, a faculdade de cancelar, no todo ou em parte, adiar, revogar, prorrogar ou anular a presente Chamada Pública, de acordo com seus interesses sem direito, às entidades, a qualquer reclamação, indenização, reembolso ou compensação.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2014.

DEODATO RAUL HRUSCHKA  
Secretário Municipal de Saúde

**ANEXO I****R E Q U E R I M E N T O**

À  
Secretaria Municipal de Saúde  
Comissão Especial de Contratação  
N E S T A

Prezados Senhores:

Pelo presente, atendendo ao Edital nº 001/2014, oferecemos aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS/São Bento do Sul, a prestação de serviços de \_\_\_\_\_

Declaramos desde já, que o atendimento será realizado conforme normas e determinação da Secretaria Municipal de Saúde, seguindo a legislação do SUS.

Declaramos outrossim, que aceitamos a remuneração proposta, a qual será feita com base na Tabela de Valores e Procedimentos do SIA/SUS, da qual temos pleno conhecimento, e sem qualquer cobrança adicional ao usuário.

Anexo a relação dos documentos entregues para a Comissão conforme Edital, para análise e parecer.

São Bento do Sul, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Carimbo e Assinatura (com identificação do responsável)

**PROTOCOLO DE RECEBIMENTO:**

Data: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_ Nome e Assinatura Funcionário: \_\_\_\_\_

**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2014 SEMUS**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS  
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2014

O Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Saúde, pela COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO, instituída pelo Decreto nº 707/2014, de 15 de outubro de 2014, torna público que será realizada a seleção de pessoas jurídicas, privadas, com ou sem fins lucrativos, prestadoras de serviços de assistência à saúde, interessadas em participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde no município, em conformidade com o artigo 24 da Lei nº 8.080/90, com as normas da Lei nº 8.666/93, a Lei Orgânica do Município, Norma Operacional Básica (NOB-SUS 01/96)), Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS-SUS 01/2002) e segundo o disposto nas demais normas do Sistema Único de Saúde e princípios gerais da administração pública.

**1. DO OBJETO:**

Este Edital tem por objeto habilitar pessoas jurídicas para a prestação de serviços de FISIOTERAPIA para a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), conforme rotina adotada pela Secretaria, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do Município de São Bento do Sul.

**2. DOS SERVIÇOS:**



Os serviços a serem tomados pela Secretaria Municipal de Saúde serão todos os procedimentos constantes da Tabela de Procedimentos SIA/SUS - FISIOTERAPIA (atendimento fisioterapêutico de média e alta complexidade), por valores iguais aos definidos na tabela vigente, disponível no site sigtap.datasus.gov.br, do Ministério da Saúde.

### 3. DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS:

Poderão habilitar-se a prestar os serviços referidos no item anterior, pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos, que atendam às disposições deste Edital, localizados na área de abrangência do município, observado o preconizado na NOAS-SUS 01/2002.

### 4. DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS:

Os usuários dos serviços do Sistema Único de Saúde serão aqueles que forem encaminhados pelas Unidades de Saúde e Unidades de Referência à Saúde do Município de São Bento do Sul, na forma do seu modelo de atenção de referência e contra-referência, devidamente autorizados pela SEMUS.

### 5. DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1 O preço referente à prestação dos serviços, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.080/90, será aquele constante na Tabela Unificada de Procedimentos/SUS do Ministério da Saúde, bem como, seus reajustes.

5.2 Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE, no mês subsequente à prestação dos serviços executados, conforme Portaria Ministerial nº 3478, de 20 de agosto de 1998, através de depósito em conta corrente da CONTRATADA, após conferência das guias médicas, as quais deverão ser entregues no referido Setor até o 3º dia útil do mês subsequente à realização dos procedimentos; após disponibilização pelo Ministério da Saúde (MS) das versões para os Sistemas de Informatização; e autorização de pagamento pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, após envio de base ao MS, conforme cronograma.

5.3. As requisições, após conferência pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria da SEMUS, deverão ficar arquivadas pela contratada e à disposição desta Secretaria, conforme legislação em vigor.

5.4. As despesas decorrentes do atendimento do objeto deste Edital, consignados no SIA/SUS, tem o valor limite definido na Ficha de Programação Orçamentária (FPO) estipulado no Contrato. Havendo diminuição na demanda de algum dos serviços contratados, a sobra poderá ser convertida para outro serviço em que a demanda seja maior, respeitando o valor orçamentário total da FPO anual.

### 6. DA INSCRIÇÃO:

6.1. As inscrições para contratação pelo presente Edital se darão no período de 22 de outubro de 2014 à 21 de novembro de 2014.

6.2. Requerimento de Contratação (Anexo I) - Solicitação formal de contratação (em duas vias para protocolo), contendo a declaração emitida pela entidade que está de acordo com as normas e tabelas de valores definidas pelo SUS e que realizará todos os procedimentos a que se propõe.

6.3. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em fotocópia autenticada em cartório ou, com a apresentação dos documentos originais, com fotocópia para autenticação, no ato da inscrição, por funcionário da Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria (DCAA) da Secretaria Municipal de Saúde.

6.4. A entrega da solicitação de Contratação deverá ser acompanhada de cópia autenticada dos seguintes documentos:

- a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- b) Contrato Social ou Declaração de Firma Individual ou Estatuto Social devidamente registrado, no órgão competente e suas

devidas alterações de reformulação;

c) Declaração dos sócios e diretores de que não ocupam Cargo ou Função de Chefia ou Assessoramento, em qualquer nível, na área pública de saúde, no âmbito municipal, estadual ou federal;

d) Relação nominal dos recursos humanos disponíveis, por categoria funcional e cópia da inscrição no Conselho de Classe, quando houver;

e) Comprovante de inscrição da unidade no respectivo "Conselho Regional" da categoria;

f) Curriculum Vitae resumido do responsável técnico (anexar diploma, títulos e certificados);

g) Relação de equipamentos (quantificar e especificar);

h) Cópia dos Contratos dos serviços terceirizados pela unidade de saúde, para a prestação dos serviços relacionados diretamente aos serviços contratados, ou declaração do prestador de que não necessita de terceiros para execução dos serviços, objeto deste Edital;

i) Declaração mencionando os horários de atendimento aos usuários do SUS;

j) Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), atualizado;

k) Certidão Negativa de Débito para com o Sistema de Seguridade Social - INSS;

l) Certidão Negativa para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

m) Alvará emitido pelo órgão da Vigilância Sanitária Municipal, reconhecidamente apto para tal;

n) Alvará de localização e permanência no local, emitida pela Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal;

o) Certidão Negativa de Tributos Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

p) Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo Cartório Distribuidor da Sede do Proponente;

q) Certidão Negativa de Débito junto à Secretaria da Fazenda Estadual e Municipal;

r) Dados bancários (relacionar número da Agência e o número da Conta Corrente do Banco para depósito);

s) Caso o interessado esteja isento de algum documento exigido neste edital deve apresentar declaração do órgão expedidor informando sua isenção.

6.5. A falta de quaisquer dos documentos acima mencionados é razão para o indeferimento da solicitação.

6.6. Uma vez homologada a inscrição, o prestador de serviços estará apto para firmar o Termo de Contrato, conforme decisão da SEMUS de acordo com o interesse público.

6.7. A negativa ou o não comparecimento, quanto ao definido no item anterior, acarreta a anulação da inscrição.

### 7. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.1. Como exigência imprescindível para a formalização e manutenção do contrato, a empresa proponente/contratada deve atender às seguintes condições:

a) Apresentar e atualizar certidões ou qualquer outro documento sempre que solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde;

b) Deverá possuir um Programa Interno de Qualidade, conforme determina a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

c) A empresa Contratada não poderá alterar as instalações bem como o endereço de atendimento sem conhecimento prévio e aceitação, por escrito, da Secretaria Municipal de Saúde;

d) Comunicar à Contratante qualquer irregularidade de que tenha conhecimento;

e) As entidades que não atenderem os requisitos exigidos constantes na presente Chamada Pública serão consideradas inabilitadas e não poderão ser contratualizadas com o SUS;

f) A SEMUS poderá celebrar contrato de prestação de serviços, com as entidades consideradas habilitadas, mediante inexigibilidade de licitação (artigo 25, "caput", da Lei nº. 8.666/93), considerada a inviabilidade de competição de preço, dando preferência às

entidades filantrópicas e às sem fins lucrativos;

g) A Contratação se dará após a aprovação e homologação do requerimento de inscrição, quando deferido em sua análise técnica e legal, pela Comissão Especial de Contratação e na forma preconizada por este Edital.

7.2. A SEMUS não se obriga a contratar todas entidades habilitadas, mas sim, a quantidade que lhe interessar para atender a demanda SUS em conformidade com os parâmetros da Portaria GM/MS n.º 1.101, de 12/06/08 e a série histórica da Programação Físico e Orçamentária, visando a complementariedade dos serviços, conforme Constituição Federal e Lei 8.080/90, dando prioridade para os serviços com integralidade da assistência, atendendo todos os procedimentos constantes na FPO, especificados no Contrato firmado com o prestador, com maior número de horas oferecidas para atendimento aos usuários do SUS e sistema informatizado que possibilite agilizar o atendimento ao público alvo deste Edital.

#### 8. DA MANUTENÇÃO DO CONTRATO, A CONTRATADA COMPROMETE-SE:

8.1. Realizar os procedimentos contratados, sem cobrança de qualquer valor adicional ao usuário do SUS.

8.2. O agendamento e a realização dos procedimentos serão de responsabilidade da empresa contratada, que assumirá todos os ônus decorrentes da realização do objeto contratado.

8.3. A empresa contratada será responsável pelo material e equipamentos necessários para a realização dos procedimentos, bem como, todo e qualquer gel/solução imprescindível para a realização do solicitado e os equipamentos de proteção individual (EPI).

8.4 As requisições de exames deverão ficar em posse do paciente até a data da realização do solicitado, quando deverá ser assinado, no verso, pelo usuário, confirmando assim sua realização para apresentação e posterior pagamento. Quando for mais de um procedimento na mesma requisição deverá ser datado e assinado na data de cada procedimento realizado. Vedado a assinatura em uma única vez para todos os dias de procedimentos.

#### 9. DAS FASES DO PROCEDIMENTO PARA A CONTRATAÇÃO:

9.1. O procedimento seletivo para contratação será composto pelas seguintes fases:

- Divulgação da Chamada Pública;
- Análise da proposta e dos documentos para a habilitação;
- Divulgação dos nomes dos prestadores técnicos e habilitados;
- Adjudicação e Homologação.

9.2. A divulgação dos prestadores habilitados será feita por meio de publicação no Diário Oficial do Município, pelo site [diariomunicipal.sc.gov.br](http://diariomunicipal.sc.gov.br).

9.3. Poderá o interessado interpor recurso no prazo de dois (02) dias úteis após a divulgação dos resultados, endereçado a Secretaria Municipal de Saúde, para a Comissão Especial de Contratação, por escrito e protocolado no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul (sede).

#### 10. DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO DOS CONTRATOS:

10.1. A vigência do Contrato será de até 12 (doze) meses podendo ser prorrogado por outros períodos, de acordo com o ano orçamentário, mediante Termo Aditivo, ficando adstrita a vigência dos respectivos créditos orçamentários, limitado a 60 (sessenta) meses.

10.2. A rescisão poderá ocorrer a qualquer momento, pela CONTRATANTE, em defesa do interesse público ou pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas contratuais, ou pela CONTRATADA, mediante aviso escrito e protocolado, apresentado com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

#### 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1. Dúvidas decorrentes do presente edital serão esclarecidas mediante consulta formulada por escrito e/ou encaminhada via Fax (47) 3631-0431 e 3631-0433 à Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Controle, Avaliação e Auditoria, aos cuidados da Comissão Especial de Contratos, a Rua Largo Hugo Fischer, 25 - Bairro Centro, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira.

11.2. Integra o presente Edital Anexo I - Requerimento para Contratação, que poderá ser fornecido a qualquer interessado no Setor de Controle, Avaliação e Auditoria.

11.3. A Clínica habilitada deverá iniciar suas atividades a partir da assinatura do Contrato, e a critério da SEMUS.

11.4. Fica reservada, à SEMUS, a faculdade de cancelar, no todo ou em parte, adiar, revogar, prorrogar ou anular a presente Chamada Pública, de acordo com seus interesses sem direito, às entidades, a qualquer reclamação, indenização, reembolso ou compensação.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2014.

DEODATO RAUL HRUSCHKA  
Secretário Municipal de Saúde

#### ANEXO I

#### R E Q U E R I M E N T O

À

Secretaria Municipal de Saúde  
Comissão Especial de Contratação  
N E S T A

Prezados Senhores:

Pelo presente, atendendo ao Edital nº 002/2014, oferecemos aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS/São Bento do Sul, a prestação de serviços de \_\_\_\_\_

Declaramos desde já, que o atendimento será realizado conforme normas e determinação da Secretaria Municipal de Saúde, seguindo a legislação do SUS.

Declaramos outrossim, que aceitamos a remuneração proposta, a qual será feita com base na Tabela de Valores e Procedimentos do SIA/SUS, da qual temos pleno conhecimento, e sem qualquer cobrança adicional ao usuário.

Anexo a relação dos documentos entregues para a Comissão conforme Edital, para análise e parecer.

São Bento do Sul, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Carimbo e Assinatura (com identificação do responsável)

#### PROTOCOLO DE RECEBIMENTO:

Data: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_ Nome e Assinatura Funcionário: \_\_\_\_\_

**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2014 SEMUS**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS  
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2014

O Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Saúde, pela COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO, instituída pelo Decreto nº 707/2014, de 15 de outubro de 2014, torna público que será realizada a seleção de pessoas físicas e jurídicas, privadas, com ou sem fins lucrativos,



prestadoras de serviços de assistência à saúde, interessadas em participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde no município, em conformidade com o artigo 24 da Lei nº 8.080/90, com as normas da Lei nº 8.666/93, a Lei Orgânica do Município, Norma Operacional Básica (NOB-SUS 01/96)), Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS-SUS 01/2002) e segundo o disposto nas demais normas do Sistema Único de Saúde e princípios gerais da administração pública.

#### 1. DO OBJETO:

Este Edital tem por objeto habilitar pessoas físicas e jurídicas para a prestação de serviços de assistência à saúde, consultas/atendimentos/procedimentos médicos e de outros profissionais da área da saúde, exames complementares de diagnóstico e terapêutica especializados, conforme especificado abaixo, para a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do Município de São Bento do Sul.

#### 2. DOS SERVIÇOS:

Os serviços a serem tomados pela Secretaria Municipal de Saúde serão consultas/atendimentos/procedimentos médicos e de outros profissionais da área da saúde e exames especializados, nas áreas de cardiologia, cirurgia vascular, dermatologia, gastroenterologia, neurologia, oftalmologia, ortopedia e traumatologia, otorrinolaringologia, pneumologia, proctologia, urologia e saúde mental, constantes da Tabela de Procedimentos SIA/SUS, disponível no site [sigtap.datasus.gov.br](http://sigtap.datasus.gov.br), do Ministério da Saúde.

#### 3. DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS:

Poderão habilitar-se a prestar os serviços referidos no item anterior, pessoas físicas e jurídicas, com ou sem fins lucrativos, que atendam às disposições deste Edital, localizados na área de abrangência do município, observado o preconizado na NOAS-SUS 01/2002.

#### 4. DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS:

Os usuários dos serviços do Sistema Único de Saúde serão aqueles que forem encaminhados pelas Unidades de Saúde e Unidades de Referência à Saúde do Município de São Bento do Sul, na forma do seu modelo de atenção de referência e contra-referência, devidamente autorizados pela SEMUS.

#### 5. DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1 O preço referente à prestação dos serviços, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.080/90, será aquele constante na Tabela Unificada de Procedimentos/SUS do Ministério da Saúde, bem como, seus reajustes.

5.2 Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE, no mês subsequente à prestação dos serviços executados, conforme Portaria Ministerial nº 3478, de 20 de agosto de 1998, através de depósito em conta corrente da CONTRATADA, após conferência das guias médicas, as quais deverão ser entregues no referido Setor até o 3º dia útil do mês subsequente à realização dos procedimentos; após disponibilização pelo Ministério da Saúde (MS) das versões para os Sistemas de Informatização; e autorização de pagamento pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, após envio de base ao MS, conforme cronograma.

5.3. As requisições, após conferência pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria da SEMUS, deverão ficar arquivadas pela contratada e à disposição desta Secretaria, conforme legislação em vigor.

5.4. As despesas decorrentes do atendimento do objeto deste Edital, consignados no SIA/SUS, tem o valor limite definido na Ficha de Programação Orçamentária (FPO) estipulado no Contrato.

Havendo diminuição na demanda de algum dos serviços contratados, a sobra poderá ser convertida para outro serviço em que a demanda seja maior, respeitando o valor orçamentário total da FPO anual.

#### 6. DA INSCRIÇÃO:

6.1. As inscrições para contratação pelo presente Edital se darão no período de 22 de outubro de 2014 à 21 de novembro de 2014.

6.2. Requerimento de Contratação (Anexo I) - Solicitação formal de contratação (em duas vias para protocolo), contendo a declaração emitida pela entidade que está de acordo com as normas e tabelas de valores definidas pelo SUS e que realizará todos os procedimentos a que se propõe.

6.3. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em fotocópia autenticada em cartório ou, com a apresentação dos documentos originais, com fotocópia para autenticação, no ato da inscrição, por funcionário da Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria (DCAA) da Secretaria Municipal de Saúde.

6.4. A entrega da solicitação de Contratação deverá ser acompanhada de cópia autenticada dos seguintes documentos:

- a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
  - b) Inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
  - c) Cartão Nacional de Saúde - CNS;
  - d) Contrato Social ou Declaração de Firma Individual ou Estatuto Social devidamente registrado, no órgão competente e suas devidas alterações de reformulação;
  - e) Declaração dos sócios e diretores de que não ocupam Cargo ou Função de Chefia ou Assessoramento, em qualquer nível, na área pública de saúde, no âmbito municipal, estadual ou federal;
  - f) Relação nominal dos recursos humanos disponíveis, por categoria funcional e cópia da inscrição no Conselho de Classe, quando houver;
  - g) Comprovante de inscrição da unidade no respectivo "Conselho Regional" da categoria;
  - h) Curriculum Vitae resumido do responsável técnico (anexar diploma, títulos e certificados);
  - i) Relação de equipamentos (quantificar e especificar);
  - j) Cópia dos Contratos dos serviços terceirizados pela unidade de saúde, para a prestação dos serviços relacionados diretamente aos serviços contratados, ou declaração do prestador de que não necessita de terceiros para execução dos serviços, objeto deste Edital;
  - k) Declaração mencionando os horários de atendimento aos usuários do SUS;
  - l) Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), atualizado;
  - m) Certidão Negativa de Débito para com o Sistema de Seguridade Social - INSS;
  - n) Certidão Negativa para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
  - o) Alvará emitido pelo órgão da Vigilância Sanitária Municipal, reconhecidamente apto para tal;
  - p) Alvará de localização e permanência no local, emitida pela Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal;
  - q) Certidão Negativa de Tributos Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
  - r) Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo Cartório Distribuidor da Sede do Proponente;
  - s) Certidão Negativa de Débito junto à Secretaria da Fazenda Estadual e Municipal;
  - t) Dados bancários (relacionar número da Agência e o número da Conta Corrente do Banco para depósito);
  - u) Caso o interessado esteja isento de algum documento exigido neste edital deve apresentar declaração do órgão expedidor informando sua isenção.
- 6.5. A falta de quaisquer dos documentos acima mencionados é razão para o indeferimento da solicitação.
- 6.6. Uma vez homologada a inscrição, o prestador de serviços

estará apto para firmar o Termo de Contrato, conforme decisão da SEMUS de acordo com o interesse público.

6.7. A negativa ou o não comparecimento, quanto ao definido no item anterior, acarreta a anulação da inscrição.

#### 7. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.1. Como exigência imprescindível para a formalização e manutenção do contrato, a empresa proponente/contratada deve atender às seguintes condições:

- a) Apresentar e atualizar certidões ou qualquer outro documento sempre que solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde;
- b) Deverá possuir um Programa Interno de Qualidade, conforme determina a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
- c) A empresa Contratada não poderá alterar as instalações bem como o endereço de atendimento sem conhecimento prévio e aceitação, por escrito, da Secretaria Municipal de Saúde;
- d) Comunicar à Contratante qualquer irregularidade de que tenha conhecimento;
- e) As entidades que não atenderem os requisitos exigidos constantes na presente Chamada Pública serão consideradas inabilitadas e não poderão ser contratualizadas com o SUS;
- f) A SEMUS poderá celebrar contrato de prestação de serviços, com as entidades consideradas habilitadas, mediante inexigibilidade de licitação (artigo 25, "caput", da Lei nº. 8.666/93), considerada a inviabilidade de competição de preço, dando preferência às entidades filantrópicas e às sem fins lucrativos;
- g) A Contratação se dará após a aprovação e homologação do requerimento de inscrição, quando deferido em sua análise técnica e legal, pela Comissão Especial de Contratação e na forma preconizada por este Edital.

7.2. A SEMUS não se obriga a contratar todas entidades habilitadas, mas sim, a quantidade que lhe interessar para atender a demanda SUS em conformidade com os parâmetros da Portaria GM/MS nº 1.101, de 12/06/08 e a série histórica da Programação Físico e Orçamentária, visando a complementariedade dos serviços, conforme Constituição Federal e Lei 8.080/90, dando prioridade para os serviços com integralidade da assistência, atendendo todos os procedimentos constantes na FPO, especificados no Contrato firmado com o prestador, com maior número de horas oferecidas para atendimento aos usuários do SUS e sistema informatizado que possibilite agilizar o atendimento ao público alvo deste Edital.

#### 8. DA MANUTENÇÃO DO CONTRATO, A CONTRATADA COMPROMETE-SE:

8.1. Realizar os procedimentos contratados, sem cobrança de qualquer valor adicional ao usuário do SUS.

8.2. O agendamento, a realização dos procedimentos e a distribuição dos resultados/laudos serão de responsabilidade da empresa contratada, que assumirá todos os ônus decorrentes da realização do objeto contratado.

8.3. A empresa contratada será responsável pelo material e equipamentos necessários para a realização dos procedimentos, bem como, todo e qualquer medicamento/solução imprescindível para a realização do solicitado e os equipamentos de proteção individual (EPI).

8.4 As requisições de exames deverão ficar em posse do paciente até a data da realização do solicitado, quando deverá ser assinado, no verso, pelo usuário, confirmando assim sua realização para apresentação e posterior pagamento. Quando for mais de um procedimento na mesma requisição deverá ser datado e assinado na data de cada procedimento realizado. Vedado a assinatura em uma única vez para todos os dias de exames.

8.5 A entrega dos resultados/laudos dos exames dar-se-á no local onde foi realizado o procedimento.

#### 9. DAS FASES DO PROCEDIMENTO PARA A CONTRATAÇÃO:

9.1. O procedimento seletivo para contratação será composto pelas seguintes fases:

- a) Divulgação da Chamada Pública;
- b) Análise da proposta e dos documentos para a habilitação;
- c) Divulgação dos nomes dos prestadores técnicos e habilitados;
- d) Adjudicação e Homologação.

9.2. A divulgação dos prestadores habilitados será feita por meio de publicação no Diário Oficial do Município, pelo site [diariomunicipal.sc.gov.br](http://diariomunicipal.sc.gov.br).

9.3. Poderá o interessado interpor recurso no prazo de dois (02) dias úteis após a divulgação dos resultados, endereçado a Secretaria Municipal de Saúde, para a Comissão Especial de Contratação, por escrito e protocolado no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul (sede).

#### 10. DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO DOS CONTRATOS:

10.1. A vigência do Contrato será de até 12 (doze) meses podendo ser prorrogado por outros períodos, de acordo com o ano orçamentário, mediante Termo Aditivo, ficando adstrita a vigência dos respectivos créditos orçamentários, limitado a 60 (sessenta) meses.

10.2. A rescisão poderá ocorrer a qualquer momento, pela CONTRATANTE, em defesa do interesse público ou pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas contratuais, ou pela CONTRATADA, mediante aviso escrito e protocolado, apresentado com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

#### 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1. Dúvidas decorrentes do presente edital serão esclarecidas mediante consulta formulada por escrito e/ou encaminhada via Fax (47) 3631-0431 e 3631-0433 à Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Controle, Avaliação e Auditoria, aos cuidados da Comissão Especial de Contratos, a Rua Largo Hugo Fischer, 25 - Bairro Centro, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira.

11.2. Integra o presente Edital Anexo I - Requerimento para Contratação, que poderá ser fornecido a qualquer interessado no Setor de Controle, Avaliação e Auditoria.

11.3. A Clínica habilitada deverá iniciar suas atividades a partir da assinatura do Contrato, e a critério da SEMUS.

11.4. Fica reservada, à SEMUS, a faculdade de cancelar, no todo ou em parte, adiar, revogar, prorrogar ou anular a presente Chamada Pública, de acordo com seus interesses sem direito, às entidades, a qualquer reclamação, indenização, reembolso ou compensação.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2014.

DEODATO RAUL HRUSCHKA  
Secretário Municipal de Saúde

#### ANEXO I

#### R E Q U E R I M E N T O

À  
Secretaria Municipal de Saúde  
Comissão Especial de Contratação  
N E S T A

Prezados Senhores:

Pelo presente, atendendo ao Edital nº 003/2014, oferecemos aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS/São Bento do Sul, a prestação de serviços de \_\_\_\_\_

Declaramos desde já, que o atendimento será realizado conforme normas e determinação da Secretaria Municipal de Saúde, seguindo a legislação do SUS.

Declaramos outrossim, que aceitamos a remuneração proposta, a qual será feita com base na Tabela de Valores e Procedimentos do SIA/SUS, da qual temos pleno conhecimento, e sem qualquer cobrança adicional ao usuário.

Anexo a relação dos documentos entregues para a Comissão conforme Edital, para análise e parecer.

São Bento do Sul, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Carimbo e Assinatura (com identificação do responsável)

#### PROTOCOLO DE RECEBIMENTO:

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Nome e Assinatura Funcionário: \_\_\_\_\_

### **EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2014 SEMUS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS  
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2014

O Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Saúde, pela COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO, instituída pelo Decreto nº 707/2014, de 15 de outubro de 2014, torna público que será realizada a seleção de pessoas físicas e jurídicas, privadas, com ou sem fins lucrativos, prestadoras de serviços de assistência à saúde, interessadas em participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde no município, em conformidade com o artigo 24 da Lei nº 8.080/90, com as normas da Lei nº 8.666/93, a Lei Orgânica do Município, Norma Operacional Básica (NOB-SUS 01/96), Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS-SUS 01/2002) e segundo o disposto nas demais normas do Sistema Único de Saúde e princípios gerais da administração pública.

#### 1. DO OBJETO:

Este Edital tem por objeto habilitar pessoas físicas e jurídicas para a prestação de serviços de radiodiagnóstico, ultrassonografia, tomografia computadorizada, ressonância nuclear magnética e coleta de material, para a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do Município de São Bento do Sul.

#### 2. DOS SERVIÇOS:

Os serviços a serem tomados pela Secretaria Municipal de Saúde serão todos os exames constantes da Tabela de Procedimentos SIA/SUS - Procedimentos com Finalidade Diagnóstica por Radiologia, Ultrassonografia, Tomografia Computadorizada, Ressonância Magnética e Coleta de Material, disponível no site sigtap.datasus.gov.br, do Ministério da Saúde.

#### 3. DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS:

Poderão habilitar-se a prestar os serviços referidos no item anterior, pessoas físicas e jurídicas, com ou sem fins lucrativos, que atendam às disposições deste Edital, localizados na área de abrangência do município, observado o preconizado na NOAS-SUS 01/2002.

#### 4. DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS:

Os usuários dos serviços do Sistema Único de Saúde serão aqueles que forem encaminhados pelas Unidades de Saúde e Unidades de Referência à Saúde do Município de São Bento do Sul, na forma

do seu modelo de atenção de referência e contra-referência, devidamente autorizados pela SEMUS.

#### 5. DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1 O preço referente à prestação dos serviços, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.080/90, será aquele constante na Tabela Unificada de Procedimentos/SUS do Ministério da Saúde, bem como, seus reajustes.

5.2 Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE, no mês subsequente à prestação dos serviços executados, conforme Portaria Ministerial nº 3478, de 20 de agosto de 1998, através de depósito em conta corrente da CONTRATADA, após conferência das guias médicas, as quais deverão ser entregues no referido Setor até o 3º dia útil do mês subsequente à realização dos procedimentos; após disponibilização pelo Ministério da Saúde (MS) das versões para os Sistemas de Informatização; e autorização de pagamento pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, após envio de base ao MS, conforme cronograma.

5.3. As requisições, após conferência pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria da SEMUS, deverão ficar arquivadas pela contratada e à disposição desta Secretaria, conforme legislação em vigor.

5.4. As despesas decorrentes do atendimento do objeto deste Edital, consignados no SIA/SUS, tem o valor limite definido na Ficha de Programação Orçamentária (FPO) estipulado no Contrato. Havendo diminuição na demanda de algum dos serviços contratados, a sobra poderá ser convertida para outro serviço em que a demanda seja maior, respeitando o valor orçamentário total da FPO anual.

#### 6. DA INSCRIÇÃO:

6.1. As inscrições para contratação pelo presente Edital se darão no período de 22 de outubro de 2014 à 21 de novembro de 2014.

6.2. Requerimento de Contratação (Anexo I) - Solicitação formal de contratação (em duas vias para protocolo), contendo a declaração emitida pela entidade que está de acordo com as normas e tabelas de valores definidas pelo SUS e que realizará todos os procedimentos a que se propõe.

6.3. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em fotocópia autenticada em cartório ou, com a apresentação dos documentos originais, com fotocópia para autenticação, no ato da inscrição, por funcionário da Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria (DCAA) da Secretaria Municipal de Saúde.

6.4. A entrega da solicitação de Contratação deverá ser acompanhada de cópia autenticada dos seguintes documentos:

- a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- b) Inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- c) Cartão Nacional de Saúde - CNS;
- d) Contrato Social ou Declaração de Firma Individual ou Estatuto Social devidamente registrado, no órgão competente e suas devidas alterações de reformulação;
- e) Declaração dos sócios e diretores de que não ocupam Cargo ou Função de Chefia ou Assessoramento, em qualquer nível, na área pública de saúde, no âmbito municipal, estadual ou federal;
- f) Relação nominal dos recursos humanos disponíveis, por categoria funcional e cópia da inscrição no Conselho de Classe, quando houver;
- g) Comprovante de inscrição da unidade no respectivo "Conselho Regional" da categoria;
- h) Curriculum Vitae resumido do responsável técnico (anexar diploma, títulos e certificados);
- i) Relação de equipamentos (quantificar e especificar);
- j) Cópia dos Contratos dos serviços terceirizados pela unidade de saúde, para a prestação dos serviços relacionados diretamente aos serviços contratados, ou declaração do prestador de que não necessita de terceiros para execução dos serviços, objeto deste Edital;



- k) Declaração mencionando os horários de atendimento aos usuários do SUS;
- l) Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), atualizado;
- m) Certidão Negativa de Débito para com o Sistema de Seguridade Social - INSS;
- n) Certidão Negativa para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- o) Alvará emitido pelo órgão da Vigilância Sanitária Municipal, reconhecidamente apto para tal;
- p) Alvará de localização e permanência no local, emitida pela Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal;
- q) Certidão Negativa de Tributos Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- r) Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo Cartório Distribuidor da Sede do Proponente;
- s) Certidão Negativa de Débito junto à Secretaria da Fazenda Estadual e Municipal;
- t) Dados bancários (relacionar número da Agência e o número da Conta Corrente do Banco para depósito);
- u) Caso o interessado esteja isento de algum documento exigido neste edital deve apresentar declaração do órgão expedidor informando sua isenção.

6.5. A falta de quaisquer dos documentos acima mencionados é razão para o indeferimento da solicitação.

6.6. Uma vez homologada a inscrição, o prestador de serviços estará apto para firmar o Termo de Contrato, conforme decisão da SEMUS de acordo com o interesse público.

6.7. A negativa ou o não comparecimento, quanto ao definido no item anterior, acarreta a anulação da inscrição.

## 7. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.1. Como exigência imprescindível para a formalização e manutenção do contrato, a empresa proponente/contratada deve atender às seguintes condições:

- a) Apresentar e atualizar certidões ou qualquer outro documento sempre que solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde;
- b) Deverá possuir um Programa Interno de Qualidade, conforme determina a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
- c) A empresa Contratada não poderá alterar as instalações bem como o endereço de atendimento sem conhecimento prévio e aceitação, por escrito, da Secretaria Municipal de Saúde;
- d) Comunicar à Contratante qualquer irregularidade de que tenha conhecimento;
- e) As entidades que não atenderem os requisitos exigidos constantes na presente Chamada Pública serão consideradas inabilitadas e não poderão ser contratualizadas com o SUS;
- f) A SEMUS poderá celebrar contrato de prestação de serviços, com as entidades consideradas habilitadas, mediante inexigibilidade de licitação (artigo 25, "caput", da Lei nº. 8.666/93), considerada a inviabilidade de competição de preço, dando preferência às entidades filantrópicas e às sem fins lucrativos;
- g) A Contratação se dará após a aprovação e homologação do requerimento de inscrição, quando deferido em sua análise técnica e legal, pela Comissão Especial de Contratação e na forma preconizada por este Edital.

7.2. A SEMUS não se obriga a contratar todas entidades habilitadas, mas sim, a quantidade que lhe interessar para atender a demanda SUS em conformidade com os parâmetros da Portaria GM/MS nº 1.101, de 12/06/08 e a série histórica da Programação Física e Orçamentária, visando a complementariedade dos serviços, conforme Constituição Federal e Lei 8.080/90, dando prioridade para os serviços com integralidade da assistência, atendendo todos os procedimentos constantes na FPO, especificados no Contrato firmado com o prestador, com maior número de horas oferecidas para atendimento aos usuários do SUS e sistema informatizado que possibilite agilizar o atendimento ao público alvo deste Edital.

## 8. DA MANUTENÇÃO DO CONTRATO, A CONTRATADA COMPROMETE-SE:

8.1. Realizar os procedimentos contratados, sem cobrança de qualquer valor adicional ao usuário do SUS.

8.2. O agendamento, a realização dos procedimentos e a distribuição dos resultados/laudos serão de responsabilidade da empresa contratada, que assumirá todos os ônus decorrentes da realização do objeto contratado.

8.3. A empresa contratada será responsável pelo material e equipamentos necessários para a realização dos procedimentos, bem como, todo e qualquer medicamento/solução imprescindível para a realização do solicitado e os equipamentos de proteção individual (EPI).

8.4. As requisições de exames deverão ficar em posse do paciente até a data da realização do solicitado, quando deverá ser assinado, no verso, pelo usuário, confirmando assim sua realização para apresentação e posterior pagamento. Quando for mais de um procedimento na mesma requisição deverá ser datado e assinado na data de cada procedimento realizado. Vedado a assinatura em uma única vez para todos os dias de exames.

8.5. A entrega dos resultados/laudos dos exames dar-se-á no local onde foi realizado o procedimento.

## 9. DAS FASES DO PROCEDIMENTO PARA A CONTRATAÇÃO:

9.1. O procedimento seletivo para contratação será composto pelas seguintes fases:

- a) Divulgação da Chamada Pública;
- b) Análise da proposta e dos documentos para a habilitação;
- c) Divulgação dos nomes dos prestadores técnicos e habilitados;
- d) Adjudicação e Homologação.

9.2. A divulgação dos prestadores habilitados será feita por meio de publicação no Diário Oficial do Município, pelo site [diariomunicipal.sc.gov.br](http://diariomunicipal.sc.gov.br).

9.3. Poderá o interessado interpor recurso no prazo de dois (02) dias úteis após a divulgação dos resultados, endereçado a Secretaria Municipal de Saúde, para a Comissão Especial de Contratação, por escrito e protocolado no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul (sede).

## 10. DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO DOS CONTRATOS:

10.1. A vigência do Contrato será de até 12 (doze) meses podendo ser prorrogado por outros períodos, de acordo com o ano orçamentário, mediante Termo Aditivo, ficando adstrita a vigência dos respectivos créditos orçamentários, limitado a 60 (sessenta) meses.

10.2. A rescisão poderá ocorrer a qualquer momento, pela CONTRATANTE, em defesa do interesse público ou pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas contratuais, ou pela CONTRATADA, mediante aviso escrito e protocolado, apresentado com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1. Dúvidas decorrentes do presente edital serão esclarecidas mediante consulta formulada por escrito e/ou encaminhada via Fax (47) 3631-0431 e 3631-0433 à Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Controle, Avaliação e Auditoria, aos cuidados da Comissão Especial de Contratos, a Rua Largo Hugo Fischer, 25 - Bairro Centro, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira.

11.2. Integra o presente Edital Anexo I - Requerimento para Contratação, que poderá ser fornecido a qualquer interessado no Setor de Controle, Avaliação e Auditoria.

11.3. A Clínica habilitada deverá iniciar suas atividades a partir da assinatura do Contrato, e a critério da SEMUS.

11.4. Fica reservada, à SEMUS, a faculdade de cancelar, no todo ou

em parte, adiar, revogar, prorrogar ou anular a presente Chamada Pública, de acordo com seus interesses sem direito, às entidades, a qualquer reclamação, indenização, reembolso ou compensação.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2014.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Secretário Municipal de Saúde

## ANEXO I

### REQUERIMENTO

À

Secretaria Municipal de Saúde

Comissão Especial de Contratação

N E S T A

Prezados Senhores:

Pelo presente, atendendo ao Edital nº 004/2014, oferecemos aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS/São Bento do Sul, a prestação de serviços de \_\_\_\_\_

Declaramos desde já, que o atendimento será realizado conforme normas e determinação da Secretaria Municipal de Saúde, seguindo a legislação do SUS.

Declaramos outrossim, que aceitamos a remuneração proposta, a qual será feita com base na Tabela de Valores e Procedimentos do SIA/SUS, da qual temos pleno conhecimento, e sem qualquer cobrança adicional ao usuário.

Anexo a relação dos documentos entregues para a Comissão conforme Edital, para análise e parecer.

São Bento do Sul, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Carimbo e Assinatura (com identificação do responsável)

### PROTOCOLO DE RECEBIMENTO:

Data: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_ Nome e Assinatura Funcionário: \_\_\_\_\_

## EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2014 SEMUS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2014

O Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Saúde, pela COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO, instituída pelo Decreto nº 707/2014, de 15 de outubro de 2014, torna público que será realizada a seleção de pessoas jurídicas, privadas, com ou sem fins lucrativos, prestadoras de serviços de assistência à saúde, interessadas em participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde no município, em conformidade com o artigo 24 da Lei nº 8.080/90, com as normas da Lei nº 8.666/93, a Lei Orgânica do Município, Norma Operacional Básica (NOB-SUS 01/96)), Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS-SUS 01/2002) e segundo o disposto nas demais normas do Sistema Único de Saúde e princípios gerais da administração pública.

### 1. DO OBJETO:

Este Edital tem por objeto habilitar pessoas jurídicas para a prestação de serviços de Nefrologia/Terapia Renal Substitutiva para a

Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), conforme rotina adotada pela Secretaria, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do Município de São Bento do Sul.

### 2. DOS SERVIÇOS:

Os serviços a serem tomados pela Secretaria Municipal de Saúde serão os constantes da Tabela de Procedimentos SIA/SUS - consultas/exames/procedimentos clínicos - em Nefrologia/Terapia Renal Substitutiva, disponível no site sigtap.datasus.gov.br, do Ministério da Saúde.

### 3. DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS:

Poderão habilitar-se a prestar os serviços referidos no item anterior, pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos, que atendam às disposições deste Edital, localizados na área de abrangência do município, observado o preconizado na NOAS-SUS 01/2002, na Portaria Ministerial nº 211 e na nº 1168, de 15 de junho de 2004, Portaria 389 de 13 de março de 2014, e especialmente na Resolução - RDC nº 154, da mesma data, que estabelece o Regulamento Técnico para o funcionamento dos Serviços de Diálise.

### 4. DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS:

Os usuários dos serviços do Sistema Único de Saúde serão aqueles que forem encaminhados pelas Unidades de Saúde e Unidades de Referência à Saúde do Município de São Bento do Sul, na forma do seu modelo de atenção de referência e contra-referência, devidamente autorizados pela SEMUS.

### 5. DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1 O preço referente à prestação dos serviços, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.080/90, será aquele constante na Tabela Unificada de Procedimentos/SUS do Ministério da Saúde, bem como, seus reajustes.

5.2. O arquivo das APAC's deverá ser encaminhado até o terceiro (3º) dia útil do mês subsequente à realização dos procedimentos, acompanhado da relação dos usuários conforme sequência das APAC's, constando: data do laudo, nome do usuário, número da APAC, código do procedimento, descrição do procedimento (inclusive exames complementares), endereço do paciente, em separado por cada município de origem.

5.3 Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE, no mês subsequente à prestação dos serviços executados, conforme Portaria Ministerial nº 3478, de 20 de agosto de 1998, através de depósito em conta corrente da CONTRATADA, após disponibilização pelo Ministério da Saúde (MS) das versões para os Sistemas de Informatização; e autorização de pagamento pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, após envio de base ao MS, conforme cronograma.

5.4. As requisições, após conferência pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria da SEMUS, deverão ficar arquivadas pela contratada e à disposição desta Secretaria, conforme legislação em vigor.

5.5. As despesas decorrentes do atendimento do objeto deste Edital, consignados no SIA/SUS, tem o valor limite definido na Ficha de Programação Orçamentária (FPO) estipulado no Contrato. Havendo diminuição na demanda de algum dos serviços contratados, a sobra poderá ser convertida para outro serviço em que a demanda seja maior, respeitando o valor orçamentário total da FPO anual.

### 6. DA INSCRIÇÃO:

6.1. As inscrições para contratação pelo presente Edital se darão no período de 22 de outubro de 2014 à 21 de novembro de 2014.

6.2. Requerimento de Contratação (Anexo I) - Solicitação formal



de contratação (em duas vias para protocolo), contendo a declaração emitida pela entidade que está de acordo com as normas e tabelas de valores definidas pelo SUS e que realizará todos os procedimentos a que se propõe.

6.3. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em fotocópia autenticada em cartório ou, com a apresentação dos documentos originais, com fotocópia para autenticação, no ato da inscrição, por funcionário da Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria (DCAA) da Secretaria Municipal de Saúde.

6.4. A entrega da solicitação de Contratação deverá ser acompanhada de cópia autenticada dos seguintes documentos:

- a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- b) Contrato Social ou Declaração de Firma Individual ou Estatuto Social devidamente registrado, no órgão competente e suas devidas alterações de reformulação;
- c) Declaração dos sócios e diretores de que não ocupam Cargo ou Função de Chefia ou Assessoramento, em qualquer nível, na área pública de saúde, no âmbito municipal, estadual ou federal;
- d) Relação nominal dos recursos humanos disponíveis, por categoria funcional e cópia da inscrição no Conselho de Classe, quando houver;
- e) Comprovante de inscrição da unidade no respectivo "Conselho Regional" da categoria;
- f) Curriculum Vitae resumido do responsável técnico (anexar diploma, títulos e certificados);
- g) Relação de equipamentos (quantificar e especificar);
- h) Cópia dos Contratos dos serviços terceirizados pela unidade de saúde, para a prestação dos serviços relacionados diretamente aos serviços contratados, ou declaração do prestador de que não necessita de terceiros para execução dos serviços, objeto deste Edital;
- i) Declaração mencionando os horários de atendimento aos usuários do SUS;
- j) Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), atualizado;
- k) Certidão Negativa de Débito para com o Sistema de Seguridade Social - INSS;
- l) Certidão Negativa para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- m) Alvará emitido pelo órgão da Vigilância Sanitária Municipal, reconhecidamente apto para tal;
- n) Alvará de localização e permanência no local, emitida pela Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal;
- o) Certidão Negativa de Tributos Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- p) Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo Cartório Distribuidor da Sede do Proponente;
- q) Certidão Negativa de Débito junto à Secretaria da Fazenda Estadual e Municipal;
- r) Dados bancários (relacionar número da Agência e o número da Conta Corrente do Banco para depósito);
- s) Caso o interessado esteja isento de algum documento exigido neste edital deve apresentar declaração do órgão expedidor informando sua isenção.

6.5. A falta de quaisquer dos documentos acima mencionados é razão para o indeferimento da solicitação.

6.6. Uma vez homologada a inscrição, o prestador de serviços estará apto para firmar o Termo de Contrato, conforme decisão da SEMUS de acordo com o interesse público.

6.7. A negativa ou o não comparecimento, quanto ao definido no item anterior, acarreta a anulação da inscrição.

## 7. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.1. Como exigência imprescindível para a formalização e manutenção do contrato, a empresa proponente/contratada deve atender às seguintes condições:

- a) Apresentar e atualizar certidões ou qualquer outro documento sempre que solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde;

b) Deverá possuir um Programa Interno de Qualidade, conforme determina a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

c) A empresa Contratada não poderá alterar as instalações bem como o endereço de atendimento sem conhecimento prévio e aceitação, por escrito, da Secretaria Municipal de Saúde;

d) Comunicar à Contratante qualquer irregularidade de que tenha conhecimento;

e) As entidades que não atenderem os requisitos exigidos constantes na presente Chamada Pública serão consideradas inabilitadas e não poderão ser contratualizadas com o SUS;

f) A SEMUS poderá celebrar contrato de prestação de serviços, com as entidades consideradas habilitadas, mediante inexigibilidade de licitação (artigo 25, "caput", da Lei nº. 8.666/93), considerada a inviabilidade de competição de preço, dando preferência às entidades filantrópicas e às sem fins lucrativos;

g) A Contratação se dará após a aprovação e homologação do requerimento de inscrição, quando deferido em sua análise técnica e legal, pela Comissão Especial de Contratação e na forma preconizada por este Edital.

7.2. A SEMUS não se obriga a contratar todas entidades habilitadas, mas sim, a quantidade que lhe interessar para atender a demanda SUS em conformidade com os parâmetros da Portaria GM/MS nº 1.101, de 12/06/08 e a série histórica da Programação Física e Orçamentária, visando a complementariedade dos serviços, conforme Constituição Federal e Lei 8.080/90, dando prioridade para os serviços com integralidade da assistência, atendendo todos os procedimentos constantes na FPO, especificados no Contrato firmado com o prestador, com maior número de horas oferecidas para atendimento aos usuários do SUS e sistema informatizado que possibilite agilizar o atendimento ao público alvo deste Edital.

## 8. DA MANUTENÇÃO DO CONTRATO, A CONTRATADA COMPROMETE-SE:

8.1. Seguir o que determina a RDC 154 (MS) que estabelece o Regulamento Técnico para o funcionamento dos serviços de diálise e assinatura do Termo de Compromisso de Garantia de Acesso em Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia.

8.2. Realizar os procedimentos contratados, sem cobrança de qualquer valor adicional ao usuário do SUS.

8.3. Realizar, conforme legislação vigente, os procedimentos e exames complementares necessários ao acompanhamento dos pacientes, sem cobrança adicional, sendo responsável pelo seu custo.

8.4. A empresa contratada será responsável pelo material e equipamentos necessários para a realização dos exames a serem realizados, incluído nesse caso, todo e qualquer medicamento/equipamento/instrumental imprescindível para a realização do solicitado e os equipamentos de proteção individual (EPI).

## 9. DAS FASES DO PROCEDIMENTO PARA A CONTRATAÇÃO:

9.1. O procedimento seletivo para contratação será composto pelas seguintes fases:

- a) Divulgação da Chamada Pública;
- b) Análise da proposta e dos documentos para a habilitação;
- c) Divulgação dos nomes dos prestadores técnicos e habilitados;
- d) Adjudicação e Homologação.

9.2. A divulgação dos prestadores habilitados será feita por meio de publicação no Diário Oficial do Município, pelo site [diariomunicipal.sc.gov.br](http://diariomunicipal.sc.gov.br).

9.3. Poderá o interessado interpor recurso no prazo de dois (02) dias úteis após a divulgação dos resultados, endereçado a Secretaria Municipal de Saúde, para a Comissão Especial de Contratação, por escrito e protocolado no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul (sede).

## 10. DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO DOS CONTRATOS:

10.1. A vigência do Contrato será de até 12 (doze) meses podendo ser prorrogado por outros períodos, de acordo com o ano orçamentário, mediante Termo Aditivo, ficando adstrita a vigência dos respectivos créditos orçamentários, limitado a 60 (sessenta) meses.

10.2. A rescisão poderá ocorrer a qualquer momento, pela CONTRATANTE, em defesa do interesse público ou pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas contratuais, ou pela CONTRATADA, mediante aviso escrito e protocolado, apresentado com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

#### 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1. Dúvidas decorrentes do presente edital serão esclarecidas mediante consulta formulada por escrito e/ou encaminhada via Fax (47) 3631-0431 e 3631-0433 à Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Controle, Avaliação e Auditoria, aos cuidados da Comissão Especial de Contratos, a Rua Largo Hugo Fischer, 25 - Bairro Centro, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira.

11.2. Integra o presente Edital Anexo I - Requerimento para Contratação, que poderão ser fornecidos a qualquer interessado no Setor de Controle, Avaliação e Auditoria.

11.3. A Clínica habilitada deverá iniciar suas atividades a partir da assinatura do Contrato, e a critério da SEMUS.

11.4. Fica reservada, à SEMUS, a faculdade de cancelar, no todo ou em parte, adiar, revogar, prorrogar ou anular a presente Chamada Pública, de acordo com seus interesses sem direito, às entidades, a qualquer reclamação, indenização, reembolso ou compensação.

São Bento do Sul, 17 de outubro de 2014.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Secretário Municipal de Saúde

#### ANEXO I

#### REQUERIMENTO

À  
Secretaria Municipal de Saúde  
Comissão Especial de Contratação  
N E S T A

Prezados Senhores:

Pelo presente, atendendo ao Edital nº 005/2014, oferecemos aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS/São Bento do Sul, a prestação de serviços de \_\_\_\_\_

Declaramos desde já, que o atendimento será realizado conforme normas e determinação da Secretaria Municipal de Saúde, seguindo a legislação do SUS.

Declaramos outrossim, que aceitamos a remuneração proposta, a qual será feita com base na Tabela de Valores e Procedimentos do SIA/SUS, da qual temos pleno conhecimento, e sem qualquer cobrança adicional ao usuário.

Anexo a relação dos documentos entregues para a Comissão conforme Edital, para análise e parecer.

São Bento do Sul, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Carimbo e Assinatura (com identificação do responsável)

#### PROTOCOLO DE RECEBIMENTO:

Data: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_ Nome e Assinatura Funcionário: \_\_\_\_\_

#### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 304/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 304/2014

MENOR PREÇO POR LOTE

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 04 de novembro de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE TELHAS TPR-25 (TELHA SANDUÍCHE) PARA TROCA DE COBERTURA DO CREAS - CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PRÉDIO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PRONATEC, FAMÍLIA DE APOIO, BOLSA FAMÍLIA, COM FORNECIMENTO DE CUMEEIRA, ARREIMATE, PARAFUSOS, IMÓVEL REGISTRADO SOB A MATRÍCULA Nº 06.082, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO EM ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 15 de outubro de 2014.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração - Autoridade Competente

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA

Pregoeira

#### Extrato de Termo Aditivo Nº 285/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 285/2014

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 296/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CEDEPS - ASSESSORIA E CONSULTORIA EM POLÍTICAS SS LTDA ME, em 17 de SETEMBRO de 2013, conforme Edital de Tomada de Preços nº 200/2013.

Considerando o objeto de Contrato nº 296/2013, que tem por objetivo a contratação de empresa para implantação de atividades do projeto de Trabalho Social - Programa Minha Casa Minha Vida - Loteamento Alpestre I e II, conforme convênio padrão - TTS - Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV - Recursos FAR; Considerando que houve atraso no início das atividades devido à dificuldade que a EMHAB teve em locar um espaço físico adequado para a realização dos citados Trabalhos Técnicos Sociais Alpestre I e Alpestre II conforme Ofício 130/2014 em anexo a este Termo Aditivo;

Considerando que o prazo firmado de 12 meses para execução do mesmo tornou-se insuficiente devido a este atraso, visto que os cursos ainda estão em andamento, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato para conclusão dos cursos nos seguintes termos: Fica prorrogada a vigência do referido Contrato por 4 (quatro) meses, a contar de 17 de setembro de 2014 e com término em 17 de janeiro de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 11 de setembro de 2014.

Ass: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

CEDEPS - ASSESSORIA E CONSULTORIA EM POLÍTICAS SS LTDA ME, como Contratada.

**Extrato de Termo Aditivo Nº 294/2014**  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 294/2014

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel de nº 102/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Sra. MARIA DAS GRAÇAS PORTELLA tendo como Beneficiário o Sr. GILBERTO HUBNER, em 02 de ABRIL de 2014, conforme Dispensa de Licitação nº 109/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 102/2014, que consiste na Locação do imóvel citado acima, para pagamento de aluguel social em caráter de emergência para abrigar a família do Sr. Gilberto Hubner, em virtude de vulnerabilidade social da referida família, conforme Parecer Social nº 16/2014 e de acordo com a Lei nº 8.742/93 - Lei Orgânica da Assistência Social, que prevê a possibilidade de criação de benefícios eventuais para atender necessidades advindas de vulnerabilidade temporária e calamidade pública. Considerando que devido à vulnerabilidade social, a família do Sr. Gilberto Hubner é beneficiada com o "Aluguel Social", devido a sua situação sócio-econômica, conforme Parecer Social 26/2014; Conforme informações contidas no Ofício 113/2014 emitido pela EMHAB - Empresa Municipal de Habitação, o prazo inicial de resolução da situação era na segunda quinzena de dezembro, porém o mesmo irá se estender até fevereiro/2015 devido ao atraso ocorrido quanto à citação judicial referente à entrega da unidade habitacional;

Considerando que tal benefício é garantido pela Lei nº 8.742/93 para as famílias que se enquadrem nos critérios e estejam submetidas às condições das quais necessitem e estejam impossibilitados de arcar com tal custos, faz-se necessário à prorrogação do referido Contrato, tornando-se necessário aditar o referido contrato nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 06 (seis) meses, a contar de 01 de outubro de 2014 e com término em 31 de março de 2015.

Permanece o valor mensal de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), totalizando o Termo Aditivo em R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais) referente aos seis meses de prorrogação.

Nada mais havendo, assinam as partes em 03 (três) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 24 de setembro de 2014.

Ass: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

MARIA DAS GRAÇAS PORTELLA, como Locadora.

GILBERTO HUBNER, como Beneficiário.

**Extrato de Termo Aditivo Nº 007/2014 Emhab**  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 007/2014

DA ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 002/2014 FIRMADO ENTRE A SRA. ANDREIA MARTINS E A EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO EMHAB E TENDO COMO BENEFICIÁRIA A SRA. GIRLENE WAIS DE JESUS, EM 04 DE ABRIL DE 2014, CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 002/2014, que consiste na locação de imóvel citado acima e destina-se para pagamento de aluguel em caráter de emergência para abrigar a família da Sra. Gírlene Wais de Jesus, em virtude de alagamento em sua residência, situada na Rua Bertha Donbenck, nº 386, Bairro Serra Alta, Loteamento Boa Esperança, conforme Relatório de Atendimento Social nº 07/2013, e de acordo com a Lei nº 8.742/93 - Lei Orgânica da Assistência Social, que prevê a possibilidade de criação de benefícios eventuais para atender necessidades advindas de vulnerabilidade temporária e calamidade pública e de acordo com

Autos do Processo judicial nº 058.13.004337-8, o qual obriga a EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO fornecer moradia em favor da autora e sua família, semelhante à residência interditada; Considerando que, devido à vulnerabilidade da residência da família da Sra. Gírlene Wais de Jesus, ocasionada pelas intervenções na área do loteamento Boa Esperança, cujas soluções de projetos foram consideradas inadequadas e inacabadas pelo perito judicial, engenheiro civil Sr. Ari da Silva Costa, autor do Laudo Pericial dos autos do Processo nº 0004337-58.2013.8, bem como o Projeto Integrado de Recuperação de Área Urbana, objeto da Carta Convite nº 004/2014 encontra-se pendente de conclusão, faz-se necessário à prorrogação do referido Contrato pelo período de 04 de outubro de 2014 a 03 de abril de 2015, Fica prorrogada a vigência do Contrato por 06 (seis) meses, a contar de 04 de outubro de 2014 e com término em 03 de abril de 2015.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 29 de maio de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 04 de outubro de 2014.

ASS: LUIZ CARLOS PEDROZO, pela Empresa Municipal de Habitação EMHAB.

ANDREIA MARTINS, como Contratada.

---

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**

---

**Extrato de Contrato Nº 83/2014**

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Contrato Nº: 83/2014

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: SOLO ENGENHARIA LTDA

Vigência: Início: 15/10/2014 - Término: 15/04/2015

Licitação: 73/2013

Recursos: Dotação:

(25) 1.0002.4.4.90.51 - Setor de Abastecimento de Água - Exercício Vigente.

Objeto: Prestação de serviços topográficos para levantamento planialtimétrico.

São Bento do Sul, 21 de outubro de 2014.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente



# São Domingos

## PREFEITURA

### Decimo Chamamento Para Magis Proc. Sel. 003 13

DECIMO CHAMAMENTO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2013, PARA O MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC).

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas:

Pelo Inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal;

Pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90;

Pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98, atualizada;

Pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08, atualizada;

De conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 045, de 06/11/2012;

Pela Lei Complementar nº 043 de 26/07/12;

Pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12, atualizada;

- Considerando o Edital 007/2014, de 07 de fevereiro de 2014, que homologou o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2013;

- Considerando a necessidade de substituir professor, principalmente em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso público; por imperativo de convênio; por impedimento legal do titular; em decorrência de abertura de novas vagas por criação ou por dispensa de seu ocupante; ou por licença para tratamento de saúde;

- Considerando a necessidade de substituir servidor em licença legalmente concedida, inclusive nos casos de afastamento por motivos de férias, atestado médico, licenças para tratamento de saúde, prêmio por assiduidade, à gestante ou outra, conforme necessidade do Município;

- Considerando, a necessidade de suprir temporariamente vaga remanescente e excedente, em face de imperiosa necessidade de continuidade do serviço público, ante a sua imprevisibilidade, inclusive nos casos de substituição de professores designados para direção ou assessoramento de escolas municipais;

- Considerando a temporariedade da necessidade da contratação, principalmente para a realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da rede pública municipal de ensino;

- Considerando eventual vacância de cargo por exoneração de servidor público, seja a pedido, por aposentadoria ou outro motivo que ocorra durante o exercício de 2014;

- Considerando que não há mais candidatos na lista de espera dos aprovados no concurso público 001/2013 para o cargo de Professor de Ensino Fundamental - Artes;

- Considerando que o Processo Seletivo Simplificado de 003/2013, não contemplava o cargo de Professor de Ensino Fundamental - Artes, sendo que há candidatos aprovados na lista de espera para o cargo de Professor de Séries Iniciais, com qualificação abrangente, possibilitando ministrar aulas na disciplina de Artes;

- Considerando que realizado o nono chamamento para preencher a vaga de Professor Ensino Fundamental - Artes, não compareceu nenhuma candidata com possibilidades de preencher a vaga.

#### REALIZA CHAMAMENTO:

De candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2013, de 26 de dezembro de 2013, Magistério Público do Município de São Domingos (SC) e o Edital de homologação do resultado de classificação nº 007, de 07/02/2014, sendo:

1. De acordo com o acima mencionado, fica aberta para a admissão de professor em caráter temporário (ACT), no cargo de Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais, com atuação na disciplina de Artes (20 horas semanais período matutino) e (20 horas semanais no período vespertino) durante o ano letivo de 2014.

Do Chamamento e demais disposições:

1.1.1. Chamamento: Conforme ordem de classificação;

1.1.2. Dia da Chamada: 27 de Outubro de 2014 - Segunda-Feira;

1.1.3. Horário da Chamada: 08:30 horas;

1.1.4. Local da Chamada: Na Secretaria de Educação Cultura e Esportes da Prefeitura Municipal de São Domingos;

1.1.5. Vencimento: Conforme lei municipal;

1.1.6. Vagas: Vinculada;

2. A área de atuação: Professor de Ensino Fundamental - Artes (20 horas semanais período matutino) e (20 horas semanais período vespertino).

2.1.1. Observação: Caso o candidato a ser chamado, nos termos da ordem de classificação do decreto de homologação do resultado, alegue impedimento de assumir a vaga a ser preenchida, a Secretaria Municipal da Educação realizará o chamamento do candidato classificado posteriormente até suprir a vaga aberta no presente Edital e comunicará os Setores de Pessoal e de Administração para as providências cabíveis.

1.2 Fica estabelecida até a data de 29 de outubro de 2014, quarta-feira até as 17h 30m, para a apresentação no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de São Domingos, da documentação necessária, conforme descrito abaixo:

- Declaração de bens,

- Atestado de saúde fornecido pelo Médico do Trabalho;

- Certidão de Nascimento ou Casamento, conforme for o caso,

- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos, se houver,

- Título de Eleitor,

- Cadastro de Pessoa Física (CPF),

- Número de Inscrição no PIS/PASEP,

- Cédula de Identidade,

- 01 foto 3x4 recente,

- Número da Conta Bancária, no Banco de sua preferência, com Agência nesta cidade,

- Comprovante de escolaridade e habilitação na área,

- Endereço Oficial e Dados Pessoais,

- Certificado de Quitação Militar, conforme o caso,

- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

1.3 Fica estabelecido que o início das atividades será no dia 03 de novembro de 2014, segunda-feira, no local de trabalho conforme determinação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

1.4 Quanto aos prazos de admissão, estes são os estabelecidos pela Lei Complementar Municipal nº 043, de 26/07/12, conforme o caso e nos artigos 51 a 68 da Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98.

São Domingos (SC), 20 de outubro de 2014

ALCIMAR DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

## São João do Sul

### PREFEITURA

#### Ordem de Paralisação Nº. 001/2014

ORDEM DE PARALIZAÇÃO Nº. 001/2014

Vimos por meio deste ordenar a empresa COENCO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. a paralisar os serviços referentes a PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RODOVIA MUNICIPAL SJS-234, TOTALIZANDO 2.946KM, TRECHO RODOVIA SC-450/FORQUILHINHA COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS, MÃO-DE-OBRA, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS NORMAIS E ESPECIAIS NECESSÁRIAS, OBEDECENDO INTEGRALMENTE ÀS ESPECIFICAÇÕES E DETERMINAÇÕES PREVISTAS NO PROJETO BÁSICO (MEMORIAL DESCRITIVO + PLANILHA ORÇAMENTÁRIA), de acordo com as especificações pertinentes formalizadas pelo Termo de Contrato nº. 081/2014 de 19/05/2014.

O motivo para tal paralisação justifica-se pela readequação necessária ao projeto básico.

São João do Sul, em 15 de Outubro de 2014.

João Rubens dos Santos  
Prefeito Municipal

Bruno Nagel  
Fiscal CREA/SC 82.107-8

COENCO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

José de Assis Corrêa  
CONTRATADO

## São José

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 3307/2014

DECRETO Nº 3307/2014  
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor JEFERSON DAMIÃO DE CASTILHOS do cargo de Diretor Geral de Informações e Sistemas- CCM 9, com lotação na Secretaria da Administração.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 22 de outubro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de outubro de 2014.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### CONVÊNIO Nº 045/PMSJ/SAS/FIA/2014

EXTRATOS DE CONVÊNIOS

Convênio nº 045/PMSJ/SAS/FIA/2014. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Sociedade Eunice Weaver de Florianópolis. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo da Infância e Adolescência de São José, destinados cofinanciamento do projeto "Festival de Valores e Ações do ESC - Oficina III: Circo". VALOR: R\$ 12.271,44 (doze mil, duzentos e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.3.50.43.00.00.00.00.01.0040. VIGÊNCIA: Da data da assinatura, findando em 31/12/2014. LOCAL E DATA: São José, SC, 20 de outubro de 2014. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Lédio Coelho pelo Município de São José e Marly Zillioto Gomes, pela Sociedade Eunice Weaver de Florianópolis.

#### CONVÊNIO Nº 046/PMSJ/SAS/FIA/2014

EXTRATOS DE CONVÊNIOS

Convênio nº 046/PMSJ/SAS/FIA/2014. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Sociedade Eunice Weaver de Florianópolis. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo da Infância e Adolescência de São José, destinados cofinanciamento do projeto "Festival de Valores e Ações - Oficina VII: Fotografia". VALOR: R\$ 30.202,40 (trinta mil, duzentos e dois reais e quarenta centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.3.50.43.00.00.00.00.01.0040. VIGÊNCIA: Da data da assinatura até 30 de junho de 2015. LOCAL E DATA: São José, SC, 20 de outubro de 2014. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Lédio Coelho pelo Município de São José e Marly Zillioto Gomes, pela Sociedade Eunice Weaver de Florianópolis.



**CONVÊNIO Nº 047/PMSJ/SAS/FIA/2014**  
EXTRATOS DE CONVÊNIOS

Convênio nº 047/PMSJ/SAS/FIA/2014. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Sociedade Eunice Weaver de Florianópolis. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo da Infância e Adolescência de São José, destinados cofinanciamento do projeto "Lá em cima mora um anjo muito sabido!". VALOR: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.3.50.43.00.00.00.00.01.0040. VIGÊNCIA: Da data da assinatura até 31/12/2014. LOCAL E DATA: São José, SC, 20 de outubro de 2014. SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont e Lédio Coelho pelo Município de São José e Marly Zillioto Gomes, pela Sociedade Eunice Weaver de Florianópolis.

**CONVÊNIO Nº 048/PMSJ/SAS/FIA/2014**  
EXTRATOS DE CONVÊNIOS

Convênio nº 048/PMSJ/SAS/FIA/2014. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Ação Social Salto do Maroim. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo da Infância e Adolescência de São José, destinados cofinanciamento do projeto "Ressignificando o Motivar". VALOR: R\$ 46.608,30 (quarenta e seis mil, seiscentos e oito reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.3.50.43.00.00.00.00.01.0040. VIGÊNCIA: Da data da assinatura, findando em 31/12/2014. LOCAL E DATA: São José, SC, 20 de outubro de 2014. SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont e Lédio Coelho pelo Município de São José e Eduardo Pedro de Souza, pela Ação Social Salto do Maroim.

**CONVÊNIO Nº 049/PMSJ/SAS/FIA/2014**  
EXTRATOS DE CONVÊNIOS

Convênio nº 049/PMSJ/SAS/FIA/2014. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Ação Social de Barreiros. OBJETO: Repasse de recursos provenientes do Fundo da Infância e Adolescência de São José, destinados cofinanciamento do projeto "Esporte e Lazer". VALOR: R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.3.50.43.00.00.00.00.01.0040. VIGÊNCIA: Da data da assinatura, findando em 31/12/2014. LOCAL E DATA: São José, SC, 20 de outubro de 2014. SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont e Lédio Coelho pelo Município de São José e Pe. Alceoni Berkenbrock, pela Ação Social de Barreiros.

**PUBLICAÇÃO SAÚDE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 006/2014**

PUBLICAÇÃO SAÚDE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 006/2014

DOM

Edital de credenciamento nº 006/2014. Objeto: Seleção e possível contratação de entidades privadas prestadoras de serviços de saúde para a realização de Procedimentos clínicos - Grupo 03, Sub-Grupo 01- Consultas/Atendimentos/Acompanhamentos - Psiquiátricos. O edital e seus anexos poderão ser obtidos na internet pelo site <http://www.pmsj.sc.gov.br> e os documentos para habilitação deverão ser entregues a partir do dia 23/10/2014, na Diretoria de Planejamento da Secretaria Municipal de Saúde, situado no seguinte endereço: Rua Domingos Pedro Hermes, n 14 Barreiros - São José/SC - CEP 88111-330.

Luis Antonio Silva  
Secretário Municipal de Saúde.

SITE PMSJ \* ANEXAR EDITAL

A Secretaria Municipal de Saúde de São José, através da Comissão de Contratualização dos Prestadores, torna público o edital de credenciamento nº 006/2014 para possível contratação de entidades privadas prestadoras de serviços de saúde para a realização de Procedimentos clínicos - Grupo 03, Sub-Grupo 01- Consultas/Atendimentos/Acompanhamentos - Psiquiátricos..

Os documentos para habilitação deverão ser entregues a partir do dia 23/10/2014, na Diretoria de Planejamento da Secretaria Municipal de Saúde, situado no seguinte endereço: Rua Domingos Pedro Hermes, n 14 Barreiros - São José/SC - CEP 88111-330.

Luis Antonio Silva  
Secretário Municipal de Saúde

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1915/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 023 1915/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADN5566	55540973E	5045/0	07/09/2014	162 * V
ALJ5531	55158461C	6912/0	11/09/2014	232
CPH2466	55823555E	5045/0	01/10/2014	162 * V
CPH2466	55823556E	6599/2	01/10/2014	230 * V
DJB2275	55823666E	6726/1	30/09/2014	230 * XVIII
ECO2696	54447100E	6599/2	20/09/2014	230 * V
GWV1940	55823651E	6599/2	26/09/2014	230 * V
LXE3064	55821659E	6599/2	04/09/2014	230 * V
LXQ9415	55821663E	6602/0	08/09/2014	230 * VI
LYE6012	55823703E	6726/1	29/09/2014	230 * XVIII
LYJ9249	55822903E	6726/1	29/09/2014	230 * XVIII
LZW3980	55823565E	5010/0	01/10/2014	162 * I
LZW3980	55823566E	6599/2	01/10/2014	230 * V
LZW3980	55823567E	6726/1	01/10/2014	230 * XVIII
MAO8314	55823406E	6637/2	26/09/2014	230 * IX
MAO8314	55823407E	6637/2	26/09/2014	230 * IX
MAO8314	55823408E	5010/0	26/09/2014	162 * I
MAP9020	55822556E	6599/2	04/09/2014	230 * V
MAP9020	55822557E	6726/1	04/09/2014	230 * XVIII
MAP9020	55822574E	5045/0	04/09/2014	162 * V
MBA8732	55540145E	6599/2	02/10/2014	230 * V
MBA8732	55540146E	5010/0	02/10/2014	162 * I
MCQ1034	55542607E	6556/1	11/08/2014	230 * I
MCT4854	55541638E	6599/2	25/09/2014	230 * V
MDV2959	55823377E	6726/1	27/09/2014	230 * XVIII
MDV2959	55823381E	6599/2	27/09/2014	230 * V

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDV2959	55823382E	5010/0	27/09/2014	162 * I
MDV2959	55823383E	6556/1	27/09/2014	230 * I
MER6655	55822493E	6599/2	09/09/2014	230 * V
MER6655	55822494E	6637/2	09/09/2014	230 * IX
MEV0586	55821049E	6599/2	04/09/2014	230 * V
MFP6364	55823501E	5010/0	28/09/2014	162 * I
MFP6364	55823502E	6556/1	28/09/2014	230 * I
MFP6364	55823503E	6912/0	28/09/2014	232
MFT5329	55821755E	5010/0	19/08/2014	162 * I
MFT5329	55821756E	6912/0	19/08/2014	232
MFT5329	55821757E	6599/2	19/08/2014	230 * V
MGC3412	55822808E	6912/0	08/09/2014	232
MGC3412	55822809E	6726/1	08/09/2014	230 * XVIII
MGU9995	55821222E	6610/2	09/09/2014	230 * VII
MGU9995	55821224E	5029/2	09/09/2014	162 * II
MGU9995	55821227E	5126/2	09/09/2014	164 c/c 162 * II
MGU9995	55821228E	6700/0	09/09/2014	230 * XVI
MJL6923	55821461E	7358/0	03/09/2014	252 * V
MMD6481	55822851E	5010/0	29/09/2014	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1917/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1917/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAS9998	55542258E	5010/0	02/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
AEP3970	55542454E	6599/2	17/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
AEP3970	55542455E	6610/2	17/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
AEP3970	55542456E	5045/0	17/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
AEX4233	55088387E	6726/1	01/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
AIW4563	55542913E	6912/0	04/08/2014	R\$ 53,20	232
AJT6020	55087919E	6912/0	26/06/2014	R\$ 53,20	232
ANG2681	55538354E	6920/0	25/06/2014	R\$ 127,69	233
AQY1425	55540755E	6670/0	09/07/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
BRK3950	55908776D	6599/2	06/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
BRK3950	55908777D	6726/1	06/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
BRK3950	55908778D	6637/1	06/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
BRK3950	55908779D	6602/0	06/08/2014	R\$ 191,53	230 * VI
CVM6782	55162050C	6920/0	09/06/2014	R\$ 127,69	233
DCE4351	55162048C	6920/0	09/06/2014	R\$ 127,69	233
DDI4142	55542472E	6726/1	26/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
DDI4142	55542473E	6912/0	26/07/2014	R\$ 53,20	232
HFU0589	55539573E	6726/1	17/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
HFU0589	55539574E	5010/0	17/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
HHI4726	54930550E	6556/1	03/08/2014	R\$ 191,53	230 * I
IDQ8475	55542440E	6610/2	04/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
IDQ8475	55542441E	6637/2	04/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
IEM4009	55542924E	6610/2	08/08/2014	R\$ 127,69	230 * VII
IFV1237	55542106E	6700/0	24/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
IHP7673	55908780D	6637/2	06/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
IHP7673	55908781D	6726/1	06/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IUJ3696	55538325E	5169/1	27/07/2014	R\$ 1.915,38	165
LWY6455	55542773E	6599/2	05/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYV4766	55538380E	6920/0	25/06/2014	R\$ 127,69	233
MCE1203	55542919E	5010/0	08/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCX2943	55912337D	6599/2	08/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDC9921	55542340E	6599/2	29/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDD7748	55539761E	6599/2	11/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDF8087	55087990E	6610/2	02/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MED4024	55542915E	6599/2	04/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEG3807	55821802E	6599/2	20/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEG3807	55821803E	6912/0	20/08/2014	R\$ 53,20	232
MER0901	55542337E	6726/1	29/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MFE1858	55542765E	6599/2	02/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFS4591	55082215E	5010/0	24/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFY3748	55539369E	6637/2	22/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MFY3748	55539370E	6637/2	22/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MGD8571	54769599E	6726/1	19/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGD8571	54769600E	6637/2	19/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MGJ0814	55542927E	6599/2	08/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGJ1184	55542768E	6599/2	02/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGJ2301	55538953E	5010/0	09/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGJ2301	55538954E	6599/2	09/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGJ2301	55538955E	6912/0	09/07/2014	R\$ 53,20	232
MHI4985	55159787C	6599/2	01/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHI4985	55159788C	5010/0	01/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHK0207	55541431E	6599/2	03/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHL4378	55908783D	6637/1	07/08/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MHL4378	55908784D	6726/1	07/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MHP3174	55162041C	6920/0	09/06/2014	R\$ 127,69	233
MHY2283	55542349E	6637/2	31/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MIS8525	55542206E	6599/2	17/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJC9871	55159791C	5010/0	25/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MJC9871	55159792C	6700/0	25/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MJE0428	54932244E	5010/0	04/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MJE0428	54932245E	6599/2	04/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJG7918	55538371E	6920/0	25/06/2014	R\$ 127,69	233
MKK3954	55913844D	6599/2	29/07/2014	R\$ 191,53	230 * V



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1438/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 714 1438/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
NDD9730	55668134C	6912/0	24/08/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 1440/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1440/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZG7970	55672962C	6599/2	25/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZG7970	55672963C	6556/1	25/08/2014	R\$ 191,53	230 * I
LZG7970	55672964C	5045/0	25/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
MGB8676	55661803C	6602/0	17/08/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MGB8676	55661804C	5010/0	17/08/2014	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

**CÂMARA MUNICIPAL****Edital de Convocação de Audiência Pública**  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Câmara Municipal de São José, atendendo deliberação do Presidente da Comissão de Obras, Serviços Públicos e Defesa do Meio Ambiente, torna público a realização de Audiências Públicas para discussão do Projeto de Lei nº. 066/2014, dos Vereadores Adriano de Brito; Marilene Maura Vieira Damian; Wallace Avanir de Souza e Túlio Márcio Salles Maciel, que tem como objeto altera a adequação e o uso de área constante do Anexo I, acrescenta, revoga, exclui e dá nova redação a artigos da Lei nº. 1.605 e 1.606/85 e dá outras providências.

Assim, todos ficam devidamente convocados para querendo participarem das audiências, a realizar-se conforme o seguinte cronograma:

- 1) Dia 04 de novembro de 2014, terça-feira, às 20h00min, no Salão da Igreja Imaculado Coração de Maria, sito a Rua Francisco Antônio da Silva, s/nº esquina com Rua José Matias Zimmerman, Bairro Sertão do Imaruim; São José/SC;
- 2) Dia 06 de novembro de 2014, quinta-feira, às 20h00min, na Sede Provisória do CTG Peitoral de Ouro, sito à Rua Tomaz Pedro Cardoso, s/nº, em frente à Lagoa de Estabilização da Casan, Bairro Potecas, São José/SC;
- 3) Dia 11 de novembro de 2014, terça-feira, às 20h00min, no Plenário da Câmara Municipal de São José, sito a Praça Prefeito Arnoldo Souza, n.º 38, Bairro Centro - São José/SC;
- 4) Dia 13 de novembro de 2014, quinta-feira, às 20h00min, no Salão da Igreja São Francisco, sito a rua Rosália Rohling, n.º 71, esquina da Rua João Paulo Gaspar, n.º 40, Bairro Ipiranga, São José/SC; e
- 5) Dia 14 de novembro de 2014, sexta-feira, às 20h00min, no Salão da Igreja Nossa Senhora dos Navegantes e São Pedro, lado marginal BR 101, Km 199, Bairro Serraria, São José/SC

São José (SC), 20 de outubro de 2014.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de São José/SC.

**EXTRATO DE CONTRATO - 1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 005/2013 - DL004/2013**

EXTRATO DE CONTRATO - 1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 005/2013 - DL004/2013

CONTRATO Nº 010/2013

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ - SC

CONTRATADA: CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A - CIASC

OBJETO: Serviços de implementação de solução de hospedagem de servidores virtuais da Câmara Municipal de São José, no seu datacenter.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.01.00.00.00

TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO CONTRATUAL POR 12 (DOZE) MESES.

**AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº: 007/2014**

AVISO DE SUSPENSÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 007/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 30/2014

OBJETO: A licitação tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS OUT SOURCING DE IMPRESSÃO E FOTOCÓPIAS, COM ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS IMPRESSORAS P&B e COLORIDAS A LASER E MULTIFUNCIONAIS P&B A LASER E IMPRESSORA DE ETIQUETAS, NOVOS DE PRIMEIRO USO, COM DESCRIÇÃO TÉCNICA DETALHADA NO ANEXO I DESTE EDITAL, INCLUSIVE COM FORNECIMENTO TOTAL DE SUPRIMENTOS, INCLUSIVE PAPEL A4, NA MODALIDADE DE ATENDIMENTO "ON SITE" E INSTALAÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, conforme discriminado no anexo I.

Protocolada Impugnação pelo Observatório Social de São José a Câmara Municipal de São José torna público aos interessados, em especial, as empresas que retiraram o instrumento convocatório, da SUSPENSÃO do Pregão Presencial n.º 007/2014.

Após a análise o resultado da decisão será devidamente publicado e o edital alterado se necessário for, com designação de nova data de abertura.

Maiores informações: Diretoria de Administração da Câmara de Vereadores de São José das 13h00min às 19h00min. Fone: (48) 3029-1355.

São José, 21 outubro de 2014.

VALMOR JOSÉ HEBERLE

DIRETOR ADMINISTRATIVO

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### Lei Nº 4.297, de 21 de Outubro de 2014

LEI Nº 4.297, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 7.509,03 (sete mil, quinhentos e nove reais e três centavos) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS  
03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR  
1.039 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS E RURAIS  
"474" 4.4.90.51.00.00.1.0089 Obras e Instalações R\$ 5.580,91

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS  
03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR  
1.039 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS E RURAIS  
"471" 4.4.90.51.00.00.1.0016 Obras e Instalações R\$1.928,12

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos da anulação das seguintes rubricas orçamentárias, no valor de R\$ 7.509,03 (sete mil, quinhentos e nove reais e três centavos):

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
06 DEPTO. DE CULTURA  
1.071 CONSTRUÇÃO DE ÁREA CULTURAL COBERTA  
"162" 4.4.90.51.00.00.1.0089 Obras e instalações R\$5.580,91

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS  
03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR  
2.044 MANUTENÇÃO DA CIDE-INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
"236" 3.3.90.30.00.00.1.0016 Material de Consumo R\$1.928,12

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 21 de Outubro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal da Fazenda.

JOANA ANZOLIN  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,  
Secretário Municipal dos Transportes e Obras.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

### Lei Nº 4.298, de 21 de Outubro de 2014

LEI Nº 4.298, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral da Secretaria da Administração de São José do Cedro, no valor de R\$6.000,00 (seis mil reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO  
03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS  
2.096 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR  
"380" 3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil...R\$ 5.000,00  
"381" 3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patrimoniais R\$1.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos da anulação das seguintes rubricas orçamentárias, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais):

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO  
02 DEPTO. DE PATRIMÔNIO E LICITAÇÃO  
2.006 DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO, CONTRATOS E LICITAÇÕES  
"29" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica..R\$1.000,00

1.002 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA  
"41" 4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$5.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 21 de Outubro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.



ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal da Fazenda.

JOANA ANZOLIN  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,  
Secretário Municipal dos Transportes e Obras.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

#### **Decreto Nº. 220/2014 - Sf**

DECRETO Nº. 220/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 7º e inciso II do art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL  
2.018 ENSINO FUNDAMENTAL E VAL. DO MAG. FUNDEB  
"114" 3.1.90.04.00.00.1.0018 Contratação por Tempo Determinado R\$ 7.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), Recursos FUNDEB 60%, Fontes 1.018 e 1.019, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL  
2.018 ENSINO FUNDAMENTAL E VAL. DO MAG. FUNDEB  
"120" 3.3.90.39.00.00.1.0019 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica..R\$ 7.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.  
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 20 de outubro de 2014.  
ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 20 de outubro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

#### **Decreto Nº. 221/2014 - Sf**

DECRETO Nº. 221/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 7º e inciso II do art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL  
2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL  
"139" 3.1.90.04.00.00.1.0018 Contratação por Tempo Determinado R\$ 25.000,00  
"143" 3.1.90.13.00.00.1.0018 Obrigações Patronais R\$ 6.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), Recursos FUNDEB 60%, Fonte 1.018, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL  
2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL  
"141" 3.1.90.11.00.00.1.0018 Vencimentos e Vantagens Fixas -Pessoal Civil.R\$ 31.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.  
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 20 de outubro de 2014.  
ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 20 de outubro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

#### **Decreto Nº. 222/2014 - Sf**

DECRETO Nº. 222/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 7º e inciso II do art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
01 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL  
2.017 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL  
"107" 3.1.90.11.00.00.1.0001 Vencimentos e Vantagens

Fixas-Pessoal Civil..R\$ 47.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais), Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Educação, Fonte 1.001, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
01 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL  
2.017 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL  
"108" 3.1.90.13.00.00.1.0001 Obrigações Patronais R\$ 28.500,00  
"110" 3.3.90.30.00.00.1.0001 Material de Consumo R\$ 2.205,93  
"111" 3.3.90.36.00.00.1.0001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Civil R\$ 1.645,00  
"112" 3.3.90.39.00.00.1.0001 Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica..R\$14.649,07

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.  
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 21 de outubro de 2014.  
ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 21 de outubro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

#### **Decreto Nº. 223/2014 - Sf**

DECRETO Nº. 223/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL  
2.019 TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL  
"121" 3.1.90.11.00.00.1.0001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Civil R\$ 5.000,00  
"122" 3.1.90.13.00.00.1.0001 Obrigações Patronais R\$ 2.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos e Transferências de Recursos Impostos - Educação, Fonte 1.0001 no valor R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 21 de outubro de 2014.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 21 de outubro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

#### **Decreto Nº. 224/2014 - Sf**

DECRETO Nº. 224/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.297 de 21 de outubro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 7.509,03 (sete mil, quinhentos e nove reais e três centavos) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS  
03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR  
1.039 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS E RURAIS  
"474" 4.4.90.51.00.00.1.0089 Obras e Instalações R\$ 5.580,91

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS  
03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR  
1.039 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS E RURAIS  
"471" 4.4.90.51.00.00.1.0016 Obras e Instalações R\$1.928,12

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos da anulação das seguintes rubricas orçamentárias, no valor de R\$ 7.509,03 (sete mil, quinhentos e nove reais e três centavos):

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
06 DEPTO. DE CULTURA  
1.071 CONSTRUÇÃO DE ÁREA CULTURAL COBERTA  
"162" 4.4.90.51.00.00.1.0089 Obras e instalações R\$5.580,91

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS  
03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR  
2.044 MANUTENÇÃO DA CIDE-INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES  
"236" 3.3.90.30.00.00.1.0016 Material de Consumo R\$1.928,12

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 21 de Outubro de 2014.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 21 de outubro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

**Decreto Nº. 225/2014 - Sf**

DECRETO Nº. 225/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.298 de 21 de outubro de 2014;

## DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral da Secretaria da Administração de São José do Cedro, no valor de R\$6.000,00 (seis mil reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO  
03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS  
2.096 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR  
"380" 3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil....R\$ 5.000,00  
"381" 3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patrimoniais R\$1.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos da anulação das seguintes rubricas orçamentárias, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais):

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO  
02 DEPTO. DE PATRIMÔNIO E LICITAÇÃO  
2.006 DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO, CONTRATOS E LICITAÇÕES  
"29" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$1.000,00

1.002 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA  
"41" 4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente R\$5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 21 de Outubro de 2014.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 21 de outubro de 2014.

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

**São Lourenço do Oeste****PREFEITURA****Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 132/2014, PR Nº 086/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 03/11/2014, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 086/2014, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLOTAGENS, CÓPIAS E REPRODUÇÕES DE DOCUMENTOS. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2014, PR Nº 025/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 04/11/2014, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2014, OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E POLICLINICA MUNICIPAL DE SAÚDE. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site [www.sao-lourenco.sc.gov.br](http://www.sao-lourenco.sc.gov.br).

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**DECRETO Nº 4.967, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.**

DECRETO Nº 4.967, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

Fixa o valor de locação de parte das dependências da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO ESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica fixado o valor de locação de parte das dependências da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, em virtude da realização de evento a ser promovido no dia 25 de outubro de 2014, pelo Senhor Gledson Storti, inscrito no CPF sob o nº 060.896.389-51, da seguinte forma:

I - em R\$ 168,30 (cento e sessenta e oito reais e trinta centavos), correspondente a 1,87 UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, para a locação do restaurante;

II - em R\$ 210,60 (duzentos e dez reais e sessenta centavos), correspondente a 2,34 UFRM, para a locação da copa;

III - em R\$ 210,60 (duzentos e dez reais e sessenta centavos), correspondente a 2,34 UFRM, para a locação da cozinha; e

IV - em R\$ 126,00 (cento e vinte e seis reais), correspondente a 1,40 UFRM, para a locação da churrasqueira.

Parágrafo único. O valor total da locação, de que trata o caput, será de R\$ 715,50 (setecentos e quinze reais e cinquenta centavos), correspondente a 7,95 UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal.

Art. 2º Demais condições especiais serão estabelecidas por instrumento contratual a ser firmado entre o Município de São Lourenço do Oeste e o Locatário que promoverá evento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de outubro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

**Schroeder****PREFEITURA****Aviso de Licitação Tomada de Preços Nº. 11/2014 - PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 11/2014 - PMS  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 215/2014-PMS - TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de empresa ou pessoa física especializada na prestação de serviços de Consultoria nas Áreas de Contabilidade Pública e Planejamento Governamental para a Prefeitura Municipal e seus Fundos, na sede do Município de Schroeder/SC para o exercício de 2015, conforme ANEXO VII - TERMO REFERÊNCIA, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 13 de novembro de 2014 às 08h45min

Abertura do Processo: 13 de novembro de 2014 às 09h

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br).

Schroeder, 22 de outubro de 2014.

Osvaldo Jurck

Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 12/2014-FAS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 12/2014-FAS

PROCESSO Nº. 24/2014-FAS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição e instalação de aparelho de condicionador de ar para o auditório do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 13 de novembro de 2014 às 14h.

Abertura do Processo: 13 de novembro de 2014 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br).



sc.gov.br

Schroeder, 22 de outubro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2014-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2014-PMS

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da CONCORRÊNCIA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2014-PMS, PROCESSO Nº. 163/2014-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de faixas elevadas I e lombadas do tipo II em diversas ruas do Município de Schroeder (SC), de acordo com o projeto, memorial descritivo, conforme ANEXO IX - TERMO REFERÊNCIA, deste instrumento convocatório, ao longo de 12 meses.

Vencedor: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim/SC.

Valor da proposta vencedora: R\$ 152.400,00 (cento e cinquenta e dois mil e quatrocentos reais).

Data da Assinatura: 21/10/2014 - Vigência: 21/10/2015

Osvaldo Jurck  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº. 234/2014-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Extrato do Contrato nº. 234/2014-PMS  
Modalidade Concorrência REGISTRO DE PREÇOS nº. 02/2014-PMS - Processo nº. 163/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim/SC.

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de faixas elevadas I e lombadas do tipo II em diversas ruas do Município de Schroeder (SC), de acordo com o projeto, memorial descritivo, conforme ANEXO IX - TERMO REFERÊNCIA, deste instrumento convocatório, ao longo de 12 meses.

Valor do contrato: R\$ 152.400,00 (cento e cinquenta e dois mil e quatrocentos reais).

Data da Assinatura: 21/10/2014 - Vigência: 21/10/2015

Osvaldo Jurck  
Prefeito Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2014 - FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2014 - FMS  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 79/2014-FMS - TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de empresa especializada na Prestação de Serviço de Assessoria e Consultoria junto a Atenção Básica da Política Pública Municipal de Saúde, a ser realizado entre janeiro de dezembro de 2015, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO VIII - TERMO REFERÊNCIA, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 14 de novembro de 2014 às 08h45min

Abertura do Processo: 14 de novembro de 2014 às 09h

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br).

Schroeder, 22 de outubro de 2014.

Osvaldo Jurck  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO CONTRATO Nº. 119/2014 - FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato Contrato nº. 119/2014 - FMS  
Processo de licitação nº. 80/2014-FMS  
Dispensa de Licitação nº. 53/2014-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: VIDRAÇARIA SCHROEDER LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.567.788/0001-76, estabelecida na rua 07 de setembro, nº 40, Centro, neste município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: aquisição e instalação de duas peças de vidros temperado incolor na farmácia da Unidade Básica de Saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Aquisição e instalação de duas peças de vidros temperado incolor, instaladas, com borda em alumínio, cada vidro nas medidas de 1,10 de comprimento por 35 centímetros de altura cada com dois espaçamentos entre vidro, um de 10 centímetros e outro na parte inferior de 20 centímetros.	01	Unidade	230,00	230,00
VALOR R\$ TOTAL					230,00



Valor do contrato: R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais).  
Data da Assinatura: 21/10/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 5.767/2014, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 5.767/2014, de 21 de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a sanção da Lei Municipal nº 1.805/2010, de 09 de julho de 2010;

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR a Licença Maternidade por 60 (sessenta) dias para a servidora, Sra. Patricia da Silva Graf, a partir desta data, conforme art.1º da Lei Municipal nº 1.805/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 21 de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**PORTARIA Nº 5.768/2014, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.**

PORTARIA Nº 5.768/2014, de 21 de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de exoneração do cargo de Conselheira Tutelar, da senhora Marcia Alice Lange, em 22 de agosto de 2014;

Considerando a realização do Processo Eleitoral nº 001/2013/CMDCA;

Considerando a Ata nº 10, de 17/09/2013, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que homologa a eleição para Conselheiro Tutelar;

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR o Sr. Gean Carlos Ramos, para exercer o cargo de Conselheiro Tutelar, percebendo remuneração conforme Lei Municipal nº 1.628/2007, de 11/12/2007, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua classificação no Processo Eleitoral nº 001/2013/CMDCA, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 21 de outubro de 2013.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**DECRETO Nº 3.118/2014 DE 14 DE OUTUBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3.118/2014 de 14 de outubro de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 6.150,00 (seis mil cento e cinquenta reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.3001.2.302 - Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 150,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.361.3009.2.321 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Auxílio-Alimentacao R\$ 6.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.3001.2.302 - Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R\$ 150,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.361.3009.2.321 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Material de Consumo R\$ 6.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 14 de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**Etapas de Lances Pregão Presencial 20/2014-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER/SC

e - mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

**ETAPA DE LANCES**

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 20/2014-FMS

PROCESSO Nº. 70/2014-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Para conhecimento dos interessados a ETAPA DE LANCES fica marcada para dia 06 de novembro de 2014 às 08h30min, da licitação Pregão Presencial Registro de Preço nº. 20/2014-FMS, Processo nº. 70/2014-FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos da farmácia básica e ordem judicial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Schroeder, 21 de agosto de 2014.

Daniela Samulescki

Pregoeira

ATA REGISTRO DE PREÇOS CONCORRÊNCIA 02/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 65/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 65/2014		Data do Registro: 21/10/2014		Válido até: 21/10/2015			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de faixas elevadas I e lombadas do tipo II em diversas ruas do Município de Schroeder (SC), de acordo c					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	FAIXA ELEVADA I - Execução de lombada em CBUQ (dimensões 10,0m de comprimento, 4,00m de largura e 0,15m de altura e rampas de 0,58m) e pintura da faixa de sinalização horizontal, conforme projeto/memorial descritivo	UN	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA (9522)		0	6.960,0000	1
			EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA ADRIMAR LTDA (12338)		0	6.961,5000	2
			CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA (11228)		0	7.704,7400	3
2	LOMBADA TIPO II - Execução de lombada em CBUQ (dimensões 10,0m de comprimento, 3,70m de largura e 0,10m de altura) e pintura da faixa de sinalização horizontal, conforme projeto/memorial descritivo	UN	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA (9522)		0	3.200,0000	1
			CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA (11228)		0	2.850,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 65/2014

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 65/2014		Data do Registro: 21/10/2014		Válido até: 21/10/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de faixas elevadas I e lombadas do tipo II em diversas ruas do Município de Schroeder (SC), de acordo c							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA ADRIMAR LTDA (12338)		0	3.204,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 65/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 65/2014		Data do Registro: 21/10/2014		Válido até: 21/10/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de faixas elevadas I e lombadas do tipo II em diversas ruas do Município de Schroeder (SC), de acordo c							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2014  
PROCESSO Nº 163/2014

- (9522) - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA
- (11228) - CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA
- (12338) - EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA ADRIMAR LTDA

Schroeder, 21 de Outubro de 2014.



**INEXIGIBILIDADE Nº 6/2014-PMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>	<b>INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 6/2014 - IL</b>
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>Processo Nr.: 217/2014</b> <b>Data: 21/10/2014</b>
Folha: 1/2	

<b>Fornecedor:</b> TRANSPANTANAL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA <b>Endereço:</b> RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 4184 <b>Cidade:</b> Schroeder - SC <b>CNPJ:</b> 80.072.325/0001-19	<b>Código:</b> 7257 <b>Inscrição Estadual:</b> 252.008.570
<b>Objeto da Compra:</b> Outorga de Permissão a título precário para PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, DO MUNICIPIO DE SCHROEDER - SC, conforme previsto no Plano Municipal de Transporte Coletivo, regulamentado pela Lei Municipal n.º 1.807/2010.	

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Outorga de Permissão a título precário para PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS, DO MUNICIPIO DE SCHROEDER - SC, conforme previsto no Plano Municipal de Transporte Coletivo, regulamentado pela Lei Municipal n.º 1.807/2010.	PASS	3,10	3,10

**FUNDAMENTO LEGAL:**

**Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.**

**CAPUT** - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

**JUSTIFICATIVA**

Considerando que houve três tentativas de contratação para a concessão do serviço de transporte coletivo através de licitação, conforme cópias das atas anexas, que podem ser comprovadas junto às originais e todos os processos de licitação ocorridos, através do processo nº 176/2010-PMS, Concorrência 02/2010-PMS.

Schroeder, 21 de Outubro de 2014

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nr.: 6/2014 - IL**

Processo Nr.: 217/2014  
Data: 21/10/2014

Folha: 2/2

1/4/2014

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Schroeder, 1 de Abril de 2014

---

**Valor da Despesa:** 3,10 (três reais e dez centavos)

---

**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

---

**DISPENSA Nº 53/2014-FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 53/2014 - DL**Processo Nr.: 80/2014  
Data: 21/10/2014

Folha: 1/2

Fornecedor: VIDRAÇARIA SCHROEDER LTDA. - ME  
Endereço: RUA 7 DE SETEMBRO,40  
Cidade: Schroeder - SC  
CNPJ: 10.567.788/0001-76

Código: 10661

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Aquisição e instalação de duas peças de vidros temperado incolor na farmácia da Unidade Básica de Saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Aquisição e instalação de duas peças de vidros temperado incolor, instaladas, com borda em alumínio, cada vidro nas medidas de 1,10 de comprimento por 35 centímetros de altura cada com dois espaçamentos entre vidro, um de 10 centímetros e outro na parte inferior de 20 centímetros.	UN	230,00	230,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Conforme projeto de engenharia da ampliação da Unidade Básica do Município de Schroeder, há uma na farmácia um local de retirada de remédios pelo acesso interno da Unidade Básica, no entanto este acesso é muito baixo, não possibilitando visualizar os usuários do SUS, assim solicita-se para melhorar o atendimento da Unidade de Saúde.

Schroeder, 21 de Outubro de 2014

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 53/2014 - DL**

Processo Nr.: 80/2014  
Data: 21/10/2014

Folha: 2/2

20/10/2014

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 20 de Outubro de 2014

---

**Valor da Despesa:** 230,00 (duzentos e trinta reais)

---

**Pagamento.....:** 15 dias após recebimento do documento fiscal

---

# Serra Alta

## PREFEITURA

### Extrato Leilão Público 064/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

EDITAL DE ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS

MODALIDADE DE LEILÃO PÚBLICO Nº 064/2014

O Prefeito Municipal de Serra Alta, FRANCISCO ARTUR BOTH, no uso das atribuições legais e, especialmente nos termos da Lei Federal 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados que realizará a venda de bens móveis inservíveis, com julgamento por lote, na modalidade de leilão público oficial on-line e presencial sob nº 064/2014, cujo objeto é Alienação de Veículos entre outros materiais, pertencentes ao Município de Serra Alta/SC. O Leilão será devidamente assessorado pela empresa MaisAtivo Intermediação de Ativos Ltda. (SUPERBID), os bens a serem leiloados estarão disponíveis no portal <http://www.superbid.net.>, o Leilão será realizado no dia 10/11/2014 a partir das 10 horas, na Av. Dom Pedro II, nº 830 - Centro na Prefeitura Municipal de Serra Alta na cidade de Serra Alta -SC. Os interessados, pessoas físicas ou jurídicas, poderão retirar o instrumento convocatório e obter maiores informações acessando o site [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br) no Departamento de Compras e Licitações, pelo Fone: 49 3364.0092.

Serra Alta/SC, em 22 de Outubro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 107/2014

PORTARIA Nº. 107/2014 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE FRANCI ELI VALMORBIDA ORTOLAN PARA O CARGO DE AGENTE EDUCATIVO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, do Município de Serra Alta/SC,

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogada a contratação, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, relativo à Portaria Nº. 105/2014 de 22/09/2014, e Portaria Nº 106/2014 de 06 de outubro de 2014. na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	FRANCI ELI VALMORBIDA ORTOLAN
CPF:	080.133.539-66
RG:	5.543.527
CARGO:	AGENTE EDUCATIVO
CARGA HORÁRIA:	40 horas semanais
LOTAÇÃO:	Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte.
GRUPO:	1 - SEG
NÍVEL:	11

LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, Art. 2º, inciso VIII, admissão de servidor substituto para suprir as ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas;
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	Justifica-se a contratação de servidor substituto para suprir as ausências, afastamentos e licenças legalmente concedida;
VIGÊNCIA:	20/10/2014 a 19/11/2014.(ou retorno da servidora em licença)

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a prorrogação da contratação desta portaria o Regime Próprio de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de Outubro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

### DECRETO Nº 166/2014

DECRETO Nº 166/2014 DE 16 DE OUTUBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e em especial a Lei Municipal nº 1003 de 10/10/2014,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 20.000,00 (vintemil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº979/2013 de 04/12/2013, a saber:

Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 10.01 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.800 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0035- Transferências do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade

Despesa: 06 ..... R\$ 20.000,00

Art. 2º - Os recursos orçamentários para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 20.000,00 (vintemil reais), serão provenientes do provável excesso de



arrecadação das Transferências do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade - MAC para o corrente exercício.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta/SC, 16 de outubro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

### **Extrato Edital Processo Seletivo Simplificado 003/2014**

MUNICIPIO DE SERRA ALTA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

#### **EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA/SC TORNA PÚBLICO que realizará PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2014 para contratação por tempo determinado para o cargo de: MOTORISTA, inscrições dias 23, e 24 de Outubro de 2014. Maiores informações e Edital na íntegra encontra-se disponível no Mural da Prefeitura e site [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br)

Serra alta 20 de outubro de 2014

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

### **EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2014**

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº 003/2014 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

ABRE INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO A PROVER VAGAS AOS CARGOS DO QUADRO TEMPORÁRIO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE SERRA ALTA, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, Sr. FRANCISCO ARTUR BOTH, no uso de suas atribuições legais, conforme legislação vigente, em especial as Leis Municipais nº(s) 684/2005, 692/2006, e Lei Complementar 014/2013, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que se encontram abertas no período compreendido de 23 e 24 de outubro de 2014, às inscrições para o Processo Seletivo Simplificado 003/2014, para os cargos descritos neste edital, mediante condições que seguem:

#### **1 - DO CARGO E DA QUANTIDADE DE VAGA**

1.1. O Processo Seletivo se destina ao preenchimento de vagas e contratação de pessoal em caráter temporário de excepcional interesse público, de acordo com a necessidade e interesse da administração pública municipal, dentro do prazo de validade descrito no presente edital.

1.2. Os candidatos classificados estarão sujeitos as normas do

Regime Jurídico dos servidores, e consideradas as alterações posteriores, serão admitidos sob o Regime Estatutário e serão filiados ao Regime Geral da Previdência Federal.

1.3. A admissão de candidato classificado será efetivada atendendo ao interesse e à conveniência do Poder Executivo Municipal de Serra Alta.

1.4. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham da escolaridade mínima informada no presente edital, de acordo com cargo a que pretendem concorrer, conforme segue:

1.4.1 Os interessados concorrerão a apenas uma das seguintes vagas:

CARGO	Nº DE VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL	EXIGENCIAS PARA O CARGO	VENCIMENTO R\$
Motorista	01 + CADASTRO RESERVA	40 horas	5ª serie Ensino Fundamental completo, portador da carteira de habilitação vigente, categoria mínima exigida "D". + Curso de Transporte de Passageiros.	1.174,30 + Incorporação 143,60

#### **2. DAS INSCRIÇÕES**

2.1. A inscrição no Processo Seletivo implicará no conhecimento e aceitação das disposições e condições estabelecidas neste edital.

2.2 As inscrições serão realizadas nos dias 23 e 24 de outubro de 2014, no horário das 7h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h00, junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, sito a Avenida Dom Pedro II, 830, Centro, Serra Alta (SC).

2.3. O candidato não poderá inscrever-se via postal, e-mail, fax ou com falta de documentações exigidas neste Edital.

2.4. A inscrição deverá ser efetuada pelo próprio candidato, ou por procurador devidamente habilitado, com procuração simples, com poderes para representá-lo no ato da inscrição.

2.5. As inscrições serão efetuadas em formulário próprio, devidamente preenchido, anexando-se a documentação exigida.

2.6. Para inscrever-se, o candidato deverá atender ao que segue:

2.6.1. Comparecer no local, período e horário indicado no subitem 2.2, e retirar gratuitamente a ficha de inscrição.

2.6.2 A fidedignidade das informações contidas na Ficha de Inscrição é de inteira responsabilidade do candidato.

2.6.3 A adulteração de cópia(s) em relação ao(s) original(s) ou a não-veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificadas a qualquer tempo, eliminará o candidato deste Processo Seletivo.

2.6.4 Não será permitida sob qualquer pretexto, a inscrição condicional, bem como não será permitida a juntada posterior de documentos.

2.6.5 O candidato cuja documentação não for considerada em ordem terá a inscrição indeferida.

### 3. DOS REQUISITOS E DOCUMENTOS:

3.1. O candidato deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) Ter idade superior a vinte e um anos 21 (vinte e um) até a data do encerramento das inscrições;
- c) - ser habilitado na categoria D;
- d) - ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN.
- e) Estar em gozo dos direitos políticos;
- f) Estar em dia com as obrigações militares e eleitorais;
- g) Ter aptidão física e mental para o desempenho do cargo;
- h) Não ter sofrido incompatibilidade que inviabilize investidura em cargo público.

3.1.1. O processo de inscrição será coordenado por um Servidor Público Municipal especialmente designado, que receberá as Fichas de Inscrição, fará a conferência da documentação e auxiliará, prestando informações que contribuam para que o maior número de pessoas possam participar desta seleção pública.

3.1.2. A ficha de inscrição será preenchida pelo candidato, sendo que o servidor responsável pelo recebimento das inscrições apenas operará o número da inscrição;

3.2. Documentos para inscrição:

3.2.1 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar cópia legível dos seguintes documentos:

3.2.2. Cópia legível do Documento de Identidade. Será obrigatória a apresentação de documento de identidade original no dia e nos locais de realização das provas;

3.2.3. Cópia do Título de Eleitor com comprovante de quitação eleitoral no último pleito ou justificativa da Justiça Eleitoral;

3.2.4. Cópia do CPF - Cadastro de Pessoa Física;

3.2.5. Cópia da Prova de quitação com o Serviço Militar (quando do sexo masculino);

3.2.6. Cópia da Carteira Nacional de Habilitação com a categoria exigida.

### 4. DA HOMOLOGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:

4.1. As inscrições serão homologadas pelo Prefeito Municipal, e publicadas no Diário Oficial dos Municípios, Site da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC e no mural próprio, da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

4.2. Os recursos movidos pelos candidatos deverão obrigatoriamente dar entrada com protocolo na Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC

### 5. DA PROVA

A prova do Teste Seletivo Simplificado será na modalidade: escrita.

5.1 - DA PROVA ESCRITA/OBJETIVA - Obrigatória para o cargo/função:

5.1.1 - A prova escrita será aplicada a todos os candidatos, no dia 08 de novembro de 2014, das 8:00 às 11:30 horas, nas

dependências do Centro Municipal de Educação, Rua Duque de Caxias, nº 530, Centro da Cidade de Serra Alta/SC e contará de:

#### 5.2 - DA PROVA ESCRITA:

5.2.1 - Esta prova será aplicada aos candidatos ao cargo/função descrita no presente edital;

5.2.2 - O candidato faltoso estará automaticamente desclassificado.

5.2.3 - Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos pelo Edital, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o início das provas, munidos de documento de identificação original (com fotografia).

5.2.4 - Obrigatoriamente os candidatos deverão trazer consigo no dia da realização da prova o Comprovante de Inscrição, o qual servirá para solucionar qualquer dúvida.

5.2.5 - As questões da prova escrita objetiva serão divididas em questões de conhecimentos gerais e conhecimentos específicos, conforme abaixo:

a) Conhecimentos gerais: 15 questões

Português: 05 questões

Matemática: 05 questões

Atualidades: 05 questões

b) Conhecimentos específicos para a área a qual se inscreveu: 10 questões

5.2.6 - À prova escrita/objetiva para os cargos será atribuída nota de 0 (zero) a 10 (dez), de acordo com a tabela abaixo:

DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL DE PONTOS (Nota)
Conhecimentos Gerais (Português, matemática e Atualidades).	15	0,26	4,00
Conhecimentos Específicos	10	0,60	6,00
TOTAL			10,00

\* Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova escrita estão publicados no anexo III do presente edital.

### 6- DA NOTA FINAL

6.1 - Para o cargo/função a nota final será verificada conforme abaixo:

6.2 - Nota da Prova escrita será atribuída de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

### 7 - DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

7.1 - A lista final de classificação do Teste Seletivo apresentará todos os candidatos classificados, para o cargo/função.

7.2 - Para o cargo/função os candidatos aprovados serão classificados na ordem decrescente da(s) nota(s) obtida(s).

7.3 - Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que não comparecer ou zerar a prova.

7.4. Havendo empate serão aplicados os seguintes critérios;

- a) maior número de acertos nas questões específicas;
- b) maior idade.

7.5. A lista final de classificação do Processo Seletivo apresentará apenas os candidatos classificados, para o cargo.

**8. DOS RECURSOS:**

8.1. É admitido recurso quanto a divergências:

- a) a não homologação da inscrição;
- b) ao resultado da divulgação da classificação.

8.2. Os recursos deverão ser interpostos na Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

8.3. Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância (s) que o justifiquem, bem como tiver indicado o nome do candidato, número de sua inscrição, cargo, endereço para correspondência e sua assinatura.

8.4. O recurso interposto fora do respectivo prazo não será reconhecido, considerando-se para tal a data e hora do respectivo protocolo.

**9. CRONOGRAMA:**

	DATA	HORÁRIO
Recebimento das inscrições	23 e 24/10/2014	07h30min às 11h30min 13h30min às 17h00min
Homologação das inscrições	28 de outubro de 2014	17h00
Recurso	29 de outubro de 2014	07h30min às 11h30min 13h30min às 17h00min
Homologação do recurso	30 de outubro de 2014	17h00min
Prova escrita	8 de novembro de 2014	08h00min às 11h30min
Divulgação do resultado preliminar de classificação para o cargo	11 de novembro de 2014	17h00
Recurso da prova	12 de novembro de 2014	07h30min às 11h30min 13h30min às 17h00min
Homologação do recurso	13 de novembro de 2014	17h00min
Homologação do resultado final de classificação	17 de novembro de 2014	17h00min

**10. DO FORO JUDICIAL**

10.1. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada ao Processo Seletivo de que trata este Edital é o da Comarca de Modelo, Estado de Santa Catarina.

**11. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA**

11.1. Fica delegada competência à Comissão Municipal específica para:

- a. prestar informações sobre o Processo Seletivo dentro de sua competência;
- b. fazer a conferências das inscrições;
- c. elaborar, aplicar, julgar e corrigir as provas;
- d. apreciar os recursos interpostos;
- e. emitir os documentos do gabarito preliminar;
- f. emitir a Ata de abertura dos envelopes;
- g. emitir a Ata de Classificação Final;
- h. emitir os documentos da Homologação do Resultado Final;

i. atuar em conformidade com as disposições deste edital.

11.2. Fica sob a responsabilidade do Poder Executivo Municipal de Serra Alta:

- a. elaboração do edital;
- b. receber as inscrições;
- c. emitir os documentos de homologação das inscrições;
- d. disponibilizar as leis;
- e. nomear Comissão Especial para acompanhamento do Processo Seletivo;
- f. fazer as publicações necessárias em Jornais, Mural Público e no sítio do Município de Serra Alta;
- g. assinar a documentação necessária para a sua publicação (edital, homologação das inscrições, gabarito, Ata de Classificação Final, Homologação do Resultado Final).

**12. DA CONTRATAÇÃO**

12.1. O candidato aprovado será submetido, quando da contratação, a exames de saúde para verificação de aptidão ao exercício das atividades inerentes à função.

12.2. A contratação dos candidatos aprovados obedecerá à ordem de classificação no cargo;

12.3. A classificação e a aprovação do candidato não geram direito automático à contratação, ficando a convocação dos candidatos habilitados a critério da Administração Pública Municipal, observada a necessidade e o interesse público.

12.4. No ato da contratação o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Original e cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
- b) Original e cópia do Título de Eleitor e Certidão de quitação com a Justiça Eleitoral;
- c) Original e cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- d) Original e cópia do CPF;
- e) Original e cópia da Carteira de Identidade;
- f) Duas Fotos 3x4 recentes;
- g) Laudo Médico;
- h) Original e cópia do Comprovante de Escolaridade;
- i) Original e cópia do Certificado de Reservista, se do sexo masculino;
- j) Comprovante de residência.
- l) habilitação exigida para o cargo.
- m) curso exigido para o cargo.

**13. DA DURAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO**

13.1 O Processo Seletivo terá validade de um (1) ano, a contar da data da publicação da homologação do resultado final com a respectiva classificação.

**14. DO REGIME JURÍDICO**

14.1. O candidato habilitado e classificado, caso contratado, terá seu contrato de trabalho regido pelo Estatuto e pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

**15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

15.1. A aprovação no Processo Seletivo não assegura ao candidato sua contratação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes, para suprir atestados médicos ou desistências de titulares, conforme a ordem de classificação, ficando a nomeação condicionada às disposições pertinentes e à necessidade e conveniência da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

15.2. A Administração Municipal se reserva o direito de anular o presente Processo Seletivo, bem como, de adotar providências que se fizerem necessárias para garantir a correção dos procedimentos a eles relativos ou dele decorrentes.

15.3. O candidato será inteiramente responsável pelas informações contidas na sua ficha de inscrição, após a respectiva assinatura.

15.4. A efetivar sua inscrição, o candidato receberá o comprovante de inscrição, o qual deverá ser apresentado juntamente com o documento de identidade, para acesso à prova escrita.

15.5. A inscrição do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação das condições do Processo Seletivo, tais como se encontram expressas no presente Edital.

15.6. A contratação obedecerá à ordem rigorosa de classificação e, com base nesta, far-se-á a competente convocação.

15.7. O candidato aprovado e classificado que, sob qualquer circunstância, não comparecer ao chamamento para a posse exercício, terá seu nome seguido para o final da relação classificatória.

15.8. No ato da contratação o candidato aprovado deverá preencher as condições previstas na legislação vigente, bem como a apresentação dos documentos exigidos.

15.9. A inexistência das informações e/ou irregularidades nos documentos, ainda que verificados posteriormente ao provimento, ocasionarão sua exoneração.

15.10. Os casos previstos no presente Edital, tangente ao Processo Seletivo em questão, no que couber, serão resolvidos, conjuntamente pela Comissão de acompanhamento instituída e pela Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC, conforme a legislação vigente.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta/SC, em 20 de outubro de 2014.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

ANEXO I - FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2014

INSCRIÇÃO Nº \_\_\_\_\_ CÓDIGO DA FUNÇÃO PRETENDIDA

NOME DO CANDIDATO (A) \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Código	Função	Vaga
001	Motorista	1 + CR

Visto do responsável

Obs: Este comprovante de inscrição deverá ser apresentado juntamente com os demais documentos.

ANEXO I - FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2014

INSCRIÇÃO Nº \_\_\_\_\_ CÓDIGO DA FUNÇÃO PRETENDIDA

Nome do candidato:
Endereço:
Cidade:
Telefone:
RG: CPF:
E - mail:

Código	Função	Vaga
001	Motorista	1 + CR

Documentos anexos:

( ) RG ( ) CPF ( ) Certificado Militar ( ) Título de Eleitor ( ) Comprovante de Escolaridade ( ) Procuração ( ) Outros - especificar abaixo \_\_\_\_\_

Eu, abaixo assinado, declaro conhecer e aceitar todas as normas do Processo Seletivo 002/2014 do Município de Serra Alta, bem como a legislação pertinente sobre a contratação.

Serra Alta / SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

Assinatura do candidato (a)

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MOTORISTA

CONHECIMENTOS GERAIS:

1. PORTUGUÊS - Conteúdos: 1) Interpretação de texto: ideia central; leitura e compreensão das informações; vocabulário; substituição de palavras e expressões no texto. 2) Ortografia. 3) Acentuação. 4) Uso e flexão de substantivos e adjetivos: singular e plural; aumentativo e diminutivo; feminino e masculino. 5) Sinônimos e antônimos.

2. RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO - Conteúdos: 1) Sistema numérico: unidade, dezena e centena. 2) Conjunto dos números naturais e decimais: adição, subtração, multiplicação e divisão. 3) Sistema monetário brasileiro. 4) Unidade de medida: tempo e comprimento. 5) Raciocínio lógico. 6) Aplicação dos conteúdos acima listados em situações cotidianas.

3. LEGISLAÇÃO e CONHECIMENTOS GERAIS - Conteúdos: 1) Município de Serra Alta: a) História; b) Dados do Município; c) Símbolos; d) Aspectos econômicos. 2) Conhecimentos sobre cidadania e consciência ecológica. 3) Legislação.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais.

- SERRA ALTA. Lei Orgânica Municipal.

- SERRA ALTA. Dados do Município. Disponíveis < <http://www.serraalta.sc.gov.br/home/> >

- Manuais, livros e apostilas relacionados com os conteúdos indicados.



**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:**

Conteúdos: 1) Legislação (Código de Trânsito Brasileiro, seu regulamento e Resoluções do Contran). 2) Conhecimento teórico de primeiros socorros, restrito apenas às exigências do Contran ou órgão regulamentador de trânsito. 3) Direção defensiva. 4) Conhecimentos de mecânica. 5) Legislação.

**Referências Bibliográficas:**

- BRASIL. Lei nº 9.503/97 e alterações - Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Legislação complementar atualizada até a publicação do presente edital.

- Manuais, livros e apostilas relacionados com os conteúdos indicados.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

**DECRETO Nº 167/2014**

DECRETO Nº167/2014 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

"DECLARA BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS PARA O SERVIÇO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal Art. 64B.

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o Município, preservado o interesse público, os Bens Móveis a seguir relacionados, que compõe o Patrimônio Público deste Município:

QT	DESCRIÇÃO
03	BALCÃO DE MADEIRA Nº1508-2774-1960.
02	BALCÃO DE MDF - Nº341-160.
01	BALCÃO DE METAL- Nº69.
01	CONJUNTO COM 2 CADEIRAS ESTOFADA Nº961.
03	CONJUNTO DE 3 CADEIRAS ESTOFADA - Nº953-947-946.
06	CADEIRA METALICA - Nº3330-3302-3295-3292-3295-923.
01	CADEIRA ESTOFADA - Nº924.
01	CADEIRA DE PLASTICO- Nº1276
03	CADEIRA GIRATÓRIA DE RODINHA Nº391-298-1746.
03	APARELHO DE MEDIR PRESSAO ARTERIAL Nº305-344-2672.
03	APARELHO DE MEDIR GLICOSE NO SANGUE Nº346-347-2674.
07	BANCO DE MADEIRA Nº2014-2015-2013-2012-2011-1101-1390.
11	ARMARIO DE MADEIRA Nº1680-2108-1994-1339-1579-1577-1568-858-2111-1933-1721.
17	MESA DE MADEIRA Nº 98-124-202-2360-860-975-509-878-1090-1143-1987-2722-2723-556-2291-2297-917.
02	MESA EM MDF Nº414-328.
02	MESA PARA IMPRESSORA Nº1241-1243.
04	MESA PARA COMPUTADOR Nº18-1545-99-2059.
01	MESA EM "L" N 095.
02	MESA REDONDA EM MDF Nº3298-3297.
09	PRATELEIRA DE MADEIRA Nº2656-1567-458-457-456-454-1576-2789-2304.
22	PRATELEIRA DE AÇO Nº2341-2342-1401-2186-2185-2115-1993-1988-1966-1935-1934-1717-71-3328-3327-3326-3325-1494-1493-1478-281-280.

53	PERSIANA Nº389-335-269-237-405-406-418-419-450-451-931-851-852-809-810-925-823-824-793-794-876-877-964-965-966-967-968-969-1502-1612-1647-910-1202-1280-1324-1325-1326-1329-1330-1331-1357-1393-1394-1395-1405-1406-1474-1057-1102-1103-1157-1158-1201.
90	CADEIRAS EM MADEIRA EMPALHADA Nº3101-3099-3097-3095-3094-3092-3088-3087-3085-3083-3082-3079-3077-3075-3074-3071-3069-3068-3067-3066-3065-3064-3063-3062-3060-3058-3057-3055-3054-3053-3052-3051-3050-3049-3045-3044-3043-3041-3042-3163-510-3162-2997-2995-2996-3170-3169-3168-3167-3165-3161-3160-3159-3158-3157-3156-3155-3154-3153-3152-3151-3150-3149-3148-3147-3144-3141-3140-3137-3136-3135-3134-3133-3132-3131-3129-3127-3125-3124-3123-3119-3118-3116-3115-3113-3111-3110-3109-3106-3105-3103.
67	CADEIRA ESCOLAR Nº 1075-1556-1360-1362-1515-1521-1529-1530-2800-1531-1632-1636-1637-1638-1666-1669-1670-1671-1673-1676-1691-1692-1694-1695-1696-1697-1699-1700-1701-1703-1705-1706-1707-1708-1710-1912-1913-1923-2010-2067-2068-2070-2072-2073-2074-2075-2076-2079-2078-2083-2086-2089-2090-2091-2118-2121-2123-2126-2129-2130-2131-2141-2144-2859-203-207-3833.
06	CADEIRA DE MADEIRA Nº411-404-49-1427-2203-410.
49	CARTEIRA ESCOLAR Nº1587-1920-1639-1640-1652-1662-1808-1927-1925-1924-1929-1939-2024-2026-2036-2039-2041-2080-2095-2096-2097-2099-2104-2149-2151-2154-2155-2156-215-7-2162-2163-2167-2172-2174-2176-1064-1065-1067-1111-1628-2811-3194-3196-3639-3663-383-327-3852-1333.
17	ESTABILIZADOR Nº2746-1234-1302-275-469-481-566-722-2384-2385-2387-2381-2382-2383-2386-2591-2592.
07	VENTILADOR Nº1837-1156-2944-396-463-764-2348.
13	TELEFONE Nº2201-1975-1346-901-40-63-88-116-222-234-401-477-2512.
06	RÁDIO Nº1722-1290-1291-1412-1423-2793.
06	CPU Nº 1768-1799-1804-1300-330-736.
05	MONITOR Nº1348-2773-902-403-802.
03	AQUECEDOR Nº 141-143-421.
03	VIDEO CASSETE Nº 1379-1342-971.
02	TV 21" Nº 1375-2106.
01	RETROPROJETOR Nº1482.
02	GELADEIRA Nº1943-1955.
01	ASPIRADOR DE PÓ Nº715.
01	IMPRESSORA Nº1298.
01	LIQUIDIFICADOR Nº1414.
01	ESMERILHO Nº2219.
01	BEBEDOURO Nº2216.
01	FURADEIRA Nº2214.
01	CELINDRO LAMINAR Nº1952.
01	MAQUINA FOTOGRÁFICA Nº26
01	ESPELHO COM MOLDURA Nº941.
02	CABIDEIRO Nº1552-1550.
01	APARELHO COM FITA MÉTRICA Nº986.
01	SUPORTE PARA CPU Nº859.
01	CANTO ESTOFADO Nº937.
01	ANDADOR DE ALÚMINIO Nº2979.
01	BALANÇA DE BANHEIRO Nº2978.
01	ESCADA DE DEDOS EM MADEIRA Nº2710.
01	BIOMBO Nº2435.
01	QUADRO PARA PALESTRA Nº427.
02	PAR DE MULETAS Nº2428-126.



01	MACA AMBULATORIAL Nº174.
01	MURAL COM ESTROTEIRA DE METAL Nº1613.
02	SUPORTE DE MADEIRA ( PEDESTAL) Nº1651-2358.
01	BEBEDOURO DE PLÁSTICO Nº38.
01	ESCADA DE AÇO COM 5 DEGRAUS Nº51.
01	EQUIPO ODONTOLÓGICO Nº 70.
01	BAU DE MADEIRA Nº1049.
01	SUPORTE PARA TV Nº2195.
01	FOGÃO INDUSTRIAL 8 BOCAS Nº2331.
01	MÁQUINA DE CORTAR GRAMA Nº2210.
25	CPU- Nº 111-3-135-467-138-64-801-136-841-471-819-1335-1294-1810-1867-564-274-2313-903-742-3440-1300-869-861-818.
16	MONITOR - Nº110-123-820-724-133-273-3439-480-91-1293-1336-2314-981-864-735-403.
14	IMPRESSORA - Nº 905-394-1337-1299-905-1859-85-2718-1899-1807-571-570-2590-741.
25	ESTABILIZADOR - Nº755-472-2716-4-1230-1340-1235-1297-349-2594-2593-2317-928-881-870-862-763-751-749-744-739-574-904-744-469.
12	TELEFONE - Nº11-319-2316-834-805-767-567-863-768-222-88-63.
02	RETROPROJETOR -Nº 1848-2744.
03	AQUECEDOR Nº 140-142-103.
04	ESTUFA Nº 60-159-150-198.
02	CAFETEIRA ELETTRICA Nº 2651-652
06	VIDEO CASSETE - Nº 1281-2181-2743-2105-2061-2294.
03	MAQUINA DE ESCREVER Nº 1973-921-727.
02	TELEVISÃO 14" Nº 2182-791
05	CALCULADORA ELÉTRICA Nº 2570-822-845-803-731.
04	RÁDIO Nº 2343-2321-1942-1423.
05	VENTILADOR Nº2347-2332-259-157-2563.
02	DVD- Nº 926-927.
01	APARELHO DESUMIFICADOR DE PAPEL - Nº 756.
01	MIMEOGRAFO - Nº1288.
02	APARELHO AMALGMADOR SEM CAPSULA Nº 161-155.
01	CARTÃO PONTO-RELÓGIO Nº 93
01	ENCERADEIRA - Nº 171
01	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA - Nº1505
01	FORNO ELÉTRICO Nº 1953.
01	BATEDEIRA - Nº1950.
02	LIQUIDIFICADOR - Nº 2329-2713.
85	CARTEIRA ESCOLAR - Nº 2838-2839-2841-2842-2844-2845-2873-2874-2876-2877-2878-2880-2884-2885-2887-2888-2889-2891-2895-2897-2903-2905-2906-2907-2908-2910-2913-2914-3025-3037-3643-3678-3695-3878-74-1020-1021-1022-1062-1063-1066-1068-1069-1070-1071-1072-1073-1108-1109-1110-1112-1113-1114-1115-1116-1117-1119-1120-1121-1122-1123-1124-1161-1163-1167-1374-1437-1438-1439-1441-1442-1443-1448-1580-1581-1583-1584-1589-1590-1593-1626-1712-2777-2805-2837-1170.
06	MESA PARA COMPUTADOR Nº 2312-1292-1645-2452-836-750-62-2721.
02	MESA DE MADEIRA Nº 1432-1402.
08	MESA ESCOLAR DE CENTRO PEQUENA Nº2915-2916-2917-1106-1105-1104-1061-1060.
05	ESTANTE DE METAL Nº 1496-1481-1480-1479-1431-4083.
01	BNACO DE PVC - Nº2949.
03	BANCO DE MADEIRA - Nº 1424-1391-1389

82	CADEIRA ESCOLAR Nº 2814-2817-2818-2821-2822-2824-2828-2856-2857-2858-2860-2861-2862-2863-2864-2865-2867-2868-2869-2870-2871-2918-2920-2921-2928-2929-2935-2939-2941-3016-3794-1047-1076-1077-1080-1083-1085-1086-1139-1127-1128-1130-1131-1137-1138-1166-1177-1178-1180-1181-1183-1184-1189-1377-1387-1388-1453-1454-1457-1460-1461-1512-1513-1517-1522-1523-1526-1528-1549-1561-1562-1594-1595-1596-1598-1599-1600-1605-1702-1713-2801-2807.
08	CADEIRA ESTOFADA - Nº914-873-1310-1308-1305-3300-780-781-56.
03	CADEIRA GIRATÓRIA Nº 2561-816-799.
01	SUPORTE PARA TV Nº790.
01	BALCÃO DE FORMICA Nº651.
03	ARMÁRIO DE MADEIRA Nº2803-1578-765.
01	BAÚ DE MADEIRA Nº 1564.
02	ESPELHO COM MOLDURA Nº1466-1148.
01	SUPORTE PARA NOBREAK Nº2361
01	PERSIANA Nº1317.
01	TRILHOS PARA DEPENDURAR AS ROLDANAS Nº497

Art. 2º- Fica determinado a venda dos referidos Bens, mediante processo licitatório competente e avaliação prévia por Comissão especialmente designada.

Art. 3º- Os Bens móveis acima citados ficam desafetados das finalidades a eles inerentes, para fins de baixa do Patrimônio Municipal.

Art. 4º. As receitas decorrentes da aplicação do presente Decreto serão classificadas de receitas de capital - Alienação de Bens móveis.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura. Condição sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando as disposições em contrários.

Gabinete do Prefeito, 01 de setembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

### Decreto Nº 168/2014

DECRETO Nº. 168/2014 DE 20 DE OUTUBRO DE 2014.

"INSTITUI COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO CONFORME EDITAL Nº 003/2014"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Instituída a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Processo Seletivo Simplificado Municipal conforme Edital nº 003/2014, da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC, composta pelos seguintes membros:

AUREA PERUZZO - Coordenadora

PABLO LUIZ ZORZI - Membro

SILVANES CERIZOLLI BAESSO - Membro  
LIANE DE ALMEIDA - Membro  
MICHELI SANTORO - Membro  
JAQUELINE NOAL DONIDA - Membro

Art. 2º. À Comissão compete resolver casos não previstos no Edital nº 003/2014 e acompanhar todo processo para contratação do profissional, bem como o resultado da homologação das inscrições dos candidatos inscritos, apreciar os recursos previstos no Edital nº 003/2014.

Art. 3º. As decisões da Comissão de Acompanhamento do Edital do Processo Seletivo Simplificado serão tomadas pela maioria, cabendo ao coordenador o desempate.

Art. 4º. O serviço da Comissão será considerado de caráter relevante, não lhe sendo atribuída qualquer remuneração e nem caracterizando vínculo empregatício.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de outubro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

## Siderópolis

### PREFEITURA

#### Comunicado COMUNICADO

O governo do Município de Siderópolis, através da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, torna público, que a partir do dia 01 de novembro de 2014, procederá ao corte de: Sete Ligustros (*Ligustrum lucidum* W.T.Aiton) e Três Jambolões (*Ligustrum lucidum* W.T.Aiton), localizadas no entorno do Salão Paroquial, cito a Avenida 19 de Dezembro, Centro, Siderópolis/SC.

As árvores supracitadas serão suprimidas, pois o desenvolvimento de suas raízes e seus galhos vem danificando a infraestrutura do Salão Paroquial e o passeio público (calçadas) no seu entorno.

A Paróquia Nossa Senhora Aparecida compromete-se a efetuar o plantio de 15 (quinze) árvores nativas no mesmo imóvel e com características botânicas recomendadas para paisagismo urbano, a ser definido pela Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente.

As pessoas interessadas têm 10 (Dez) dias, a partir da informação publicada, para apresentarem recursos junto à Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, no seguinte endereço: Avenida 19 de Dezembro, nº 251, Centro, Siderópolis - SC.

Paço Municipal Antônio Feltrin, 21 de Outubro de 2014.

Hélio Roberto Cesa  
Prefeito Municipal

# Timbó

## PREFEITURA

### Portaria Nº Timboprev-037, de 20 de Outubro de 2014

PORTARIA Nº TIMBOPREV-037, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

Alterar a Portaria n. 2270, de 02/08/2011 que concedeu Aposentadoria Voluntária por Idade de Tempo de Contribuição à servidora Pública Municipal Elisiana Butzke Raddatz

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011,

Considerando-se a manifestação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina quando da análise do processo nº 11/00515302 relativo à homologação da aposentadoria da servidora Elisiana Butzke Raddatz, através da qual apontou irregularidade no cálculo dos proventos concedidos através da Portaria nº 2270, de 02/08/2011, em razão do equívoco no percentual do adicional/gratificação por tempo de serviço;

Considerando-se que com o fito de sanar a irregularidade apontada fora instaurado o processo FUNPREVI nº 42/2011, o qual, após o devido contraditório, culminou na decisão de acatar e providenciar a revisão dos proventos de modo a adequar o ato praticado no que diz respeito ao valor dos proventos de aposentadoria;

Considerando-se que para que surtam os efeitos necessários à validade da revisão dos proventos efetuada é imprescindível a revisão do ato originário de aposentadoria;

#### RESOLVE:

Art. 1º. ALTERAR a redação da Portaria n. 2270, de 02/08/2011, que concedeu Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição à servidora pública municipal Elisiana Butzke Raddatz, passando de: "... correspondente a quantia de R\$ 3.377,22 (três mil, trezentos e setenta e sete reais e vinte e dois centavos)..." PARA "... correspondente a quantia de R\$ 3.243,90 (três mil, duzentos e quarenta e três reais e noventa centavos)..." tudo conforme documentação anexada no processo de revisão de aposentadoria nº FUNPREV 42/2011.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos financeiros a contar de 1º de novembro do corrente, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

OSMAIR DE CASTILHO

Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV

### Ata Decisão Habilitação Concorrência N.º 114 2014 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº. 114/2014 - PMT

Às dez horas, do vigésimo primeiro dia, do mês de outubro de dois mil e catorze, no auditório da PREFEITURA MUNICIPAL DE

TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campegger Floriano e Aline Burger, para análise dos pareceres técnico e contábil, emitidos acerca da documentação de habilitação das empresas participantes da Concorrência nº. 114/2014 - PMT. Do parecer contábil emitido pela contadora, Sra. Carla Moser, sobre o item 7.1.3 (Qualificação Econômico-financeira) do edital, verificou-se que:

- a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, atendeu aos seguintes requisitos estabelecidos no Edital;
- a empresa TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI, não atendeu aos seguintes itens: índice de liquidez corrente 1,35 (inferior a 1,5), índice de liquidez total ou geral 1,29 (inferior a 1,5), grau de endividamento 0,48 (superior a 0,40);
- a empresa RENTAL SERVICE LTDA EPP, atendeu aos seguintes requisitos estabelecidos no Edital;
- a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, atendeu aos requisitos estabelecidos no Edital;

Do parecer técnico, emitido pela engenheira civil, Sra. Luciana Hartmann, constatou-se que as empresas TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA apresentaram acervo compatível com o objeto licitado. Em relação a empresa RENTAL SERVICE LTDA EPP, verificou-se que a mesma não apresentou capacidade técnico-operacional em quantidade mínima solicitada no Edital. Em relação as manifestações das empresas licitantes na ata do dia 17/10/2014 temos o seguinte a considerar:

- Sobre a manifestação de que consta no alvará de 2014 da empresa RENTAL SERVICE LTDA EPP como atividade principal "o aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes", o objeto social constante da Sétima Alteração Contratual (fls. 0697), dispões dentre outros a prestação de serviços na pavimentação e asfaltamento de ruas bem como serviço de conservação e manutenção de vias.

- A respeito da certidão do Poder Judiciário apresentada pela EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, verificou-se que contém as informações exigidas no edital, ou seja, consta que na Comarca de Araquari existe apenas um distribuidor (vara única).

- Sobre a ausência de assinatura do responsável no Registro de Empregados apresentado pela empresa TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI (cópia devidamente autenticada) destacamos o posicionamento do doutrinador Hely Lopes Meirelles citado no Parecer da FECAM nº 1800 publicado em 10/03/2011:

"o princípio do procedimento formal, todavia, não significa que a Administração deva ser "formalista" a ponto de fazer exigências inúteis ou desnecessárias à licitação, como também não quer dizer que se deva anular o procedimento ou o julgamento, ou inabilitar licitantes, ou desclassificar propostas, diante de simples omissões ou irregularidades na documentação ou não proposta, desde que tais omissões ou irregularidades sejam irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes" (grifo acrescido, Licitação e Contrato Administrativo, 12 ed., São Paulo: Malheiros, 1999. p. 27).

Ante o exposto, analisada toda documentação juntada aos autos, aliado com o parecer contábil e parecer técnico do Setor de Engenharia e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, decidimos conforme segue:

- INABILITAÇÃO das seguintes empresas: TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI em relação a demonstração da saúde financeira, ou seja,

índice de liquidez corrente 1,35 (inferior a 1,5), índice de liquidez total ou geral 1,29 (inferior a 1,5) e grau de endividamento 0,48 (superior a 0,40), não atendeu, portanto as exigências do item 7.1.3, alínea "b" do Edital; bem como faltou currículo de um dos prepostos, não atendendo ao exigido no item 7.1.5 alínea "d" inciso I do Edital. RENTAL SERVICE LTDA EPP não apresentou capacidade técnico-operacional em quantidades mínimas solicitadas no item 7.1.5 alínea "b" do Edital.

- HABILITAÇÃO das seguintes empresas: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA.

Ficam as empresas intimadas do inteiro teor desta Ata de julgamento de habilitação para, querendo apresentar recurso, nos termos da alínea "b", inc. I do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), ou desistência do mesmo, viabilizando a continuidade do feito. Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão. Registre-se, publique-se, intemem-se.

CARMELINDE BRANDT  
Presidente

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO  
Secretária

ALINE BURGER  
Membro

#### **ATA HABILITAÇÃO E PROPOSTA TOMADA DE PREÇO N.º 101 2014 PMT**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº. 101/2014 - PMT

Às nove horas e dez minutos, do vigésimo primeiro dia, do mês de outubro de dois mil e catorze, no auditório da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ/SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Aline Burger e, representando a empresa SERVEMED CLINICA DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA, o senhor Jony Reus Keppen. Entregou, tempestivamente, os envelopes de Habilitação e Proposta, a empresa: SERVEMED CLINICA DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA. A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. A senhora Presidente em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes Habilitação, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos, para análise e rubrica. Em análise aos documentos de habilitação, verificou-se que os mesmos atenderam as exigências do edital. Desta forma, analisada toda documentação juntada aos autos, atendendo ainda ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, a Comissão decide pela habilitação da empresa SERVEMED CLINICA DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA. A Comissão lembra que como só houve uma empresa participante, dispensa-se o prazo legal que seria de cinco dias úteis, para interposição de recursos, possibilitando a continuidade ao certame. Deu-se, em sequência, a abertura do envelope contendo a proposta para exame e rubrica de todos os documentos pelos membros da Comissão e representante presente, cujo valor global apresentado pela empresa foi de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Da análise e exame da proposta, à vista das exigências constantes do edital,

decide-se pela classificação da proposta, e declara-se vencedora a empresa SERVEMED CLINICA DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA no valor total de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Após a empresa ser declarada vencedora o representante da mesma solicitou a comissão permissão para se retirar da reunião antes da finalização da ata, a qual foi autorizada pela Sra. Presidente. Em função da ausência deste a ata segue assinada apenas pelos membros da Comissão de Licitação. Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão e pelos representantes legais presentes. Registre-se, publique-se, intemem-se.

CARMELINDE BRANDT  
Presidente

ALINE BURGER  
Membro

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO  
Secretária

#### **AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 19 2014 FCT - SERVIÇO DE PRODUÇÃO DE VÍDEO-FILMAGEM E EDIÇÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 19/2014 - FCT

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de produção de vídeo-filmagem e edição, para execução de vídeo contendo 12 (doze) minutos de duração, com caráter educacional, a ser utilizado em ações educativas no Museu do Imigrante de Timbó, conforme Prêmio Modernização de Museus 2011 - Microprojetos, Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, edital n.º 08, projeto "os imigrantes e suas histórias maravilhosas" - PRONAC 127052 - proposta 82225, em atendimento às necessidades da Fundação Cultural de Timbó. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 10h00min do dia 04 de novembro de 2014. ABERTURA: dia 04 de novembro de 2014 as 10h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br)

TIMBO (SC), 21/10/2014.  
Jorge R. Ferreira  
Presidente da Fundação Cultural



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 001764/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 001764/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

-----  
MCM6686 54573003E 22/08/2014 51851 167  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTES EDITAL.

TIMBO/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 001766/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 001766/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

-----  
MEP2950 54722733E 01/08/2014 57463 187 \* I 85.12  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTES EDITAL.



TIMBO/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014.  
FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 001765/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 001765/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----

CXS6057	54722711E	28/07/2014	65480	229	85.12
HEO9521	54573431E	26/06/2014	51691	165	1915.38
LYZ6705	54722661E	11/07/2014	65480	229	85.12
MCZ7930	54573591E	11/07/2014	66700	230	* XIII 127.69
MEA6687	54573428E	21/06/2014	66372	230	* IX 127.69
MFJ9371	54573593E	18/07/2014	66372	230	* IX 127.69
MFQ5693	54722743E	05/08/2014	65480	229	85.12

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014.  
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 001763/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.098 001763/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LYS6531	54573318E	05/10/2014	66102	230	*	VII
LYY3283	54572903E	26/09/2014	69120	232		
MAX2322	54571941E	16/09/2014	69120	232		
MBP1915	54573540E	20/09/2014	66531	230	*	XI
MBV6100	54573093E	13/09/2014	65992	230	*	V
MCP4477	54571942E	19/09/2014	66101	230	*	VII
MFL9558	54573550E	01/10/2014	66372	230	*	IX
MFL9558	54573549E	01/10/2014	65992	230	*	V
MFL9558	54573548E	01/10/2014	50100	162	*	I
MHZ3262	54572396E	26/09/2014	51691	165		

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

TIMBO/SC, 20 DE OUTUBRO DE 2014.  
GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

## SAMAE

### Portaria No SAMAE -124 de 17 de Outubro de 2014

PORTARIA No SAMAE -124 DE 17 DE OUTUBRO DE 2014

Concede Exoneração, a pedido, ao Servidor Thiago Luiz Schweder, contratado temporariamente para cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, a contar de 16/10/2014

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, a pedido, ao Servidor Público Municipal THIAGO LUIZ SCHWEDER, contratado temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, do Quadro de Pessoal do SAMAE, pela Portaria nº SAMAE 084 de 27 de junho de 2014, a contar de 16 de outubro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de outubro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

**CÂMARA MUNICIPAL****Resolução Md Nº 13/2014**

Resolução MD Nº 13/2014

Estabelece horário especial de expediente na Câmara Municipal de Timbó.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Timbó, com fulcro no disposto no art. 16. III, da Lei Orgânica, no art. 212, § 1º, da Lei Complementar nº 1/1993 e no art. 48. I, do Regimento Interno, Considerando a particularidade dos serviços desenvolvidos pela Secretaria da Câmara Municipal de Timbó, Considerando o recesso nas atividades legislativas da Câmara Municipal no período de 16 de Dezembro a 31 de Janeiro, Considerando a necessidade da adoção de medidas que atendam ao princípio da economicidade na administração pública, RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer que o expediente na Câmara Municipal de Timbó dar-se-á das 7h às 13h, de segunda à sexta-feira, em turno único e ininterrupto de trabalho.

Art. 2º O horário especial de expediente vigorará de 3 de Novembro de 2014 a 22 de Fevereiro de 2015.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor a partir da sua publicação na imprensa oficial.

Timbó, 21 de Outubro de 2014.

Jorge Augusto Krüger
Presidente

Rubens Borchardt	Douglas Emanuel Marchetti
Vice-Presidente	Secretário

# Tunápolis

## PREFEITURA

### Lei 1195/2014

Lei nº 1.195/2014.

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 406.200,00 (Quatrocentos e seis mil e duzentos reais), alterando a Lei Orçamentária nº 1.150/2013, e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele promulga a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 406.200,00 (Quatrocentos e seis mil e duzentos reais), alterando a LOA - Lei Orçamentária Anual nº 1.150 de 28 de novembro de 2013 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS		
Órgão:	SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS03.00		
Unidade:	ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS03.01		
Proj./Ativ	Manutenção dos Serviços da Secretaria de Administração04.122.0002.2.009		
3.1.90.00.00.00.00.00.0104	175.000,00Aplicações Diretas (6)		

Órgão:	04.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade:	04.05	EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Proj./Ativ	12.367.0007.2.015	Convênios da Educação Especial - APAE e APAS	
3.3.50.00.00.00.00.00.0104		Transf. a Instituições Privadas s/Fins Lucrativos	3.000,00

Unidade:	04.06	ENSINO SUPERIOR	
Proj./Ativ	12.364.0006.2.018	Auxílio Financeiro para Estudantes	
3.3.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (69)	11.000,00

Unidade:	04.07	EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	
Proj./Ativ	12.365.0005.2.014	Manutenção da Merenda Escolar	
3.3.90.00.00.00.00.00.0134		Aplicações Diretas (71)	2.200,00

Órgão:	06.00	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade:	06.01	TRANSPORTES NA SEDE DO MUNICÍPIO E INTERIOR	
Proj./Ativ	26.782.0015.2.027	Manutenção dos Serviços de Transportes	
3.3.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (94)	50.000,00

Órgão:	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade:	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Proj./Ativ	08.241.0003.2.038	Manutenção dos Serviços do Idoso	
3.1.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (113)	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (114)	3.000,00

Entidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUNÁPOLIS		
Órgão:	10.00	SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL	
Unidade:	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Proj./Ativ	10.301.0012.2.030	Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família	
3.1.90.00.00.00.00.00.0106		Aplicações Diretas (7)	160.000,00

TOTAL. .... R\$ 406.200,00

Art. 2º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS		
Órgão:	02.00	PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	
Unidade:	02.01	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL E VICE	
Proj./Ativ	04.122.0002.2.003	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
3.1.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (2)	50.000,00
Unidade:	03.01	ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
Proj./Ativ	04.122.0002.2.009	Manutenção dos Serviços da Secretaria de Administração	
3.3.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (7)	15.000,00
Proj./Ativ	08.243.0018.2.049	Manutenção do Conselho Tutelar	
3.3.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (12)	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (13)	2.500,00
Unidade:	03.02	ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS	
Proj./Ativ	04.122.0000.2.007	Encargos e Sentenças Judiciais	
3.3.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (22)	17.000,00
Órgão:	04.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade:	04.02	ENSINO FUNDAMENTAL	
Proj./Ativ	12.306.0005.2.014	Manutenção da Merenda Escolar	
3.3.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (35)	10.000,00
Unidade:	04.03	EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA	
Proj./Ativ	12.365.0005.2.014	Manutenção da Merenda Escolar	
3.3.90.00.00.00.00.00.0134		Aplicações Diretas (61)	2.200,00
Unidade:	04.05	EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Proj./Ativ	12.367.0007.2.015	Convênios da Educação Especial - APAE e APAS	
3.3.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (67)	2.000,00
Unidade:	04.10	CULTURA E TURISMO	
Proj./Ativ	13.392.0008.1.010	Aquisição Equipamentos e Materiais Permanentes/ Cultura	
4.4.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas(76)	12.000,00
Proj./Ativ	13.392.0008.2.019	Manutenção dos Serviços da Cultura e Turismo	
3.3.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas(78)	12.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas(79)	2.500,00
Órgão:	05.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Unidade:	05.01	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Proj./Ativ	20.606.0013.1.014	Aquisição de Máquinas, Veículos e Implementos	
4.4.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (86)	5.500,00
Proj./Ativ	20.606.0013.1.015	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	
4.4.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (87)	5.000,00
Proj./Ativ	20.606.0013.2.023	Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	
3.1.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (88)	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (89)	40.000,00
Proj./Ativ	20.608.0013.2.015	Programa de Melhoramento Genético	
4.4.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (83)	4.000,00



Órgão:	06.00	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
Unidade:	06.02	URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	15.451.0009.1.021	Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos
4.4.90.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (101) 4.000,00
Proj./Ativ	15.451.0009.2.028	Manutenção dos Serviços de Obras e Urbanismo
3.1.90.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (102) 50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (103) 15.000,00
Órgão:	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Unidade:	07.01	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Proj./Ativ	22.661.0014.2.046	Manutenção dos Serviços da Indústria e Comércio
3.3.90.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (110) 7.000,00
Órgão:	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade:	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ	08.241.0003.2.038	Manutenção dos Serviços do Idoso
4.4.90.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (116) 5.000,00
Proj./Ativ	08.244.0003.1.002	Manutenção e Conservação do CRAS
4.4.90.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (117) 4.500,00
Proj./Ativ	08.244.0003.1.022	Aquisição de Veículo, Equip. e Materiais Permanentes
4.4.90.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (118) 8.000,00
Proj./Ativ	08.244.0003.2.033	Manutenção do Centro de Referência da Assistência Social
3.1.90.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (120) 30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (122) 25.000,00
Órgão:	09.00	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
Unidade:	09.01	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
Proj./Ativ	08.243.0018.2.031	Manutenção Centros de Atendimento à Crianças e Adolesc.
3.3.90.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (128) 12.000,00
Proj./Ativ	08.243.0018.2.048	Manutenção da Assistência à Criança e ao Adolescente
3.3.90.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (129) 3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (130) 2.500,00

TOTAL..... R\$ 406.200,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis - SC, 21 de outubro de 2014.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada  
em data supra.

Elisabeth Inês Heberle Scherer  
Secretária de Administração, Finanças e Planejamento.

**LEI 1196/2014**

LEI Nº 1.196/2014.

Autoriza excluir dos registros do Patrimônio Público Municipal, bens inservíveis, e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a excluir dos registros do Patrimônio Público Municipal, bens inservíveis, de acordo com o apurado pelo Departamento do Patrimônio Público Municipal, conforme relação constante no Anexo Único desta Lei.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta dos respectivos Créditos Orçamentários.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC,  
Em, 22 de Outubro de 2014.

ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada  
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff  
Técnico em Controladoria Interna.

**ANEXO ÚNICO****RELAÇÃO DOS BENS INSERVÍVEIS**

Código do bem	DESCRIÇÃO DO BEM
2	MESA P/ESCRITORIO EM FORMICA FORMATO EM L 5 GAVETAS
156	ARMARIO DE 2 PORTAS DE CORRER C/ VIDRO
198	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM MADEIRA
202	CADEIRA PRE ESCOLAR EM MADEIRA
204	CADEIRA PRE ESCOLAR EM MADEIRA
205	CADEIRA PRE ESCOLAR EM MADEIRA
244	CADEIRA FIXA EM MADEIRA
281	CARTEIRA ESCOLAR EM MADEIRA
288	CARTEIRA ESCOLAR EM MADEIRA
312	CARTEIRA ESCOLAR EM MADEIRA
335	CADEIRA FIXA EM MADEIRA
346	CADEIRA FIXA EM MADEIRA
371	CARTEIRA ESCOLAR EM MADEIRA
399	CADEIRA FIXA EM MADEIRA
424	CADEIRA FIXA EM MADEIRA
474	IMPRESSORA MARCA LEXMARK E327
573	LIQUIDIFICADOR MARCA WALITA
611	MESA P/ESCRITORIO EM FORMICA
776	NOBREAK MARCA RAGTECH
793	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
859	MICROCOMPUTADOR
906	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1010	IMPRESSORA MARCA HP LASERJET 1200
1072	APARELHO DE FAX MARCA SHARP UX-66

1075	QUADRO BRANCO
1117	MESA P/REFEITORIO EM MADEIRA
1191	MAÇARICO DE CORTE OXIGENIO GLP
1206	CADEIRA FIXA EM MADEIRA
1310	CADEIRA PRE ESCOLAR EM MADEIRA
1368	AUTOCLAVE MARCA PHOENIX
1379	MONITOR 15 POL MARCA LG
1405	AR CONDICIONADO MARCA ELECTROLUX 10.000 BTUS
1515	CADEIRA FIXA EM MADEIRA
1540	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM CORVIN
1563	MICROCOMPUTADOR SERVIDOR INTEL XEON DUAL CORE 2.4GHZ 1.00GB
1565	HUB SWITCH MARCA PLANET 24 PORTAS
1583	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM MDF
1586	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM MDF
1629	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM MDF
1647	MESA P/REUNIOES EM FORMICA
1675	CARTEIRA ESCOLAR EM MADEIRA
1722	BEBEDOURO ELETRICO ETA41003B ETERNY
1768	MICROCOMPUTADOR
1787	NOBREAK MARCA SMS
1788	IMPRESSORA MATRICIAL MARCA EPSON LX-300 II
1790	BALANÇA DE PRECISÃO COM CAPACIDADE PARA 15KG
1792	LIQUIDIFICADOR MARCA WALITA
1803	FOTOCOPIADORA MARCA XEROX PHASER 3200 MFP
1837	ESTABILIZADOR MARCA TS SHARA
1904	MICROCOMPUTADOR INTEL CELERON 2.13GHZ 224MB
1923	APARELHO DE DVD MARCA PHILIPS
1954	MICROCOMPUTADOR SERVIDOR
1956	NOBREAK MARCA SMS
2027	ESTABILIZADOR MARCA TS SHARA
2034	NOBREAK MARCA NHS MINI
2036	NOBREAK MARCA NHS MINI
2063	MICROCOMPUTADOR INTEL PENTIUM DUAL 2.20GHZ 0.99GB MB
2065	MICROCOMPUTADOR INTEL PENTIUM DUAL CORE 2.00GHZ 1.99GB MB
2303	ESTABILIZADOR MARCA SMS
2304	MICROCOMPUTADOR LABORATORIO INFORMATICA
2310	ESTABILIZADOR MARCA BMI PROTECTOR
2336	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2342	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2344	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2347	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2348	CARTEIRA ESCOLAR EM MADEIRA
2349	CARTEIRA ESCOLAR EM MADEIRA
2350	CARTEIRA ESCOLAR EM MADEIRA
2351	CARTEIRA ESCOLAR EM MADEIRA
2352	CARTEIRA ESCOLAR EM MADEIRA
2353	CARTEIRA ESCOLAR EM MADEIRA
2354	CARTEIRA ESCOLAR EM MADEIRA
2355	CARTEIRA ESCOLAR EM MADEIRA
2356	CARTEIRA ESCOLAR EM MADEIRA
2357	CARTEIRA ESCOLAR EM MADEIRA

2358	CARTEIRA ESCOLAR EM MADEIRA
2359	CARTEIRA ESCOLAR EM MADEIRA
2361	CARTEIRA ESCOLAR EM MADEIRA
2362	CARTEIRA ESCOLAR EM MADEIRA
2380	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM MADEIRA
2381	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM MADEIRA
2382	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM MADEIRA
2383	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM MADEIRA
2384	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM MADEIRA
2385	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM MADEIRA
2386	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM MADEIRA
2387	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM MADEIRA
2389	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM MADEIRA
2391	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM MADEIRA
2392	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM MADEIRA
2393	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM MADEIRA
2394	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM MADEIRA
2437	BATEDEIRA
2479	LAVADORA DE ROUPAS AUTOMATICA MARCA ELECTROLUX 9.0KG
2546	CARTEIRA ESCOLAR EM MDF
2554	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM CORVIN
2809	ESTABILIZADOR MARCA TS SHARA
2818	APARELHO DE SOM MINISYSTEEN MARCA TOSHIBA
2824	IMPRESSORA MARCA LEXMARK E 120
2825	MONITOR MARCA PROVIEW 15 POL
2884	CADEIRA GIRATÓRIA ESTOFADA EM TECIDO
2894	HUB SWITCH MARCA ENCORE 16 PORTAS
2899	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO
2945	MOCHO GIRATORIO ESTOFADO EM CORVIN
2953	MESA P/ESCRITORIO EM FORMICA 3 GAVETAS
3018	ESTABILIZADOR MARCA BMI PROTECTOR
3041	CADEIRA DE RODAS
3042	CADEIRA DE RODAS
3043	CADEIRA DE BANHO
3060	MONITOR 17 POL MARCA AOC
3061	CADEIRA FIXA EM MADEIRA
3104	NOBREAK MARCA SMS
3116	NOBREAK MARCA SMS
3138	MICROCOMPUTADOR INTEL PENTIUM DUAL 3.00GHZ 932MB
3151	NOTEBOOK ITAUTEC INTEL CELERUM 2,3 GHZ 0,99 GB DE RAM
3165	NOBREAK MARCA ENERMAX
3167	MICROCOMPUTADOR INTEL PENTIUM 2.80 GHZ 448 MB DE RAM
3186	NOBREAK MARCA ENERMAX
3234	MESA P/REUNIOES DE MADEIRA DE 2,30X0,50
3238	MESA P/REUNIOES DE MADEIRA DE 2,30X0,50 M.
3240	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM MADEIRA
3253	MESINHA P/ JOGOS
3412	NOBREAK ENERMAX YUP-E

3523	Computador, processador de 2 núcleos 3.0, Placa mãe LGA 1155, HD 500 GB, 4 GB Memória RAM, Gravador de DVD, Teclado Multimídia, Mouse Óptico, Caixas de som Amplificadas, Gabinete Torre 4 baías
3529	NOBREAK MARCA YUPE
3543	CADEIRA FIXA EM MADEIRA
3555	MESINHA P/ JOGOS
3556	MESINHA P/ JOGOS
3589	BANCO MADEIRA 300X28X300CM PINTADOS EM VERNIZ
3592	BANCO MADEIRA 300X28X300CM PINTADOS EM VERNIZ
3593	BANCO MADEIRA 300X28X300CM PINTADOS EM VERNIZ
3594	BANCO MADEIRA 300X28X300CM PINTADOS EM VERNIZ
3601	BANCO MADEIRA 300X28X300CM PINTADOS EM VERNIZ
3603	BANCO MADEIRA 300X28X300CM PINTADOS EM VERNIZ
3604	BANCO MADEIRA 300X28X300CM PINTADOS EM VERNIZ
3605	BANCO MADEIRA 300X28X300CM PINTADOS EM VERNIZ
3607	BANCO MADEIRA 300X28X300CM PINTADOS EM VERNIZ
3612	ROTEADOR WIRELESS 150 MBPS TP-LINK
3630	MESA PINTADA EM VERNIZ 300 X 80 X 2,5CM COM 2 CAVALETES SIMPLES DE MADEIRA MEDINDO 64 X 76 X 43CM
3631	MESA PINTADA EM VERNIZ 300 X 80 X 2,5CM COM 2 CAVALETES SIMPLES DE MADEIRA MEDINDO 64 X 76 X 43CM
3632	MESA PINTADA EM VERNIZ 300 X 80 X 2,5CM COM 2 CAVALETES SIMPLES DE MADEIRA MEDINDO 64 X 76 X 43CM
3633	MESA PINTADA EM VERNIZ 300 X 80 X 2,5CM COM 2 CAVALETES SIMPLES DE MADEIRA MEDINDO 64 X 76 X 43CM
3634	MESA PINTADA EM VERNIZ 300 X 80 X 2,5CM COM 2 CAVALETES SIMPLES DE MADEIRA MEDINDO 64 X 76 X 43CM
3635	MESA PINTADA EM VERNIZ 300 X 80 X 2,5CM COM 2 CAVALETES SIMPLES DE MADEIRA MEDINDO 64 X 76 X 43CM
3642	MESA PINTADA EM VERNIZ 300 X 80 X 2,5CM COM 2 CAVALETES SIMPLES DE MADEIRA MEDINDO 64 X 76 X 43CM
3674	NOBREAK ENERMAX
3686	ESTABILIZADOR RAGTECH - MAX SOLUTION
3687	ESTABILIZADOR - BST 1200 PLUS
3695	PROCESSADOR
3721	ESTABILIZADOR MARCA SMS
3749	MESA PARA REUNIÕES
3761	ARMARIO EM AÇO COM 2 PORTAS E 4 PRATELEIRAS
3798	MESA EM MADEIRA COM REVESTIMENTO EM INOX
3919	BALCÃO COM 4 PORTAS E 4 GAVETAS
3953	CADEIRA FIXA INTERLOCUTOR COM BRAÇO LATERAL
3956	ARMARIO C/ 4 PRATELEIRAS E 2 PORTAS C/ CHAVE
3984	FOCO AUXILIAR 1 LAMPADA
4089	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO
4100	CARTEIRA ESCOLAR EM MADEIRA
4138	RADIO PORTÁTIL MUSIC SPEAKER MS-86 COM ENTRADA USB
4307	MONITOR LED 19 POLEGADAS - AOC

ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal.

**Decreto 1647/2014**

Decreto nº 1.647/2014.

Determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 406.200,00 (Quatrocentos e seis mil e duzentos reais), alterando a Lei Orçamentária nº 1.150/2013, e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e especialmente a Lei 1.195/2014,

**DECRETA:**

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 406.200,00 (Quatrocentos e seis mil e duzentos reais), alterando a LOA - Lei Orçamentária Anual nº 1.150 de 28 de novembro de 2013 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS	
Órgão:		SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS03.00
Unidade:		ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS03.01
Proj./Ativ		Manutenção dos Serviços da Secretaria de Administração04.122.0002.2.009
3.1.90.00.00.00.00.00.0104		175.000,00Aplicações Diretas (6)

Órgão:	04.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade:	04.05	EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Proj./Ativ	12.367.0007.2.015	Convênios da Educação Especial - APAE e APAS	
3.3.50.00.00.00.00.00.0104		Transf. a Instituições Privadas s/Fins Lucrativos	3.000,00

Unidade:	04.06	ENSINO SUPERIOR	
Proj./Ativ	12.364.0006.2.018	Auxílio Financeiro para Estudantes	
3.3.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (69)	11.000,00

Unidade:	04.07	EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	
Proj./Ativ	12.365.0005.2.014	Manutenção da Merenda Escolar	
3.3.90.00.00.00.00.00.0134		Aplicações Diretas (71)	2.200,00

Órgão:	06.00	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO	
Unidade:	06.01	TRANSPORTES NA SEDE DO MUNICÍPIO E INTERIOR	
Proj./Ativ	26.782.0015.2.027	Manutenção dos Serviços de Transportes	
3.3.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (94)	50.000,00

Órgão:	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade:	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Proj./Ativ	08.241.0003.2.038	Manutenção dos Serviços do Idoso	
3.1.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (113)	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (114)	3.000,00

Entidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUNÁPOLIS		
Órgão:	10.00	SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL	
Unidade:	10.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Proj./Ativ	10.301.0012.2.030	Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família	
3.1.90.00.00.00.00.00.0106		Aplicações Diretas (7)	160.000,00

TOTAL. .... R\$ 406.200,00

Art. 2º Para o atendimento do Crédito determinado no artigo anterior deste ato, o Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS		
Órgão:	02.00	PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	
Unidade:	02.01	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL E VICE	
Proj./Ativ	04.122.0002.2.003	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
3.1.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (2)	50.000,00
Unidade:	03.01	ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
Proj./Ativ	04.122.0002.2.009	Manutenção dos Serviços da Secretaria de Administração	
3.3.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (7)	15.000,00
Proj./Ativ	08.243.0018.2.049	Manutenção do Conselho Tutelar	
3.3.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (12)	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (13)	2.500,00
Unidade:	03.02	ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS	
Proj./Ativ	04.122.0000.2.007	Encargos e Sentenças Judiciais	
3.3.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (22)	17.000,00
Órgão:	04.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade:	04.02	ENSINO FUNDAMENTAL	
Proj./Ativ	12.306.0005.2.014	Manutenção da Merenda Escolar	
3.3.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (35)	10.000,00
Unidade:	04.03	EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA	
Proj./Ativ	12.365.0005.2.014	Manutenção da Merenda Escolar	
3.3.90.00.00.00.00.00.0134		Aplicações Diretas (61)	2.200,00
Unidade:	04.05	EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Proj./Ativ	12.367.0007.2.015	Convênios da Educação Especial - APAE e APAS	
3.3.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (67)	2.000,00
Unidade:	04.10	CULTURA E TURISMO	
Proj./Ativ	13.392.0008.1.010	Aquisição Equipamentos e Materiais Permanentes/ Cultura	
4.4.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas(76)	12.000,00
Proj./Ativ	13.392.0008.2.019	Manutenção dos Serviços da Cultura e Turismo	
3.3.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas(78)	12.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas(79)	2.500,00
Órgão:	05.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Unidade:	05.01	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Proj./Ativ	20.606.0013.1.014	Aquisição de Máquinas, Veículos e Implementos	
4.4.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (86)	5.500,00
Proj./Ativ	20.606.0013.1.015	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	
4.4.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (87)	5.000,00
Proj./Ativ	20.606.0013.2.023	Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	
3.1.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (88)	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (89)	40.000,00
Proj./Ativ	20.608.0013.2.015	Programa de Melhoramento Genético	
4.4.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (83)	4.000,00



Órgão:	06.00	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
Unidade:	06.02	URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS
Proj./Ativ	15.451.0009.1.021	Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos
4.4.90.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (101) 4.000,00
Proj./Ativ	15.451.0009.2.028	Manutenção dos Serviços de Obras e Urbanismo
3.1.90.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (102) 50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (103) 15.000,00
Órgão:	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Unidade:	07.01	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Proj./Ativ	22.661.0014.2.046	Manutenção dos Serviços da Indústria e Comércio
3.3.90.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (110) 7.000,00
Órgão:	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade:	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ	08.241.0003.2.038	Manutenção dos Serviços do Idoso
4.4.90.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (116) 5.000,00
Proj./Ativ	08.244.0003.1.002	Manutenção e Conservação do CRAS
4.4.90.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (117) 4.500,00
Proj./Ativ	08.244.0003.1.022	Aquisição de Veículo, Equip. e Materiais Permanentes
4.4.90.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (118) 8.000,00
Proj./Ativ	08.244.0003.2.033	Manutenção do Centro de Referência da Assistência Social
3.1.90.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (120) 30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (122) 25.000,00
Órgão:	09.00	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
Unidade:	09.01	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
Proj./Ativ	08.243.0018.2.031	Manutenção Centros de Atendimento à Crianças e Adolesc.
3.3.90.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (128) 12.000,00
Proj./Ativ	08.243.0018.2.048	Manutenção da Assistência à Criança e ao Adolescente
3.3.90.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (129) 3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (130) 2.500,00

TOTAL.. . . . . R\$ 406.200,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis - SC, 21 de outubro de 2014.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Este Decreto foi publicado  
em data supra.

Elisabeth Inês Heberle Scherer  
Secretária de Administração, Finanças e Planejamento.

## Vargeão

### PREFEITURA

#### Extrato de Termo Aditivo ao Contrato Nº 97/2014.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO nº 97/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: Acresce quantitativo, conforme especificado na planilha que integra o presente Aditivo.

VALOR: Em razão do acréscimo de quantitativo, fica aumentado o valor contratual em R\$ 123,00 (cento e vinte e três reais). Assim, considerando o acréscimo o valor do contrato passa a ser de R\$ 7.712,40 (sete mil setecentos e doze reais e quarenta centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 97/2014.

Vargeão SC, 21 de outubro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

## Videira

### PREFEITURA

#### Laudo de Aceitabilidade de Amostra do PR 51/2014 - FMS

LAUDO DAS AMOSTRAS

1ª Colocada

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014 - FMS

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa ROBERTO TESSARO E CIA LTDA, apresentou as amostras físicas conforme previsto no Edital e nos itens abaixo discriminado:

Item	Unid.	Especificação	MARCA	SITUAÇÃO
40	PACOTE	Papel toalha branco para cozinha, folha dupla, picotada, texturizada, pacotes com dois rolos de no mínimo 55 toalhas cada rolo.	mAXIM	aprovada
44	UN	Pilha alcalina tipo botão (para relógio de pulso, etc), LR41.	maxprint	aprovada
53	PACOTE	Saco p/ lixo com capacidade p/ 100 litros, espessura de 0,12 micras - pacote c/ no mínimo 05 unidades.	IAIRE	Reprovada Não possui a espessura solicitada.
55	PACOTE	Saco p/ lixo com capacidade p/ 50 litros, espessura de 0,12 micras - pacote c/ no mínimo 10 unidades.	IAIRE	Reprovada Não possui a espessura solicitada
62	UN	Carrinho de Limpeza Profissional com rodinhas, mais acessórios, com a seguinte descrição mínima: O CARRO FUNCIONAL COM BOLSA é uma estação de limpeza móvel. Permite que todos os utensílios e equipamentos sejam transportados de uma só vez, eliminando o desperdício de tempo com deslocamentos e aumentando a produtividade dos funcionários. Produzido 100% em polipropileno, evita contaminação, além de ter detalhes que facilitam a organização e limpeza: - Acondiciona e protege diversos acessórios; Acompanha: 01 Carro Funcional com saco em vinil tamanho grande (aproximadamente 90 litros) + 01 (um) Balde Espregador Doblô 30 litros, c/ divisão para água limpa e água suja + 01 (um) Conjunto Mop Líquido (01 Cabo em Alumínio + 01 Haste + 01 Refil Mop Líquido 320 g) + 01 (uma) Placa de Sinalização Piso Molhado + 01 (uma) Pá Coletora Pop + 01 (um) Conjunto Mop Pó (01 Cabo em Alumínio + 01 Armação + 01 Refil Mop Pó 60 cm). Cor cinza e amarelo.	bralimpia	APROVADA

Videira (SC), 20 de outubro de 2014.

Camila Strapazzon  
Secretaria de Saúde

**LAUDO DAS AMOSTRAS**  
1ª Colocada

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014 - FMS**

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, apresentou as amostras físicas conforme previsto no Edital e nos itens abaixo discriminado:

Item	Unid.	Especificação	MARCA	SITUAÇÃO
36	UN	Pano de prato, branco, alvejado, tamanho médio, com barra	MARTINS PANO	aprovada
50	UN	Sabão em barra glicerinado e perfumado, com no mínimo 200 gramas, com fragrâncias diversas. embalado individualmente.	BEBRIL PERFUMADO	aprovada

Videira (SC), 20 de outubro de 2014.

Camila Strapazzon  
Secretaria de Saúde

**LAUDO DAS AMOSTRAS**  
1ª Colocada

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014 - FMS**

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP, apresentou as amostras físicas conforme previsto no Edital e nos itens abaixo discriminado:

Item	Unid.	Especificação	MARCA	SITUAÇÃO
06	Unidade	Bolsa vazia para pano de chão, 100% algodão, trama bem fechada, Alvejado liso; Tamanho mínimo: 50cm x 70cm, dobra dupla, com costura (acabamento).	-	REprovada não apresentou amostra

Videira (SC), 20 de outubro de 2014.

Camila Strapazzon  
Secretaria de Saúde

**LAUDO DAS AMOSTRAS**  
1ª Colocada

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014 - FMS**

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, inscrita sob CNPJ nº 07.814.016/0001-87, apresentou as amostras físicas conforme previsto no Edital e nos itens abaixo discriminado:

Item	Unid.	Especificação	MARCA	SITUAÇÃO
01	Frasco	Água Sanitária com a seguinte composição: Hipoclorito de sódio e água; Embalagem deve ser de material resistente e não "trincar".	Zavaski	aprovada
15	UN	Detergente concentrado, embalagem mínima contendo 500ml.	zavaski	reprovada má qualidade, não faz espuma.
16	PACOTE / CAIXA	Detergente em pó com amaciante, com a seguinte composição: Tensoativo alquil benzeno; Sulfato de sódio; Co-adjuvantes; Sinergista; Branqueadores ópticos; Enzima; Tamponastes; Carga, corante, perfume, silicone e água; Caixa/pacote com 1kg.	POLVAX	Reprovada má qualidade, não faz espuma.
37	ROLO	Papel higiênico branco, gofrado, macio, rolo c/ no mínimo 300 metros.	DELY	Aprovada
38	PACOTE	Papel higiênico, rolo com no mínimo 30 metros, branco, alta maciez, folha dupla picotada, gofrado em alto relevo, embalagem com 4 rolos	FOFINHO	APROVADA

39	FARDO	Papel toalha branco intercalado 2 dobras, medida mínimas por folha 20 x 23cm, pacotes com no mínimo 1000 unidades, cor branco, papel ALTA QUALIDADE 100% FIBRAS CELULOSE VIRGEM.	VIDEPEL	APROVADA
----	-------	--	---------	----------

Videira (SC), 20 de outubro de 2014.

Camila Strapazzon  
Secretaria de Saúde

LAUDO DAS AMOSTRAS  
1ª Colocada

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014 - FMS

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa SCS COMERCIO LTDA ME, apresentou as amostras físicas conforme previsto no Edital e nos itens abaixo discriminado:

Item	Unid.	Especificação	MARCA	SITUAÇÃO
54	PACOTE	Saco p/ lixo com capacidade p/ 30 litros, espessura de 0,10 micras - pacote c/ no mínimo 10 unidades.	-	reprovada não APRESENTOU AMOSTRAS
56	PACOTE	Saco p/ lixo com capacidade para 15 litros, com espessura de 0,08 micras, - pacote com no mínimo 20 unidades.	-	reprovada não APRESENTOU AMOSTRAS
58	UNIDADE	Saponáceo cremoso 300ml, composição: Lineal alquil benzeno, sulfonato de sódio, tensoativo não iônico, alcalinizante, abrasivo, perfume e água.	-	reprovada não APRESENTOU AMOSTRAS

60	UNIDADE	Vassoura de nylon com cabo, cerdas macias E LONGAS.	-	reprovada não APRESENTOU AMOSTRAS
61	UNIDADE	VASSOURA DE PALHA, DE 1ª QUALIDADE, COM CABO DE MADEIRA MEDINDO NO MÍNIMO 90CM, ESTRUTURA PIRAMIDAL DE PALHA, COM BASE MEDINDO NO MÍNIMO 50CM.	-	reprovada não APRESENTOU AMOSTRAS

Videira (SC), 20 de outubro de 2014.

Camila Strapazzon  
Secretaria de Saúde

## CÂMARA MUNICIPAL

### Portaria Nº 019/2014

PORTARIA Nº 019/2014

ANTECIPA PARA O DIA 24 DE OUTUBRO A DATA DE COMEMORAÇÃO AO DIA DO SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições,

Considerando que o Executivo Municipal, através do Decreto nº 11.155/2014, definiu a data de 28 de outubro como ponto facultativo para comemoração do "Dia do Servidor" nas repartições Municipais;

Considerando que há previsão no Decreto que por conveniência e oportunidade da administração pública a data poderá sofrer supressões ou alterações;

Considerando que há previsão regimental no artigo 146, que as reuniões ordinárias da Câmara serão realizadas nas terças-feiras, coincidindo com a data prefixada para a comemoração;

Considerando a conveniência de manter a tramitação dos trabalhos normais da Câmara.

Resolve:

Art. 1º. Antecipar para o dia 24 de outubro de 2014, a data de comemoração ao Dia do Servidor da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura condicionada a sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Videira, 21 de outubro de 2014.

LOURENÇO BECKER  
Presidente

CLAUDETE NARDI VAVASSORI  
1ª Secretária

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### Lei Nº 0898

LEI N. 0898, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

AUTORIZA ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular as seguintes dotações orçamentárias:

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

28.843.004.0001 - Amortização do Principal e Encargos da Dívida

32000000.00 - Juros e Encargos da Dívida
--

32900000.00 - Aplicações Diretas
----------------------------------

0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 16.500,00

0401 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, SILV. PEC. E MEIO AMBIENTE

20.606.006.1001 - Ampliação e Manutenção dos Serviços de Assistência-Técnica

44000000.00 - Investimentos
-----------------------------

44900000.00 - Aplicações Diretas
----------------------------------

0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 2.968,28

0501 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, CIDADE E DES. ECONÔMICO

17.512.017.2039 - Saneamento Básico

31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
--

31710000.00 - Transferências a Consórcios Públicos
--

0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

1101 - SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO

27.812.011.1009 - Construção de Ginásio de Esportes

44000000.00 - Investimentos
-----------------------------

44900000.00 - Aplicações Diretas
----------------------------------

0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.010.1007 - Ampliação e Manutenção dos Serviços de Ensino Fundamental

44000000.00 - Investimentos
-----------------------------

44900000.00 - Aplicações Diretas
----------------------------------

0.1.0100 - Rec. Impostos e Transf. Impostos - Educação R\$ 30.000,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.010.1007 - Ampliação e Manutenção dos Serviços de Ensino Fundamental

44000000.00 - Investimentos
-----------------------------

44900000.00 - Aplicações Diretas
----------------------------------

0.1.1900 - Transferências do FUNDEB - Outras Aplicações R\$ 2.571,90

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica

31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

31900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0200 - Rec. Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde R\$

30.468,28

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.010.2023 - Manutenção do Transporte Escolar

33000000.00 - Outras Despesas Correntes

33900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0100 - Rec. Impostos e Transf. Impostos - Educação R\$

30.000,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.010.2023 - Manutenção do Transporte Escolar

33000000.00 - Outras Despesas Correntes

33900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.1900 - Transferências do FUNDEB - Outras Aplicações R\$

2.571,90

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 21 de outubro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 059/2014

DECRETO 059/2014

Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0898, de 21/10/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

28.843.004.0001 - Amortização do Principal e Encargos da Dívida

32000000.00 - Juros e Encargos da Dívida
--

32900000.00 - Aplicações Diretas
----------------------------------

0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 16.500,00

0401 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, SILV. PEC. E MEIO AMBIENTE

20.606.006.1001 - Ampliação e Manutenção dos Serviços de Assistência-Técnica



44000000.00 - Investimentos

44900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 2.968,28

0501 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, CIDADE E DES. ECONÔMICO

17.512.017.2039 - Saneamento Básico

31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

31710000.00 - Transferências a Consórcios Públicos

0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

1101 - SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO

27.812.011.1009 - Construção de Ginásio de Esportes

44000000.00 - Investimentos

44900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.010.1007 - Ampliação e Manutenção dos Serviços de Ensino Fundamental

44000000.00 - Investimentos

44900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0100 - Rec. Impostos e Transf. Impostos - Educação R\$ 30.000,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.010.1007 - Ampliação e Manutenção dos Serviços de Ensino Fundamental

44000000.00 - Investimentos

44900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.1900 - Transferências do FUNDEB - Outras Aplicações R\$ 2.571,90

Art. 2º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica

31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

31900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0200 - Rec. Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde R\$ 30.468,28

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.010.2023 - Manutenção do Transporte Escolar

33000000.00 - Outras Despesas Correntes

33900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.0100 - Rec. Impostos e Transf. Impostos - Educação R\$ 30.000,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.010.2023 - Manutenção do Transporte Escolar

33000000.00 - Outras Despesas Correntes

33900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.1900 - Transferências do FUNDEB - Outras Aplicações R\$ 2.571,90

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 21 de Outubro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**Decreto Nº 060/2014**

DECRETO N. 060, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ADOÇÃO DE MEDIDAS PARA REDUÇÃO DE DESPESAS DE PESSOAL, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, usando de suas atribuições legais conferidas pelo art. 79, inciso VI e 109, inciso I, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a crise atual e as consequentes medidas adotadas pelo Governo Federal no que tange a isenção de impostos afetou diretamente as receitas, gerando queda no repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, sobretudo junto ao Município de Vitor Meireles;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas administrativas imediatas, para redução de despesas, sendo dever do administrador defender e zelar pelo bom e regular funcionamento dos bens e serviços em prol da comunidade;

CONSIDERANDO que as medidas ora apresentadas visam melhor adequar essas situações à realidade econômico-financeira do Município de Vitor Meireles (SC), sem prejuízo da prestação de serviços perante a coletividade;

CONSIDERANDO a previsão contida no art. 169, §§ 3º e 4º da Constituição Federal, que determinam as medidas a serem tomadas pelo gestor público para adequação das despesas nos parâmetros e limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica vedado à Administração Pública, durante a vigência deste Decreto, qualquer ato que importe em:

I - Concessão de vantagens, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;

II - Criação de cargo, emprego ou função;

III - Contratação de horas extras, salvo nos casos de necessidade temporária, de relevante interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, ou ainda nas situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Art. 2º - Fica reduzida, temporariamente, a jornada de trabalho dos funcionários vinculados à Secretaria de Obras e Serviços Públicos, bem como do Operador de Máquinas da Secretaria Municipal de Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Meio Ambiente, para 30 (trinta) horas semanais, devendo ser cumpridas da seguinte forma:

I - Das 07:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 18:00 horas, 3 (três) dias por semana;

II - Cabe ao Secretário de Obras e Serviços Públicos especificar

quais os dias da semana que serão trabalhados, efetuando o prévio aviso aos funcionários conforme costume;

III - Eventual hora extra será considerada compensada com os dois dias da semana não trabalhados, na forma do art. 48, § 4º da Lei Complementar Municipal n. 007/2003;

V - Todos os demais setores administrativos da Prefeitura e suas Secretarias cumprirão expediente normal.

Art. 3º - O presente Decreto e as medidas administrativas que dispõe, vigorará até dia 31 de dezembro de 2014, findo os quais serão restabelecidos os horários normais, salvo se for necessária a manutenção da redução, caso em que poderá ser prorrogada a vigência do presente Decreto.

Art. 4º - Os servidores poderão ser convocados para prestarem serviços além do horário estabelecido no artigo 2º do presente Decreto, sendo consideradas como extraordinárias somente as horas que excederem a jornada semanal de trabalho estabelecida para o cargo/servidor nos respectivos Planos de Carreira.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor a partir de 27 de outubro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 21 de outubro de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

PUBLICADO E REGISTRADO NA DATA

VITOR MEIRELES, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011

## PROCESSO SELETIVO N.º 005/2014

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº005/2014

O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, torna público que se encontram abertas no período de 27/10/2014 à 14/11/2014, as inscrições para o Processo Seletivo, para preenchimento de vagas temporárias de categorias funcionais constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal e para a formação de cadastro de reserva no ano letivo de 2015, o qual reger-se-á, pelas normas em vigor e de acordo com as instruções deste Edital.

### 1. DOS CARGOS E DAS VAGAS

1.1. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no Anexo I deste Edital, com função/ área de atuação, carga horária semanal, formação/escolaridade/qualificação/ habilitação descritos no mesmo.

1.2. O candidato que integrar o cadastro de reserva deverá manter seu endereço atualizado na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, durante todo o período de validade do processo seletivo, sob pena de perda da classificação.

1.3. O candidato que for chamado e recusar a vaga oferecida, passará automaticamente para o final da fila, aguardando próxima chamada.

### 2. DAS VAGAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

2.1. São reservadas às pessoas portadoras de necessidades especiais, 5% (cinco por cento) das vagas, por cargo oferecido, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, na forma do artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal.

2.1.1. Caso a aplicação do percentual de que trata o item 2.1 deste Edital resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

2.2. Considera-se pessoa portadora de necessidades especiais aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração.

2.3. O candidato portador de necessidades especiais participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, data, horário e local de realização das provas, obedecidos aos procedimentos dos itens 3.3 e 3.4 deste Edital.

### 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições estarão abertas no período de 27/10/2014 à 14/11/2014, somente via internet, pelo sítio [www.clicksolucoesinteligentes.com.br](http://www.clicksolucoesinteligentes.com.br).

3.2. O candidato deverá:

3.2.1. Ler atentamente este edital completo.

3.2.2. Preencher integralmente o requerimento de inscrição e enviá-lo via internet;

3.2.3. Efetuar o pagamento da inscrição, de acordo com o valor previsto no item 4 deste Edital, utilizando o boleto bancário, até o dia 14/11/2014, em qualquer agência bancária do território nacional, observados os horários de funcionamento das mesmas.

3.2.4. O candidato poderá se inscrever para até 02 (dois) cargos desde que cumpridas as exigências de habilitação.

3.3. O candidato portador de necessidades especiais deverá, após viabilizar os procedimentos do item 3.2 deste Edital, e antes de encerrado o prazo para as inscrições:

3.3.1. Apresentar à Comissão Coordenadora do Processo Seletivo:

3.3.1.1 Atestado médico que indique a espécie e o grau ou nível da necessidade especial, com expressa referência ao código correspondente na Classificação Internacional de Doenças - CID, e a provável causa da mesma, no seguinte endereço: Secretaria da Educação de Vitor Meireles.

3.3.1.2. Anexo V deste Edital, preenchido e assinado, o qual contém:

a) declaração de que a necessidade especial não o impossibilita de exercer as atribuições do cargo;

b) declaração de que fica impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria;

c) as condições de que necessita para realizar a prova.

3.4 A avaliação e verificação, por equipe multiprofissional prevista no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração, somente antecederá à posse, se o candidato inscrito na condição de portador de necessidades especiais (deficiente) for aprovado neste certame. Esta verificação avaliará se a deficiência do candidato, constante do Laudo Médico, é compatível com as atribuições do cargo para o qual foi aprovado e se consta dentre aquelas previstas no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alterações.

3.5. O candidato portador de necessidades especiais que não apresentar o atestado médico e/ou não preencher as condições descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, será considerado não portador de necessidades especiais, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.

3.5.1 Será considerada pessoa portadora de necessidades especiais a que se enquadra nas seguintes categorias, segundo o artigo 4º da Lei Estadual nº 12.870, de 12 de janeiro de 2004:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membro com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o

desempenho de funções;

II - deficiência auditiva - perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

a) de 25 a 40 decibéis - db - surdez leve;

b) de 41 a 55 - db - surdez moderada;

c) de 56 a 70 - db - surdez acentuada;

d) de 71 a 90 - db - surdez severa;

e) acima de 91 - db - surdez profunda; e

f) anacusia;

III - deficiência visual - acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor

correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen), ou

ocorrência simultânea de ambas as situações;

IV - deficiência mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

a) comunicação;

b) cuidado pessoal;

c) habilidades sociais;

d) utilização da comunidade;

e) saúde e segurança;

f) habilidades acadêmicas;

g) lazer; e

h) trabalho;

V - deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

3.6. O Município e a Empresa Click Soluções não se responsabilizarão por solicitações de inscrição, via internet, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado no item 3.2.2 deste Edital.

3.7. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes.

3.8. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.9. Julgados os requerimentos de inscrição e satisfeitas as exigências, no dia 17/11/2014 o presidente da Comissão Coordenadora do Processo Seletivo publicará o rol dos inscritos, na forma disposta no item 10.1 deste Edital.

3.10. No dia 20/11/2014, após julgados os recursos, a lista dos inscritos será homologada pelo Prefeito Municipal.

#### 4. DO VALOR DA INSCRIÇÃO

4.1. Será cobrado o valor de R\$ 40,00.

#### 5. DAS PROVAS

5.1. Os candidatos submeter-se-ão aos testes de que dispõe o

programa das provas - Anexos II e III deste Edital, que avaliarão as aptidões e o desempenho na função que pretendem exercer.

5.2. Prova Escrita (PE) objetiva, de múltipla escolha, com 1 (uma) única alternativa correta, de caráter classificatório, a ser aplicada para todos os candidatos.

5.2.1. A prova escrita terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,0 (dez), utilizando-se 2 (dois) decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos, tendo vista que cada questão valerá 0,40 pontos.

5.3. Prova de Títulos (PT), de caráter classificatório, a ser aplicada a todos os candidatos que se inscreverem para vaga de professor, conforme Anexo IV, podendo totalizar um total de 10 (dez) pontos.

5.4. Tempo de Serviço (TS), de caráter classificatório, a ser aplicada a todos os candidatos, será computado conforme Anexo IV, podendo totalizar um total de 10 (dez) pontos.

5.5. A Nota Final (NF) será composta pela seguinte forma:

$$5.5.1. NF = (PE \times 0,7) + (PT \times 0,2) + (TS \times 0,1)$$

5.5.3. Sendo PE = Prova Escrita, PT = Prova de Títulos e TS = Tempo de Serviço.

5.6. A classificação dos candidatos aos cargos de professores será separada por HABILITADOS e NÃO HABILITADOS. Para contratação primeiro será usado a lista dos HABILITADOS, esgotadas as opções, passa-se a chamar candidatos da lista dos NÃO HABILITADOS.

#### 6. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1. A prova escrita será realizada no dia 23/11/2014 com início às 9h até no máximo às 12h. A prova terá duração mínima de 1 hora e máxima de 3 horas e será realizada na E.E.B. Victor Meirelles, rua Leopoldo Kranbeck, nº 03, centro.

6.2. A entrega dos títulos será no mesmo local da prova escrita em sala específica, onde o candidato após realizar a prova escrita entregará seus títulos.

6.2.1. Os documentos da prova de títulos servirão também para comprovação da habilitação mínima exigida pelo edital;

6.2.2. O candidato à vaga de professor que não entregar documentos comprovando a habilitação mínima, na forma descrita acima, será eliminado do Processo Seletivo Simplificado no momento da publicação das notas.

6.3. A realização da prova escrita dar-se-á conforme disposto no Anexo III deste Edital.

6.4. A classificação dos títulos estará em consonância como o descrito no Anexo IV deste Edital.

6.5. Os gabaritos das provas escritas serão disponibilizados via internet, no site [www.clicksolucoesinteligentes.com.br](http://www.clicksolucoesinteligentes.com.br), e nos locais previstos no item 10.1 deste Edital, no dia 23/11/2014 após as 18h.

6.6. No dia 03/12/2014, a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo publicará o gabarito definitivo e a classificação provisória.

6.7. O conteúdo programático da prova escrita está descrito no Anexo II.

6.8. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

6.8.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Concurso, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações - Estatuto do Idoso;

6.8.2. que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Específicos;

6.8.3. que obtiver melhor nota na prova de Língua Portuguesa;

6.8.4. que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Gerais/Atualidades;

6.8.5. que possuir maior número de dependentes.

6.8.6. que tiver maior idade

6.9. Persistindo o empate, será realizado sorteio, em ato público, em local e data anunciados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência, na forma do item 10.1 deste Edital.

6.10. O não comparecimento do candidato, na forma disposta no item 6.1, implicará em sua desclassificação do Processo Seletivo.

6.11. As notas finais das provas escrita e prova de títulos, assim como a respectiva classificação dos aprovados, serão publicadas nos locais indicados no item 10.1 deste Edital, no dia 03/12/2014.

6.12. A lista de classificação homologada pelo Prefeito Municipal, será publicada no dia 10/12/2014, nos locais previstos no item 10.1 deste Edital.

## 7. DOS RECURSOS

7.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

7.1.1. do presente Edital;

7.1.2. do não deferimento do pedido de inscrição;

7.1.3. da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;

7.1.4. da nota da prova escrita;

7.1.5. da nota da prova de títulos;

7.1.6. da nota do tempo de serviço;

7.1.7. da classificação.

7.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 2 (dois) dias úteis, após a sua publicação, mediante requerimento protocolizado na Prefeitura Municipal de Vitor Meireles - SC.

7.3. Os demais recursos deverão ser feitos através do sítio da empresa Click Soluções - [www.clicksolucoesinteligentes.com.br](http://www.clicksolucoesinteligentes.com.br).

7.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

## 8. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

8.1. Para a contratação no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

8.1.1. Ser brasileiro nato;

8.1.2. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

8.1.3. Ter aptidão física e mental, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico do Município, após a apreciação dos exames e dos demais documentos de que trata o ANEXO V deste Edital, os quais são de responsabilidade do candidato;

8.1.4. Apresentar os seguintes documentos, com cópia legível, acompanhada de original, quando for o caso:

a) Certidão de Casamento ou Nascimento;

b) Carteira de Identidade;

c) Cadastro de Pessoa Física - CPF;

d) Título de Eleitor;

e) Certidão relativa à quitação eleitoral;

f) Certidão relativa ao gozo dos direitos políticos;

g) Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);

h) Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;

i) Certidão de Nascimento dos filhos;

j) Carteira de Trabalho - da parte de identificação (frente e verso) e de todos os registros dos contratos;

k) PIS/PASEP (frente e verso);

l) Declaração de que não estará acumulando cargos públicos, na forma disposta nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e de que não recebe proventos de aposentadoria oriundos de cargo, emprego ou exercício de função pública ou de regime próprio, nos termos do § 10 do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

m) Em caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, na forma disposta nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, informar o cargo, órgão ao qual pertence e carga horária;

n) Número da conta-corrente, na Caixa Econômica, Cresol ou Banco do Brasil

o) Comprovante de endereço e telefone, atualizados;

p) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, processo disciplinar/penalidades disciplinares.

## 9. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A validade deste Processo Seletivo será para o ano letivo de 2015, a contar da data de homologação do resultado final.

9.2. A aprovação neste Processo Seletivo não caracterizará direito à contratação, a qual, no prazo de validade, será efetuada conforme a necessidade da Administração, respeitada a classificação obtida.

9.3. Não poderão participar do Processo Seletivo os membros de quaisquer das comissões deste Processo Seletivo e os profissionais responsáveis pela elaboração das provas, assim como os parentes consanguíneos ou por afinidade, em linha reta ou colateral, até segundo grau dos responsáveis pela elaboração das provas.

9.4. O candidato que não se apresentar no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, no prazo de 5 (cinco) dias contados da sua convocação, comprovando todas as condições e exigências dispostas no item 8 deste Edital, mediante a apresentação dos documentos solicitados, ou não for encontrado no endereço constante no requerimento de inscrição, perderá a vaga conquistada neste Processo Seletivo, sendo chamado o classificado imediatamente seguinte.

9.4.1. A convocação dos candidatos será feita através do endereço



informado na ficha de inscrição ou posteriormente atualizado. É responsabilidade exclusiva do candidato manter atualizado o referido endereço.

9.5. Não poderão participar deste Processo Seletivo Simplificado os candidatos que responderam processo administrativo ou disciplinar em até 3 (três) anos.

9.6. As vagas oferecidas para este processo seletivo serão as remanescentes do processo de escolha de vagas dos servidores efetivos.

9.7. A escolha de vagas ocorrerá no dia 30/01/2015 com início às 9 horas, na Secretaria Municipal de Educação, situada à Rua Santa Catarina, nº 2450, Centro, Vitor Meireles/SC.

9.8. As vagas oferecidas corresponderão ao regime entre 10 a 40 horas semanais.

9.9. A chamada dos candidatos selecionados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vagas, iniciando pelo cargo de Professor de Artes, Professor de Educação Física, Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais. As vagas para professores de educação física e artes que não forem preenchidas (habilitação por área) posteriormente poderão ser preenchidas pelos professores inscritos na Educação Infantil e Anos Iniciais.

9.10. O candidato que não se apresentar no dia e horário determinado para a escolha de vagas será desclassificado do Processo Seletivo, sem direito a chamada posterior; o candidato presente que não aceitar a vaga oferecida perderá o direito pela primeira escolha, passando seu nome para o final da listagem de classificação para chamada posterior de acordo com eventuais necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

9.11. Se no ato da escolha de vagas não houver vaga suficiente para preencher a carga horária de 40 (quarenta) horas, o candidato permanece em sua colocação na lista de classificação, para eventual chamada posterior.

9.12. O candidato que escolher vaga e não assumir o exercício perderá todos os direitos previstos neste edital.

9.12. Fica Revogado o item 8 do capítulo XIII (Disposições Gerais) do Edital de Processo seletivo Simplificado para ACT Nº 003/2013.

## 10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A lista de inscritos, o gabarito da prova escrita, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Processo Seletivo, serão publicados no mural interno da Prefeitura Municipal, no mural da Secretaria de Educação e na internet, nos seguintes sítios: [www.vitormeireles.sc.gov.br](http://www.vitormeireles.sc.gov.br) e [www.clicksolucoesinteligentes.com.br](http://www.clicksolucoesinteligentes.com.br).

10.2. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Coordenadora.

10.5. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

- 10.5.1. Anexo I - Quadro de cargos e habilitação mínima exigida
- 10.5.2. Anexo II - Conteúdo Programático da Prova Escrita;
- 10.5.3. Anexo III - Normas para realização da Prova Escrita;
- 10.5.4. Anexo IV - Normas para Prova de Títulos e Tempo de Serviço;

10.5.5. Anexo V - Declaração para candidatos portadores de necessidades especiais.

10.5.6 Anexo VI - Cronograma.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, 22 de outubro de 2014.

Lourival Lunelli  
Prefeito Municipal

## ANEXO I

### QUADRO DE CARGOS E HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA

CARGO	HABILITAÇÃO MÍNIMA	SALÁRIO INICIAL R\$
Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais	HABILITADO - Portador de certificado de conclusão de curso superior com licenciatura plena em Pedagogia ou curso normal superior.  NÃO HABILITADO- Certidão de frequência do Curso de Graduação em Pedagogia.	Proporcional ao Vencimento na época da contratação
Professor de Educação Física	HABILITADO - Portador de certificado de conclusão de curso superior com licenciatura ou bacharelado em Educação Física.  NÃO HABILITADO -Certidão de frequência do Curso de Graduação em Licenciatura ou bacharelado em Educação Física.	Proporcional ao Vencimento na época da contratação
Professor de Artes	HABILITADO - Portador de certificado de conclusão de curso superior com licenciatura em Artes, licenciatura de Artes Visuais, ou Educação Artística.  Não HABILITADO - Certidão de frequência do Curso de Graduação em licenciatura em Artes, licenciatura de Artes Visuais, ou Educação Artística.	Proporcional ao Vencimento na época da contratação

## ANEXO II

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA ESCRITA

#### 1 - LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão de textos-Textos não literários de diversos tipos, textos literários de autores brasileiros: crônica, conto, novela, romance, poema, teatro. Literatura -A literatura brasileira: das origens aos nossos dias. Conhecimento linguístico-Morfossintaxe: o nome e seus determinantes. O verbo. As palavras de relação



- Estrutura do período, da oração e da frase - Concordância nominal e verbal - Regência nominal e verbal - Colocação pronominal - Estrutura do parágrafo - Ortografia, acentuação e pontuação. Estilística: Denotação e conotação. Figuras de linguagem: figuras de palavras, figuras de sintaxe e figuras de pensamento.

## 2 - CONHECIMENTOS GERAIS/ATUALIDADES:

História e geografia do Brasil, de Santa Catarina e de Vitor Meireles. Aspectos econômicos, políticos e sociais do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e de Vitor Meireles. Atualidades do Brasil e do mundo. Esportes, turismo e lazer. Economia mundial, nacional, estadual e municipal. Lei Orgânica do Município.

## 3 - RACIOCÍNIO LÓGICO (MATEMÁTICA):

Raciocínio lógico em regras de três, simples e compostas; equações de 1º e de 2º grau; cálculo de juros simples e juros compostos; razão e proporção; regra de 3 simples e composta; resolução de problemas; progressão aritmética e geométrica e análise combinatória; medidas: de valor, de tempo, de área e de volume; raciocínio seqüencial; orientação espacial e temporal; problemas e operações matemáticas que afirmam o raciocínio lógico dos concorrentes. Conjuntos números naturais múltiplos e divisores; números inteiros; números racionais; números reais; sistema de numeração decimal; Operações fundamentais; Sistema métrico decimal de medidas de: comprimento, superfície, volume, capacidade, massa e tempo; equações; Inequações e sistemas de 1º e 2º graus; matrizes e determinantes; Razões e proporções; estatística; análise combinatória; probabilidade; matemática financeira; porcentagens; Cálculo algébrico; Potenciação e radiciação; Funções de 1º e 2º graus; Função modular; Progressões (PA e PG); Geometrias.

## 4 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

### 4.1. Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais:

Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Didática: métodos, técnicas, livro didático, recursos/material didático, Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, Lei de Diretrizes e Bases - LDB, Métodos de Alfabetização, Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral. Novas diretrizes curriculares para o ensino fundamental, PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, LDB.

### 4.2. Professor Artes:

Artes visuais: elementos de visualidade e suas relações; comunicação na contemporaneidade; - Artes Plásticas: História geral das artes; história e ensino das artes no Brasil; - Artes: Conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto educacional no Brasil e no Mundo; - Pintores Brasileiros.

### 4.3. Professor Educação Física:

Didática Geral; - Históricos Conceitos e generalidades; - Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas; - Concepções psicomotoras na educação física escolar; - Educação Física e o desenvolvimento humano; - Metodologia para o ensino da Educação Física; - As teorias da Educação Física e do Esporte; - As qualidades físicas na Educação Física e desportos; - Biologia do esporte; - Fisiologia do exercício. - Anatomia Humana; - Dimensões filosóficas, antropológicas e sociais aplicadas à Educação e ao Esporte: Lazer e as interfaces com a Educação Física, esporte, mídia e os desdobramentos na Educação Física; - Dimensões biológicas aplicadas à Educação Física e ao Esporte: as mudanças fisiológicas

resultantes da atividade física; - Educação física escolar e cidadania; os objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação na Educação Física Escolar; - Esporte e Jogos na Escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; Crescimento e desenvolvimento motor.

## ANEXO III

### NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA

Na realização da prova escrita, o candidato deverá observar os seguintes aspectos, sob pena de desclassificação do certame:

1. comparecer no local da prova, convenientemente trajado, com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do início da mesma, portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta;

1.1. são considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

1.2. não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

2. a prova terá duração mínima de 1 (uma) hora e será composta por 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha, na forma abaixo:

MATÉRIAS	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO
Língua Portuguesa	05	0,4
Conhecimentos Gerais/Atualidades	05	0,4
Raciocínio Lógico (Matemática)	05	0,4
Conhecimentos Específicos	10	0,4

3. durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de ficar excluído do Processo Seletivo:

3.1. comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Processo Seletivo, bem como consultar livros ou apontamentos;

3.2. ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;

3.3. usar telefone celular ou qualquer outro equipamento eletrônico ou de comunicação;

4. em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova;

5. os envelopes contendo as provas serão abertos por 2 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos;

6. todas as respostas da prova deverão ser transportadas para o cartão-resposta. Não serão computadas as questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura;

7. na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos;

8. após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se do local. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram;

9. ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal o caderno da prova e o cartão-resposta devidamente preenchido;
10. no local da prova, os 3 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais, e efetuarão a conferência dos cartões-resposta, cujas irregularidades serão apontadas no referido termo;
11. os envelopes contendo os cadernos das provas e os cartões-resposta serão entregues, pelos fiscais, à Comissão Executiva do Processo Seletivo.

#### ANEXO IV

##### NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS E TEMPO DE SERVIÇO

1. O computo da PROVA DE TÍTULOS será feito na forma abaixo:

1.1. 0,2 ponto por fase cursada no curso superior específico em qual o candidato se inscreveu, dessa forma o candidato deverá apresentar atestado de frequência e histórico escolar;

1.2. 1 ponto para o candidato que apresentar certificado do Ensino Médio Magistério.

1.3. 4 pontos para o candidato habilitado, que apresentar certificado ou declaração de conclusão de curso acompanhado do histórico escolar do curso superior específico para qual se inscreveu;

1.4. 6 pontos para o candidato habilitado, que apresentar além do certificado da graduação para o cargo que se inscreveu, certificado ou certidão de conclusão de pós ou mestrado na área da educação ou certidão de conclusão.

1.5. 8 pontos para o candidato habilitado, que apresentar além do certificado da graduação para o cargo que se inscreveu, certificado ou certidão de conclusão de pós ou mestrado na área específica para qual se inscreveu.

1.6. Os pontos não são acumulativos, será validada a pontuação maior apresentada pelo candidato.

1.7. Será acrescido a nota da prova de títulos 0,1 ponto a cada 10 horas de cursos de aperfeiçoamento apresentados pelo candidato, podendo acumular no máximo 200 horas. Serão validados cursos realizados a partir de outubro/2012.

1.8. Todos os documentos apresentados para comprovar os títulos precisam ser cópias autenticadas ou cópias simples acompanhadas dos originais.

1.9. No local de entrega dos títulos não será realizado cópias.

2. O computo do TEMPO DE SERVIÇO será feito na forma abaixo:

2.1. 1 (um) ponto por ano comprovado em declaração de órgão público ou privado expressa em anos, dias e meses.

2.2. Para fim de arredondamento, 6 meses ou mais, será considerado como 1 ano.

2.3. O candidato poderá acumular no máximo 10 (dez) pontos.

2.4. Todos os documentos apresentados para comprovar O tempo de serviço precisam ser cópias autenticadas ou cópias simples acompanhadas dos originais.

#### ANEXO V

##### DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO			
Nome do Candidato:			
CPF:		Carteira de Identidade:	
Cargo Pretendido:			

##### DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, conforme item 3.3.1.2 do Edital de Processo Seletivo Público nº 005/2014, e para que surta os efeitos legais que:

- a necessidade especial que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo acima mencionado;

- fico impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

Informo, ainda, as condições de que necessito para realização das provas:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ .

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

Assinatura do Candidato

#### ANEXO VI

##### CRONOGRAMA

DATA	ATO
22/10/2014	Publicação do Edital de Abertura de Inscrições
23 e 24/10/2014	Prazo para impugnações do Edital de Abertura de Inscrições
27/10/2014	Publicação das decisões acerca das impugnações ao Edital de Abertura de Inscrições
27/10 à 14/11/2014	Período de Inscrições
14/11/2014	Último dia para o pagamento do boleto
17/11/2014	Publicação do rol de inscritos
18 e 19/11/2014	Prazo para recursos do não deferimento do pedido de inscrição
20/11/2014	Homologação das Inscrições
23/11/2014	Realização da Prova Escrita Entrega dos Títulos
23/11/2014 após as 18h	Divulgação do Gabarito da Prova Escrita
24 e 25/11/2014	Prazo para recursos da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova escrita
03/12/2014	Publicação do Gabarito Definitivo, Notas da prova escrita, prova de títulos e a respectiva classificação
04 e 05/12/2014	Prazo para recursos da nota da prova escrita, prova de títulos e nota final
10/12/2014	Homologação do resultado final

# Xaxim

## PREFEITURA

### Decreto 428

DECRETO Nº 428/2014.

ALTERA E INSERE DISPOSIÇÕES NO DECRETO Nº 464/2013, REFERENTES AO CENTRO DE MÚLTIPLO USO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM - ESTADO DE SANTA CATARINA, Sr. Idacir Antonio Orso, usando das atribuições que lhes confere o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal de Xaxim, e,

Considerando que, são necessárias algumas modificações, quanto à utilização do Centro de Eventos;

Considerando que, a Administração deve ser vigilante quanto aos profissionais que ministram cursos no espaço público;

DECRETA:

Art. 1º. O art. 4º. do Decreto nº 464/2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º. A utilização das dependências do Centro de Múltiplo Uso dar-se-á direta e continuamente pelo Município de Xaxim e, temporariamente, por terceiros, pessoas físicas, pessoas jurídicas de direito público ou privado, mediante convênio ou contrato de locação, desde que voltados a desenvolverem atividades de cunho exclusivamente cultural, artístico e educacional.

Art. 2º. Inclui o § 8º, ao art. 6º, do Decreto nº 464/2013:

Art. 6º. [...]

§ 8º. Quando do deferimento da ministração de curso voltado às atividades descritas na parte final do caput do art. 4º, deverá ser apresentado à Secretaria, a respectiva habilitação do profissional inerente à utilização do espaço.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Xaxim, 21 de outubro de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Fabio José Dal Magro

Procurador-geral do Município

### Aviso de Errata de Edital Leilão 001/2014

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

LEILÃO N. 001/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N. 191/2014.

MUNICÍPIO DE XAXIM - SC

O MUNICÍPIO DE XAXIM, através do Prefeito Municipal COMUNICA QUE:

Devido ao ponto facultativo do dia 31 de outubro de 2014, fica alterada a data referente à licitação que tem por objeto LEILÃO, para venda de bens inservíveis a esta municipalidade (veículos, caminhões e máquinas), para o dia 06 de novembro de 2014 as 09h00min.

As demais informações permanecem inalteradas.

Xaxim - SC, 21 de outubro de 2014.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

### AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO CHAMADA PUBLICA 011/2014

PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE XAXIM SC

PROCESSO LICITATÓRIO N.188/2014 - CHAMADA PUBLICA N. 011/2014

OBJETO: Convocação de proprietários de imóveis com área superior à 2.000,00 m² (dois mil metros quadrados), situados nas proximidades da Empresa Aurora, em distância não superior à 500m (quinhentos metros), a locar imóvel para que sirva de estacionamento de caminhões que efetuarão o descarregamento na empresa, haja vista a situação emergencial verificada, eis que tais veículos, estavam sendo estacionados nas ruas próximas, causando enorme transtorno à população.

O Município de Xaxim através do Prefeito Municipal torna público para conhecimento dos interessados, que no dia e hora marcada para recebimento dos envelopes, referente à licitação supracitada, constatou-se que nenhuma empresa protocolou os envelopes. O município de Xaxim através da Comissão de Licitações resolve manter o edital e prorrogar a data do recebimento dos envelopes, a saber.

Fica aberto o presente edital até dia 14 de novembro de 2014.

As demais disposições permanecem inalteradas.

Xaxim 21 de outubro de 2014.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

# Associações

## AMMVI

### Ata da Sessão Pública Para Abertura de Licitação 07/2014

ATA DA SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2014

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PINTURA INTERNA E EXTERNA DA AREA FISICA DA SEDE DA AMMVI e PREENCHIMENTO DE ARESTAS (FRESTAS DE JUNTAS) DO PRÉ-MOLDADO INTERNA E EXTERNA, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, conforme instrumento convocatório e seus anexos.

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze (21/10/2014), às dez horas, na sala da Assessoria Jurídica do 2º andar na sede da AMMVI, realizou-se sessão pública para abertura da Licitação nº 07/2014, para atendimento ao objeto em epígrafe, registrando-se a presença dos membros da Comissão de Licitação.

Declarando aberta a sessão pública, o Presidente da Comissão de Licitações informou o recebimento de envelopes de três licitantes, a saber:

- CHICO PINTURAS LTDA - ME - CNPJ nº 05.596.365/0001-44, sem representante na reunião;

- U.A. SALVIANO TREVIZAN DIVISÓRIAS - ME, CNPJ nº 19.880.526/0001-31, representada na sessão pela Sra. Udda Acacia Salviano Trevisan - CPF nº 319.465.408-03;

- AL CERTA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - CNPJ nº 11.479.726/0001-75, representada na sessão pelo Sr. Alvaro Ling Junior - CPF nº 734.325.989-04.

Assim, passou-se a fase de abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação das licitantes, os quais foram confrontados com as exigências do Instrumento Convocatório e submetidos à rubrica dos membros da Comissão de Licitações.

A seguir a Comissão de Licitações deliberou sobre os documentos, decidindo pela habilitação de todas as licitantes, destacando-se que as duas primeiras empresas se enquadram como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, portanto com aplicação dos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/06.

Diante da manifestação da empresa AL CERTA foi concedido prazo recursal de Lei quanto ao julgamento da habilitação, adiando-se a abertura do envelope de nº 02 (propostas comerciais), os quais foram submetidas à rubrica em seus fechos pelos membros da Comissão de Licitação e dos representantes das licitantes.

Do mesmo modo, deliberou-se pela intimação do licitante faltante a respeito da decisão acima, via e-mail e por publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pública, da qual lavrou-se a presente ata, assinada pelos participantes.

Blumenau, 21 de Outubro de 2014.

Luiz Claudio Kades Presidente	Vanessa Cristina de Souza Secretária	Beatriz Padilha Membro
----------------------------------	---	---------------------------

## AMUREL

### Edital de Convocação -30-10-2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE  
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA - AMUREL, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Municípios associados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 30 de outubro de 2014, às 10 horas, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios, em primeira convocação, e às 10 horas e 30 minutos, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios associados, em sua sede, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, bairro Vila Moema, Tubarão/SC.

Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias:

I. Aprovação da Ata Anterior;

II. Prestação de contas do quarto bimestre de 2014;

III. Aprovação de baixa de bens;

IV. Atualização das Prioridades Regionais;

V. Palestra sobre Lar Legal com o Dr. Maurício, Juiz Especial Criminal;

VI. Palestra com Dr. Diogo Pitsíca sobre Fortalecimento da Amurel junto aos Órgãos Judiciários; sós

Tubarão, 14 de outubro de 2014.

Moacir Rabelo da Silva

Presidente da AMUREL

Prefeito de Capivari de Baixo



**Ata da Ago-Amurel - Junho- 26-06-2014****ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA - AMUREL**

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze (26/06/2014), às 10h00min (dez horas) em segunda convocação, reuniram-se na sede da AMUREL, os Prefeitos representantes dos Municípios Associados: o Senhor Jaime Wensing, Prefeito Municipal de Armazém; o Senhor Ademir da Silva Matos, Prefeito Municipal de Braço do Norte; o Senhor Jorge Leonardo Nesi, Prefeito Municipal de Gravatal; o Senhor Amilton Ascari, Prefeito Municipal de Grão Pará; o Senhor Manoel Viana de Sousa, Prefeito Municipal de Imaruí; o Senhor Jaison Cardoso de Souza, Prefeito Municipal de Imbituba; o Senhor Luiz Arnaldo Napoli, Prefeito Municipal de Jaguaruna; o Senhor Everaldo dos Santos, Prefeito Municipal de Laguna; o Senhor Antônio Avelino Honorato Filho, Prefeito Municipal de Pescaria Brava; a Senhora Dilcei Heidemann, Prefeita Municipal de Santa Rosa de Lima; o Senhor João Olávio Falchetti, Prefeito Municipal de Tubarão; Senhor José Schotten; o Senhor Volnei Weber, Prefeito Municipal de São Ludgero; o Senhor Antônio Felipe Sobrinho, Prefeito Municipal de Pedras Grandes. Além dos Senhores Prefeitos acima nominados, estavam presentes o senhor Celso Heidemann, Diretor Executivo da AMUREL, bem como demais pessoas, conforme lista de presença assinada. Depois de constatado haver quórum mínimo exigido pelo Estatuto, o Senhor Antônio Avelino Honorato Filho, Prefeito Municipal de Pescaria Brava e Vice Presidente da Amurel, fez a abertura dos trabalhos cumprimentando a todos, dando-os as boas vindas. O protocolo passou a leitura do Edital, que se transcreve: "O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA - AMUREL, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Municípios associados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 26 de junho de 2014, às 09h30min horas, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios, em primeira convocação, e às 10h00min horas, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios associados, em sua sede, localizada na Rua Rio Branco, nº 67, bairro Vila Moema, no Município de Tubarão/SC. Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias: Aprovação da Ata Anterior; Prestação de Contas do 2º. Bimestre do exercício de 2014; Reativação da UVEREL; PIET - ARTCOMEX - comércio exterior - UNISUL; Regularização Fundiária; Baixa de Patrimônio; Assuntos diversos. Abertos os trabalhos foi informado aos presentes que Senhor Moacir Rabelo da Silva, Prefeito Municipal de Capivari de Baixo e Presidente AMUREL, estava na Capital do Estado para tratar de assuntos de seu município, no que tange ao FUNDAM, portanto, não poderia participar desta assembleia. Dessa maneira os trabalhos foram comandados pelo Vice Presidente, o Senhor Antônio Avelino Honorato Filho, Prefeito de Pescaria Brava, em seguida passou-se à apreciação dos referidos itens da pauta, na seguinte forma: 1) Deliberação sobre Ata Anterior: Procedeu-se à deliberação acerca da Ata anterior, cuja leitura foi dispensa pelos presentes. A Ata restou aprovada pelos presentes. 2) Prestação de Contas do 2º. Bimestre do exercício de 2014: foi apresentado, para fins de análise e deliberação, os relatórios das demonstrações contábeis relativos ao 2º. bimestre de 2014, com esclarecimentos prestados pelo contador da Amurel, Senhor Ramon Mendes. Após a apreciação e discussão sobre o tema, as prestações de contas foram aprovadas pela Assembleia por unanimidade. 3) Reativação da UVEREL: Neste ato, o Senhor

Antônio Avelino Honorato Filho, Vice Presidente da AMUREL, passou a palavra ao Sr. Celso Heidemann, Diretor Executivo da AMUREL, que informou ter sido contactado por alguns vereadores de municípios da região da AMUREL, os quais cientificaram que estão reativando a União de Vereadores da Amurel - UVEREL, que tem por objetivo dentre outros o fortalecimento e a articulação dos movimentos municipais frente aos governos Estadual e Federal. Dessa forma solicitaram apoio aos Prefeitos da Região no sentido de disponibilizar espaço na Associação de Municípios da Região de Laguna AMUREL, para a realização de suas reuniões, ato contínuo todos os presentes apoiaram o pleito. 4) PIET - ARTCOMEX - comércio exterior - da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL: no uso da palavra a Senhora Renata Goulart, representante do curso de relações internacionais e comércio exterior da UNISUL, informou que o Programa de Internacionalização de Empresas de Tubarão - PIET, também tem extensão para todos os municípios da AMUREL, em seguida explanou sobre a importância dos gestores em apoiar a empresas de seus municípios que exercem atividade de exportação, pois geram divisas, empregos e tecnologias para a região. Ainda, apresentou estudos sobre a evolução das exportações, bem como comparativo da balança comercial do Estado de Santa Catarina e Região Sul do Estado. Para finalizar colocou a estrutura da UNISUL, para colaborar no desenvolvimento da região da AMUREL, via implementação de políticas pública de cultura à exportação, para o fomento e o desenvolvimento dos municípios associados da AMUREL. A pedido dos Srs. Prefeitos ficou acordado que a direção da AMUREL, irá agendar nova data para a apresentação do tema, desta vez para os Secretários municipais de Indústria e Comércio dos municípios, todos os presentes ratificaram com o acordado. 5) Regularização Fundiária- SC Engenharia: o Senhor Antônio Avelino Honorato Filho, Vice Presidente da Amurel, informou aos presentes que por motivo de força maior, o representante da SC Engenharia não pode se fazer presente nesta assembleia, portanto será apresentado o tema em comento, em data a ser posteriormente definida. 6) Baixa de Patrimônio: Neste ato o Senhor Celso Heidemann, Diretor Executivo da AMUREL efetuou a leitura da relação dos bens "inservíveis" da AMUREL, quais sejam: 01 (um) Ar Condicionado da Sala dos Prefeitos e 04 (quatro) Caixas de Som, dessa forma solicitou a permissão dos Srs. Prefeitos para efetuar a baixa dos mesmos, todos os prefeitos aprovaram à doação. 7) Assuntos diversos: a) Transporte Escolar: o Senhor Everson Guimarães, Coordenador Administrativo da AMUREL, informou que a FECAM e as Associações de Municípios estão levantando os custos das atividades de transporte escolar realizadas pelos municípios nas redes de educação municipais, com o fito de readequar os repasses, dessa forma, requereu que todos os municípios façam o levantamento de suas despesas com o transporte escolar municipal e repassem à entidade, para que a mesma em conjunto com a FECAM possa discutir com o Estado, a transferência de valores, objetivando custear a despesa real de cada município. Todos os presentes se comprometeram em enviar à direção da AMUREL as planilhas de custo o mais breve possível. b) Indicação - João Roberto Catâneo - Engenheiro da Amurel: o Senhor Alexandre Martins da Silva, Assessor de Gestão Estratégicas da AMUREL, no uso da palavra, informou ser membro da Associação de Engenheiros e Arquitetos da Região do Vale do Rio Tubarão, e que a entidade solicitara a autorização dos prefeitos para indicar o nome do Sr. João Roberto Catâneo, Engenheiro Civil da AMUREL, para concorrer à condecoração de Engenheiro do Ano pelo CONFEA, sendo a proposição chancelada por todos. Também foi informado pelo Sr. Alexandre, da possibilidade dos municípios criarem Departamentos de Meio Ambiente via consórcio intermunicipal,

o qual facilitará a emissão de licenciamentos ambientais e minimizará os custos financeiros para os municípios. Relatou, também que os municípios de Capivari de Baixo e Pescaria Brava estão em fase de implementação do consórcio acima citado. Por fim, colocou-se a disposição para fazer encaminhamento e prestar informações de como efetuar a criação do consórcio em comento a todos os municípios, via "checklist". Ato contínuo, todos os presentes solicitaram a remessa de informação quanto à criação de consórcio ambiental, se possível com o devido custo de implantação. c) Consórcio de Saneamento da AMUREL: o Senhor Edson José Corrêa, informou a todos os presentes que conforme deliberação do dia 29/05, iniciou em conjunto com o Sr. Celso Heidemann, visita aos municípios para cobrar desempenho dos municípios, no que se refere a questões relativas ao consórcio e que estão à disposição dos gestores municipais para dirimir qualquer



dúvida, ainda solicitaram aos Srs. Prefeitos que, cobrem de seus subordinados o cumprimento dos prazos já definidos. Por fim, informou da obrigatoriedade dos municípios, em prestar informação anual ao SNIS, já que na hipótese da informação não ser prestada, não será possível realizar a celebração de convênios relativos à matéria. d) Desempenho da AMUREL: o Senhor Jorge Leonardo Nesi, Prefeito de Gravatal, no uso da palavra manifestou a todos os presentes, sua gratidão e satisfação pelos trabalhos desempenhados pela atual administração da AMUREL, na pessoa do Sr. Celso Heidemann e a todos da sua equipe de colaboradores, em especial ao apoio dispensado na obtenção de recursos advindos do(s) PAC's, pois sem o forte desempenho profissional dos funcionários da AMUREL o município de Gravatal não teria a aprovação de seus projetos junto ao Governo Federal; todos os Prefeitos presentes corroboraram as palavras do Senhor Jorge Leonardo Nesi. Neste sentido usando da Palavra o Senhor Celso Heidemann, Diretor Executivo da AMUREL, em seu nome e de todos os funcionários da AMUREL agradeceu as palavras de reconhecimento do empenho e desempenho das atividades da entidade, e finalizou dizendo que este reconhecimento daria muita satisfação a ele e a toda equipe, e estimularia a todos, cada vez mais, a se empenharem nas execuções dos ofícios, ao final informou que iria transmitir a todos os funcionários estas palavras de incentivo. Por fim, o Senhor Jorge Leonardo Nesi, informou que no dia 27/06, acontecerá no seu município encontro para disseminar o empreendedorismo, dessa forma, convidou a todos para participarem do evento. Ato contínuo foi passada a palavra ao Sr. Volnei Weber, Prefeito Municipal de São Ludgero, que na semana do dia 20 de julho, o município de São Ludgero irá comemorar a semana do empreendedorismo, com palestras e participação do Sebrae, convidou todos a participarem. A pedido dos Srs. Prefeitos, foi solicitado à diretoria da AMUREL, que agendasse uma visita com a direção do Hospital Nossa Senhora da Conceição-HNSC, para obter informações sobre os atendimentos executados aos municípios da região, bem como, para convidar um representante do hospital para participação da próxima Assembleia, visando atualizar os prefeitos sobre a execução dos convênios municipais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, da qual se lavra a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim, Sr. Celso Heidemann, Diretor Executivo da AMUREL e pelo o Senhor Antônio Avelino Honorato Filho, Prefeito de Pescaria Brava e Vice Presidente da AMUREL.

# Consórcios

## CIGA

### Extrato Contrato 382 - S. F. dos Santos Equipamentos de Informática

Extrato de Contrato nº 382/2014

Contrato Administrativo

CONTRATANTE: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

CONTRATADA: S. F. dos Santos Equipamentos de Informática - ME  
CNPJ: 17.744.989/0001-40

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática e eletroeletrônicos

PREVISÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, Lei 11.107/05 e pelos preceitos de direito público.

VALOR: R\$ 17.784,76 (dezesete mil e setecentos e oitenta e quatro reais e setenta e seis centavos)

VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 14 de outubro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

### Dispensa de Licitação Nº 11/2014

Ato de Dispensa nº 11/2014

Processo de Licitação nº 19/2014

Objeto: Aquisição de 7 (sete) aparelhos celulares do tipo smartphone conforme especificações anexa.

Contratado: Allied S/A

CNPJ: 04.416.818/0028-60

VALOR: R\$ 3.964,52 (três mil e novecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos)

Florianópolis, 21 de outubro de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

#### Especificações

##### Dados

- GPS / A-GPSSim
- Memória externaNão
- WAPNão
- InfravermelhoNão
- Tipo de cartão de memóriaNão
- Wi-FiSim - 802.11 b/g/n
- Bússola DigitalSim
- Memória RAM1GB
- SincronizaçãoSim
- InternetGoogle Chrome
- EDGESim
- Memória interna16GB
- GPRSsim
- BluetoothSim - 4.0
- Wi-Fi DirectSim

#### Desempenho

- Tempo de bateria em esperaAté 250 horas
- Sistema OperacionalAndroid 4.3 Jelly Bean com upgrade garantido
- Tipo de conectorMicro USB
- Bateria2070 mAh
- 3GSim
- Banda"GSM 850/900/1800/1900 WCDMA 850/900/1900/2100"
- 4G/LTENão
- Processador1.2 GHz quad-core Qualcomm Snapdragon S400 (MSM8226)
- Tempo de vida da bateria em conversaçãoAté 14Horas
- NFCNão

#### Personalização

- Campanhas pré-carregadas ou via downloadSim
- MP3 PlayerSim
- Papeis de parede pré-carregados ou via downloadSim
- Motorola Assisto Moto G sabe quando você não pode ser interrompido, como durante seu sono ou uma reunião. Você pode programar ações e exceções para que ele se comporte do jeito que você quiser.
- Formato de Gravação de vídeoHD720 (720x1280)
- Formatos de reprodução de áudioamr, mp4, 3gpp, amr-wb, 3gpp, m4a, mp4, 3gpp, aac, x-matroska, flac, x-flac, mp3, x-mp3, mpeg3, x-mpeg3, mpeg, mpg, x-mpeg, x-mpg, L8, x-wav, L16, x-wav, L24, x-wav, pcma, x-wav, pcmu, x-wav, qcelp, vnd.qcelp, qcelp, Application/ogg, x-matroska
- Zoom opticoNão
- Zoom digital4X
- Câmera FrontalSim
- Loja de AplicativosSim - Google Play (+ de 1 milhão de aplicativos disponíveis)
- FlashSim - LED Flash
- FocoSim - LED Flash
- Jogos pré-carregados ou via downloadSim (via Download do Google Play Store)
- Migração MotorolaTransfira fotos, vídeos, contatos do cartão SIM, histórico de chamadas e SMS a partir de qualquer aparelho Android 2.2
- Rádio FMsim
- Resolução Câmera frontal1.3MP
- Resolução Câmera digital integrada5MP + LED Flash
- Gerenciador de arquivosSim - Quickoffice
- Modo aviãoSim
- Câmera digital integradaSim
- Single/ Dual ChipDual
- Gravação de vídeo com vozSim

#### Mensagens

- E-mail POP3, IMAP4/SMTPSim
- MMSSim
- E-mail ExchangeSim
- SMSSim
- Digitação rápida e inteligente de textoSim

#### Informações Técnicas

- Pinch ZoomSim
- Modelo SIM Card (Chip)Micro Sim (3FF)
- Número de cores16M
- Resolução do displayTFT
- Capacitivo / ResistivoCapacitivo
- Touch screenSim
- Tamanho do display4.5"

#### Conteúdo da Embalagem

- Conteúdo do kitMoto G dual chip16GB memória preto Carregador de parede Fone de ouvido estereo Kit de manuais Cabo para sincronismo Quatro capas coloridas

**CIS/AMMVI****Ata de Registro de Preços - Pregão Eletrônico Nº 005/2014**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2014

OBJETO: Aquisição de fitas/tiras reagentes para teste de determinação de glicemia, lanceta descartável para punção digital e seringas, com entregas parceladas em 14 municípios (Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó), durante o prazo de doze meses.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, neste ato representado pelo sua Autoridade Competente Hartwig Persuhn, resolve, em conformidade com o resultado do Pregão Eletrônico nº 005/2014, após analisado todos os atos, adjudicado todos os itens e devidamente homologado, REGISTRAR OS PREÇOS para eventual fornecimento dos objetos a seguir:

Accumed Produtos Médico Hospitalares Ltda - Tipo: Ltda - LC123: Não - Documento 06.105.362/0001-23

Item	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
02	Lanceta descartável para punção digital, com dispositivo perfurocortante mantido com agulha protegida e esterilizada, acoplado à lancetador descartável, de uso único, que não permite ser remontado ou reutilizado. Agulha em aço inoxidável, com profundidade de penetração máxima de 1,8 mm, que retrai automaticamente após o uso. A empresa vencedora deve apresentar registro comprovando que este material atende a NR 32 (Norma regulamentadora).	G-TECH	1.249.710 (Unidade)	0,150	187.456,50
Total					187.456,50

Dimaci Sc Material Cirúrgico Ltda - Tipo: Ltda - LC123: Não - Documento 05.531.725/0001-20

Item	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
001	Fitas/Tiras reagentes para teste de determinação de glicemia, para testar glicose no sangue capilar, venoso, arterial e neonatal, com tecnologia de glicose desidrogenase, método de leitura através de amperometria ou fotometria, com faixa de medição entre 20mg/dl a 500 mg/dl, aceitando-se valores inferiores a 20 mg/dl e superiores a 500 mg/dl. Deverão ser fornecidos a título de doação: - Aparelhos novos, sem uso, de acordo com as solicitações, sendo aproximadamente 4.000 (quatro mil) aparelhos, bem como assistência técnica e treinamento em todos os municípios que fizerem uso do produto, quando solicitado. Cabos USB, de acordo com as solicitações, sendo aproximadamente 250 (duzentos e cinquenta) cabos, para transferência de dados do aparelho para microcomputador.	ACTIVE/ ROCHE	1.987.650 (Fita)	0,290	576.418,50
003	Seringa descartável, estéril, atóxica capacidade 50 UI, incolor com resistência mecânica, corpo cilíndrico, escala em gravação indelével de 0 a 50 UI com divisões de 1 em 1 unidade, com agulha hipodérmica acoplada no corpo da seringa extremidade proximal do embulo com pistão de vedação de borracha, agulha de dimensões (8,0 x 0,30 mm a 9,5 x 0,30 mm) em aço inoxidável siliconizada, nivelada polida, cilíndrica reta, oca, bisel tifacetado, afiada com canhão translúcido provida de protetor que permita a adaptação ao canhão. Embalada em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. Caixa com 100.	ULTRAFINE/ BD	241.500 (Seringa)	0,368	88.872,00
Total					665.290,50

Produvale Produtos Hospitalares Ltda - Tipo: Ltda - LC123: Não - Documento 03.505.263/0001-40

Item	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
004	Seringa descartável, estéril, atóxica capacidade 100 UI, incolor com resistência mecânica, corpo cilíndrico, escala em gravação indelével de 0 a 100 UI com divisões de 2 em 2 unidade, com agulha hipodérmica acoplada no corpo da seringa extremidade proximal do embulo com pistão de vedação de borracha, agulha de dimensões (8,0 x 0,30 mm a 9,5 x 0,30 mm) em aço inoxidável siliconizada, nivelada polida, cilíndrica reta, oca, bisel tifacetado, afiada com canhão translúcido provida de protetor que permita a adaptação ao canhão. Embalada em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. Caixa com 100.	SOLIDOR	531.300 (Seringa)	0,260	138.138,00
Total					138.138,00

Valor Total R\$: 990.885,00 (novecentos e noventa mil oitocentos e oitenta e cinco reais).

O prazo de validade da Ata de Registro de Preço é de doze meses, contado da data de sua publicação.

Blumenau, 21 de outubro de 2014.  
Hartwig Persuhn  
Autoridade Competente

---

### **CIS/AMURC**

---

#### **Edital de Licitação 05/2014 - TP 01/2014**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 05/2014

EDITAL - Tomada de Preços Nº: 01/2014

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado - CISAMURC, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO, para locação e manutenção de software de informatização na área da saúde de consórcios públicos, conforme especificações do Anexo I, para atender a demanda do CISAMURC, que realizar-se-á nos termos que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Complementar nº 123/06. Fixa-se o dia 07/11/2014, às 10:15 horas para abertura das propostas, e as 10:00 horas como último prazo para entrega dos envelopes. Maiores informações poderão ser obtidas no Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado-CISAMURC, à Rua João da Cruz Kreiling, 1085, no município de Canoinhas, SC, de segunda à sexta-feira, no horário das 08:30 horas às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, pelo telefone (47) 3622-5576, e-mail cisamurc@amplanorte.org.br

Canoinhas, 21 de outubro de 2014.  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Presidente

---

### **CIS/AMUREL**

---

#### **Extrato de Contrato de Credenciamento 45/2014**

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 45/2014.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: CLÍNICA DE ORTOPEDIA CRICIÚMA LTDA.

Objeto: A Credenciada prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, consultas especializadas na área de Ortopedia.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2012).

Data da Assinatura: 21/10/2014.

Assinantes: Jaime Wensing pelo Contratante e, Evandro Marcelino pelo Contratado.

